UNIVERSIDAD CAROLINA DE PRAGA

EN LA PORTADA APARECE EL GRABADO DEL PRIMER IMPRESO CHECO
SOBRE EL NUEVO MUNDO
SPIS O NOVÝCH ZEMÍCH A O NOVÉM SVĚTĚ
EDITADO CERCA DEL AÑO 1506
(Cortesía de la Biblioteca de los Premonstratenses en Strahov, Praga)

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA

ANUARIO DEL CENTRO DE ESTUDIOS IBERO-AMERICANOS DE LA UNIVERSIDAD CAROLINA DE PRAGA

AÑO XLI – 2007

UNIVERSIDAD CAROLINA DE PRAGA
Nakladatelství Karolinum
2009

Este volume do anuário foi realizado com a colaboração do Instituto Camões de Portugal.

Centro de Estudios Ibero-Americanos de la Universidad Carolina de Praga
Facultad de Filosofía
CZ-116 38 Praga 1, nám. Jana Palacha 2, República Checa
correo electrónico: ibero@ff.cuni.cz

Director
Josef Opatrný

Jefa de la Redacción
Simona Binková

Reseñadores
Bohumil Baďura
Jana Králová

Revisión lingüística de las traducciones
Luis Pérez-Cuesta Romero (español)
Joaquim Coelho Ramos, Sergio P. Oliveira y Marie Havlíková (portugués)

Consejo de Redacción
Ivo Barteček, Simona Binková, Marie Havlíková, Vlasta Hlavičková, Anna Housková, Jiří Chalupa, Bohumír Janský, Pavel Marek, Anna Mištinová, Josef Opatrný

Consejo Asesor
Ádám Anderle (Universidad József Attila); Juan Bosco Amores Carredano (Universidad del País Vasco); Noble David Cook (The Florida International University); John Fisher (The University of Liverpool); Franklin Knight (The Johns Hopkins University); Allan Kuethe (The Texas Tech University); Carlos Martínez Shaw (Universidad Nacional de Educación a Distancia); Eduardo Matos Moctezuma (Museo del Templo Mayor); Consuelo Naranjo Orovio (Consejo Superior de Investigaciones Científicas); José Antonio Piqueras (Universitat Jaume I)

© Univerzita Karlova v Praze – Nakladatelství Karolinum, Praha 2009
ISBN 978-80-246-1584-4
ISSN 0536-2520

ÍNDICE

ARTIGOS E ESTUDOS

Literatura

O Livro das saudades: A tradução da "Menina e Moça" para o checo
por Marie Havlíková, Praga 11

Cultura e imaginación: el barroco en Lezama Lima
por Roberto Sánchez Benítez, Morelia–Michoacán 27

Linguística

Língua e Linguagem de Pepetela n' *O Desejo de Kianda* e *O Cão e os Caluandas*
por Mário João Caettano, Luanda 37

História

Dois movimentos integralistas em Portugal e no Brasil
por Aleš Tenorio Luna Vrbata, Hradec Králové 49

Nuevas representaciones de los negros y mulatos en el discurso historiográfico:
El caso de Cartagena de Indias
por Angélica Montes Montoya, Cartagena-Colombia 69

Politologia

Portugal e o processo de construção europeia
por Maria Manuela Tavares Ribeiro, Coimbra 91

Economia

A divulgação da Tchecoslováquia e dos seus artigos comerciais na América Latina
no período entre-guerras (Notas sobre a participação tchecoslovaca nas exposições
no Rio de Janeiro, respectivamente nas outras cidades do Cone do Sul, 1918–1938)
por Jiří Novotný e Jiří Šouša, Praga 103

MATERIAIS E BREVES ESTUDOS

Paraíso e escatologia na cultura portuguesa
por Frederico Rêgo, Brasília 135

As viagens e os viajantes para os portos da Lusofonia
por Fernando Cristóvão, Lisboa 149

Madeira – Inícios e importância da base atlântica portuguesa
por Jan Klíma, Hradec Králové 159

A Nova África, a Nova Índia e o Novo Mundo – o Brasil – nos escritos quinhentistas checos
por Simona Binková, Praga 169

Valentin Stansel – Um observador tcheco do céu brasileiro
por Pavel Štěpánek, Praga 189
O missionário jesuíta Joannes Gintzel e as suas cartas do Brasil para Boémia nos arquivos checos
por Pavel Zavadil, Praga 205
Literatura checa traduzida para português
por Jaroslav Špirk, Praga 215
Tradução e linguagem jurídica: Uma abordagem iniciática aos seus problemas
por Joaquim Coelho Ramos, Praga 221
Brasileiros ilegais em Portugal: uma reflexão sobre as fronteiras nacionais
por Sergio P. Oliveira, Praga 229
Apoyo de la comunidad checa residente en Ecuador al Gobierno de Londres del Presidente Beneš
por Karel Konečný, Olomouc 243
Relaciones entre Checoslovaquia y México, 1935–1970
por Lucia Majlátová, Praga 251

NOTAS E COMENTÁRIOS

Caribe/Caribes: criollización y procesos de cambio, 49º simposio histórico (Sevilla, julio de 2006)
por Josef Opatrný, Praga 267
A exposição *Novos mundos – Neue Welten* (Berlim, 24 de Outubro de 2007 – 10 de Fevereiro de 2008)
por Simona Binková e Marie Havlíková, Praga 268

RESENHAS E INFORMES BIBLIOGRÁFICOS

Jorge A. Eiroa Rodríguez, *Antigüedades Medievales (Real Academia de la Historia, Catálogo del Gabinete de las Antigüedades)*
por Bohumil Baďura, Praga 273
Jan Klíma, *Dějiny Portugalska*
por Simona Binková, Praga 273
Jan Klíma, *Dějiny Portugalska v datech*
por Simona Binková, Praga 273
Pavel Štěpánek, *Valentim Fernandes de Morávia. Poznámky k životu a dílu významného moravského knihtiskaře v Lisabonu na přelomu 15. a 16. století – představitele manuelského umění*
por Simona Binková, Praga 274

Carlos Martínez Shaw – Celia Parcero Torre (dirs.), *Cristóbal Colón*
por Josef Opatrný, Praga 275
Jan Klíma, *Zámořské objevy. Vasco da Gama a jeho svět*
por Simona Binková, Praga 276
Bohumír Roedl, *Araukánské války 1546–1881. Španělské Flandry v Chile*
por Bohumil Baďura, Praga 277
Renan Freitas Pinto (Org.), *O diário do padre Samuel Fritz*
por Simona Binková, Praga 280
Laird W. Bergad, *The Comparative Histories of Slavery in Brazil, Cuba, and the United States*
por Josef Opatrný, Praga 281
Matt D. Childs, *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the Struggle against Atlantic Slavery*
por Josef Opatrný, Praga 282
Dominique Soucy, *Masonería y nación. Redes masónicas y políticas en la construcción identitaria cubana (1811–1902)*
por Josef Opatrný, Praga 283
Juan Carlos Rosario Molina, *La alimentación. El dominio invisible de las mujeres canarias en Cuba*
por Josef Opatrný, Praga 283
Louis A. Pérez, Jr., *To Die in Cuba. Suicide and Society*
por Josef Opatrný, Praga 284
Lillian Guerra, *The Myth of José Martí. Conflicting Nationalism in early Twentieth-Century Cuba*
por Josef Opatrný, Praga 285
Félix Varela y la prosperidad de la patria criolla. Introducción y selección documental de José Antonio Piqueras
por Josef Opatrný, Praga 286
Monika Krause-Fuchs, *¿Machismo? No, gracias. Cuba: sexualidad en la revolución*
por Josef Opatrný, Praga 287
Marifeli Pérez-Stable (coord.), *Cuba en el siglo XXI. Ensayos sobre la transición*
por Josef Opatrný, Praga 288
Manuel Hernández González, *Francisco de Miranda y su ruptura con España*
por Josef Opatrný, Praga 289
Bernard Lavallé – Consuelo Naranjo – Antonio Santamaría, *La América Española (1763–1898): Economía*
por Josef Opatrný, Praga 293

CRÓNICA DOS ESTUDOS IBERO-AMERICANOS

Actividades del Centro de Estudios Ibero-Americanos de la Universidad Carolina de Praga, 2006
por Simona Binková, Anna Mištinová y Miguel Cuenca, Praga 295

ARTIGOS
E ESTUDOS

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 11–25

O LIVRO DAS SAUDADES: A TRADUÇÃO DE "MENINA E MOÇA" PARA O CHECO

por MARIE HAVLÍKOVÁ
(Praga)

O processo da tradução duma obra de tal complexidade como o romance "Menina e Moça," para que se preferiu, na tradução checa, o título de "O Livro das Saudades" (Kniha stesku), leva necessariamente o tradutor – para além do estudo da própria obra e a leitura dos estudos relativos a esta – a pesquisas excepcionalmente extensas, feitas por intermédio de inúmeros estudos e obras de carácter filológico, filosófico, religioso, histórico e outros, pois, embora se trate duma obra de que a maioria dos Portugueses têm um conhecimento e sabem dizer de cor a sua frase inicial, poucos são aqueles que não o considerem senão um "estranho" romance escrito no período inicial do Renascimento que contém várias histórias de amor. Esse adjectivo "estranho", com o qual têm sido muitas vezes caracterizadas obras (ou alguns dos seus aspectos), cujo sentido e mensagem têm resistido a um esclarecimento completo (podendo ser alegadas, a título de exemplo e entre inúmeras outras obras literárias, algumas famosas de várias épocas, começando pelos romances de Santo Graal, obras de Dante, Cervantes, Jan Ámos Komenský (Coménio), J. Swift, Goethe, Honoré de Balzac, Alain Fournier, poesias de Victor Hugo, Ch. Baudelaire, A. Rimbaud, G. Apollinaire, Fernando Pessoa…), já antes fora substituível simplesmente por "esotérico", passando-se isto também na obra em apreço.

O romance de Bernardim Ribeiro, que não pode deixar de chamar a atenção de qualquer lusitanista, tem-me atraído desde o começo do meu interesse pela literatura portuguesa, mas não foi sem um (natural) receio que tomei a decisão de o traduzir.

Embora seja um intento difícil, o de pretender contribuir para desvendar o mistério que tem envolvido este romance, os seus tradutores para várias línguas (a saber, e salvo erro, o espanhol, o russo, o francês e o húngaro) têm dado, sem dúvida, pelas suas interpretações pessoais, um contributo nesse sentido. É também esse o objectivo das observações que se seguem – em grande parte recapitulativas, relativas ao processo de tradução do romance – sendo o fruto, para além das próprias leituras, da confrontação destas com as reflexões baseadas na produção dos maiores estudiosos bernardinos portugueses, nomeadamente José de Pina Martins, Helder Macedo, Teresa Amado, Leonor Neves, e ainda o filósofo J. Pinharanda Gomes; mas não procedi ao confronto e a uma leitura aprofundada destes – também por serem muitas vezes contraditórias as hipóteses e con-

clusões de tais investigadores – senão no fim do processo da tradução e acabadas as pesquisas referidas na introdução, pois convém ser considerado como extremamente importante o primeiro contacto directo e pessoal do tradutor com o texto, durante o qual este se vai apoderando dele apoiando-se, naturalmente, em conhecimentos básicos que lhe são relativos, mas principalmente através da sua sensibilidade.

Acabada a tradução dum livro, ficam sempre muitas dúvidas nos pensamentos do tradutor, que são inevitavelmente mais numerosas no caso da tradução da "Menina e Moça," sabendo-se que permanece misteriosa a chave para o esoterismo do romance, até agora só parcialmente revelado. Em diálogo com os estudos dos autores acima referidos, a presente análise tentará debruçar-se sobre algumas das questões-chave, discutidas nos estudos bernardinos (completando-as, eventualmente, com opiniões formadas através das leituras), a saber: o carácter e o problema da classificação do romance, o seu esoterismo, o seu feminismo, a intertextualidade e outros. Um notável contributo e apoio tem significado a monografia da estudiosa checa Daniela Hodrová.[1] Baseando-se nos trabalhos desta pesquisadora e escritora, parece evidente poder reafirmar que o romance de Bernardim Ribeiro é um romance esotérico, em que tal significado permanece oculto sob a aparência dum romance (de várias histórias) de amor. É um complexo romance místico, "de iniciação"[2], marcante da transição entre a literatura portuguesa medieval e renascentista.

Logo o início do romance é típico das obras de iniciação, como por exemplo no famoso texto gnóstico "O Hino da Pérola"[3] (neste caso o protagonista é um jovem príncipe), mas a mesma ideia pode ser encontrada nos textos de Plotino, nas suas reflexões sobre a Beleza e o Bem, nos quais a alma (que ama o Bem, porque lhe guarda em si um natural amor, procurando-o sempre como uma amante que não encontra a tranquilidade senão junto ao seu amado) é comparada a uma virgem que deseja ficar eternamente na casa do pai[4]. A narradora encontra-se numa paisagem cheia de símbolos típicos das obras de iniciação (que não podem ser enumerados neste estudo, senão parcialmente): o monte, que é o símbolo da ascensão espiritual e da união da terra e do céu; o vale – símbolo da descida e da profundidade no sentido negativo, mas também dum aprofundamento da sabedoria; a árvore – o símbolo da vida e da união da terra e do céu; a água (que simboliza o início de tudo) – o ribeiro, que é, por um lado, o rio de perdição, símbolo de aflição e de desgraça, sendo também, nos ritos iniciáticos, a água de iniciação, de purificação (o rio pelo qual Avalor segue para outro mundo, um mundo superior); o mar – símbolo da força vital inexaurível, mas também do abismo que tudo absorve; a procura do caminho por Binmarder (a sua visão, a sua flauta e a música que toca), as errâncias de Avalor – a procura do caminho (o seu

[1] Hodrová, Daniela, *Román zasvěcení* (O Romance da Iniciação), H&H, Praha 1993.
[2] O termo é de Daniela Hodrová.
[3] Pokorný, Petr, *Píseň o perle* (O Hino da Pérola), Vyšehrad, Praha 1986.
[4] Eliade, Mircea et al., *Encyklopedie mystiky* (Enciclopédia da mística), vols. I–VI, Argo, Praha 2000–2004.

sonho e a visão nele, e finalmente a sua navegação). O cavaleiro que lutou com Lamentor guardava a ponte para o castelo (o castelo é, na mística, símbolo do interior humano). A luta de Binmarder com o touro (segundo Leonor Neves[5] a primeira imagem de tourada na literatura portuguesa) inspirada sem dúvida no mito de Héracles, faz igualmente parte da experiência iniciática, sendo uma prova, o símbolo da vitória do adepto sobre si próprio. Na mística persa e também judaica o touro é o símbolo do eu (exterior) com o qual é preciso lutar. A determinação temporal no romance limita-se às alternações do dia e da noite; as personagens não são motivadoras de nenhuma acção; são "estáticas", como as do "Húmus" de Raul Brandão ou do "Marinheiro" de Fernando Pessoa. É bastante complexa, a nível iniciático, a distribuição dos papéis desempenhados pelas personagens do romance, assim como não estão claramente definidos e se entrelaçam os papéis de escritor(a) e de narradora(s), sendo possível constatar que no caso da narradora que proclama ser autora da obra, é o dum adepto (sendo a máscara do próprio escritor), e este é também o papel de Binmarder e de Avalor; a senhora dos tempos antigos tem, assim como a Ama, o papel de guru, de iniciador; no caso de Arima (anagrama evidente de Maria, como já foi muitas vezes constatado), a mais perfeita das personagens femininas, o papel passa do de adepto para o de iniciador.

O romance é uma obra de carácter místico – e recordemos aqui a afirmação de Charles Oulmont[6] que lembra que um escritor pode escrever uma obra mística sem ser místico – cuja base parece-me poder ser caracterizada, de acordo com as conclusões da professora Teresa Amado[7], de carácter híbrido, com predominantes influências do platonismo e nomeadamente do neoplatonismo, embora seja possível, como opina J. Pinharanda Gomes[8], que exista uma só chave, ainda não descoberta, para o seu mistério. É um livro que parcialmente, como o pretendem os textos do misticismo sufista, revela o mistério do amor inspirado por Deus; um livro das saudades da alma separada de Deus. No romance de Bernardim Ribeiro são valorizadas – assim como, por exemplo, nos romances de iniciação do escritor persa Sohrawardî (morreu em 1191), em cuja obra se une o neoplatonismo ao orfismo e a outras influências – as experiências espirituais místicas: em várias passagens encontramos a descrição de estados místicos, processos (o sonho místico) e técnicas, como por exemplo o choro místico de Avalor, que tem por objectivo o evocar de uma visão, e durante o qual Avalor, lamentando, cai no sono durante o qual lhe sobrevém o sonho revelador (sendo esta técnica típica da mística judaica; também

[5] Curado Neves, M. Leonor, *Transformação e hibridismo genéricos na Menina e Moça de Bernardim Ribeiro*. Tese de Doutoramento, Lisboa, 1996, 163 p.

[6] "Un poète de l'amour, par exemple, fut-il en vérité un amoureux?… Le mysticisme est plus difficile encore à interroger et à juger; un écrivain mystique peut n'être mystique qu'aux heures où il écrit, et ne parler que sur commande." Oulmont, Charles, *Le Verger, Le Temple et la Cellule*, Librairie Hachette, Paris 1912, p. 224.

[7] Amado, Teresa, *Menina e Moça de Bernardim Ribeiro*, Editorial Comunicação, Lisboa 1984.

[8] Pinharanda Gomes, J., "Filosofia e teologia na diáspora do século XVI: Samuel Usque, Bernardim Ribeiro e Emanuel Aboab", in: *História do Pensamento Filosófico Português*, vol. II, Caminho, Lisboa 2001, p. 259.

o Livro dos Mistérios persa continha, porém, instruções sobre como evocar visões). E não será uma das mais expressivas e interessantes passagens do romance na qual o grito do mateiro queimado inspirou o cavaleiro, que já "arde" por Aónia, a mudar de nome para Binmarder, anagrama evidente do nome Bernardim, e de estado – do cavaleiro para pastor – a alusão ao estado místico chamado "baptismo de fogo", símbolo da tranformação alquímica do homem "físico", natural, numa pessoa espiritualmente esclarecida (o espírito humano purifica-se numa prova de fogo), sendo o mediador desta iluminação o Espírito Santo? Igualmente a dor que acompanha a experiência iniciática do noviço e a lamentação, evocadas insistentemente no romance, são elementos duma experiência mística. Já Ésquilo sublinhava a necessidade de sofrer, e segundo Platão o sofrimento é necessário para a libertação da alma do corpo. A bela música produzida por Binmarder por intermédio da sua flauta relaciona-se com a importância da música na mística – entre os sufis nomeadamente em "Masnavi" do poeta Rûmî[9], sendo a flauta o símbolo da alma, separada da sua origem como uma cana cortada, e no orfismo: assim como Orfeu, Bernardim luta com a música contra o "inferno" do seu interior.

Várias correntes místicas nasceram e expandiram-se em períodos politicamente e socialmente difíceis, durante regimes de opressão, sendo uma reacção, uma forma e uma expressão de protesto, e pode ser esta uma das razões pela qual também a obra de Bernardim Ribeiro assumiu esse carácter. Como será mostrado mais adiante, também várias obras de outros autores, nas quais o criador de "Menina e moça" se inspirou, têm esse mesmo carácter. Mesmo que não se considere como certa ou justificada a origem judaica (ou o criptojudaismo) de Bernardim Ribeiro, defendidos por vários pesquisadores[10], o carácter pessimista e o tom lamentoso do seu romance podem ser tanto consequência duma dura experiência pessoal, como – e é esta hipótese que me parece mais provável – duma expressão delicada, mas ao mesmo tempo profunda, perspicaz, uma reacção muito pessoal (mas que se insere num conjunto de outras análogas, como p.ex. nos autos de Gil Vicente), à péssima situação que se vivia, sob vários aspectos, no país do que o autor foi originário, que se encontrava numa crise económica, política e religiosa, e no qual, brevemente, viria a ser instalada a Inquisição. Eram comuns, na época de Bernardim Ribeiro, as manifestações de tolerância religiosa pelos intelectuais, qualquer fosse a sua profissão de fé: vejam-se os casos do judeu Samuel Usque[11] como do cristão João de Barros[12] ou de Damião

[9] Viveu nos anos 1207–1273. Obra consultada: Rúmí, D. B., *Masnaví* (antologia), DharmaGaia, Praha 2001.

[10] Rego, Teixeira, "Bernardim Ribeiro, Notas sobre Bernardim Ribeiro", in: *Estudos e Controvérsias*, organização de J. Pinharanda Gomes, Assírio & Alvim, Lisboa 1991; Mendes Coelho, Paula, "Bernardim Ribeiro e Samuel Usque: duas figuras que se cruzaram no tempo e nos lugares do texto", in: *O Judaismo na Cultura Ocidental*, Acarte, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1993; Macedo, Helder, *Do significado oculto da Menina e Moça*, Moraes Editores, Lisboa 1977.

[11] Usque, Samuel, *Consolação às Tribulações de Israel*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 1989.

[12] João de Barros, autor de, entre outras obras, *Ropicapnefma*, obra inspirada pelo Humanismo, posta em 1581 no Índex da Inquisição. Segundo alguns críticos, simpatizou com certas ideias erasmistas. Igualmente autor do "Diálogo Evangélico sobre artigos de Fé contra o Talmud dos Judeus".

de Góis[13], perseguido pelas suas tendências ecuménicas e acusado de luteranismo. Estes dois últimos intelectuais pretendem dar, por outro lado, nas suas obras, uma imagem objectiva da situação dos "cristãos-novos", que por um lado gozavam das vantagens dos cristãos "velhos", continuando alguns deles a praticar o criptojudaismo. E, mesmo com a saída dos judeus ou após o seu baptismo forçado não acabou o antisemitismo em Portugal. Por isso, não podemos deixar de mencionar novamente o dramaturgo da Corte, Gil Vicente, que conseguiu impedir, após o desastroso terramoto de 1531, um "pogrom", falando ao povo reunido numa igreja de Santarém. A alegorizante homilia do velho pastor, a cujo serviço esteve Binmarder, que de facto lembra pelo seu tom e carácter o estilo de Samuel Usque[14], talvez se relacione com esta situação, configurando ao mesmo tempo uma crítica da Igreja Católica e da Inquisição. Podem igualmente ser encaradas como uma crítica das condições na Corte real e na sociedade portuguesa as passagens relacionadas com o personagem de Lamentor (a descrição da Corte da qual Lamentor se mantém distante, os conselhos que este dá à sua filha). E talvez possa ser subentendida a crítica de certas práticas (da Igreja e da Inquisição) também na passagem em que a narradora fica a observar uma pedra que impede a água no ribeiro de correr livremente, sendo a água o símbolo do espírito e da verdade.

Sabe-se que um amigo próximo de Bernardim Ribeiro, o poeta e dramaturgo Francisco Sá de Miranda, rompeu num determinado momento as suas relações com a Corte. Pensa-se também que Bernardim o acompanhou na viagem a Espanha e nomeadamente a Itália, durante a qual os dois escritores tomaram ou aprofundaram os conhecimentos das novas correntes e infuências literárias e filosófico-religiosas que se manifestam na sua obra. O facto de quase nada se saber sobre a vida e a morte de Bernardim Ribeiro, cuja obra se encontrou nos índices da Inquisição, pode significar que a sua ruptura com a Corte e as suas dificuldades foram igualmente ou ainda mais graves do que as do seu companheiro.

Fora de dúvida fica o facto de Bernardim Ribeiro ter travado uma luta no próprio campo da literatura: principalmente, juntamente com o seu companheiro acima referido, pela introdução do stilnovismo em Portugal. Os dois poetas destacaram-se pelas suas poesias no "Cancioneiro Geral" e pelas suas éclogas. O romance de Bernardim Ribeiro foi, por sua vez, cronologicamente, a segunda obra de ficção na literatura portuguesa, mas a primeira que difere dos géneros até então cultivados em Portugal, ou seja, da ficção de carácter histórico, cavaleiresco ou religioso. Quanto ao carácter místico, ele pode ter achado uma fonte de inspiração na obra considerada como excepcional, do início do século XV: "Boosco Deleitoso", obra escrita num estilo lírico e em frases ritmadas, cujo autor tinha vastos conhecimentos tanto da mística medieval como dos clássicos

[13] Damião de Góis (1502–1574): comerciante, diplomata, historiador e geógrafo, cosmopolita. Humanista, amigo de Erasmo de Roterdão. Denunciado pelo motivo de cobiça pelo próprio genro, ficou preso. Em 1574 foi provavelmente assassinado. Ver o estudo de Raul Rego citado na Bibliografia.
[14] Obra citada na nota 11.

e da obra de Dante Alighieri e Francesco Petrarca[15]. Entre os tratados da alma influenciados pelo platonismo destacou-se em Portugal, por exemplo, o "Tractado" da autoria de Álvaro Gomes[16], um contemporâneo de Bernardim Ribeiro (mas cuja obra, que figurou igualmente no índice da Inquisição, não foi provavelmente publicada senão em 1550).

A "Menina e Moça" contém ainda reminiscências das novelas de cavalaria, distanciando-se, como já notou Leonor Neves[17], ao mesmo tempo destas e dos valores da cortesia cavaleiresca, como é evidente por exemplo no caso do cavaleiro da ponte: antes de morrer pela honra da sua dama, que não o ama, ele lamenta ter de morrer. A reacção de Lamentor às palavras do cavaleiro agonizante, que clama por vingança, tem uma interpretação mística, e assim deve ser também entendida a transformação do cavaleiro no pastor Binmarder: o ritual da mudança da roupa significa, na iniciação, a mudança da alma do adepto: este despe a veste mundana para vestir a do "espaço interior". Das novelas de cavalaria, devem ter sido mais familiares a Bernardim Ribeiro os valores dos cavaleiros do Santo Graal como símbolo do misticismo medieval: só aquele que se destaca pelo amor e pela compaixão (que são as virtudes do místico), quem desdenhar da glória cavaleiresca (ou seja, que chegar a vencer-se a si próprio), só a esse será permitido entrar no castelo (do seu interior) onde se identificará com Deus.

Talvez seja possível imaginar uma polémica literária que tenha decorrido durante os serões realizados na Corte, e durante esta, visualizar Bernardim Ribeiro no papel de adversário e crítico das novelas de cavalaria, nomeadamente na sua segunda vaga, quando mudava o seu conteúdo e a sua qualidade decaía, muito embora continuassem a ser apreciadas nas Cortes da Europa, segundo escreve Peter Burke[18], ainda na época de Bernardim Ribeiro (no Renascimento ocorria aliás uma renovação deste género e a sua modernização, quer pela introdução de novos valores, quer pela introdução das influências da antiguidade). "Menina e Moça" revela um evidente conhecimento de vários autores italianos e clássicos, para além, eventualmente, das novelas de amor espanholas (nomeadamente de Diego de San Pedro), apontadas por vários pesquisadores bernardinos, que concordam, porém, na constatação que o romance de B. Ribeiro ultrapassa estas pelas suas qualidades, pela profundeza das ideias e pela complexidade da sua estrutura. Esta intertextualidade corresponde à norma da época, e, apesar dessas influências, B. Ribeiro conseguiu escrever uma obra única, original.

Introdutores do bucolismo em Portugal (no seu romance são apresentadas, na fala da ama, a definição e as características do bucolismo), Bernardim Ribeiro assim como o seu amigo Sá de Miranda devem ter considerado como seu grande

[15] *Boosco Deleitoso*, Lisboa 1515.
[16] Gomes, Álvaro, *Tractado da Perfeiçoam da Alma*, Acta Universitatis Conimbrigensis, Coimbra 1947.
[17] Curado Neves, M. Leonor, *op. cit.*
[18] Burke, Peter, *La Renaissance Européenne*, Seuil, Paris 2000.

modelo Virgílio, as suas "Geórgicas" e as "Bucólicas". Como revelam as éclogas dos dois poetas portugueses, eles devem ter apreciado a tendência de Virgílio para a alegoria, a sua alegorização e actualização da ficção pastoral (que lhe serve de instrumento de expressão dos seus próprios sentimentos) e a presença nelas do próprio poeta sob as máscaras de pastores. É também nas "Geórgicas" que encontramos o "refrão" pessimista, repetido com insistência na "Menina e Moça", que constata uma mudança de tudo para o pior e a decadência devida ao governo do destino.

Por entre as obras de escritores italianos foi apontada, com razão, por vários especialistas[19] a influência da novela "Fiammetta" de Boccaccio[20], nomeadamente no início do romance: como nesta, a narradora também se proclama ser a autora do texto que o leitor está a ler; a protagonista lamenta-se insistentemente do seu destino e tem igualmente uma ama que lhe dá conselhos. As duas obras são unidas mais uma vez pelo motivo do destino inevitável, "cego governador deste mundo". Por sua vez, Boccaccio também se inspirara nos clássicos, sendo o encerramento da "Fiammetta" uma paráfrase dos versos iniciais dos "Tristia" de Ovídio. Por outro lado, existem igualmente muitas divergências entre as duas obras: a maior diversidade da acção no romance de B. Ribeiro; "Fiammetta," inspirada talvez pelo amor de Boccaccio por uma dama casada, é a história duma única mulher, traída pelo amante e que estava a trair o seu marido. Elas diferem também pela perspectiva, que, no romance do escritor português, é exclusivamente pró-feminina, enquanto que na novela do autor italiano lemos tanto o louvor como a crítica às mulheres; e diferem nomeadamente pelo carácter da obra e pelo estilo: a obra de Boccaccio contém muitas reminiscências mitológicas e é uma novela exotérica, não parecendo encobrir um "significado oculto".

O "feminismo", a predominante, ou melhor dito a exclusiva perspectiva da "Menina e Moça", explica-se parcialmente, como já foi muitas vezes apontado, pelos ecos, na obra de Bernardim Ribeiro, da poesia de Petrarca e Dante, estes influenciados, por sua vez, pela poesia trovadoresca: a bela lírica galego-portuguesa influiu também, na poesia e ficção de Bernardim Ribeiro, por via directa. Concordando com a hipótese de Denis de Rougemont[21] que detectara na poesia dos trovadores provençais repercussões dos poetas sufistas persas e árabes, cujo misticismo já tinha um carácter híbrido (formou-se num meio no qual se conheciam influências indianas e budistas, do islão e do misticismo cristão, encontrando ainda reminiscências gregas – platónicas, neoplatónicas e pitagóricas, do hermetismo e da gnose), segundo a qual a Dama adorada pelos trovadores seria Deus, esta hipótese não faz senão reforçar a das influências já acima referidas.

Diferindo das cantigas de amor, nas quais se manifesta um evidente eco da lírica provençal, as cantigas de amigo são um género cuja origem ainda está a ser

[19] Malaca Casteleiro, A. Salgada Júnior e outros.
[20] Boccaccio, G., *Fiametta*, Sfinx – Královské Vinohrady, 1919. Tradução de Josef Bartoš.
[21] Rougemont, Denis de, *O Amor e o Ocidente*, 2ª edição, Vega, Lisboa 1999.

objecto das discussões (assim como as poesias do posterior "Cancioneiro de Baena"), sendo o principal tema de todas a separação dos amantes, chorada pela mulher. É este tema que estabelece uma proximidade entre este género e a ficção de Bernardim Ribeiro: a narradora encontra-se separada, distanciada do seu amante. As cantigas de amigo talvez reflictam os ecos dos antigos cultos e ritos, antigos mistérios, nos quais, segundo aponta Margaret Starbird[22], as deusas pagãs, da Lua e da Terra, do amor e da fertilidade, nomeadamente Ísis (símbolo do amor e do mistério, arquétipo da feminidade) e Inanna, "irmãs e noivas", choravam a separação (pela morte ritual) dos seus alter ego, deuses do Sol. Esta pesquisadora encontrou uma conexão entre versos que glorificavam Ísis e versos do Cântico dos Cânticos (que é uma das referências bíblicas do romance bernardino). O culto da deusa (de amor e da fertilidade) pagã sobrevivia aliás ainda na era cristã, quando já prevalecia o culto da divindade masculina.

Voltando à insistente idealização da mulher no romance "Menina e Moça" e da proclamação da sua superioridade sobre o homem, nomeadamente pela sua capacidade do sacrifício no amor e pela sua compaixão, convém citar ainda outra referência clássica, sublinhada por Leonor Neves[23]: "Heroides" de Ovídio[24], cartas, cujas autoras são na maioria dos casos as famosas mulheres míticas que se sacrificavam e sofriam pelos homens, demasiadamente ocupados e às vezes infiéis, que não respondiam ao amor das suas amantes ou esposas com sentimentos iguais e com a mesma devoção, com excepção de Leandro (nota da autora do artigo), que não hesitou sacrificar pelo amor a sua vida. (Na obra bernardina são referidos dois "amigos" que, pela sua disponibilidade de se sacrificar por amor, equivalem a mulheres). Como sublinha G. B. Conte[25], as cartas são elegias, "poesias de dor e de lamentação" (seja lembrado aqui o insistente tom de lamentação no romance de Bernardim), cujas autoras sofrem não só com a separação e solidão, mas também com o seu destino de mulher.

Na explicação de Helder Macedo, que no seu famoso estudo de fundamental significância para a literatura bernardina[26] considera como a base esotérica obras do cabalismo do século XIII, nomeadamente Sepher-ha-Zohar ou o Livro do Esplendor[27], relacionando o feminismo do romance de B. Ribeiro com a mensagem política da obra: a perspectiva feminina derivaria de Shekhinah, a presença divina (o feminino de Deus) em exílio na Terra (ou ainda: a presença divina na mulher), que se identifica no Livro Zohar (e antes deste já no Livro Bahir[28], que revela uma pronunciada influência gnóstica) com a comunidade judaica, sendo

---

[22] Starbird, Margaret, *Žena s alabastrovým džbánkem* (The woman with the alabaster jar), Pragma, Praha 1993.
[23] Neves, Leonor, *op. cit.*
[24] Ovidius Naso, Publius, *Listy milostné*, Fr. Borový, Praha 1943.
[25] Conte, G. B., *Dějiny římské literatury*, KLP, Praha 2003, p. 327.
[26] Macedo, Helder, *Do significado oculto da "Menina e Moça"*, 1ª edição, Moraes, Lisboa 1977.
[27] Pauly, Jean de, *Sepher ha Zohar (Le livre de la Splendeur)*, vols. I–V, A. G. Grad, Paris 1976.
[28] *Bahir – Livre de la Clarté*, Verdier, Paris 1983. Sobre Zohar e Bahir e a convergência na Cabala das ideias do gnosticismo e do neoplatonismo, "este derivado sobretudo da fonte árabe" ver por exemplo Helder Macedo, *op. cit*., p. 69.

as suas representantes as mulheres judaicas. O criptojudaismo do autor do romance nunca foi – e talvez nem possa ser – provado, mas é provável que o autor tenha tido conhecimentos sobre o cabalismo, assim como de outras correntes místicas (Helder Macedo sublinha igualmente a influência, na Cabala, do neoplatonismo, este introduzido pelas influências árabes), especialmente, segundo nos parece, o sufismo. O feminismo da "Menina e Moça" assume uma ideia de importância relevante, comum precisamente em várias correntes místicas, entre outros também no mito cabalístico do século XIII: a consciência da necessidade – para serem reestabelecidos o equilíbrio e a harmonia na terra – da reinstauração do princípio feminino ("no céu", e por consequência também na terra, segundo o princípio esotérico "no céu, assim como na terra"). De acordo com o carácter místico da obra (e a sua inspiração platónica, gnóstica e outras), a valorização da mulher e do princípio feminino pode ser inspirada pela ideia platónica da suprema Beleza, da Sofia ou de Pistis-Sofia dos sistemas gnósticos (o princípio divino feminino tinha na gnose o papel de intermediário). Na dedução do princípio feminino divino é possível discernir a base de toda a sofiologia, decorrendo dela que o ser feminino é uma teofania por excelência, segundo H. Corbin[29] que sublinha, em relação com a obra dos poetas Ibn Arabî[30], Rúmí e outros, que nela a principal função do amor humano (amor cortês e amor místico) corresponde à das figuras, às quais se dá a função teofânica de anjo, como às figuras femininas celebradas pelos Fedeli d'amore (os súfis), entre os quais figurava Dante.

Outro fundamento do feminismo pode ser o facto de ser comum a representação da alma como a mulher. Não devemos também esquecer que, nomeadamente a partir do século XV, a mística cristã interferia intensamente na vida e na literatura (vários pesquisadores salientam também uma possível influência do culto mariano).

As personagens de Bernardim Ribeiro não são individualizadas, não têm cara nem carácter, sendo sublinhados os pormenores dotados de significado simbólico. Por outro lado, no nível narrativo do romance a psicologia amorosa feminina é diferenciada, assim como as etratégias das mulheres na relação amorosa (v. por exemplo as mentiras de Aónia, desejosa de se encontrar com Binmarder, ou a reflexão pragmática da sua criada que a aconselha a casar com o homem escolhido pelo seu pai, mas a continuar a encontrar-se com o amante mesmo depois de casada). Outro traço interessante: essas passagens do romance mais realistas, as que narram o amor de Binmarder e Aónia, contêm momentos que roçam quase o cómico, numa escrita em que prevalece um tom grave e trágico. Por vezes, o romance revela uma imagem realística da posição degradante das mulheres na sociedade (dependentes da vontade do pai ou do marido, humilhadas e violadas),

[29] Corbin, Henry, *L'imagination créatrice dans le soufisme d'Ibn Arabî, Aubier*, Paris 1993.
[30] Ibn al-Arabî (1165–1240), filósofo e poeta de Andaluzia, um dos grandes mestres sufis, que com 36 anos partiu para o Oriente.

não correspondente aos valores de cortesia, assim como a imagem do seu doloroso destino (a morte de Belisa durante o difícil parto), ou ainda de certas convenções da época (o exílio de Lamentor e da Belisa, a que se viram obrigados pela sua relação extraconjugal).

Já se afirmou, na introdução a este estudo, que a "Menina e Moça" pode ser classificada como um romance místico, de iniciação. Segundo o estudo de Daniela Hodrová[31], é assim perfeitamente aceitável que conjuguem nele características e traços de vários tipos de romances, pois esta classificação justifica o hibridismo tipológico da obra, que já tem sido caracterizado como um romance de carácter sentimental e psicológico, no qual detectamos traços do bucolismo (sem que seja um romance bucólico) e reminiscências das novelas de cavalaria, género do qual o escritor já se ia distanciando e que ultrapassou. José Pina Martins[32], que analisou as influências clássicas e italianas na "Menina e Moça", escreveu que é um romance do amor e da morte. Não concordamos, porém, com a negação do significado encoberto do texto bernardino, afirmada por este grande especialista na literatura portuguesa do século XVI. O "Livro das Saudades" é, sem dúvida, um romance de amor nas suas várias formas, assim como é tratado nos "Diálogos de Amor" de Leão Hebreu[33], um romance sobre o amor humano, mas nomeadamente sobre o amor de Deus, que dá o principal sentido à vida do homem e ao desejo humano. É um romance da morte (libertadora) – como é evidente no caso da morte de Belisa e no poema sobre Avalor, que por isso pode, a nível esotérico, iniciático, servir de encerramento do romance, embora a nível narrativo não pareça ser um fim adequado (aliás, como lemos várias vezes no texto bernardino e como já também tem sido sublinhado por vários pesquisadores, a possibilidade de não chegar a terminar o livro é aceite a até anunciada pela narradora que se proclama ser autora do livro), e parece até ser um princípio adotado, o de não acabar as histórias narradas. É um romance sobre as saudades da alma de Deus e sobre o seu desejo de voltar a ele, sendo várias vezes sublinhada no texto – no caso da narradora, de Binmarder e na relação de Avalor e Arima – a vida contemplativa e a êxtase como a possível ascensão da alma aos graus superiores da verdade e da existência, que culmina no conhecimento imediato e na aproximação a Deus. De acordo com a mística de amor platónica e neoplatónica, o sentido da vida humana consiste, no romance, no amor a Deus (o desejo da alma) que se efectua por intermédio do amor humano. Como já foi escrito por Teresa Amado[34], as três protagonistas do romance – Belisa, Aónia e Arima, podem representar, para além de três mulheres que tem comportamentos diferentes nas suas relações amorosas, três graus do desejo da alma na vida contemplativa no

[31] Hodrová, Daniela, *op. cit*., p. 45.
[32] Pina Martins, José Vitorino de, "Estudo introdutório", in: *História de Menina e Moça, Reprodução facsimilada da edição de Ferrara, 1554*, Serviço de Educação e Bolsas, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2002.
[33] Hebreu, Leão, *Diálogos de Amor*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa 2001.
[34] Amado, Teresa, *op. cit.*, p. 46.

caminho para Deus, sendo o caso de Arima o grau superior: Arima, já durante a sua estadia na Terra como se na realidade já lá não estivesse presente, passando do papel de adepto para o de iniciadora.

Visto, porém, que os "Diálogos de Amor", citados às vezes como outra possível fonte de inspiração de B. Ribeiro (nos quais o autor tentou conciliar as ideias do judaismo com o platonismo), saíram em Roma somente em 1535, podemos talvez supor, no caso da "Menina e moça", a influência de Marsilio Ficino (que foi provavelmente também a fonte de Leão Hebreu) ou a de Pico della Mirandola, eventualmente outros sábios cuja doutrina se baseava no platonismo. J. Pinharanda Gomes opina, por sua vez, que no sincretismo filosófico-místico da "Menina e Moça" predomina a gnose de Valentino, na qual encontramos a personagem de Jesus (no romance, a Dona dos tempos antigos alude, suspirando, ao seu filho), sendo o romance considerado por este filósofo como "uma glosa novelizada da gnose valentina"[35]. O pessimismo, o desencanto pelo mundo e a existência do princípio feminino são outros elementos que aproximam o texto bernardino dos sistemas gnósticos. Esta inspiração foi referida e analisada por vários pesquisadores, nomeadamente por Helder Macedo[36] que o sublinha como a principal explicação do dualismo no pensamento filosófico-religioso, evidente na "Menina e Moça" e que o distingue, evidentemente, da ortodoxia católica: várias vezes é exprimido o desejo de se libertar do corpo e dum desdém do corpo, no qual, presa, a alma faz a sua dura peregrinação no mundo (a vida no mundo como no exílio). O platonismo contém também, porém, pelo menos em certas obras de Platão, o dualismo, ainda intensificado no Plotino; e é também por isso que parece difícil distinguir no romance as influências da gnose (que, por sua vez, absorveu aliás muito da sabedoria judaica) das influências platónicas e outras próximas destas, i.é. a sufista e a cabalística.

O carácter híbrido do misticismo da "Menina e Moça", ou antes, os temas e motivos que são comuns de várias correntes místicas podem ser detectados em diferentes passagens do romance. Aleguemos, a título de exemplo, algumas deles: por exemplo, "bela e vestida de preto", que é a imagem da Dona dos tempos antigos, encontra-se tanto no livro Bahir (livro da cabala judaica talvez do século II), como no Cântico dos Cânticos (o preto, para além de ser símbolo da tristeza e das trevas, como a cor da noite participa no complexo de símbolos mãe – fertilidade – mistério – morte, sendo a cor das deusas da maternidade); o ritual de saudação (o texto insiste na saudação, nos cumprimentos, com os quais Arima sempre acolhe Avalor), é típico tanto da mística judaica como da persa; o motivo do rouxinol que canta docemente, caindo de repente morto na água – símbolo do amor humano e divino – é conhecido tanto da mística cristã (v. o poema "Philomela" de S. Bonaventura, que se relaciona com o culto franciscano de Jesus Cristo), como da mística persa. As descrições panteístas no início do romance falam em

[35] Pinharanda Gomes, J., *op. cit.*, p. 259.
[36] Macedo, Helder, *op. cit.*

prol da supremacia das místicas persa e cristã sobre a mística judaica (o sensualismo místico no primeiro estádio, no qual o místico não ousa contemplar Deus directamente, olhando para ele por intermédio da natureza que separa a alma humana de Deus, não impedindo, porém, a sua união).

De acordo com as constatações de Ch. Oulmont[37] parece provável que Bernardim Ribeiro não tenha absorvido estas influências ao acaso, mas que ele tenha procurado e escolhido obras (acima citadas) cuja mística o inspirava. A complexa estrutura do "Livro das Saudades" obedece, sem dúvida, a uma determinada intenção, e este romance de iniciação, inspirado numa série de obras adequadas desde a antiquidade até a época do autor e caracterizado por um hibridismo filosófico-místico, como era comum no Renascimento, representa uma obra única.

No processo da tradução do romance, a principal dificuldade situa-se, para além de certas questões de vocabulário, na complexidade da sua estrutura, no seu simbolismo: sob uma aparentemente relativa simplicidade dos significados, à qual correspondem meios linguísticos aparentemente simples, o texto tem outros significados profundos; um nível encoberto ao qual se tem acesso pela linguagem simbólica. Teresa Amado[38] chamou a este estilo "transfigurativo". O carácter e os problemas do estilo e da linguagem bernardinos, a passagem do nível exotérico ao nível esotérico mereceriam ser analisados com maior profundidade do que tem sido feito até agora. Seja lembrada mais uma vez a passagem do romance na qual o grito em galego do mateiro ardente inspirou o cavaleiro, ardente de amor, a mudar de nome (passagem de valor linguístico digna de Gil Vicente).

A linguagem simbólica da "Menina e Moça" não era comum na época do escritor (o seu simbolismo é mais próximo talvez dos textos místicos medievais e de Dante). O mistério da linguagem no texto bernardino não se limita a anagramas e a simbolismo dos nomes, embora este desempenhe um papel importante. Já há muito tempo que a crítica literária abandonou as teorias autobiográficas que tentavam ver, nos nomes das personagens do romance bernardino, anagramas dos nomes das pessoas da vida do autor e dos seus amores. Por outro lado, os nomes que o escritor escolheu para os protagonistas do seu romance não deixam de chamar atenção. Para além dos já citados, de Arima e Binmarder, é o nome de Lamentor (que evoca principalmente, mas não só, o verbo latino "lamentor," mas pode ocorrer também uma conexão com a palavra "mens"). No romance constatamos que a maioria dos nomes começam com as letras A e B (o nome que começa em A é muito comum nos adeptos), e estas duas letras têm uma importância especial por exemplo na tradição sufi. O nome de Aónia lembra, por sua vez, a palavra aeon (derivada da palavra grega "aeinous" – espírito eterno) que na gnose significava a eterna força proveniente de Deus, ou seja, o equivalente da sefira cabalística. Inspiradoras para Bernardim Ribeiro podem ter sido etimologias sufistas do nome divino que não correspondiam à ortodoxia: por exemplo, Ibn

[37] Oulmont, Charles, *op. cit*., p. 65.
[38] Amado, Teresa, *op. cit.*, pp. 33–34.

Arabî propõe a etimologia derivada da raiz que significa triste, agravada; aspirar por alguma coisa ou fugir de alguma coisa. Será relacionada com esta, a distinção das personagens do romance (nomeadamente femininas) tristes (para além das decepcionadas pelo amor, os iniciados, os místicos) e as outras (alegres)?

O belo poema sobre Avalor (cujo nome igualmente não deixa de captar atenção) – e neste ponto este estudo concorda com a opinião da maioria dos pesquisadores que não consideram as passagens da "Menina e Moça" que excedem este poema, como obra de Bernardim Ribeiro, parece então ser um encerramento adequado do romance, de acordo com o ideário da obra: enquanto Avalor segue cavalgando pela ribeira do rio, os remadores no barco que navega no rio cantam na sua canção que diz que só vencerá as águas frias aquele cujo desejo está lá (junto a Deus) donde o não pode tirar. Quando Avalor encontra um barco, parte nele e não há mais notícias suas. A sua nevagação neste barco (a barca é, no fundo, uma ilha navegante, e é impossível não recordarmos a ilha de Avalon e a navegação de Artur num barco em direcção àquela ilha – o reino dos mortos) é, no romance uma navegação iniciática – símbolo da morte e da purificação, o faná dos sufistas, caminho que o homem deve empreender para libertar em si a essência divina.

(Escrito em português pela autora)

BIBLIOGRAFIA

Edições utilizadas ou consultadas das obras de Bernardim Ribeiro

RIBEIRO, Bernardim, *Éclogas*, Seara Nova, Lisboa 1967. Selecção, prefácio e notas por Rodrigues Lapa.

RIBEIRO, Bernardim, *Menina e Moça*, edição de Ferrara, organizada e anotada por Teresa Amado, Editorial Comunicação, Lisboa 1984.

RIBEIRO, Bernardim, *História da Menina e Moça*. Reprodução facsimilada da edição de Ferrara, 1554, estudo introdutório por José V. de Pina Martins, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa 2002.

RIBEIRO, Bernardim, *Menina e Moça ou Saudades*, antologia, edição de Herculano de Carvalho, 3ª edição, Atlântida, Coimbra 1973.

RIBEIRO, Bernardim, *Obras Completas*, vol. I – *Menina e Moça*, vol. II – *Éclogas*, edição de Aquilino Ribeiro e Marques Braga, 3ª edição, Sá da Costa, Lisboa 1982.

RIBEIRO, Bernardim, *Menina e Moça*, edição anotada por Maria da Lurdes Saraiva, Livros do Bolso, vol. 122, 3ª edição, Publicações Europa-América, Lda.

RIBEIRO, Bernardim, *História da Menina e Moça*, edição de D. E. Grokenberger, Lisboa, 1947.

RIBEIRO, Bernardim, *Livro das Saudades, História da Menina e Moça*, com um estudo de Teófilo Braga, Lello e Irmão, Porto 1971.

Outras obras consultadas

BAJÁTOVÁ, M. – DŽAMNIJÁ, M. A., *Příběhy z pouští a zahrad* (Tales from the Land of the Sufis), Portál, Praha 1999.

BARROS, João de, *Crónica do Imperador Clarimundo donde os reys de Portugal descendem*, Clássicos Sá da Costa, Lisboa, 1953.

BERNARDES CARDOSO, J. A., *O Bucolismo Português, A écloga do Renascimento e do Maneirismo*, Livraria Almedina, Coimbra 1988.
Biblí svatá. Podle původního vydání kralického z roku 1579–1593, Česká biblická práce, Kutná Hora, Léta Páně 1940.
BORGES COELHO, A., *Clérigos, mercadores, "judeus" e fidalgos*, Caminho, Colecção Universitária, Lisboa 1994.
BRANDÃO, Raul, *Húmus*, Vega, Colecção Mnésis, Lisboa 1986.
CARDOSO, Adelino, *Fulgurações do Eu. Indivíduo e Singularidade no pensamento do Renascimento*, Edições Colibri, Lisboa 2000.
CARVALHO, António Carlos, *Os Judeus do Destino de Portugal*, Quetzal Editores, Lisboa 1999.
CARVALHO, Herculano de, "Introdução" à edição da *Menina e Moça ou Saudades*, 3ª ed., Atlântida, Coimbra 1973.
CORBIN, Henry, *En Islam iranien, aspects spirituels et philosophiques*, 4 volumes, Ed. Gallimards, Paris 1971–1972. (Vol. II, *Sohrawardi et les Platonicien de la Perse*; vol. III *Ruzbehan et le soufisme des Fidèles d'amour*).
ČERNÝ, Václav, *Lid a literatura ve středověku, zvláště v románských zemích*, Nakl. ČSAV, Praha 1958.
DANTE ALIGHIERI, *A Vida Nova* (A Vita Nuova, tradução portuguesa de Vasco Graça Moura), Bertrand, Lisboa 2001.
DOSTÁLOVÁ, R. – HOŠEK, R., *Antická mystéria*, Vyšehrad, Praha 1997.
GARDET, Louis, *Thèmes et Textes Mystiques*, Alsatia, Paris 1958.
GASPAR SIMÕES, J., *Perspectiva Histórica da Ficção Portuguesa*, Publicações Dom Quixote, Lisboa 1987.
HULSE, D. A., *Magické klíče* I–II, Volvox Globator, Praha 1998–1999.
IDEL, Moše, *Kabala – nové pohledy* (Kaballah. New Perspectives), Vyšehrad, Praha 2004.
KRIEGEL, Maurice, *Les Juifs à la fin du Moyen Âge dans l'Europe Méditerranéenne*, Hachette, Paris 1979.
KRISTELLER, Paul Oskar, *Osm filosofů italské renesance*, Vyšehrad, Praha 2007.
MARCEL, Raymond, *Marsile Ficin*, Société d'édition Les Belles Lettres, Paris 1958.
MARGATO, Isabel, *As Saudades da "Menina e Moça"*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa 1988.
MASSIGNON, Louis, *Essais sur les origines du lexique technique de la mystique musulmane*, Paul Geuthner, Paris 1922.
MATOUŠEK, Jaroslav, *Gnose*, Hermann a synové, Praha 1994.
MENESES, Paulo, *Menina e Moça de Bernardim Ribeiro, os Mecanismos (Dissimulados) da Narração*, Angelus Novus, Braga 1998.
MIRANDOLA, Pico della, *O důstojnosti člověka*, Oikoymenh, Praha 2005.
Mystické příběhy Zoharu (komentář a poznámky Arje Winneman), Volvox Globator, Praha 1999.
NAKONEČNÝ, Milan, *Lexikon magie*, 2ª ed., Nakladatelství Ivo Železný, Praha 1995.
OVIDIUS NASO, Publius, *Listy milostné* (Heroides), Fr. Borový, Praha 1943.
PESSOA, Fernando, *O Marinheiro, Poemas Dramáticos*, Ática, Lisboa 1956.
PETRARCA, Francesco, *Mé tajemství. O tajném střetu mých myšlenek*, Oikoymenh, Praha 2004.
PÉTREMENT, Simone, *Le Dualisme chez Platon, les gnostiques et les manichéens*, P.U.F., Paris 1947.
PLÓTÍNOS, *Sestry duše*, Rezek, Praha 1995.
REGO, Raul, *O processo de Damião de Gões na Inquisição*, Ed. Excelsior, Lisboa 1971.
RÉVAH, I. S., *La Censure Inquisitoriale Portugaise au XVIe s*., Instituto de Alta Cultura, Lisboa 1960.
RIBEIRO, Bernardim, *Mémoires d'une jeune fille triste ou Le livre des solitudes*, tradução francesa de *Menina e Moça* par Cécile Lombard, pref. de Agustina Bessa-Luís, Phébus, Paris 2003.
ROBIN, Léon, *La Théorie Platonicienne de l'Amour*, PUP, Paris 1964.
RYPKA, Jan et alii, *Dějiny perské a tádžické literatury*, Nakl. ČSAV, Praha 1956.
SARAIVA, António José, *Inquisição e Cristãos-Novos*, Editorial Inova, Porto 1969.
SARAIVA, António José – LOPES, Óscar, *História da Literatura Portuguesa*, 11ª ed., Porto Editora, Porto 1979.

SCHEUFLER, J., *Mysteria tajných společností a rosikruciánská alchymie*, Nakl. Hledající, Praha 1991.
SCHOLEM, Gershom, *As Grandes Correntes da Mística Judaica*, Editora Perspectiva, São Paulo 1995.
VERGILIUS MARO, Publius, *Zpěvy rolnické a pastýřské: Geórgika a Bukólika*, Jan Leichner, Praha 1937.
VICENTE, Gil, *Copilaçam de Todalas obras de Gil Vicente*, normalização do texto de L. C. Buescu, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa 1984.

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 27–35

CULTURA E IMAGINACIÓN: EL BARROCO EN LEZAMA LIMA

por ROBERTO SÁNCHEZ BENÍTEZ
(Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo, Morelia)

El barroco fue, para Lezama Lima, la forma por excelencia del arte mestizo en la América hispana. Fue la era imaginaria que siguió a la del cosmos indígena, destruído y soterrado; respuesta formal de la naciente cultura hispanoamericana al vacío creado por la derrota de la utopía y la épica de la conquista. Vacío, sostiene Carlos Fuentes, entre el deber ser y el querer ser, entre el deseo y la voluntad. De ahí que el barroco haya sido entendido como el elemento central de la contraconquista cultural y de afirmación de la nueva identidad. Para Lezama, la identidad cultural de Hispanoamérica sólo podía ser formulada en una concatenación de mitos indígenas y europeos, de elementos de la conquista y la contraconquista, del barroco y la utopía.

El propósito de esta ponencia es poner en evidencia las tres dimensiones del barroco ("pobreza que dilata los placeres de la inteligencia"), de acuerdo con Lezama: tensión entre la unidad, el orden y la exhuberancia, lo desmesurado; el plutonismo, "fuego originario que recoge los fragmentos y los unifica" y, finalmente, el ser un estilo "plenario", tanto en España como en la América española. La referencia a su obra literaria resultará imprescindible por ser él mismo un claro ejemplo de lo que queremos mostrar. Al menos, su obra ha sido un conocimiento de la nueva identidad cultural para Hispanoamérica, un requisito de madurez para alcanzar la emancipación cultural[1].

I. Tragedia y esplendor

El hombre es el punto medio entre
naturaleza y sobrenaturaleza.
Lezama Lima

Son varios los aspectos que definen al barroco americano. Comúnmente se le entiende como la forma contracultural que tuvo lugar como respuesta ante el despojo y la destrucción de que fueron objeto las culturas prehispánicas. El barroco vendrá a ser la contracultura, el sincretismo, la mezcla de la fe indígena y la cris-

[1] Gonzalo CELORIO, "Barroco y crítica en la literatura hispanoamericana", en Bolívar ECHEVERRIA (comp.), *Modernidad, mestizaje cultural, ethos barroco,* México, UNAM, 1994, p. 341.

tiana. Tal sería el caso de la capilla de Tonanzintla, en el estado mexicano de Puebla. En ella, y a pesar de todo, los indígenas celebran a sus antiguos dioses; el cuerpo entero desnudo de ellos decora las celebraciones del espíritu. Son cuerpos que emanan del paraíso indígena, llenando de formas el cielo cristiano. En esta iglesia, por ejemplo, señala Carlos Fuentes que "los indígenas se pintan a sí mismos como ángeles inocentes rumbo al paraíso, en tanto que los conquistadores españoles son descritos como diablos feroces, bífidos y pelirrojos."[2] Enmascaramiento y protección de la fe y las creencias religiosas. Una manera de expresar nuestras dudas y ambigüedades.

Pero también, el barroco es entendido como un arte de la abundancia, basado en la necesidad y el deseo, en la ocupación del espacio vacío. Arte de desplazamientos donde vemos nuestra identidad mutante. El espacio que ocupe quedará definido entre el ideal renacentista europeo y la realidad terrible de la destrucción cultural de los pueblos prehispánicos.

Valiéndose de caracterizaciones de Umberto Eco, Fuentes agrega que el barroco es una forma dinámica que barrunta jerarquías privilegiadas; negación de lo definido, de lo estático. Objeto en transformación perpetua que no es tan sólo algo bello que cualquiera puede contemplar, al lado de otros objetos bellos, sino "un misterio que hay que descubrir". Arte inacabado, difícil, arte de la inestabilidad y fugacidad, de desplazamientos y corporeidades: movimiento y encarnación, pluralidad y desorden, cambio y encuentro.

Más aún, lo que caracteriza al barroco americano es la presencia de una cierta tensión, un cierto "plutonismo", "fuego originario que rompe los fragmentos y los unifica"[3], así como el que no sea un estilo decadente, sino plenario, manifesto en extraordinarias adquisiciones del lenguaje. De la misma manera, caracteriza a cierto misticismo y curiosidad, así como cierto gusto por la vida. Estilo errante en formas y "arraigadísimo en sus esencias".

En particular, Lezama verá en el barroco un arte de la continuidad entre el pasado indígena y la utopía o promesa contradictoria de futuro traída por los conquistadores. Representa la era imaginaria que sigue a la del cosmos indígena, destruido y soterrado. Es la respuesta formal de la naciente cultura hispanoamericana a la derrota de la utopía y a la épica de su conquista.

Para Lezama, el barroco será la primera forma de manifestación del nuevo hombre americano en la arquitectura, la mística, la poesía. Revelación de un ser que comienza a otear el camino que habrá de seguir. Es una cierta "pobreza que dilata los placeres de la inteligencia", y que habrá de aparecer luego de que se han alejado el tumulto de la conquista y se comienza a disfrutar de lo propio, de los sueños e imaginación que tendrán oportunidad de florecer en los campos nuevos. El "señor barroco"[4] exige, señala Lezama, una dimensión: "la de su gran

[2] Carlos FUENTES, *El espejo enterrado,* México, FCE, 1992, p. 158.
[3] José LEZAMA LIMA, *La expresión americana,* México, FCE, 1993, p. 80.
[4] Quien mejor encarnará esta denominacón, a los ojos de Lezama, será el sabio mexicano Carlos de Sigüenza y Góngora, tanto en "figura y aventura", como en "conocimiento y disfrute". "Ni aún en

sala, por donde entona la fiesta, con todas las arañas multiplicando sus fuegos fatuos en los espejos, y por donde sale la muerte con sus gangarrias, con su procesión de bueyes y con sus mantas absorbiendo la lúgubre humedad de los espejos venecianos"[5].

Tensión de los elementos en búsqueda de una forma unitiva, de la finalidad de su símbolo o imagen. Frente a la rebelión de la naturaleza, el barroco intentará poner un cierto orden aunque sin rechazo, "una imposble victoria donde todos los vencidos pudieran mantener las exigencias de su orgullo y de su despilfarro"[6]. El plutonismo se añade a esta tensión al "quemar" los fragmentos y empujarlos, ya metamorfoseados, hacia su final. Tal es el caso de la princesa incaica en los trabajos de la iglesia de San Lorenzo, de Potosí, en el Perú, debidos al indio Kondori (S. XVIII). Lo que informa el interior de esta iglesia es el fuego originario, los emblemas cabalísticos, el ornamento utilizado como conjuro o terror. Espléndido estilo surgiendo de la más heroica pobreza, señala Lezama. El barroco habrá de utilizar los materiales preciosos más allá de su cotización monetaria para exhibir este anhelo de riqueza espiritual (la "platablanda mexicana, la madera boliviana, la piedra cuzqueña, los cedrales, las láminas metálicas"). De la pobreza al esplendor. Es la naturaleza, y no la ciudad, como en el barroco italiano al estilo Bernini o Borromini, la que manda en el barrco del nuevo continente. Es el vuelco de la materia natural quien habrá de indicar el nuevo horizonte de la diversidad cultural allende el Atlántico.

Lezama además señala que el barroco americano es amistoso con la Ilustración, tal y como lo entiende en la monja mexicana Sor Juana Inés de la Cruz. Tal sería el caso, por ejemplo, del poema *Primero sueño*, donde encontramos una utilización de la quinta parte del *Discurso del método* cartesiano. En esta cercanía a la Ilustración también se particularizó el barroco americano. Pero también en su cercanía con la utopía del renacimiento o comienzo en un nuevo mundo, como fue el caso de los jesuítas en Paraguay.

Una idea adicional sobre el barroco la tenemos cuando Lezama sostiene, refiriéndose al extraordinario escultor brasileño, hijo de negra y padre portugués, Aleijadinho, consumido por la lepra, trabajando a escondidas: "vive en la noche, desea no ser visto, rodeado del sueño de los demás, cuyo misterio interpreta". En la noche "llega como el espíritu del mal, que conducido por el ángel, obra en la gracia"[7]. Y remata: "Son las chispas de la rebelión, que surgidas de la gran lepra creadora del barroco nuestro, está nutrida, ya en su pureza, por las bocanadas del verídico bosque americano".

---

la España de sus días, puede encontrarse quien lo supere en el arte de disfrutar un paisaje y llenarlo de utensilios artificiales, métricos y voluptuosos" (Cfr. LEZAMA LIMA, op. cit., p. 90). Será otro mexicano, Fray Servando Teresa de Mier quien encarne la transición del barroco al romanticismo.

[5] LEZAMA LIMA, J., op. cit., p. 82.

[6] Ibid., p. 83.

[7] Ibid., p. 106.

II. Imagen e invisibilidad

Se ha señalado al modernismo (1880-segunda década del siglo XX) como la ruptura que hace posible la aparición del barrroco en la literatura hispanoamericana[8], ya que dirige su atención hacia el lenguaje. El modernismo considera el valor intrínseco de la palabra y desarrolla una sensibilidad para los efectos más sutiles, es decir, consigue crear los cimientos de una literatura independiente. Uno de sus rasgos destacados lo será el moverse en la incertidumbre, entre la pérdida de la fe y el derrumbe del orden. Las obras modernistas estarán concebidas para producir emociones estéticas.

Es a partir de un antecedente como el señalado que puede apreciarse la importancia de una novela como *Paradiso* (1966), en donde Lezama lleva a cabo un impresionante trabajo hermético sobre la imagen poética, la visión y el deseo. Frente a cualquier otra terrenalidad, el trabajo de Lezama lleva a la conclusión de que el poeta practica una de las más amplias libertades; es antes que nada, un creador de imágenes. Esta novela es, en parte, una descripción y una evocación poéticas y, en parte, un debate sobre el proceso creador. Recuerda constantemente una unidad primitiva anterior a la división del mundo en categorías y a la separación de la imaginación de la acción, del individuo con relación al universo. Novela que se sitúa en las zonas que anteceden al intelecto, en donde se goza sin comprender.

Sin la pretensión de agotar la riqueza que representa esta gran obra de la literatura hispanoamericana, habremos de referirnos al problema de la imagen, ya que es el que la crítica especializada ha señalado como uno de los más dominantes y aportativos de Lezama y donde puede entenderse su barroquismo. Al referirse a su propia novela señala que "José Cemí", uno de los personajes centrales, es el "hombre que busca el conocimiento a través de la imagen, es el poeta"[9]. Es a partir de la imagen o lo visible, que llegaremos al conocimiento de lo invisible, ahí donde la palabra da paso a la ausencia, lo mágico, el misterio, lo no dicho, en suma. En *Paradiso,* la irrealidad es la que se encuentra despertada por el presente, por la presencia de lo cotidiano. Invisibilidad que logra traer la noche, sobre todo, aunque de manera limitada: "A veces lo invisible, que tiene una pesada gravitación, y en eso se diferencia de lo irreal, que tiende más bien a levitar, se muestra limitado, reiterado, con lamentable tendencia al lugar común"[10].

Novela que conduce a la búsqueda de los arquetipos, lo numinoso:

> "Cuando un hecho cualquiera de su cotidianidad le recordaba una cita, una situación histórica, no sabía si sonreírse o gozarse de esa irrealidad substitutiva, que a veces venía mansamente a ocupar la anterior oquedad"[11].

---

[8] Jean FRANCO, *Historia de la literatura hispanoamericana,* Barcelona, Ariel, 1975.
[9] LEZAMA LIMA, J., en *Los novelistas como críticos,* Norma Klahn y Wilfrido H. Corral (coords.), México, FCE, 1991, p. 600.
[10] LEZAMA LIMA, J., *Paradiso,* Colombia, Ed. Oveja Negra, 1968, p. 379.
[11] Ibid., p. 428.

La literatura barroca, en particular, hará funcionar al lenguaje ya no como una remisión directa a la realidad, sino como lo que designa y significa a lo ausente. La obra de Lezama habrá de poner en cuestionamiento la estructura poética del lenguaje, en tanto límite y acicate de la creación[12].

Presencia de lo irrepresentable, he ahí una de las formas para entender el exceso, la demasía del barroco, y también el deseo trágico que lo anima. El erotismo que anima al barroco lo debemos entender como ese conjunto de actividades establecido por el juego, la pérdida, el desperdicio y el placer, todo lo opuesto al trabajo y la funcionalidad; un lenguaje que va más allá del nivel denotativo para ser metáfora, figura, insistencia de la voluptuosidad; el horror al vacío, la saturación de todos los espacios. El relato lezamiano se abre a los plano erótico, mágico e imaginario. Refiriéndose al acto amoroso, leemos:

> "Los dos cuerpos desaparecen/ en un punto que abre su boca./ Lo húmedo, lo blando/ la esponja infinitamente extensiva,/ responden en la puerta/ abrillantada con unguentos/ de potros matinales/ y luces de faisanes con los ojos apenas recordados."[13]

Intento que busca recobrar una unidad hecha de consonancias, de extraños vínculos y asociaciones imaginativas hasta dar con una esencia inapresable por otros medios[14]. Es la visibilidad o imagen la que arroja un conocimiento del "alma" de las cosas. De ahí la importancia de la luz en Lezama:

> "Teseo trae la luz,/ el sextante alegórico./ La luz es el primer animal visible de lo invisible./ Es la luz que se manifiesta,/ la evidencia como un brazo/ que penetra en el pez de la noche./ (…) Es lo primero que se manifiesta/ y será lo último manifestado"[15].
> El alma es la visibilidad de las cosas y las personas[16]. La apariencia es la esencia.

Es por ello que *Paradiso* se presenta, de acuerdo con Cortázar, como un novela en la que se propone una aprehensión de esencias por vía de lo mítico y lo esotérico en todas sus formas históricas, psíquicas y literarias vertiginosamente combinadas dentro de un sistema poético. Como bien lo ha señalado el poeta y filósofo mexicano Ramón Xirau, el mundo poético de Lezama está hecho a "imagen y semejanza"[17].

---

[12] Emir RODRIGUEZ, "Tradición y renovación", en César FERNANDEZ (coord.), *América Latina en su literatura,* México, S. XXI, 1994, p. 141.
[13] LEZAMA LIMA, J., "El abrazo", *Poesía completa,* Cuba, Editorial Letras Cubanas, 1994, p. 455.
[14] Valiéndose de tecnicismos de la época, el también poeta cubano Severo Sarduy, señala que el barroco es la falla entre lo nombrante y lo nombrado, y surgimiento de otro nombrante, es decir, metáfora (Cfr. "El barroco y el neobarroco", *América Latina en su literatura,* p. 170). Todo barroco no será más que una distancia exagerada, "una hipérbole, cuyo 'desperdicio' no es por azar erótico". Substitución, proliferancia gratuita, condensación, parodia, intertextualidad, intratextualidad, serán otros tantos aspectos lingüísticos asociados por Sarduy al barroco. En él encontramos un mecanismo de la paráfrasis, de la digresión, de la duplicación hasta la tautología. "Verbo, formas malgastadas, lenguaje que, por demasiado abundante, no designa ya cosas, sino otros designantes de cosas, significantes que envuelven otros significantes en un mecanismo de significación que termina designándose a sí mismo, mostrando su propia gramática, los modelos de esa gramática, y su generación en el universo de las palabras" (SARDUY, S., ibid., p. 176).
[15] LEZAMA LIMA, J., "Las siete alegorías", *Poesía completa,* p. 443.
[16] LEZAMA LIMA, J., *Paradiso,* Colombia, Ed. Oveja Negra, 1985, p. 432.
[17] Ramón XIRAU, "Crisis del realismo", en *América Latina en su literatura,* p. 201.

Ya en uno de los primeros ensayos, en defensa de la novela, que se escribieron (1967), Julio Cortázar apuntó que, en efecto, deberíamos entender la presencia de la imagen en Lezama como el rasgo que define su barroquismo original e inocente. Originalidad entendida como cierta naturalidad: "Nada más *natural* que un lenguaje que informa raíces, orígenes, que está siempre a mitad del camino entre el oráculo y el ensalmo, que es sombra de mitos, murmullo del inconsciente colectivo"[18]. Originalidad que no es sino el resultado de una visión recreadora del origen y de la creación como tal:

> "Dadnos el secreto, brisas de la mañana/ que comienza, de la noche que nos libera/ en el océano estelar, donde ya somos peces./ Brisas que comienzan a unir lo invisible/ y a separar los desterrados fragmentos/ homogéneos, las piedras piramidales,/ la diorita mortecina que con sus húmedos huesos."[19]

Pero también lenguaje natural en la medida en que es un lenguaje poético "desdeñoso de la información prosaica y pragmática, rebdomancia verbal que catea y hace brotar las más profundas aguas"[20]. Ingenuidad entendida como aquello que se remonta a los orígenes de la creación, más allá y previo al dominio de la "culpa" que estaría alentando a los escritores europeos. La culpa del europeo es la tradición a la que tiene que respetar y seguir. La acepte o la rechace, es una tradición que lo habita. Toda la sobreabundancia de Lezama proviene de esta inocencia y originalidad. Inocencia en libertad y libertad inocente:

> "Qué alegría, qué alegría,/ qué majestuosa tristeza esa unión/ de la respiración misteriosa,/ entre la transparencia que se recibe/ y la exhalación de las entrañas/ que se devuelve./ Esa es nuestra morada,/ la pureza que se recibe/ y la siniestra semilla que se hunde."[21]

Así, la "ciencia" de Lezama es palingenesia, en donde "lo sabido es original, jubiloso, nace como el agua de Tales y el fuego con Empédocles"[22]. Pero veamos los detalles de esta imagen lezamiana. De acuerdo con Cortázar, estaríamos hablando de la secreción suprema del espíritu humano en busca de la realidad del mundo visible. Los personajes son portadores de una visión del misterio de la existencia. Están en función de una poética total, alimentada por el deseo que anima a todo lo existente, comenzando con los elementos primigenios, al estilo del fuego, el agua, el aire y la tierra y toda su gama de asociaciones simbólicas, históricas, metafóricas y analógicas. Imagen y sobreabundancia:

> "La imagen lleva el cigarro que se cae, el lagarto con la cola/ de cuchillo para la piedra blanca, amigándolo con el podrido/ papiro egipcio y la hipóstila con agua muerta subterránea,/ pero reduciéndose en los escudetes de la justicia metafórica"[23].

---

[18] Julio CORTAZAR, "Para llegar a Lezama Lima", *La vuelta al mundo en ochenta días*, España, S. XXI, s/f, p. 61.
[19] LEZAMA LIMA, J., "Nacimiento del día", *Poesía completa,* p. 468.
[20] CORTAZAR, J., op. cit., p. 61.
[21] LEZAMA LIMA, J., "Los dioses", *Poesía completa,* p. 473.
[22] CORTAZAR, J., op. cit., p. 54.
[23] LEZAMA LIMA, J., "Recuerdo de lo semejante", *Poesía completa,* p. 331.

Y más adelante, en el mismo poema:

> "(…) Si la imagen entraña/ la sobreabundancia, el árbol y la distancia/ se entremezclan en una copia de lo homogéneo participado./ Y la copia de ese homogéneo resguarda la diversidad de cada/ rostro,/ pues sólo la sobreabundancia inunda los rostros y los encarna,/ y no los detiene en la correspondiencia de los términos,/ entre el Ovalo del Espejo y el Ojo de la Aguja."[24]

Pero también, semejanza y diversidad, más allá de lo homogéneo y como explosión de los orígenes:

> "Creer que la pluralidad se opone a la semejanza,/ es olvidar que todas las narices forman el olifante/ que convoca a los rinocerontes para la risotada/ crepuscular, la que traslada como Sísifo/ por largos corredores y el escarabajo por las hipóstilas./ La semejanza no coincidirá con lo homogéneo."[25]

Estos serán los nuevos caminos que el pensamiento y la poesía tendrán que ir creando y como para adentrarse en otro tipo de profundidades. Volver visible el universo esencial por medio de la imagen, y del que sólo vivimos usualmente instancias aisladas:

> "El cuerpo se escondía en la casa de las imágenes/ y luego reaparecía idéntico y semejante/ a un fragmento estelar, volvía./ Su ocultamiento había agrandado/ su armonía con el humo universal./ Se incorporaban la uña de su anterior/ pertenencia, el helado cuerno de lunar."[26]

Pero, ¿de qué naturaleza es esta imagen que permite ver esta comunión de seres y cosas, esta continuidad que se despliega desde los orígenes hasta el futuro no vivido. Tal vez valga la pena recordar lo que el poeta mexicano Octavio Paz sostuvo a propósito. La imagen es "toda forma verbal, frase o conjunto de frases, que el poeta dice y que unidas componen un poema"[27]. Imágenes son, en consecuencia, las clasificadas por la retórica como comparaciones, símiles, alegorías, mitos, fábulas, metáforas, juegos de palabras, paronomasias, símbolos, alegorías, etc. La imagen será, en todo caso, para el poeta mexicano, "cifra de la condición humana". Una de la cualidades que más se destacan de la imagen es la forma en la que tiende a hacer valer las contradicciones en una unidad poética o de sentido; sostiene la identidad de los contrarios. Refiriéndose a la poesía, señala Lezama:

> "La contradicción de la poesía,/ se borra a sí misma y avanza/ con cómicos ojos de langosta./ Cada palabra destruye su apoyatura/ y traza un puente romano secular./ Gira en torno como un delfín/ caricioso y aparece/ indistinto como una proa fálica"[28].

---

[24] Ibid.
[25] Ibid., p. 323.
[26] LEZAMA LIMA, J., "Nacimiento del día", *Poesía completa,* p. 464.
[27] Octavio PAZ, *El arco y la lira,* México, FCE, 1981, p. 98.
[28] LEZAMA LIMA, J., "Discordias", *Poesía completa,* p. 417.

De ahí que la imagen poética no tienda tanto a la verdad como hacia lo verosímil, lo posible. La imagen no sólo remite a lo que es, sino que lo recrea. Tal será el caso del personaje "Licario", en *Paradiso,* al escuchar la frase *diez mil mastines tienen que ser ejecutados* fue transportado a tierras feudales "habitando unas estaciones de garduñas del sacro imperio y de corzas oyendo misas"[29].

La imagen tendrá así la función de decir lo indecible por vía racional, aquello que escapa al principio de contradicción y de identidad, asegurando que "esto" es solamente "esto". La imagen haría posible que esto sea también, y más bien, "aquello", preservando la singularidad de ambos términos. Remisión a la unidad primigenia donde cada cosa remite a otra. Es la imagen la que saca del atolladero al lenguaje cuando éste se muestra incapaz de decir algo más. Pero además, la imagen remite a lo más específico de la visión de poeta; es la expresión genuina de su visión y experiencia del mundo. Refiriéndose al valor de la metáfora, señala el poeta cubano:

> "La marcha de la metáfora restituye/ el ciempiés a la urdimbre, el vuelco del Eros/ relacionables logra las tersas equivalencias siderales/ y las coordenadas donde las palabras se hunden en las se-/ mejanzas,/ allí el espejo ptolemaico está reemplazado por el agua untada/ con la tenebrosa cornamenta del reno"[30].

Además, estas visiones constituyen una realidad en la obra poética. La verdad que adquieren tiene sentido en el conjunto de dicha obra; son verdaderas en tal universo verbal.

La imagen tiene un carácter unificador, en ella los objetos se dan en una presencia instantánea y total. Es por ello que la poesía presenta, no representa. Es en la imagen donde encontramos una plenitud insólita, una reconciliación instantánea entre el nombre y el objeto, entre la representación y la realidad. La imagen es el sentido del poema:

> "La metáfora nos obliga a creer en la primera existencia/ del pétalo del jacinto, antes que el tejo coralino de Céfiro/ descendiese al Hades con el gracioso Jacinto,/ y levantase el plañido de las excepcionales flautas apolíneas."[31]

De esta manera, las imágenes son irreductibles a cualquier explicación e interpretación. Es por ello que en la imagen, las palabras o el lenguaje dejan de ser lo que son, medios de comunicación y traslación, para simplemente trascenderlos. "La experiencia poética es irreductible a la palabra y, no obstante, sólo la palabra la expresa"[32]. La imagen se encuentra más allá de la palabra: en el silencio y la no significación:

---

[29] LEZAMA LIMA, J., *Paradiso,* p. 439.
[30] LEZAMA LIMA, J., "Dador", *Poesía completa,* p. 196.
[31] LEZAMA LIMA, J., ibid.
[32] PAZ, O., ibid., p. 111.

> "La imagen lleva el cigarro que se cae, el lagarto con la cola/ de cuchillo para la piedra blanca, amigándolo con el podrido/ papiro egipcio y la hipóstila con agua muerta subterránea,/ pero reduciéndose en los escudetes de la justicia metafórica"[33].

Si hemos dicho que la imagen poética es reconciliación, lo hará en primer lugar con el hombre y sus distintas experiencias y realidades. El hombre se reconcilia cuando se hace otro. El hombre es su imagen. A través de la poesía, es.

Será la imagen o visión la que se encargue de entregarle al poeta las palabras, independientemente de la relación que puedan tener con la realidad. La madre de Oppiano Licario, preocupándose por el destino de éste y sus elucubraciones, dice:

> "Si esas hilachas, esos vermes pensantes, (…) se le enfrían, se enroscará calcificándose, y su final será una locura benévola o un entonamiento de aciertos mágicos, inencontrables, irreconstruibles, como un bólido azufroso caído en el desierto, al lado de un higueral, donde quedaron prendidos algunos fragmentos de la capa de un diablo manso, cazurro y recontador de riquezas aparentes"[34].

Al liberarse de la visión, la palabra se torna invisible, aunque ello es para modular esa invisibilidad a la vez que aproximarla a una modelación palpable:

> "Así fue adquiriendo la ambivalencia entre el espacio gnóstico, el que expresa, el que conoce, el de la diferencia de densidad, que se contrae para parir, y la cantidad, que en unidad de tiempo, reaviva la mirada, el carácter sagrado de lo que en un instante pasa de la visión que ondula a la mirada que fija. Espacio gnóstico, árbol, hombre, ciudad, agrupamientos espaciales donde el hombre es el punto medio entre la naturaleza y sobrenaturaleza…"[35].

Habrá que preguntarse en consecuencia, para el caso de Lezama, no por el destino de la palabra, que bien asegurado lo ha tenido, alimentando a escritores que fueron decisivos en el llamado "boom latinoamericano", en la imaginación y la reinvención de la cultura e historia de América del Sur, sino por lo que tanto le importó, su origen, la forma en la que ella misma pasaba de su visibilidad a su invisibilidad, remontándose a las fuentes indecibles, al lugar donde las cosas son indiscernibles del impulso que las crea y que las mantiene en un dinamismo extraordinario. Tal fue el sentido de su "Silogística poética". Dar oportunidad a la palabra para que "busque", tanto en el pasado como en la imaginación, todos los sentidos e imágenes posibles, hechos, sueños o sombras.

Lenguaje e imaginación, creación desde la novedad del continente pero también a partir de las culturas heredadas, dieron a Lezama la oportunidad de contribuir al barroco americano de una manera notable. Su sobreabundancia y diversidad le permitieron ir más allá de una visión simple del acontecimiento que tuvo lugar poco después de que el hibridismo de las culturas americanas tomara su asiento real.

---

[33] LEZAMA LIMA, J., "Recuerdo de lo semejante", *Poesía completa,* p. 331.
[34] LEZAMA LIMA, J., *Paradiso,* p. 431.
[35] LEZAMA LIMA, J., citado por J. Cortázar en op. cit., p. 67.

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 37–47

LÍNGUA E LINGUAGEM DE PEPETELA N' *O DESEJO DE KIANDA E O CÃO E OS CALUANDAS*

por MÁRIO JOÃO CAETTANO
(Luanda, Angola)

Introdução

Língua e Linguagem de Pepetela n'*O Desejo de Kianda* e *O Cão e os Caluandas*, é um trabalho onde se pretende realçar aspectos não só lexicais, mas também morfo-sintácticos que muitas vezes tornam a obra um pouco difícil de interpretar para quem não tem um pequeno dicionário ou mesmo uma noção básica das línguas nacionais angolanas ou ainda uma pequena experiência no meio cultural angolano.

Primeiro faz-se uma breve introdução da personalidade do autor destas obras, Pepetela. Depois passa-se ao resumo/análise do conteúdo das duas obras a fim de apresentá-las ao leitor e depois uma análise lexical e morfo-sintáctica das obras. A questão dos empréstimos de línguas nacionais angolanas na literatura angolana de expressão portuguesa é ainda uma área por se explorar e desenvolver. Até ao momento muito pouco foi escrito sobre esta problemática, ou seja, da riqueza das literaturas angolanas (e não só!) de expressão portuguesa.

No fim deste trabalho apresenta-se um pequeno dicionário de vocábulos recolhidos nestas duas obras e expostas com uma tradução a mais equivalente possível e, sempre que possível, com a origem das mesmas. Para tal foi necessário recorrer à dicionários existentes, principalmente os de *kimbundu*-português.

Pepetela

Pepetela[1] nasceu em 1941 em Benguela, Angola. É hoje um dos escritores angolanos de expressão portuguesa mais conhecidos a nível internacional e a sua contribuição para a literatura angolana enriqueceu não só a literatura angolana, mas também a lusófona em si.

Em 1958 partiu para Lisboa, onde ingressou no Instituto Superior Técnico (Engenharia) frequentando até 1960. Em 1961 passou para o curso de Letras. Dois anos depois ingressou na Luta de Libertação que começara em 1961. Mais tarde quando exilado na França e Argélia, graduou-se em Sociologia. Após a independência de Angola em 1975 Pepetela foi nomeado Vice-Ministro da Educação no primeiro Governo da República Popular de Angola. Actualmente vive em Luanda onde é professor universitário.

[1] Nome próprio: Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos.

Além de vários prémios nacionais e internacionais a partir de 1980, foi-lhe atribuído, em 1987, o Prémio Camões pelo conjunto das suas obras.

Conteúdo das obras

O Desejo de Kianda, 1995

Nesta obra Pepetela tenta mostrar uma vida normal do quotidiano luandense num certo bairro de Luanda. Descreve lugares mais conhecidos, pitorescos e frequentados e o próprio centro da narração se desenrola num dos largos mais conhecidos de Luanda – o Largo do Kinaxixi.

Esta simples, modesta mas também autêntica história começa com o casamento de um par cujas personagens são distintas, pelo comportamento, uma da outra. A parte masculina do par, João Evangelista, desempenha aqui o protótipo de um marido que cumpre e respeita a sua parceira, Carmina. Esta, é uma personagem de uma ambição política sem tréguas no Jota (JMPLA – Juventude do Movimento Popular de Libertação de Angola), mais tarde no próprio MPLA e muito detestada pelo seu jeito de ser e maneira de agir. As suas ambições e intrigas com o marido formam o primeiro motor da obra. Por outro lado temos um fenómeno misterioso que decorre neste Largo do Kinaxixi. Fenómeno enigmático que no início vai ao encontro com a vida do casal. O fenómeno é a inexplicável queda de prédios no Largo do Kinaxixi, cuja primeira queda ocorreu uma hora após o casamento de João Evangelista com Carmina, num dos prédios próprio largo. Os Caluandas[2] por antipatia para com Carmina tentaram relacionar os dois factos, mas não havia qualquer tipo de relacionamento. Os prédios caíam sem explosão alguma, sem ferimento dos moradores e estes passavam a morar no próprio largo em tendas.

Com o decorrer desta obra outros prédios iam caindo com o crescimento da carreira política de Carmina, o que atraiu a atenção de cientistas de toda a parte do mundo. Entre estes dois motores da obra existe ainda um menor que pouco a pouco vai esclarecendo o fenómeno explicando a história da cidade de Luanda, incluindo a do Largo do Kinaxixi. Aqui os leitores ficam a saber que antes havia uma grande lagoa habitada por uma *kianda* e com a construção do largo obrigaram a *kianda* a viver por debaixo do largo.

Este assombro representava a insatisfação da *kianda*. Depois de todos os prédios terem caído, ficou no largo uma grande lagoa que se ligou ao mar permitindo à kianda um caminho directo para o mar, para a liberdade.

O Cão e os Caluandas, 1985

Pepetela nesta sua obra tenta testemunhar, de uma forma muito original, alguns aspectos da sociedade angolana, principalmente nos anos 80 do século XX. A obra é constituída por várias narrações com narradores diferentes em que em todas elas aparece um cão pastor-alemão de nome Lucapa. A sua pre-

[2] Também *Kaluandas*, denominação pepetelina para denominar os habitantes de Luanda.

sença em várias narrativas difere-se, sendo algumas das vezes personagem motor da acção como em *O cão escapa aparecer no jornal*, *Ciúme, Carnaval de Kianda*, etc. Noutras narrativas é somente uma figura que se lá não estivesse presente, nada mudaria o decorrer e fluxo dos acontecimentos como, por exemplo, em *Entre judeus*, *Objecto: relatório das ocorrências na bicha do «Martal»*, etc.

Estas narrativas demonstram várias situações de circulação do cão pastor-alemão pela cidade de Luanda e arredores com os seus habitantes. Facto muito interessante é a forma de como Pepetela revela várias camadas da cidade de Luanda, não só dos seus "modus vivendi", mas também pela sua linguagem que se difere de narrativa em narrativa. São estes e outros factores que revelam o comportamento dos moradores de Luanda, os Caluandas. A estrutura do tempo e espaço são também factores decisivos na orientação do leitor através das narrativas.

As histórias são compostas numa primeira etapa por vários depoimentos, artigos de jornais, actas de reuniões, relatórios, ofícios burocráticos, peças de teatro, etc. Numa segunda etapa trata-se de um diário de uma jovem menina que, segundo o seu diário, o leitor fica a saber do verdadeiro nome do cão – Lucapa. O depoimento em si revela uma animosidade entre o cão e uma planta buganvília, tendo o mesmo, por fim, eliminado a buganvília com uma fúria horrenda. Estas duas etapas intercalam-se revelando paulatinamente o verdadeiro paradeiro do cão, considerado, em várias etapas, como um mero cão de rua.

Estas narrações também tentam revelar (umas mais, outras menos) o ponto de vista do cão que é geralmente o mesmo em cada capítulo. O cão aparece e desaparece quase da mesma forma, deixando sempre reacções diferentes às personagens que o conheceram. Umas indiferentes, mas outras chegavam até a amar ou detestar o animal.

Nestas duas obras acima relatadas Pepetela oferece ao leitor uma sátira social dos moradores de Luanda, facto que faz muito bem, formando assim um histórico daquilo que Luanda era nos tempos descritos.

Introdução à língua e linguagem

Para revelação de um mundo em transformação, Pepetela busca não só novas estruturas narrativas, mas renovados materiais linguísticos e estilísticos: kimbundismos, sintaxe popular, calão (ligado a novas realidades), arcaísmos, corruptelas jocosas e simbólicas e sobretudo neologismos. Esta neologia (vocábulos inventados ou acoplados – cadavez, maliducação, masé, etc.), extravasa analogicamente para um indeterminante número de novas locuções. É neste terreno e no da metáfora que se tenta delimitar aspectos da língua de autor que Pepetela usa, em sintonia com a confirmação da sua angolinidade.

Esta angolinidade destaca-se, por exemplo, n'*O Desejo de Kianda* e *O Cão e os Caluandas*, no código temático, nos processos de enunciação e no gosto pela sintaxe popular. Histórias de histórias, pronunciam em acções os juízos que con-

denam o colonialismo e o imperialismo num primeiro plano, e os defeitos da sociedade angolana pós-independente num segundo plano.

A linguagem de Pepetela é a procura pela originalidade e beleza africana. Porém, mais do que isto é o esforço de revelação de um mundo preexistente, sem dúvidas, mas em mutação/morfose. Um mundo africano culturalmente misto que se transforma e continua a transformar-se à busca da sua própria identidade. Daí a presença dos kimbundismos e calão luandense e a invenção de uma linguagem e lexemas novos para transcrever um mundo novo, ou olhado de uma outra maneira.

Os neologismos – termos acoplados, alternações semânticas, etc. – são o oposto de estagnação da língua, e exprimem uma língua cheia de vida e energia. Depois, o discurso é sempre ideológico e é, em grande parte, pela instituição de palavras novas ou renovadas que a linguagem de Luanda (e não só de Luanda!) adquire o poder semântico da revolução.

Exemplos de neologismos:

- "*Cruzei a Mutamba, desci* ***prá*** *baixa.*" (PEPETELA, 2004: 13)
- "*Os engenheiros* […], *pensam que sabem muito porque estudaram umas contitas e uns* ***desenhozecos****, mas são quadrados como a minha avozinha,…*" (PEPETELA, 1995: 62)
- "*essa tua mania de espírito das águas, estás* ***masé*** *a ficar maluca.*" (PEPETELA, 1995: 77)
- "*Arnaldo Santos, o escritor do Kinaxixi, sorria e dizia é preciso* ***masé*** *tapar a saída da Rua da Missão,…*" (PEPETELA, 1995: 78)

A reprodução, viva e cintilante da fala luandense é, logicamente, a base desta aventura em que se depara grande abundância de corruptelas de natureza lexical e sintáctica. São muito variadas as peculiaridades desta linguagem altamente inventiva e colorida. Antolham-se inúmeras formas encorpadas, por vezes pejorativas, muitas das quais são aumentativos, mas sobretudo diminutivos. Têm amiúde, estes diminutivos têm uma carga psicológica pronunciada, igualmente sensível em diversas metáforas, como as que transpõem o mundo familiar para a natureza ou amaciam o cenário da acção.

Pepetela nestas obras utiliza duas linguagens. Estas linguagens não são utilizadas paralelamente mas simultaneamente. A primeira linguagem é o que seria a linguagem corrente, influenciado pelo português padrão e a segunda é a linguagem popular, falada nas ruas, nos mercados, em diversões populares, etc., pela mais vasta gama dos locutores. Esta linguagem popular a que Pepetela recorre é influenciada por línguas nacionais e em especial pelo *kimbundu*. Nestas obras podemos dividi-la, primeiramente, em dois tipos:

1. O **primeiro tipo** utiliza como base o português e está dividido em duas formas que são utilizadas de outro modo em relação ao português padrão, ou seja, com o conteúdo semântico diferente, ou seja, gírias:
   1.1 o lexical (primeira forma), e
   1.2 a sintaxe (segunda forma)

2. O **segundo tipo** pode ser também dividido em duas formas:
   2.1 a que apresenta léxicos do calão ou linguagem popular angolana, ou seja, que não provêm nem de línguas nacionais faladas em Angola, nem do português padrão, e
   2.2 a que agrupa palavras provenientes de línguas nacionais angolanas.

É necessário constatar que tanto as línguas nacionais em Angola como o português sofreram influências mútuas, algumas com maior, outras com menor interferências. Ainda que no tempo do colonialismo português as línguas nacionais se encontravam em posição de substrato para com a língua portuguesa (superstrato), hoje a situação é diferente. As duas encontram-se em posição praticamente igual, ou seja, de adestrados. Aqui aproveitamos mostrar alguns exemplos retirados d'*O Desejo de Kianda* e d'*O Cão e os Caluandas*, para melhor demostra o que se vem de constatar.

Exemplos

1.1: lexical português, conteúdo semântico diferente:
- "*Os cientistas da **banda** eram constantemente solicitados a darem a sua opinião.*" (PEPETELA, 1995: 15)
- "*À boa moda da **banda**, não saíram dali sem acabar a garrafa*." (PEPETELA, 1995: 76)
- "Gostava mesmo é que vocês mexessem um ***coche*** também com as mãos." (PEPETELA, 2004: 48)

1.2: sintaxe portuguesa, outra forma de expressão:
- "*porque aqui já não há guerra, **vive-se nas calmas***" (PEPETELA, 1995: 62)

2.1: léxicos do calão ou linguagem popular angolana:
- "*Agora se assiste a uma recuperação colonial, há **bué** de gente com saudades daqueles tempos, dizem se vivia melhor do que depois da Dipanda*." (PEPETELA, 1995: 32)
- "*Meu filho, o mais velho Marx explicou há **bué** de tempo.*" (PEPETELA, 1995: 24)
- "*apodados geralmente por CCC de bananas, frouxos, **malaicos** e outros cumprimentos.*" (PEPETELA, 1995: 40)
- "Se o Joaquim Domingos que é quase ***matumbo***, foi o ano passado, porque não havemos de ir?" (PEPETELA, 1995: 58)
- "*Agora é só esperar pela **bufunfa***." (PEPETELA, 1995: 58)
- "*eles só estão aqui para ganhar uma **patacas** e que se lixe a terra.*" (PEPETELA, 1995: 62)
- "*Muitos morreram por ingerirem **caporroto** barato, destilado clandestinamente com pilhas para acelerarem a fermentação*" (PEPETELA, 1995: 75)
- "*tens sorte de ter casado com Carmina, mas são os **mambos** de toda gente*" (PEPETELA, 1995: 91)

- "*onde vamos descer? Se perguntava na bicha de* ***maximbombo***" (PEPETELA, 1995: 100)

2.2: léxicos provenientes de línguas nacionais angolanas:
- "*qualquer dia é um verdadeiro* ***kimbo***" (PEPETELA, 2004: 65)
- "*Porque os lacaios dos Tobias já ouviram o* ***mujimbo*** *e estão a fazer corredores no Partido…*" (PEPETELA, 2004: 111)
- "*As* ***kitandeiras*** *pegaram-se nas* ***ba_ulas****, digo* ***ba_ulas*** *mesmo, os* ***monas*** *meteram-se na* ***maka*** *pra roubar as latas abandonadas, os clientes começaram receber murros dos operários, algumas carteiras aproveitaram logo sumir nos bolsos dos lumpens…* ***kazukuta*** *totalé*!" (PEPETELA, 2004: 107)

O *kimbundu* e Pepetela

Pepetela sofre influência, como supramencionado, de línguas nacionais, nomeadamente do *kimbundu* que é língua prefixa, aglutinante e tonal, que dá realce aos aspectos (quer dizer do ponto de vista de quem enuncia), com a ausência de alguns tempos e modos, o que tem como consequência haver trocas, por analogia, de alguns deles. A troca de pronomes da posição enclítica para proclítica é um fenómeno que se pode explicar pelo facto de as línguas *bantu* (que mais influenciam o português) terem seus pronomes em posição proclítica. Este facto é também corrente no Brasil. A sintaxe normativa da língua portuguesa de Portugal, sendo modal e temporal, ao sofrer interferências de uma outra norma de falar, torna-se, por vezes, cómica ou simplesmente imprevista. A adopção de modos gramaticais do *kimbundu* no uso da língua portuguesa está de acordo com a construção de um estilo que apresenta similitudes muito marcadas com a oralidade africana.

O *kimbundu* é uma das diversas línguas *bantu* que são faladas em Angola, mais precisamente na capital, Luanda e Província de Luanda, Malanje, Kwanza Norte, Bengo, nas zonas fronteiriças ao sul das províncias de Uíge e Zaire, assim como ao Norte da Província do Kwanza Sul.

Do ponto de vista etnolinguístico, o *kimbundu* é a língua dos *Ambundu*. Tendo em conta a classificação das línguas *bantu*, apresentada por Malcom Guthrie, o *kimbundu* pertence à zona H 20. (1948: 50)

Sendo a língua Portuguesa utilizada como *lingua franca* e a única língua oficial em Angola, existe, hoje em dia, uma grande interferência do *kimbundu* na língua portuguesa utilizada principalmente em Luanda. Mas o português está a adquirir várias palavras não só do *kimbundu*, mas também de outras línguas, pois isto depende, obviamente, em que meio e grupo etnolinguístico a mesma se encontra.

Este estudo centra-se nos empréstimos principalmente do *kimbundu* utilizados nas duas obras de Pepetela, ou seja, as interferências provenientes do contacto entre as duas sociedades, nomeadamente, uma comunidade de origem Europeia, falando uma língua neolatina, o português e, uma outra, de origem africana, falando uma língua *Bantu*, o *kimbundu*.

Pepetela em sua obra apresenta algumas destas diferenças linguísticas importantes que são base de muitas alterações morfo-fonológicas e morfo-sintácticas que caracterizam o português de Angola relativamente ao de Portugal.

As mudanças que podemos constatar n' *O Desejo de Kianda* e *O Cão e os Caluandas* são possíveis num contexto específico como o de um contacto de línguas e culturas diferentes numa relação precisa, que é caracterizada por uma situação colonial.

É ainda necessário constatar que Pepetela na sua transcrição de palavras nacionais angolanas para a literatura não é uniforme, ou seja, algumas vezes recorre à transcrição internacional para as línguas africanas (como o kiswahili), que são geralmente fonéticas (maka, kumbu, bazar, kota, kazukuta, etc.) e outras vezes recorre à uma transcrição com base nas regras do português padrão (kissanje [kisanje], mujimbo [mujimbu], quitata [kitata], kimbo [kimbu], quioco [kyoku], Caluanda [kalwanda], muceque [musek] etc.).

As interferências

Em geral. Assim como acima mencionado, o português por ter sido língua obrigatória durante a presença colonial portuguesa em Angola e não só, era também um índice de civilização. Os Africanos para poderem compartilhar das regalias europeias, deviam passar a vários obstáculos, e um deles era a prova de sabedoria da língua e cultura portuguesas, para receberem o estatuto de assimilado. Entretanto, sendo a quase totalidade dos Angolanos analfabeta, verificou-se uma tendência grande para adaptar as estruturas das línguas *bantu* ao português, criando uma convergência linguística nas interacções idiomáticas que constitui a base do fenómeno de interferência. (MINGAS, 2000: 59)

Lexicais. Tal como com qualquer outras línguas em que se registam interferências linguísticas, a maior percentagem de interferências são feitas a nível de léxicos. Pepetela em sua obra também demonstra este fenómeno. Aqui estão alguns exemplos:

- "*Agora se assiste a uma recuperação colonial, há bué de gente com saudades daqueles tempos, dizem se vivia melhor do que depois da* ***Dipanda***." (PEPETELA, 1995: 32)
- "*Como não podia deixar de ser, os* ***kotas*** *falavam da sua meninice kinaxixense*" (PEPETELA, 1995: 47)
- "*aqui à volta da lagoa era tudo terra vermelha, essa terra* ***muceque****, do cepo cortado saía um líquido*" (PEPETELA, 1995: 47)
- "*o sítio onde há trinta e tal anos derrubaram a mafumeira de* ***Kianda****, quando construíram a praça*." (PEPETELA, 1995: 46)
- "*Mestre Mingo, conhecido por ladrão da urbe, segredou para os* ***kambas****, meus, esse kota americano é bué, tá dizer Luanda parece Los Angeles.*" (PEPETELA, 1995: 80)
- "*As* ***kínguilas*** *também andavam contentes, até já tinham inventado uma canção*" (PEPETELA, 1995: 82)

- "*Mais (sic) velho Mateus, chateadíssimo no seu canto e sempre a insistir com Dona Mingota, sua esposa e mãe do noivo, para* ***bazarem*** *já porque aquele era um casamento espúrio*" (PEPETELA, 1995: 12)
- "*Honório voltou aos escombros, para as buscas e as inevitáveis* ***makas*** *de vizinhos*." (PEPETELA, 1995: 43)

Excepção – Cokwe [tchokwe]
- "*Mas tinha de filtrar bem os* ***mujimbos****, pois se dissesse que tinha encontrado um amigo que agora era animador dum partido novo*" (PEPETELA, 1995: 19)

Morfo-sintácticas. Menos afectada pelas interferências, embora se registem algumas. O *kimbundu*, como aliás todas as línguas *bantu*, é uma língua em que os substantivos estão organizados em classes, representadas por grupos paritários de prefixos, o que não acontece em português.

Tendo como a referência as construções onde o pronome em função de complemento directo e/ou indirecto apresenta a mesma estrutura formal, Pepetela utilizou a mesma construção utilizada na vida quotidiana luandense ou até angolana. Porém na totalidade dos exemplos, constata-se na variante angolana, por interferência do mesmo tipo de construção em *kimbundu*, que o pronome não é nunca enclítico como em português,[3] excepto casos particulares, mas proclítico.

Exemplos:
- "*Mas João sabia* ***lhe dar*** *prazer*." (PEPETELA, 1995: 22)
- "*Uma criança caiu do quinto andar e* ***se afogou***." (PEPETELA, 1995: 34)
- "caíam no asfalto a tentar ***lhe pontapear***" (PEPETELA, 2004: 98)

Conclusão

Este trabalho pode ser uma humilde amostra daquilo que hoje encontramos geralmente nas literaturas angolanas de expressão portuguesa, não só escritas por Pepetela, mas também por outros escritores que utilizam com alguma abundância os empréstimos das línguas nacionais angolanas. Esta é uma das formas que fazem com que a literatura angolana esteja ligada o máximo possível com as questões do dia a dia e certamente com a linguagem expressa pelos seus locutores. Por outro lado, existe, sem dúvida, uma maior interferência do português nas línguas nacionais de Angola que podem, muito seriamente, no futuro, mudar a estrutura, vocabulário, etc. das mesmas, se o Angola não optar por uma política de preservação das línguas nacionais mais dinâmica e efectiva.

No tempo colonial foram realizados vários estudos sobre a situação etnolinguística do país. Mas agora com a independência e a possibilidade de Angola ter em criar a sua própria história analisando também a situação etnolinguística do país, que entretanto mudou, deve incentivar as instituições responsáveis para

[3] Regra geral e excepto os casos particulares como negação, seguido de pronome relativo, etc.

estudos sérios, detalhados e coerentes da situação. Hoje já é possível basear-se em estudos linguísticos modernos que permitem melhor analisar a problemática linguística formando uma metodologia uniforme para as línguas nacionais nas áreas de fonética, fonologia, morfologia, sintaxe e semântica.

Neste momento estão os autores angolanos a escrever na única língua oficial de Angola utilizando, como factor de embelezamento, diversas expressões de línguas nacionais. Espera-se porém que um dia a literatura angolana possa ser também enriquecida por obras em línguas nacionais. Esta realidade já se faz sentir cada vez mais com o *kiswahili*, mesmo se a mesma além de ser língua nacional seja também oficial (Tanzânia, Quénia, Uganda), o que facilita o seu estatuto. A literatura aqui teria um factor de preservação e divulgação da língua.

VOCÁBULOS NAS DUAS OBRAS

- **baçulas** – rasteiras – *kimbundu* (PEPETELA, 2004: 103)
- **bala** – dinheiro – linguagem popular (PEPETELA, 2004: 161)
- **banda** – "nosso país natal", mas pode também ter o significado de "nosso bairro" quando já presente em Angola – gíria (PEPETELA, 1995: 15)
- **batuta** – prestígio, classe – linguagem popular (PEPETELA, 2004: 47)
- **bazar** – ir-se embora, fugir – *kimbundu* (*kubaza*) (PEPETELA, 1995: 12)
- **bué** (se a palavra seguinte é um adjectivo, utiliza-se sem preposição[4] e se a palavra seguinte é um substantivo utiliza-se a preposição *de*) – muito – linguagem popular (PEPETELA, 1995: 24)
- **bufunfa** – dinheiro – linguagem popular (PEPETELA, 1995: 58)
- **bumbar** – trabalhar – linguagem popular (PEPETELA, 2004: 108)
- **bumbo** – negro – linguagem popular, geralmente designado de *mbumbu* (PEPETELA, 2004: 32)
- **bunda** – traseiro – *kimbundu* (*mbunda*) (PEPETELA, 2004: 89)
- **Caluandas** – o mesmo que naturais de Luanda – *kimbundu* (mu kwa Luanda)
- **campunas** – camponeses – calão (PEPETELA, 2004: 12)
- **cazumbi** – espírito – *kimbundu* (*kazumbi*) (PEPETELA, 2004: 152)
- **coche** – um pouco, pedaço – gíria (PEPETELA, 2004: 48)
- **cubar** – viver, dormir – de origem *kimbundu* de *kubata* (PEPETELA, 1995: 39)
- **cubata** – palhota – *kimbundu* (*kubata*) (PEPETELA, 2004: 53)
- **cubico** – casa – linguagem popular (PEPETELA, 1995: 39)
- **dicanzas** – instrumentos musicais também conhecidos por reco-reco – *kimbundu* (*dikanza*) (PEPETELA, 1995 (2): 93)
- **Dipanda** – independência – *kimbundu* (*dipanda*) (PEPETELA, 1995: 32)

[4] No português falado em Portugal, bué já encontrou a sua utilização entre jovens e não só, mas por enquanto utiliza-se somente antes de um adjectivo, por exemplo bué da bom.

- **dongo** – canoa feita de um tronco de árvore escavado – *kimbundu* (*ndongu*) (PEPETELA, 2004: 167)
- **gomas** – batuques, tambores – *kimbundu* (*ngoma*) (PEPETELA, 2004: 98)
- **haka** – interjeição de espanto – *umbundu* (PEPETELA, 2004: 184)
- **kambas** – amigos – *kimbundu* (*dikamba*) (PEPETELA, 1995: 80)
- **kandengues** – miúdos, crianças – *kimbundu* (*kandenge*) (PEPETELA, 2004: 24)
- **kazukuta** – nome original duma dança. Hoje em dia também sinónimo de confusão – *kimbundu* (PEPETELA, 2004: 93)
- **kianda** – entidade sobrenatural das águas. As kiandas vivem na água, quer no mar, quer no rio, quer em lagoa, mesmo em qualquer sítio onde haja pequena porção de água permanente, podendo mostrar-se sob qualquer aspecto – pessoa, peixe. Em forma humana, podem apresentar-se como indivíduos do sexo masculino ou feminino. As aparições da kiandas apresentam um bom ou mau indício. Por efeito de simpatia, influem gestação originando indivíduos anormais, como os deformados fisicamente – *kimbundu* (*kianda*) (PEPETELA, 1995: 46)
- **kíbuas** – mentiras – *kimbundu* (*kibwa*) (PEPETELA, 2004: 90)
- **kimbo** – aldeia – *kimbundu* (*kimbu*) (PEPETELA, 2004: 63)
- **kínguilas** – vendedora em mercados – *kimbundu* (*kingila*) (PEPETELA, 1995: 82)
- **kissanje** – instrumento musical – *kimbundu* (*kisanje*) (PEPETELA, 2004: 64)
- **kitanda** – mercado – *kimbundu* (*kitanda*) (PEPETELA, 2004: 82)
- **kitandeiras** – vendedoras de rua ou de mercado – *kimbundu* (de *kitanda*) (PEPETELA, 2004: 103)
- **komba** – velório na casa do morto. Sítio em que se come, bebe em função de despedida com o mesmo – *kimbundu* (komba) (PEPETELA, 2004: 94)
- **kota** – velho – *kimbundu* (*kota*) (PEPETELA, 1995: 47)
- **kumbu** [kumbú] – dinheiro – linguagem popular (PEPETELA, 2004: 99)
- **maka** – problema, conflito, discussão – *kimbundu* (*maka*) (PEPETELA, 2004: 90)
- **malaico** – pessoa falhada – linguagem popular (PEPETELA, 1995: 40)
- **mambo** – coisa, caso – linguagem popular. Aparentemente de origem *Bantu* como por exemplo em *kiswahili* (língua do leste africano), que é a língua *Bantu* mais utilizada, existe jambo, sg. e mambo, pl. e significa coisa, coisas (PEPETELA, 1995: 91)
- **matumbo** – adj., indivíduo bastante atrasado, ainda não liberto dos costumes primitivos. Selvagem. Ignorante. Bisonho. Inexperiente – linguagem popular (PEPETELA, 1995: 58)
- **maximbombo** – autocarro – linguagem popular (PEPETELA, 1995: 100)
- **milongos** – feitiços – *kimbundu* (*milongu*) (PEPETELA, 2004: 86)
- **mona-kaxito** – arma, lança-obuzes reactivo – *kimbundu* (trad. filho de Caxito) (PEPETELA, 2004: 176)
- **monandengue** – miúdo – *kimbundu* (*monandenge*) (PEPETELA, 2004: 108)
- **monas** – miúdos, filhos – *kimbundu* (*mona* ou *mwana*) (PEPETELA, 2004: 102)
- **muadié** [as vezes **madié**] – senhor – *kimbundu* (*mwadie*) (PEPETELA, 2004: 105)
- **muceque** – terreno arenoso, mas agricultável, situado fora da cria marítima, em planície de atitude – *kimbundu* (*museke*) (PEPETELA, 1995: 47)
- **mufete –** prato tradicional angolano: peixe grelhado e feijão com óleo de palma – *kimbundu* (*mufete*) (PEPETELA, 2004: 171)

• **mujimbo** – notícia, mas também boato – *cokwe* (*mujimbu*) (PEPETELA, 2004: 107)
• **nguêtas** [ngweta] – brancos – kimbundu (*ngueta*) (PEPETELA, 2004: 108)
• **pancava** – comia – linguagem popular (PEPETELA, 2004: 23)
• **quitata** [kitata] – prostituta – *kimbundu* (kitata) (PEPETELA, 2004: 141)
• **zuna** – em alta velocidade – linguagem popular (PEPETELA, 1995: 109)

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Albino, 1951: *Dicionário etimológico bundo-português*. Lisboa: Tip. Silvas.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lyndley, 1984: *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Ed. João Sá da Costa.

GUTHRIE, Malcolm, 1948: *The Classification of the Bantu Languages*, London, Oxford University Press.

MINGAS, Amélia A., 2000: *Interferência do Kimbundu no Português Falado em Lwanda*. Porto: Chá de Caxinde.

PEPETELA, 1995: *O Desejo de Kianda*. Lisboa, Publicações Dom Quixote.

PEPETELA, 2004: *O Cão e os Caluandas*. Luanda: Editorial Nzila.

REDINHA, José, 1974: *Etnias e Culturas de Angola*. Luanda: Instituto de Investigação Científica de Angola.

MULELE, s.d.: *Guia de Conversação em Kimbundu*. Luanda: Centro de Catecumenato – PP. Capuchinhos.

VV/AA, 1976: *Angola – Culturas tradicionais*. Coimbra: Instituto de Antropologia, Universidade de Coimbra.

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 49–67

DOIS MOVIMENTOS INTEGRALISTAS EM PORTUGAL E NO BRASIL

por ALEŠ TENORIO LUNA VRBATA
(Universidade de Hradec Králové)

A revolução francesa marcou a extinção d'*ancien régime* não somente na França mas também em outros países da Europa e da América. O impulso revolucionário fornecido pelos meios filosóficos do Iluminismo é bem conhecido. Mas a revolução inspirada pela monarquia constitucional inglesa e revolução americana não foi resultado de ideias estangeiras. A especificidade da revolução francesa foram as ambições universalistas típicas da filosofia continental da época. Esse Universalismo filosófico encontrou a sua melhor expressão no texto de aspirações universalistas *Déclaration des droit de l'homme et du citoyen,* que se tornou no ponto de partida das outras constituições francesas, e não só delas. A política d'*ancien régime* desocupou vagarosamente as suas posições, mas aos poucos as massas tomavam o espaço até então ocupado pela nobreza e pelo alto clero. Santificado pela filosofia do Iluminismo e pela tríade revolucionária *"égalité, liberté, fraternité"* esse processo determinou o percurso do século XIX, e nem intelectuais conservadores nem autoridades eclesiásticas conseguiram invertê-lo. Até que a crise dos regimes liberais parlamentares no final do século XIX e no início do século XX forneceu apoio a essa antiga direita contra-revolucionária. Na Europa daquela época podemos observar algumas correntes políticas novas cujas origens não tinham nada a ver com o *ancien régime*: nacionalismo e antisemitismo. Nacionalismo, esse fenómeno inicialmente esquerdista da época do romantismo, tornou-se corrente política de direita com ênfase nos mitos e raízes nacionais, chão materno, tradições e religião, e começou a dirigir-se à velha nobreza e igreja. Isso acontecia tendo como pano de fundo as catástrofes nacionais que ameaçavam a identidade nacional: por exemplo, no caso espanhol, se tratava da derrota indigna pelos EUA e da perda dos domínios transatlânticos no ano de 1898, em Portugal uma crise igual era provocada pelo *Ultimato* britânico de 1890, que definitivamente enterrou o projeto colonial do "*Mapa Cor-de-Rosa*", e na França a crise nacional foi resultado da derrota de Sedan em 1870, seguida de *l'Affaire Dreyfus* (desde 1894). Estes eventos engendraram a reavaliação do projeto revolucionário cujo traço essencial era o universalismo filosófico herdado do Iluminismo. Os movimentos criados pelas novas gerações no final do século XIX abandonaram este universalismo – eram voltados para o passado, inspiravam-se nas ideias de contra-revolução, queriam despertar o passado nacional grande e glorioso.

Nesse contexto o pensador inglês George L. Mosse[1] fala de um *New Romanticism* na Alemanha como uma corrente intelectual e espiritual que se formou como consequência (e compensação espiritual) das guerras napoleónicas no território alemão. Os pensadores do novo romantismo compartilham uma característica – queriam evitar as necessidades da sociedade moderna e o industrialismo, exigiam o regresso às estruturas da sociedade medieval, rejeitavam os estrangeiros e as influências do exterior, tal como as cidades e o *life style* urbano. Mesmo que a Alemanha de Bismarck tenha sido modelo para os nacionalistas italianos ou franceses daquela época, os próprios Alemães não conseguiram conformar-se bem com a realidade da unificação – consideravam-na meramente técnica, política, acto puramente pragmático do chanceler Bismarck, acto que os afastava dos próprios valores nacionais, da vida tradicional rural, da essência de *"ser alemão"*. No entender desses movimentos nacionalistas (que mais tarde forneceram o ideário do regime nazista) o estado alemão teria que ser expressão do *volk* místico. Só assim a nação poderia viver a sua essência autêntica. Segundo Mosse, os Alemães já pouco tempo depois de 1870 passavam pelo difícil período que fomentou a questão da identidade nacional[2]. Propriamente dito, era o aspecto romântico do pensamento alemão do século XIX que – segundo Mosse – seria uma das fontes intelectuais mais importantes do nazismo alemão e do *III Reich*: não as ideias da revolução francesa, não o industrialismo e progresso, muito pelo contrário. Esse fenómeno é muito marcante, e não ligado só com a antiga nobreza como em outros países – nomeadamente na França, Espanha ou em Portugal. Ao contrário da Alemanha, aqui o papel crucial era desempenhado não apenas pela intelectualidade, poetas, escritores, mas também pela nobreza, que no espírito daquela época estava disposta a entrar na esfera da política das massas.

Esse artigo justapõe o movimento tradicionalista português *Integralismo Lusitano* (adiante, IL) e o movimento brasileiro *Ação Integralista Brasileira* (a seguir, A.I.B.). Como movimentos ideologicamente próximos, ambos se referiam à mesma designação – integralismo. O desenvolvimento dos dois países era até certo ponto diferente – em particular a sua direcção era diferente – enquanto a luta do *Integralismo Lusitano* era pelo renascimento da identidade nacional, pelas tradições e pela restauração monárquica, representava a luta pelo regresso às velhas tradições medievais de Portugal, no caso da A.I.B. se tratava de uma luta pelo "descobrimento" ou "formação" da identidade nacional no sentido como o compreenderam já os *modernistas* da *Semana da Arte Moderna* em 1922, e como já tinha sido indicado pelas obras de Euclides da Cunha, Alberto Torres ou Oliveira Vianna. Também a visão deles era voltada para o passado, mas é questionável até que ponto as suas inspirações eram "brasileiras": – o catolicis-

[1] George L. Mosse, *The Crisis of German Ideology, Intellectual origins of the Third Reich*, New York, Howard Fertig, 1981.

[2] Um dos muitos intelectuais que tentou definir "ser alemão" era também autor da expressão "Drittes Reich" (III Reich) Arthur Moeller Van den Bruck na obra *Die Deutschen* (8 vols., 1904–1910).

mo professado pelos integralistas era um factor sem dúvida europeu, introduzido no território brasileiro pelos Portugueses, – na questão racial os próprios integralistas não chegavam a acordo do que é *"raça brasileira"*, – ao contrário dos integralistas lusos, os integralistas brasileiros não se esforçaram pela restauração monárquica – as ideias corporativistas eram de origem europeia (o integralismo brasileiro as compartilhava tanto com os homólogos portugueses quanto com os fascistas europeus) aliás como a sua ideologia, na qual o espírito desempenhou um papel preferencial em relação à corporalidade, à ideia do *Chefe Nacional*, disciplina e organização rígida, etc. O integralismo brasileiro era – em muitos aspectos, tanto teoricamente como na práctica – parecido com as ligas/partidos fascistas europeias: os integralistas portugueses não vestiram fardas, não pretendiam ganhar as massas nem organizavam marchas de massas, não despertaram choques e além disso o resultado que visaram foi o monarquismo tradicional e restauração da ordem monárquica, o que não se pode dizer sobre os integralistas brasileiros (conquanto eles também colaboravam com os monarquistas). Mas nem o movimento integralista brasileiro pode ser simplesmente denominado como "fascista" – ainda que encontremos muitos aspectos parecidos com os *"cesarismos ateus"* europeus (culto do chefe nacional com autoridade absoluta em todo território nacional, militarismo, partido único organizado de maneira hierárquica e disciplinada) a ideologia integralista contem muitos aspectos parecidos com aquela dos integralistas lusos – o principal destes aspectos era o catolicismo! Em Portugal Maurras evocava simpatias – também – pelo seu catolicismo (embora os que estudavam a sua obra, acção e vida teriam que saber que Maurras era agnóstico e não católico, e que o "catolicismo" só fazia parte da sua estratégia política), na verdade esse catolicismo ficou debaixo do princípio *"politique d'abord"* que Maurras compartilhava com Salazar. Os dois eram pragmáticos e usavam o catolicismo/igreja católica para os seus objetivos políticos. Não podemos dizer, se foi assim também no caso do IL, mas a *"politique d'abord"* foi muito criticada pelos integralistas brasileiros – nomeadamente pelo próprio Plínio Salgado[3]. O catolicismo, a ideia do *Quinto império*, o sebastianismo, um certo misticismo – esses foram pontos em comum entre o Integralismo Lusitano e a A.I.B. O próprio Salgado recebeu influências positivistas, mas a morte da sua mulher instigou nele estudos do catolicismo e nomeadamente do Bergson brasileiro – Farias Brito. É provávelmente aqui que se situam as origens do aspecto religioso da A.I.B.

Ainda que existam várias obras que tratam do nosso tópico (tanto em Portugal como no Brasil), normalmente tratam do caso português e brasileiro separadamente e geralmente não renunciam a procurar conexões. É também caso das obras portuguesas bem sucedidas e inovadoras – João Medina[4], Antonio Costa

[3] Plínio Salgado, capítulo "Christ d'abord", in: *Obras Completas de Plínio Salgado*, São Paulo 1944, p. 149.

[4] P. ex. João Medina, *O Congresso fascista em Montreux (1934)*, Lisboa 1979, pp. 187–193; *O Fascismo em Portugal* (Actas de Colóquio, realizado na Faculdade de Letras em Março 1980), Lisboa 1982; João Medina, *Salazar em França*, Lisboa 1977.

Pinto[5], Manuel Braga da Cruz, João Bernando, Jacinto Ferreira ou brasileiras – Jarbas Medeiros, Gilberto Vasconcelos, Hélgio Trindade[6], Rosa Maria Feiteiro Cavalari[7]. De certa forma é a historiadora portuguesa Heloísa Paulo que está mais próxima da nossa questão. Mas a autora de *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil*[8] se dedica ao integralismo só como fonte de inspiração ideológica dos dois regimes *Estado Novo*. Aqui ela se dedica nomeadamente à análise dos *orgãos de propaganda* (D.I.P. e S.P.N./S.N.I.), arte, cultura, culto da personalidade de Getúlio Vargas e depois da colaboração mutual dos dois orgãos de propaganda. Ela toca nas influências mutuais ideológicas só de modo marginal quando relata o contexto político e ideológico do *Estado Novo*. Por outro lado foi Gilberto Vasconcelos[9] que apresentou uma análise do discurso integralista no Brasil, mas omitiu a conexão com o seu homólogo português. Do outro lado do Atlântico foi também Jarbas Medeiros, cuja atenção se concentrou nomeadamente nos ideólogos principais da resolução autoritária no Brasil: Francisco Campos, Azevedo Amaral, Oliveira Vianna, Alceu Amoroso Lima, Plínio Salgado, Miguel Reale ou Gustavo Barroso. Tanto Vargas como Oliveira Salazar aproveitaram muito dos discursos integralistas e a doutrina oficial dos dois *Estados Novos,* e inclusive a palavra de ordem oficial *Deus, Pátria, Família* é *d'inspiration integraliste*. Com certeza há também trabalhos estrangeiros de autores como Stewart Lloyd-Jones, Richard Griffith ou Tom Gallagher[10] os quais nos ajudam a esclarecer o contexto da história das ideias sobretudo em Portugal como país europeu. Todos eles comprovam que o europeísmo do integralismo lusitano consiste num ideário que esse divide com a *l'Action française* (a seguir AF), organização/liga monarquista francesa. Neste aspecto o capítulo denominado *Les Amis Étrangers* da obra clássica *L'Action française*[11] do historiador americano Eugen Weber é nomeadamente importante. Nele o autor descreve a influência ideológica do movimento neo-monarquista francês e em vários movimentos semelhantes nos outros países – em particular países europeus *d'expression francophone*. Weber indicou uma influência profunda d'*Action française* nos movimentos nacionalistas e autonomistas no Quèbec, México ou Brasil, mas no fundo limitou-se somente à Europa. Se quizessemos procurar conexões ideológicas entre os

[5] António Costa Pinto, *Os Camisas Azuis, Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal, 1914–1945*, Lisboa 1994.
[6] Hélgio Trindade, *La Tentation fasciste au Brésil dans les années trente*, Paris 1988; Hélgio Trindade, *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*, São Paulo 1974.
[7] Rosa Maria Feiteiro Cavalari, *Integralismo, ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932–1937)*, EDUSC, São Paulo 1999.
[8] Heloísa Paulo, *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil*, O SPN/SNI e o DIP, Coimbra 1994.
[9] Gilberto Vasconcelos, *A Ideologia Curupira, Análise do Discurso Integralista*, Editora Brasiliense, São Paulo 1979.
[10] Richard Griffiths, "Fascist or Conservative? Portugal, Spain and the French Connection", *Portuguese Studies*, vol. 14, 1998, pp. 139–151; Stewart Lloyd-Jones, "Integralismo Lusitano and Action française, their roots and shared principles", in: *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 2, November 2001; Tom Gallagher, "Conservatism, dictatorship and fascism in Portugal, 1914–45", in: Martin Blinkhorn (ed.), *Fascists and Conservatives*, London 1990.
[11] Eugen Weber, *L'Action française*, Paris 1985, pp. 525–547.

movimentos de direita em França, Portugal e Brasil na virada do século XIX e XX, não é possível evitar – além das obras dos historiadores franceses – a leitura do historiador israelita Zeev Sternhell[12]. É justamente ele que pode ser considerado o autor que resolveu a velha tese de René Rémond sobre a *nature importé du fascisme française,* e em varias de suas obras tentou mostrar as raízes profundas das doutrinas fascistas domiciliares. A alta recepção da obra de Sternhell em França fica também provada pelas várias edições dos seus livros em língua gaulesa, e encontramos nas obras dos franceses referências a este historiador israelita – por exemplo em *L'Europe en Chemises Noires*[13] de Marc Ferro. E aí, explicando origens e princípios do fascismo em França, Ferro não pode evitar descer até à direita legitimista contra-revolucionária e não introduzir nomes como Rivarol, Barruel, Mallet du Pan, Bonald ou Maistre. Eram eles que o maurrassismo seguía no seu aspecto tradicional, mas ao mesmo tempo absorveu o positivismo modernista, nacionalismo direitista,[14] e aos poucos abandonou também o seu estilo original – isso é o estilo elitista do clube aristocrático – para poder a partir de 1908 começar a voltar-se para as massas. Se a historiografia contemporânea ou a teoria das ideias políticas não reflete muito a conexão ideológica luso-brasileira do integralismo, a situação é melhor em relação à produção historiográfica luso-francesa. Possivelmente também porque existe uma certa tradição de influências mútuas – a descrição de Paris como *"laboratoire idéologique et théorique"* de Sternhell podemos aplicar também aos exilados ou estudantes portugueses. Eram duas principais correntes de oposição que encontravam certa inspiração em Paris, e cujas actividades ficaram mais fortes depois do *Ultimato* e que culminou com o 5 de Outubro de 1910: republicanismo e socialismo. A influência crescente de ambas as correntes ideológicas estava ligada com a crise política, económica e social em Portugal e a simultaneidade delas contribuiu com destaque para a queda da monarquia liberal. Se voltarmos o nosso olhar para a direita portuguesa, podemos ver a criação da "nova" direita[15]. Essa, dis-

[12] Zeev Sternhell, *Maurice Barrès et le nationalisme français: La France, entre nationalisme et fascisme*, Presses de Sciences Po, Paris 2000; Zeev Sternhell, *La droite révolutionnaire*, Gallimard, Folio Histoire, Paris 1998; Zeev Sternhell, *Ni droite ni gauche*, Complexe Éditions, Historiques, Paris 2000; Zeev Sternhell – Mario Sznajder – Maia Asheri, *Naissance de l'idéologie fasciste*, Gallimard, Paris 1994.

[13] O livro não se dedica ao fenómeno da extrema direita europeia depois de 1945, mas Pierre Milza não pode ignorar fenómeno do fascismo, da sua origiem e das suas raízes ideológicas. Pierre Milza, *L'Europe en Chemises Noires*, Paris 2002. Também Michel Winock (org.), *Histoire de l'êxtreme droite en France*, Éd. Seuil, Paris 1993.

[14] Nacionalismo era tradicionalmente uma ideologia da esquerda que na verdade não fazia diferença entre nação e humanidade (Robert Soucy) e que tinha suas conotações românticas, subjectivistas e iracionais mas durante maior parte do Século XIX não fazia parte do repertório da direita. Isso deu-se já no último quarto do Século XIX.

[15] O Integralismo (inspirado por Maurras e l'Action française, pelo tradicionalismo legitimista português etc.) não era a única expressão do pensamento nacionalista. Ao lado dela formava-se uma corrente do nacionalismo republicano (que alcançou o seu topo sob Sidónio Pais e durante a segunda República (1918–26). Parte dessa corrente faziam por exemplo Ricardo Severo, Mayer Garção, João de Barros, Severo Portela, revista *Terra Portuguesa*, Cunha Leal, Brito Camacho, Filomeno da Câmara, Fidelino de Figueiredo) e o catolicismo nacionalista (inspirado nomeadamente pelas encíclicas do papa Leão XIII) cuja expressão se tornou em 1903 Partido Nacionalista, que se desfez

punha de laços "parisienses" com os integralistas. Mas a ligação ideária com a França tinha uma longa duração. Essa era mantida pelos herdeiros do integralismo – sindicalistas nacionais (dirigidos por Rolão Preto, alargavam a ligação ao fascismo italiano e sindicalismo nacional espanhol) e afinal de contas também Oliveira Salazar e o chefe de SNP e SNI António Ferro. Seu ofício dedicou-se à publicação e distribuição das obras de propaganda do *Estado Novo* em França e ao invés – colaborava com os autores franceses (frequêntemente provenientes de direita maurrassiana), cujos livros eles mesmos ajudavam ao estreitar relações entre *Estado Novo* e a direita francesa. Esta salazarofilia em França era descrita por João Medina no seu livro *Salazar em França*[16]. A sua expressão está em nomes como Henri Massis, Ploncard d'Assac (*"vulgarizador oficial do salazarismo em língua gaulesa"*) ou outros membros d'*Action française* (Jacques Bainville), aderentes ao integrismo católico, colaboracionismo ou ao neofascismo do pós-guerra como Léon Poncins, Gonzagne de Reynold, Emile Schreiber, Charles Chesneslong, Paul Sérant, Pierre Gaxotte, Gustave Thibon ou Pierre Debrouy. A essa lista da salazarofilia francesa pertence também a obra de Christine Garnier *Vacances avec Salazar* do ano de 1952, publicada ainda no mesmo ano em Portugal com o título *Férias com Salazar*. Nem esqueçamos dos contactos mútuos entre Salazar e Maurras[17] e o facto de que nem depois da morte de Maurras no ano 1953 a salazarofilia francesa acabou[18].

O maurrassismo como ideologia nasceu durante as primeiras décadas do século XX. Na primavera de 1900 Maurras publicou *Enquête sur la monarchie* e assim se identificou com a causa real. Assim a direcção foi definida. E nas outras obras Maurras a confirmou. Até 1901/1902 todos os membros d'*Action française* tornaram-se monarquistas, no ano 1906 l'*Action française* fez uma coisa que até aquele momento nenhum movimento fez – fundou *L'Institut d'Action française*.[19] Esse instituto era uma das instituções, que a AF conseguiu estabelecer ainda antes do ano de 1914 (além de *Camelots du Roi* e *Nouvelle Librairie Nationale*). Já em Abril de 1908 o maurrassismo resolveu fazer política dirigida às massas – membros d'*Action française* fundaram o *Journal d'Action française* e ao mesmo tempo foi criada a organização paramilitar da AF – *Les Camelots du Roi*, no ano 1910 eram publicadas obras doutrinárias de Maurras – *Si le coup de force est possible* e provavelmente o seu livro mais conhecido *Kiel et Tanger*. Já antes da Grande Guerra *l'Action française* tornou-se *"grand centre didactique de la droite, l'école de laquelle émanèrent quantité d'hérésies plus radicales, tenant*

depois da proclamação da República, mas que nos anos 1917–1918 renovou-se; os exponentes principais desta corrente eram Gonçalves Cerejeira e Oliveira Salazar. Manuel Braga da Cruz, *Transições Históricas e Reformas Políticas em Portugal*, Lisboa 1999, capítulo 1 – "A Crise Finisecular e a Formulação de Projetos de Transformação da Sociedade Portuguesa", pp. 13–31; Fernando Catroga – Paulo Carvalho, *Sociedade e Cultura Portuguesas* II, Lisboa 1996.

[16] João Medina, *Salazar em França*, ed. Átika, Lisboa 1976.

[17] João Bernardo, *Labirintos do Fascismo*, Edições Afrontamento, Porto 2003.

[18] Ibid. Ver também Henry Rousso, *The Vichy Syndrome, History and Memory in France since 1944*, Harvard University Press, Cambridge, Massachusetts, 1991.

[19] Eugen Weber, *L'Action française*, Paris 1985, p. 56.

lieu de référence et faisant autorité également pour une masse conservatrice à laquelle il manquait une doctrine".[20] Sobre as influências directas d'*Action française* nas elites brasileiras intelectuais não existem obras nem francesas nem brasileiras e até agora fica omitido tanto pelos brasileiros como franceses, apesar do facto que varios prestigiados intelectuais brasileiros terem entrado em contato com a direita maurrassiana. Era exemplo Gilberto Freyre, que durante a sua viagem europeia visitou meios neo-realistas e até se inspirou pelo regionalismo de Maurras. Até Plinio Salgado ou Gustavo Barroso se referiam à *l'Action française* e Maurras, mas não esqueçamos que a A.I.B. foi criada só em 1932 e naquela época a influência d'*Action française* na extrema direita francesa ou europeia era muito menor do que na época quando o integralismo se formava em Portugal, e recuava ao *"fascismo cesarista"* de Benito Mussolini ou às ligas filofascistas como a *Croix-de-Feux* etc. A influência maurrassiana no Integralismo Lusitano é comprovável – antes de chegar aos aderentes do nacionalismo católico como eram Salazar ou Cerejeira, exerceu uma infuência excepcional entre os aderentes da monarquia: em Portugal era Aires de Ornelas que escrevia primeiro sobre Maurras – no ano 1914[21], mas na realidade a *Action française* foi descobrida pelos estudantes exilados nos anos de 1911/1912. Eles mesmos escreviam sobre essa descoberta – um dos livros mais conhecidos é do integralista Hipólito Raposo *Dois Nacionalismos*[22].

Movimento integralista em Portugal

No dizer de Hipólito Raposo,
a Monarquia ao morrer para o tempo,
logo ressuscitava para a luz da inteligência.[23]

A AF, o IL e a A.I.B são movimentos nascentes no contexto da crise geral que permea toda a sociedade, naquela época de importantes *transições* sociais. Podemos enquadrar a criação *d'Integralismo Lusitano* na sequência de acontecimentos, que tinham sido deflagrados pelo *Ultimato* (1890) de maneira semelhante como o nascimento d'*Action française* pode ser enquadrado na sequência dos acontecimentos deflagrados pela derrota da França na guerra franco-prussiana (1870), dos quais fazia também parte *l'Affaire Dreyfus*. Assim as duas correntes ideárias se situam na posição de salvadores da identidade nacional contra influências estrangeiras funestas, contra a modernidade e a tradição do Iluminismo. De certa forma – isso se aplica não só a Portugal e a França – o maurrassismo e o integralismo lusi-

[20] Eugen Weber, *L'Action française*, Paris 1985, p. 73. A AF podia assumir também uma posição proeminente porque na esquerda os seus concorrentes (la Ligue antisemitique, la Ligue des patriotes, la Ligue de la patrie française) desapareceram, e também graças à extinção do realismo parlamentar.
[21] Aires de Ornelas (1885–1930), autor do opúsculo *As Doutrinas Políticas de Charles Maurras*, Lisboa 1914.
[22] Hipólito Raposo, *Dois Nacionalismos. L'Action française e o Integralismo Lusitano*, Lisboa 1929.
[23] Jacinto Ferreira, *Integralismo Lusitano, uma doutrina de ideias novas*, Lisboa 1991, p. 28.

tano podem ser percebidos como parte do pensamento apocalíptico moderno. Nas suas obras sentimos a atmosfera do medo, salvação, desintegração, decadência, exigência da renascença, ordem, recuperação do respeito às autoridades tradicionais, renovação da grandeza. O choque do ano de 1890 e das crises seguintes engendraram uma onda de literatura apocalíptica[24]. A Espanha passou por uma crise assim em 1898 cuja expressão por excelência era a *Generación 98*. Em França os arautos da decadência nacional eram nomeadamente Barrès e Maurras.

Na sua obra *Faschismus in seiner Epoche* o historiador alemão Ernst Nolte dedica todo um capítulo à característica principal do pensamento de Maurras. Com o título propício "Medo como origem" Nolte mostra aqui o "sentimento básico" presente nas suas obras: *"esse sentimento essencial, presente até nas operações intelectuais mais finas é o medo"*[25]. Tanto para os integralistas lusos como para os maurrassistas franceses a restauração monárquica era o acto de salvação – salvação do apocalipse próximo da anarquia.

Os integralistas lusos eram sobretudo estudantes da Universidade de Coimbra e até 1910 republicanos, mas a proclamação da República mudou completamente suas convicções e portanto já nos anos 1911–1912 pertenciam às fileiras do exército dos monarquistas de Paiva Couceiro, que levou as *incursões* da Galiza a Portugal. Sendo derrotados tiveram que partir para o estrangeiro – frequentemente para o exílio francês ou belga onde conheceram Maurras e a *Action française* e onde editavam os seus próprios jornais. E assim a denominação *Integralismo Lusitano* emanou no estrangeiro[26]. Há até quem considere esse momento como o próprio nascimento do movimento. Foi naquela época que entraram em contato com *l'Action française* tradicionalista e ultra-direitista. Depois da amnistia em 1914 voltaram para o país e aí se juntaram com os "colegas" locais e no mesmo ano começaram a publicar o jornal doutrinário *A Nação Portuguesa*[27]. Para eles a nova República não era causa e símbolo só da crise política, económica e social mas também e sobretudo da crise religiosa – é que a filosofia positivista tornou-se na ideologia oficial dos governos republicanos e esses romperam relações não só com o Vaticano e a igreja católica mas também com as tradições nacionais. O desvio total dos valores e instituições nacionais tradicionais era para os novos movimentos emergentes na direita (integralistas, republicanos nacionalistas e nacionalistas católicos) um símbolo do apocalipse, da decadência e do mal.

---

[24] Maria Teresa Pinto Coelho, *Apocalipse e regeneração: o Ultimatum e a mitologia da Pátria na literatura finissecular*, Lisboa 1996.

[25] Ernst Nolte, *Fašismus ve své epoše*, Argo, Praha 1999, p. 152.

[26] Em Lovaina era no ano 1913 fundado o jornal *A Alma Portuguesa*. Os participantes principais dele eram Luís de Almeida Braga, Domingos de Gusmão Araújo. O autor do termo "Integralismo Lusitano" era Almeida Braga.

[27] A actividade doutrinal dos integralistas tinha os seus precursores: no estrangeiro era Padre Mariotte (Amadeu de Vasconcelos) que pertencia aos meios eclesiásticos em torno de Maurras e l'Action française, em Portugal era jornal *Aqui d'El Rei* cujo autor era Leão Ramos Ascensão. Salientando a origem portuguesa do seu pensamento os integralistas referiam-se aos pensadores contra-revolucionários como por exemplo José da Gama e Castro, Sá de Miranda e outros.

Dos outros, os integralistas se distinguiram pela ênfase à restituição da monarquia: *"não restaurar a Monarquia em Portugal, mas restaurar Portugal pela Monarquia"* demandou o integralista preeminente António Sardinha. Se Maurras apelou para o *ancien règime*, António Sardinha não apelou para a monarquia que caiu em 1910, mas para aquela que caiu com D. Miguel em 1834:

> *A República foi proclamada em 1820, ganhando raízes fortes pela corrupção, pela venalidade dos caracteres na aventura lastimável consumada em 1834.*[28]

Até à Grande Guerra o *Integralismo Lusitano* era um agrupamento exclusivamente doutrinário que tinha carácter puramente académico. Isso colocava também nos subtítulos dos seus orgãos de imprensa: *"Revista de filosofia, literatura e arte, sociologia, educação, instrução e actualidades"* era o subtítulo do jornal *Alma Portuguesa*. Esse jornal se definiu nas suas próprias páginas em 1913: *"retomemos por cima do Romantismo e do Classicismo a velha e sempre nova tradição da Idade Média, tempo de fé e de entusiasmos onde vive integralmente a alma eterna de Portugal em todos seus impulsos e movimentos…"*. Sardinha, que nunca conheceu França, e cuja doutrina do iberismo colocou Portugal no contexto ibérico e atlántico e americano, e não no contexto exclusivamente europeu,[29] e quem não se considerando francófilo tinha que reconhecer a consanguinidade com AF: *"também a nós as Letras nos conduziram à Política"*. De maneira semelhante como no caso d'*Action française* ou no caso do integralismo brasileiro de Salgado, os pontos de partida do seu pensamento eram puramente académicos e não políticos. Nem Maurras nem Salgado ou Sardinha eram primariamente políticos, mas podiam contar com a participação e apoio dos grandes intelectuais dos seus países. Eles mesmos pertenciam a este meio: Maurras era jornalista, escritor, poeta e o chefe do movimento político de impressionante duração, Sardinha era poeta e escritor que se tornou monarquista pouco tempo depois da proclamação da república em 1910, Salgado era professor, jornalista, escritor, modernista – participante da *Semana da arte moderna*, que decidiu fazer política integralista activa depois do regresso da Europa em 1930. Em todos encontramos a ideia da *"nação desviada"* – do canal natural da história e identidade nacional. Para Maurras e Sardinha a salvação nacional vinha justamente da restauração da monarquia tradicional.

Pois como já foi dito o Integralismo Lusitano era originalmente um movimento apolítico intelectual, cujas teses principais apelavam para o ressurgimento nacional, para o achamento da identidade nacional. Stewart Lloyd-Jones recapitulou assim essa ideologia: *"the original integralist project was millerian, sha-*

---

[28] Jacinto Ferreira cita António Sardinha, In: Jacinto Ferreira, *Integralismo Lusitano, uma doutrina política de ideias novas*, Lisboa 1991, p. 14.

[29] António Sardinha sugeria aliança de todas as nações da Península Ibérica. No seu entender essa aliança seria liderada pelas monarquias espanhola e portuguesa. Na sua perspetiva a Aliança Peninsular seria a mais forte fundação onde assentaria a sobrevivência da civilização ocidental.

ring a common ancestry with many of the ethical revolutionnary movements that emerged throughout Europe during that period of heightened international tension (…)".[30] O facto da filosofia integralista transcender agenda política convencional, ser ao mesmo tempo movimento cultural, estético ou filosófico e se definir como salvação da nação evidenciam as linhas seguintes, cujo autor é António Sardinha:

> *Tais são as bases fundamentais da doutrina integralista. Diz-se integralista a nossa doutrina, porque a questão portuguesa se lhe apresenta em conjunto, debaixo de todos os seus aspectos. Não é exclusivamente o aspecto político que nos preocupa. Preocupam-nos com igual interesse o aspecto económico, o aspecto literário. Portugal é uma terra desnacionalizada nos costumes, desnacionalizada nas aspirações, que são nenhumas, desnacionalizada nos bandos que a conquistaram e dominam como coisa de pretos. É preciso restaurar Portugal. Por isso o regresso da Monarquia não tem que valer unicamente como uma restauração, mas, subretudo como uma instauração (…).*[31]

Pois o integralismo podia – já na época da sua fundação – contar com o apoio e simpatia não só dos católicos, mas também das fileiras dos poetas de reputação,[32] e filósofos ou pensadores[33]. De maneira nenhuma era um movimento de massas aspirando às multidões. *"Organizados a partir de 1914, os integralistas iniciaram a sua campanha na esfera cultural e foi neste terreno que se situaram, nos três primeiros anos da sua existência."*[34] Esta característica elitista significou uma inflexibilidade e falta da adaptabilidade e era característica do IL durante toda a sua existência. Apesar disso, o IL resolveu fazer política activa – isso se deu na época em que o país estava dividido na questão da entrada na Grande Guerra, e com a chegada de Sidónio Pais.

O desenvolvimento crítico da Grande Guerra levou à quantidade de momentos críticos que se tornaram visíveis justamente na época da guerra – o primeiro foi a ditadura de vários meses de Pimenta de Castro. O jornal integralista *Nação Portuguesa* começou a ser publicado pouco tempo antes da Grande Guerra e já em Janeiro de 1915 chegou ao *"movimemto das espadas",* que abriu a ditadura de Pimenta de Castro[35]. Essa curta ditadura durou só poucos meses e tombou em Maio de 1915. A ditatura de Sidónio era apenas outra crise da república. Isso foi – sem exagerar – o clímax da política integralista e é provável que tenha sido tam-

[30] Stewart Lloyd-Jones, "Integralismo Lusitano and Action française, their roots and shared principles", *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 2, issue 1, March 2003, pp. 39–59.
[31] André Ventura, *Integralismo Lusitano, subsídios para uma teoria política*, Dissertação (Mestrado em Direito) UC/FDUC, Coimbra, 2003, 95 págs., p. 4.
[32] Afonso Lopes Vieira, António Correa de Oliveira, Teixiera de Pascoaes.
[33] Fernando Pessoa, Fidelino de Figueiredo, Alfredo Pimenta, Cabral de Moncada, Antero de Figueiredo, Malheiro Dias, Carlos Selvagem, João Ameal.
[34] Antonio Costa Pinto, *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914–1945*. Ed. Estampa, Lisboa 1994, pp. 27–28.
[35] No mesmo ano os integralistas apresentaram em público as suas teorias na Liga Naval em Lisboa. O tópico principal desta conferência era a Questão Ibérica.

bém a chegada de Rolão Preto de França a contribuir para isso. A ditadura de Sidónio – esse *"turning point"* da história portuguesa – durou só um ano e a sua consequência, a *Monarquia do Norte*, acabou já nos primeiros meses do ano de 1919.[36] Sidónio Pais possibilitou aos integralistas entrarem na política – sentavam-se no parlamento, ocupavam pastas e participavam na ideologia oficial do regime. De maneira semelhante a Salazar, também Sidónio se esforçou por uma revolução de cima: esforçou-se pela reconciliação nacional definitiva e por isso fundou o partido, que tinha intenção unir todos os Portugueses de *"boa vontade"*. A intenção dele era que os integralistas se tornassem em seu instrumento e eles – ao contrário – acreditavam que ele poderia ser o instrumento da sua doutrina: Nos seus discursos e também nas suas reformas políticas Sidónio revelou ideias parecidas com a ideologia integralista. Por isso Sardinha pôde dizer: *"Sidónio Pais está fazendo no País, uma demonstração interessante de Integralismo"*. Essa *"demonstração interessante"* era simplesmente a adopção de alguns aspectos do ideário integralista. Se à primeira república portuguesa faltava objetivos claros e constructivos, Pais não era na situação melhor. Por convicção republicana Sidónio quis introduzir a república prometida em 5 de Outubro 1910 – por isso pretendia o *renascimento da República* – e não a república cujo representante principal era Afonso Costa. Para ele os partidos republicanos da primeira república foram promotores da discordância nacional e decadência política, social e económica. Mas pouco tempo depois teve que afastar-se dos seus ideais originais, ou pelo menos teve que revê-los – pelas circunstâncias era forçado a aceitar o apoio dos monarquistas e católicos. Sidónio quis Portugal Novo – da mesma maneira como integralistas – mas a diferença não tinha prescrição. Só podia apostar no seu carisma pessoal e popularidade, e na política concreta tinha que emprestar ideias do ideário integralista. Os integralistas estavam conscientes disso e por isso convencidos que conseguiriam acomodar a república à sua imagem. Sardinha, como contra-revolucionário e tradicionalista, não acreditava na força do presidencialismo de Sidónio: *"é um absurdo por lhe faltar continuidade. Napoleão, apesar de genial, também caiu"*.[37] É uma questão se o Integralismo Lusitano conseguiria fazer introduzir a restauração monárquica no regime sidonista – em Dezembro de 1918 foi cometido o atentado contra Sidónio Pais e esse morreu em consequência disso. Os monárquicos ainda uma vez tentaram introduzir a monarquia em Portugal (1919), mas foram batidos: – nomeadamente no Norte, onde Paiva Couceiro estabeleceu a *Monarquia do Norte* mas foi vencido, e no Sul onde os monarquistas foram vencidos em 23 e 24 de Janeiro em Monsanto. A República foi re-estabelecida e para os integralistas começou um período novo – para mui-

[36] A derrota da Monarquia do Norte significou também a fuga dos integralistas para o estrangeiro ou o seu aprisionamento. Na política apareceram em 1916. Até ao afastamento de Gomes da Costa a sua presença na política do país é proeminente. Depois, as suas relações com a ditadura pioram rapidamente.

[37] João Medina, *Salazar e os Fascistas. Salazarismo e Nacional-Sindicalismo, a história dum conflito*, Livraria Bertrand, Lisboa 1978, p. 74.

tos deles iniciou o exílio (Espanha, França, Bélgica). Mas isso foi marcado pelo seu doutrinarismo estreito, incapacidade de entrar em coligações. Ainda por cima, em 1919 deu-se a separação com D. Manuel II e a passagem ao apoio de D. Nuno Duarte de Bragança, da linha legitimista da dinastia.

Os integralistas não conseguiram aproveitar o sidonismo em seu favor – não estavam dispostos a compromissos com a república e o parlamentarismo. Encontraram-se face às seguintes alternativas: ligar-se ao regime que se assemelhava ao ideário integralista em muitos aspectos, mas rejeitava a ideia da restauração monárquica, ou manter a sua doutrina original e rejeitar a colaboração com o regime. Esse dilema se repetiu com Salazar – na verdade era um beco sem saída – e levou à divisão do IL entre os *"puros"* que rejeitaram o salazarismo de maneira semelhante como outrora rejeitaram *República Nova* de Sidónio, e outro grupo que se dispunha a abandonar a ideia da monarquia e juntou-se à república fascizante, antiparlamentar e antidemocrática. Um dilema semelhante se punha à direita maurrassiana francesa e aos integralistas brasileiros. Os doutrinários ortodoxos tiveram que partir do país (Plínio Salgado) ou afastar-se para o submundo político (Maurras, integralismo).

O dilema ao qual o integralismo estava exposto durante o sidonismo se repetiu durante o salazarismo. A primeira geração dos integralistas não sucumbiu à sedução salazarista, rejeitou as *tentações do compromisso* do Estado Novo e manteve a pureza doutrinária.[38] Isso já não pode ser dito sobre a segunda geração.[39]

Os membros do IL vinham do ambiente universitário, eram sobretudo estudantes da Universidade de Coimbra. Nos seus inícios o IL não tinha a característica dum partido, e apresentava-se – à semelhança da AF – como um movimento cultural-ideológico que se esforçava pela integração nacional, lutava contra o liberalismo, parlamentarismo, ou mais tarde contra o comunismo. O IL nunca teve uma estrutura partidária sólida e disciplinada, como os partidos de massas naquela altura emergentes. Neste aspecto o IL não se adaptou ao seu tempo tanto como AF ou A.I.B. (os dois entraram na política de massas). Assim o IL ficou mais e mais enfraquecido: das massas sentia desconfiança, quanto à doutrina não era capaz de concessões, e faltava-lhe o potencial da coligação. A esses factores juntaram-se outros: discordâncias internas e secessão da *Acção Tradicionalista Portuguesa*[40] em 1921, morte do cérebro dirigente Sardinha em 1925 e crescimento dos movimentos concorrentes e partidos da direita[41]. Um pouco mais

[38] Os que fundaram IL e seus primeiros órgãos de imprensa (*Nação Portuguesa* e outros): José Hipólito Raposo (1885–1953), Luís de Almeida Braga (1890–1970), Francisco Rolão Preto (1893–1977), Alberto de Monsaraz (1889–1959), António Sardinha (1888–1925).

[39] Por exemplo Manuel Múrias (1900–1960), Rodrigues Cavalheiro (1902–1984), Marcello Caetano (1906–1980), Teotónio Pereira (1902–1972).

[40] Esta discordância era consequência da variedade em relação à família real, à política estrangeira, à questão da restauração da monarquia etc. A *Acção Tradicionalista Portuguesa* mudou em 1923 o seu nome para *Acção Realista Portuguesa* liderada por Alfredo Pimenta.

[41] O Nacionalismo católico era um pouco mais velho do que o integralismo, e o nacionalismo republicano emergeu mais tarde. O primeiro era inspirado pelas encíclicas do papa Leão XIII. A sua

tarde foi o sindicalismo nacional (*Movimento Nacional Sindicalista*, N/S) que se separou do IL, e além de tudo isso, o salazarismo conseguiu ganhar muitos integralistas que ingressaram nas suas estruturas – a *União Nacional.*[42]

O Integralismo Lusitano já não podia existir como uma organização ou partido fora das estruturas do Estado Novo. Salazar – aliás como Vargas no Brasil – proibiu a seguir os partidos políticos fora da *União Nacional*. O sindicalismo nacional tornou-se na única alternativa ao *status quo* do Estado Novo, e cujo chefe era o antigo integralista Francisco Rolão Preto[43], e em cujas fileiras se encontravam alguns antigos integralistas. Mas o movimento N/S teve já outros objetivos para além da restauração da monarquia tradicional. Integralismo como movimento organizado já nao existia.

Para os intelectuais integralistas o papel crucial foi desempenhado não só pela restauração monárquica mas também pela cooperação com a igreja católica – essa era tradicionalmente um apoio da monarquia em si. Todos os membros do IL eram católicos e viam o catolicismo como parte integral da nação portuguesa, e que deveria fazer parte das suas instituções. Uma cooperação semelhante pode ser encontrada na A.I.B. da qual ainda vamos falar, e até ao ano de 1926 também na AF (*condemnation d'Action française*). Para a difusão do discurso integralista luso as relações com o catolicismo eram cruciais. Além de reforçar o integralismo e a sua causa, os católicos forneceram legitimidade para o discurso anticomunista e o antimaçónico naquela época propagandeados. Mas o Integralismo Lusitano não foi formado só por católicos – temos que ter em conta que na época do final da *Grande Guerra* as doutrinas nacionalistas apareciam por toda a Europa, e os integralistas se apresentavam como os salvadores da pátria na crise.

Integralismo Brasileiro

O movimento integralista brasileiro nasceu muito mais tarde do que o português. Isso é – além do facto de que apareceu no continente americano e não na Europa – muito importante. Ainda que o Brasil tenha sido a única monarquia americana, e ainda que a igreja católica tenha tido aqui uma posição muito importante, não podemos compará-la nesse aspecto com Portugal. O Brasil era um país para

expressão era o *Partido Nacionalista* (a partir de 1903) – com a chegada da ordem republicana era dissolvido mas renovado já em 1917–1918: naquela altura os seus exponentes principais eram Gonçalves Cerejeira e Oliveira Salazar. A outra corrente alcançou o seu apogeu sob o sidonismo e a república restaurada (1918–26); os seus representantes principais eram Ricardo Severo, Mayer Garção, João de Barros, Severo Portela, jornal *Terra Portuguesa*, Cunha Leal, Brito Camacho.

[42] Segundo a entrevista com Rolão Preto para Salazar isso não seria grande problema: "Voltemos às suas relações com o Salazar. Os integralistas sentiam-se identificados com ele – ou ele com vocês? – Não é bem assim. Há sempre um grupo monárquico que tem esperanças que Salazar faça a monarquia. E ele não a faz. Não dizia que sim, nem que não. Ia-os iludindo, servia-se deles … " João Medina, *Salazar o os Fascistas*, Livraria Bertrand, Lisboa 1978, p. 161.
Essa herança se manifestou nomeadamente no facto que N/S herdou toda estrutura da organização de IL mas também no simbolismo do N/S como por exemplo Cruz de Cristo que antes era símbolo de IL.

[43] Durante o regime salazarista Rolão Preto foi varias vezes exilado. Geralmente se exilou na Espanha, onde colaborava com José António Primo de Rivera, depois da Segunda Guerra Mundial ligou-se com a oposição democrática, nos anos 70 tornou-se presidente do Partido Popular Monárquico.

o qual a independência de Portugal tinha uma importância eminente, mesmo depois de ser adquirida a independência política (1822). A monarquia era uma instituição percebida no Brasil como "portuguesa". A questão da influência nefasta portuguesa não desapareceu nem após 1822 nem após 1889 e até no século XX a aversão aos Portugueses e Portugal fazia parte do nacionalismo popular que se opunha contra tudo o que era português.[44] Mesmo assim o Brasil recebeu sempre influências estrangeiras. Eram visíveis sobretudo na economia do país, mas também na arte, cultura e política. Pois a sociedade brasileira – apesar de esforço consciente dos segmentos intelectuais – continuava a ser influenciada pelas correntes intelectuais e culturais procedentes da Europa. A mudança deu-se só no início do século XX – marco histórico que o Brasil conheceu na obra *Os sertões* d'Euclides da Cunha – obra que chamou atenção para o interior do país e para a identidade nacional. A partir desse momento os intelectuais brasileiros tomaram conta da sua alienação do país, dos seus compatriotas no interior e das raízes da "brasilidade". Aí, antes da Guerra Grande começou a transformação das *"couches intellectuelles européanisées"*.[45] O sociólogo Alberto Torres e o escritor Monteiro Lobato eram também precursores do nacionalismo brasileiro, que tanto inspirou – na época entre-guerras – Plínio Salgado. Aí, em algum lugar entre da Cunha, Torres e Monteiro Lobato, encontram-se as raízes do nacionalismo de Salgado.

De maneira semelhante como no caso d'*Action française,* o integralismo brasileiro era obra de um homem – *homem de missão*. Os dois movimentos eram originalmente culturais-literários ou culturais-filosóficos e os dois se concentraram em torno de um "mestre". Maurras ficou sempre o intelectual que produzia livros e artigos até a sua morte (até na prisão, já como ancião escrevia os seus livros nos quais defendia a ideologia da AF). Ele era o chefe d'*Action Française*, anunciador da nova monarquia e a partir de 1940 ideólogo oficial do regime de Vichy, mas nunca tentou candidatar-se a presidente da República, e nunca esboçou um golpe do Estado. Plínio Salgado assemelha-se a Maurras no início da sua carreira, ainda como jornalista, membro do P.R.P., escritor-modernista e revolucionário da estética brasileira, autor do romance *O estrangeiro* (1926) e dos ensaios reunidos sob título *Literatura e Política* (1927). Daquela época vem a sua frase, que poderia ser facilmente atribuida a Maurras ou Sardinha: *"Meu primeiro manifesto foi um romance."*[46] Se Georges Valois abandonou a AF dizendo *"Maurras*

[44] O nacionalismo brasileiro não tinha só uma dimensão, além do elemento cultural, literário e económico continha um elemento anti-imperialista (por exemplo na obra de Alberto Torres), um elemento forte anti-português (apesar do facto do Brasil ter conseguido a independência de Portugal em 1822) – ainda na época antes da Grande Guerra o nacionalismo anti-português no Brasil era muito forte. Jornais do nacionalismo anti-português eram comuns (*Revista Brasil*, *Brasilea*) e os movimentos também (Ação Social Nacionalista, Liga da Defensa Nacional). Todos esses factores desempenhavam um papel importante na ideia integralista do Chefe. Além deles, também a glorificação das virtudes militares e civis. Todos esses elementos ficaram ainda mais intensos nos anos 20 graças ao modernismo e seu nacionalismo.

[45] Hélgio Trindade, *La Tentation fasciste au Brésil dans les années trente*, Paris 1988, p. 25.

[46] Plínio Salgado, *Despertemos a Nação*, São Paulo 1932, p. 5.

n'est pas un Chef", expressando assim a incapacidade da AF de complementar as suas teorias por um golpe de Estado *à Mussolini*, Plínio Salgado tornou-se *"Chefe Nacional"* (denominado assim a partir de 1932 e nessa função confirmado ainda no 1º Congresso da A.I.B. em Vitória/ES em Fevereiro de 1934) e mais tarde candidatou-se nas eleições presidenciais. Aqui encontramos diferenças entre os dois *chefes* – a ação! Neste aspecto Maurras assemelha-se muito mais aos integralistas lusos. Outro marco de diferença é a relação com a monarquia. Enquanto no caso de Maurras a restauração da monarquia deveria ser complemento das transformações da sociedade (o que pode ser dito também do IL) e resolução da decadência nacional, a A.I.B. nasceu como resultado da carreira de Plínio Salgado depois da sua viagem pela Europa, depois da experiência dele com as ditaduras europeias. Salgado era intelectual, pertencia à vertente nacionalista (junto com Menotti del Picchia e Cassiano Ricardo) da *Semana da Arte moderna* em 1922, era membro do Partido Republicano Paulista, no ano 1930 vivia na Europa e em 1932 fundou a A.I.B. De passagem, refira-se que esse ano foi o ano em que o *Movimento Nacional Sindicalista* foi fundado em Portugal por Rolão Preto, como alternativa ao Estado Novo nascente.

Nascido nos anos noventa do Século XIX Salgado pertence à geração que se esforçava por mudar o status quo ideológico, separar-se definitivamente da tradição revolucionária, rejeitar o liberalismo em nome do nacionalismo, concepção orgânica do estado, ideologia autoritária também na Europa – a essa categoria pertencem também Hitler, Mussolini, em Portugal o Integralismo Lusitano ou António de Oliveira Salazar, na França fascistas como Pierre Drieu La Rochelle, Robert Brasillach (e antes deles Maurice Barrès ou Charles Maurras), no Brasil junto com Salgado também Gustavo Barroso e Miguel Reale.

Porque no início da sua existência a A.I.B. – como é também o caso do Integralismo Lusitano – era de origem universitária (formada por grupos de estudantes das universidades do Rio de Janeiro e de São Paulo) não tinha características de partido, apresentava-se na mesma maneira como os integralistas lusos – como movimento cultural-ideológico cujo objectivo era a integração nacional brasileira, lutando contra comunismo e liberalismo, os acusando da responsabilidade da crise política e económica do país.

O movimento integralista brasileiro originou-se em 1932 com a publicação do *Manifesto de Outubro de 1932* onde já aparece o nome *Ação Integralista Brasileira*. Nascido na época entre-guerras, o movimento era marcado pela consciência da crise política, económica e ideológica mundial, envolvendo a ascensão dos movimentos totalitários, a crise do liberalismo e o avanço do comunismo. O manifesto foi o primeiro documento no qual o movimento se apresentou ao público brasileiro. Todo o documento era organizado e publicado pelo *Chefe Nacional* – Plínio Salgado.

Tal como no caso do movimento integralista português, a A.I.B. professava a luta contra o liberalismo, comunismo, maçonaria, judaísmo, e requeria um estado forte com a proposta do fim das fronteiras regionais e a construção de uma

nação integral baseada nos valores cristãos, que seria governada pelo Chefe Nacional do movimento: Plínio Salgado.[47]

O seu discurso tinha como ponto central as palavras de ordem *"Deus, Pátria e Família"*, lema que encontramos também no discurso do Integralismo Lusitano mais tarde usado também por Salazar, lema que – como nos lembram salazarofilos franceses[48] – tem semelhanças evidentes com o lema do marechal Pétain *"Travail, Famille, Patrie"*. Ao contrário do *Integralismo Lusitano,* a A.I.B. defendia a manuntenção do regime republicano no território brasileiro. Ao mesmo tempo contrariava qualquer influência do exterior e por isso criticava a história brasileira tanto imperial (1822–1889) como colonial (1500–1822), porque naquela época o Brasil era governado por estrangeiros – nomeadamente pelos Portugueses com os quais Brasil mantinha fortes relações de apreciação cultural. Apesar de tudo isso também fazia parte do integralismo brasileiro o movimento monarquista brasileiro dito *patrianovista,* que professava a restauração da monarquia no território nacional. Uma das principais figuras do *Movimento Patrionovista* era Manuel Lubambo[49].

Neste fragmento do *Manifesto de Outubro de 1932*, podemos observar a posição em relação às influências estrangeiras no Brasil:

> *Urge um movimento nacional, enérgico. No entanto, nós, camisas-verdes, começamos por protestar, veementemente, contra o crime de alta traição que será toda e qualquer homenagem ao falecido Mauricio de Nassau. (…)*
> *(…) Se essa homenagem se realizar, fica patente que somos um povo de escravos. Um povo sem memória. Um povo sem brio. Um povo sem dignidade. Um povo ingrato. Um povo cruel. Um povo que só está a espera do chicote estrangeiro, venha da Rússia soviética, venha do imperialismo banqueiro, que secretamente está ligado ao comunismo russo.*[50]

Segundo o historiador Hélgio Trindade (1979) toda a contrucção ideológica do *Chefe Nacional* começou a tomar forma já nos anos 20, na época literária de Salgado quando este era ainda membro do *Partido Republicano Paulista* (P.R.P.). Naquela época a colaboração do Salgado–escritor com alguns jornais (por exemplo *Correio Paulistano*) ajudaram à expansão e propaganda nacionalista do intelectual que – logo depois – deixou as páginas dos jornais locais para propagandear-se nacionalmente e fundar a A.I.B., como primeiro partido de massas das ações nacionais no Brasil.

A experiência de Salgado com o modernismo começou já antes do ano de 1922, mas foi apenas a *Semana da Arte Moderna* que teve um significado decisivo e marcou outra fase na vida do futuro Chefe Nacional. Logo depois o moder-

[47] Ação Integralista Brasileira. Manifesto de Outubro de 1932.
[48] Por exemplo Henri Massis ou Jacques Ploncard d'Assac.
[49] Vários indícios encontrados em fontes primárias nos mostram a relação entre os patrinovistas e Manuel Lubambo.
[50] *Revista Fronteiras*. Recife, Junho de 1936, p. 15.

nismo se bifurcou em várias – frequentemente disarmónicas – correntes. Amoroso Lima as clasificou como: 1. primitivista, 2. dinamista, 3. mística, 4. nacionalista, etc.[51] Salgado se encontrou logo na corrente nacionalista (que estava ligada ao grupo Verdamarelista) junto com os outros modernistas – Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo.

Depois de dois anos de polémicas modernistas de Verdamarelismo, resolveu *"optar pela ação"* – investigar a profundidade da vida brasileira e os seus problemas: assim foi fundado o grupo *"Anta"* (uma espécie de asa esquerda do Verdamarelismo). Naquela época Salgado acreditava que o nacionalismo do Verdamarelismo era *"excessivamente exterior"* enquanto que o que era preciso seria um *"nacionalismo interior, intuitivo"*. Nesta *"revolução d'Anta"* começou o estudo de Salgado das raízes nacionais – o que lhe possibilitou elaborar a idéia da nova raça, com base numa componente étnica comum ou composta.[52] Salgado admitia a possibilidade que *"essa unidade racial será baseada no elemento indígena: todas as raças estrangeiras que viram para o Brasil terão em 'tupi' uma espécie de 'denominador comum'"*.[53] Segundo Salgado o Novo Mundo estava destinado a *"ser uma grande pátria da raça harmónica que é resultado do cruzamento de todas as raças"*. Salgado mesmo confessou as origens do seu pensamento quando disse que o *"mistério da unidade nacional me penetrou depois de ter estudado línguas indígenas. Naquela época lia Alberto Torres, Euclides da Cunha e Oliveira Vianna. A política despertou no escritor."*[54] Portanto, pode-se dizer que na educação de Plínio Salgado as letras tinham um significado maior do que a política tradicional.

Como o IL em Portugal, a A.I.B. no Brasil encontrou o principal apoio – pelo menos na época da sua fundação – nas universidades. Como no caso do IL, os discursos da A.I.B. giravam em torno do lema *"Deus, Pátria, Família"* – e não só nos grandes centros urbanos como São Paulo ou Rio de Janeiro, mas também no Nordeste e no Sul (Pernambuco, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul etc.). Os centros da A.I.B. eram frequentemente Faculdades de Direito. Essas "asas" do A.I.B. declaravam a sua solidaridade com a A.I.B. e reconheciam Plínio Salgado como *Chefe Nacional*. Assim a A.I.B. tornou-se no primeiro partido verdadeira-

[51] Os "primitivistas" eram inspirados pelos temas da população indígena brasileira, os "dinamistas" professavam só culto do "movimento", "velocidade" ou "progresso técnico e material", a corrente "mística" segundo Amoroso Lima introduziu elementos espirituais ao modernismo, era herdeiro do "simbolismo espiritual", os "nacionalistas" – ao contrário – requeriam a nacionalização da literatura também com base em tópicos brasileiros, indígenos, de folclore, e rejeitavam influências europeias.

[52] Uma das diferenças principais entre A.I.B. e IL – os integralistas lusos não precisavam inventar "raça lusa" – a tradição literária, intelectual, a mitologia nacional continha já tudo isso.

[53] P. Salgado, *Despertemos à nação*, José Olympio, Rio de Janeiro, 1935, pp. 36, 37. A evolução histórica do Brasil, com a mistura de nações e raças, na verdade impossibilitava o racismo no sentido "biológico" como era professado pelo Chamberlain ou Gobineau na Europa, nomeadamente na Alemanha. No Brasil o termo "raça" era percebido primeiramente no sentido espiritual, cultural ou civilizador. Definição parecida encontramos também na Europa em António Sardinha ou em Charles Maurras.

[54] Idem, pp. 12–13.

mente nacional na história do Brasil. A existência da A.I.B. estende-se nos anos 1932–1937. Tendo aspectos mais pró-fascistas do que o IL, e assim mais próximo ao *Movimento Nacional Sindicalista* de Rolão Preto, ameaçava ditadura de Getúlio Vargas do mesmo modo como N/S a ditadura salazarista em Portugal. Em Portugal os políticos da direita ou esquerda tiveram duas possibilidades – entrar na *União Nacional* ou ficar na dissidência, exílio etc. A mesma opção tiveram os políticos no Brasil – sendo proibida a A.I.B. (1937), Plínio Salgado teve que exilar-se … a Portugal (caso parecido com Humberto Delgado – Português que se exilou no Brasil).

Conclusão

Estudando os dois movimentos integralistas encontramos muitas semelhanças – relativamente muitas durante toda a existência dos dois. Os dois tem origem universitária e os dois encontram um apoio maneiro justamente nas universidades, entre os estudantes. A política integralista era sobretudo resultado da filosofia política, crítica literária, sociologia, tradicionalismo, antiliberalismo académico e a repugnância contra a decadência geral. O catolicismo e a hierarquia ecclesiástica desempenhavam um papel chave nas duas doutrinas. A atividade política era – nos dois movimentos – apenas o culminar da atividade original teórica e doutrinal. O Integralismo Lusitano originou-se parcialmente no estrangeiro, em 1914 com a publicação da revista *Nação Portuguesa*, e entrou na política ativa só no ano de 1916, atingindo o seu apogeu nos anos 1917–1918 sob a ditadura de Sidónio Pais. Ainda que a influência do IL não se tenha atenuado de maneira nenhuma, depois do ano 1918 o IL voltou à sua atividade teórica e a sua atuação política já nunca foi tão destacada. Depois da Grande Guerra e da morte de Sidónio Pais, o IL sofreu uma crise, mas – apesar de ter começado a apoiar o ramo legitimista da dinastia de Bragança – permaneceu um dos suportes mais importantes da ideia monárquica no país. Apesar disso, conseguiu estabelecer uma rede das suas organizações em todo Portugal, e influenciou a política portuguesa pelo menos até 1933. Uma parte dos integralistas passou para o N/S (liderados pelo Alberto de Monsaraz e Rolão Preto). O IL sempre esperou a restauração da monarquia por Salazar até ao ano de 1951 (ano do Chefe do Estado oficial, Óscar F. Carmona), que simbolizou o final das ilusões.

No Brasil os integralistas também saíram das universidades, mas ali o surgimento do integralismo é muito mais ligado à ideologia dum só homem. Porém, a ideologia da A.I.B. não se difere tanto no conteúdo como nos objectivos – enquanto A.I.B. e IL ficam de acordo quanto ao corporativismo, antiparlamentarismo, tradicionalismo, protecção da identidade nacional, organização hierárquica da sociedade, e sociedade organizada na base do cristianismo católico, a A.I.B. não tem como objectivo nem a restauração do Império tradicional (na verdade a monarquia tradicional nunca existiu no Brasil) nem a instalação de uma organização medieval da sociedade (na A.I.B. seria entendido de modo diferente do IL). Apesar do facto da A.I.B. colaborar com os monarquistas brasileiros e Plínio Salgado com os integralistas lusos (na altura do seu exílio português), a A.I.B.

apelando para as classes médias (na época uma camada nova na sociedade brasileira) se diferia do IL que – ao contrário – apelava nomeadamente para as velhas elites. Deste ponto de vista a A.I.B. assemelha-se às ligas pre-fascistas europeias e ao N/S português. Ao mesmo tempo, a ideologia dos dois movimentos dispunha dum elemento contra-revolucionário e da ênfase na identidade nacional.

(Escrito em português pelo autor)

BIBLIOGRAFIA

BRAGA DA CRUZ, M., *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa 1986.

COSTA PINTO, A., *Os Camisas Azuis. Ideologia, Elites e Movimentos Fascistas em Portugal 1914–1945*, Ed. Estampa, Lisboa 1994.

FEITEIRA CAVALARI, R. M., *Integralismo, ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932–1937)*, EDUSC, São Paulo 1999.

FERREIRA, J., *Integralismo Lusitano, uma doutrina política de ideias novas*, Lisboa 1991.

GALLAGHER, T., "Conservatism, dictatorship in Portugal, 1914–45", in: Martin Blinkhorn, *Fascist and Conservatives*, London 1990.

GRIFFITH, R., "Fascist or Conservative? Portugal, Spain and the French Connection". *Portuguese Studies*, vol. 14, 1998, pp. 139–151.

LLOYD-JONES, S., "Integralismo Lusitano and Action française, their roots and shared principles", in: *Portuguese Journal of Social Science*, vol. 2, November 2001.

MEDINA, J., *Salazar e os Fascistas*, Lisboa 1978.

MEDINA, J., *O Congresso fascista em Montreux (1934)*, Lisboa 1979, pp. 187–193.

MOSSE, G. L., *The Crisis of German Ideology, Intellectual origins of the Third Reich*, Howard Fertig, New York 1981.

NOLTE, E., *Fašismus ve své epoše*, Argo, Praha 1999.

PAULO, H., *Aqui também é Portugal. A Colónia Portuguesa do Brasil e o Salazarismo*, Coimbra 2000.

PAULO, H., *Estado Novo e Propaganda em Portugal e no Brasil, O SPN/SNI e o DIP*, Coimbra 1994.

PINTO COELHO, M. T., *Apocalipse e Regeneração,* Edições Cosmos, Lisboa 1996.

RAPOSO, H., *Os Dois Nacionalismos*, Lisboa 1929.

SALGADO, P., *Despertemos à Nação*, Rio de Janeiro 1935.

SALGADO, P., "Manifesto de Outubro 1932", in: *Revista Fronteiras*, São Paulo 1936.

STERNHELL, Z., *La Droite révolutionnaire 1885–1914, Les origines françaises du fascisme*, Paris 1998.

STERNHELL, Z., *Ni Droite ni Gauche, L'idélogie fasciste en France*, Paris 2000.

TENORIO LUNA VRBATA, A., "La Philosophie maurrassienne et les modalités du fascisme au Portugal", in: *KIAS Papers Yearbook* (ed. Jan Klíma), Faculty of Humanities, University of Hradec Králové, 2006.

TRINDADE, H., *La Tentation fasciste au Brésil dans les années trente*, Paris 1988.

TRINDADE, H., *Integralismo (o fascismo brasileiro na década de 30)*, São Paulo 1974.

VASCONCELOS, G., *Ideologia curupira. Análise do discurso integralista*, Editora brasiliense, São Paulo 1979.

VENTURA, A., *Integralismo Lusitano, subsídios para uma teoria política*. Dissertação (Mestrado em Direito) UC/FDUC, Coimbra 2003.

WEBER, E., *L'Action française*, Paris 1985.

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 69–89

NUEVAS REPRESENTACIONES DE LOS NEGROS Y MULATOS EN EL DISCURSO HISTORIOGRÁFICO: EL CASO DE CARTAGENA DE INDIAS

por ANGÉLICA MONTES MONTOYA
(Universidad de Cartagena, Colombia)

Introducción

Esta ponencia tiene la pretensión de contribuir a la comprensión de las luchas por el reconocimiento que han emprendido los miembros de algunas minorías étnicas y/o grupos marginales (mujeres, afro-descendientes, homosexuales, comunidades indígenas, movimientos nacionalistas, etc.). En efecto, no se trata ya, en primera instancia, de las tradicionales exigencias de iguales derechos, o de reivindicaciones económicas, tan familiares para nosotros los hijos e hijas de la modernidad. Se trata, por el contrario, de proyectos de reconfiguración de una identidad menoscabada que aspira ahora al reconocimiento de los demás.

Estas luchas implican dos tareas fundamentales: de un lado, una clarificación hermenéutica de las tradiciones culturales del caso que permita a los miembros de los grupos en cuestión entender los procesos históricos a través de los cuales se ha forjado su identidad. De otro lado, la determinación del modo y manera como quieren ser vistos y reconocidos por los demás. Esta ponencia se inscribe en la primera de estas tareas, por ello proponemos volver la mirada hacia la historiografía y su participación, consciente o no, en la determinación de la identidad, racial y cultural de la nación, a través de la presentación de un caso: *la imagen del negro en la ciudad de Cartagena de Indias en la Costa Atlántica de Colombia.*

Estudiar cuál ha sido el lugar ocupado por la población negra de Cartagena al interior de la memoria o del relato histórico nacional, regional y local de Colombia nos ofrece la oportunidad de pensar el diálogo entre la historiografía y la emergencia de la lucha por el reconocimiento de esta población en Colombia.

La finalidad no es trazar una historia de la región o de la construcción de la Nación Colombiana, sino discernir la imagen que se ha ido construyendo del negro (el lugar que le es asignado) al interior de la "historia pública" de Cartagena de Indias. Nos proponemos pensar en la memoria histórica y en la realidad socio-racial sobre la cual descansan sus fundamentos, para ello nos preguntamos por la producción de las representaciones que el historiador ha hecho del negro al interior de la "memoria histórica" de la ciudad, de la región y de la Nación, a partir del estudio de los acontecimientos de la independencia de Cartagena el 11 de no-

viembre de 1811[1]. Para alcanzar nuestros objetivos nos concentramos en un texto fundacional de la nueva historiografía colombiana, *El Fracaso de la Nación* del historiador cartagenero Alfonso Múnera. Esta obra se opone al discurso de la "historiografía clásica" del también historiador Eduardo Lemaitre tenido hasta hace una década como el Historiador de la ciudad y cuyo planteamiento se tuvo como verdad revelada para muchas generaciones desde la publicación en 1982 de su obra *Historia general de Cartagena de Indias*. Cada uno hace una lectura de los acontecimientos del 11 de noviembre de 1811.

Nos interesa observar de qué forma el historiador ha empleado o ha omitido en su discurso categorías tales como: *mulato, negro, pardo* u otros, para referirse a la población negra y de qué forma este mismo discurso ha contribuido (y contribuye) a la reconstrucción de una "memoria histórica" en la que lo "negro" ocupa hoy un lugar de importancia en la elaboración de una pertenencia a la ciudad. Analizar las narraciones históricas en su relación con la configuración de las identidades.

La ponencia está dividida en tres partes: En la primera expongo los antecedentes que motivan nuestro interés por comprender el lugar que ocupa el negro en la configuración de la nación colombiana. En la segunda reseño la representación historiográfica hecha por Alfonso Múnera en *El Fracaso de la nación*, la cual plantea una relectura de la historia, en la que la población negra ocupa un rol protagonista en la consolidación de la nación colombiana. En la tercera, recogemos las críticas hechas a su planteamiento y las conclusiones que surgen del ejercicio, que articula la historia, la sociología y la filosofía.

1. Actualidad de la cuestión negra: *Constitución de 1991 o la recuperación política de la identidad*

Colombia reconoció el carácter multicultural y pluriétnico de su población en la promulgación de la nueva Constitución de 1991. Esta circunstancia ha puesto en juego nuevos actores sociales que hablan de la defensa de derechos diferenciados y/o étnicos para las poblaciones indígenas y negras del país[2]. Esta nueva situación de reconocimiento constitucional, ofrece a los defensores de la existencia de una identidad cultural negra, el artículo constitucional Nº. 55 que declara que las "comunidades negras que han venido ocupando tierras baldías en las zonas ribereñas de los ríos de la cuenca del Pacífico" deberán ser respetadas en sus tradiciones culturales. Gracias a este artículo transitorio (convertido en ley [70]

[1] La elección del 11 de noviembre de 1811 está motivada por dos razones: primero, por ser éste el día en que Cartagena de Indias se declara provincia independiente del Nuevo Reino de Granada, rompiendo relaciones con la provincia de Santa Fé (lo que nos lleva a tocar el tema de la confrontación centro/periferia, nación/región), y segundo, por ser la jornada durante la cual históricamente se reconoce una pública y manifiesta participación de la población *parda* y *mulata* en la política local de la ciudad a través de la llamada "milicia parda de Getsemaní". Una jornada que hoy por hoy es objeto de celebraciones festivas que reciben el apoyo de las autoridades locales.

[2] Para una descripción de los cambios constitucionales, similares, en otros países de la región y un análisis acerca del nacimiento de un "indigenismo" en Colombia ver los trabajos de Gros [1991, 1999, 2000].

el 27 de julio de 1993) los negros, como componente étnico y cultural, ingresan oficialmente al orden de las representaciones políticas e institucionales de la nación colombiana[3].

La ley 70 de 1993 se pronuncia sobre diversos aspectos: *"El Estado adjudicará a las comunidades negras de que trata esta ley la propiedad colectiva sobre las áreas que (…) comprenden las tierras baldías de las zonas rurales ribereñas de los ríos de la Cuenca del Pacífico y (…) que vienen ocupando de acuerdo con sus prácticas tradicionales de producción. Los terrenos respecto de los cuales se determine el derecho a la propiedad colectiva se denominarán para todos los efectos legales 'Tierras de las Comunidades Negras'"* [Ley 70, 1993: Capítulo III, artículo 4]. Sostiene, así mismo, que *"En cada comunidad, la parte de la tierra de la comunidad negra destinada a su uso colectivo es inalienable, imprescriptible e inembargable"* [Ley 70, 1993: Capítulo III, art. 7].

Pero la ley 70 va más allá de la reivindicación del derecho a las tierras ancestrales y habla de etnoeducación, llama al respeto inalienable a una educación especialmente orientada por la particularidad etnohistórica de la población negra, ofreciendo los mecanismos para proteger la identidad cultural "afro" colombiana (Capítulo VI, art. 44).

La ley contempla, además, en materia económica que *"El Estado adoptará medidas para garantizarles a las comunidades negras de que trata esta ley el derecho a desarrollarse económica y socialmente atendiendo los elementos de su cultura autónoma"* [Ley 70, 1993: Capítulo VII, art. 47]. De igual forma *"El Gobierno fomentará y financiará actividades de investigación orientadas a la promoción de los recursos humanos y al estudio de las realidades y potencialidades de las comunidades negras (…)"* [Ley 70, 1993: Capítulo VII, art. 50].

En el orden de lo político la ley llega a sugerir que *"De conformidad con el artículo 176 de la Constitución Nacional, se establece la circunscripción especial para elegir dos (2) miembros de las comunidades negras del país asegurando así su participación en la Cámara de Representantes"* [Ley 70, 1993: Capítulo VIII, art. 66][4].

Pese a todas sus bondades, contra ella se formula una crítica que consiste en afirmar que si bien esta ley desvirtúa la idea ampliamente difundida de la "democracia racial"[5], existe en ella un reduccionismo en su categorización de las

[3] El camino hacia este reconocimiento de la identidad negra, en Colombia, ha sido largo y difícil. Mientras que los indígenas comienzan a ser tenidos en cuenta por la comunidad de antropólogos, nacionales e internacionales, a partir del los años 40, a la misma época, poco interés se mostró por glorificar el aporte de los negros a la cultura nacional, "entre 1936 hasta 1978, hubo 271 personas que se inscribieron profesionalmente en el ejercicio de la Antropología, de estos solo cinco (enfocaron) temas de la cultura negra" [Friedemann, citado por Wade, 1994: 274].

[4] La Corte Constitucional declaró este artículo 66 inexequible (invalidar) mediante Sentencia C-484-96 de 26 de septiembre de 1996. No obstante la Ley fue restablecida para el periodo de elecciones legislativas del 2002. Durante estas elecciones fueron elegidos dos representantes negros: Maria Isabel Urrutia y Willington Ortiz.

[5] Con esta expresión Peter Wade (1993) remite a la idea según la cual Colombia es una sociedad mestiza, en la que gradualmente lo negro e indio se diluían para dar paso al colombiano-mestizo. Bajo esta afirmación se ocultaría el deseo de conducir la diversidad racial del país a través del blanqueamiento.

características que definen una "comunidad negra"[6] como *"el conjunto de familias de ascendencia afro colombiana que poseen una cultura propia, comparten una historia y tienen sus propias tradiciones dentro de la relación campo-poblado que revelan y conservan conciencia de su identidad que las distingue de otros grupos étnicos"* [Ley 70, Capítulo I, art. 2]. En efecto, un número considerable de la población negra colombiana se encuentra dispersa en los centros urbanos y/o habitando la Costa Caribe del mar Atlántico y en ciertos casos como el que nos interesa (Cartagena), están integrados en unas dinámicas urbanas que se remontan al período mismo de la colonia y la primera república [P. Wade, 1993, E. Cunin, 2003, O. Hoffmann, 2000]. En estos casos las poblaciones, sus modos de vida y experiencias socio históricas, no corresponden a las descritas por la ley 70.

Reapropiación y construcción de imágenes y memorias negras

Como hemos podido apreciar a partir de la Constitución de 1991 la población negra colombiana viene asistiendo al encuentro con su(s) memoria(s), circunstancia que ha implicado primero, su reconocimiento político y además, un proceso de reterritorialización, de recuperación y de resignificación del territorio como espacio vital desde el punto de vista político y cultural[7], y segundo, que este proceso ha tenido como modelo a la población negra de la Costa Pacífica colombiana, sobre la que recae, según Hoffmann, una imagen de comunidades rurales dispersas, fundadas en la relaciones de parentesco y prácticas productivas tradicionales.

Por lo tanto es importante ver cómo se da el reencuentro con la(s) memoria(s) en los otros espacios costeros de la geografía nacional, la Costa Atlántica, y en particular Cartagena de Indias, ciudad históricamente considerada epicentro de la trata de negros esclavos en el Caribe colombiano y en la que los negros[8] no estarían atados al referente territorial y rural que se le atribuye a la población negra del Pacífico y que es mencionado en la ley 70 de 1993.

Los negros del Caribe: Mulatos en la Independencia de la República Cartagena

Durante los años de las revoluciones de la primera independencia (1810 a 1815) y la construcción de la Nación colombiana, la esclavitud de la población negra y la marginalidad social de sus descendientes los "pardos" y "mulatos" (expresada en la negación de derechos políticos y civiles) frente a los criollos y españoles

---

Este procedimiento, que se remonta al periodo de la construcción de la nación (XIX) colombiana, impidió el público reconocimiento de la heterogeneidad racial y el respeto de los derechos de ciudadanos, de negros e indios, en el orden social, cultural y político. La superación política de este aspecto se produce con la Constitución de 1991. El riesgo ahora es que bajo la idea de una sociedad pluriétnica, el viejo mito de la Colombia mestiza y homogénea, continúe imponiéndose entre los políticos e intelectuales.

[6] El reduccionismo en la categorización de lo "negro" está causado por lo que podríamos llamar la "indigenización de la identidad negra" [Wade, 1993, Urrea, 2001]. En Colombia, esta circunstancia permite que la población negra-urbana quede negada en su identidad étnica.

[7] Sobre este aspecto de la identidad negra en el Pacifico colombiano [Hoffmann, 2000, 2002; Agudelo, 2002; Hurtado – Rivas – Agudelo, 2000].

[8] Aunque el empleo de estas categorías facilita la descripción, somos conscientes de la ambigüedad y arbitrariedad que entraña el uso de los términos "mulato", "negro", en función de los contextos y de la situación de interacción social específica en que son empleados [Cunin, 2000].

radicados en Cartagena de Indias seguirán siendo aceptadas y defendidas como un principio 'natural' hasta bien entrado el siglo XIX[9].

En 1851, tras la abolición legal de la esclavitud promulgada por la ley 21 de ese año, bajo el gobierno de José Hilario López, toma más fuerza política la pregunta por los negros: ¿éstos pueden ser o no integrados a la Nación? ¿Son "asimilables" o deberán permanecer como una cultura "extraña"? Según algunos intelectuales, esta problemática de la identidad étnica y/o racial negra[10] no ganó suficiente espacio en los discursos sobre la construcción de la memoria histórica de la Nación [Friedemann, 1994]. Es posible que ello se produjera como una reacción de huida frente al dilema que representaban tales preguntas para intelectuales y políticos de la época.

De modo que en el proceso de la construcción de la Nación la representación de los negros termina por entrar en el juego del enmascaramiento, o bien escondiendo su particularidad racial detrás de la realidad demográfica y social del mestizaje, en la que su identidad negra se diluye en la noción de ciudadano, o bien siendo el objeto de una "invisibilidad" por parte de los propios círculos intelectuales, quienes como en el caso de los antropólogos colombianos no reconocerán una especificidad étnica de las poblaciones negras del país sino hasta la segunda mitad del siglo XX [Cf. Wade, 1993].

Quienes sostienen esta idea de la "invisibilidad", consideran que el cambio sustancial sólo se producirá durante los años 1980 y 1990, que significarán para la América Latina un periodo de grandes transiciones políticas y sociales: una ola de reformas constitucionales abrazará la vida política de los países de la región, destacando junto a la necesidad de consolidar la democracia, a través de la participación popular y la descentralización política y administrativa del poder, la importancia del plurietnismo[11], de esta forma las minorías étnicas y culturales se reconocen como riqueza de los países latinoamericanos.

---

[9] El 21 de enero de 1812 la ciudad de Cartagena establece su Estado soberano e independiente de Santa Fe y España, con la puesta en vigor de una Constitución, la más liberal para la época, en la cual se otorgó el título de ciudadano a todos los habitantes libres de la provincia. Este acto simbólico y políticamente liberador para los negros, no acabó con la discriminación de esta parte de la población, ya que como lo veremos más adelante, sobre ella pesaban fuertes a priori de inferioridad argumentados desde la academia.

[10] A lo largo de este trabajo los términos serán utilizados en el sentido en que los define Peter Wade. Según este: "Las identificaciones étnicas se entienden mejor como aquellas que utilizan las diferencias culturales que se han convertido en significantes en el curso de los encuentros entre los grupos. Dichos encuentros tienen lugar con frecuencia en la construcción de las identidades conocidas como 'naciones-estados', las cuales implican intentos de integración territorial y políticas. En contraste, las identificaciones raciales utilizan las diferencias físicas como señales, no solo cualquier diferencia física sino aquellas que se convirtieron en objeto de manipulaciones ideológicas en la historia de la expansión colonial" [Wade, 1993: 17].

[11] Como respuesta al hecho de que en las democracias occidentales, la ciudadanía política clásica, vinculada a la figura del Estado-Nación, parece haber entrado en crisis, una crisis que se ha hecho extensiva a determinados modelos de identidad cultural (individual y colectiva), surge la llamada Política de la diferencia y/o el reconocimiento, liderada entre otros, por el filósofo político canadiense Charles Taylor. Este autor sugiere que el mundo occidental moderno se enfrenta al "problema" de los Estados multiculturales al interior de los cuales conviven diversas culturas y en algunos casos naciones diferentes. Este despertar de las identidades da vía libre a procesos culturales de reivindicación de la diferencia: liderados por minorías nacionales marginadas, grandes poblaciones de extranjeros establecidas en los países "desarrollados" a partir de los masivos movimientos migratorios del último siglo.

2. El Fracaso de la Nación: un conflicto de regiones

Como lo anunciamos en la introducción, mientras que la "historiografía clásica" de un autor como Eduardo Lemaitre pone el énfasis en los elementos políticos y militares, escribe desde las élites y se interesa en el heroico papel que desempeñaron los ilustres patricios criollos, Alfonso Múnera Cavadía en su texto *El Fracaso de la Nación* [primera edición 1998a] pone sus ojos en las clases populares: un sector de la población que en la historiografía tradicional colombiana sólo parece tener el mérito de recibir con ovaciones al Libertador Simón Bolívar y a los criollos de buena familia, quienes lo dejan todo por conquistar la libertad de la Nueva Granada. Centra así su interés en los mulatos y negros y su participación en la independencia de la ciudad de Cartagena y de forma más amplia, en la contribución de Cartagena a la formación de la nación colombiana.

Aunque el análisis que pretendemos desarrollar no tiene como objeto primordial el estudio de la formación de la Nación colombiana, para comprender mejor el relato historiográfico de Alfonso Múnera, estimamos conveniente no perder de vista que en *El fracaso de la nación*, la clave para que el lector entienda, primero, la incapacidad de la clase dirigente santafereña (habitantes de Santa Fe) para constituir un Estado-Nación, y segundo, los acontecimientos del 11 de noviembre en la provincia de Cartagena, descansa en la comprensión de la rivalidad entre los dos polos regionales: el Caribe (representado en Cartagena de Indias) y los Andes (cuyo centro se encontraba en Santa Fe de Bogotá).

El libro busca una reivindicación histórica, sólo que ella no se reduce a mostrar a Cartagena y la heroica lucha de su élite (Lemaitre Roman), sino, primero, el papel que el Caribe colombiano jugó en la formación o no-formación de la nación, y, segundo, la existencia de una activa clase popular cartagenera cuya participación decisiva durante el período de la primera independencia (1810–1816) ha sido menospreciada por la historiografía tradicional local.

Múnera le apuesta, así, a una revisión historiográfica de lo que él llama los tres "mitos fundacionales" que recrean la formación de la Nación en los inicios del siglo XIX: 1. "la Nueva Granada era, en el momento de la independencia, una unidad política cuya autoridad central gobernaba desde Santa Fe […]" 2., "que la élite criolla dirigente de la Nueva Granada se levanta el 20 de julio de 1810 en contra del gobierno de España impulsada por los ideales de una nación independiente" y 3., "que la independencia de la Nueva Granada fue obra exclusiva de los criollos. Los indios, negros y las 'castas' se aliaron con el imperio o jugaron un papel pasivo bajo el mando de la elite dirigente"[12] [Cf. Múnera, 1998a: 13–14].

[12] Es importante señalar que durante la búsqueda de documentos acerca de la historiografía de la independencia de la República de Colombia dimos (en la biblioteca del IHEAL en París) con la *Gran Enciclopedia de Historia de Colombia* (editorial Salvat, editada en 1991–1993). Aquí, pudimos constatar que los tres mitos mencionados por Múnera seguían vigentes. El documento, puesto al servicio de todo el público, habla de una élite de criollos patriotas gestora, en esencia, del movimiento revolucionario de emancipación. La independencia "corresponde a una acción de las minorías en sus esfuerzos por la separación política de la metrópoli". Lo ocurrido el 20 de julio de 1810 en Santa Fe, ocupa el centro de todo el análisis. De hecho la cronología de la independencia se inicia con este suceso, lo acontecido en las provincias de Cartagena y Mompox son presentadas

Declara el autor, que la historiografía colombiana, partiendo de la supuesta existencia de una unidad política centralizada, ha elaborado una memoria histórica hegemónica construida desde los Andes. Esto explicaría, en primer lugar, por qué lo que se conoce como la historia nacional es antes que todo una memoria histórica impuesta desde el centro y, en segundo lugar, por qué las clases subalternas[13], en general y caribeñas en particular, reciben un tratamiento peyorativo al interior del relato histórico de la Nación: en éste el pueblo es sinónimo de indios, negros, zambos, mestizos y mulatos ignorantes. Son, desde una connotación política, "la gran masa, es decir, esos que no pertenecen a las élites, a los grupos que detentan el poder político" [Cf. Múnera, 1998a: 26].

El Caribe, Cartagena y la tradición historiográfica

Nuestra atención se concentrará en los capítulos III ("Cartagena de Indias progreso y crisis en la factoría de esclavos") y VI ("Los artesanos mulatos y la independencia de la República de Cartagena, 1810–1816") de la obra *El Fracaso de la Nación* [1998a].

En éstos el análisis planteado por Múnera se dirige a señalar que hacia 1808 el Caribe era visto como la costa de llanuras ardientes, habitado por salvajes e indisciplinados negros y mulatos. Lugares en los cuales el progreso está ausente y su alcance es poco probable: *"Así el centro andino crea la imagen del Caribe como frontera y como un espacio donde había una ausencia de orden social"* [Múnera, en Internet, 1997b: 13].

Cuando España tratando de poner orden al dispersado poder administrativo, decide en 1717, centralizar el poder en una sola provincia, Santa Fe y Cartagena se disputaron por ostentar el título de capital. La metrópolis elegirá como sede del virreinato a Santa Fe. Múnera explica que las razones que motivaron tal elección, se hallaban en estrecha relación con esa imagen de caos y desorden permanente de la que gozaba esta región del virreinato y particularmente Cartagena: la ciudad había perdido todo prestigio comercial a causa de los saqueos piratas, que minaron la confianza en la seguridad del puerto.

La oleada de extranjeros que llegaban a ésta (dedicándose al comercio ilegal), unido al incremento de una población predominantemente mulata y negra, animaron el establecimiento del Santo Oficio de la Inquisición, para contrarrestar las

despojadas del carácter protagónico que le ofrece Múnera. En cuanto a las clases populares, estas son mencionadas como 'turbas' al mando de caudillos. "Este movimiento criollo de la Nueva Granada es diferente, en su esencia, de la revolución mexicana de 1810, cuando el cura Miguel Hidalgo, levantó a los indígenas y mestizos contra el régimen colonial" [cf. Gran Enciclopedia: 254].

[13] Múnera entra a analizar las clases subalternas, siguiendo la corriente historiográfica denominada *Estudios subalternos* (encabezada por los hindúes Partha Charttajee y Ranají Guha, quienes estudian la participación de las gentes del pueblo en la tarea de construir la nación). La revisión que propone la hace usando como eje central la historia de Cartagena, a la que presenta como el "centro de una extensa región en el Caribe colombiano" (epicentro de una temprana consciencia regionalista caribeña), y el conflicto entre la élite de esta ciudad y la de Santa Fé. Por motivos de órden económico y político las dos élites se confrontarán en tanto que polos de poder regional bien diferenciados dentro del Virreinato de la Nueva Granada.

herejías y los intentos de judíos y protestantes de ingresar al virreinato a través de la ciudad[14].

En el año 1809 cuando el conflicto interregional alcanza su momento álgido Cartagena expresa su carácter independentista y autónomo al tratamiento de sus asuntos comerciales. En efecto, hacia finales de 1808, una escasez de harina, producto de consumo básico, azota la región. El Cabildo local lanza un llamado a la autoridad virreinal en Santa Fe para que le sea autorizada al Consulado de Comercio de Cartagena la importación de harina desde los Estados Unidos, dada la insuficiencia e incapacidad de las provincias andinas para cubrir la necesidad. En respuesta el virrey reiterará, en enero de 1809, que sólo autoriza el comercio con los ingleses y prohíbe toda compra de harina que no provenga de las provincias andinas.

El Cabildo de la ciudad puerto, toma entonces el riesgo y en el mes de abril de 1809 autorizará la entrada de varias goletas norteamericanas procedentes de Baltimore y Virginia, cargadas de harina, jamón, arroz y otros alimentos, argumentando que "todo el Caribe negociaba con los norteamericanos", que éstos "vendían la harina de mejor calidad y más barata y, además, eran los mejores compradores de la producción tropical" (Múnera, 1998a: 145). Las consecuencias no se hicieron esperar, el 4 de julio de ese mismo año, aconsejado por su organismo asesor de comercio (Tribunal Mayor y Real Audiencia de Cuentas de Santa Fe) el virrey acusa de americanizados a los comerciantes cartageneros, al tiempo que amenaza de multa y castigo ejemplar a todo intento de comercio con los norteamericanos.

Alfonso Múnera sugiere que este episodio completamente ignorado por la historiografía, permite dilucidar el carácter rebelde que se esconde detrás de la actitud independentista que se reprocha a Cartagena. Y añade que será a partir de este momento cuando la tensión entre el Caribe y los Andes se intensifica.

Nótese que para el historiador el fracaso de todo intento del gobierno del virreinato por controlar el comercio de harina, es otro ejemplo del carácter fragmentario y regionalista en que se hallaba el poder político de la Nueva Granada. Este episodio ejemplifica la disparidad de intereses entre las dos regiones. Para la élite comerciante de Cartagena el proyecto era abrirse hacia el Caribe: comprar la harina y vender sus productos sin los riesgos que implicaba hacerlo por contrabando, de forma ilícita. Mientras que para los Andes, se trataba de proteger y promover su agricultura, de la cual dependía todo su crecimiento económico.

---

[14] Si bien es cierto que nuestro autor tiende con su relato a minimizar el caos del Caribe y el carácter desordenado del comercio y la vida de la ciudad de Cartagena y de esta zona de frontera, el historiador Conde sostiene que existió realmente un nutrido contrabando entre las colonias inglesas de Jamaica y la holandesa de Curazao, que "originó un tipo de relaciones sociales que asignarían una mentalidad de los pobladores de un marcado carácter de ilegalidad, es decir, cierta tendencia a inclinarse, como algo natural a lo que estaba por fuera del orden hispánico" [cf. Conde, 1999: 32]. Este ambiente contribuyó a la autonomía política y económica y al debilitamiento de sus lazos con la autoridad real.

A esta situación irregular en el tratamiento comercial debe sumarse, según Conde, la forma como se produjo el poblamiento de la región; a través de procesos de *cimarronaje* (de negros e indios) y *arrochelamiento*, en zonas de difícil acceso. Estos sistemas de poblamiento espontaneos y no regulados, se hallaban al margen de la legalidad de la autoridad española [cf. Conde: 35–36].

Pese al tono imparcial con que el historiador narra los eventos, entre líneas el lector descubre un relato histórico en el cual se pone de manifiesto el deseo por presentar al Caribe y a Cartagena, como portadores de ideas liberales y de un espíritu visionario. Esta descripción muestra, como ocurre con Lemaitre, la tensión entre la historia local y la historia nacional, en la que el empeño de los autores costeños se centra en recuperar el lugar protagónico largamente ignorado por los historiógrafos del país y la historia oficial nacional.

Las clases subalternas en Cartagena: el «otro» olvidado de la historia oficial

Lo que hace particularmente interesante el relato histórico de Múnera Cavadía, es que en éste vemos aparecer con fuerza un elemento innovador: las clases subalternas, que el autor identifica desde el principio como la población de mulatos, zambos y mestizos artesanos del barrio Getsemaní. Múnera no ofrece ninguna ambigüedad en torno a la identificación de lo popular. Aquí, los subordinados aparecen asociados a una condición racial, la de los negros y/o "libres de todos los colores".

De conformidad con los trabajos de investigadores extranjeros vinculados a la corriente historiográfica de *Subalterna*, como Florencia Mallon, James Scott, Peter Guardino y Aline Helg, y quienes han estudiado las clases subalternas en su relación con el Estado, la sociedad y la política, a través del análisis de los procesos de resistencia de campesinos, indígenas y negros, en el Perú, México y Cuba, durante los años de la Independencia, el historiador cartagenero se lanza en la empresa de probar que también en Cartagena de Indias existió una clase subalterna/negra/invisibilizada que participó de forma decisiva en el destino político de la ciudad.

A partir de la lectura de los mismos documentos de archivo que han sido preservados, empleados y leídos en beneficio de la gloria de los criollos blancos, el autor adelanta una lectura entre líneas que le permite, según él, *"reconstruir un cuadro que muestra la importancia de los mulatos y negros libres en los eventos de la independencia"*, y añade, que tan sólo *"una búsqueda paciente en los archivos y la imaginación del historiador* […]*"*, podrán resolver, a futuro, las preguntas que se originen gracias a su análisis [Cf. Múnera, 1998a: 23].

A la re-lectura de estos documentos, el autor añade los resultados de la investigación adelantada por el historiador Allan Kuethe [1994] en torno a la Reforma Militar llevada a cabo por la corona española en Cartagena durante la segunda mitad del siglo XVIII (1773) [Cf. Segunda parte, capítulo III].

Conforme al estudio ofrecido por Kuethe, Alfonso Múnera sugiere que esta reforma militar no sólo restituye la maltrecha vida económica de la ciudad con el surgimiento de una clase de comerciantes "blancos de la tierra" o local, sino que también favoreció el desarrollo de la comunidad de artesanos (conformada por los libres de todos los colores) y la formación de las milicias de pardos.

Cabe anotar que ya durante la primera mitad del siglo XVIII la ciudad, relegada de su función de primera plaza comercial, poseía una población abrumadoramente negra y mulata que se empleaba en las haciendas cercanas o se dedicaba

al trabajo manual (artesanos). La lectura entre líneas de las crónicas de Jorge Juan y Antonio de Ulloa, en la que se describe la vida urbana de esos años, permiten al autor afirmar que *"Al lado de los negros y mulatos creció una población blanca pobre que preferiría vagar por las calles antes que dedicarse a los trabajos manuales"* [Cf. Múnera, 1998a: 80].

Testimonios similares a los de Ulloa hacen suponer que los estudios historiográficos tradicionales, frente a los cuales el historiador se muestra disidente, han volcado su interés en la investigación del fortalecimiento de la clase comerciante local y sus heroicas acciones durante el periodo de la Independencia, omitiendo mencionar que hacia el año 1778, el ochenta por ciento de la población de Cartagena mulata, negra y esclava, despojada de su carácter racial bajo el nombre de "libres de todos los colores", compartía con blancos y criollos los mismos barrios.

Sobre este aspecto el historiador Hermes Tovar sostiene que en Cartagena de Indias *"la jerarquía y la posición del individuo no quedaban marcadas por el espacio residencial que ocupaban. Así como una familia podía vivir sola, podía residir alternativamente con sus esclavos o constituir una verdadera maloca de blancos, negros y mulatos"* [Tovar, 1998: 58]. Dado que no existe una rigurosa organización de la arquitectura doméstica, según un orden de castas, criollos, mulatos y pobres, negros y blancos se mezclaban en los espacios habitacionales, sin que la flexibilidad en la organización de los lugares de habitar impidiera la estratificación por castas y la discriminación racial.

La presencia de las clases populares no se limitaba al uso común de los espacios públicos y habitacionales, ésta era igualmente fuerte en el mundo de las festividades locales durante la celebración de sus variados cabildos (capítulo o consejo que representaba a los negros de un mismo origen), desfiles y bailes festivos en el marco de las conmemoraciones religiosas.

Así, *"el espacio público de las fiestas de los blancos no estaba vedado a las clases inmediatamente inferiores. Siempre que se pudieran vestir bien e hicieran gala de la 'educación' para comportarse en tales ambientes, negros y mulatos en el carnavalesco mundo de Cartagena eran incorporados, hasta cierto punto, en la práctica colectiva de la danza"* [Cf. Múnera, 1998a: 93]. Entre las clases populares se fue formando una necesidad de reconocimiento y aceptación frente a las élites. El espíritu relajado propio de los puertos, que siendo ajeno *"a las disciplinas de una sociedad de plantación"* permitiría a las clases populares, radicalmente definidas como negras y mulatas, configurar un ideario de tradiciones *"a través de sus costumbres, religiosidad, música, danza, memoria y habla que, por supuesto, eran motivo de sospecha y rebelión para las autoridades españolas"* [Cf. Gutiérrez, 2000: 47].

La importancia de esta clase popular se hizo evidente hacia los últimos años del siglo XVIII, cuando las fuertes inversiones en el fortalecimiento militar de Cartagena con la construcción de baluartes, escolleras, fuertes, casas, arreglo y construcción de barcos, etc., fortalecieron el sector de los artesanos mulatos que terminó monopolizando el oficio artesanal, hecho que a la final les auto-

rizó a demandar "mayores ingresos por el profesionalismo de su trabajo" [Cf. Múnera, 1998a: 55] del que se benefician los otros sectores sociales de la ciudad.

Todas estas condiciones permitieron a los artesanos mulatos tener acceso a ciertos privilegios, como la tenencia de esclavos, e hicieron posible y necesaria la inclusión de los mulatos y pardos en la armada: *"En el último cuarto del siglo XVIII la milicia de pardos fue otro instrumento clave para este grupo social en la formación de un espíritu de cuerpo, de un cierto prestigio y de una cierta respetabilidad. Unirse a la milicia fue una de las formas más buscadas para mejorar el estatus social del artesano mulato"* [Cf. Múnera, 1998a: 95]. Esta flexibilidad en el reclutamiento de las clases populares estuvo estrechamente ligada tanto a las realidades demográficas, como al espíritu de acomodo y de desorden que caracterizó la conformación de las milicias pardas del *Caribe colombiano* [Cf. Kuethe, 1994: 181–184].

De esta forma en los años previos a la independencia de Cartagena, era posible encontrar mulatos respetables, propietarios de casas y esclavos, portadores de un sentimiento de igualdad con los blancos quienes encontraron, en su nueva condición social de artesanos y militares, el camino para entrar en un juego de relaciones clientelistas con las élites locales al punto de ser tenidas en cuenta en los momentos culminantes de la contienda política doméstica protagonizada por dos bandos: todelistas y peñeristas.

Ambos grupos estuvieron de acuerdo tácitamente en borrar la cuestión de la raza viendo en ello una amenaza a la frágil sociedad de la época, en consecuencia *"este silencio significó que durante su primera independencia, el Caribe Colombiano perdió una gran oportunidad de mostrar su singularidad y su importancia frente a la Colombia Andina"* [Cf. Helg, 2000: 243]. Efectivamente, sólo de esta manera explica Alfonso Múnera la alianza política de cooperación entre los todelistas y los mulatos de Getsemaní el 14 de junio de 1810 y más tarde entre éstos y los Peñeristas el 11 de noviembre de 1811.

Al respecto, la historiadora norteamericana Aline Helg sostiene que este grupo de mulatos ilustres (del que formaban parte mujeres solteras y propietarias de esclavos) tenían interés en conservar la jerarquía socio-racial existente, ya que convenía bien a sus nuevos intereses económicos que facilitaban sobre todo un ascenso socio-racial individual y no colectivo[15].

[15] Aline Helg sostiene que una de las razones por las cuales los negros y mulatos, siendo mayoría, no iniciaron una revuelta contra los blancos se debió a que estos últimos, siendo apenas el 10% del total de la población "otorgó la igualdad a los libres de color al principio de la independencia y se apoyó continuamente en redes clientelistas que incluían a las clases populares de color". A lo que se suma el hecho que la población femenina negra representaba la mayoría de la población mayor de 15 años: "la mayoría de las mujeres se quedaban en la ciudad como sirvientas y trabajadoras, pero los hombres eran a menudo enviados por sus amos a trabajar en sus haciendas y ranchos o vendidos como esclavos a las minas auríferas de la región pacífica". De esta suerte las mujeres terminaban relacionándose con hombres casados y con blancos, "lo que les integraba a las redes clientelistas que superaban la línea de clases, raza y género" [Cf. Helg, 2000: 222]. La Independencia no ofreció un cambio sustancial en el rol político, social y económico de este grueso número de la población.

Esto explicaría, además, por qué los "libres de todos los colores" (mulatos, pardos, cuarterones, etc.) no aprovecharon la coyuntura de la independencia para imponer su dominio en la ciudad, porque tal y como ocurrió en otros lugares de América Latina, la raza no se convirtió en una categoría organizacional ni una consigna de lucha política: *"en realidad tanto las élites como las clases populares optaron una posición pragmática frente a las nuevas circunstancias porque se necesitaban entre sí: las élites criollas a los hombres de color para ganar el poder, y los hombres de color a las élites criollas para ganar la igualdad […] porque lo que los hombres de color querían decir con igualdad era la igualdad con los blancos"* [Cf. Helg, 2000: 243].

La historia como hazaña del pueblo: Mulatos al frente de la Independencia

En el capítulo seis de *El Fracaso de la nación* [1998a], el historiador cartagenero ofrece su relato de los acontecimientos preliminares y posteriores a la independencia absoluta de la provincia de Cartagena de Indias el 11 de noviembre de 1811. Sosteniendo que los subordinados jugaron en ésta un papel decisivo en el rumbo que tomaron los acontecimientos políticos que marcaron esos años de la primera República.

Lo primero que destaca es que una suma de circunstancias está al origen de lo ocurrido. En efecto, hacia 1810 el desprecio de Santa Fe ante la idea de seguir costeando el fortalecimiento militar del puerto, el episodio de la harina, la pérdida de control del comercio ilegal en manos de Santa Marta, el surgimiento del poderío comercial de la pequeña ciudad de Mompox (con su clase comerciante portadora de un espíritu liberal e igualitario), la decisión tomada por el gobernador Montes de suspender las construcciones militares y reducir los gastos en la ciudad, contribuyeron a anudar las relaciones entre las clases subalternas y las élites criollas locales.

Entablar lazos de cooperación política con las clases populares del puerto, particularmente con el grupo de mulatos ilustres cuya influencia entre las clases inferiores era evidente, fue más una estrategia de lucha política en pro de la autonomía comercial y política, que un deseo de subvertir el orden socio-racial imperante. Los criollos o "blancos de la tierra" esperaban poder controlar sin mayores inconvenientes este sector de la población.

Cuenta Múnera que "No fue nada difícil, pues, para los criollos convencer a los negros y mulatos, que en su gran mayoría dependían de las inversiones militares para su subsistencia, de la necesidad de apoyar el movimiento contra Montes. A las motivaciones políticas de conquistar la autonomía de la ciudad se unían razones muy concretas de sobrevivencia material" [Múnera, 1998a: 176]. Sólo se necesitaba contactar a alguien que entre los artesanos mulatos, zambos y negros libres tuviera un poder de convocatoria y gozara del respeto y estima, el elegido fue Pedro Romero.

Pedro Romero: el mulato líder

Este mulato ilustre, artesano del barrio Getsemaní, siempre tuvo motivaciones económicas y sociales bien claras a la hora de aliarse con los criollos blancos, así,

explica Múnera, cuando Romero se adhirió a los todelistas (en la revuelta popular del 14 de junio de 1810 que terminó con la destitución del gobernador Montes y por la causa autonomista) lo hizo dado que su "subsistencia […] dependía de uno de los talleres auxiliares en el arsenal", y la conservación de éste se veía comprometida por la decisión de disminuir la inversión en las construcciones de fortificación militar de la ciudad de Cartagena, decisión tomada por el gobernador Montes. Una medida parecida afectaba su condición socioeconómica [Cf. Múnera, 1998a: 175].

A ello se suma el hecho que Pedro Romero, meses antes de su participación en los hechos del 14 de junio, solicitó al Rey dispensar a su hijo mayor de la condición de mulato con el fin de poder estudiar leyes en la universidad. Es probable que la poca atención que recibió su petición debió parecerle, además de humillante, injusta y discriminatoria, animándole a tomar posición frente a las circunstancias políticas que se vivían en la ciudad durante la época [Cf. Múnera, 1998a, 1997].

La inclusión y búsqueda consciente del apoyo de Pedro Romero (y de otros mulatos artesanos como Pedro Medrano y Juan de Solano en Getsemaní) en la destitución de Francisco Montes el 14 de junio de 1810 y en la conformación de una Nueva Junta de Gobierno, presidida por García de Toledo, a través del apoyo armado popular del batallón de patriotas voluntarios "Lanceros de Getsemaní", constituye para el autor una prueba de "que lo que se acordó entre estos dos dirigentes fue una alianza política para derribar a Montes […] y que el pueblo no es llevado a la plaza por los líderes criollos sino por sus líderes o comisionados mulatos, previa negociación con aquellos" [Cf. Múnera, 1998a: 179].

En su memoria sobre los eventos –diametralmente opuesta a la de Eduardo Lemaitre– el mulato Romero personifica esta clase artesanal que a causa de su poder demográfico, debió contar al momento de iniciar un proceso de cambio en las estructuras políticas, todelistas y peñeristas lo sabían y por ello en su proyecto de separación tuvieron la precaución de buscar su respaldo.

Expone Múnera que a principios de 1811, los mulatos habían alcanzado tal grado de control que tras el fallido intento de los comerciantes y militares españoles de retomar el poder de la Junta de Gobierno, el 4 de febrero de ese año, sólo éstos pudieron controlar al pueblo que de forma espontánea salió a las calles armado de cuanto podían para defender la Junta de Gobierno. No en vano García de Toledo llamó a este día uno de los más funestos de la patria, sin duda porque veía como el control de la situación política y social caía en manos de los subalternos [Cf. Múnera, 1998a: 183–187].

Múnera aunque no desconoce la importancia que tuvo el conflicto entre Cartagena y Mompox, ni la discrepancia entre los clanes políticos de las dos ciudades, prefiere no ahondar en este aspecto para no terminar por reducir lo ocurrido en Cartagena, como consecuencia de una discordia entre dos casas familiares. Prefiere así, ahondar en las motivaciones sociales y económicas que impulsan el compromiso de las clases populares en la lucha de independencia.

Al respecto sostiene que la alianza entre todelistas y artesanos se rompe, porque los primeros se muestran poco firmes a la hora de castigar a los españoles

golpistas (a éstos se les permite abandonar la ciudad para refugiarse en Santa Marta, el enclave de realistas del Caribe). Yendo aún más lejos en sus interpretaciones y suposiciones, sugiere que esta actitud débil y vacilante pudo haber sembrado en los mulatos la duda de que el gobierno local moderado otorgase a los mulatos y a sus descendientes derechos de ciudadanos.

La idea no es arbitraria ya que como lo documenta el historiador, entre junio y agosto de 1811, las cortes españolas reunidas en Cádiz promulgaron dos disposiciones que ayudaron a atizar el fuego revolucionario en las provincias americanas: la primera informaba la decisión de no otorgar a los criollos una representación en calidad de iguales en las cortes de Cádiz (19 de junio) y la segunda, sin duda la más delicada en el caso de Cartagena, expedida por el comité de asuntos constitucionales de Cádiz, negó el derecho a la ciudadanía a los mulatos y negros. Esta disposición (puesta en vigor el 10 de septiembre de 1811) entró en conflicto con el espíritu que animaba la nueva constitución de Cartagena, que al momento de la proclama de esta medida, se encontraba en elaboración.

La nueva situación política exigía de una mano fuerte y radical frente a las medidas tomadas por la metrópolis, informada de ésta a través del periódico local el Argos Americano, *"el 10 de septiembre debió colocar a dirigentes mulatos como Pedro Romero del lado de una separación radical de España. Negado su derecho a la igualdad por las Cortes de Cádiz, los artesanos mulatos de Cartagena empezaron a identificar este último derecho con la independencia"* [Cf. Múnera, 1998a: 194].

El rumbo que tomó la confrontación política que se produjo en el puerto de Cartagena, entre los años 1811 y 1815, está en relación directa con la conciencia de la identidad entre independencia e igualdad social, y no al supuesto festín de ron y fiesta que los Piñeres ofrecieran a los habitantes del arrabal de Getsemaní. Esta idea es ampliamente compartida por los historiadores tradicionales, José Manuel Restrepo, entre ellos, sostiene que *"Gabriel [Piñeres] predicaba por todas partes la libertad absoluta, ese dogma destructor del orden social. Siempre se le veía cercado de negros y mulatos sin educación, y quería que los demás ciudadanos ejecutaran lo mismo, bajo la pena de ser tenidos por aristócratas"* [Cf. Múnera, 1998c: 162][16].

Los mulatos de Getsemaní: una clase popular moderna?

Hasta aquí hemos visto una presentación de los mulatos de Getsemaní como un sector subalterno explosivo y bien informado acerca del ideario político moderno. Múnera muestra a Pedro Romero como el líder político de este sector, que reclama ante los criollos una ciudadanía y una igualdad política.

[16] El carácter liberal e ilustrado de Mompox, no es pasado por alto por el propio Múnera quien al referirse a Gabriel Piñeres afirma que "sus predicas igualitarias, con las cuales construyó una sólida alianza con los dirigentes mulatos y negros de Cartagena, había sido producto del ambiente de modernidad y progreso que se vivió en la pequeña villa a las orillas del Magdalena, consecuencia de su apertura a todos los comercios, a todas las culturas, a todas las ideas" [Cf. Múnera, 1998a: 191].

Si bien las afirmaciones de Múnera están fundadas en acontecimientos históricamente documentados, no podemos pasar por alto que éstas corresponden más al deseo del autor por mostrar la existencia de una conciencia política al interior de las clases subalternas, ya que como él mismo afirma "sobre las élites populares, Pedro Romero y Pedro Medrano, hay muy escasas noticias" [Cf. Múnera, 1998a: 22]. De modo que parece que no existen documentos oficiales en los que se de cuenta del pensamiento político o el ideario social de Pedro Romero o de cualquier otro de los miembros de Getsemaní.

Quizá por ello pese al tono desapasionado e imparcial con que reproduce el relato de los hechos, en sus comentarios el lector puede sentir que Múnera actúa aquí como un historiador militante, comprometido con la idea de adelantar una revisión profunda del tratamiento de las clases populares en la historiografía tradicional. La conclusión a la que llega es en sí misma clara: *"La declaratoria de independencia absoluta de Cartagena no fue, como se complace en describirla la historiografía tradicional, el producto de las rencillas entre elites todelistas y peñeristas. El grado de tensión social que produjo el 11 de noviembre tenía componentes más complejos y, sin lugar a dudas, el más importante de ellos era el enfrentamiento entre la élite criolla y los negros y mulatos artesanos que aspiraban a la igualdad"* [Cf. Múnera, 1998a: 196].

De esta manera, el 11 de noviembre frente al espíritu moderado de las clases criollas locales los mulatos (a los que se unió el más radical de los hermanos Piñeres el comerciante Gabriel Piñeres y el abogado Tuerto Muñoz, yerno de Romero) se movilizaron y tomándose las armas de la ciudad forzaron la declaratoria de Independencia absoluta de la que a partir de ese momento se llamaría República Independiente de Cartagena de Indias.

Pese a la imagen dramática con que los criollos describieron este episodio, catalogándolo como "el día más funesto para la ciudad y la patria", la realidad es que "los blancos de la tierra" nunca dejaron de ocupar los cargos de importancia en la Junta de Gobierno que se sucedieron.

Todelistas y piñeristas continuaron al frente de la dirección política de Cartagena, situación que no debe hacer olvidar que también los mulatos, por primera vez en la historia de la Nueva Granada, formaban parte activa del destino político de una ciudad. Pedro Romero, por ejemplo, fue elegido a participar en la convención que elaboró la Constitución de 1812, en la que no gratuitamente se establece el derecho de ciudadano a todos los mulatos y negros libres, la prohibición del comercio de esclavos y una liberación gradual de los existentes.

Aline Helg es quizás mucho más directa en la explicación de esta ambigüedad al estudiar la "invisibilidad" de los negros en la historia de la nación colombiana, afirma que los mulatos artesanos, se hallaban en un entramado de relaciones clientelistas en las cuales *"estas alianzas políticas jerarquizadas representaron para los hombres de color una etapa importante en su integración al nuevo sistema político, que deseaban ardientemente"* [Cf. Helg, 2000: 242].

No existió pues una conciencia racial que movilizara a los africanos "puros" o "parciales", en la configuración de una sociedad de negros. Si bien la clase y la

raza jugó un papel importante en los sucesos acaecidos en la ciudad de Cartagena, y así lo deja ver Múnera, no se puede olvidar que cuando les fue posible *"los líderes [mulatos] no cuestionaron el papel de las categorías raciales coloniales de negros, pardos, zambos y cuartearon en la definición del status y de la identidad de cada cual"* [Cf. Helg, 2000: 241]. Esto es, en su movilización por la independencia, los libres de colores se ocuparon de diferenciar su causa de la reivindicación de los derechos de otras castas inferiores a las suyas.

Alfonso Múnera termina de esta manera concluyendo que entre 1814 y 1815, pese al progresivo deterioro de la vida política de Cartagena, ésta era el único punto del Caribe en abierta rebelión contra el dominio español, de su suerte dependía el futuro de la Nueva Granada. Evidentemente, en su relato histórico la suerte de la ciudad y su seguridad, descansaba en manos de los mulatos y extranjeros, que durante el sitio de Morillo participaron de su defensa, una representación de las acciones de los negros y sus descendientes, como la que él ofrece conduce a que el lector reconozca el carácter central del papel jugado por las clases subalternas de los artesanos mulatos en el episodio de la independencia local y nacional.

Sobre este último aspecto, el carácter protagónico de los mulatos, es preciso considerar que cuando el historiador Múnera habla del carácter activo de esta clase subalterna, no está queriendo decir que todos los miembros de ésta poseían una clara conciencia histórica de sus acciones, sino que tenían sus razones para actuar como lo hicieron. Si no se hace esta lectura sus afirmaciones ofrecerían un carácter épico que no estaría en consonancia con la intencionalidad del historiador, quien parece buscar antes que nada una re-elaboración de la memoria histórica local, en la que el sector mayoritario de la ciudad, recupere su condición de partícipe y protagonista de la historia, al lado de los criollos [Archila, 1998].

3. Las críticas y conclusión

Acerca del carácter innovador de la propuesta de Múnera, de presentar la construcción de la nación colombiana por fuera del paradigma de "la comunidad imaginada" de Anderson [1997], el historiador Juan Carlos Flórez se une a los comentarios ofrecidos por su colega Mauricio Archila, quien sostiene que el autor *"cae en la contradicción de negar, por los diversos conflictos, la hipótesis de la comunidad imaginada para la nación, pero acepta* [implícitamente] *dicha comunidad para el ámbito regional, a pesar de los conflictos que se manifiestan en dicho ámbito"* [Cf. Archila: 178]. Tanto para Flórez como Archila, en la Colombia de inicios del siglo XIX no se puede hablar de una hegemonía regional, *"lo que tenemos es una precaria coalición de apetitos regionales sin una clara hegemonía desde el principio"* [Cf. Archila: 179].

No obstante en esta crítica es de valorar el interés puesto en el estudio de las clases subalternas y el análisis de las tensiones socio-raciales de la época, que apuntan a combatir los mitos fundacionales de la nación y ofrece una visión optimista en la cual los mulatos son portadores de un pensamiento moderno y ambiciones políticas claras, aunque esta hipótesis carece de una documentación más detallada.

La revisión de la historia nacional y regional hecha a partir del cuestionamiento de los tres mitos fundacionales de la nación colombiana, difundidos por Restrepo, y las tensiones socio-raciales, es también el mérito mayor que encuentra Aline Helg en *El Fracaso de la Nación*. Pese a ello Helg es de la opinión de que el autor no sólo pierde de vista el estudio de los conflictos intrarregionales *"entre Cartagena y las otras ciudades que la capital de la provincia quería seguir dominando"*, sino que deja de lado el conflicto *"entre la misma población urbana de ascendencia africana por su situación, su color, su clase y su género"* [Cf. Helg, 2000: 236].

Al centrarnos en el estudio de los discursos históricos, nos interesamos en las representaciones de los mulatos y negros durante el periodo de la independencia de la ciudad, evento clave dado que este se convierte en punto de referencia a partir del cual se construyen los imaginarios socio-raciales, políticos y culturales de la nación colombiana.

En este orden de ideas el propósito central fue mostrar en detalle, de manera crítica, la participación, consciente o no, de la memoria histórica en la elaboración de la identidad racial y cultural de la ciudad, a través de la influencia académica y cultural de estos discursos en la construcción de las representaciones sociales de los negros y mulatos de la ciudad de Cartagena.

El historiador Alfonso Múnera, en su obra que ha sido reconocida por sus colegas (entre ellos Aline Helg, de la escuela Subalterna) a nivel nacional e internacional por su inclusión del estudio de las relaciones socio-raciales y las clases subalternas en la historia de Cartagena, ofrece una revisión de la historia de la conformación de la Nación colombiana, lanzando la hipótesis según la cual a principios del siglo XIX en las costas colombianas existían en su inmensa mayoría zambos, mulatos y negros y no sólo criollos. En Cartagena de Indias, los mulatos constituyen a la época de la independencia una clase social con cierta prestancia y poder material, aunque carecían del reconocimiento social por parte de las élites criollas locales.

Múnera ofrece así una revisión del pasado en términos *ejemplarizantes*, esto es, recrear un pasaje de la historia local de Cartagena en la que los artesanos y mulatos juegan un papel de liderazgo dentro del proceso de independencia de la ciudad e indirectamente al interior del proceso de independencia de la nación colombiana.

Múnera, quien se auto proclama mulato, se revela como un historiador militante quien a través de su investigación espera crear un espacio –al interior de la academia– para el estudio de los negros y sus descendientes, como elementos poblacionales activos que determinaron el curso de la vida política de la ciudad de Cartagena al inicio del siglo XIX y que aún hoy encuentran escenarios de expresión en la ciudad.

Esta revisión histórica ha sido importante para que la población negra de Cartagena, en cabeza de los militantes "afro colombianos", vehicule la comprensión de su propia identidad. Entre las estrategias se encuentra la promoción del "Cabildo de negros de Getsemaní" por el rescate de las tradiciones festivas autóctonas,

revirtiéndolas en los actos festivos del 11 de noviembre como expresión etnofolklórica y memoria cultural.[17]

Estas fiestas se han convertido en un campo de batalla simbólica, desde donde se pretende el rescate de la identidad de la ciudad como epicentro de una vieja tradición de cabildos negros y reinados, cuyos antecedentes históricos se remontan a la Colonia, y en los cuales tenían espacio la música y danza de tambores africanos. Con el rescate de la tradición festiva local se ayuda, según el filósofo Edgar Gutiérrez, a repensar la ciudad, a *"confrontar su orden discursivo, simbólico, de-construir una lógica de estereotipos e imaginarios, de exclusión de la participación ciudadana popular y formular propuestas de re-lectura y comprensión de su patrimonio cultural festivo"* [Cf. Gutiérrez, 2000: 247] estrechamente ligado a lo popular, «cultura negra» de los africanos, y sus descendientes, que habitaban en el puerto de Cartagena. En Cartagena la puesta en escena de esta tradición de "cabildos negros" puede ser pensada por los líderes de las comunidades, auto denominadas "afro-caribeñas", como una herramienta a partir de la cual poder mostrar la identidad "afro" de la que habla la ley 70 de 1993.

Tal y como lo dejamos saber desde la introducción, esta investigación y otras similares pueden permitir la continuación del estudio de la representación de los negros y de sus descendientes desde una perspectiva histórica, en Cartagena de Indias, que a su vez también ofrecerán elementos que ayuden a responder las preguntas acerca de la construcción de la identidad del negro del Caribe colombiano.

Ya que ello nos permitiría estudiar de qué forma a la luz de las representaciones historiográficas podrían entenderse las categorías de *"comunidad negra" y "afro-descendiente"*, citadas por la Constitución nacional de 1991 (ley 70 de 1993), o cuáles son las razones por las cuales la política de minorías étnicas, tal como está concebida y redactada, no beneficia de la misma manera a los negros del Pacífico (población más rural y que se afirma descendiente *"directa"* de africanos) que a los de la Costa Atlántica (población más urbana, con un proceso de mestizaje más generalizado).

Si en Cartagena la identidad de los negros, pardos y mulatos ha sido historiográficamente resignificada bajo la realidad socio-racial del mestizaje, a partir de un proceso de memoria, omisiones y olvido, del cual han participado los mismos interesados, los negros[18]. ¿Cuáles han de ser, entonces, en este caso las catego-

[17] La Fundación Gimaní Cultural que adquiere su estatus legal el 12 de noviembre de 1986, lleva más de 20 años de trabajo por el fomento de la identidad cívico-festiva de la ciudad de Cartagena [Caballero, 1997].

[18] Como lo afirma la historiadora norteamericana: *"La presentación de la Nueva Granada como blanca y andina y el desprecio por las costas «negras» no debe atribuirse únicamente al proyecto de la elite andina. También fueron posible porque desde 1810 la elite y las clases populares mantuvieron silencio sobre el predominio de la población de ascendencia africana en la región y su identidad afro-caribeña."* Así, en aras de un mutuo beneficio: los negros de la costa optaron por ganar su «igualdad» a partir de los méritos y servicios ofrecidos a la sociedad y los blancos (siendo sólo el 10% de la población) en flexibilizar las normas de castas para conservar su poder de mando [Cf. Helg, 2000: 245].

rías a emplear para estudiar la pertenencia e identidad de los cartageneros que se auto-denominen negros, pardos o "afros" y reclamen, en aras de tal condición étnica/racial, "derechos" étnicos y diferenciados?

Quizá el hilo conductor que permita salir de este laberíntico juego de la politización de la identidad que pudiera conducir a la instrumentalización incontrolada de ésta, sea el trabajo de la revisiones de las representaciones que se han estado elaborando de los negros, desde las historias locales, ya que no podemos perder de vista el carácter dinámico y fluido de las identidades y las representaciones.

BIBLIOGRAFÍA CONSULTADA

AGUDELO, Carlos (2002), *Poblaciones negras y política en el Pacífico colombiano: Paradojas de una inclusión ambigua*, Tesis de doctorado en sociología bajo la dirección de C. Gros, Universidad París III – IHEAL, París.

ANDERSON, Benedict (1997), *Comunidades Imaginadas: Reflexiones sobre los orígenes del nacionalismo*, Fondo de Cultura Económica, México.

ARCHILA, Mauricio (1998), "Comentarios (sobre la obra de Munera)", in: *Cartagena de Indias y su Historia*, H. Calvo – A. Meisel (eds.), pp. 177–183.

BOBBIO, Norberto (1996), *Estado, Gobierno y Nación*, Fondo de Cultura Económica, México.

CALDAS, Francisco José (1912), "Del influjo del clima sobre los seres organizados", in: *Obras de Caldas*, Bogotá. (La obra que no precisa la casa editorial fue consultada en la biblioteca del IHEAL de París).

CASTILLO, Roxana (2001), "Alfonso Munera Cavadia: Embajador del Caribe", in: *Gente (la Revista del sábado), El Heraldo*, 29 de septiembre, http://www.elheraldo.com.co/revistas/gente/01-09-29/noti6.htm.

CONDE CALDERÓN, Jorge (1991), *Espacio, sociedad y conflicto en la Provincia de Cartagena*, UniAtlántico, Barranquilla.

CUNIN, Elisabeth (2001), "Asimilación, multiculturalismo y mestizaje: formas y transformaciones de la relación con el otro en Cartagena", conferencia leída en el Seminario internacional *Pasado, presente y futuro de los afro descendientes*, octubre 18-19-20, Cartagena.

— (2003), *Identidades a flor de piel*, Arfo, Bogotá.

— (2004), "Conter l'histoire pour compter aujourd'hui : la place de 'noirs' et de 'mulâtre' dans le récit historique sur Carthagène", in: *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos*, No. 4-2004, http:/www.ehess.fr/cerma/Revue/indexCR.htm.

D.J.A. (1984), "La muralla de papel", in: *Boletín Cultural y Biográfico*, Número 1, Vol. XXI, Bogotá.

DOMÍNGUEZ O., Camilo (2000), "Territorio e identidad nacional: 1760–1860", in*: Museo, Memoria y Nación*, G. Sánchez – M. E. Wills (comps.), Arco, Bogotá, pp. 335–348.

FLORESCANO, Enrique (2000), "La memoria nacional versus la memoria regional, local y grupal". Conferencia leída en el marco del Encuentro *Las revistas académicas y los debates contemporáneos*, Puerto Rico, Universidad de Puerto Rico, marzo 8–10.

FRIEDEMANN, Nina (1992), "Negro en Colombia: Identidad e invisibilidad", in: *América Negra*, No. 3, Universidad Javeriana, Bogotá, Colombia, pp. 11–21.

GONZÁLEZ, Beatriz (1995), "Modernización y disciplinamiento, la formación del ciudadano del espacio público y privado", in: *Esplendor y miserias del siglo XIX. Cultura y sociedad de América Latina*, Universidad Simón Bolívar, Caracas, pp. 435–451.

GROS, Christian (2000), "La nation en question: identité ou métissage", in: *Hérodote*, No. 99, julie-sep., pp. 106–133.

— (1999), "Ser diferente por (para) ser moderno o las paradojas de la identidad. Algunas reflexiones sobre la construcción de una nueva frontera étnica en América Latina", in *Análisis político*, No. 36.
— (1991), *Colombia indígena: identidad cultural y cambios sociales*, Bogotá, CEREC.
GUERRA, François-Xavier (1991), *Modernidad e independencia: ensayo sobre las repúblicas hispánicas*, Fondo de Cultura Económica, México.
— (2000), "La identidad republicana en la época de la independencia", in*: Museo, Memoria y Nación*, G. Sánchez – M. E. Wills (comps.), Arco, Bogotá, pp. 253–283.
GUTIÉRREZ, Edgard (2000), *Fiestas: Once de Noviembre en Cartagena de Indias,* Leanlo, Medellín.
HABERMAS, Jurgen (1999), *La inclusión del otro*, Paidós, Barcelona.
— (1998), *Debate sobre el liberalismo político,* Paidós, Barcelona.
HELG, Aline (2000), "Raíces de la invisibilidad del afro-caribe en la imagen de la nación colombiana: independencia y sociedad 1800–1821", in: *Museo, Memoria y Nación*, G. Sánchez – M. E. Wills (comps.), Arco, Bogotá, pp. 219–251.
— (2002), "El general Padilla en su laberinto: Cartagena en el decenio de 1820", in: Haroldo Calvo – Adolfo Meisel Roca (eds.), *Cartagena de Indias en el siglo XIX*, Universidad Jorge Tadeo Lozano, Bogotá.
HERRERA, Ángel Marta (1993), "Eduardo Lemaitre", in: *Gran Enciclopedia de Colombia*, Tomo 9, Editores Salvat, Bogotá, pp. 317–319.
HOFFMANN, Odile (2000), "Jeux de parole et mémoire autour des mobilisations identitaires (Colombie)*",* in: Marie–José Jolivet (ed.), *Logiques identitaires, logiques territoriales, Revue Autrepart*, No. 14, Paris, pp. 33–51.
—, (2000), "La movilización identitaria y el curso de la memoria (Nariño pacífico colombiano)", in: *Memorias hegemónicas, memorias disidentes*, C. Genecco – M. Zambrano (eds.), ICAN-Universidad del Cauca, Bogotá, pp. 97–120.
— (2001), "Del territorio étnico a la ciudad: las expresiones de identidad negra en Colombia a principios del siglo XXI", in: B. Nates (comp.), *Territorio y cultura. Territorios de conflicto y cambio so-ciocultural*, Universidad de Caldas, Manizales, Colombia, pp. 279–307.
HURTADO, Teodora – RIVAS, Nelly – AGUDELO, Carlos (2000), *Impacto de la ley 70 y dinámicas políticas locales de las poblaciones afrocolombianas: estudio de caso*, Documento de trabajo Nº 50 proyecto CIDSE-IRD, Universidad del Valle, Cali.
JARAMILLO, Jaime (1968), "Mestizaje y diferenciación social en el Nuevo Reino de Granada en la segunda mitad del siglo XVIII", in: *Ensayo sobre historia social colombiana*, Tomo I, Universidad Nacional, Bogotá.
— (1984), "Nación, región en los orígenes del Estado Nacional en Colombia", in: *Problemas de la formación del Estado y de la Nación en Hispanoamérica*, I. Buisson – G. Khale – H.-J. König – H. Pietschmann (eds.), Bohlau Verlag GmbH Cie, Köln, pp. 339–358.
KÖNIG, Hans-Joachim (1984), *El camino hacia la nación. Nacionalismo en el proceso de la formación de la nación de la Nueva Granada 1750–1856*, Banco de la República, Bogotá.
— (1987), "Metáforas y símbolos de legitimidad e identidad nacional en la Nueva Granada", in: König, H.-J. (comp.), *América Latina: del Estado colonial al estado-nación (1750–1940)*, vol. III, Franco Angeli, Milano, pp. 773–786.
KUETHE, Allan (1999), *Reforma militar y social en la Nueva Granada*, 1773–1808, Banco de la República, Bogotá.
— (1994), "Flexibilidad racial en las milicias de Cartagena de Indias", in: *Historia y cultura*, No. 2, Universidad de Cartagena, Cartagena, pp. 177–191.
LECHNER, Norbert (2000), "Orden y memoria", in: *Museo, Memoria y Nación*, G. Sánchez – M. E. Wills (comps.), Arco, Bogotá, pp. 65–79.
LEMAITRE, Eduardo (1983), *Historia general de Cartagena de Indias*, Banco de la República, Bogotá.
— (1988), *A brief history of Cartagena*, Editorial Colina, Bogotá.
LOSONCZY, Anne-Marie (2004), «Marronage, société urbaine et milices noires sur la cote caraïbe colombienne au debout du XIXe siècle», Conferencia leída en el marco del Coloquio *D'esclave a soldat: Miliciens et soldats d'origine serville, XIII^{e}–XX^{e}*, EHESS, mayo 27, 28 y 29, Paris.
LYNCH, John (1976), *Las revoluciones hispanoamericanas. 1808–1826*, Ariel, Barcelona.

MARTÍN-BARBERO, Jesús (2000), "El futuro que habita la memoria", in: *Museo, Memoria y Nación*, G. Sánchez – M. E. Wills (comps.), Arco, Bogotá, pp. 33–63.
MELO, Orlando, "La historia general de Cartagena de Eduardo Lamaitre: Una síntesis frustrada", in: www.lablaa.org/blaavirtual/letra-m/melo/lemaitre.htm (el artículo no tiene año de aparición).
— (1999), "De la Nueva historia fragmentada: la producción histórica colombiana en la última década", in: *Boletín Cultural y Bibliográfico*, Vol. 36, No. 50–51, pp. 165–184.
MÚNERA, Alfonso (1998a), *El Fracaso de la Nación*, Banco de la República – Ancora Editores, Bogotá.
— (1998b), "Las clases populares cartageneras en la histografía de la independencia de Cartagena, 1820–1812", in: *Cartagena de Indias y su historia*, Haroldo Calvo Stevenson – Adolfo Meisel Roca (Eds.), Universidad Jorge Tadeo Lozano, Banco de la República, Bogotá, pp. 155–176.
— (1998), "El ilustrado José Caldas y la creación de una imagen de la nación", in: *Cuadernos de Literatura*, volumen IV, números 7–8, pp. 36–49.
— (1997), "El Caribe colombiano en la república andina: identidad y autonomía política en el siglo XIX", in: *Boletín Cultural y Bibliográfico*, No. 41, Volumen XXXIII (en internet y sin paginación definida).
NORA, Pierre (dir.) (1983–1993), *Les lieux de la Mémoire*, Paris, Gallimard.
RAWLS, John – HABERMAS, Jurgen (1998), *Debate sobre el liberalismo político*, Paidos, Barcelona.
RESTREPO, José María (1974), *Historia de la revolución de Colombia*, (8 tomos), Bedout, Medellín.
RICOEUR, Paul (2000), *La mémoire, l'histoire, l'oubli*, Le Seuil, Paris.
ROMAN, Raul (2001), "Memoria y contra memoria: el uso público de la historia en Cartagena", in: Instituto Distrital de Cultura (comp.), *Desorden en la plaza. Modernización y memoria urbana en Cartagena*, Leaon, Medellín, pp. 7–30.
ROUSSO, Henry (2001), *La mémoire et l'histoire – Actes de l'université d'été "Apprendre et ensegner la guerre d'Algérie et le Malghreb contemporain"* (table rende anime par) 29–31 août, Académie de Versailles.
SAMPER, José María (1861/1969), *Ensayo sobre las revoluciones políticas y la condición social de la República Colombiana*, Biblioteca Popular de Cultura Colombiana, Bogotá.
SAN MIGUEL, Pedro (1993), *La Isla imaginada: historia, identidad y utopía en la Española*, Isla Negra, San Juan.
TAYLOR, Charles (1992), *Multiculturalisme, différence et démocratie*, Flammarion, Paris.
WADE, Peter (1993), *Gente Negra, nación mestiza. Dinámica de las identidades raciales en Colombia*, Universidad de Antioquia, Medellín.
— (1994), "Negros, indígenas e identidad nacional en Colombia", in: *Cahier des Ameriques latines*, No. 17, pp. 125–139, Paris.
— (2002), *Música, Raza y Nación: música tropical en Colombia*, Vice Presidencia de la República, Bogotá.

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 91–101

PORTUGAL E O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO EUROPEIA

por MARIA MANUELA TAVARES RIBEIRO
(Universidade de Coimbra)

O Reino de Portugal manteve, desde as suas origens, um constante intercâmbio politico-cultural com a Europa. Da Reconquista Cristã às transacções comerciais e culturais dos séculos XIII, XIV e XV, à política de casamentos, ao intercâmbio de alunos universitários, à expansão ultramarina, aos projectos de evangelização, à guerra da restauração, Portugal teve um lugar importante como "ponte cultural e civilizacional entre a Europa e outros continentes". Na época dos Descobrimentos, Portugal estava na vanguarda do espírito europeu. Propiciou-se o encontro de culturas, de civilizações, de mentalidades, de práticas diferentes. Mas a gesta expansionista significou também um afastamento nacional em relação à Europa. Portugal voltou-se então para o mar.

A sua marginalização geográfica em relação ao continente europeu não apagou, porém, a ligação latente que se manteve com o seu "centro geográfico" e com o seu "centro de poder". Com efeito, o conhecimento de novos mundos trazido pela revolução geográfica das Descobertas alimentou utopias, gerou concepções outras, algumas delas anti-europeístas, mas ajudou também a consolidar a construção da ideia de Europa. Laicismo e cientismo, correntes que ao tempo das Descobertas se consolidaram, como, aliás, o humanismo, reforçaram o valor próprio da Europa, isto é, independentemente da cristandade. Como se sabe, o humanismo foi favorável, por um lado, ao cosmopolitismo e, por outro lado, alimentou o sentimento patriótico, mas enquanto movimento internacional estimulou a consolidação da ideia de Europa. Assumidamente não houve, portanto, no período da expansão, uma atitude anti-europeia.

Camões e os *Lusíadas,* símbolos nacionais, foram também referentes da cultura europeia. A figuração de uma Europa geográfica, cultural e religiosa, articulada com um constante e enraizado sentimento nacional, perdurou pelos séculos XVI, XVII e XVIII. A ideia da superioridade da Europa, encontramo-la explícita no texto seiscentista de Sousa de Macedo que a refere como "a melhor parte da Orbe coroada por Portugal". Imagem esta que povoa todo o século XVIII, já que os portugueses viam a Europa como a mais ilustre das quatro partes do mundo. A verdade é que poderíamos falar da visão europeia de D. João V e dos seus diplomatas Alexandre de Gusmão e Manuel de Azevedo Fortes ou até mesmo do testamento político do ministro D. Luís da Cunha. Homens como Luís António Verney e a sua obra *Verdadeiro Método de Estudar* ou Ribeiro Sanches no seu

livro *Cartas sobre a Educação da Mocidade* ou Manuel Gomes de Lima Bezerra em *Os Estrangeiros no Lima* ou mulheres como a Marquesa de Alorna, legaram-nos igualmente uma visão europeia.

E se no século XVIII Portugal teve outras condições de intervenção, envolvido que esteve em conflitos europeus, que cimentaram a sua consciência europeia, também é importante sublinhar que no século XIX essa consciência europeia perdurou e, mais, revivificou-se. Quando D. João VI embarcou para o Brasil, em 1807, não foram indiferentes os governantes portugueses à correlação de forças europeias. Também Almeida Garrett, na sua obra *Portugal na Balança da Europa,* de 1830, equaciona a situação político-cultural portuguesa e considera "como primeira a nossa Europa"[1]. De igual modo muitos exilados liberais das primeiras décadas do século XIX testemunham em cartas, em memórias, em relatos de viagem, na poesia ou no romance, a sua vivência na Europa civilizada e a necessidade imperiosa de Portugal acertar o passo no sentido do progresso. Fala-se do equilíbrio europeu na obra de Solano Constâncio, idealiza-se um Congresso das potências europeias no projecto de José Máximo Pinto da Fonseca Rangel e Vicente Ferrer Neto de Paiva, professor de Direito Público na Universidade de Coimbra, define e projecta organicamente a consolidação da paz universal a partir de uma associação europeia.

As polémicas político-culturais do século XIX – a Questão Coimbrã (1865), as Conferências Democráticas ao Casino Lisbonense (1871) – denunciam a vontade e urgente necessidade de assimilar o "espírito moderno" que animava a Europa, ou seja, segundo as palavras de Eça de Queirós no *In Memoriam* a Antero de Quental, "a ideia de que da Europa vem a aurora, vem a redenção, vêm as coisas novas…". É também neste sentido que Antero de Quental se exprime quando pronuncia em 1871 a sua conferência sobre as *Causas da Decadência dos Povos Peninsulares* e acentua que é preciso "ligar Portugal com o movimento moderno", insistindo também em "procurar adquirir a consciência dos factos que nos rodeiam, na Europa". A Europa, espaço geográfico, cultural, religioso mas também psicológico e social. Se para alguns autores a Europa é vista como um Ente Moral, isto é, uma grande Família, tal como a define Faustino José da Madre de Deus, ela é, para outros, mais do que um ente moral, o mesmo é dizer que a Europa é um corpo com alma. "Um grande corpo simbólico – escreve Eça de Queirós nas *Notas Contemporâneas* – em que cada pátria é uma forte qualidade física ou uma ambição inteligente da alma… e em que Portugal é a vigorosa acção vital, o movimento espontâneo, a decisão violentado sangue".

Assim, como se vê, a Europa personifica-se, corporiza-se. Dito por outras palavras, dá-se-lhe força anímica. Nesta perspectiva, Oliveira Martins explana como é o espírito que explica e fundamenta a própria civilização europeia.

Se os demoliberais, socialistas e republicanos, entre outros José Félix Henriques Nogueira, Antero de Quental, Sebastião de Magalhães Lima, propalaram

[1] Almeida Garrett, *Portugal na Balança da Europa,* Londres, 1830.

a Federação dos Povos e a formação dos Estados Unidos da Europa, outros foram – como os modernistas – que melhor as caracterizaram. O rosto da Europa era, segundo a expressão de Fernando Pessoa, Portugal; Portugal que fita o Ocidente, que olha com nostalgia o mar, "o imaginário complementar da unidade ontológica portuguesa".

A verdade é que Portugal se debatia, nos fins de Oitocentos e nas primeiras décadas do século XX com esta questão verdadeiramente crucial: como conciliar a prossecução da construção de uma sociedade multirracial e multicultural, ou seja, a aceitação e integração de outros povos e culturas com a absoluta superioridade europeia? Ganha sentido a afirmação de Eduardo Lourenço: "Ao fim de quatro séculos de vida extra-europeia não voltámos os mesmos". Dito por outras palavras, europeus da primeira hora, os portugueses eram igualmente "inter-continentais" já que a nossa língua e a nossa cultura criaram raízes na África, no Brasil, no Oriente. O mesmo é dizer que há, pois "muita memória em nós portugueses além da multissecular de europeus"[2].

Mas que país europeu foi só e exclusivamente europeu? Alguma vez a Europa foi só Europa?[3]

As sequelas das duas Guerras Mundiais significaram na consciência dos povos europeus a decadência do nacionalismo expansionista e a superação de formulações coloniais como consequência, por um lado, das hegemonias americana e russa do pós-guerra e, por outro lado, do desejo de independência dos povos colonizados. Assim também o regresso à ideia de uma unidade europeia impunha-se como algo que transcendia uma vivência meramente nacional. Isto significa que a Europa aparecia como resposta possível aos antagonismos e dificuldades com que se deparavam os países do continente entre blocos que se confrontavam. Mas aparecia também como antídoto a uma certa sensação de angústia, ou seja, a uma psicose do mundo moderno. Psicose que encontrava a sua causa mais próxima numa sensação de isolamento que não excluía a possibilidade de a Europa se transformar num palco de digladiação de interesses alheios.

Atento ao movimento e às mudanças do cenário internacional, Portugal, país pequeno e periférico, o mais ocidental da Europa, fechou-se, ou seja, segundo as palavras de Eduardo Lourenço, "encerrou-se num solilóquio onde a referência ao outro, mesmo formal, foi perdendo pouco a pouco o mínimo de credibilidade e também de utilidade". De facto, no quadro político operou-se um distanciamento que foi ganhando uma mais forte e profunda consolidação a nível ideológico. Entende-se, assim, que de 1936 a 1939 se radicalizasse, em clara sintonia com os ventos antidemocráticos que varriam a Europa, uma geração nova que comungava de um ideário totalitário. E a mesma conjuntura explica a força do nacionalismo autoritário, filosofia política fundamentadora do pensamento de António de Oliveira Salazar e do regime do Estado Novo, regime este legitima-

[2] Eduardo Lourenço, "Portugal: entre a realidade e o sonho", *Oceanos,* nº. 16, Lisboa, 1993, p. 11.
[3] Jorge Borges de Macedo, "Uma perspectiva portuguesa para a integração europeia", *Democracia e Liberdade*, nº. 9, Lisboa, Departamento Editorial e de Informação do IDL, 1979, pp. 11–24.

do pela Constituição de 1933, tendo claramente assumido directrizes nacionalistas, corporativistas, autoritárias, imperialistas, anti-comunistas e anti-socialistas. Por isso, perante as convulsões europeias, Salazar e os salazaristas revelam uma ideologia fundamentada na formação de estados fortes, na importância de um "internacionalismo autoritário" revestido de um antidemocratismo sistemático. Desta forma, se a barreira levantada por Hitler ao avanço comunista tinha ruído, outra devia erguer-se contra a Rússia comunista, a "anti-Europa", na expressão de Gonzague de Reynold, autor de *L'Europe tragique.*

Dir-se-ia que Salazar e os salazaristas receavam mais o comunismo do que o "perigo das democracias". No entanto, o avanço de uma Europa comunitária, democrática, suscitava também ao regime salazarista e aos seus ideólogos sérias reservas. É importante sublinhar que na sua concepção a Europa "não significa propriamente um continente, nem uma estrutura económica e muito menos uma estrutura política supra-nacional, mas engloba uma dimensão mais geral, ou seja, é sinónimo de Ocidente". Esse Ocidente em crise, recuperável, todavia, pela construção de uma "Nova Europa", erigida segundo os valores tradicionais reprovados. É neste contexto que João Ameal publica, em 1938, a sua obra *Construção do Novo Estado* e, em 1945, *A Europa e os seus fantasmas* e que Eduardo Freitas da Costa divulga o seu *Testamento da Europa* (1942). Numa perspectiva católica, a ideia é defendida por Silva Dias em *O Problema da Europa,* em 1945, contrapondo-a à visão mais democrática de Abel Salazar, autor de *A Crise da Europa,* datada de 1942.

Se não restam dúvidas que uma abertura à Europa, em larga medida determinada por razões económicas, aconteceu ao tempo de Salazar, também é verdade que este estadista repudiava, todavia, o parlamentarismo ou qualquer solução federalista europeia. Em termos concretos, Portugal não acompanhou como elemento integrador o movimento intelectual que lançou os fundamentos teóricos da Comunidade Europeia. Mas esse nacionalismo ideológico salazarista relativamente à não integração política europeia não era incompatível com uma certa liberalização económica. Quero com isto dizer que Salazar tomava uma atitude mais pragmática ao admitir as vantagens, sobretudo financeiras, da presença portuguesa em organizações europeias sem que esse acto significasse, no entanto, qualquer compromisso político. Não espanta. É que a questão financeira colocou-se, como bem se sabe, de forma insistente a Salazar, já Ministro das Finanças em 1928. O que explica que Salazar se tivesse preocupado com o reequilíbrio económico português à luz de um plano que visava umas "finanças sãs". À luz destas intenções, ganha sentido este epíteto atribuído a Salazar, em Abril de 1948: *Um grande Português* e *um grande Europeu: Salazar.* A evocação aparece como reavivamento do nacionalismo e o reconhecimento do europeísmo salazarista. Tudo se mobilizava, no entanto, para colaborar o mínimo possível à escala europeia, o que permitiria salvaguardar o país das "ideias falsas e palavras vãs", como anunciara Salazar no seu discurso de 23 de Fevereiro de 1946. Se levarmos em conta o que atrás foi dito verifica-se que a concepção europeísta de Salazar advém da sua conformidade com um plano estratégico. Deste modo, ganha sig-

nificação o alinhamento com a NATO, em 1949. Não deixa de ser igualmente significativo que se detecte uma persistente visão atlântica na política externa portuguesa. Deste modo, Portugal não podia desligar-se do Atlântico como não precisava de deixar de ser europeu. Todavia, como acrescenta Salazar no mesmo discurso de 1946, "o que damos é mais largo sentido ao Ocidente"[4]. Para o provar analise-se o significado da Europa enquanto centro nevrálgico do mundo, mas sempre clara e militantemente assumida na perspectiva de uma Europa alargada – uma Europa atlântica. Naturalmente, uma concepção euro-americana e euro-africana e não uma Europa Continental, comunitária, federalista. Na verdade, na perspectiva salazarista, Portugal não podia nem devia desligar-se do Atlântico como não precisava de deixar de ser europeu. Sintomaticamente dizia Oliveira Salazar – "o que damos é mais largo sentido ao Ocidente"[5].

É certo que Portugal está na Sociedade das Nações criada em 1920, integra a ONU (1945) dez anos depois da sua formação (1955), mas não viu com bons olhos a constituição do Benelux, em 1947, com a Bélgica, Holanda e Luxemburgo, o Conselho da Europa, formado em 1949 e o Tratado de Roma, assinado em 1957. Isto explica que a Europa dos Seis (Alemanha, França, Itália, Holanda e Luxemburgo), primeira organização efectiva de uma Europa centro-ocidental tenha sido alvo de críticas no discurso de Salazar proferido na Emissora Nacional em l de Novembro de 1957.

Não deixa de ser significativo que a liberalização comercial na Europa e em Portugal dos anos 40 à década de 60 tenha permitido aos produtores portugueses penetrar nos mercados e entrar no sistema concorrencial europeu. Não se pode esquecer, assim, que Portugal tenha participado na Organização Europeia Económica (OECE) criada em 1948. Não admira ainda que Portugal se mostrasse interessado na adesão à Comissão de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD). A estes compromissos de aproximação de Portugal à Europa, no plano económico, somase também o momento em que é criada a EFTA (Associação Europeia de Comércio Livre) e a adesão portuguesa em 1960, bem como a integração como membro da OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico). De tudo isto ressalta uma certa flexibilidade em relação a futuras ligações de Portugal às Comunidades Europeias, comprovada, aliás, nas aspirações transmitidas em carta de 18 de Maio de 1968 entregue na sede comunitária pelo embaixador português José Calvet de Magalhães.

É um facto que tentativas houve no sentido de criar um espaço económico que inserisse Portugal e as colónias, projecto aliás já acalentado nos fins do século XIX. Com o começo da guerra colonial em 1961 a verdade é que a África não podia ser uma alternativa em termos económicos para Portugal perante a Europa. E se na década de 60 Portugal sofreu as sequelas da guerra do Ultramar, foi então que se ergueram os fachos da vanguarda estudantil, em 1962

[4] António de Oliveira Salazar, *Discursos e Notas Políticas* IV, Coimbra, Coimbra Editora 1951, p. 213.
[5] Ibidem, pp. 211–212.

e 1969; se registaram também fortes movimentos de emigração para os países europeus; se operou a transição do poder de Salazar para Marcelo Caetano, e foi ainda o momento em que se desenvolveu aceleradamente o processo de ruptura do regime político que culminou, como se sabe, com a revolução democrática de 25 de Abril de 1974.

Também a fase preparatória do pedido de adesão de Portugal à CEE, a apresentar em Fevereiro de 1963, é adiada para 1970, ou seja, após a Conferência de Haia de 1969 e depois da integração da Grã-Bretanha. Apesar de não estarem ainda reunidas as condições necessárias para uma efectiva integração de Portugal nas Comunidades Europeias, numa Europa democrática, preconizava-se, todavia, um desejável acordo económico. Ora, foi com este mesmo propósito que se procurou fazer as negociações que ocuparam o ano de 1971. Por fim, o acordo comercial de Bruxelas celebrou-se em 22 de Julho de 1972. Este acto deve ser visto, é importante notar, como sintoma de aproximação de Portugal à Europa. É que, num momento difícil da vida portuguesa, procurava-se auferir, muito concretamente, as possíveis vantagens económicas. Por outro lado, é de presumir que dos temores de Salazar comungavam outros estadistas que se manifestavam explicitamente críticos. Veja-se, por exemplo, Franco Nogueira, Ministro dos Negócios Estrangeiros, que no seu discurso de 8 de Abril de 1970 lembrava que "a integração económica da Europa é um mito, como é um mito a sua unidade política. Por isso, aconselhava que só no indissolúvel conjunto da metrópole e ultramar" assentava a realidade da Nação. Daí que Portugal só se fortalecesse "fora e além da Europa". Por sua vez, o deputado Pinto Leite fundamenta, com objectividade, no seu discurso de 15 de Abril de 1970, na Assembleia Nacional, que a "decadência de Portugal se inicia justamente quando Portugal se começa a isolar da Europa". Enfim, posições contrastantes num debate que perdurou até aos nossos dias.

Encerrado o ciclo do Império, após a guerra colonial de treze anos que, para alguns, significou um trauma nacional, Portugal continuou, todavia, a valorizar a sua ligação estreita à África, ao Brasil, ao Oriente.

Portugueses, como sempre fomos europeus, levando afinal a outros povos a mensagem cultural que brotava do pensamento europeu. E, levando em conta esta asserção, pode mesmo inferir-se que o processo de integração europeia de Portugal é um fenómeno que se insere numa evolução muitas vezes interrompida mas historicamente inevitável. Mas foi a revolução de 25 de Abril de 1974 e a consequente democratização de Portugal que fizeram equacionar em novos moldes a nova participação portuguesa na Europa.

Na verdade, não foi a Revolução de Abril que nos abriu as portas à Europa, já que Portugal era membro da Organização Europeia de Cooperação Económica, da União Europeia de Pagamentos, do Acordo Monetário Europeu, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE). Isto é, a opção económica delineada em 1948 ganhou consistência com a adesão à EFTA, em 1960, e concretizou-se ainda no Acordo de Bruxelas em 1972. Ao contrário, foi a revolução de 1974 e a consolidação da democracia portuguesa que criaram,

então, as condições de integração num emprendimento europeu, ou seja, num "projecto supranacional" de vocação democrática, pluralista, de tolerância ideológica, de preservação de identidade nacional.

Corria o ano de 1975 e a cena política portuguesa foi palco da objectivação do processo descolonizador. Com efeito, a inevitabilidade deste fenómeno, tendo em conta as profundas alterações operadas após a II Guerra Mundial, provocou crescentemente mutações económicas, sociais, políticas e estratégicas. Parece assim indiscutível que a descolonização, a fragilidade da economia e os agudos problemas sociais pressionassem a necessidade de se inteligir as urgentes transformações internas com a não menos premente revisão do posicionamento externo. Isto significa que era já irreversível o processo de uma "redefinição dos objectivos estratégicos nacionais". Dito de outra forma, estava em marcha a dinâmica de uma evolução política no sentido de privilegiar o pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias. Deste modo, ganham sentido as palavras do economista Ernâni Lopes: "a partir do cruzamento entre descolonização e adesão às CE, Portugal iniciou um novo ciclo histórico".

Do que ficou exposto se confirma que só depois da revolução de 1974 e com o advento da democracia política se pôde pensar Portugal no projecto europeu, o mesmo é dizer, a reconstrução do lugar e do papel de Portugal na Europa e no mundo. É que se Portugal mantivesse uma posição isolacionista, confinar-se-ia, sem dúvida, a um reduto periférico da Europa Unida e da Espanha reforçada. Ficaríamos, uma vez mais, "orgulhosamente sós".

Parece claro que a melhoria das condições de vida dos Portugueses exigia a modernização do Estado e da sociedade na base de um sistema que salvaguardasse, por um lado, a paz, a segurança, uma mais ampla igualdade e mais equitativa justiça e, por outro lado, um mais sólido equilíbrio num projecto colectivo europeu.

Dada a importância destes objectivos era lógico defender a emancipação da sociedade civil da tutela de um Estado paternalista e fazer vencer a afirmação da cultura portuguesa na Europa e no mundo.

Dir-se-á que a adesão de Portugal às Comunidades Europeias era ditado como um passo decisivo para "o reencontro com uma vocação histórica de abertura". Mas reencontro não significava regresso. É que Portugal não esteve nunca ausente da Europa. Deste modo, pode afirmar-se que reencontro é sinónimo de "redescoberta". Redescoberta que passava pela necessária redefinição de Portugal na Europa e no mundo, mantendo, porém, como qualquer outra nação, as suas próprias especificidades. Assim, Portugal prosseguia "o seu caminho histórico".

De facto, se na adesão à CEE não se esgotava totalmente a perspectiva do desenvolvimento português, ela foi tida como componente necessária de uma política global, profunda e coerente que se revelava de capital emergência nascida de uma nova realidade. Se, para alguns, isso significava integrar uma "Europa em crise", para outros, porém, era a saída para a crise portuguesa. Sem pormenorizar todas as vertentes envolvidas neste debate interessa captar os seus efeitos nos portugueses defensores deste impacte qualitativo e multidimensional. Houve,

todavia, resistências mais activas ou mais passivas tendentes a obstar à sua concretização.

Formado o I Governo Constitucional, o seu Primeiro Ministro, Mário Soares, apresentou o pedido de adesão de Portugal à CEE e na sessão da Assembleia da República, de 18 de Março de 1977, justificou circunstanciadamente a posição assumida. "Feita a descolonização – referia – cujos reflexos no nosso viver colectivo continuam a fazer sentir – Portugal regressando às suas fronteiras europeias reassume a sua verdadeira identidade na integração europeia, onde melhor se realçarão as nossas potencialidades nacionais, sem esquecer a vocação universalista e africana". Será útil sublinhar que o debate suscitou um considerável apoio da opinião pública mas não deixou de mover críticas e suscitar reflexões. Ao mesmo tempo, ganhou expressão na imprensa e nos órgãos de comunicação social, mas outras correntes de opinião questionaram a integração portuguesa nas Comunidades. Não admira. A questão não era, nem foi pacífica. Por sua vez, não foi unânime a posição das forças partidárias. Para se compreender melhor esta afirmação importa sublinhar que o Partido Socialista, em 1976, anunciara já as vantagens das negociações com a CEE. Em 1977, o Partido Social Democrata apoiou publicamente o pedido imediato de adesão.

Por outro lado, foi do Partido Comunista que se levantaram as vozes dissonantes ao afirmar que "a CEE não é a Europa … é apenas a pequena Europa dos Nove…". Na sua opinião, "a Europa vai do Atlântico aos Urais". O diagnóstico feito pela esquerda radical, pela UDP, previa a dependência portuguesa face ao imperialismo europeu. Prova-o ao reiterar que Portugal cumpriria a sua missão com um "projecto meramente nacional".

Em 28 de Março de 1977 foi apresentado o pedido formal e as negociações foram abertas oficialmente em 17 de Outubro de 1978. Contudo, foram sete anos de sucessivos esforços convergentes aos diversos níveis da vida nacional que permitiram estabelecer em Março de 1985 as grandes coordenadas do tratado de adesão de Portugal à Comunidade Europeia, assinado em 12 de Junho de 1985, para entrar em vigor em l de Janeiro de 1986.

É certo que uma corrente favorável, e a mais numerosa, apontava numa direcção optimista. Concretamente, reconhecia-se a integração portuguesa como uma decisão segura que, para além dos seus objectivos políticos e sociais – a consolidação democrática do país – representava também o caminho certo para o desenvolvimento económico nacional.

Entre os que a contestavam, o grupo dos ultra-nacionalistas era o promotor da ideia de que Portugal não podia subsistir sem o seu império equacionando, ainda, os efeitos da integração com a perda da sua própria independência política. Para os "terceiro-mundistas", adeptos do não alinhamento à Europa, ganhava força a estratégia tendente a fortalecer as relações com os países de expressão portuguesa, em particular com os países africanos como solução alternativa e de "autonomia" face à integração europeia. Uma outra opinião assinalável é a dos comunistas. Na sua perspectiva, o projecto de integração significava, por um lado,

o grau supremo de submissão do país ao capital estrangeiro e, por outro lado, a sobreexploração da mão-de-obra.

Mas uma outra corrente de opinião fundamentava claramente o seu projecto de associação de Portugal às Comunidades Europeias, consolidada, todavia, pelas relações comerciais, dispensando-se a integração do país nas outras valências de estrutura comunitária.

Seja porque a integração representava, para alguns, um passo necessário e irreversível, dada a vocação europeia de Portugal, pese embora as dificuldades dessa concretização, seja em consequência da corrente tradicionalista que defendia intransigentemente o Portugal pluricontinental e multinacional, o certo é que o debate foi sendo insistente.

Se tudo isto é indício das transformações que iam ocorrendo, pode adiantar-se ainda que a evolução do sistema político português esteve indubitavelmente na base de variações de opinião e da evolução do tratamento da questão europeia. Dito por outras palavras, o problema já candente durante a ditadura salazarista e o governo de Marcelo Caetano, teve o seu momento maior, o seu reavivamento, após a Revolução de Abril e, assim, atraiu e dominou a atenção dos portugueses em várias e sucessivas etapas por que passam o estabelecimento do regime democrático.

Levando em conta estas expectativas, impõe-se indagar: Será a Europa uma "fatalidade", um "mal menor", ou então, como afirmou Diogo Freitas do Amaral, será um imperativo da nossa história e da nossa cultura? Isto é, "a Europa será final uma plataforma da nossa identidade", como se interrogava Lucas Pires?

Seja como for, devemos relevar que a opção europeia não deixou de ser multidimensional. De facto, a integração portuguesa teve um cunho acentuadamente político. Parece claro que Portugal, liberto de um regime autoritário, ao inserir-se na Comunidade das Nações que há muito viviam num sistema democrático estabilizado, garantiria o enraizamento e a consolidação da jovem democracia em construção. É um facto que a garantia da segurança e a estabilidade no sudoeste da Europa tinham um peso assinalável. Como é lógico, a jovem democracia procurava reforçar a salvaguarda dos direitos e liberdade, fundamentais dos cidadãos portugueses. E será com este propósito que tentava cimentar a liberdade económica e a liberdade sindical, corolários imprescindíveis à prática democrática. Assim, é neste contexto que se requeria a clarificação do sistema económico, ainda fortemente marcado pela ideologia estatizante dos primeiros anos da Revolução de 1974, estimulado pela interpenetração com economias mais avançadas e norteadas por parâmetros modernos de rentabilidade, de eficiência e de gestão.

Por sua vez, a integração europeia de Portugal, pelas potencialidades reconhecidas, pelos meios financeiros e organizacionais que propiciava e ainda pelo forte estímulo que suscitava, assumia um inegável desafio, muito em particular, apontava para a inadiável recuperação económica. Parece, portanto, indiscutível, que nesta perspectiva a Europa era, pois, uma necessidade. A construção da Europa não era, não é, tão-só, uma realidade económica. Naturalmente, ela é também uma entidade cultural. A esta luz, Portugal resolveria ainda a crise de identidade

nacional decorrente da descolonização e da desagregação político-militar. Isto é, venceria a descrença em si próprio, exorcizando traumas e complexos, por certo sem real fundamento. Assim sendo, registe-se que a integração comunitária desempenhava um papel activo e fomentador a nível económico, mas revelava-se também como móbil de construção cultural, civilizacional e espiritual.

Entendia-se, desta forma, que a adesão de Portugal acentuava a sua dimensão internacional e fazia jus à vocação económica que a história conferiu à cultura portuguesa. Do que ficou dito, pode-se, pois, concluir que a adesão de Portugal às Comunidades Europeias se explica e deve ser entendida numa quádrupla perspectiva: política, histórico-cultural, económica e social.

Dir-se-ia que a opção europeia foi assumida como projecto nacional determinante, prioritário e irreversível da política interna e externa. Mais concretamente, o desafio europeu traduzia-se na modernização de métodos, de prática, e de mentalidades.

Os anos 80 trouxeram algumas evoluções significativas no âmbito do tema em discussão: vontade de adesão, crescente e generalizada consciência das dificuldades da concretude dessa vontade e a sentida irreversibilidade da vocação europeia de Portugal. De facto, pode afirmar-se que o tom dominante assinalava a inevitabilidade histórica da integração comunitária e acentuava, de igual modo, a irreversibilidade histórica da aceitação da candidatura portuguesa por parte das comunidades. Momento único! Se não, talvez Portugal sofresse o drama do isolamento europeu e, até mesmo, do isolamento ibérico. O mesmo é dizer que ficaríamos, uma vez mais, e utilizando a expressão de Salazar, "orgulhosamente sós".

Em última análise, se o país entrou na Comunidade Europeia e permanece hoje na União Europeia será isso, ou não, do interesse nacional? Se é, há que fortalecer a própria União.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Martim de, "Portugal e a Consciência da Europa", *Oceanos*, nº. 16, Dezembro, Lisboa, 1993, pp. 13–23.

CASTILHO, José Manuel Tavares, *A Ideia de Europa no Marcelismo (1968–1974),* Lisboa, Assembleia da República, 2000.

CUNHA, Norberto Ferreira da, "O Salazarismo e a ideia de Europa", in *O federalismo Europeu. História, Política e Utopia,* coord. de Ernesto Castro Leal, Lisboa, Edições Colibri, 2001, pp. 153–179.

GARRETT, Almeida, *Portugal na Balança da Europa*, Lisboa, 1830.

LOURENÇO, Eduardo, "Portugal: entre a realidade e o sonho", *Oceanos*, nº. 16, Lisboa, 1993.

MACEDO, Jorge Borges de, "Uma perspectiva portuguesa para a integração europeia", *Democracia e Liberdade*, nº. 9, Lisboa, Departamento Editorial e de Informação do IDL, 1979, pp. 11–24.

MAGALHÃES, José Calvet de, "Salazar e a unidade europeia", *Portugal, España y Europa. Cien años de desafio (1890–1990)*, Mérida, 1991, pp. 129–145.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, "Le Portugal et le nouveau défi de l'Europe", in *Europe: Fédération ou Nations*, Paris, Éditions Sedes, 1999, pp. 191–204.

RIBEIRO, Maria Manuela Tavares, "Il Portogallo in Europa (1945–1986)", *I Movimenti per L'Unità Europea 1970–1986*, a cura di Ariane Landuyt e Daniela Preda, t. 1, Bologna, Il Mulino, 2000, pp. 363–385.

ROLLO, Maria Fernanda, "Salazar e a construção europeia", in *Penélope*, nº. 18, *Portugal e a unificação europeia*, org. de A. Costa Pinto e Nuno Severiano Teixeira, Lisboa,1998, pp. 51–76.

SALAZAR, António de Oliveira, *Discursos*, IV, Coimbra, Coimbra Editora, 1951, p. 213.

SILVA, António Martins da, *Portugal e a Europa. Distanciamento e reencontro*, Viseu, Palimage, 2005.

TELO, António José, "As estratégias para o Atlântico nos anos cinquenta", *Clio*, Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa, nova série, nº. 1, 1995, pp. 117–147.

TELO, António José, "A busca de uma estratégia autónoma pela Europa", in: *O Fim da Segunda Guerra Mundial e os novos rumos da Europa*, coord. de António José Telo, Lisboa, edições Cosmos, 1996, pp. 203–229.

TORGAL, Luís Reis, "Salazarismo, Fascismo e Europa", *Vértice*, nº. 52, Lisboa, Janeiro-Fevereiro, 1993, pp. 43–50.

TORGAL, Luís Reis, "Salazarismo, Alemanha e Europa. Discursos políticos e culturais", in: *O Fim da Segunda Guerra Mundial e os novos rumos da Europa*, coord. de António José Telo, Lisboa, edições Cosmos, 1996, pp. 239–262.

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 103–131

A DIVULGAÇÃO DA TCHECOSLOVÁQUIA E DOS SEUS ARTIGOS COMERCIAIS NA AMÉRICA LATINA NO PERÍODO ENTRE-GUERRAS (Notas sobre a participação tchecoslovaca nas exposições no Rio de Janeiro, respectivamente nas outras cidades do Cone do Sul, 1918–1938)

por JIŘÍ NOVOTNÝ – JIŘÍ ŠOUŠA
(Banco Nacional de Praga – Universidade Carolina de Praga)

Um fator importante na divulgação dos conhecimentos sobre um estado ou uma nação concreta, sobre as suas tradições políticas, culturais e seu desenvolvimento econômico é a sua propagação no estrangeiro. Esta concepção é válida sobretudo no caso de países distantes, nomeadamente dos territórios além–mar, onde não se estabeleceu o contato quotidiano e onde os cidadãos têm ideias bastante vagas sobre o referido país, que são adquiridas através do ensino regular ou um qualquer ítem comercial caraterístico importado. As exposições mundiais eram uma das maneiras de divulgação das informações sobre a situação em determinado território, e de estabelecer e fortalecer as relações comerciais no período entre-guerras.[1]

A organização de exposições tem uma longa tradição na área da América Latina – já desde a segunda metade do século 19. De todas as exposições mundiais destaquemos a exposição na Cidade da Guatemala do ano 1897. A primeira exposição no Rio de Janeiro – embora não mundial – teve lugar já em 1866 (*Exposição das Matérias Primas*), seguida pelas exposições de Santiago de Chile (1868 – *Exposición de Productos de Chile* e 1875 – *Exposición Internacional de Chile*), em Lima (1871 – *Exposición Nacional de Perú*), Bogotá (1872 – *Exposición de los Productos de América Sur*), em Montevidéu (1883), em Caracas (1883 – *Exposición Nacional de Venezuela*) e novamente no Rio de Janeiro (1895 – *Exposição Nacional*).[2] É óbvio que as exposições mencionadas tinham um nível e importância diferentes. A participação do império Austro-Húngaro e dos países do seu território, incluíndo os países tchecos, é uma questão complexa. Podemos presumir que esta participação não era significativa, já que a monarquia danubiana tinha relações mais próximas somente com o Brasil – excluíndo a aventura mexicana do emperador (arqueduque) Maximiliano – onde foi estabelecida a legação logo nos anos vinte do século 19.

Depois do surgimento da Tchecoslováquia independente foi necessário tentar intensificar a apresentação do novo país, tendo em conta as mudanças políticas na

[1] Jiří Tomáš Kotalík, "Výstavnictví" *(Exposições)*, in: *Česká architektura* 1945–1995 (*Arquitetura tcheca 1945–1995*), Praha 1995, pp. 139–145; *Výstavnictví*, Praha 2003, etc.

[2] Milan Hlavačka – Jaroslav Halada, *Světové výstavy. Od Londýna 1851 po Hannover 2000* (Exposições mundiais. Desde Londres 1851 até Hannover 2000), Praha 2000, pp. 257–265. Antes da Grande Guerra tiveram lugar ainda as exposições seguintes (menos conhecidas, mas de caráter internacional): Quito (1909 – *Exposición Nacional*) e em Buenos Aires (1910 – *Exposición Internacional de Agricultura*).

Europa central e sobretudo baseando-se no fato de que a Tchecoslováquia era economicamente dependente das exportações. Na altura, o mercado sul-americano era concebido como o único «mercado mundial livre»,[3] no qual o estado do coração da Europa podia e deveria realizar-se. Por esta razão foi dada uma prioridade absoluta às atividades comerciais. Chamar a atenção aos artigos tchecos (tchecoslovacos) era bastante urgente dado que os artigos tinham sido exportados através dos portos de Hamburgo, Bremen ou Trieste antes da 1ª guerra mundial e eram vendidos através das companhias comerciais de Viena, Hamburgo, eventualmente de Paris e este fato criou uma convinção de que se tratava de produtos alemães, austríacos etc.

No congresso de paz em Paris já se podiam registar contatos esporádicos com os delegados de alguns países sul-americanos que eram fortalecidos depois na Organização das Nações. As declarações gerais sobre as ideais mútuas de liberdade, democracia e paz não puderam substituir a cooperação na área econômica que era, segundo o historiador e diplomata tchecoslovaco virado ao mundo românico (sobretudo ao continente sul-americano) Vlastimil Kybal «…baseada na ignorância total e na improvisação, adiamento das coisas e em fazer nada».[4] O próprio Kybal tentou estimular os empresários tchecoslovacos e as autoridades estatais a uma atividade maior e ao estabelecimento de laços diretos, cujo objetivo era criação de uma política comercial racional e efetiva da Tchecoslováquia na América do Sul, que se podia comparar à política dos outros países europeus, nomeadamente com a da Alemanha.[5]

A participação na exposição no Rio de Janeiro nos anos 1922/1923 foi um ato da propagação da Tchecoslováquia na América do Sul, com a perspetiva de desenvolver os laços adquiridos no futuro. Este tipo de exposição teve lugar pela primeira vez no subcontinente sul-americano na ocasião dos cem anos da independência do Brasil. A participação da Tchecoslováquia era realizada pelas autoridades estatais e serviço diplomático. Já em agosto e setembro de 1920, encontrámos os primeiros impulsos no aviso da legação tchecoslovaca no Rio de Janeiro[6] e também nas comunicações entre o Ministério de Relações Exteriores

[3] Ivo Barteček, "Československo a Latinská Amerika 1918–1938. Možnosti a meze spolupráce" (Tchecoslováquia e América Latina 1918–1938. Possibilidades e limites da cooperação), in*: Československo 1918–1938. Osudy demokracie ve střední Evropě. Sborník mezinárodní vědecké konference* (Tchecoslováquia 1918–1938. Destinos da democracia na Europa Central. Acta do congresso científico internacional), 1, Praha 1999, p. 348. Cf. Vlastimil Kybal, *Jižní Amerika a Československo. S přehledem obchodní, finanční a emigrační činnosti jiných* národů (América do Sul e Tchecoslováquia. Com resumo das atividades comerciais, financeiras e de emigração de outras nações), Praha 1928.

[4] Vlastimil Kybal, op. cit., p. 11.

[5] Ivo Barteček, op. cit., p. 349.

[6] Národní archiv (Arquivo Nacional) Praha (doravante NA Praha), fundo Prezidium ministerské rady (Presídio do conselho dos ministros- doravante PMR), Výstava v Rio de Janeiro (Exposição no Rio de Janeiro), 835/13 (kart. 3564), Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 12/8/1920, Ministério de Relações Exteriores ao Presídio do conselho dos ministros de 25/9 e 11/11/1920, Presídio do conselho dos ministros nº. de referência 28 441/1920 e 33 953/1920. Legação da República tchecoslovaca no Rio de Janeiro fez no seu relatório de agosto uma referência às palavras do ministro-plenipotenciário sueco que disse durante um jantar na missão tchecoslovaca que tinha enviado uma proposta ao seu governo que participasse nas comemorações do centenário da independência do Brasil através de uma missão especial onde seriam representados comércio, indústria, ciência, arte e política.

da República tchecoslovaca e seu conselho de ministros (governo). Ao mesmo tempo, outras entidades estatais centrais entraram nas negociações, como ministérios do comércio, finanças, Agência para o comérico externo.[7] A primeira proposta de participação da Tchecoslováquia na exposição no Rio de Janeiro foi feita pela legação tchecoslovaca no Brasil, que recomendou o envio de uma legação especial composta por um político de circuítos parlamentares, um economista e um «perito académico». O grau da participação na exposição deveria ser definido consoante os interesses dos expositores. A parte oficial (estatal) deveria apresentar a República tchecoslovaca em si, bem como a arte moderna tchecoslovaca. A legação propôs que a construção do pavilhão fosse confiada a um dos compatriotas tchecoslovacos instalados no Brasil. O projeto original foi construir o pavilhão de madeira fina brasileira e transportá-lo para Praga depois da exposição. A mostra de música tcheca também fazia parte da participação.[8]

O Ministério de Relações Exteriores abordou o tema da participação da Tchecoslováquia também com o cônsul brasileiro em Praga Octávio Paranágua, e recomendou juntar à exposição também gráficos e estatísticas que provassem a maturidade da indústria e agricultura tchecoslovacas, máquinas de agricultura, e apresentar ao público brasileiro as cidades e termas na Tchecoslováquia através de fotografias etc.[9] O Presídio do conselho dos ministros da República tchecoslovaca tinha a intenção de conferir a preparação do assunto ao Ministério de Relações Exteriores. Este provavelmente resistia em aceitar tal tarefa, sendo assim a realização concreta atribuída à Agência para o comércio exterior, que existia temporariamente (entre 1920–1922). Esta entidade elaborou um projeto complexo da participação tchecoslovaca que deveria, tirando o fator da introdução do novo estado da Europa central, acentuar a sua maturidade industrial e possibilidades de exportação.[10] Na base disto o governo tchecoslovaco aprovou a 15 de julho de 1921 a «participação nesta feira de caráter internacional». A coordenação do projeto foi efetuada pela Agência para o comércio exterior (depois da sua extinção pelo Ministério do Comércio), e na preparação do evento deviam participar os Ministérios de Relações Exteriores, Agricultura, Educação e Cultura Nacional, Saúde Pública, Ferrovias, Correios e Telégrafos, Defesa Nacional e Finanças.[11]

---

[7] NA Praha, PMR, Výstava v Rio de Janeiro (Exposição no Rio de Janeiro), 835/13 (kart. 3564), Ministério de Relações Exteriores ao Presídio do conselho dos ministros a 18/1/1921, Presídio do conselho dos ministros nº. de referência 2 574/1921 e 3799/1921; fundo Ministério da Educação e Cultura Nacional (doravante MŠO), 1918–1938, nº. de inventário 1692 (kart. 2936), 22 II Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura Nacional a 13/7/1921.

[8] NA Praha, PMR, Exposição no Rio de Janeiro, 835/13 (kart. 3564), Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores a 26/4/1921.

[9] Ibidem, Ministério de Relações Exteriores ao Presídio do conselho dos ministros a 9/6/1921. É bem caraterístico que o cônsul brasileiro recomendou que Tchecoslováquia «não receasse as despesas» por que se trata de uma oportunidade na qual não só o Brasil mas também o resto da América Latina poderia conhecer o alto nível da economia tchecoslovaca.

[10] NA Praha, PMR, Exposição no Rio de Janeiro, 835/13 (kart. 3564), Agência para o comércio exterior ao Presídio do conselho dos ministros a 21/6/1921, Cf. Presídio do conselho dos ministros nº. ref. 19 431/1921.

[11] NA Praha, PMR, Segundas vias de protocolos das reuniões do governo da Tchecoslováquia 1921 (kart. 4369), Protocolo do Conselho dos ministros da República tchecoslovaca de 15/7/1921.

O empenho fundamental seria orientar-se para a apresentação do sucesso econômico, acentuando a mostra de produtos da indústria que poderiam ter boa venda no mercado sul-americano, respectivamente brasileiro. Durante o ato aquisitório o Ministério do Comércio contatava várias empresas desde outuno de 1921 até primavera de 1922, tentando também coordenar estas ações com a União central dos empresários tchecoslovacos e com as câmaras do comércio e do ofício. O maior interesse foi mostrado pelas empresas da área de vidreira, nomeadamente pelos produtores de vidro lapidado de cristal, porcelana, cerâmica, artigos de nácar, artigos de mercadoria de serragens ligeiras, aparelhos de fumar, instrumentos musicais, material electrotécnico, roupa masculina e feminina, malte, lúpulo, máquinas de agricultura e viaturas de motor.[12]

Além da organização da participação de empresas privadas se preparava uma exposição tchecoslovaca oficial, que foi situada no meio do pavilhão em frente do centro de informações. As partes principais destas exposições eram estatísticas que mostravam as capacidades da indústria na Tchecoslováquia e sua produção agricultural, informações sobre o folclore, termas etc. Tudo era dominado por um quadro de Praga e pelo busto de bronze do presidente T. G. Masaryk de um escultor ilustre tcheco, Jan Štursa.[13] A realização desta parte oficial foi condicionada pelo convite oficial do governo brasileiro para a comemoração do centenário da independência do Brasil, e para a exposição mundial no Rio de Janeiro. Assim a Tchecoslováquia recebeu a posição mais exclusiva, sendo além disso o único país da Europa central a participar. A presença da Tchecoslováquia no Rio de Janeiro era a primeira atuação deste tipo do estado independente no foro internacional, não tendo em conta as feiras europeias.[14] O governo tchecoslovaco também dedicou o alto montante de um milhão de coroas tchecoslovacas para assegurar a boa atuação na exposição.[15] Este fato possibilitou realizar uma concepção altamente representativa da exposição. As pessoas informadas dos circuitos diplomáticos estimaram já no outuno 1921 os custos reais da exposição para 2–2,5 milhões coroas.[16] (O orçamento dos custos para este evento foi consequentemente – em março 1922 – elevado ao montante de 2,6 milhões Kč, que foi definitivamente corrigido pelo governo tchecoslovaco em abril 1922 para os finais 2 milhões Kč.[17])

---

[12] NA Praha, MŠO, 1918–1938, nº. inv. 1692 (kart. 2936), Ministério do Comércio ao conselho de ministros da República tchecoslovaca de 25/3/1922.

[13] Ibidem.

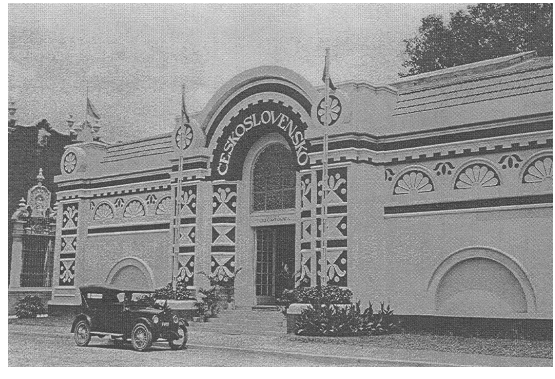
[14] Ivo Barteček, op. cit., p. 248. Na exposição mundial no Rio de Janeiro 1922/1923 não participou nenhum estado de sucessão do Império Austro-húngaro, nem a Alemanha. Da América Latina participaram: o Brasil, Argentina e México. O convite oficial do governo brasileiro ver NA Praha, PMR, Exposição no Rio de Janeiro, 835/13 (kart. 3564), Ministério de Relações Exteriores ao Presídio do conselho dos ministros de 6/7/1921.

[15] NA Praha, MŠO, 1918–1938, nº. inv. 1692 (kart. 2936), 22 II Rio de Janeiro, Presídio do conselho dos ministros ao Ministério da Educação e Cultura Nacional de 2/7/1921.

[16] NA Praha, PMR, Exposição no Rio de Janeiro, 835/13 (kart. 3564), Agência para o comércio exterior ao Presídio do conselho dos ministros de 13/10/1921.

[17] Ibidem, Agência para o comércio exterior ao Presídio do conselho dos ministros de 25/3/1922, Presídio do conselho dos ministros nº. de ref. 9247/1922 e 11 750/1922. A subida do orçamento em março 1922 parecia provavelmente exagerada às autoridades de Praga, e por isso o assunto foi abordado no início de abril de 1922 pela Autoridade suprema de controle da República tchecoslovaca. Para a questão do financiamento cf. a reunião do governo tchecoslovaco de 23/11/1922.

Durante a implementação da decisão do governo apareceram algumas falhas na organização, por exemplo entre os Ministérios de Comércio e dos Trabalhos Públicos. No centro praguense a tarefa coordenadora pertencia à Agência para o comércio exterior e depois da sua extinção foi transferida ao Ministério da Indústria, Comércio e Ofício, porque na Tchecoslováquia não existia nenhuma comissão de exposição permanente com uma retaguarda maior, como foram criadas nos outros países. A preparação da exposição apresentava traços de improvisação e de imposição dos interesses dos particulares. Durante o primeiro conselho dos ministros que teve lugar em Praga a 24 de janeiro de 1922 o representante do Ministério da Educação e da Cultura Nacional atacou o projeto do (compatriota?) arquiteto Josef Pytlik (Pitlik?), que foi contratado para a construção do pavilhão pela legação tchecoslovaca no Brasil. A principal objeção era o fato de que as soluções propostas não correspondam às ondas da arquitetura tcheca da época. O envio de um arquiteto de Praga que não se orientasse nas condições locais foi rejeitado, mas foi aconselhado a fazer algumas mudanças no projeto do pavilhão, segundo a proposta de algum arquiteto tcheco.[18] O autor das mudanças no projeto de pavilhão foi o representante do modernismo tcheco na arquitetura Pavel Janák, na altura profesor da Escola estatal de arte e indústria em Praga. A sua intervenção mostrou-se muito feliz e o pavilhão tcheco pertencia aos mais impressionantes. Era excepcional graças às suas linhas e decorações exóticas. O tecto era de vidro o que possibilitou a iluminação natural da exposição. O edifício mostrava traços de rondocubismo.[19]



Vista de pavilhão tchecoslovaco na exposição do Rio de Janeiro em 1922–1923 (Arquivo do Ministério de Relações Exteriores da República Tcheca)

[18] Ibidem, Protocolo de 24/1/1922. Doravante foi acordado que os gráficos das entidades centrais da República tchecoslovaca e da produção econômica do país tivessem um aspeto uniforme, eventualmente realizados como um friso de imagem ao longo das paredes do pavilhão. Também as termas principais tchecoslovacas, i.e. Karlovy Vary, Mariánské Lázně, Piešťany, prepararam as coleções sobre as suas atividades e editaram um folheto informativo em espanhol e português.

[19] *Ottův slovník naučný nové doby* (Enciclopédia de Otto da nova época), Tomo III, Vol. 1, Praha 1934, pp. 93–94; http://www.brasilcult.pro.br/paises/cssr/cssr.htm; http://www.expo2005.cz/cs/expo_cr/parts_1922.shtml.

A organização da feira estava ligada não apenas à atividade das entidades centrais – onde existia o perigo que, dado os prazos para transportes, algumas coleções das empresas não chegassem ao seu destino em tempo – mas também à atuação da legação no Rio de Janeiro. Esta tentava assegurar vantagens aduaneiras para os artigos exibidos, bem como a participação de representantes das elites locais na presidência honrosa do comitê de exposição tchecoslovaca.[20] Eram propostos políticos brasileiros como o ministro das finanças Homero Baptista ou o prefeito do distrito federal e presidente da comissão da exposição Carlos Sampaio, empresários, eventualmente dirigentes das empresas e empresários, por exemplo Buarque Nacedí, o diretor principal de Lloyd Brasileiro, e Alfonso Vizzeu, presidente da Associação Comercial. Pela parte tchecoslovaca foi nomea-do o importante biólogo – botánico e profesor universitário Dr. Karel Domin, como curador que devia ser convidado pelo governo brasileiro por um período de seis meses.[21] K. Domin, apesar da nominação do Ministério de Relações Exteriores, afinal não partiu para o Brasil.[22] (A Tchecoslováquia foi oficialmente representada nas comemorações do centenário da independência do Brasil por Vojtěch Mastný que na função do ministro-plenipotenciário conferiu a palestra solene.)[23] Para comissário da exposição tchecoslovaca e representante do Ministério do Comércio, responsável pela apresentação dos elementos escritos foi nomeado Ladislav Turnovský e como diretor de centro de informações foi designado František Smolka, cuja função deveria ser estabelecer as ligações com os interessados da parte brasileira.[24]

O pavilhão tchecoslovaco foi inaugurado solenemente no Rio de Janeiro a 17 de outubro 1922 às 13.30 da hora local pelo presidente dos Estados Unidos do Brasil Epitácio Pessoa, na presença do prefeito do distrito federal, políticos brasileiros, altos representantes das entidades centrais, membros do corpo diplomático e representantes dos circuitos comerciais. As boas vindas da parte tchecoslovaca foram dadas pelo encarregado de negócios M. Schubert, depois falaram

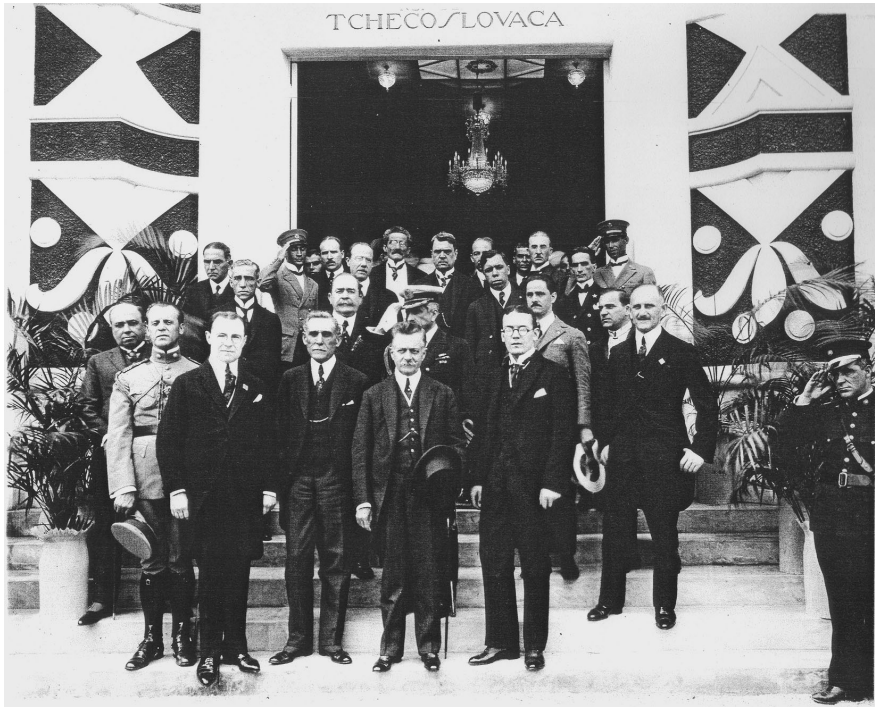
[20] NA Praha, MŠO, 1918–1938, nº. inv. 1692 (kart. 2936), 22 II Rio de Janeiro, Ministério de Educação e Cultura Nacional de 25/3 e 3/4/1922; Arquivo do Ministério de Relações Exteriores em Praga (doravante AMZV), fundo de Ministério de Relações Exteriores (doravante MZV), 1918–1938, IIIª seção (kart. 584), IVª seção (kart. 780), Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 11/3/1922.

[21] NA Praha, MŠO, 1918–1938, nº. inv. 1692 (kart. 2936), 22 II Rio de Janeiro, Ministério de Relações Exteriores ao Ministério da Educação e Cultura Nacional de 19/4/1922. A imposição de K. Domin podia ter a ver com os seus interesses científicos porque nos anos 1909–1910 fez uma expedição às áreas tropicais da Ásia e Austrália.

[22] Arquivo do Museu Nacional, Praga (doravante ANM Praha), fundo Karel Domin (kart. 1), Os diários de calendário 1919–1937; (kart. 6), uma carta – legação do Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 1/3/1922 – que aborda o interesse do Ministério da Agricultura brasileiro em três cientistas tchecos da área da botánica, fitopatologia e bioquímica, aos quais ofereceu contratos de dois anos. Cf. também *Karel Domin (1882–1953). Inventário de herança*. Elaborado por Ivana Bláhová, Emilie Pecharová, Praha 1969, p. 2.

[23] ANM Praha, fundo Vojtěch Mastný, nº. inv. 1454, 1456, 1457 (kart. 21). Ministro-plenipotenciário Jan Havlasa não esteve presente naquelas comemorações.

[24] NA Praha, PMR, Exposição de Rio de Janeiro, 835/13 (kart. 3564), Ministério do Comércio ao Presídio do conselho de ministros de 8/8/1922; AMZV, MZV, 1918–1938, IIIª seção (kart. 583), IVª seção (kart. 780), Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 21/10/1922.



Inauguração do pavilhão tchecoslovaco com a presença do Presidente do Brasil, de convidados oficiais e do Embaixador da Tchecoslováquia Vojtěch Mastný (Esta e todas as fotos seguintes: Arquivo do Museu Nacional)

o comissário da exposição Turnovský, que proferiu a sua palestra em português, e o prefeito Sampaio. Seguiu-se a visita da exposição e é por destacar que o presidente brasileiro ficou mais entusiasmado pela porcelana e vidro de cristal. A inauguração acabou na «maneira clássica», com champagne e um brinde à «República tchecoslovaca e à intensificação das relações comerciais entre os dois países».[25] No dia seguinte, a imprensa brasileira deu notícias sobre esta abertura solemne. A exposição tchecoslovaca foi a oitava a ser aberta. Dos expositores estrangeiros foi precedida pelos pavilhões de Noruéga, Grã-Bretanha, Suécia, Japão, Bélgica, França e Dinamarca.[26] É interessante a participação ativa dos países do norte da Europa.

[25] Ibidem, A 20 de outubro 1922 o pavilhão da exposição tchecoslovaca foi visitado pela esposa do presidente brasileiro. A notícia oficial da Československá tisková kancelář v Praze (Agência noticiosa tchecoslovaca em Praga) ver NA Praha, PMR, Exposição no Rio de Janeiro, 835/13 (kart. 3564), Presídio do conselho de ministros nº. ref. 30 873/1922; Jornal *České slovo* de 19/10/1922; *Lidové noviny* de 19/10/1922.

[26] AMZV, MZV, 1918–1938, IIIª seção (kart. 583), IVª seção (kart. 780), Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 21/10/1922. Da imprensa tchecoslovaca referiram sobre a exposição por exemplo os periódicos *Národní listy* e *Světozor*.

Entrada no pavilhão tchecoslovaco

A exposição da República tchecoslovaca foi aberta com uma pompa e segundo os testemunhos era interessante e captante. Mas os visitantes do Rio de Janeiro e arredores não conseguiram ocultar o «fraco interesse comercial», i.e. a falta de interesse da parte dos comerciantes e empresários, nomeadamente do interior brasileiro e dos outros países sul-americanos. Mostrou-se que o pavilhão tchecoslovaco funcionava para os brasileiros mais como um lugar de diversão do que um local para estabelecer e aprofundar os laços comerciais.[27] Não ajudou o prolongamento da exposição até 2 de julho 1923. (A República tchecoslovaca terminou a sua presença nomeadamente por razões financeiras, os custos eram de 12 000 milreis por mês.[28]) Ao avaliar a presença tchecoslovaca na exposição é preciso ser muito cauteloso. O resultado não foi mal quanto à representação do país. A nova república da Europa central se apresentou como um país consciente de si mesmo, com um potencial econômico razoável. O êxito do ponto de vista «moral» não teve os resultados adequados na área comercial. Dos ramos representados, tiveram maior sucesso os artigos de porcelana, cuja importação era restringida pelas altas taxas aduaneiras, vidro, nomeadamente artigos de luxo para a elite brasileira, e de outras áreas como instrumentos musicais, malte, lúpu-

[27] AMZV, MZV, 1918–1938, IIIª seção (kart. 583), IVª seção (kart. 780), Notícias de 15/9 e 28/11/1922.
[28] NA Praha, PMR, Exposição no Rio de Janeiro, 835/13 (kart. 3564), Presídio do Conselho de ministros, nº. ref. 33 145/1922.

Amostra da porcelana tchecoslovaca na exposição do Rio de Janeiro em 1922–1923

Diploma comemorativo outorgado a Vojtěch Mastný em ocasião da exposição internacional

lo, tapetes artificiais, brinquedos e bijutaria. Completamente fora da consideração das possibilidades da importação ficou a indústria de máquinas. As razões do fracasso comercial da participação tchecoslovaca na exposição, não aceitando a opinião exagerada da oposição política brasileira de que a exposição em si era um fracasso total, consiste em vários fatores. Primeiramente se mostrou que o Rio de Janeiro não tinha uma boa retaguarda econômica. Outro fator que interveio foi a complicada situação política no Brasil, i.e. uma tentativa violenta de golpe de estado, e conseqüente estado de emergência e depressão econômica, que resultou na devalvação notável do valor da moeda brasileira,[29] (enquanto que a coroa tchecoslovaca subiu). Refira-se ainda a insuficiente propaganda dos artigos tchecoslovacos que teriam condições favoráveis para o cliente. Por isso a legação no Rio de Janeiro considerou o «critério econômico» como fator decisivo para as próximas ações de propaganda da Tchecoslováquia na América do Sul.[30]

Depois do encerramento do pavilhão chegou a fase da sua liquidação: os artigos não vendidos foram mandados para Tchecoslováquia e se analisaram as possibilidades de como aproveitar o edifício de pavilhão construído a custo do governo da República tchecoslovaca. No primeriro caso era preciso encontrar uma solução para pagar as taxas aduaneiras, questão esta que ficou resolvida. Considerando o objeto: havia propostas de utilizá-lo para os fins de representação diplomática, ou doá-lo ao governo brasileiro. Os fatores seguintes eram contra a compra dos terrenos e adaptação do pavilhão para a missão tchecoslovaca no Brasil: custos elevados, caráter provisório e decorativo do edifício, e a lógica do espaço interior. Foi então decidida a doação do edifício, seguindo o exemplo da Grã-Bretanha e França, que doaram os seus pavilhões às instituições culturais brasileiras.[31] O pavilhão tchecoslovaco foi doado pelo governo tchecoslovaco ao governo brasileiro, que logo o transferiu para a Academia das Ciências fundada

[29] Mas também a participação de alguns dos parceiros comerciais importantes do Brasil foi muito ambígua. Por exemplo E.U.A. e Argentina abriram os seus pavilhões só no início de 1923 e «o país materno» do Brasil, Portugal, nem sequer tinha terminado a construção do seu pavilhão até 1 de fevereiro 1923.

[30] A legação mostrou alguma indignação sobre o fato da Tchecoslováquia não ser oficialmente, nem não oficialmente, convidada a participar nas edições seguintes das feiras na capital brasileira. AMZV, MZV, 1918–1938, III^{a} seção (kart. 583), IV^{a} seção (kart. 780), O relatório da representação comercial da exposição do Rio de Janeiro 5/1/1923; Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 1/2/1923. Uma análise mais otimista da participação da Tchecoslováquia na exposição, comparando com a da legação no Rio de Janeiro, foi lançada pelo vice-cônsul Rudolf Režný de consulado tchecoslovaco em Buenos Aires que escreveu sobre a exposição o seguinte: «A posição da Tchecoslováquia neste evento mundial é excepcional. É o único dos novos países recentemente formados e o único estado da Europa central que participou na feira. Este fato servenos como a melhor prova da sua consolidação e do grande nível econômico e é uma garantia do progresso no desenvolvimento independente das relações comercias entre Tchecoslováquia e os países sul-americanos.» Na euforia apareceram também algumas palavras críticas, mencionando o pavilhão da Tchecoslováquia: «O pavilhão tchecoslovaco pode ser comparado às outras exposições e está notável pela sua exposição da porcelana e do vidro. É superior aos outros, não tendo em conta a cara cerâmica dinamarquesa. Analisando a dimensão de alguns dos outros ramos da nossa indústria estão pouco ou não estão representados.» Ibidem, Consulado em Buenos Aires ao Ministério de Relações Exteriores a 9/2/1923. Režný considerou o aspecto geral da exposição e não se dedicou à análise dos seus resultados comerciais.

[31] AMZV, MZV, 1918–1938, III^{a} seção (kart. 583), IV^{a} seção (kart. 780), Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 1/2/1923.

em 1916, e ao Rádio Sociedade no Rio de Janeiro, que funcionava sob a sua tutela e que difundia as atividades da Academia na sociedade.[32]

Tirando os resultados comerciais bastante problemáticos da participação tchecoslovaca na exposição mundial do Rio de Janeiro de 1922–1923, pelo menos foi promovido o interesse pela Tchecoslováquia como um parceiro comercial do Brasil. Como prova nos serve a participação de mais de trinta empresas brasileiras nas Feiras de amostras de Praga que tiveram lugar de 29 de agosto a 5 de setembro 1926 e que pode ser comparada à participação tchecoslovaca na exposição do Rio de Janeiro nos anos 1922–1923, testemunhando o interesse deste país sul-americano em intensificar a troca de artigos.[33]

Em setembro e outubro de 1926 no Rio de Janeiro teve lugar uma exposição da pintura tcheca organizada pela Sociedade Brasileiro-tchecoslovaca. A pintura tcheca deveria ser apresentada aos circuitos artísticos e culturais no Rio de Janeiro através das reproduções editadas na publicação «A arte de pintura tcheca e coleções escolhidas de arte gráfica tcheca».[34]

Em novembro de 1926 foi organizada a primeira feira industrial de São Paulo. O relatório do ministro-plenipotenciário tchecoslovaco na altura no Rio de Janeiro Vlastimil Kybal ao Ministério de Relações Exteriores de 29 de novembro 1926 não menciona que alguma empresa tchecoslovaca participasse no evento, e destaca que a feira foi uma ação de empresas brasileiras e alemãs. Se baseia no periódico mais importante da língua alemã publicado em São Paulo *Deutsche Zeitung*, que põe em causa a efetividade e o significado das feiras brasileiras em si. As apreensões dos empresários locais eram causadas sobretudo pelo fato dos negócios serem realizados em público, assim revelando o seu mecanismo e inclusive a origem dos produtos. Segundo fontes «informadas» os empresários brasileiros vendiam os produtos da indústria nacional como importações, e na tentativa de manter esta fição pediam aos seus parceiros e fornecedores estrangeiros para não apresentarem os seus artigos nas feiras e exposições locais.[35]

Depois do fracasso comercial no Rio de Janeiro nos anos 1922–1923 não registamos nenhuma presença significativa das empresas tchecoslovacas no território sul-americano. Em fins dos anos vinte de século 20 surgiu uma proposta do Eng. Eugen Kellner de estabelecer uma exposição permanente de artigos tcheco-

[32] Ibidem, Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 17/12 e 27/12/1923. Durante a liquidação da exposição tchecoslovaca e de pavilhão, no qual foi situada, foi descoberto que o arquiteto Pytlik (Pitlik) não pagou todas as dívidas relacionadas com a construção do pavilhão. O comissário Turnovský e a Embaixada de Tchecoslováquia no Rio de Janeiro recusaram assumir responsabilidade e garantias. Cf. http://www.coc.fiocruz.br/observatoriohistoria/verbetes/acadbrci.pdf; http://www.rst-qsl.br/artigos/rst_roquetepinto.htm.

[33] Ivo Barteček, op. cit., p. 349. Nesta ocasião foi, pela iniciativa do ataché comercial brasileiro em Praga editada uma publicação informativa com o nome: *Brazílie: Její bohatství a produkce* (O Brasil: A sua riqueza e produção), Praha 1927.

[34] NA Praha, MŠO, 1918–1938, nº. inv. 1692 (kart. 2936), 22 II, Rio de Janeiro, Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores e ao de Educação e Cultura Nacional de 23/6/1926; comunicação interna do Ministério de Educação e Cultura Nacional de 19/8/1926.

[35] AMZV, MZV, IVª seção (kart. 780), Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 29/11/1926.

slovacos e um centro de informações no Rio de Janeiro. Na primeira apresentação do pedido a 9 de maio 1928, a legação comunicou às Feiras de amostras de Praga que este tipo de ação ajudaria com certeza a desenvolver as relações comerciais tchecoslovaco-brasileiras. Mas ao mesmo tempo alertou que os custos elevados não seriam (segundo as suas experiências) compensados na prática. Kellner não queria capitular e em novembro 1929 reintroduziu a sua proposta com algumas alterações. Apresentou um programa da «exposição permanente de artigos» no Rio de Janeiro que fosse patrocinada pela legação tchecoslovaca do mesmo modo como a fundação da sociedade tchecoslovaco-brasileira naquela cidade. A exposição deveria concentrar-se na apresentação dos artigos mais representativos da Tchecoslováquia que fossem propícios à exportação para o Brasil, à propaganda de turismo, nomeadamente das termas no centro da Europa, bem como às informações comerciais e culturais. Uma cavilha destas atividades seria uma agência que exercesse uma administração normal, mediasse os negócios, procurasse os representantes para as empresas tchecoslovacas etc.[36] A tentativa acima citada (aparentemente) nunca saiu da fase das considerações e sondagens. É bem provável que o medo das entidades estatais tenha sido causado pelos custos propostos, que excederiam 100 000 Kč por ano.

Outra época de apresentação dos artigos tchecoslovacos na América do Sul pode ser cronologicamente situada nos anos trinta do século vinte, e foi iniciada por um impulso do Ministério de Relações Exteriores brasileiro que informou as legações estrangeiras, incluíndo a legação da República tchecoslovaca, sobre a organização da feira mundial no Rio de Janeiro de 12 até 15 de novembro 1934. A feira foi organizada pelo distrito federal da capital para comemorar o centenário da administração política do distrito federal do Rio de Janeiro. As inscrições seriam submetidas ao governador da cidade no período de 2 de janeiro a 12 de julho 1934. Os expositores podiam alugar no máximo 2 m^2 nos pavilhões ou 4 m^2 no espaço exterior e montar os estandes a seus custos. O aluguer oscilava entre 60–200 RS por 1 m^2 da área, consoante a sua extensão e posição. Por uma taxa podiam divulgar uma nota no catálogo da exposição. A legação tchecoslovaca recomendou a participação de empresas tchecoslovacas como «oportuna» e mandou uma lista de artigos que tinham uma boa chance de penetrar no mercado brasileiro. A hierarquia dos artigos era seguinte: celulosa, malte, arame e chapas de ferro e outros metais, os produtos químicos, peles finas e pneumáticos, também o fio de linho, lã e algodão, popelines e tricolines para as camisas de homem, tecidos de decoração e móveis, cristal, brinquedos, louça, ladrilho, máquinas de elaboração de metais, turbinas e equipamento eletrotécnico, máquinas de papeleria e bijutaria. O minis-

[36] Ibidem, Legação no Rio de Janeiro às Feiras de amostras em Praga de 12/6/1928; Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 17/5/1930. Das outras iniciativas que foram rejeitadas mencionemos por exemplo uma reação negativa do Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios e do de Trabalhos Públicos em Praga no verão 1929 à proposta do Ministério de Relações Exteriores de participar na Feira Internacional de Ferroviárias, Vias Terrestres e Turismo em Santiago de Chile. AMZV, MZV, 1918–1938, IIIª seção (kart. 591), Ministério dos Trabalhos Públicos ao Ministério de Relações Exteriores de 15/7/1929.

tro-plenipotenciário Dr. Josef Švagrovský advertiu que a presentação dos artigos de seda e semi-seda, calçado e máquinas agrícolas não seriam recomendáveis para a exportação, por causa das altas taxas aduaneiras. Uma desvantagem da participação na feira do Rio de Janeiro era a crise econômica em andamento que, segundo a opinião dos diplomatas tchecoslovacos, limitava a participação das grandes empresas.[37]

Este fato se confirmou, porque a crise junto com o fracasso de 1922–1923 desanimaram as empresas tchecoslovacas em participar na feira do Rio em 1934, e não foi representada nenhuma das empresas exportadoras. Mais da metade dos expositores foi constituída por empresas brasileiras – nomeadamente da área de madeira, ferro, química e de couro e agricultura, como os produtores de café e de frutas. Das empresas estrangeiras cabe destacar a presença das empresas dos E.U.A., Grã-Bretanha e Alemanha. A Câmara de Comércio Polaco-Brasileira montou o seu próprio estand. A feira internacional do Rio de Janeiro de 1934 também indicou as mudanças na concepção da apresentação de artigos e da feira em si. A extensão da parte puramente comercial foi reduzida, dando maior espaço a vários tipos de diversão e refresco dos visitantes. A maioria dos espaços era «ocupada» pelos restaurantes, áreas de desporto, produções musicais etc. No setor comercial a grande parte era dedicada à propaganda direta destinada também ao público mais vasto.[38] A feira do Rio de Janeiro em 1934 pode ser concebida – do ponto de vista cronológico e fatual – como ligada a todo um conjunto de eventos deste tipo na segunda metade dos anos trinta do século vinte que se iniciaram com o evento mais importante da propaganda da indústria tchecoslovaca na América do Sul entre-guerras, i.e. a participação na feira de Rio de Janeiro em 1935. Mais concretamente se tratou de 7ª edição da Feira de Amostras da cidade de Rio de Janeiro. A legação da República tchecoslovaca recebeu uma informação sobre este evento da parte da prefeitura do distrito federal só em fins de junho de 1935 – o que foi relativamente tarde, uma vez que a data da abertura do festival seria em outubro de 1935. As aplicações deviam ser entregues até 12 de setembro 1935. Podemos relembrar que o representante da prefeitura Ruy Castro entregou o convite da prefeitura pessoalmente à missão tchecoslovaca, repetiu o convite para as empresas tchecoslovacas oralmente e ofereceu algumas vantagens fora das condições normais – por exemplo no alugar pavilhões e espaços. Com base nesta informação o Ministério de Relações Exteriores enviou

[37] Ibidem, IVª seção (kart. 780), Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 24/1/1934. A legação no Rio de Janeiro mandou o seu alerta também às instituições de caráter econômico, segundo o regulamento do Ministério de Relações Exteriores em Praga de 24/11/1933.

[38] AMZV, MZV, 1918–1938, IVª seção (kart. 780), Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores em Praga a 29/8/1934. Cabe mencionar a preparada exposição de imprensa que era organizada para janeiro 1934 a Montevidéu. O foco desta feira eram: a propagação nos jornais, nos cartazes, fotografias e da propaganda impressa nas áreas da cultura e de estado. Afinal, a feira não foi realizada, embora a legação da Tchecoslováquia em Buenos Aires e o consulado em Montevidéu já tenham preparado o material sobre a situação na Tchecoslováquia. AMZV, MZV, 1918–1938, IIIª seção (kart. 603), Legação de Buenos Aires ao Ministério de Relações Exteriores de 15/10 e 6/11/1934 e 28/1/1935.

a 18 de julho 1935 a informação sobre o evento ao Ministério da Indústria, Comércio e ao Instituto Tchecoslovaco de Exportações, às Feiras de Amostras de Praga, à União dos Empresários Tchecoslovacos e ao Central das Câmaras do Comércio e de Ofício.[39]

O Instituto Tchecoslovaco de Exportações, fundado por decisão do governo a 4 de julho, foi a nova autoridade que entrou com veemência na fase da preparação da participação tchecoslovaca na feira. (A 19 de outubro 1934 foram publicados os regulamentos desta instituição e em dezembro 1934 os textos das duas decisões do governo ainda seriam modificados.) O instituto começou a funcionar formalmente a 1 de janeiro 1935, mas na prática apenas em março de 1935. Inspirou-se no modelo de instituições parecidas no estrangeiro, respeitando as condições específicas da Tchecoslováquia. A tarefa do Instituto de Exportações era: colecionar, ampliar e arquivar os relatórios econômicos sobre os países estrangeiros, estudar os mercados estrangeiros e analisar a situação, as condições e possibilidades da evolução do comércio exterior tchecoslovaco nos vários países. Outra tarefa era recolher dados sobre as taxas aduaneiras, diversos regulamentos de importação e exportação e outros códigos que tinham a ver com a troca internacional de bens e de pagamento internacional. Além disso, administrava uma base de dados com os contratos sobre a ajuda legal e regulamentos legais, tratando da relação entre o vendedor e cliente. Monitorava as possibilidades individuais dos vários ramos e empresas, intervinha na ação de requisição de créditos no estrangeiro, colaborava no envio dos representantes comerciais para o estrangeiro, desenvolvia o turismo e o seu uso econômico e cooperava na educação da nova geração dos comerciantes tchecoslovacos no estrangeiro. A parte substancial da sua atividade foi coordenar e colaborar na participação tchecoslovaca nas feiras e exposições no estrangeiro.[40]

O Instituto Tchecoslovaco de Exportações aproveitou esta ocasião e dentro de uma semana se dirigiu às várias câmaras de comércio e ofício e aos ministérios econômicos na República tchecoslovaca com a informação sobre a feira que estava sendo preparada no Rio de Janeiro em 1935. Segundo o instituto era recomendável que a Tchecoslováquia participasse na feira com a sua própria exposição, justificando que se tratava da única feira do género na América do Sul. Por estas razões seria possível contar com o interesse dos comerciantes dos outros países do subcontinente, nomeadamente da Argentina e Uruguai. O Instituto de Exportações também sublinhou que era capaz de organizar e coordenar a participação tchecoslovaca na feira do Rio de Janeiro.[41]

---

[39] NA Praha, fundo do Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios (doravante MPOŽ), Suplemento II, Brazília (Brasil) 1935–1938, Rio de Janeiro, Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 2/7/1935; Ministério de Relações Exteriores ao Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios de 18/7/1935.

[40] *Exportní ústav československý 1934–1946. Inventář* (Instituto Tchecoslovaco de Exportações 1934–1946. Inventário). Elaborado por vários autores – coordenador Ivan Šťovíček, Praha 1970, Introdução, pp. 1–9.

[41] NA Praha, fundo Instituto Tchecoslovaco de Exportações (doravante EÚ), nº. inv. 1365 (kart. 321); nº. inv. 1381 (kart. 328); nº. inv. 1314 (kart. 340); nº. inv. 1426 (kart. 343); nº. inv. 1448 (kart. 346). Em agosto 1935 o Instituto de Exportações ainda ampliou a lista, por exemplo com o Ministério das Ferrovias. NA Praha, EÚ, nº. inv. 1389 (kart. 329).

A resposta ao apelo do Instituto de Exportações por parte das entidades centrais era bastante cautelosa. Os ministérios econômicos fizeram notar a falta de tempo para preparação de tal evento e pesquisavam quais empresas gostariam de participar no evento, e em que dimensão, com mostras de artigos ou somente com o envio de catálogos e preçários. Não foi objetado nada contra a participação das empresas que decidiram fazê-lo, mas os responsáveis alertaram contra o otimismo exagerado.[42] Além das entidades e instituições econômicas, o Instituto de Exportações contatou já a 19 de julho 1935 a legação da Tchecoslováquia no Rio de Janeiro, com o pedido de envio das condições e informações mais detalhadas sobre a exposição. Por exemplo, diplomatas informaram que não era necessário fazer o registo individual, sendo suficiente um coletivo feito pelo Instituto de Exportações. O envio de artigos tinha que ter uma marcação do destino bem clara: que estão destinados à feira, o endereço do destinatário, e eventualmente do depositário do Instituto de Exportações no Brasil Mirko Taussig. No caso da venda das coleções exibidas, seria preciso pagar as taxas aduaneiras. Os materiais de propaganda das termas podiam ser fornecidos pela legação. Mas a legação não dispunha de dados e resenhas recentes sobre o desenvolvimento da indústria e agricultura tchecoslovacas. A direção da feira estava na disposição de oferecer à exposição das empresas da Tchecoslováquia uma área num pavilhão grande especial, que era destinado às exposições nacionais, por um aluguel reduzido. Segundo a opinião da legação os artigos recomendáveis a serem exibidos na feira eram: o vidro, porcelana, brinquedos, artigos de arte industrial, eventualmente máquinas e equipamentos. O ministro-plenipotenciário J. Švagrovský elogiu a atitude do Instituto de Exportações mas também mostrou o receio que o tempo destinado à preparação da exposição fosse muito limitado e os custos não compensassem os resultados. Também relembrou a má experiência da atuação tchecoslovaca na exposição de 1922–1923.[43]

A legação tchecoslovaca no Brasil não concordou com a proposta do Instituto de Exportações que recomendou que os diplomatas entrassem em contato com os representantes das empresas da Tchecoslováquia e na América do Sul que depois propusessem a participação na feira às suas «empresas maternas». Parte dos representantes, segundo a legação, assim o fez; nos outros casos a missão devia enfrentar as tensões e animosidade habituais entre os comerciantes. A legação achou mais oportuno (e também mais cómodo para os diplomatas) se o próprio Instituto de Exportações fizesse o trabalho de escolha dos exportadores para o Brasil e América do Sul na República Tchecoslovaca e os informou sobre as condições da participação na exposição coletiva,[44] e assim aconteceu. O Instituto de Exportações ten-

[42] Ibidem, nº. inv. 1365 (kart. 321); nº. inv. 1389 (kart. 329); nº. inv. 381 (kart. 329); nº. inv. 1426 (kart. 348); nº. inv. 1461 (kart. 348). NA Praha, MPOŽ, Suplemento II, Brazílie (Brasil) 1935–1938, Rio de Janeiro, Instituto de Exportações de 25/7/1935; Ministério de Agricultura ao Ministério do Comércio 13/8/1935.

[43] Ibidem, nº. inv. 123 (kart. 106), Legação no Rio de Janeiro ao Instituto de Exportações de 8/8/1935.

[44] AMZV, MZV, 1918–1938, IVª seção (kart. 780), Legação no Rio de Janeiro ao Instituto de Exportações de 21/8/1935. Por exemplo sete empresas tchecoslovacas fabricantes de vidro, dois exportadores de porcelana e oito de bijutaria tinham os seus próprios representantes no Rio de Janeiro.

tou, em coordenação com a missão diplomática tchecoslovaca, assegurar artigos na imprensa brasileira, sessões de cinema tchecoslovaco, e conferências sobre os produtos da Tchecoslováquia no rádio. Mas Josef Švagrovský expôs as dificuldades ligadas à realização desta tarefa, tendo em conta o conteúdo habitual da imprensa carioca e o fato de que uma palestra no rádio deve ser paga. Mas os diplomatas concordaram em distribuir os folhetos informativos e outro material impresso.[45]

A realização da exposição tchecoslovaca na feira no Rio de Janeiro que teve lugar no outuno de 1935 estava nas mãos do Instituto Tchecoslovaco de Exportações em Praga. Até a metade de setembro 1935 setenta empresas se inscreveram neste evento, e a superfície planeada da exposição atingiu os 350 m^2. O Instituto de Exportações preparou um número especial da revista *El Mercurio Checoslovaco* em versão portuguesa para a feira, publicou um panfleto informativo sobre as exportações tchecoslovacas e um folheto sobre os laços comerciais entre Tchecoslováquia e o Brasil, cujo núcleo era a lista de artigos tchecoslovacos destinados à exportação. O Ministério de Relações Exteriores completou a série de materiais, os traduziu para o português para a publicação oficial sobre a Tchecoslováquia que já tinha sido publicada nas línguas francesa, alemã, inglesa e espanhola, e foi concebida como informação primária sobre a Tchecoslováquia destinada ao estrangeiro.[46]

O Conselho do Instituto de Exportações também teve em conta que era preciso fortalecer o quadro de pessoal e enviou ao Brasil um depositário que assegurasse a realização da exposição no local. Por isso, o encarregado da América do Sul Eng. Eugen Kellner partiu para o Rio de Janeiro. Ele conhecia as condições brasileiras pela sua atuação anterior naquele país, e além da organização da participação na feira recebeu a tarefa de detalhadamente analisar a situação atual no mercado brasileiro. Kellner saiu para o Brasil de Trieste e embarcou no navio *Oceania* a 19 de setembro 1935. Chegou ao Rio de Janeiro a 3 de outubro de 1935, só nove dias antes da abertura oficial da feira. É óbvio que este tempo não chegava para a preparação e instalação da exposição e por isso a tarefa coordenadora coube ao responsável local do Instituto de Exportações Mirko Taussig. Através da legação no Rio de Janeiro Taussig recebeu 15 000 Kč como o montante básico para pagar as despesas, sendo-lhe prometido um crédito. O Instituto de Exportações abriu ao Eng. Kellner um acreditivo junto a *Živnostenská banka* em Praga depositado no banco *National City of New York*, expositura do Rio de Janeiro no valor de 47 170 Kč para financiar a exposição, i.e. pagar o aluguer no valor de 26 000 Kč, comprar as mostras de artigos concorrentes etc.[47] Esta dua-

[45] NA Praha, EÚ, nº. inv. 123 (kart. 106), Legação no Rio de Janeiro ao Instituto de Exportações de 24/8/1935. Cf. também nº. inv. 1189 (kart. 329), Ministério de Ferrovias ao Instituto de Exportações de 6/9/1935.

[46] NA Praha, MPOŽ, Suplemento II, Brazílie (Brasil) 1935–1938, Rio de Janeiro; EÚ, nº. inv. 1365 (kart. 321), Instituto de Exportações ao Ministério do Comércio de 14/9/1935.

[47] NA Praha, EÚ, nº. inv. 1032 (kart. 209), Instituto de Exportações a E. Kellner de 17/9/1935. E. Kellner recebeu no Rio de Janeiro subsídios no valor de 220 Kč por dia e para as negociações em São Paulo 250 Kč por dia. Depois da sua chegada ao Brasil também devia utilizar o resto da quantia de 15 000 Kč que foi depositada a M. Taussig para a preparação da exposição.

lidade pessoal foi ainda «enriquecida» em Praga pelo encarregado da América do Sul na Câmara do Comércio e de Ofícios, Eng. M. Hučík, o que trazia em si desde início um grau de risco elevado.

Em relação à partida de Eng. E. Kellner para o Rio de Janiero o Instituto de Exportações pediu à legação e ao consulado em São Paulo que alertasse os representantes das empresas tchecoslovacas ou interessados em tal atividade para o fato de ser preciso entrar em contato pessoal com a Administração da exposição tchecoslovaca no Rio de Janeiro, ou seja com E. Kellner, e tratar com ele todos os assuntos relacionados à ligação comercial entre a República tchecoslovaca e o Brasil.[48] O último pedido nos prova a falta de experiência dos representantes de Instituto de Exportações em Praga. Era quase impossível que um representante comercial experienciado informasse na totalidade sobre os seus contatos. Tratava-se, sem dúvida, de informações muito delicadas que poderiam ajudar os seus concorrentes.

Depois da sua chegada ao Rio de Janeiro a 3 de outubro 1935 o Eng. Eugen Kellner assumiu a sua função de coordenador da realização da exposição tchecoslovaca na feira. Teve de enfrentar vários problemas. O primeiro era de caráter administrativo pois parte das caixas que trazia com ele tinham uma direção errada, nas outras o conteúdo não correspondia à declaração aduaneira etc. As autoridades brasileiras entregaram as caixas só depois das intervenções de 11 de outubro de 1935, um dia antes da abertura oficial do evento.[49]

Outras dificuldades eram de caráter comunicativo. Dada a dificuldade de serviço de correios na época não foi possível que um projeto de exposição fosse trabalhado em Praga e depois enviado para o Brasil, mas teve que se aproveitar os serviços do arquiteto local Reichenbach. O fato mais grave era que o acreditivo ainda não estava à disposição e a realização da exposição foi prejudicada. (Finalmente se conseguiram resolver os problemas com o acreditivo.) A administração da feira também mostrou a sua grande disponibilidade e atribuiu à exposição tchecoslovaca a asa do pavilhão, situada junto à entrada da feira por onde tiveram que passar todos os visitantes.[50]

A 16 de outubro de 1935 se conseguiram superar todos os problemas com a preparação da exposição tchecoslovaca no Rio de Janeiro e a exposição foi oficialmente aberta pelo discurso do ministro-plenipotenciário Josef Švagrovský, na presença do representante do governo do distrito federal do Rio de Janeiro, dos ministérios brasileiros, autoridades legislativas, sindicatos, diplomatas e mem-

[48] NA Praha, EÚ, nº. inv. 123 (kart. 106), Instituto de Exportações à legação no Rio de Janeiro a 17/9/1935; Legação no Rio de Janeiro ao Instituto de Exportações a 16/9/1935; nº. inv. 312 (kart. 152), Instituto de Exportações ao consulado em São Paulo a 24/9/1935; nº. inv. 1461 (kart. 348), Câmara de Comércio e de Ofícios em Praga ao Instituto de Exportações 11/9/1935.

[49] AMZV, MZV, 1918–1938, IVª seção (kart. 780), Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores 23/10/1935.

[50] NA Praha, EÚ, nº. inv. 1018 (kart. 229), E. Kellner ao Instituto de Exportações de 5/10/1935, nº. inv. 1032 (kart. 229), Telegrama de E. Kellner ao Instituto de Exportações de 7/10/1935. Os organizadores tchecoslovacos receberam além de 260 m² pagos outros 420 m² gratuitamente. Também se conseguiu publicar notícias curtas sobre a exposição tchecoslovaca na imprensa brasileria.

bros da Sociedade tchecoslovaco-brasileira. A ostentosa inauguração não podia esconder o fato de que o tempo dedicado às preparações tinha sido insuficiente, e que uma parte das empresas que tinham boas condições para penetrar no mercado brasileiro não estava representada. A legação frisou em primeiro lugar o objetivo de propagação da exposição, e a atenção que foi despertada pela exposição do vidro. Igualmente elogiou o estande da empresa Škoda, Praha–Plzeň e da fábrica Mannesman, Chomutov. Os visitantes apreciaram as grandes fotografias de Praga, das montanhas de Tatra e os cartazes das termas tchecoslovacas. Cabe assinalar que a República tchecoslovaca era praticamente o único país a ser apresentado com uma grande exposição nacional coletiva. Outros países representados eram: a Hungria com uma exposição de 10 m^2 com vinhos e bordados e Portugal, cuja relação com o Brasil logicamente era acima do standard, com um pequeno pavilhão de vinhos, objetos de prata e calçados. Outras empresas estrangeiras tinham as suas apresentações na parte geral da feira. Tirando as empresas brasileiras, mencionemos a presença de uma série de empresas inglesas, norte-americanas e alemãs.[51]

A legação tchecoslovaca no Rio de Janeiro mencionou no seu relatório para o Ministério da Indústria, Comércio e Ofício em Praga, ainda antes do fim da feira, que a exposição da Tchecoslováquia tinha sido bem recebida pelo público brasileiro e «fez muito bom trabalho», mas tinha uma postura bem céptica aos sucessos econômicos de várias empresas. Dr. Švagrovský recomendou ao ministério que enviasse um circular às empresas participantes com o pedido de envio de informações se conseguiram receber algumas encomendas, ou pelo menos estabelecer contatos com importadores brasileiros, eventualmente com os representantes de empresas e se consideravam os resultados adequados aos custos. É lógico que deste sucesso, ou eventual fracasso, dependia também o interesse de determinada empresa em participar nas próximas edições deste tipo de feiras.[52]

Depois do fim da feira no Rio de Janeiro em 1935 teve de ser resolvida a questão dos diplomas para as empresas participantes, seguida pelas queixas à atividade do Eng. Kellner. Os delegados no Brasil afirmaram que ele não mostrava boa vontade de comunicar com eles, e prometia a representação das empresas tchecoslovacas de exportação só aos que lhe oferecessem parte das comissões. Uma parte das queixas podia ter sido provocada pelo fato de Kellner ter a intenção de ficar no Brasil, abrir uma empresa e assim se tornar num concorrente. Porém, o Instituto de Exportações de Praga sabia também que o Eng. E. Kellner mostrou algum fervor, embora mais por sua própria conta do que por desenvolvimento da exportação tchecoslovaca.[53]

[51] AMZV, MZV, 1918–1938, IVª seção (kart. 780), Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 23/10/1935.
[52] NA Praha, MPOŽ, Suplemento II, Brazílie (Brasil) 1935–1938, Legação no Rio de Janeiro ao Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios de 30/10/1935.
[53] NA Praha, EÚ, nº. inv. 1038 (kart. 229), Legação no Rio de Janeiro ao Instituto de Exportações de 28/12/1935.

As conseqüências da feira do outono de 1935 se fizeram sentir também nos primeiros meses do ano de 1936 até ao verão. A missão diplomática tchecoslovaca se tornou um opositor ativo de E. Kellner. Por exemplo, ainda em janeiro de 1936 reiterava que ainda não tinham sido pagas as taxas aduaneiras, e que a administração brasileira aduaneira reclamava o pagamento das dívidas. Outro conflito consistia na concepção de vendas duma parte dos artigos da exposição. As condições destas transações ficaram pouco claras, mesmo a maneira como Kellner escolheu os representantes das empresas tchecoslovacas para a feira. Outro ato suspeito esteve ligado com o alegado desperdício de meios financeiros, por exemplo o funcionamento do escritório, recepções ou envio de circulares. Os custos muito elevados se registaram também na edição do número especial «brasileiro» (outubro) da revista *O Mercurio Tchecoslovaco*. Os restantes 2.000 exemplares foram passados por Kellner à legação. Esta depois os enviava às autoridades brasileiras, bancos, organizações na indústria, meios de comunicação social, e ofereceu-as também aos consulados da Tchecoslováquia em São Paulo e Curitiba.[54]

No fim da sua estada no Rio de Janeiro E. Kellner organizou ainda uma sessão de cinema sobre as termas tchecoslovacas, natureza e empresas industriais mais importantes no cinema Palacio Pathé. Os convites foram enviados aos ministérios brasileiros, bancos, entidades econômicas, imprensa e algumas legações. O evento teve um número de visitantes razoável. O problema foi que o representante do Instituto de Exportações não a tivesse organizado durante a feira, mas quase dois meses depois do seu fim, ainda por cima na época de verão, com temperaturas de 40 graus Celsius à sombra.[55]

Não o ajudou a atividade mais intensa. Em fins de janeiro 1936 o Conselho do Instituto de Exportações perdeu a paciência. Foi enviado à legação no Rio de Janeiro (que fez o seu trabalho ao demitir Kellner), um telegrama curto pedindo o regresso imediato de Kellner às custas do Instituto de Exportações. A 1 de fevereiro 1936, a legação convocou Eng. Kellner e lhe entregou o telegrama. Kellner respondeu que não podia saír do país imediatamante por que tinha de tratar de «vários assuntos» e pagar as dívidas no valor total de 11 000 milreis. Diplomatas propouseram ao Instituto de Exportações que enviasse o montante, por que a saída súbita sem pagar as dívidas poderia danificar a imagem do país e prejudicar a «coisa tchecoslovaca» no Brasil.[56]

---

[54] Ibidem, nº. inv. 124 (kart. 106), Legação no Rio de Janeiro ao Instituto de Exportações de 10/1/1936; Instituto de Exportações à legação no Rio de Janeiro de 17/1/1936; nº. inv. 1038 (kart. 229), Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 21/1/1936 e ao Instituto de Exportações a 22/1/1936. Além de revistas Kellner entregou à legação também as fotografias com motivos da natureza, termas e selos tchecoslovacos. AMZV, MZV, 1918–1938, IIIª seção (kart. 323), Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 21/1/1936.

[55] NA Praha, ÚÚ, nº. inv. 1038 (kart. 229), Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores a 24/1/1936.

[56] Ibidem, Legação no Rio de Janeiro ao Instituto de Exportações de 1/2/1936. O Instituto de Exportações prometeu a 18/2/1936 ao Ministério de Relações Exteriores que iria investigar cuidadosamente as queixas da legação no Rio de Janeiro contra Kellner.

Outro ponto nevrálgico (já mencionado) foi a emissão dos diplomas e as medalhas aos participantes tchecoslovacos na feira do Rio, que eram oferecidos pelo Instituto Técnico Comercial e Industrial do Brasil de São Paulo. Mas o consulado tchecoslovaco em São Paulo não conseguiu encontrar esta instituição e pôs em dúvida se esta existiria. Isto não mostra uma imagem positiva da atividade de E. Kellner.[57] As atividades da instituição acima citada foram investigadas pela polícia de São Paulo no verão de 1936.

As conseqüências da estada de Eng. Kellner no Brasil foram liquidadas finalmente em fevereiro de 1936 pela legação tchecoslovaca. Depois da partida de Kellner a 19/2/1936 a bordo do navio Neptunia a Trieste, o conselheiro da missão V. Nosek calculou as dívidas pelo bilhete de navio, pelo bilhete ferroviário de Trieste a Praga, pela conta de casa de Rio de Janeiro, as dívidas na casa de penhores, à empresa Banho e Cia e ao certo Júlio Kulik em 13 390 milreis no total. O resto do montante foi pago das fontes privadas do próprio conselheiro Nosek que pediu que o Instituto de Exportações depositasse este montante na sua conta do Zemská banka em Praga.

A partida de Eugen Kellner teve um entreato diplomático, já que o seu visto expirou e foi preciso fazer uma intervenção junto à polícia brasileira para não lhe criar problemas. Ele também confessou que faturou dos particulares locais os abonos para os artigos que prometeu entregar depois da feira. Mas as suas notas sobre estes abonos não eram completas. A legação foi contactada pela senhora Monteiro que dizia que tinha depositado um montante de 75 milreis por uma bolsa decorativa e não a recebeu. Eng. Kellner opôs-se dizendo que não tinha nenhum registo sobre este fato. As falhas no envio dos relatórios regulares durante a feira que deviam informar detalhadamente as empresas participantes, explicou da seguinte maneira: desapareceram numa catástrofe de avião que transportava os originais dos relatórios. As cópias ficaram por ser enviadas por uma outra linha, mas o avião também desapareceu. Prometeu pois trazer pessoalmente outras cópias. Kellner se sentiu muito deprimido pela maneira como foi demitido, e criticou o Conselho do Instituto de Exportações por ter dado ordem à legação para ser tratado como «um criminoso e malandro». Declarou que era capaz de documentar todos os bens e dinheiro no valor de cerca 300 000 Kč, e afirmava que pela sua demissão não foi prejudicada apenas a sua imagem, mas também a do Instituto de Exportações como a sua organização materna. Dizia que atrás das críticas estariam «balelas odientas do estrangeiro», pensando somente «no seu próprio lucro». Também afirmou que voltava «a Praga tão pobre como a tinha deixado, até mais pobre, e que a sua única intenção era livrar-se de todas as acusações que não faziam nenhum sentido e purificar o seu nome, danificado pelos «elementos sórdidos, rancorosos e sem responsabilidade».[58] Eng. E. Kellner se defendia com grande

[57] Ibidem, nº. inv. 313 (kart. 152), Consulado em São Paulo à legação tchecoslovaca no Rio de Janeiro a 10/2/1936.
[58] Ibidem, nº. inv. 1038 (kart. 229), E. Kellner ao Instituto de Exportações de 20/2/1936.

veemência, mas não é muito provável que todos os seus críticos tentassem prejudicá-lo. Os resultados reais do seu trabalho não pareciam excelentes.

No decorrer da primeira metade de fevereiro de 1936 o Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios recebia as respostas ao inquérito que distribuia por recomendação da missão diplomática tchecoslovaca no Rio de Janeiro às empresas que participaram na feira. Pediu um parecer sobre se a participação tinha ajudado a adquirir algumas encomendas concretas e contatos comerciais, e se consideraram os resultados adquiridos como adequados aos custos. A maioria das empresas respondeu que não, com um tom um pouco azedado. A participação foi considerada como bem sucedida somente pelas seguintes empresas: Irmãos Sigmundos, fabricantes de bombas de Olomouc; Janyška e comp., S.A. fabricação de chapéus, Krásno nad Březnem; J. Blažek, vidro de cristal de Nový Bor perto de Česká Lípa; B. Zahradník, fábrica de carimbos, máquinas de escritório e impressoras em Praga, e Sociedade Anônima, antes Fábricas de Škoda em Praga–Pilsen. Outros empresários, por exemplo Hilda Weigner, fábrica de bonecos em Rakovník, ou a União dos cultivadores de plantas de Přerov, mostraram alguma esperança em que a América do Sul se pudesse tornar um bom mercado, apesar de não terem feito negócios imediatos.[59]

Na base do inquérito foi elaborada uma comunicação interna para o ministro e direção do Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios. O texto desta comunicação interna avaliou a presença tchecoslovaca na feira no Rio de Janeiro em outubro e novembro de 1935 como completamente negativa – do ponto de vista técnico e também pessoal, dado que o representante do Instituto de Exportações E. Kellner foi caraterizado como incompetente, ingênuo e utilitário. O montante de 200 000 Kč destinado ao pagamento dos custos foi considerado exagerado. Também foi mencionado o curto espaço de tempo para a preparação da exposição, junto com a recomendação da legação tchecoslovaca no Rio de Janeiro para que o Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios no futuro evitasse este tipo de eventos.[60] Os funcionários responsáveis do ministério mostraram assim um grau elevado de austeridade e na avaliação concentraram-se nos efeitos imediatos da feira. Não tiveram em conta que as exposições e feiras servem mais à propaganda dos artigos a longo prazo e ao estabelecimento e aprofundamento de contatos. Não se pode esperar um milagre e o fecho dos grandes contratos. Um dos fatores também pode ser uma certa rivalidade ou até ciúmes do ministério em relação ao recentemente estabelecido Instituto de Exportações, tendo em conta também o fato de que este evento trouxe um trabalho a mais para os funcionários do ministério e pessoal da legação no Rio de Janeiro.

[59] NA Praha, MPOŽ, Suplemento II, Brazílie (Brasil) 1935–1938, respostas ao Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios a perguntas sobre os resultados da feira no Rio de Janeiro 1935. A grande distância e a falta de experiência de alguns dos exportadores também provocou que parte dos artigos foi enviada para Buenos Aires, donde voltou para Trieste e foi novamente expedida para o Rio de Janeiro. No fim chegou atrasada e não podia ser exibida. Este foi o caso da empresa Václav Dušek, refinarias e exportação de vidro, Nový Bor perto de Česká Lípa.

[60] NA Praha, MPOŽ, Suplemento II, Brazílie (Brasil) 1935–1938, comunicação interna do Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios de 6/3/1936.

A presença tchecoslovaca na feira do Rio foi avaliada de uma maneira um pouco mais racional pelo Instituto de Exportações em Praga – que teve um papel central neste evento. (A feira começou a 16 de outubro e acabou a 1 de dezembro 1935, estava aberta todos os dias das 14.00 até às 24.00 horas.) A Exposição (segundo o texto referido) gozou de uma atenção geral do público e o seu significado para Tchecoslováquia assentava na propagação e na promessa de perspetivas na construção de redes comerciais e empresariais. Do ponto de vista estatístico: foram dadas informações a 1.347 pessoas do Rio de Janeiro, e foram expedidas 721 cartas, 4 telegramas e 870 impressos, atividade bastante intensa num prazo tão curto. As informações detalhadas para as empresas foram redigidas muito tarde – só na metade de fevereiro de 1936, e só foram distribuídas em março de 1936, «alegadamente» por razões técnicas, ou seja um mês depois das respostas das empresas ao inquérito do ministério da indústria, comércio e ofício. A balança dos resultados comerciais não parecia tão má como foi abordado pelo Ministério da Indústria em Praga. As empresas de vidro, máquinas, textéis, carimbos, bijutaria, chapéus e calçado registaram um sucesso no decorrer da feira e encerraram mais de sessenta encomendas no valor total de 355 000 Kč. Foram vendidas também algumas amostras de artigos, no valor de 23 000 Kč.[61] De 81 empresas que participaram, 56 se tornaram potenciais exportadores, empresas que já anteriormente tinham um representante comercial no Brasil, ou o tinham adquirido. Os delegados receberam depois da feira coleções de amostras de artigos no valor total de 160 000 Kč.

As atividades de propaganda e informação incorporadas na feira eram significativas. As empresas de importação do Rio de Janeiro receberam mais de 400 cartas em português chamando a atenção sobre a exposição, sobre as possibilidades da compra na exposição e o estabelecimento de contato. A 30 de novembro 1935 E. Kellner organizou um almoço para os representatnes das autoridades, empresários e imprensa. Na mesma noite teve lugar uma competição de motocicletas na qual a marca JAWA recebeu o primeiro e o sexto lugar. Nos dias 3 e 10 de dezembro 1935 foi proferida no radio local uma palestra sobre a Tchecoslováquia e as suas empresas. Além da sessão de cinema já mencionada de 24 de janeiro 1936 os visitantes da feira podiam ver os filmes de propaganda das empresas Baťa, J. Schicht, as papelarias Olšanské papírny, etc. Sairam oitenta artigos e notícias curtas sobre a exposição na imprensa brasileira.[62]

Em comparação com os dados do Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios os custos eram inferiores em um terço. O orçamento final foi calculado em 134 456 Kč 85 hal. O Instituto de Exportações pagou um montante de 82 970 Kč 85 hal para

[61] Ibidem, Relatório do Instituto de Exportações de 30/6/1936 sobre a participação tchecoslovaca na feira do Rio de Janeiro em 1935; AMZV, MZV, 1918–1938, IV[a] seção (kart. 780). No relatório foi sublinhado o interesse da polícia do Rio de Janeiro e São Paulo em comprar as motocicletas com carreta de marca JAWA. A encomenda deveria ser de cem motocicletas no valor de 1 milhão Kč. Além disso a polícia do Rio mostrou o interesse em comprar nove carros blindados no valor de 5,4 milhões Kč.

[62] Ibidem.

a organização da feira do Rio de Janeiro, descontando os contributos das empresas. Também E. Kellner, cujas despesas pessoais atingiram os 52 561 Kč, incluíndo o viático, transporte de bagagem e subsídios para o período de 16 de setembro 1935 até 7 de março 1936, foi parcialmente reabilitado. Foi dito que os recibos apresentados por Kellner tinham sido investigados e comparados com um livro de recibos da feira. Não foram encontradas falhas significativas, e se foram, não foi do interesse do Instituto de Exportações abri-las.[63]

O resultado da participação tchecoslovaca na feira do Rio de Janeiro em 1935 foi considerado como «bastante bom» pelo Instituto de Exportações. No relatório foi indicado que o resultado real pode ser avaliado só com uma distância temporal maior, depois de se conhecer o benefício que foi trazido pelos representantes comerciais e pela venda dos artigos. O Instituto de Exportações não escondia as falhas que surgiram durante a feira. Uma delas era a escolha das empresas tchecoslovacas que produziam artigos não muito comuns no Brasil – como os textéis feitos de crina, as bolsas de junio etc., ou então fabricavam lâmpadas de metal, tabuleiros de metal, tecidos interiores de almofadas e colchas de plumas, artigos que se fabricavam no Brasil em quantidade e qualidade suficiente, e a preços acessíveis. Outro problema foram as coleções insuficientes que as empresas puseram à disposição – como foi o exemplo dos conjuntos de facas ou no caso de tipos baratos de roupa de trico. O cálculo dos preços também não foi ideal – por vezes as empresas tiveram um preço demaisado alto. Também foi criticado o nível linguístico do material informativo, o comportamento não comercial[64], etc. Foi também criticada a presença de empresas concorrentes, já que na feira participaram quatro empresas com uma oferta semelhante de artigos de líber. No ramo vidreiro, geralmente muito bem sucedido, foram criticadas as coleções muito fracas e a falta de inovação nas ofertas.[65]

As várias autoridades estatais, i.e. Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios, Ministério de Relações Exteriores e a legação no Rio de Janeiro avaliaram a exposição na feira em 1935 de maneira extremamente negativa. A atuação das entidades era demasiado ampla e a sua influência bastante grande. As empresas não se aperceberam que para penetrar nos novos mercados era preciso trabalhar sistematicamente e esperar os resultados a longo prazo, e o mercado da América do Sul não é uma exceção. (O outro fator que era muito comum – também por causa dos impostos – era a queixa perante as autoridades centrais sobre os pro-

[63] Ibidem.

[64] Ibidem, Por exemplo um dos empresários oferecia cugumelos secos a um preço de 38 Kč /1 kg cif Rio de Janeiro, mas recusou a encomenda a um preço aumentado de 40 Kč /1 kg pedindo 52 Kč /1 kg cif Rio.

[65] NA Praha, MPOŽ, Suplemento II, Relatório do Instituto de Exportações de 30/6/1936 sobre a participação tchecoslovaca na feira do Rio de Janeiro em 1935; AMZV, MZV, 1918–1938, IVª seção (kart. 780), dtto. Os dados de E. Kellner, que se tornaram na sua maioria a base do relatório final, foram comentados também pela Legação do Rio de Janeiro. As antipatias entre Kellner e os membros de missão diplomática são muito visíveis do texto, mas a conclusão é diplomática, já que por exemplo os resultados da atividade de «senhor Kellner, eventualmente do projeto da exposição tchecoslovaca em si na feira» é difícil avaliar objetivamente, porque a legação não tem à disposição dados suficientes e se trata de uma atividade do Instituto de Exportações em Praga. AMZV, MZV, 1918–1938, IVª seção (kart. 780), Legação no Rio de Janeiro ao Instituto de Exportações de 30/4/1936.

blemas e perdas financeiras.) Quando chegou o convite das autoridades brasileiras para a participação na feira de 1936, a legação no Rio de Janeiro alertou que a importância deste tipo de eventos não se pode comparar com a importância dos eventos europeus. Os estands das empresas que participaram deviam ter tido apenas o objetivo de fazer «conhecer os produtos». Também as experiências da exposição de 1935 não eram, segundo os diplomatas, muito animadoras. A missão recomendou por isso a participação só das empresas tchecoslovacas que já tinham tido alguma experiência com o mercado brasileiro e tinham os seus representantes comerciais à disposição no país.[66]

Contra a possibilidade de participação tchecoslovaca na feira do Rio de Janeiro 1936 surgiu uma quase «anti-campanha», que se mostrou eficiente. Por exemplo, o departamento de política comercial da União central de empresários tchecoslovacos comunicou a 10 de junho 1936 ao Ministério de Relações Exteriores em Praga que quanto à possibilidade de participar «estamos bastante reservados, mesmo em relação às empresas pertencentes à nossa união. As empresas que participaram em 1935 estavam, na sua maioria, decepcionadas pelo interesse muito baixo do público e fraca organização da exposição tchecoslovaca. Supomos que o número de interessados em participar na edição deste ano seja muito baixo.»[67]

Foi impossível organizar uma exposição tchecoslovaca independente em 1936 e a atitude céptica de Praga influenciou sem dúvida também as iniciativas das empresas exportadoras. Na feira do Rio em 1936 participou somente a empresa Baťa que apresentava através do seu representante Thurmann-Nielsen os pneus e galochas. O Instituto de Exportações não queria deixar-se desanimar e desgostar, e no dia 12 de outubro 1936 pediu à legação no Brasil um relatório deste evento. A missão diplomática comunicou que a feira teve lugar de 1 outubro até 15 novembro 1936, participaram 365 expositores e foi visitada por 514 754 visitantes. É um número muito mais baixo comparando com as edições anteriores. Nas exposições coletivas participaram da Europa, além de Portugal, a Alemanha e a Suécia. Os diplomatas mostraram oficialmente o receio de que as Fábricas de Škoda ou Manesman estivessem ausentes na feira, eventualmente as empresas da área vidreira e de porcelana, e fizeram notar que com a maior presença de empresas se poderia conseguir um espaço gratuito para a apresentação das termas. No fim do relátorio não se esqueceram de reiterar a atitude muito reservada e a opinião que é aconselhável que participassem somente as empresas que tenham «já os seus representantes» no Brasil.[68]

---

[66] NA Praha, MPOŽ, Brazílie (Brasil) 1935–1938, Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores 15/5/1936; Legação no Rio de Janeiro ao Ministério da Indústria, Instituto de Exportações, União central de empresários e Feira de amostras de Praga de 9/6/1936.

[67] Ibidem, A União central de empresários ao Ministério de Relações Exteriores de 10/7/1936. A União central de empresários enviou o seu parecer também ao Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios com uma nota referindo que este parecer estará provavelmente «de acordo com o parecer oficial do Exmo. Ministério». Ibidem, União central de empresários ao Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios de 10/7/1936.

[68] AMZV, MZV, 1918–1938, IVª seção (kart. 780), Legação no Rio de Janeiro ao Instituto de Exportações de 16/11/1936; NA Praha, EÚ, nº. inv. 124 (kart. 106), Legação no Rio de Janeiro ao Instituto de Exportações de 23/12/1936.

O Instituto de Exportações porém não desistiu. Do texto acima referido escolheu uma frase sublinhando que é preciso «lamentar que na última feira tinha participado apenas única empresa tchecoslovaca». Informou a legação que se iria decidir mais tarde sobre uma possível participação coletiva, e que segundo a sua opinião valeria a pena exibir os artigos não somente das empresas já representadas no Brasil, mas também das empresas cuja produção podesse ter êxito no mercado brasileiro. Participar na tal feira poderia significar o início da exportação destes artigos.[69] A perseverância do Instituto de Exportações surpreendeu a missão diplomática que repetiu a sua opinião sobre a baixa utilidade das feiras do Rio de Janeiro e sobre a participação dos exportadores tchecoslovacos, e pediu que lhe fossem comunicados os nomes das empresas que conseguiram adquirir vendas permanentes no mercado brasileiro.[70] É bem possível que esta atividade possa ter sido motivada pela perspectiva de obtenção de lucro pessoal – por exemplo a possibilidade de oferecer os contatos comerciais em troca de uma participação nas comissões. A atitude relativamente relaxada dos diplomatas, que podiam receiar ter «um trabalho a mais», foi aparentemente uma das causas da abertura duma agência do Instituto de Exportações no Brasil, o que infelizmente aconteceu só no ano de 1938, em São Paulo.[71]

A legação «tinha medo» de ter trabalho a mais em vão, porque a situação do ano de 1935 não voltou a acontecer e o Instituto de Exportações não ousou reabrir a ideia de uma exposição coletiva até ao fim do período por nós estudado. Nos anos de 1937 e 1938, as empresas tchecoslovas foram convidadas a participar na feira do Rio de Janeiro, mas no primeiro ano só a empresa Baťa exibiu os pneus e a empresa Kotva produtos de vidro e no ano seguinte três empresas (Mühlig-Union, Fischmann e filhos e Vidraria, S.A.) apresentaram vidro para as construções. A legação frisou que nos dois casos havia uma pouca participação dos expositores e o baixo interesse dos visitantes, para os quais a feira de diversão era a maior atração, e não se interessavam muito pelos pavilhões de exposições. Mas dificilmente podia negar que nestes anos Tchecoslováquia se atrasou, comparando com a participação da França e Alemanha, mas também da Suiça ou Polónia.[72]

---

[69] NA Praha, EÚ, nº. inv. 124 (kart. 106), Instituto de Exportações à legação no Rio de Janeiro de 29/12/1936.

[70] Ibidem, Legação no Rio de Janeiro ao Instituto de Exportações de 19/1/1937. O Instituto de Exportações interessou-se também pelos resultados das exposições da Alemanha e Suécia que participaram na feira em outuno de 1936 e é lógico que recebeu uma resposta muito céptica da legação.

[71] Cf. E. Hučík, «Výsledky Exportního ústavu československého po dvou letech činnosti v Latinské Americe» (Resultados do Instituto de Exportações tchecoslovaco depois de dois anos da atividade na América Latina), in: *Světový obchod* II (Comércio mundial), nº. 50 de 18/12/1936.

[72] NA Praha, EÚ, nº. inv. 124 (kart. 106), Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 31/3/1937; MPOŽ, Brazílie (Brasil) 1935–1938, Ministério de Relações Exteriores ao Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios de 18/1 e 28/12/1938; AMZV, MZV, 1918–1938, IVª seção (kart. 780, Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 19/12/1937 e 5/11/1938. No Brasil Heinz Nathan tinha muita iniciativa e no início de 1938 apresentou à legação um projeto de construção de um pavilhão permanente nas feiras de outuno no Rio de Janeiro. É interessante que neste caso a legação e o Ministério de Relações Exteriores tenham tentado envolver o Instituto de Exportações no projeto, com uma veemência surprendente. AMZV, MZV, 1918–1938, IVª seção, Brazílie (Brasil) 1935–1938, Legação no Rio de Janeiro ao Ministério de Relações Exteriores de 16/2/1938.

O Instituto de Exportações praguense se interessou por outras possibilidades de apresentação dos artigos tchecoslovacos no Brasil – o que testemunha uma pergunta feita ao consulado em São Paulo em outubro de 1936, se e quando foi organizada uma feira naquela cidade, e em caso positivo, pedindo o envio do relatório e catálogo da exposição.[73]

As legações em Buenos Aires e Caracas mostraram um maior interesse em propagar as possibilidades de exportação e estabelecer laços comerciais do que a legação no Rio de Janeiro. Alguma agitação foi provocada pelo relatório da legação na Argentina, que abordava a questão da feira internacional de artigos em Asunción, Paraguai. A legação tchecoslovaca recomendou a organização de uma exposição coletiva, apoiada também pelo fato do Instituto de Exportações ter o seu enviado Václav Jílek em Asunción que representava várias empresas exportadoras. A vantagem era que a 1ª edição da feira, denominada Primeira feira internacional de máquinas, ferramentos e vários produtos para a indústria e para a criação de gado no Paraguai, teve lugar na ocasião dos cinquenta anos do *Banco Agrícola del Paraguay*, que se encarregou do financiamento e ofereceu as condições fora do normal. (Era um banco estatal e por isso tinha outras possibilidades comparado com um empresário individual, ou uma cidade.) Todos os artigos destinados à feira eram livres de taxas aduaneiras, o banco ofereceu os estands gratuitamente aos expositores e noutros casos pelo preço de custo. Também ofereceu que recebesse a consignação de todos os artigos que fossem enviados para a feira e a entrada para os visitantes era gratuita. O interesse das autoridades tchecoslovacas como o Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios; da Agricultura e das Finanças, União central dos empresários tchecoslovacos, Central das câmaras comerciais e de ofício era zero. Podemos afirmar o mesmo no caso das empresas exportadoras, com a exceção da empresa Irmãos Sigmund de Lutín (Morávia central), produtores de bombas e máquinas extrativas que pediu ao seu representante em Asunción para exibir os seus produtos. (O fato do Ministério de Relações Exteriores não transmitir a informação sobre a feira em Asunción em primeiro lugar ao Instituto de Exportações tchecoslovaco é chocante.)[74]

No verão de 1938 a legação tchecoslovaca em Caracas deu uma notícia sobre a primeira feira nacional que deveria ter lugar naquela cidade sob o patrocínio do governo entre dezembro de 1938 e janeiro de 1939. Devia tornar-se uma mostra

---

[73] NA Praha, EÚ, nº. inv. 313 (kart. 152), O Instituto de Exportações ao consulado em São Paulo de 12/10/1936.
É interessante que o Brasil tinha uma atitude mais iniciativa de que Tchecoslováquia. A 18/8/1937 abriu em Praga um centro de informações e propaganda. Este foi estabelecido pelo Ministério de Trabalho, Comércio e Indústria brasileiro. O seu objetivo era divulgar informações sobre os produtos brasileiros e estabelecer contatos diretos. *Světový obchod* (Comércio mundial), ano III, nº. 33 de 20/8/1937.

[74] NA Praha, MPOŽ, Suplemento II, Brazílie (Brasil) 1935–1938, Ministério de Relações Exteriores ao Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios de 14/6 e 10/8/1937; Legação em Buenos Aires ao Ministério de Relações Exteriores de 17/6/1937; Central das câmaras comerciais e de ofícios ao Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios de 7/9/1937 e o Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios ao Ministério de Relações Exteriores de 29/10/1937.

das possibilidades econômicas da Venezuela e prova do seu desenvolvimento econômico nos últimos anos. Dada a situação política na qual a Tchecoslováquia enfrentava a ameaça nazista alemã as entidades econômicas de Praga praticamente não reagiram.[75]

No fim da segunda metade do século 20 a Tchecoslováquia teve uma boa atuação nas duas exposições de índole cultural. A primeira foi a feira de livros em Bogotá em 1938 e a segunda a exposição de arte gráfica tcheca em São Paulo nos anos 1938–1939. Mais importante era a participação da República tchecoslovaca nas comemorações da fundação da capital da Colômbia. O governo colombiano pediu aos vários estados que enviassem a Bogotá coleções de livros que representassem a vida histórica, artística e científica do seu país, e que doassem estas coleções depois da exposição à Biblioteca Nacional de Bogotá. Esta proposta foi ampliada pelo convite para que um representante da cultura ou arte apresentasse uma palestra sobre a cultura da sua nação. O governo colombiano estava preparado para oferecer boas condições: espaço nos meios de comunicação social e custos de alojamento no país. O Ministério de Relações Exteriores da República tchecoslovaca, em colaboração com o Ministério de Educação e de Cultura Nacional em Praga, reagiu positivamente à proposta. Encomendou uma coleção de livros segundo a escolha da Biblioteca nacional universitária em Praga na livraria Orbis no valor total de 10 000 Kč, que foi ainda enriquecida pelas suas fontes próprias e a mandou para Bogotá, onde foi exibida a partir de 6 de agosto 1938.

Do ponto de vista de conteúdo a Tchecoslováquia foi representada sobretudo por publicações em língua inglesa e francesa, cujos autores eram políticos e diplomatas importantes como Tomáš G. Masaryk, Edvard Beneš, Kamil Krofta ou Štefan Osuský. Das obras literárias estavam representadas sobretudo as de Karel Čapek e depois Alois Jirásek, Ivan Olbracht, dos cientistas František Dvorník, Jan Kapras ou Karel Stloukal. A obra clássica de Božena Němcová Babička (*A Avó*) estava disponível em espanhol – na versão que foi publicada em 1924 em Barcelona. Também estavam presentes publicações sobre a agricultura, indústria e comércio tchecoslovacos e livros de imagens.[76]

As comemorações dos quatrocentos anos de Bogotá, originalmente concebidos como espectaculares, eram reduzidas. A exposição de livros teve lugar de 20 de julho até 31 de agosto de 1938, e foi acompanhada por exposições artísticas menores, palestras, congresso de historiadores de «Gran Colombia», e pelo festival de música ibero-americana. Depois do fim do evento os diplomatas tchecoslovacos doaram a coleção a Biblioteca nacional colombiana, cujo diretor Tomas Rued Vargas agradeceu (como era o hábito de cortesia) pela «prenda muito valiosa de livros muito interessantes e quadros bonitos e bem elaborados.»[77]

[75] NA Praha, MPOŽ, Suplemento II, Brazílie (Brasil) 1935–1938, Legação em Caracas ao Ministério de Relações Exteriores de 2/8/1938.
[76] NA Praha, MŠO, 1918–1938, nº. inv. 1628 (kart. 2915), 22 II Bogotá, nº. ref. 42 035/1937, 76 156/1938.
[77] Ibidem, Legação em Bogotá ao Ministério de Relações Exteriores de 17/1/1939.

Podemos ainda mencionar uma exposição de arte gráfica tchecoslovaca que teve lugar no outono de 1938 em São Paulo, que mostrou 139 obras gráficas de 31 artistas, a maior parte deles membros da Associação dos artistas gráficos Hollar de Praga. A exposição foi acompanhada pelo catálogo com uma introdução oficial sobre este tipo de arte e a sua posição na Tchecoslováquia, e o texto de uma palestra sobre a arte tchecoslovaca, que foi proferida em francês pelos diplomatas da legação.[78]

* * *

Na sua primeira fase, a divulgação da Tchecoslováquia na América do Sul através de exposições e feiras tinha a ver com a apresentação do novo estado e das suas possibilidades de exportação. Não era importante só chamar a atenção para a existência do novo estado no centro de Europa, sobre qual existiam idéias muito vagas no distante Cone do Sul, mas também estabelecer contatos empresariais diretos que evitassem a mediação das empresas exportadoras alemãs, austríacas, francesas etc., e possibilitassem a exportação de artigos claramente declarados como produtos da República tchecoslovaca. Uma das primeiras possibilidades de participar numa feira das mais importantes da América do Sul foi a exposição coletiva na feira do Rio de Janeiro nos anos 1922–1923, organizada para comemorar o centenário da independência do Brasil. Esta ocasião foi aproveitada pela Agência do comércio exterior – que foi mais tarde incorporada no Ministério da Indústria, Comércio e Ofícios – como um orgão central de caráter econômico. As instituições mencionadas sob o patrocínio do governo tchecoslovaco prepararam a exposição nacional cujo objetivo era o de informar o público brasileiro e sul-americano sobre a República tchecoslovaca, seus produtos e potencial de produção e exportação. Duvidoso é que a exposição tenha cumprido a sua tarefa informativa e educativa. Mas ao mesmo tempo mostrou as dificuldades ligadas à penetração em novos mercados. Se alguém esperava uma expansão comercial radical foi decepcionado e os custos da apresentação pareciam inadequados aos resultados adquiridos. Por isso observamos apenas uma participação esporádica de algumas empresas nas exposições e um baixo interesse dos diplomatas. A exceção foi o historiador e diplomata entre-guerras Vlastimil Kybal.[79]

A intensificação do interesse de participar nas feiras sul-americanas teve a ver com a fundação do Instituto de Exportações em Praga, cujo objetivo era apoiar a exportação dos produtos da economia tchecoslovaca. O Instituto de Exportações aproveitou intensamente a ocasião, e tentava manifestar a importância da expansão econômica para o estrangeiro. A sua atividade poderia até ser conside-

[78] AMZV, MZV, 1918–1938, III[a] seção (kart. 587), Associação Hollar ao Ministério de Relações Exteriores de 28/7/1938 e 30/1/1939.

[79] Cf. Anketa jihoamerická konaná dne 3. října 1927 v síni Obchodní a živnostenské komory v Praze. Program I. Nedostatek přímých styků – 7. Účast na veletrzích (Inquérito sul-americano de 3 de outubro 1927 na sala de Câmara de Comércio e de Ofícios em Praga. Programa I. A falta dos contatos diretos – 7. Participação nas férias), in: Vlastimil Kybal, op. cit., p. 121.

rada como frenética. Logicamente os seus representantes tiveram que enfrentar os funcionários das autoridades centrais em Praga, bem como os diplomatas, que viviam num ambiente bastante calmo na legação do Rio de Janeiro. As tensões que surgiram, e o fato de que na feira de 1935 não foram obtidos resultados imediatos e efetivos na área das relações comerciais, resultaram numa «contra-propaganda» em relação a eventos deste género decorrentes na América do Sul. O Instituto de Exportações não desistiu da sua intenção, o que é evidente pelo crescente número de artigos sobre o espaço econômico ibero-americano no seu periódico *Světový obchod* (Comércio mundial), e na preparação da abertura de uma agência em São Paulo. (Além das feiras, a Tchecoslováquia participava nalgumas exposições de caráter cultural.) Em geral, verificamos que a tendência foi desde a organização de eventos nobres, às vezes exagerados, até uma construção zelosa e eficaz nas suas conseqüências, nas redes de contatos que punham à disposição dos representantes do Instituto de Exportações e das empresas um resumo das capacidades de absorção dos mercados sul-americanos, e das possibilidades de fazer prevalecer os seus produtos nestes mercados.

(Tradução: Matyáš Pelant)

MATERIAIS
E BREVES ESTUDOS

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 135–147

PARAÍSO E ESCATOLOGIA NA CULTURA PORTUGUESA

por FREDERICO RÊGO
(Universidade de Brasília)

A cultura portuguesa carrega em sua trajetória uma ligação muito forte com os temas do destino, de missão e da redenção. Ou seja, a sacralização dos acontecimentos históricos pela própria crença de sua divina epifania fez da nação portuguesa uma nação escatológica. Segundo Cunha Leão as linhas míticas do povo português passam pelo providencialismo da história, na expansão ultramarina, no mito sebástico, na sublimação da mulher e na supervivência do amor.[1] Estão claras essas perspectivas na cultura portuguesa exemplificadas na visão de Ourique, nas viagens templárias henriquinas, no mito do encoberto D. Sebastião, no culto mariano e na história mítica de Pedro e Inês de Castro, e acrescentaríamos mais um: a crença no paraíso.

O paraíso terreal se distanciava de sua bíblica localização na proporção em que as naus portuguesas se aproximavam dele, desvendando pelo caminho terras e mares. Referimo-nos, por certo, ao Oriente. Neste artigo trataremos de um dos temas mais espirituais da cultura portuguesa que é o pensamento escatológico. Se escolhêssemos uma palavra para sintetizar a proposta escatológica,[2] corporificada na idéia de Quinto Império, seria a *universalidade*. No pensamento português o universal foi pensado por padres, poetas e filósofos. Dentre eles destacamos Luís de Camões no século XVI, o Padre António Vieira no século XVII, Fernando Pessoa e Agostinho da Silva no século XX. Outros autores pensaram o universalismo, como Teixeira de Pascoaes ou Leonardo Coimbra com a idéia do saudosismo e do pan-psiquismo respectivamente, porém a idéia de Quinto Império na cultura portuguesa terá nos quatro autores anteriormente citados um destaque maior. Cada um desses homens sistematizaram suas idéias sobre o fim dos tempos e como se daria esse fim dos tempos. Necessitaríamos, portanto, de uma investigação mais detalhada e profunda sobre cada uma delas. Portanto, nossa abordagem acerca desse tema e desses autores será feita de uma maneira panorâmica, mas não menos honesta, relacionando suas perspectivas com o tema da viagem e com o tema da imagem do paraíso.

No ápice da expansão portuguesa nos mares, com o encontro e penetração do Oriente, ainda mítico, e com o crescente descortinamento do mundo através da cartografia, da produção literária expansionista – vale dizer que a dimensão mercantil influenciou abertamente o mercado editorial com os diários de bordo, a geografia descritiva, roteiros marítimos, traduções, não só em solo português, mas também na Itália, Espanha e Holanda –, o debate acerca da localização do paraíso terrestre parecia, de fato, esvanecer. Todavia, a questão maior do deslocamento do jardim das delícias se deu, nesse momento, não na esfera do espaço, mas sim, do tempo. O fim ou o começo, se misturaram no anseio da própria questão salvífica, cujo caminho seria cumprido por Portugal e consumado no Brasil segundo algumas profecias.

Quando tratamos de temas referentes a fundação de Portugal e sua múltipla formação cultural temos que ter a cautela de não cair em generalizações. A formação política e territorial portuguesa se deu no século XII com o Infante Afonso Henriques e os homens-ricos portugueses, os quais travaram várias lutas contra o conde galego Fernando Perez de Trava

[1] Quadros, António. *Portugal, razão e mistério I*. Lisboa: Guimarães Editores, 1984, p. 81.

[2] Escatologia relaciona-se aqui com a doutrina que trata do destino final do homem e do mundo. Pode apresentar-se em discurso profético ou em contexto apocalíptico.

e contra D. Teresa, mãe de Afonso Henriques, detentores do poder no condado *portucalense*. Imbuído de espírito de conquista, o próprio Infante arma-se cavaleiro e em 1128 declara guerra contra a mãe vencendo-a na batalha de São Mamede. A partir de então Afonso Henriques se intitula senhorio de Portugal criando, posteriormente, um novo e forte Estado na Península.

A fundação do Estado português se deveu a inúmeras batalhas, invasões e acordos com os reinos ibéricos. Porém, assim como em São Mamede, uma outra batalha se travou, contra os muçulmanos, a qual foi definitiva para a confirmação do reino português e a aclamação de Afonso Henriques como rei de Portugal. Foi a histórica e mítica batalha de Ourique em 1139. Sabe-se que ficou marcada na cultura portuguesa a visão divina que Afonso Henriques teve pouco antes dessa batalha. Após a vitória do Infante foi firmado o reconhecimento da independência do novo reino e a reconstituição das relações com a cúria romana (1143), tornando-se Afonso Henriques vassalo da Igreja romana e mais tarde reconhecido pelo Vaticano como rei (1179). Com isso, Afonso Henriques passa a ser Afonso I, primeiro rei de Portugal. A partir daí o reinado ruma para o Sul da Península no intuito de expulsar os mouros que lá habitavam. Segue-se a conquista de Santarém e Lisboa (1147), tendo o rei a ajuda de cruzados vindos do Norte da Europa e dos cavaleiros do Templo, e a posterior expulsão dos infiéis muçulmanos do território português. Após a tomada de Lisboa Afonso I reorganiza a vida política, social e econômica do reino atribuindo aos homens-ricos, aos monges das ordens monásticas – dentre elas os templários sediados em Tomar e os de Cister sob a administração de São Bernardo, sobretudo em Alcobaça – responsabilidades conjuntas na constituição do nascente reino. A trajetória da fundação do reino de Portugal se estendeu por diversos anos e muito sangue foi derramado, tanto mouro como cristão. Com a sucessão do trono foi paulatinamente se configurando o reino cristão português, contudo, foi com Afonso I, ou Afonso Henriques, que aconteceu o aparecimento e a corporização de Portugal como nação.

A história das atribuladas batalhas e acordos políticos na conquista do território português não revelam, entretanto, as teias culturais que se estabeleceram nesse território. Temos a influência cultural celta na Península e toda a mundividência pagã apropriada pelo cristianismo em Portugal. A presença cultural secular dos árabes muçulmanos e também dos judeus se misturaram aos hábitos cristãos que co-habitavam as terras portuguesas. O profundo sentimento e poder cristão e a coetânea obediência e honra dos guerreiros medievais cristalizados na ordem de cavalaria somados as estruturas culturais advindas das invasões árabes deu à Portugal uma múltipla característica cultural, a qual foi importante influência quando do início da reconquista cristã e da conseguinte expansão portuguesa por terras e mares.

A nação portuguesa foi formada, portanto, por várias mentalidades culturais, entre as quais destacamos o espírito guerreiro e a característica viajante, assim como a mundividência e a doutrina cristã. Essas características aparecem na tradição secular dos portugueses, na luta contra o mouro "infiel", passando pela honra e missão cavaleiresca e templária atingindo seu ápice com as viagens náuticas, síntese de toda a tradição, tanto histórica quanto mítica. Perseguidos por Roma no resto da Europa, os Templários fizeram parte do processo de formação da nação portuguesa, dando origem à Ordem de Cristo, do Infante D. Henrique.

O espírito português medieval, o qual vai se firmar até o Renascimento Português[3] teve como um dos pilares algumas características presentes na ordem de cavalaria. O arquétipo da cavalaria se assentava no herói. No universo dos romances cavaleirescos o cavaleiro viaja por causa da guerra, mas, em tempo de paz, escolhe as cavalgadas solitárias, vencendo o medo do desconhecido, escolhendo o risco, a liberdade e a disponibilidade de estar consigo próprio, sabendo que a viagem pode ter ou não retorno, mas a ela se entrega para moldar o espírito, formar a personalidade e procurar, como um peregrino, a mudança interior ou conversão e o aperfeiçoamento espiritual. O cavaleiro tinha em si a imitação da vida pastoril, cujo arquétipo era o próprio paraíso. A piedade e a virtude eram a essência do cavaleiro dada a sua subordinação pela igreja. Nada mais piedoso e virtuoso como expulsar o "infiel" e dilatar a fé como fez Portugal na figura do cavaleiro infante D. Henrique.

[3] Ao falarmos de Renascimento Português estamos nos referindo ao período das navegações marítimas dos séculos XV e XVI.

A demanda dos mares pelo infante teve essa característica cavaleira e templária. O cavaleiro é o representante da liberdade na direção do ideal. Aqui a cavalaria mistura-se com o monaquismo, uma das mais fortes características dos templários. Os templários eram aqueles monges que pertenciam a Ordem do Templo com formação no início do século XII e extinção no início do século XIV. Tratava-se de uma ordem religiosa militar, instituída em Jerusalém no ano de 1118, perto do lugar onde estivera o Templo de Salomão. Os primeiros anos após a tomada de Jerusalém pelos cavaleiros cristãos foram frágeis pelo constante perigo de retaliações, isto explica a formação de Ordens religiosas militares para a defesa desta conquista e também para a proteção dos seus peregrinos.

O denominador comum entre o espírito português e o ideal heróico da cavalaria e dos templários é o fato de terem um compromisso com uma comunidade. Na Idade Média e no Renascimento é o ideal cruzadístico que polariza o indivíduo entre a comunidade e o Rei tornando-se o símbolo dessa sociedade. Os cavaleiros errantes poderão identificar-se com a pequena nobreza que procura a honra pessoal e a estima, procurando, por atos de justiça, libertar sobretudo mulheres e homens fracos, de situações de sofrimento e de injustiça. Subjaz, todavia, entre os cavaleiros, o ideal de cruzada. Portugal concebia-se, nesse sentido, como cavaleiro que procurou salvar o mundo do pecado. Sua profunda medievalidade fez com que se arraigasse a idéia de redentor da humanidade.[4] Em *Os lusíadas*[5] de Camões e na *Mensagem*[6] de Fernando Pessoa, obras as quais contam a história de Portugal, podemos identificar a conciliação de mito, história, códigos de honra e a mundividência vigente da época. Portanto, as estruturas sócio-políticas e as perspectivas sócio-culturais fomentaram a formação de Portugal. Cabe agora aprofundar mais a perspectiva mito-simbólica dessa formação e sua ligação com a projeção de Portugal como nação predestinada.

Um conceito presente no medievo, mas sobretudo aflorada na época dos descobrimentos, é o tema teológico-político de *destino*. Por destino entende-se fatalidade, reservar esta ou aquela sorte à nação e ao povo. Na idéia de destino há uma potência exterior ao homem que regula o curso dos acontecimentos. Nela, há sempre um ser superior que sabe o futuro e o anuncia. Sem passado e sem presente, destino é uma maneira de dizer que jamais podemos mudar o presente porque tudo já está por alguém ou alguma força definido. Tanto reis como poetas pensaram a expansão portuguesa nos mares como algo arquitetado por Deus. A relação íntima com a igreja da Contra-Reforma e a luta contra os "infiéis" e a expansão espiritual do catolicismo, aguçou em alguns a idéia de predestinação de Portugal como uma espécie de segundo salvador, paladino da virtude, a virtude cristã.

O pensamento escatológico que afirmamos adquirir mais estímulo, a partir do descortinamento do mundo pelas viagens de descobrimento, teve em Portugal terreno fértil. A idéia de predestinação da nação portuguesa como salvadora é encontrada desde a época das lutas políticas e religiosas medievais que envolveram cristãos e não cristãos. A vocação para a divinização da experiência histórica é patente na cultura portuguesa, a visão de D. Afonso Henriques na batalha de Ourique é um dos exemplos. Com a batalha de Ourique nasce não só a nação portuguesa, mas a nação predestinada portuguesa. *"…promessa de um império, que não sendo meramente humano, «como os que tem avido atégora», comporta, já na sua mesma anunciação, uma evidente analogia com a fundação da comunidade eclesial."*[7] Em Portugal cresceram, durante todo o século XIV, as lendas em torno da figura de D. Afonso Henriques e a batalha de Ourique assumindo cada vez mais um carácter divino, isto é fruto de uma tentativa de divinizar a monarquia portuguesa, assim Portugal tornava-se o reino escolhido por Deus para comandar a cristandade em direção a um novo tempo. Essa mitificação se torna perceptível ao associarmos o clímax da expansão marítima com as suas representações mitopoiéticas, sendo paradigmática a épica camoniana. Com a mudança da geo-

[4] Sobre a ordem de cavalaria, seus princípios, finalidade e carcterísticas cf. Llull, Ramon. *Livro da ordem de cavalaria*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1992.

[5] Camões, Luís de. *Os lusíadas*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros/Instituto Camões, 2000.

[6] Pessoa, Fernando. *Antologia poética*. Lisboa: RBA Editores, 1994, p. 9.

[7] Borges, Paulo A. E. *A Plenificação da História em Padre António Vieira. Estudo sobre a ideia de "Quinto Império" na "Defesa Perante o Tribunal do Santo Ofício"*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1995, p. 249.

grafia medieval pelas viagens, e um distanciamento cada vez maior do paraíso terrestre, o sonho do paraíso arquetípico ressurge com as idéias escatológicas do fim e regresso a este paraíso. Percebemos uma teleologia, ou melhor uma profecia ligada à história de Portugal. Os missionários tiveram um importante papel em levar a cabo esse projeto divino.

Assim como o mar foi a via para se chegar a terras tão longínquas, Portugal foi a via para que essa tarefa fosse efetivada, quase como um auto-sacrifício. A idéia de sacrifício na filosofia messiânica portuguesa aparece em Teixeira Rêgo, o qual o define como símbolo. Sacrifício é, segundo Teixeira Rêgo, uma re-apresentação, uma re-vivência do mito da queda. Ao sacrificar-se um animal, e não um vegetal, o sangue derramado e o animal morto são prelúdios para que alguém surja e leve a vítima ao retorno idílico ou que o próprio sacrificado ressurja. É a vinda de um messias que conduz os homens ao paraíso, ao lugar de origem, à sede da felicidade presente nos mitos.[8] É o próprio Portugal que se converte em sacrificado. Um país tão pequeno no extremo ocidental da Europa dotado de condições favoráveis para se construir o paraíso e não mais só alcançá-lo.

Autores como Luís de Camões, Padre Antônio Vieira, Fernando Pessoa, Agostinho da Silva, entre outros, se debruçaram sobre essa perspectiva messiânica de Portugal. Miguel Real que estudou o tema nesses e em outros autores nos diz que: *"O destino messiânico português é, assim, o de anunciar e realizar primeiro, que o mundo é fisicamente um só; segundo, ainda não realizado mas apenas revelado, que a humanidade é espiritualmente também uma só."*[9] A idéia de destino também pulsa na própria tradição européia que vai das cruzadas – dilatando a fé e o império – às navegações – dilatando o mundo. Em relação a essa última o destino de Portugal está inscrito no mar e no além-mar. *"Toda a história de Portugal gira em torno dos descobrimentos marítimos e da expansão dos séculos XV e XVI. Tudo o que aconteceu antes não foi mais que uma preparação para esses grandes empreendimentos. Tudo que aconteceu depois foram – e são ainda – consequências desses grandes empreendimentos."*[10]

Muito embora a idéia de destino pressuponha uma história teológica ou providencialista, ou seja, a realização do plano de Deus em que o tempo se ergue como a revelação de Deus no tempo: a *teofania*, e a revelação da verdade divina no tempo: a *epifania*, alguns homens relacionaram as profecias – tanto bíblicas quanto do povo – com os acontecimentos gerados pela aventura lusa nos mares. É história profética e soteriológica, respectivamente o cumprimento da vontade de Deus no tempo e a promessa de redenção no tempo. Movidos pela fé e por uma postura peculiar diante do sagrado, eles pregaram o fim dos tempos e impérios perfeitos. Dentre os homens que profetizaram essas escatologias aparece o abade calabrês Joaquim da Fiori.

Joaquim da Fiori: três idades, três tempos e o fim

A trans-historicidade é a maior característica que se irrompe com a concepção de história para o cristianismo, ou seja, a existência una da trindade, Pai, Filho e Espírito Santo no espaço e no tempo. Ou seja, não há como separar as figuras da trindade atribuindo-lhes fases ou idades a serem cumpridas. Foi, contudo, exatamente essa temporalidade distinta e finita que Joaquim da Fiori proclamava e foi por isso considerado herege pela igreja católica, sobretudo ao considerar findo o poder do Pai, tese que chocava com a doutrina de Santo Agostinho que afirmava a eterna presença criadora de Deus.

O referido monge nascido no ano de 1135 na região da Calábria gozava já durante a sua permanência na Ordem de Cister de uma fama de "homem santo" e de idéias bastante controversas, assim não tardou para que abandonasse a congregação e criasse sua própria Ordem. Estas idéias se baseavam principalmente na sua teoria dos três tempos ou idades da cristandade correspondentes à trindade do cristianismo: o tempo do Pai que teria começado antes da graça com Adão, teve seu apogeu com Abraão e terminou com o nascimento de Cristo; o tempo do Filho que é o da graça, iniciado com o Rei Orzias, florece com João Batista e Jesus e esta-

[8] Gomes, Pinharanda. *A "Renascença Portuguesa": Teixeira Rêgo*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1984, pp. 109–110.
[9] Real, Miguel. *Portugal, ser e representação*. Difel, Lisboa, 1998, p. 36.
[10] Carvalho, Barradas de. "Literatura de viagens". In: *Dicionário de história de Portugal*. direcção Joel Serrão, Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971, vol. IV.

ria próximo do fim; e o último dos tempos, o do Espírito Santo que seria o da graça maior, teria começado com São Bento e se realizaria, de fato, com o estabelecimento final do Reino do Espírito Santo.[11] É importante ressaltar que Joaquim da Fiori não se enquadra na perspectiva milenarista, pois não fala sobre a duração deste último tempo e nem é messianista, pois não fala sobre a volta do messias.[12]

Joaquim da Fiori fundou a ordem dos florensis, a qual tinha como idéia fundamental um reino espiritual baseado no simbolismo dos números. Joaquim da Fiori profetizou, na sua linguagem do século XII a chegada do reinado do Espírito Santo. Fiori afirmava que o Reino de Deus na Terra ou a Era do Espírito Santo, começaria com a vitória de Cristo contra o Anticristo, identificado por ele com Saladino, que acabara de invadir a Espanha no mesmo momento em que Jerusalém caía nas mãos dos árabes.[13] Jesuítas e franciscanos se consideram as duas ordens monásticas profetizadas por Joaquim da Fiori e por isso escreveram movidos pela certeza do fim da história e do tempo do fim como tempo do Espírito Santo inteiramente revelado ao Reino de Deus. Apesar de Dante Aligueri o colocar no Paraíso em sua *Divina Comédia*,[14] Roma não pensava da mesma forma. Joaquim da Fiori ao proclamar sua Terceira Idade rompeu com a Igreja. Essa perspectiva teve uma enorme influência na configuração da idéia do Quinto Império de Camões, de Vieira, de Pessoa e de Agostinho da Silva, ou seja, um Reino Espiritual inspirado no Espírito Santo.

Contraposta à história providencialista existe, como vimos, uma outra: a história profética inspirada em Joaquim da Fiori. São os traços principais desta história: a divisão do tempo em três eras, a do Pai, do Filho e do Espírito Santo e o embate final entre o Anticristo e Cristo, durante a era messiânica do Segundo Advento, com a vitória de Cristo e a instalação de um Reino de Mil Anos de felicidade no Tempo do Fim, que é também fim dos tempos, no qual se preparam o Juízo Final e a instauração do Reino Celeste de Deus. Antecedendo a Segunda Vinda de Cristo e preparando o terreno para o embate final, é enviado o salvador que o Padre Antônio Vieira associa ao reino de Portugal na figura de D. Sebastião.

Sebastianismo: filosofia escatológica da história

Antônio Quadros na abertura de seu *Poesia e filosofia do mito sebástico*[15] afirma que *"quer queiram quer não, o sebastianismo é um fenômeno com raízes profundas na nossa estrutura cultural. É um dado importante da psicologia portuguesa e brasileira. É um tema com fortes repercussões, não só na nossa literatura e no nosso pensamento, mas ainda no nosso devir histórico. E não pode ser visto unicamente como uma manifestação situada ou circunscrita num espaço e num tempo, porque adquire, assuntores e vivenciadores mais qualificados, resonâncias que o religam à gesta universal do homo viator."*[16]

Além desse devir mito-histórico, outra maneira de se compreender o imaginário messiânico português é admiti-lo como um modo de superação transcendente da decadência de Portugal e da Europa. Dessa tristeza decadente e o anseio de salvação surge o sebastianismo. A figura de D. Sebastião e a posterior mitificação de sua figura está na base de quase todo pensamento escatológico português, o qual vai apropriá-lo de maneiras dispares. D. Sebastião, rei de Portugal, nasceu no ano da morte de seu pai, o rei D. João, em 1557. Seu nascimento foi envolto de uma expectativa político-religiosa recebendo a alcunha de "O Desejado". D. Sebastião foi criado sob a égide de duas crenças: a guerreira e a religiosa. Tanto uma como a outra o levaram a combater em África em nome da fé e do reino de Portugal. Porém, o jovem rei perdeu a sua vida na batalha de Alcácer Quibir em 1578. Desapareceu no entanto a carne, o corpo, mas cristalizou-se o mito. D. Sebastião sobreviveu no imaginário português, o qual o esperava, ou ainda o espera, real ou simbolicamente. Contudo, o mito sebástico não nasce com a vida e morte de D. Sebastião, o próprio imaginário europeu engendra a criação e sustentação desse mito, o qual vai trazer à tona uma nova perspectiva histórico-filosófica à Portugal. A mitificação de D. Sebastião encontra espaço na tradição messiânica judaico-cristã, na tradição medieval

[11] Delumeau, Jean. *Mil anos de felicidade, uma história do paraíso*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, pp. 42–43.
[12] *Ibidem*, p. 50.
[13] *Ibidem.*
[14] Aliguieri, Dante. *A divina Comédia*. Venda Nova: Bertrand, 2000.
[15] Quadros, António. *Poesia e filosofia do mito sebástico*. Lisboa: Guimarães Editores, 1982.
[16] *Ibidem*, p. 13.

do encoberto, no misticismo e na religiosidade de Portugal, em fim, a tradição histórico-mítico-filosófica de Portugal se converteu nessa altura num terreno fértil para o mito sebastiânico. Crença na paradoxal volta e sacrifício necessários para que se cumpra a missão redentora. As figuras heróicas e messiânicas devem passar por esta experiência de morte e ressurreição, é o salvador que se auto-sacrifica pela criação.

Assim como a própria formação cultural da nação portuguesa, na qual um dos elementos se assenta no arquétipo do herói cavaleiro, o sebastianismo tem suas raízes nas novelas de cavalaria cujo arquétipo é o mito celta do encoberto presente no mítico rei Arthur e também no culto do Espírito Santo de Joaquim da Fiori, cuja penetração no reino português se deu com os franciscanos e divulgado pelas mãos da rainha Santa Isabel; e no messianismo de matriz judaico-cristão. O mito arturiano remonta antigas lendas celtas a respeito de um rei encoberto nas névoas da Ilha de Avalon de onde retornará quando o reino novamente precisar. Com a apropriação dos mitos pagãos pelo cristianismo temos o antigo mito pagão arturiano devidamente formatado e apto a ser divulgado sem grandes temores. O poeta português João de Barros foi o grande difusor desse mito em Portugal no início do XVI. Ao escrever em 1520 a *Crônica do Imperador Clarimundo*[17] João de Barros cria a versão portuguesa do mito arturiano. Esta crônica foi utilizada na formação de sucessivas gerações de monarcas portugueses dentre eles D. Sebastião.

A idéias das três idades de Joaquim da Fiori, já apresentadas, vão se juntar à massa formadora do sebastianismo. Tanto o joaquimismo quanto o messianismo judaico-cristão tem suas raízes nos textos sagrados. A escatologia presente nessas escrituras articula o componente messiânico com o fim do mundo e a chegada do paraíso. No livro do Apocalipse São João descreve o Juízo final e o retorno do Messias: *"E eles serão o seu povo, e o mesmo Deus com eles será o seu Deus; e Deus lhes enxugará todas as lágrimas dos seus olhos; e não haverá mais morte nem luto, nem clamor, nem mais dor, porque as primeiras coisas passaram. E o que estava sentado no trono disse: Eis que eu renovo todas as coisas. E disse-me: Escreve porque estas palavras são muito dignas de fé e verdadeiras. E disse-me: Está feito. Eu sou o Alfa e o Ômega, o princípio e o fim de tudo."*[18]

Os mitos que deram corpo ao sebastianismo nasceram em um período muito anterior ao século XVI, estes mitos tem duas raízes: a religião celta e a religião judaica que depois dará origem ao cristianismo. Talvez tenhamos deixado pistas de que o sebastianismo foi e é um mito universal nos seus elementos e que encontrou no reino de Portugal e no seu jovem rei o espaço que necessitava para eclodir após um longo período de "incubação" no imaginário de seu povo.

"Que importa o areal e a morte e a desventura
Se com Deus me guardei?
É O que eu me sonhei que eterno dura,
É Esse que regressarei"[19]

A história consumada do padre António Vieira

Mas que profecias são essas? Quem as profetizou? Para melhor tratar-mos desse assunto vamos inserir esses profetas dentro da corrente escatológica portuguesa. Nesse sentido a melhor referência é o Padre Antônio Vieira. O padre jesuíta português Antônio Vieira, missionário do Brasil, foi a maior expressão desse movimento escatológico com a idéia do *Quinto Império*, já presente no pensamento do século XII com o abade Joaquim da Fiori. A idéia de Quinto Império se relaciona com a interpretação que o profeta Daniel fez do sonho de Nabucodonossor, rei da Babilônia, em que aparecem os cinco impérios ou tempos da humanidade. Sobre a chegada do quinto e último império Daniel profetiza: *"E se realizará o juízo, a fim de que lhe seja tirado o poder, e ele seja destruído e pereça para sempre, e seja dado o reino, o poder e a grandeza do reino, que esta debaixo de todo o céu, ao povo dos santos do Altíssimo, cujo reino é um reino eterno, e ao qual servirão e obedecerão todos os reis."*[20] Este texto foi utilizado constantemente para comprovar a vinda do "Quinto Império".

A idéia de Quinto Império em Vieira tem inspiração no profeta Daniel; em Isaías; nas Trovas do Bandarra, sapateiro de Trancoso que, dentro da tradição mítica acreditava que o encoberto D. Sebastião seria o Imperador dos Últi-

[17] *História e antologia da literatura portuguesa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003, p. 35.
[18] João (21, 3–6).
[19] Pessoa (1994: p. 26).
[20] Daniel (7, 26–27).

mos Dias, vencedor das primeiras batalhas contra o Anticristo; e no milenarismo trinitário de Joaquim di Fiori. Entre 1647 e 1666, o Padre António Vieira escreve a *História do Futuro*,[21] obra que lhe valeu a condenação de herética e judaizante pelo tribunal da Inquisição, pois prometia o reino de Deus nesta vida, à maneira do messianismo judaico que aguarda a vinda do salvador.[22] A origem da condenação é o livro *Esperanças de Portugal*, parte da trilogia que inclui a *Clavis Prophetarum* e a *História do Futuro*. A obra previa a união de portugueses e judeus, o Reino de Mil Anos e o retorno triunfal dos judeus a Israel. Sua interpretação do capítulo 18 de Isaías demonstrava que Isaías profetizou não só a América, mas o Brasil. *"Assim, tu chamarás por uma nação que não conheces, sim, uma nação que não te conhece acorrerá a ti,"*[23] e o motivo fundamental para essa interpretação é uma outra profecia de Isaías, segundo a qual a redenção do povo de Israel só se daria depois da total dispersão desse povo na direção dos quatro ventos. *"Sim, da mesma maneira que os novos céus e a nova terra que estou para criar subsistirão na presença, assim subsistirá a vossa decência e o vosso nome."*[24]

Seguindo a tradição filosófica da história de Paulo Orósio, e por conseguinte a de Santo Agostinho, sua visão quinto imperial faz da história factual o palco da quase necessária eclosão do melhor possível divino na conversão universal e na consumação terrena do Reino de Deus.[25] De igual importância será o profeta Daniel, não só porque o livro das *Revelações* anuncia o Tempo do Fim, mas também porque esse tempo final será o advento da quinta monarquia durando mil anos de felicidade, posto que reino messiânico. *"Feliz quem esperar e alcançar mil trezentos e trinta e cinco dias. Quanto a ti, vai até o fim. Repousarás e te levantarás para tua parte da herança, no Tempo do Fim."*[26] O profeta Daniel anuncia o novo tempo como Reino de Deus e tempo do saber, quando o homem esquadrinhará a Terra na direção dos quatro ventos e será aberto o Livro dos Segredos do Mundo: *"Os ímpios agirão com perversidade, mas nenhum deles compreenderá, enquanto os sábios compreenderão."*[27] Contudo, o Padre Antônio Vieira tem como inspiração, ou iluminação, além dos profetas bíblicos, a sabedoria ou a profecia popular encontrada em Gonçalo Annes, o Bandarra.

"Ó Bandarra do amor! Bruxo da profecia!
Eu creio, como tu, em D. Sebastião!
Eu creio, como tu, no seu regresso! Eu creio!
Já seu perfil de encanto
Doira de etérea graça o nevoeiro
Dessa Manhã divina, prometida
Pelo canto do Povo e dos poetas."[28]

O sapateiro de Trancoso foi o elemento responsável pela transição e transmissão na esfera popular do messianismo, fluidamente viajante entre a cultura cristã e de cristãos novos. Assimilou diversos elementos de ambas as culturas para redigir suas Trovas. Bandarra é o grande mediador entre dois mundos: o cristão novo e o cristão velho, o oral e o escrito, o popular e o erudito.[29] Nas suas Trovas Bandarra fala sobre três temas: a sociedade e a hierarquia quebrada, a esperança de um novo mundo e a atribuição a um rei português a missão salvadora[30] e é este texto que circulou entre o povo português que tinha o sapateiro como profeta, assim como Antônio Vieira também o via.

---

[21] Vieira, António. *Livro anteprimeiro da história do futuro*. Edição de José Van Den Besselaar, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.

[22] Segundo o prefácio do padre Casnedi, a obra *História do futuro* está assim dividida: "Divide-se este estupendo volume do Reino de Cristo Senhor nosso, consumado sobre a terra. em três livros, como o declara o seu mesmo Autor no princípio da sua obra: No 1.º trata da natureza e qualidade do Reino de Cristo, Senhor nosso; no 2.º da consumação do mesmo Reino sobre a terra; no 3.º do tempo em que se há-de consumar e o tempo que deve durar depois da consumação." In: Vieira, António. *Clavis prophetarum*. Tradução de Francisco Sabino Álvares da Rocha Vieira, Códice da Biblioteca Nacional, nº. 1741.

[23] Isaías (55, 6).

[24] Isaías (66, 20).

[25] Borges (1995, pp. 70–71).

[26] Daniel (12, 12–13).

[27] Daniel (12, 10).

[28] Teixeira de Pascoaes citado por Ferreira-Mourão, David. *Portugal: a terra e o homem*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1979, p. 17.

[29] Hermann, Jacqueline. *No reino do desejado: A construção do sebastianismo em Portugal (séculos XVI e XVII)*. São Paulo: 1998, p. 41.

[30] Megiani, Ana Paula Torres. *O jovem rei encantado – Aspectos da construção e personificação do mito messiânico português*. Dissertação de mestrado apresentado à Faculdade de História da USP, São Paulo, 1995, pp. 30–31.

Bandarra é um dos grandes responsáveis pela sedimentação do sebastianismo em Portugal. Se tomar-mos João de Barros e sua novela de cavalaria, que escreve para a nobreza de uma forma erudita sobre o Portugal imperial e compararmos com Bandarra, que escreve trovas visando o povo de maneira simples sobre o desejado, verificamos que em ambos a estrutura mítica que forjará o sebastianismo é muito próxima. Devido a essa tão dispare forma de divulgar as idéias, o messianismo obteve enorme penetração em Portugal, por todos os estratos sociais. Descobrimento e escatologia se hibridizaram na cultura portuguesa. A consumação desse império vieirino se daria, como relatado nas profecias, em uma região recém descoberta e que carregasse características paradisíacas. Nesse sentido surge o Brasil como sede quinto imperial de Vieira. De maneira diferente Agostinho da Silva também vai associar o Brasil ao reino escatológico.

O Brasil tem papel de destaque no cenário escatológico português associado muitas vezes às próprias profecias bíblicas. Assim, as profecias de Daniel e de Isaías, cumpridas com a descoberta do Brasil são, segundo Vieira, fatos e provas da consumação da revelação e do tempo. O Brasil se torna a própria história consumada. O descobrimento e missionação do Brasil, bem como as conquistas portuguesas, e depois ibéricas, em geral, assumem em Vieira o estatuto de simultâneo cumprimento e revelação exegética das profecias escatológicas, inscrito na tensão para a iminente plenitude de um tempo histórico que, mais do que a razão humana, é o seu melhor "comentador" e intérprete. No Brasil emerge efectivamente não só um Novo Mundo, histórico-geográfico e cultural, mas o Novo Mundo da inédita totalidade divino-humano-cósmica, incarnação da superabundância e excesso da Graça crística sobre o pecado adâmico, realização do melhor possível sobre a terra a preludiar o Fim dos Tempos.[31]

O Quinto Império de Vieira é então um império religioso e espiritual governado pelo próprio Cristo, mas conduzido por D. Sebastião ao seu destino divinamente traçado, à um período de felicidade, paz e prosperidade. Conduziria a humanidade ao império perfeito, assim como Moisés conduziu o povo eleito de Israel. D. Sebastião é a própria incorporação do reino português. Para Vieira Portugal era o país eleito pelo descentramento que carregava em si e pela apropriação do infinito/universo[32] em sua trajetória histórica. Portanto o segredo que habitava no mundo e na história era de saber o quando e o onde a história se consumaria. Com as descobertas portuguesas associadas com o que diziam os profetas, o *quando* se daria a redenção ainda não se sabia, acreditaram-na próxima, pois o *onde* já estava encontrado, era no Novo Mundo, no Brasil, lugar mítico que já aparecia na mitologia céltica medieval.

O juízo do Padre Casnedi sobre a eficácia da exegese que Vieira fez dos Profetas, revelando o que neles se ocultava, é esta perfeita adesão ao seu pensamento: *"Parece, pois, justo que o Reino de Cristo, Senhor nosso, na terra, seja perfeitamente consumado antes da vinda do mesmo Senhor como Juiz. De sorte que disto se segue que, fundado nas profecias que ainda se não completaram e expondo-as literalmente, prognostique muitas cousas que hão-de acontecer na Igreja Militante, e conceba o Reino de Cristo, Senhor nosso, na terra tal qual pode convir ao mesmo Senhor, que há-de vir não como Redentor, mas como Juiz."*[33]

O Brasil fazia parte integrante do Oriente o qual compreendemos como amálgama oceânico. A *Hy Bressail*,[34] a *Ilha de Vera Cruz*, depois *Terra de Santa Cruz*[35] e por fim *Brasil* era o Oriente à oriente do Oriente. O Oriente se configurava como um símbolo ambivalente, ao mesmo tempo sede econômica e política de grandes impérios, como a China descrita nas viagens de Marco Polo e pela missão dos jesuítas, mas também sede imaginária do Paraíso Terrestre, preservado das águas do dilúvio e descrito no Gênesis como terra austral e oriental, cortada por quatro rios imensuráveis, rica em ouro e pedras preciosas, de temperatura sempre amena, numa primavera eterna, assim como o Brasil.

---

[31] Borges, Paulo. *Do finistérreo pensar*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.
[32] Borges (1995: p. 279).
[33] Vieira, Padre António. *Clavis prophetarum*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2000.
[34] O nome do país antes de ser Brasil já aparece na mitologia celta com várias grafias. O importante é perceber que nessas tradições essa terra está envolta de um geográfico maravilhoso.
[35] Ilha de Vera Cruz e Terra de Santa Cruz foram os nomes dados anteriormente ao nome Brasil.

O novo *ethos* para um novo homem em *Os lusíadas*

A escatologia entretanto, não é privilégio só de pessoas ligadas à igreja. A literatura também deu a sua fatia de futuro para a humanidade. Na cultura portuguesa de quinhentos a mais célebre obra literária também deu pistas do destino final do homem e do mundo. Em sua épica Luís de Camões conta-nos numa narrativa épica de viagem pelo menos duas histórias de Portugal. Uma delas a narração fundadora, pragmática, missionária, política e religiosa da nação, e uma outra é, parafraseando Vieira, uma história do futuro ou do regresso. Na perspectiva escatológica de *Os lusíadas* Camões, no Canto IX, propõe um novo *ethos* para o homem em que Portugal já aparece, ainda que na imprevisibilidade, vocacionado em levar a humanidade ao seu derradeiro destino. O poeta aponta no episódio da Ilha dos Amores para um reino de deleites, felicidades e sabedoria. No episódio da Ilha dos Amores Camões nos brinda com a possibilidade de um regresso, por merecimento ou destino, a um paraíso velado aos olhos de quem o procura. Camões aponta para a possibilidade de um reino divino-humano que não separa tempo e espaço. Esse reino só aparece quando/se inesperado. Não há rotas, não consta nos mapas. Só se atinge na imprevisibilidade e na instância do merecimento. Reino de deleites como o paraíso, arquétipo vivo na consciência lusa. A escatologia camoniana transparece quando os náutas de Portugal descobrem o mundo e por isso merecem esse reino edênico.

"Já trazia de longe no sentido
Para premio de quanto mal passaram,
Buscar-lhe algum deleite, algum descanso
No reino de Crystal líquido e manso."[36]

O espírito de profecia, já apontado em Joaquim da Fiori, aparece também no autor da épica. Camões acaba por profetizar no Canto IX a possibilidade, muito embora imprevisível, de um retorno ao paraíso. A imprevisibilidade é característica da Ilha dos Amores. Como pode ser previsível um reino, ou ilha, em que a relação espaço/tempo não existe. Ou melhor, um reino que existe fora do tempo e do espaço. Portanto, a ilha dos Amores é ao certo um lugar sem ter lugar. Ou seja, é um lugar de felicidade eterna a-temporal e extra-espacial, cujo o arquétipo e a imagem é a do paraíso. É a busca da plenitude no exercício da existência na experiência da eternidade. Não temer o imprevisível é ser candidato a Ilha dos Amores. A viagem é a via, pois ela é imprevisível e essencialmente mistérica. O messianismo implícito em Camões reside em que os descobrimentos portugueses e sua dilatação do mundo foram recompensados com o regresso, não à casa, não à Lisboa, mas à Ilha dos Amores, paraíso terrestre e interdito. A Ilha dos Amores, portanto, traz em si o referencial escatológico encontrado em Joaquim da Fiori.

Diferentemente ao que aconteceu no mito adâmico da queda, no canto X da epopéia de Camões, Vasco da Gama "come o fruto da árvore do conhecimento" ao receber da deusa a esfera que lhe deu a visão epopséica, a contemplação dos mistérios do mundo, a visão total. Epopsia é entendida como a visão divina da totalidade, dimensão, compreensão e conhecimento do todo, visão geral que capta tudo: a festa total dos sentidos. O capitão português, assim, ascende e contempla os segredos do mundo. Essa ascensão se dá no cume de um monte, símbolo da escala suprema do caminho e da procura de conhecimento, do qual Vasco da Gama contempla a Máquina do Mundo:

"Vês aqui a grande máquina do Mundo
Etérea e elemental, que fabricada
Assi foi do Saber, alto e profundo,
Que é sem princípio e meta limitada.
Quem cerca em derredor este rotundo
Globo e sua superfície tão limada,
É Deus; mas o que é Deus, ninguém o entende,
Que a tanto o engenho humano não se estende."[37]

No canto X do texto camoniano o Capitão Vasco da Gama se depara com a deusa Diana acompanhada das ninfas e vê uma esfera de Luz.

"Uniforme, perfeito, em si sostido,
Qual em fim o Archetypo, que o creou.
Vendo o Gama este globo, commovido,
De espanto e de desejo ali ficou.
Diz-lhe a deosa: O transumpto reduzido
Em pequeno volume aqui te dou
Do mundo aos olhos teus, para que vejas
Por onde vás e irás, e o que desejas."[38]

Essa esfera simboliza a epopsia, a mesma dos hesicastas e monges heremitas. Através da longa, imprevisível e aventureira peregrinação marítima na demanda de novas terras o capitão

[36] *Os lusíadas* IX, 19.
[37] *Os lusíadas* X, 80.
[38] *Os lusíadas* X, 78.

Gama experimenta uma dimensão ampliada de sua consciência. Em *Os lusíadas* temos a visão de feitos futuros descritos por uma ninfa,

"Cantava a bella deosa, que viriam
Do tejo pelo mar, que o Gama abrira
Armadas, que as ribeiras venceriam
Por onde o Oceano Indico suspira."[39]

E também temos a glória da expansão portuguesa no mundo,

"Vês Europa Christã, mais alta e clara,
(…) Olha essa terra toda, que se habita
Dessa gente sem lei, quasi infinita."[40]

Em Camões é perceptível observar um amálgama do enclausuramento do mundo pelos portugueses descobridores, exemplificado na figura do Capitão Gama, e da transcendência escatológica tributária das profecias e narrativas mitosimbólicas. Porém, uma das maiores aspirações do poema camoniano é que a história e a humanidade deixem de ser guiadas pela desarmonia e o egoísmo e passem a ser guiadas pelo Amor. Procura de amor e de conhecimento, na dialética do amor do conhecimento e do conhecimento do amor.

A língua portuguesa à solta.
O Quinto Império em Agostinho da Silva e Fernando Pessoa

Também no amor se assenta a visão quinto imperial de Agostinho da Silva, porém com uma ligação muito maior com a perspectiva do Padre Antônio Vieira e do poeta Fernando Pessoa. Segundo Agostinho da Silva, o Quinto Império seria constituído pelo Reino do Espírito Santo, portanto um reino espiritual, e assim, seria desenvolvido de maneira diversa que qualquer sistema de governo vigente com suas cláusulas, regras, e morais. Contudo, na sua visão, esse império seria governado por uma criança, ou seja, pela inocência primordial. Nessa matéria vemos o distanciamento de Agostinho da Silva do pensamento de Santo Agostinho quando este reflete sobre o nascimento das crianças e o estado de inocência *"nascido evidentemente muito pequeninos por causa do tamanho do útero, teriam sido logo a seguir, elevados por Deus à perfeição da idade adulta."*[41] Nada tem a ver o pensamento de Agostinho da Silva que preconiza a regressão do adulto em criança.

O Quinto Império de Agostinho da Silva remonta a uma situação cujo arquétipo é o paraíso, sem prisões, sem governo, sem casamentos, sem hospitais. Como as instituições sociais, e as opressões das leis adultas não fazem parte desse império espiritual acreditamos que Agostinho da Silva invoca uma reconquista do paraíso. Também no *Regresso ao Paraíso*[42] de Teixeira de Pascoaes deparamo-nos com a busca de um Deus Infante que forneça de novo a esperança do retorno à pátria outrora perdida, cujo motor de restabelecimento é o amor e a saudade, ou seja, uma mistura de passado e memória com vontade e sentimento.

O filósofo-poeta Agostinho da Silva faz parte da tradição a qual pensou e profetizou esse Império do Espírito Santo, no entanto difere em questões substanciais ao Quinto Império de Fiori, e o de Vieira. Agostinho não acredita nessa divisão postulada por Joaquim da Fiori diabolizando a santidade e dando-lhe períodos de reinações. São as três Idades de Fiori. Para o poeta-filósofo o Espírito Santo era a própria união do Pai e do Filho, na sua plenitude, paradoxalmente múltiplo, mas uno, cujo arquétipo é o eterno menino, do qual Fiori não faz menção. A criança como arquétipo da virgindade primordial a qual remonta a inocência paradisíaca, simboliza os próprios preceitos ou virtudes do cristianismo.

Tanto para Agostinho, quanto para Fernando Pessoa, a língua portuguesa cumpre um papel fundamental em suas escatologias. A língua portuguesa é a língua viajante, é a língua-poesia, logo, está na base da crença do professor Agostinho como fermento, forma e conteúdo deste Reino Espiritual.[43] O poeta dos heterônimos também faz concessão a um Quinto Império, mas o faz associando à língua portuguesa como essência desse Reino, onde o Imperador não é uma criança como concebida por Agostinho da Silva, mas um poeta, por isso esse império pessoano concebe-se com características oníricas, é a poesia livre, por isso mesmo vária, pois o homem é vário. Esta é uma característica patente em Pessoa "ser tudo, de todas as maneiras", é a vocação universalista do messianismo português, forte também em Agostinho da Silva.

Talvez ao associarmos a profética vieirina, em que o próprio Cristo reinará no Quinto Impé-

[39] *Os lusíadas* X, 10.
[40] *Os lusíadas* X, 92.
[41] Delumeau, Jean. *Uma história do Paraíso. O Jardim das Delícias*. Lisboa: Terramar, 1994, p. 251.
[42] Pascoaes, Teixeira. *Regresso ao paraíso*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1986.
[43] *Ibidem*, p. 315.

rio que virá, com a idéia de Agostinho da Silva, que afirma ser o Quinto Império possível, posto que governado por uma criança, então encontraremos a idéia de criança e Cristo na concepção filosófica-messiânica de Fernando Pessoa, sobretudo no que nos deixou de pensamento na voz de Alberto Caeiro. O Cristo de Caeiro é o Menino Jesus, ou seja, o Cristo Infante, o Cristo criança. Essa crença num Jesus menino, ou seja, o poeta à solta, é porque ele age como criança, filosofa, acredita no amor, na paz, na fraternidade e na força dos sentidos. Ao lermos o poema "O guardador de rebanhos"[44] verificamos o distanciamento da criança de Agostinho da Silva, a qual representa as virtudes do cristianismo, e o Cristo menino de Caeiro. *"Num meio-dia de fim de Primavera / tive um sonho como fotografia. Vi Jesus Cristo descer à terra. (…) Tinha fugido do céu. Era Nosso demais para fingir De Segunda pessoa da trindade."*[45] Observamos em seu Cristo menino um forte componente pagão.

Uma outra característica de Pessoa é o seu profundo crédito ao sebastianismo. Fernando Pessoa tem no sebastianismo um bastião arquetípico concebendo que cada alma lusa pode descobrir em si um D. Sebastião, o messias que ainda está por vir. Cada alma portuguesa é um D. Sebastião renascido poeticamente para a reconstrução do império lusitano.

Crise e escatologia: o último reduto do paraíso

No fim da Idade Média e no início da Idade Moderna vivia-se a relação entre crise e escatologia. A Europa estava mergulhada em crises de diversas ordens. Sucessivas ondas de fome, peste e guerras. Assim, se verificou o reaparecimento de muitos mitos salvíficos, além da silenciosa presença da imagem do paraíso. Esta situação de desajuste levou as populações a buscarem explicações e soluções para o sofrimento vivido dando espaço para os messianismos. O "descobrimento" e conquista da América em 1492 causou uma verdadeira revolução no imaginário europeu, a terra não se resumia mais às regiões da Europa, Ásia e África, este novo território engendrou especulações de ordem divina e escatológica acendendo em alguns a crença da chegada das profecias.

A imagem do paraíso surge como uma ligação direta com o passado como origem, isto é, com um passado que se conserva como perenemente presente. A imagem mítica da América, e em especial do Brasil, como paraíso terrestre está intimamente ligado a própria imagem da natureza, tanto real como simbólica. A nova localização reunia todas as características descritas no Éden: clima temperado, vegetação luxuriante, fauna exuberante, com muitas espécies desconhecidas e associáveis à mitologia paradisíaca, a aparente pureza de alma dos indígenas, os quatro rios do paraíso na América do Sul identificado pelos rios Orinoco, Amazonas, São Francisco e Prata apenas reforçavam a idéia da proximidade com as regiões paradisíacas.

No alvorecer do século XVI Colombo oferece aos reis católicos o relato de sua terceira viagem, em que assegura ter descoberto a localização do Paraíso Terrestre, graças às indicações dos autores antigos e do profeta Isaías. Numa carta aos reis, de 1501, e numa carta de 1502, ao papa, Cristóvão Colombo reafirma a descoberta do Paraíso, sente-se instrumento das profecias do abade Joaquim da Fiori e oferece os cálculos do tempo que resta até o Tempo do Fim: 155 anos.[46]

Em seu clássico *Visão do Paraíso* Sérgio Buarque de Holanda escreve: *"Colombo, sem dissuadir-se de que atingira pelo Ocidente as partes do Oriente, julgou-se em outro mundo ao avistar a costa do Pária, onde tudo lhe dizia estar o caminho do verdadeiro Paraíso Terreal. Ganha com isso o seu significado pleno aquela expressão "Novo Mundo" (…) para designar as terras descobertas. Novo não só porque ignorado, até então, das gentes da Europa (…), mas porque parecia o mundo renovar-se ali e regenerar-se, vestido de verde imutável, banhado numa perene primavera, alheio à variedade e aos rigores das estações, como se estivesse verdadeiramente restituído à glória dos dias da Criação."*[47]

Para Sérgio Buarque de Holanda, os portugueses não lançaram mão de toda a sua capacidade de edenizar em relação ao Brasil sobressaindo-se, neste caso, uma visão mais utilitarista e realista do que fantástica, o que não significa, contudo, que aquela capacidade não tenha sido ativada no imaginário luso.[48] Diários de bordo

[44] Pessoa (1994: p. 117).
[45] Pessoa (1994: pp. 124–125).
[46] Colombo, Cristóvão. *Diários da descoberta da América*. Porto Alegre: LP&M, p. 199.
[47] Holanda, Sérgio Buarque. *Visão do Paraíso*. São Paulo: Brasiliense, 1992, p. 204.
[48] *Ibidem*, pp. 8–14.

e cartas dos navegantes e dos evangelizadores não cessam de referir-se às novas terras falando da formosura de suas praias imensas, da grandeza e variedade de seus arvoredos e animais, da fertilidade de seu solo e da inocência de suas gentes que *"não lavram nem criam (…) e andam tais e tão rijos e tão nédios que o não somos nós tanto, com quanto trigo e legumes comemos. (…) Águas são muitas; infindas. E em tal maneira graciosa que, querendo-se aproveitar, dar-se-á nela tudo, por bem das águas que tem."*[49] O escrivão de Cabral assim se portou ao falar das gentes do Brasil: *"*(…) *Assim, Senhor, a inocência desta gente é tal que a de Adão não seria maior – com respeito ao pudor."*[50]

Quando se examinam relatos aparentemente descritivos, não se pode deixar de notar que certos lugares-comuns se encontram em todos eles. O Brasil é sempre descrito como imenso jardim perfeito: a vegetação é luxuriante e bela, as feras são dóceis e amigas, a temperatura é sempre amena, aqui reina a primavera eterna, o céu está perenemente estrelado, os mares são profundamente verdes, e as gentes vivem em estado de inocência. Esses são os sinais do paraíso terrestre reencontrado.

Essa produção mítica do *locus* do paraíso associa-se diretamente a identidade e grandeza do Brasil ao plano natural. Poderíamos agora exemplificar com toda uma vasta coleção de textos deixados por viajantes e missionários acerca da possibilidade, senão a própria localização do paraíso terrestre estar na Amazônia. No entanto gostaríamos de ressaltar que a imagem de abundância e felicidade só se dá diante da realidade de escassez e da decadência, a qual a Europa experimentava desde o final da Idade Média. Tendo em vista esse pressuposto e a realidade histórica da Amazônia após as primeiras investidas ainda no século XVI, o francês Claude d'Abbeville faz uma comparação bastante racional da diferença que há entre a Europa e a Amazônia brasileira em pleno século XVII, evocando, em detrimento de seu pré-racionalismo, imagens paradisíacas das terras brasileiras. *"No inverno a terra é estéril na Europa e no Brasil sempre fecunda; na Europa a terra é horrível no inverno, com a erva morta, as árvores desfolhadas, tudo seco. No Brasil é a verdura permanente, a terra está sempre adornada de belas plantas e de flores diversas e raras. Em suma, há no Brasil uma eterna primavera unida ao outono e ao verão. E uma tal suavidade de temperatura, que em qualquer época do ano as árvores têm folhas, flores e frutos, os quais dão tal perfume à atmosfera, que os campos são croceis holantes floribus horti."*[51]

Mas, apesar de toda uma visão ou pre-visão do paraíso estar localizado na América, no Brasil, na Amazônia, pela abordagem oferecida pela história teológica, elaborada pela ortodoxia cristã, isto é, a perspectiva providencialista da história, ou pelo milenarismo de Antônio Vieira e de Joaquim da Fiori, a partir do século XVII o imaginário edênico que acompanhava os navegantes, missionários e gente comum que deixavam os portos portugueses ou do resto da Europa foram paulatinamente perdendo sua força. No entanto a idéia-força do Quinto Império, nascida das profecias de Daniel, da reflexão e crença no Espírito Santo de Joaquim da Fiori, do novo *ethos* sugerido por Camões na Ilha dos Amores, do futuro parusiano de Antônio Vieira, não morreu com a descrença da existência de um paraíso terreal. A viagem simbólica como *caminho* nascido do racional e do mítico se transformou no arquétipo, juntamente com o paraíso, da busca e da (re)construção de um mundo perfeito manifestada nessas teses escatológicas cada uma reavaliando, a seu modo a questão, mas mantendo a crença simbólica no paraíso. Para Joaquim da Fiori haveria a Terceira Idade cujo imperador seria o próprio Espírito Santo, para Antônio Vieira o Quinto Império era religioso e espiritual onde o imperador seria o próprio Cristo. Porém a condução a esse império ficaria a cargo do rei de Portugal, ou seja acreditava que surgiria um rei português que conduziria a humanidade à esperança, missionária e libertária, assim como Moisés conduziu o povo eleito de Israel. Camões literaliza esse mundo perfeito na Ilha dos Amores, já para Fernando Pessoa esse reino nasce de uma atitude poética concebendo a língua portuguesa como fermento, forma e conteúdo desse reino, ou seja, governaria um imperador poeta empenhado em difundir a língua portuguesa pelo mundo como ligação do ante-

[49] Cortesão, Jaime. *A carta de Pero Vaz de Caminha*. São Paulo: Livraria Editora, 1943.
[50] *Ibidem.*
[51] D'Abbeville, Claude. *História das missões dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão e terras circunvizinhas.* Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/USP, 1975, p. 157.

rior ao futuro. Segundo Agostinho da Silva o Quinto Império teria lugar no Reino do Espírito Santo, tal comunidade seria religiosamente devota à santidade e à inocência, sem governo, sem economia, sem políticas, sem casamentos, tendo como imperador uma criança. Quer em Camões e a Ilha dos Amores, quer em Joaquim da Fiori e a Terceira Idade, quer em Vieira e quer em Agostinho da Silva o *locus* de seus reinos está num algures, não visível à priori, por isso interdito. Ou seja, para nós trata-se de uma utilização arquetípica do paraíso. Portanto, a idéia de Quinto Império está relacionada com a idéia do *religare*. Portugal na tônica desses pensadores torna-se o próprio arquétipo do Quinto Império, ou seja um modelo a se seguir.

Portugal viveu a mescla entre a crença no invisível e a angústia em desvendá-lo. Imagens de um passado vivido no presente e projetado no futuro, ou de um passado vivido no futuro e projetado no presente. Essas imagens com feição e cheiro de contradição, de paradoxo, começou a se intensificar com as viagens de descobrimento.

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 149–158

AS VIAGENS E OS VIAJANTES PARA OS PORTOS DA LUSOFONIA

por FERNANDO CRISTÓVÃO
(Universidade Clássica de Lisboa)

A viagem rumo à Lusofonia tem sido longa de séculos, feita de muitas viagens, viajantes, momentos de euforia e disforia, em processo de maturação permanente.

Construção moderna, a lusofonia mergulha as suas raízes mais profundas nos Descobrimentos portugueses e no diálogo étnico de cultura miscegenada, que a aventura dos mares possibilitou.

Diversificados foram os seus viajantes-protagonistas, como diversificados foram os ancoradouros aonde aportaram, as gentes que se misturaram com os "lusos" e estabeleceram, através de uma língua comum, a convivência que modernamente se estrutura de maneira cada vez mais abrangente.

1 – A rota das naus

Desde cedo que o rumo das naus foi traçado, quer pelas treze razões apresentadas pelo Rei D. Duarte de que a primeira é o "serviço de Nosso Senhor Deus" e pelas "cinco razões por que o Senhor Infante (D. Henrique) foi movido" para a aventura dos mares, segundo Zurara na *Crónica dos Feitos da Guiné*: "mandou ele contra aquelas partes seus navios, por haver de tudo manifesta certidão (…) que se poderiam para este reino trazer muitas mercadorias, que se haveriam de bom mercado (…) querer saber o poder do seu inimigo (…) saber se se achavam em aquelas partes alguns princípes cristãos (…) acrescentar em a santa fé de Nosso Senhor Jesus Cristo e trazer a ela as almas que se quisessem salvar".[1]

De forma poética foi assim que Fernando Pessoa traduziu este empreendimento: "Esta é a primeira nau que parte para as Índias Espirituais buscando-lhes o Caminho Marítimo. Através dos nevoeiros da Alma que os desvios, erros e atrasos da actual civilização lhe ergueram".[2]

Foi a partir deste projecto e sonho que os portugueses iniciaram a longa viagem dos Descobrimentos durante o qual, provados pelas tempestades e bonanças, ambições e desfalecimentos, pela hybris conquistadora e martírios de corpo e alma, fé e dúvidas, temperaram o carácter e conseguiram levar a sua teimosa persistência até ao êxito, com a flexibilidade e capacidade de adaptação próprias da "aventura e rotina".

Era a nossa vocação marítima que nos impelia para o mar, por isso o romancista Vergílio Ferreira afirmou em discurso de agradecimento pelo prémio da Europália em 1991: "a alma do meu país teve o tamanho do mundo (…), uma língua é o lugar donde se vê o mundo, e em que se tratam os limites do nosso pensar e sentir. Da minha língua vê-se o mar. Da minha língua vê-se o seu rumor, como da dos outros se ouvirá o da floresta ou o silêncio do deserto. Por isso a voz do mar foi a nossa inquietação."

Assim, os navegadores portugueses desde muito cedo se aventuraram ao oceano desconhecido.

Se nos é permitido um breve excurso cronológico dos séculos XV e XVI[3], ficará mais claro o significado das viagens e da expansão da língua, até à moderna Lusofonia.

Tudo começou com a viagem para a conquista de Ceuta (1415), tendo-se-lhe seguido as viagens para Porto Santo e Madeira (1418–1419), às Caná-

[1] Gomes Eanes de Zurara, *Crónica dos Feitos da Guiné*, ed. De Torquato Sousa Soares, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1978 [1453].
[2] Teresa Rita Lopes, *Pessoa Inédito*, Lisboa, Horizonte, 1993.
[3] Síntese extraída principalmente de Luís Filipe Barreto, *Portugal Pioneiro do Diálogo Norte/Sul,* Lisboa, INCM, 1988.

rias e aos Açores (1424–1427). Os incansáveis nautas dobraram depois o Cabo Bojador (1434), e o Cabo Branco (1441), chegaram a Cabo Verde, à Costa da Guiné (1444–1445), às Ilhas de Fernando Pó, S. Tomé e Príncipe, Ano Bom (1471), a S. Jorge da Mina, Cabo Lobo (1482), ao Rio Zaire, Congo, Angola, Benguela (1482–1485), ao Benim (1484), ao Cabo Negro (1485), procuraram o Prestes João, penetraram no interior de África e dobraram o Cabo da Boa Esperança (1487), descobriram a península do Labrador (1492), Vasco da Gama fez a primeira viagem à Índia (1497), aportaram a Moçambique (1498), descobriram a Flórida (1497–1499), chegaram ao Brasil e à Terra Nova (1500–1501), a Samatra e Malaca (1509), à China (1511–1512), a Timor (1514), construíram a fortaleza de Ceilão (1518), empreenderam a primeira viagem à volta do globo (1519), alcançaram as costas da Califórnia (1542), entraram no Japão (1542–1543).

Por aqui se pode ver a razão que assistiu a Camões para dizer em *Os Lusíadas* que Vasco da Gama teve acesso aos recônditos conhecimentos encerrados na famosa e misteriosa "Máquina do Mundo" que foi, desde a Antiguidade, um dos enigmas mais estudados pela Astrologia e Astronomia, pois nela se encerravam alguns desígnios de Deus e muitos segredos do Universo:

> Vês aqui a grande máquina do Mundo,
> Etérea e elemental, que fabricada
> Assi foi do Saber, alto e profundo,
> Que é sem princípio e meta limitada.
> Quem cerca em derredor este rotundo
> Globo e sua superfície tão limada,
> É Deus: mas o que é Deus ninguém o entende,
> Que a tanto o engenho humano não se estende.
> (X/80)

Para tal, cometeram-se feitos nobres e inúmeras crueldades, e também os nautas foram cruelmente castigados, conhecendo tanto os heroísmos de Albuquerque ou Pacheco Pereira, como as desditas trágicas de Manuel de Sousa Sepúlveda e a morte infamante de sua mulher.

> Olhai que ledos vão, por várias vias,
> Quais rompantes liões e bravos touros,
> Dando os corpos a fomes e vigias,
> A ferro, a fogo, a setas e pelouros,
> A quentes regiões, a plagas frias,
> A golpes de Idólatras e de Mouros,
> A perigos incógnitos do mundo,
> A naufrágios, a peixes, ao profundo.
> (X/147)

É sobre este mapeamento das navegações lusitanas que é possível entender-se o "porquê" e o "como" da união de países e regiões que irão formar a Lusofonia, com tudo o que ela significa de lugares, amores, ódios, solidariedades baseadas numa forma de relacionamento que, especialmente para o Brasil, Gilberto Freire chamou luso-tropicalismo e que em outros modos e contextos, algo afins, vigorou também na África e Oriente.

Fundo antropológico que, mesmo com o pecado universal do racismo o foi menos, como o reconheceu o crítico implacável da colonização portuguesa Charles Boxer: "can truthfully be said is that in this respect they were usually more liberal in pratice, than were their Dutch, English and French sucessors".[4]

2 – Os viajantes

São bem conhecidos os principais protagonistas dessas viagens: Gil Eanes, Diogo Cão, Vasco da Gama, Pedro Álvares Cabral, Afonso de Albuquerque, S. Francisco Xavier, Fernão Mendes Pinto…

Mas não iam sozinhos, levavam consigo três outros viajantes que os ultrapassaram em longevidade, importância e eficácia: a língua, a cultura, a religião, sendo destes três o mais importante a língua, até porque serviu de intérprete e companheiro permanente aos outros dois.

*A **língua*** que os navegadores portugueses transportaram era a portuguesa, que no início das aventuras dos mares já se tinha separado da convivência irmã da galega, e evoluía em rumo próprio, dando e recebendo, assumindo aquela função que Nebrija atribuía ao castelhano, a de "companheira do império".

Assim o entendia também o nosso primeiro gramático Fernão de Oliveira que na sua *Gramática de Linguagem Portuguesa* tanto se empenhava em fixar e valorizar a língua portuguesa, como em prepará-la para ser divulgada em outros povos: "Porque Grécia e Roma só por

[4] Charles Boxer, *Four Centuries of Portuguese Expansion: a Succint Survey 1415–1825*, Johannesbourg, 1961.

isto ainda vivem, porque quando senhoreavam o Mundo mandaram a todas as gentes a eles sujeitas aprender suas línguas e em elas escreviam muitas boas doutrinas".[5]

Por isso não tolerava que Portugal independente ainda estivesse demasiado sujeito à tradição das línguas clássicas – o latim era de uso corrente – , pois era preciso emancipar-se "desta feição nos obrigam a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu, esquecendo-nos do nosso, que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné que sejamos ensinados de Roma (…) não trabalhemos em língua estrangeira, mas apuremos a nossa com boas doutrinas que a possamos ensinar a muitas outras gentes".[6]

Doutro modo, à medida que as caravelas viajavam pela costa de África, Brasil e Oriente, o uso da língua como companheira do império não só se consolidava mas entrava também em rivalidade com a língua do navegador castelhano, uma emulação regida por um outro imaginário Tratado de Tordesilhas.

Pêro de Magalhães de Gândavo, que viveu na passagem do século XVI para o XVII, bem o entendeu, pois não se limitou a escrever regras de ortografia do português, mas acrescentou-lhe um "Diálogo que adiante se segue em defensam da mesma língua" em que Petrónio (português) demonstra a Falêncio (castelhano): "esta nossa portuguesa língua de que todos praguejais sendo ela em si tão grave e tão excelente, assi na prosa como no verso que só a latina pode nesta parte fazer vantagem. Quisera logo então, como sabeis, provar-vos esta verdade e mostrar-vos per razões claras quanto esta nossa excede a vossa".[7]

Difundiu-se, em consequência, por todo o mundo a língua portuguesa, umas vezes falada correctamente, outras sob a forma de dialectos, crioulos e pidgins.

Sobre essa extraordinária viagem da língua que chegou à situação de língua franca na Ásia e lugares vários de África, não poucos especialistas, tais como David Lopes, Mons. Sebastião Dalgado, Visconde de Santarém, George le Gentil, Alexandre Hamilton, Buchanan, Marius Valkhoff, Sebeock… a têm inventariado.

Deles nos basta citar as afirmações de dois, nos anos de quinhentos.

Referindo-se ao papel do português enriquecendo vocabularmente inúmeras línguas asiáticas e compondo gramáticas e dicionários, diz le Gentil, citando Dalgado: "Leur vocation a fourni un grand nombre de termes. Mgr. Dalgado en a dressé le compte exact, aux langues des familles aryenne, dravidique, indo-chinoise, malaio-polynésique. De cette action qui s'est prolongée plus longtemps que leur hégémonie, il reste des traces dans l'arabe, le japonais, l'indo-anglais, l'indo-français, l'anglo-chinois. C'est aux portugais, d'autre part, que nous devons les premières grammaires, les premiers dictionnaires des langues indigènes (tamoul, concani, bengale, cinghalais, annamite, etc.). On les verra même au Brésil, transformer la «língua geral» (le tupi-guarani) en instrument de propagande."[8]

Por sua vez, Sebeock, pôs em evidência a criação de pidgins e crioulos: "the portugese were the first Europeans in sub-Saharan Africa, South Ásia, The East Indies, and the Western Pacific. They carried features of European culture, not the least of wich was the Portuguese language, wich had an influence on the entire south and west Pacific area by Spawning the pidgin that saved as lingua franca for a long period of time, surviving Portugese military and political influence. The Dutch, two centuries later, were still using Portuguese pidgin to communicate their commercial needs (…). A lasting influence of Portuges is apparent in the pidgins of Oceania, still found today in places the portugese left long ago."[9]

Foi a língua companheira do império, mas "à portuguesa". Quer isto significar que a sua difusão não foi tão rígida e imperativa como o podia parecer.

Com efeito, no Brasil, a língua portuguesa não só conviveu com a "língua geral" dos índios (tupi-guarani), como foi por esta vencida, a ponto de o Marquês de Pombal em 1757 e 1758 ter de tomar medidas drásticas proibindo o seu ensino e obrigando ao ensino do português em todo o Brasil. Com a expulsão dos jesuítas, em 1759, que a falavam e ensinavam em seus colégios

---

[5] Fernão de Oliveira, *Gramática da Lingoagem Portuguesa*, Lisboa, INCM, 1975 (1536).
[6] Ibidem, p. 45.
[7] Pêro de Magalhães de Gândavo, *Regras que Ensinam a Maneira de Escrever e a Ortografia da Língua Portuguesa*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1981 (1574).
[8] George le Gentil, *Littérature Française*, Paris, 1935, p. 56.
[9] Thomas A. Sebeok, *Linguistics in Oceania,* vol. VIII, Den Haag, 1971, pp. 940–941.

(públicos e gratuitos), o português passou a ser a principal língua do Brasil.

Desta situação é muito significativa a atitude de Anchieta que não escreveu qualquer gramática de português mas sim uma de tupi-guarani assim intitulada: *Arte de Gramática da Língua Mais Usada na Costa do Brasil*, copiada várias vezes à mão, e publicada em Coimbra em 1595.

Situação semelhante ocorreu nas colónias de África, nomeadamente em Angola, onde o General Norton de Matos, quando foi governador de Angola, teve de tomar atitude semelhante à de Pombal, ordenando o apagamento das línguas regionais e substituindo-as pelo português, através do Decreto nº 77, em 1921, onde se declarava ser "obrigatório" em qualquer missão, o ensino da língua portuguesa (artigo 1.3) sendo vedado o ensino de qualquer língua estrangeira e "não sendo permitido ensinar nas escolas das missões línguas indígenas" (artigo 2), não sendo também permitidas nos livros de ensino religioso (artigo 3), concedendo-se nestas apenas a possibilidade de uma versão paralela.

Aliás, este imperialismo linguístico que era igualmente praticado pelas outras potências coloniais, vinha sobretudo da Revolução Francesa, em que o ideólogo da Revolução, o Abbé Grégoire em vários documentos, entre os quais o "Rapport sur l'usage de la langue française, pour les inscriptions", obrigava ao uso do francês proibindo o latim, e na lei de Prairial, 4 juin, inseria um relatório à Assembleia "Sur le moyen de faire disparaître de France les patois et les idiomes et de faire du français la langue de toute la nation", política esta que, dado o grande prestígio da Revolução Francesa, se tornou o modelo a seguir. Maximamente, depois da Conferência de Berlim de 1848 e até quase aos nossos dias, em que o multiculturalismo moderno exige também o multilinguismo.

Em todo este processo a tolerância e coexistência linguística observada em todas as colónias portuguesas permitiu um prolongamento ou fixação da memória colectiva dos diversos povos, através dos seus veículos privilegiados, as chamadas línguas indígenas.

A língua portuguesa foi, sem dúvida, companheira do império, mas partilhando a companhia.

Miscegenação, cultura e religião

Sobretudo quando os viajantes são marinheiros de longas viagens o contacto com as mulheres nativas dava aso a toda a espécie de uniões e casamentos, de larga população mestiça.

Assim aconteceu, especialmente, no Brasil.

Gilberto Freire no seu famoso estudo sobre a colonização portuguesa do Brasil –*Casa Grande e Senzala*, de 1933–, chamou a atenção para a conjunção da grande escassez da população portuguesa (segundo Rebelo da Silva[10], no século XV não ultrapassaria 1.010.000 habitantes), com a sua extrema mobilidade e miscibilidade: uma mobilidade espantosa. O domínio imperial realizado por um número quase ridículo de europeus correndo de uma para outra das quatro partes do mundo então conhecido. Como num formidável jogo dos quatro cantos "(…) a miscibilidade, mais do que a mobilidade foi o processo pelo qual os portugueses compensaram-se da deficiência em massa ou volume humano para a colonização em larga escala e sobre áreas extensíssimas".[11]

Outros casos notáveis foram sobretudo os de Cabo Verde e de Goa.

Neste território da Índia, durante a colonização portuguesa, foi particularmente relevante a iniciativa de Afonso de Albuquerque na promoção de uma política de casamentos de que se originaria não propriamente uma população extensa mas um elevado nível de aproximação social ultrapassando muito o ancestral regime das castas.

Outros viajantes invisíveis nas caravelas foram a cultura portuguesa e europeia, bem como a religião cristã

Foi, sem dúvida, através das viagens de portugueses e espanhóis que chegou aos quatro cantos do mundo uma visão humanista, técnica, científica e religiosa do melhor que a Europa possuía.

Porém, através de diferentes políticas dos países ibéricos.

Diferentemente de Espanha que, logo no século XVI, abriu universidades no México e no Perú, Portugal seguiu outra política no Brasil, cuja população era muito reduzida.

[10] Rebelo da Silva, *Memória sobre a População e Agricultura de Portugal desde a Fundação da Monarquia até 1885*, Lisboa, 1868.

[11] Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala*, 22ª edição, Rio, J. O., 1983, p. 9.

Segundo Corrêa da Serra, em 1798, essa população seria de 2.300.000; para Adriano Babbi, rondaria os 3.817.000.[12]

Consistia essa política em trazer para a Universidade de Coimbra[13] os jovens intelectuais: no século XVI, foram treze os estudantes, no século XVII, 354, no século XVIII, 1753, decrescendo o número com a independência, até porque, com a deslocação da Corte para o Rio de Janeiro, em 1808, foram criados nessa capital estudos superiores.

Mas, nem por isso, a ausência de imprensa ou da universidade impediu a criação de uma elite intelectual e o florescimento de estudos literários e humanísticos em Minas Gerais. Aí atingiu grande nível a poesia com a chamada "plêiade mineira" que tanto cultivava as letras clássicas como se interessava pelas novidades da Revolução Francesa. E com o florescimento das letras seguiu de paralelo o das artes nos seus vários registos clássico, barroco, arcádico, até ao romântico da Independência desde a arquitectura e escultura às artes decorativas, de que o Aleijadinho é o representante maior.[14]

Em paralelo, do outro lado do império, em Goa em outros pequenos territórios da Índia, também se evidenciaram as letras e as artes.

Ao ponto de se poder falar de uma literatura indo-portuguesa[15], e também da influência da mitologia hindu[16] na literatura da metrópole.

Do mesmo modo, foram de grande brilho as diversas formas de arte ali desenvolvidas, desde a arquitectura, escultura e pintura às artes decorativas de carácter indo-português.

Diferente também foi a política seguida no Brasil e no Oriente quanto à "famosa arte de imprimissão":

Ao mesmo tempo que não era promovida ou era reprimida no Brasil (até 1808) era incentivada e consolidada no Oriente, pela mesma organização religiosa, a Companhia de Jesus, presente num e noutro continente.

Aliás, dum modo geral, se poderá dizer que, a Ocidente, Portugal promovia sobretudo as letras e as artes, e a Oriente as ciências e as técnicas.

Segundo Américo Cortez Pinto[17], foi na Abissínia que primeiro os portugueses introduziram os caracteres tipográficos, em 1515, na Índia em 1557, na China e em Macau em 1588, pela mão dos jesuítas.

Em Rachol na Índia, já em 1632 se imprimiu a explicação da *Doutrina Christã Coligida do Cardeal Bellarmino e outros Authores*.

E não só se publicava em latim, mas também nas línguas regionais: tamil, canarim, famuel, abexim, concani, brâmane.

Viajou a tipografia também para o Japão com os jovens, quatro príncipes japoneses que vieram à Europa e a Lisboa em 1590 e que no regresso levaram uma tipografia de caracteres móveis acompanhada de dois jesuítas tipógrafos. Como não se conheciam no Ocidente caracteres tipográficos japoneses, foram também os jesuítas que procederam à sua fundição e ensinaram o modo de a realizar. Nagasaki e Amacusa tiveram livros impressos em 1598. Das técnicas que viajaram para o Japão[18] e a Ásia, a mais famosa foi a das armas de fogo, em 1543, em Tanegaxima, que passou a produzi-las, e possibilitaram a unificação do Japão que assim entrou na Era Moderna.

Mas não viajaram só as armas, também a medicina ocidental pela mão do mercador Luís de Almeida que depois de ser jesuíta construiu e geriu, em 1557, um hospital em Oika, principalmente para o combate á lepra.

Os jesuítas dedicaram-se também ao ensino da medicina ocidental, salientando-se nessa tarefa o P.e Cristóvão Ferreira, tendo sido editadas várias obras científicas nas áreas da medicina, astronomia, cartografia, etc.

Também foi relevante o número de escolas fundadas, e a influência na música (introdução, p.e., da harpa e da flauta), na ourivesaria e na pintura. Desta são notáveis os 60 biombos namban-byoba, do princípio do século XVII, com motivos portugueses e europeus.

Na China é de relevar, especialmente, a viagem dos conhecimentos astrológicos e astronó-

---

[12] Altiva P. Balhana, "Composição da População", in *Dicionário da Colonização Portuguesa*, Lisboa, Verbo, 1994, p. 650.

[13] Francisco de Morais, "Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil", in *Brasília*, nº 4 suplemento, 1949.

[14] Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, 7 volumes, S. Paulo, Cultrix, 1976–1978.

[15] Vimola Devi e Manuel de Seabra, *A Literatura Indo-Portuguesa,* Lisboa, Junta de Investigação do Ultramar, 1971.

[16] Selma de Vieira Velho, *A Influência da Mitologia Hindu na Literatura Portuguesa dos Séculos XVI e XVII*, Macau, ICM, 1988.

[17] Américo Cortez Pinto, *Da Famosa Arte da Imprimissão*, Lisboa, Ulisseia, 1948.

[18] Kiichi Matsuda, *The Relation Between Portugal and Japan*, Lisboa, 1965.

micos que levaram consigo os "jesuítas astrónomos" que se instalaram na Corte Imperial de Pequim, por terem mostrado a superioridade dos conhecimentos e da matemática ocidentais, sobre os conhecimentos dos sábios chineses. Conhecimentos que eles desejavam o mais exactos possível, pois toda a sua vida social era regida pela conjugação dos astros e outros fenómenos meteorológicos.

Com os padres Ricci, Adão Schall, uma plêiade de jesuítas portugueses dentre os quais se destacava Gabriel de Magalhães, "Presidente do Tribunal das Matemáticas", levaram as ciências ocidentais ao Celeste Império, adquirindo através delas crédito suficiente para pregarem o Cristianismo, de tal modo que o Padre Verbiest assim resumia a situação: "A religião cristã (…) pela Astronomia foi introduzida na China; pela Astronomia se tem conservado, pela Astronomia foi sempre chamada do desterro a que por vezes a condenaram, e restituída com honras à primeira dignidade."[19]

Nestas viagens, sobretudo por regiões exóticas e orientais, a natural curiosidade e iniciativa do tipo pequeno comércio, ou de curiosidade dos nautas, leva-os a permutarem entre Portugal e os países visitados, toda a espécie de coisas transaccionáveis, ou mesmo bugigangas independentes do grande comércio, sem excluir plantas, animais e alguns "selvagens" habitantes, que maravilhavam as populações da Metrópole.

Gilberto Freire, referindo-se ao Brasil, assim resume algumas dessas permutas: "Resta-nos salientar o fato, de grande significação na história social da família brasileira, de ter sido o Brasil descoberto e colonizado (…) na época em que os portugueses senhores de numerosas terras na Ásia e África, haviam-se apoderado de uma rica variedade de valores tropicais. Alguns inadaptáveis à Europa. Mas todos produtos de finas, opulentas e velhas civilizações asiáticas e africanas. Desses produtos o Brasil foi talvez a parte do império lusitano que, graças às suas condições sociais e do clima, largamente se aproveitou: o chapéu-de-sol, o palanquim, o leque, a bengala, a colcha de seda, a telha à moda sino-japonesa, o telhado das casas caído para os lados e recurvado nas pontas em cornos de lua, a porcelana da China e a louça da Índia. Plantas, especiarias, animais, quitutes. O coqueiro, a jaqueira, a mangueira, a canela, a fruta-pão, móveis da Índia e da China."[20]

Da viagem das plantas se ocupou especialmente Mendes Fernão, historiando o trânsito de plantas idas de Portugal relativas sobretudo à alimentação dos marinheiros em viagem e sua reprodução depois dela. Plantas de origem americana "como o abacate, a mandioca, o amendoim, o ananás, feijoeiro, milho, tabaco, tomate, batata doce. Plantas originárias do Oriente (arroz, banana, coqueiro, especiarias…); plantas originárias de África (cafeeiro, inhame, palmeira…).

Da disseminação destas plantas foram os navegadores ibéricos os grandes obreiros. Permutas estas que permitiriam o descobrimento e bem-estar de muitos povos.

De tal modo importante esse transitar que o Conde de Ficalho e Gourot foram de opinião de que "o sucesso das plantas americanas foi tal que a raça negra morreria hoje de fome sem a mandioca e o milho".

Estas "dádivas" à África, do milho, mandioca, batata-doce e outras plantas de origem americana, que tanto contribuíram para o desenvolvimento do continente, foram como que uma compensação da mão de obra escrava que, compulsivamente, foi levada deste continente e constituiu uma das bases do desenvolvimento agrícola da América, nos séculos XVI a XIX.

Se admitirmos, porém, que os africanos destas terras, se serviam da flora espontânea e de um número não muito elevado de plantas introduzidas e já adaptadas, talvez se compreenda melhor a influência que, esta parte de África recebeu no seu desenvolvimento, onde os portugueses foram sem dúvida, os primeiros europeus a chegar (…) recentemente De Wildeman quando ao dedicar a sua atenção ao estudo das plantas cultivadas no então Congo Belga, verificou que, num conjunto de 500 plantas mais utilizadas, 484 foram introduzidas, das quais 377 do Oriente e 107 provenientes do continente americano, e só encontrou 16 plantas integradas naquele grupo que eram originárias, indiscutivelmente, de África".[21]

Mas o relacionamento com a África não foi só de natureza material, também foi de cultura.

---

[19] Francisco Rodrigues, *Jesuítas Portugueses Astrónomos na China*, Macau, ICM, 1990, p. 9.

[20] Gilberto Freire, *Casa Grande e Senzala*, 22ª ed., Rio de Janeiro, J. O., 1983, p. 259.

[21] José E. Mendes Ferrão, *A Aventura das Plantas dos Descobrimentos Portugueses*, Lisboa, IICT, 1992, p. 11.

Com a particularidade significativa de não serem só os portugueses a permutarem valores. Também outros, de outras terras descobertas, como os brasileiros, influenciando escritores africanos, indirectamente, através de publicações como o *Almanach das Lembranças Luso-Brasileiro* ou, directamente, pela obra de sociólogos, poetas ou romancistas como Gilberto Freire, Manuel Bandeira ou Jorge Amado.

Quanto à viagem da religião cristã

Como afirmou Zurara na *Crónica dos Feitos da Guiné,* uma das razões do Infante D. Henrique para a expansão era a da dilatação da fé cristã, pelo que nas naus viajavam sempre missionários que se estabeleceriam nas terras descobertas ou conquistadas, evangelizando segundo um modo próprio da maneira dos portugueses se instalarem nas novas terras: à volta da presença militar e das relações comerciais em vez de persusasões e acções autoritárias de proclamação directa[22], mas, de harmonia com o "direito do Padroado". Segundo esse acordo entre o Estado e a Igreja portuguesa, o Rei tinha o direito de aprovar os "benefícios" eclesiásticos, incluindo a nomeação de bispos, e a Igreja o direito a que a Coroa procedesse à construção, manutenção e sustentação dos missionários.

Deste modo, a criação de novas cristandades foi acompanhada pela criação de dioceses, o que, por si só, representava uma situação de autonomia e gestão locais em relação à missionação dependente da Metrópole.

No início, foi à diocese do Funchal, criada em 1514, que coube a jurisdição sobre todas as ilhas e territórios descobertos ou conquistados, tornando-se durante algum tempo a maior diocese do mundo, estendendo a sua tutela ao Brasil, África, Índia e outras terras do Oriente.

A primeira das novas dioceses criadas foi a de Ceuta, donde partira a invasão muçulmana da Península e por onde agora se iniciava a "réplica" (1421), Goa (1532), Bahia (1551), Etiópia (1555), Malaca (1558), Japão (1588), Pequim (1690).

Na evangelização de tão grande parte do globo alguns desses missionários podem ser tomados como verdadeiros símbolos da cristianização de vários continentes.

No Brasil, os jesuítas, nomeadamente o padre José de Anchieta, evangelizaram os índios e entre outras obras, deram início à povoação que viria a ser a grande cidade de S. Paulo, e também se notabilizaram os franciscanos, especialmente frei Cristóvão da Silva, notável naturalista e grande opositor à escravatura.[23]

Na África, é de relevar o facto simbólico da escolha de um negro para o episcopado, sendo sagrado bispo D. Henrique, filho do rei do Congo, em 1521.[24] Num continente tão carecido, notabilizaram-se várias ordens religiosas masculinas, e femininas, na formação das populações ensinando artes e ofícios e construindo hospitais e prestando assistência, especialmente a leprosos, doentes da malária, doença do sono, etc.

Na Índia, "a Goa dourada" transformou-se na "Roma do Oriente", difundindo o cristianismo e tornando-se o maior centro de peregrinações do Oriente pelo culto a S. Francisco Xavier. Emblemática também a figura do mártir S. João de Brito (em 1693) que inovou e aculturou os métodos de apostolado, evangelizando os párias.

Mas, sem dúvida, a grande figura de missionário é Francisco Xavier que chegou a Goa em 1542 e estendeu a sua acção a outras regiões: Costa da Pescaria, Malaca, Molucas, Japão, só não entrando na China por entraves que lhe moveram e a morte que lhe sobreveio.

Na China, foi particularmente relevante a acção dos missionários que, sob a égide da já referida ciência astronómica, evangelizaram sobretudo os intelectuais, tendo vencido, em momentos de perseguição, e nos tribunais, as ofensivas dos "Regentes Tártaros". Em 1669 foi-lhes passado solene documento em chinês e latim, reconhecendo a liberdade de evangelizar.[25]

Da cristandade do Japão[26] é significativo que a sua projecção tenha sido tal que deu origem ao "século cristão", iniciado por Francisco Xavier e que, após a conversão dos daimios de Omura

[22] Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portuga*l, Ed. revista e actualizada, Lisboa, Europa-América, 1994, pp. 137–140.

[23] Arlindo Rubert, *A Igreja no Brasil*, Santa Maria, Pallotti, 1981.

[24] Fortunato de Almeida*, História da Igreja em Portugal,* Nova Edição, Porto, Civilização, II vol., 1968.

[25] Horácio Peixoto de Araújo, *Os Jesuítas no Império da China*, Macau, Ipar, 2000.

[26] Roberto Carneiro e Teodoro de Matos (coord.), *O Século Cristão no Japão*, Lisboa, UCP, 1994.

e Arima, e da embaixada dos quatro Príncipes à Europa, atingiu elevado número de convertidos, quase meio milhão.

Seguiram-se depois as perseguições, com numerosos mártires, cerca de 205, especialmente em Nagasáqui.

3 – Os portos/países de desembarque

Toda esta viagem de epopeia teve desembarques em variados continentes. Durante mais de quatrocentos anos deles deriva uma convivência, ora pacífica ora conflituosa, mas que se saldou positivamente.

Através de acções conduzidas segundo mentalidade e processos que variaram conforme os séculos, houve um enraizamento solidário, miscegenação, desenvolvimento, permuta cultural, acção catequético-civilizacional, apesar de alguns comportamentos negativos como os da escravatura, do racismo que, embora menor que o de outras potências colonizadoras não deixou de o ser, destruição ou minimização de valores locais, abusos na extracção de recursos.

Criou-se, assim, um fundo cultural comum de empatia e de solidariedade que persistiu em sete portos principais de desembarque, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, S. Tomé e Príncipe, Timor. Daí vieram a formar-se nações independentes, seguindo o seu próprio rumo, e regiões (Galiza, Casamansa, Goa e outros pequenos territórios asiáticos, Macau) integradas em outros países de outras culturas, que não esqueceram laços linguísticos, culturais, patrimoniais que as associam ao grupo dos países lusófonos.

A Lusofonia não é, pois, uma criação artificial decidida por qualquer tratado, é o ponto de chegada de muitas viagens que agora prosseguem para novas etapas, guiadas por uma certa concepção e projecto de unidade e entreajuda.

Por isso a Lusofonia é, simultaneamente, utopia criadora e realidade que se constrói todos os dias, reformulada à volta do mito do Quinto Império.

É que, na esperança e expectativa de um messianismo sebastianista, mergulham as raízes da utopia do Quinto Império, entre o pessimismo do *Tratado da Quinta Monarquia – Infelicidades de Portugal Profetizadas*, de Frei Sebastião de Paiva, e o optimismo de Vieira nos *Sermões*, *História do Futuro*, *Clavis Prophectarum*. Para Vieira era preciso "converter e reformar o Mundo, florescendo mais que nunca o culto divino, a justiça, a paz e todas as virtudes cristãs", como se preconiza na *História do Futuro*.

Fernando Pessoa reformulou este sonho criando, na lógica da sucessão dos Impérios da Antiguidade, um futuro para o Quinto Império português, na *Mensagem*, no *Livro do Desassossego* e em textos que deixou inéditos, hoje em grande número publicados. E quanto ao Império, ele já não é de natureza religiosa, mas cultural.

Nessa etapa da sucessão não haveria lugar para um Quinto Império material, mas espiritual, inspirado na história cultural grega, na linha de sucessão do Quarto Império da Europa laica do Renascimento.

É nesse império, onde se irá ultrapassar a "fraqueza do sebastianismo tradicional", que a língua portuguesa desempenha papel essencial, por estar dotada de "condições imediatas do império da cultura", baseadas nas suas capacidades de plasticidade, riqueza expressiva, expansão e geografia linguística amplas, e número considerável de falantes, como consta dos textos que têm vindo a ser publicados.

Daí que a expressão do heterónimo Bernardo Soares no *Livro do Desassossego* "Não tenho sentimento nenhum político ou social, tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. Minha Pátria é a língua portuguesa", não possa ser entendida de maneira abstracta ou simplesmente simbólica, mas como opção a favor de uma realidade concreta que é preciso consolidar e projectar no futuro.

Estas concepções da língua e da cultura como pátria exigem uma leitura que vai, em consequência, muito para além de algumas interpretações meramente simbólicas ou míticas.

Pessoa afirma claramente: "a base da pátria é o idioma, porque o idioma é o pensamento em acção, e o homem é um animal pensante, e a acção é a essência da vida", descendo o poeta à minúcia das citadas "condições imediatas do Império da cultura", objectivadas em itens e alíneas que contemplam tanto a sua aptidão expressiva, como a sua situação geográfica e o considerável número de falantes.[27]

Requisitos esses totalmente preenchidos pela língua e cultura portuguesas e as línguas e culturas de outros povos a elas associadas.

[27] Joel Serrão e outros, *Fernando Pessoa, Sobre Portugal*, Lisboa, Ática, 1979, p. 121.

Desta universalidade da língua, aceite tanto pelo Brasil como pelos países africanos, testemunha favoravelmente, por exemplo, o linguista brasileiro Sílvio Elia e o romancista moçambicano Mia Couto.

Sílvio Elia, no que se pode considerar uma tradução moderna do sonho do Quinto Império, une os portos/países espalhados pelo mundo num território cultural único a que se chamou "Lusitânia", para simbolizar a unidade do sistema da língua, da viagem.

Assim, Portugal é a "Lusitânia Antiga", o Brasil a "Lusitânia Nova", os países africanos a que se acrescentou Timor a "Lusitânia Novíssima", os pequenos territórios isolados a "Lusitânia Perdida", a "Lusitânia Dispersa" as comunidades migrantes espalhadas pelo mundo.[28]

Para Mia Couto, a apropriação da linguagem apresenta-se como fundamental para esta visão:

"O português vai-se deslocando do espartilho da oficialidade para zonas mais íntimas (…). Em Moçambique, como aliás em Angola, Cabo Verde, S. Tomé e Guiné-Bissau, existe uma relação descomplexada com a língua portuguesa. Essa atitude não é comum em outros países africanos relativamente às suas línguas oficiais. Os povos das ex-colónias portuguesas assaltaram o português, fizeram do idioma estrangeiro algo que vai sendo cada vez mais da sua propriedade".[29]

Mas como garantir a coesão dessa unidade e uma liderança que dê força à Lusitânia/Lusofonia?

Por todos responde o brasileiro Celso Cunha: "E essa República do Português não tem uma capital demarcada. Não está em Lisboa, nem em Coimbra: não está em Brasília, nem no Rio de Janeiro. A capital da Língua Portuguesa estará onde estiver o meridiano da cultura (…) onde, sobre o mundo material, o homem possa construir perfeitamente o mundo do espírito, em busca da precária verdade científica, de esquiva verdade poética, das luminosas verdades de Deus".[30]

Num tal diálogo, e com tais pressupostos que repelem qualquer ideia de neocolonialismo cultural ou outro, podemos entender os diferentes graus de união e associação dos povos que formam a Lusofonia, como formando um espaço cultural, e até político, segundo três círculos concêntricos de intensidade.

Ao primeiro círculo de Lusofonia pertencem os oito países que têm o Português como sua língua oficial (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor), e regiões que pertencem a outros países e culturas mas com as quais partilhamos ou partilhámos a Língua e a História.

Embora em situações diversas, e em inúmeros lugares da diáspora, falam ou falaram português, suas variantes ou crioulos, a Galiza, Casamansa (no Senegal), ilha de Ano Bom, Ajudá (no Benim), Goa, Damão, Diu, Mangalor, Mahé, Fort Cochim, Tellicherry, Chaúl, Korlai, Coromandel, Macau.

Ainda nos são próximos os crioulos de Malaca, Vaipim, Batticaloa e Puttalan no Sri Lanka.

Na Oceânia, os de Bali, Java (Brestagi e Tugu), de Kuala-Lumpur, Penang, Jehove, Taiping.

E os de Curaçao, Aruba e Bonaire, além do de Suriname, na Guiana Holandesa.

O tempo vai enfraquecendo ou apagando alguns destes crioulos, mas nem por isso desaparece a memória cultural que eles veiculam ou veicularam.

É dentre deste círculo ou núcleo duro dos oito países independentes, que se joga o futuro da língua portuguesa e da solidariedade das nações que a falam, pois neste "Império" ou "República", as razões e as forças de cada um dos membros são reforçadas pela coesão do grupo.

E é neste círculo que também se processam as estruturas e as dinâmicas que possibilitam e realizam a acção externa dos lusófonos, especialmente junto das organizações internacionais.

O segundo círculo concêntrico, que envolve o primeiro, é constituído pelas outras línguas e culturas de cada um dos oito países e das regiões lusófonas que se encontram em contacto entre si e com a língua comum. Contacto esse que através do diálogo e do intercâmbio promove e enriquece cada uma dessas línguas e culturas tornando-as conhecidas e estudadas em âmbito mais vasto que o regional ou sectorial.

Seguindo a mesma coerência de grupo, a razão lusófona leva à valorização e intercâmbio dessas línguas e culturas, preservando-as e ajudando

---

[28] Sílvio Elia, *A Língua Portuguesa no Mundo*, S. Paulo, Ática, 1989, p. 16.

[29] *Revista Icalp*, Lisboa, Setembro de 1989, p. 244.

[30] Celso Cunha, *Uma Política do Idioma*, Rio de Janeiro, S. José, 1964, p. 38.

a sua fixação através, sobretudo, da pesquisa, da escolarização e da actividade editorial.

O terceiro círculo concêntrico, mais amplo, é formado pelas instituições, grupos e pessoas não pertencentes a países e regiões lusófonas, mas que mantêm com a língua comum e as línguas e culturas dos oito países um diálogo de erudição, amizade, simpatia e interesses vários.

Integram-no, sobretudo, os professores e alunos dos vários graus de ensino em países não lusófonos espalhados pelo mundo, os familiares e conviventes dos emigrantes, empresários, religiosos, eruditos, técnicos de países não lusófonos.

São grupos, instituições e pessoas de uma qualificação especial, de outros interesses e culturas, que se interessam pelos lusófonos.

Obviamente, a Lusofonia não se esgota no comum uso da língua, mas de tudo o que por ela é possibilitado e facilitado, proporcionando a aproximação dos países, na economia, na religião, na ciência, no desporto, em todos os alinhamentos também políticos que os lusófonos entenderem realizar.

Mas, também parece óbvio que, por serem as aproximações e parcerias facilitadas pela língua, ela assume uma importância basilar e prévia a quaisquer entendimentos.

Estas têm sido as viagens em direcção aos portos da Lusofonia.

Sem elas, a Lusofonia não passaria de criação artificial. Através delas, a Lusofonia é uma confluência de ideais e de vontades.

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 159–168

MADEIRA – INÍCIOS E IMPORTÂNCIA DA BASE ATLÂNTICA PORTUGUESA

por JAN KLÍMA
(Universidade de Hradec Králové)

Uma das menos utilizadas periodizações do tempo histórico distingue quatro momentos na evolução mundial da humanidade: o período mediterrânico, o atlântico, o pacífico e o global. Para a ascensão da Europa nos fins da Idade Média, o mais importante evento foi seguramente a transição da primeira para a segunda das fases acima indicadas: o abandono do espaço limitado do Mediterrâneo e o domínio físico do Atlântico como porta aberta para a expansão global da economia, influência, religião e política europeias (para melhor dizer: da Europa Ocidental). As ilhas dispersas pelo Oceano Atlântico –a partir dos Açores no Noroeste, através dos arquipélagos da Madeira e de Cabo Verde, até aos ilhotes isolados no Atlântico meridional como Santa Helena ou Ascensão– passaram a servir como bases privilegiadas para navegar rumo às metas mais distantes. Nesta dissipada –mas geomorfologicamente integral e semelhante– "Macaronésia", a ilha da Madeira (é de notar o significado da denominação relacionado com a construção e reparação das embarcações marítimas) desempenhou um papel extraordinariamente importante[1] para os cristãos no transgredir das fronteiras europeias. Relativamente perto da Europa, mas apesar disso já longe no Atlântico, esta ilha verde e montanhosa representava um ponto claro de orientação nas rotas marítimas Leste-Oeste e Norte-Sul; a sua vegetação abundante e quedas de água borbulhantes prometeram o abastecimento rico das tripulações com água potável, legumes, frutas e outros alimentos.

Breves resumos históricos costumam expressar de maneira muito lacónica os detalhes do conhecimento da Madeira ou mais ilhas e agrupamentos insulares situados perto e longe dela no Oceano Atlântico. Constatam geralmente que o arquipélago da Madeira foi descoberto[2], em 1419, pelo navegador português João Gonçalves Zarco. Porém, vale a pena dar uma olhadela mais pormenorizada à história do descobrimento e do povoamento da Madeira para tomarmos consciência da complexidade deste lento processo durante o qual o Oceano Atlântico se tornou, passo a passo, no ponto de partida de onde os europeus conquistaram o resto do mundo.

No nevoeiro dos mitos

Os antigos impérios acumularam capacidades e experiências suficientes para mandar navegar os seus capitães além das "Colunas de Hércules". Obviamente que as rotas das embarcações enviadas rumo a Oeste pelo faraó egípcio Necão II

[1] Histórias de Portugal não refletem claramente a importância da ilha da Madeira. Também as nossas obras *Dějiny Portugalska* (*História de Portugal,* Nakladatelství Lidové Noviny /NLN/, Praha 1996) e *Dějiny Portugalska v datech* (*História de Portugal em Datas,* Praha: Libri, 2007), tocam o arquipélago somente poucas vezes, sobretudo na época dos descobrimentos marítimos portugueses. Para estudar o desenvolvimento das ilhas em pormenor, é de recomendar o livro de Alberto VIEIRA (coord.), *História da Madeira,* 1ª edição, Funchal: Secretaria Regional de Educação, 2001, 399 pgs. Não obstante, todas as obras históricas ou geográficas que dizem respeito a qualquer parte do espaço atlântico refletem perfeitamente o papel extraordinário da Madeira.

[2] O próprio termo "descobrimento" que pode parecer lógico nas ilhas antigamente inabitadas tem-se tornado indesejável nos continentes não-europeus. Com toda razão, o maior conhecedor português das "viagens do descobrimento" Luís de ALBUQUERQUE submeteu-o à crítica no seu artigo "Algumas reflexões a propósito da palavra Descobrimento", *Islenha,* No. 1, pgs. 7–12, Funchal 1987.

(610–594), nas quais o comerciante grego Euthymenés, radicado na cidade de Massilia (Marselha), se atreveu a dobrar a costa da África Ocidental (por volta de 550 a.C.) ficam envolvidas em mistério. Nem o capitão persa Sataspes (485–465), nem os marinheiros da renomada frota fenício-cartaginense de Hanno (depois de 425 a.C.) se afastaram muito da costa nos seus périplos em torno do continente africano.

Foram os gregos e romanos que escreveram mais frequentemente sobre todas as ilhas existentes a Oeste do Velho Mundo. Segundo uma versão (suportada mais tarde pelo mapa de A. Kircher) a "Atlantis" de Platão situava-se algures entre os Açores e as Ilhas Canárias, cobrindo assim teoricamente a Madeira. Foram principalmente os gregos que reconheceram no Atlântico oriental as ilhas denominadas simpáticamente como *Campos Elíseos, Jardins das Hespérides* ou *Jardim das Delícias*, forçando posteriormente os cartógrafos confusos a inventar lugares prováveis para tais objectos muito poéticos e pouco reais. Às vezes, os gregos aproveitaram a denominação de *Makaron nesoi,* Ilhas Afortunadas*,* para ali localizarem as escapadelas dos seus deuses. É que o termo "Macaronésia", usado hoje com frequência para a cadeia dos grupos insulares vulcânicos no Atlântico, tem tanto de justificação geológica, como de tradição antiquíssima. Não obstante, a imagem verdadeira do mundo insular atlântico libertou-se muito devagarinho das algemas míticas. Diodoro da Sicília escreve na *Biblioteca Histórica* de que uma ilha paradisíaca com uma densa cobertura florestal foi descoberta no século V antes do nascimento de Cristo. Uns cem anos antes da era cristã, Estrabão fala sobre o conhecimento de uma ilha que surpreendeu os seus descobridores pela abundância de boa água fresca e de madeira. Plutarco narra por volta de 80 a.C. que Sertório, perseguido pelos romanos, achou o refúgio seguro numa ilha, cuja descrição relembra a Madeira. Plauto apresenta as míticas ilhas atlânticas, antes do início da era cristã, como um paraíso alcançável para todos quantos passaram a sua vida sem perder a sua honra. Plínio, O Velho, utiliza nomes *Cornvallis* e *Planaria* para as ilhas, que formam, provavelmente, parte das ilhas Canárias, não representando os irmãos conhecidos hoje sob as denominações de Madeira e Porto Santo.[3]

Após a queda do Império Romano nenhum dos europeus teve a coragem de tomar caminho rumo aos oceanos ou mares distantes durante longos séculos. Contudo, Martin Behaim, célebre cosmógrafo de Nuremberga com brilhante carreira feita em Lisboa, apresenta uma velha lenda de que São Brandão (Brendan, Brénnain) zarpou, em 565, da Irlanda para procurar a Terra Prometida. Por uma tormenta foi o monge, junto com seus companheiros, impulsionado até uma ilha, onde todos passaram sete anos antes de regressar à sua pátria irlandesa. O mapamundi mais velho de Ebstorf, datado de aproximadamente 1270 situa a "Ilha de S. Brandão" nos lugares onde ficam hoje a Madeira e Porto Santo; as representações cartográficas posteriores das *Insulae Fortunatae Brandani* identificam sempre com a ilha da Madeira aqueles lugares, até onde o santo penetrou através de "negros nevoeiros" (mais tarde, os marinheiros portugueses falaram numerosas vezes sobre o *espesso negrume* que cobria a ilha de Madeira).

Passados longos séculos de inactividade marítima, foram os árabes que dominaram os oceanos. O Atlântico foi mais facilmente alcançável pelos seus correligionários desde a Península Ibérica. Mal se radicara o islão no extremo Sudoeste de Europa, já os muçulmanos dali procuraram rotas marítimas para mais a Oeste. O geógrafo al-Idrīsī (1099–1154) menciona, na sua *Geografia*, vinte e seis ilhas atlânticas, descrevendo uma expedição dos aventureiros muçulmanos de Lisboa, os quais aportaram na "ilha do gado" em 1147 (no mesmo ano, em que a cidade muçulmana de al-Ushbuna caiu nas mãos do primeiro rei de Portugal Afonso Henriques, passando a ser a Lisboa cristã). Aquela "ilha do gado" montanhosa e caudalosa evoca fortemente a ilha da Madeira. Mais tarde, outros navegadores árabes como Muhammad ibn Ragan e outros tocaram as ilhas situadas a Oeste do Maghrib rigorosamente islâmico.

Só depois começaram os cristãos a atrever-se a entrar o alto oceano – italianos, bretões, bascos, biscainhos, catalães, galegos, portugueses

[3] Também a lendária Atlantis-Atlântida costumara ser situada no espaço do Oceano Atlântico oriental. Na língua checa, as especulações neste sentido apareceram, por exemplo, nos livros: Jekaterina ANDREJEVA, *Atlantida. Hledání ztraceného světa,* Praha: Lidová demokracie, 1966; Lajos STEGENA, *Byla nebyla Atlantis,* Praha: Mladá fronta, 1967.

e castelhanos. A última lenda precedente do conhecimento real da Madeira tem conexão com a indesejada aventura dum certo nobre inglês. Dizia-se que este Robert Machim[4] (Machym, Machen, Macheco etc.) se enamorara duma dama de alta estirpe de seu nome Ana de Arfet durante o reinado de Eduardo III. Os pais dela, porém, haviam pedido o consentimento do monarca para casá-la com um nobre senhor da cidade de Bristol. Num dia de 1344, os namorados ameaçados fugiram juntos de Bristol, em direcção a França. Contudo, ventos fortes e correntes marítimas levaram a embarcação dos amorosos para longe, para Sudoeste. Robert e Ana apareceram numa baía insular, sobre a qual se elevaram montanhas com densa cobertura florestal. Naquele lugar faleceu Ana depois de três dias de estada e o seu amante Robert pouco depois. Os seus companheiros recolheram as suas últimas forças para zarparem em direcção às costas marroquinas, onde foram escravizados pelos "mouros".

A história romântica tornou-se bem conhecida em Portugal. Já o impressor e humanista Valentim Fernandes[5], que evocou a sua terra natal com o atributo "de Morávia", julgou que o nome da povoação de Machico situada a Nordeste da posterior cidade capital da Madeira, Funchal, tem a sua proveniência no apelido de Machim. Mas, a estória soturna de amor e morte foi publicada pela primeira vez, com todos os detalhes, em 1671 em Paris num escrito anónimo que causou a impressão dum conto inverosímil. Mais tarde, as investigações verificaram que, afinal de contas, teria sido possível encurtar a navegação de Machim ao admitir que se tratara de um português, na época em que os portugueses cruzavam frequentemente as águas do Atlântico. De facto, existe um armador com nome de Macheco documentado em 1373, navegando desde Portugal para St. Malô. Na lista dos estrangeiros expulsos de Inglaterra pelo rei Henrique IV aparece um Macheco e um Machim. O mesmo nome consta nas fontes que falam sobre um escudeiro do infante português D. Pedro. Em 1544 aparece um certo Machym Fernandes num documento… Provavelmente foi um deles o protagonista da história realmente acontecida. Quanto à Madeira, nem as cruzes se conservaram nas sepulturas do lendário Robert Machim e da sua enamorada Ana, erguidas alegadamente pelos seus companheiros anónimos na navegação trágica.

Entre mapas e ocupação

Muito tempo antes da expansão ibérica, a partir de 1325, fizeram os cartógrafos europeus várias representações das ilhas atlânticas. A Madeira junto com ilhas adjacentes – a ilha plana de Porto Santo e rochas nuas chamadas Ilhas Desertas e Ilhas Selvagens – veio sendo determinada sempre com mais exactidão nos *portulani* (que definiam o rumo entre vários portos) italianos. Nos mapas, em 1339, Angelino Dulcert desenha a Madeira redonda sob a denominação de *Insyla capraria* (Ilha de Cabras), Pizzigani chama-a, em 1367, *Ysola Canaria.* O Atlas dos Medici feito entre 1351 e 1357 é quase exacto quanto à representação cartográfica: com a denominação *I. Delo Legname* (Ilha da Madeira), a ilha recebe o seu nome definitivo, aparecendo nas proximidades dela, também, o *Porto Scto* e *I. Deserte.* Nos mapas do "Atlas Catalão" de Abraão Cresques de 1375 emergem até pequenas *Insulae Salvatges.* Pinelli (1384), Soler (1385), o mapa "Catalão-Paris" de 1400 e Pasqualini em 1408 mencionam os mesmos nomes que existem até agora, sendo as ilhas representadas sempre de forma mais perfeita. O mapa elaborado por Mecia de Viladestes em 1413 apresenta contornos madeirenses de maneira quase exacta comparando com a realidade geográfica.[6]

---

[4] A lenda de Machim a abordaram e analisaram muitos autores, por exemplo: Alberto F. GOMES, "James Bird e o poema Machim or the Discovery of Madeira", *Das Artes e da História da Madeira,* Vol. 6, No. 34, pp. 16–20, Funchal 1964; Eduardo PEREIRA, "A lenda de Machim", In *Congresso do Mundo Português,* Vol. III, Parte 1, pp. 188–208, Lisboa 1940; Juan ALVAREZ DELGADO, "El episódio de Juan Machin en la Madeira", *Das Artes e da História da Madeira,* Vol. VI, pp. 41–52, Funchal 1961, etc.

[5] Pavel ŠTĚPÁNEK, na sua obra *Valentim Fernandes de Morávia. Poznámky k životu a dílu významného moravského knihtiskaře v Lisabonu na přelomu 15. a 16. století – představitele manuelského umění* (*VFM. Observações acerca da vida e obra dum importante impressor moravo em Lisboa na virada dos séculos XV e XVI – representante da arte manuelina*), Brno: L. Marek, 2006, não analisa o "Manuscrito de Valentim Fernandes" que diz respeito ao Atlântico e África, acentuando, porém, o contributo importantíssimo civilizacional e artístico da personagem.

[6] Ver Inácio GUERREIRO e Luís ALBUQUERQUE, "Cartografia antiga da Madeira,

Os *roteiros* portugueses influenciaram seguramente o registo da ilha da Madeira nos mapas europeus. Ultimar a "descoberta" ou organizar publicamente o "achamento" da mesma ilha vulcânica coberta com um chapéu de nuvens, significava, porém, transformá-la – quanto à população e economia – numa parte integral da Europa, isto é, ocupá-la, investigá-la e colonizá-la. Foram logicamente os portugueses[7] que aceitaram esta tarefa nos tempos iniciais da sua época dos descobrimentos marítimos.[8] Em 1418 – quando os mapas passaram a representar a Madeira com bastante perfeição – aportou o navegador e capitão português João Gonçalves Zarco (o apelido costuma aparecer, também, na forma "Zargo") na ilha. Segundo a *Crónica dos feitos da Guiné* de Gomes Eanes de Zurara,[9] foi o próprio Infante D. Henrique quem enviou Zarco rumo às costas africanas. Contudo, Zarco recebeu uma embarcação muito simples: a *barca* era um navio ligeiro com o único mastro, apropriado somente para manobras de cabotagem perto da costa ou para a pesca. Zurara é um bocado mais verosímil que Diogo Gomes, quem afirma na sua *Notícia sobre o descobrimento dos Açores, Madeira e Cabo Verde,* que o navio do descobrimento de Zarco fora uma *caravela*, isto é uma embarcação com dois mastros e manobra aperfeiçoada graças às velas triangulares "latinas" e com uma superestrutura na popa. A dupla denominação da embarcação pode aparecer por motivo compreensível: Zarco aproximou-se ao ilhote de Porto Santo a Nordeste da Madeira no início de Dezembro de 1418, chegando ao mesmo sítio pela segunda vez nos inícios de 1419. Embora Diogo Gomes atribua o descobrimento do arquipélago da Madeira ao capitão português Afonso Fernandes, todos os restantes documentos comprovam o primado indubitável de Zarco.[10]

séculos XIV–XV", *Actas do I Colóquio Internacional de História da Madeira,* pp. 138–160, Funchal 1990. Mapas funcionam como uma base para João Franco MACHADO, "O conhecimento dos arquipélagos no século XIV", In *História da Expansão Portuguesa no Mundo,* Vol. 1, Livro 1, cap. IV, pp. 269–273, Lisboa 1937; a representação cartográfica do arquipélago a aborda, também, António Ferreira SERPA, "O Arquipélago da Madeira nos mapas e portulanos do século XVI", *Arquivo Histórico da Madeira,* Vol. I, pp. 125–138, Funchal 1931.

[7] Na língua checa, dimensões mais amplas históricas e culturais da expansão portuguesa oferece Jan KLÍMA, "Vasco da Gama – přínos portugalských objevitelů renesanci" (Vasco da Gama – o contributo dos navegadores portugueses à Renascença), in: J. KLÍMA, *Studie z dějin Portugalska a portugalského zámoří* (*Estudos de História de Portugal e do Ultramar Português*), Hradec Králové: Gaudeamus, 1999, pp. 5–16; e, sobretudo, Jan KLÍMA, *Zámořské objevy. Vasco da Gama a jeho svět* (*Descobrimentos marítimos. Vasco da Gama e o seu mundo*), Praha: Libri, 2006.

[8] A importância posterior da América fez acentuar a façanha de Cristóvão Colombo, fazendo empalidecer, pelo menos na consciência das populações da Europa Central, o primado dos portugueses na expansão europeia. Essa expansão lenta e coroada de sucesso, uma continuação *sui generis* das cruzadas muito anteriores e mal sucedidas, teve não só um significado conquistador, mas também descobridor e revelador para a Europa inteira. A recolha de informações reais e exactas sobre países, paisagens, técnicas, plantas, populações e línguas mundiais reprimiu o místico pensamento medieval, abrindo o caminho para o modo moderno das deliberações técnicas e bem fundamentadas. Tem razão Fernando Pessoa ao realçar: *"O feito dos portugueses (…) transformou a face do mundo, abriu a amplitude da terra à possibilidade conjunta daquela civilização que até ali se não sonhara senão concentrada na Europa, ou pelo Mediterrâneo, ou até à Ásia Menor."* Tem razão Luís Filipe Barreto ao escolher esta citação para um moto do seu livro *Portugal, Pioneiro do diálogo Norte-Sul,* Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1988.

[9] Na língua checa saiu à luz uma escolha dos dois textos – *Crónica dos feitos da Guiné* de Zurara (Azurara) e *Peregrinação* escrita por Fernão Mendes Pinto – num volume só denominado *Objevné cesty do Afriky a Asie* (*Viagens de descobrimento para África e Ásia,* tradução de Luděk Kult, Praha: SNKLHU, 1966). O texto reduzido da *Crónica*, hoje não conveniente mais, infelizmente, não abrange episódios que digam respeito ao descobrimento da Madeira.

[10] O "descobrimento", isto é ocupação da Madeira, aborda uma literatura muito vasta, da qual citamos como exemplo a edição das fontes: Jerónimo Dias LEITE, *Descobrimento da Madeira e Discurso da Vida e Feitos dos Capitães da dita Ilha,* Coimbra 1947; Francisco Manuel de MELLO, *Descobrimento da Madeira. Epanáfora Amorosa,* Braga 1975; e escritos secundários: Pedro de Góis PITTA,

Conforme uma das poucas relações datadas, Zarco fundeou à costa madeirense em 1 de Julho de 1419, precisamente na baía em frente da actual povoação de Machico (cujo nome se deriva, segundo uns, de Robert Machim, e segundo outros, da Serra de Monchique no Sudoeste de Portugal, donde provinha a grande parte dos primeiros colonos da ilha). Gaspar Frutuoso descreveu, no seu *Livro Segundo das Saudades da Terra,* momentos históricos da maneira seguinte: "*Viram logo uma praia grande e espaçosa, e o piloto, pelos sinais (…) oram, então, com muitas folias e cantares lançar âncora na praia e, por ser já muito tarde, não saíram aquele dia em terra, passando no mar a noite. (…) Tanto que amanheceu, ao outro dia, mandou o capitão um batel a terra. (…) E, chegados a ela e desembarcados no lugar e sepultura de Machim (…) mandou, dentro da árvore e casa que do tronco estava feita, armar um altar sobre a mesa de Machim, onde se disse missa com muita devoção e solenidade…*"[11] Há que notar que o autor, escrevendo estas palavras no ano de 1590, certamente indicou o dia errado; o dia 2 de Julho, quando os portugueses alegadamente saíram a terra para ouvir missa, foi domingo em 1590; todavia, não era nem domingo, nem o dia da "Visitação de Santa Isabel" em 1419. O erro é corrigido por um outro autor em 1813, indicando que o dia 10 de Agosto é "o dia célebre por ser o aniversário do descobrimento desta ilha."

Todos os cronistas dizem de maneira idêntica que a Madeira, no momento do "novo achamento" era linda com a sua "*fertilidade e frescura (…) e das muitas ribeiras e fontes de água*", mas que a ilha principal fora "*nunca dantes habitada*" assim como a ilha do Porto Santo e as rochas dos adjacentes ilhotes "desertos" e "selvagens". Na qualidade de uma *sesmaria* – terreno não aproveitado ou abandonado – esta nova parte das possessões portuguesas teve de ser distribuída e colonizada conforme a lei de 1375. Não obstante, os primórdios da colonização portuguesa costumam também ser explicados de maneira diferente. A maioria dos cronistas regista o ano de 1420 como o início da colonização – isto mais segundo a tradição do que com base em fontes concretas. O Infante D. Henrique, porém, diz em 1460: "*Comecei a povoar a minha ilha da Madeira haverá ora XXXV anos…*", o que significaria o ano de 1425. Contudo, não havia razões sérias para adiar a colonização. Assim, parece que a chegada dos primeiros colonos aconteceu de facto logo após 1420.

A ocupação portuguesa da Madeira tem uma importância mais profunda para a ideia de como foi "descoberto" o ultramar no século XV, eventualmente no XVI e XVII. Da mesma forma que a Madeira, outras paragens caíram no âmbito do interesse das potências europeias muitos anos depois da sua verificação pelos capitães, pilotos e cartógrafos.[12] Então, muitos outros "descobrimentos" costumam ser bastante adiados após o momento do primeiro reconhecimento. Quando Giovanni Caboto (John Cabot) penetrou na América do Norte para "descobrir" o Newfoundland ("Terra Nova Achada") para o Rei da Inglaterra, avistou muitos pescadores europeus nas águas abeirantes – os portugueses apareciam lá com rotina a fim de pescarem atum, bacalhau e outro peixe abundante nas águas frias; a mais, o nome geográfico de Labrador para as terras adjacentes à Newfoundland provém do nome de um capitão português. É muito provável que o descobrimento oficial do Brasil[13] por Pedro Álvares Cabral, em 1500, fora precedido por contactos muito mais antigos dos navegadores

Quinto Centenário do Descobrimento da Madeira, Funchal 1922; Manuel Higino VIEIRA, *Descobrimento do Arquipélago da Madeira. Estado Actual do Problema,* Lisboa 1939, etc. Já Jordão FREITAS colocou a questão principal no seu escrito *Quando foi descoberta a Madeira?,* Lisboa 1911.

[11] Gaspar FRUTUOSO, *Livro Segundo das Saudades da Terra,* Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1979, pp. 42–43.

[12] Note-se a ligação da navegação marítima perfeita dos portugueses com as façanhas dos marinheiros chineses e com os mapas desenhados na China medieval, que foi frisada recentemente por Gavin MENZIES no seu livro *1421 – The Year China Discovered America,* New York: Harper, 2004. O autor dedica a devida atenção, também, ao descobrimento e povoamento da Madeira (p. 383 e ss.).

[13] O conhecimento dos primórdios da história brasileira entre os checos melhorou após a publicação da *Carta ao El-Rei D. Manuel sobre o Achamento do Brasil* (*Dopis králi Manuelovi o nalezení Brazílie,* ed. M. Malechová e S. Binková), Praha: Scriptorium, 2000; na língua checa, o momento histórico sem especulações adicionais foi suficientemente descrito nas Histórias do Brasil de Jan KLÍMA (*Dějiny Brazílie,* Praha: NLN, 1998; *Brazílie,* Praha: Libri, 2003).

portugueses com o Nordeste do continente Sul-americano. É de pressupor muitas outras analogias para muitos casos afins. A falta de comunicações junto com instruções régias de manter informações como segredo estratégico, tão frequentes não só nos séculos XV e XVI, concitam os historiadores para não tomarem a sério o dia do "descobrimento" duma certa localidade indicada nos manuais escolares de história.

Povoamento

Para os activos portugueses, as ilhas da Madeira e Porto Santo tinham de servir de bases perfeitas para a futura expansão. Foi precisamente por isso que os três descobridores começaram a organizar, sem demora e espontaneamente, o arquipélago da Madeira.

João Gonçalves Zarco[14] nascido em Tomar por volta de 1395, tornou-se conhecido como corsário por utilizar eficientemente o pequeno canhão (*trabuco*) no seu navio contra embarcações dos "mouros" perto das costas de Algarve. Zarco, originalmente um dos menos importantes *escudeiros* do Infante D. Henrique, foi armado *cavaleiro* mais tarde por ter combatido corajosamente em Tânger. Casou-se com Constância Rodrigues que lhe deu seis crianças – três rapazes e três raparigas. Na Madeira, para cuja povoação Zarco contribuiu de maneira decisiva, escolheu como sede uma ladeira em cima dum porto natural; devido à grande quantidade de funcho selvagem existente, a povoação foi denominada Funchal pelos colonizadores. O bom sucesso da colonização trouxe-lhe, em 1 de Novembro de 1450, a autorização oficial para a chefia da sua capitania das mãos do próprio Infante D. Henrique e, finalmente, as armas da nobiliarquia portuguesa, em 4 de Julho de 1460 (pouco antes da morte do Infante).[15] Na altura, cessou de escrever o seu nome de "Zarco", utilizando para seu nome completo a denominação do porto situado a oeste de Funchal: João Gonçalves da Câmara de Lobos (ou João Gonçalves da Câmara). Zarco faleceu entre 1467 e 1472, sendo os seus restos mortais trasladados, por um dos seus filhos, da pequena Capela da Nossa Senhora da Conceição para o convento da Santa Clara em Funchal, onde jazem até agora.

Tristão Vaz Teixeira[16] (1390?–1470?), interessou-se também, embora somente por curto tempo, pela Madeira. Este *escudeiro* e depois *cavaleiro* do Infante D. Henrique, esposo de Branca Teixeira (antes do casamento era conhecido simplesmente como Tristão ou Tristão da Ilha), com a qual teve quatro rapazes e oito raparigas, armou uma caravela a expensas próprias a fim de povoar a parte oriental da ilha da Madeira, mas logo depois dedicou os seus esforços a aventuras bélicas em Marrocos. Os seus méritos mereceram benefício, através duma carta régia datada 8 de Maio de 1440, da concessão da metade nordeste da Madeira.[17] A povoação de Machico, onde nos nossos dias se ergue uma estátua do "capitão" em frente da igreja, servia então de centro dos seus domínios insulares. Tristão Vaz tornou-se desagradavelmente conhecido por punir desproporcionadamente os seus companheiros colonizadores, sendo por causa disso ele próprio degredado. Indultado o seu castigo em Fevereiro de 1452, Tristão Vaz deixou a Madeira, radicando-se no Algarve, onde morreu na cidade de Silves.

Bartolomeu Perestrelo (1400–1458) tinha origem italiana, passando a servir como cavaleiro, primeiramente o rei D. João I (1357/1385–1433), e, posteriormente, o Infante D. Henrique. Foi encarregado de povoar a pequena ilha de Porto Santo situada a nordeste da Madeira. Foi um presente de grego para ele: faltava a água potável na ilha plana, porque as montanhas da vizi-

[14] O "descobridor" da Madeira era mencionado inúmeras vezes nas obras com o temário mais amplo, mas não há muitas biografias monográficas sobre ele. Uma das poucas é de Fernando Augusto da SILVA e Carlos Azevedo de MENEZES, *João Gonçalves Zarco. Traços biográficos,* Funchal 1948.

[15] Todas as recomendações e doações que diziam respeito à ilha foram deferidas através das informações enviadas a Zarco, quem desempenhou o papel de administrador principal da ilha. Muitos documentos comprovam isto, ver por exemplo a obra de J. Martins da Silva MARQUES, *Descobrimentos portugueses,* Suplemento do 1ª volume, Lisboa 1988.

[16] Também o segundo descobridor e capitão da Madeira tornou-se célebre mais tarde graças ao significado sempre mais visível da ilha da Madeira. Algumas observações monográficas acerca da sua biografia as escreveu somente Manuel Rufino TEIXEIRA, "Tristão Vaz Teixeira. Quem era?", *Islenha,* Funchal 1991, No. 8, pp. 121–128.

[17] Documentos de doação ficam conservados nas edições das fontes históricas. A doação em questão se encontra, por exemplo, no conjunto dos documentos recolhidos na ocasião da conferência a comemorar 600 anos desde o nascimento do Infante D. Henrique: *O Infante e as Ilhas,* Funchal 1994, pp. 102–103.

nha Madeira atraíam a maioria da precipitação para junto de si. Por isso não havia nem o solo conveniente para a agricultura, nem florestas extensas a servir como fonte de lenha para o combustível ou apropriadas para a construção ou reparação das embarcações. Perestrelo esforçou-se com seriedade em manter algumas famílias no ilhote e foi por isso que recebeu oficialmente a posse da sua "capitania" em 1 de Novembro de 1446. A pequena importância de Bartolomeu Perestrelo na história do desbravamento das regiões afastadas aumentou com a sua filha Filipa, nascida do terceiro casamento de Perestrelo com Isabela de Moniz. Filipa casou-se, em 1480, com o marinheiro genovês Cristóvão Colombo,[18] que se estabeleceu no arquipélago da Madeira, entre 1478 e 1485, na qualidade de representante do comércio genovês de açúcar. Bartolomé de las Casas escreve que o casal viveu algum tempo na ilha de Porto Santo e que foi ali (os outros afirmam que foi na ilha da Madeira) onde nasceu o seu filho Diego Colón (1482?–1523).

Depois dos primeiros 150 casais, mais colonos aportaram às ilhas de Madeira e Porto Santo. Foi nomeadamente Zarco quem organizou uma ordem exemplar nas suas terras, entregando para cultivo os terrenos escarpados e ranhuras entre ladeiras aos chefes de família, primeiramente por três anos isentos de quaisquer impostos ou outras condições. Assim foram originadas, para além do "vale formoso" do Funchal, gérmenes das povoações de Câmara de Lobos, Ribeira Brava, Ponta do Sol, Calheta, Machico e Santa Cruz na costa sul, menos flagelada pelos ventos e aguaceiros. Muito mais tarde conseguiram os colonos povoar costas abruptas do Norte da ilha, acossadas pelas ondas oceânicas. Numa brecha atrás das rochas, sem possibilidade de ser reconhecida pelos piratas desde o mar, foi fundada a aldeia de São Vicente; no extremo Noroeste, perto dos eflúvios antigos da lava, o pequeno Porto (de) Moniz e nas colinas do Nordeste, a boa distância do mar, a aldeia de Santana.

Nem o empenho gigantesco da nação portuguesa, porém pouco numerosa, possibilitava que fosse povoada e cultivada imediatamente cada uma das terras e ilhas descobertas ou ocupadas, embora em toda parte tivesse sido preciso aproveitar as mãos dos colonos para trabalho e defesa. A ilha da Madeira, como uma excepção da regra, nunca teve problemas com povoação e aproveitamento. Entre 1430 e 1450 foram fundadas as primeiras paróquias, sendo as competências eclesiásticas entregues, em 1433, à Ordem do Cristo, sucessora portuguesa dos templários, com uma elevada mentalidade empresarial. Depois das primeiras capelas simples, as primeiras igrejas autênticas foram erguidas na ilha,[19] sendo a Sé catedral no Funchal consagrada a 18 de Outubro de 1517.[20] Depois das actividades primordiais dos frades menores de São Francisco, também os monges da ordem de São Jerónimo receberam a autorização papal em 1462 para se radicarem na ilha da Madeira; outras congregações religiosas, acompanhadas de irmãos laicos chegaram mais tarde; conventos e mosteiros para homens e mulheres foram erguidos. Através da sua bula *Pro Excellenti* datada 12 de Julho de 1514, o papa Leão X determinou que a Diocese do Funchal fosse centro eclesiástico de todas as ilhas ocupadas pelos portugueses nos oceanos Atlântico e Índico. Pouco depois de 1470 tornou-se conhecida a lenda sobre a Nossa Senhora do Monte, que deve ter aparecido perante uma pastora; com base da lenda, foi depois construída uma capela (cuja sucessora é hoje a igreja no bairro do Monte) em cima do Funchal. Entre os santos reverenciados entraram depois Santiago Menor, Bom Jesus e, na povoação de Machico, o "Senhor dos Milagres". Assim, uma religiosidade profunda e mística chegou à ilha, permanecendo até hoje geralmente através de cerimónias religiosas que comprovam a fé inabalável dos ilhéus.

Depois do infante D. Henrique receber a ilha da Madeira como o seu *senhorio,* em 26 de Setembro de 1433, e depois de designar os seus

[18] A presença de Colombo a analisou de maneira mais detalhada Alberto VIEIRA nos seus estudos "Colombo e a Madeira", *Actas do III Colóquio Internacional da História da Madeira,* Funchal: CEHA, 1993, pp. 37–43; e "Colombo e a Madeira: tradição e história", *Islenha,* Funchal, No. 5, 1989, pp. 35–47.

[19] O número admirável de 23 capelas, 4 igrejas (São Sebastião na Câmara de Lobos, 1421–1426; Santa Maria a Maior em Funchal, depois de 1425; Nossa Senhora da Conceição em Machico, 1450; Santa Cruz em Santa Cruz, 1427) e de um mosteiro (São Bernardino na Câmara de Lobos, 1425) surgiu na ilha já nos primeiros quarenta anos da presença dos colonistas, quer dizer entre 1420 e 1460.

[20] Ver Manuel Juvenal Pita FERREIRA, *A Sé do Funchal,* Funchal: JGDAF, 1963.

capitães, uma administração ordinária organizada pelo Estado e pela igreja foi sendo estabelecida pouco a pouco. O primeiro *almoxarife* chegou em 1452, o primeiro *ouvidor,* em 1460, a primeira notícia sobre um *contador* provém de 1470; outros funcionários régios assumiram depois as suas funções: em 1502, o *capitão* retomou a função de administrador da fazenda, em 1508 começou a funcionar o *juiz de fora* no Funchal, etc. Após a morte do Infante D. Henrique, mais membros da dinastia real de Avis receberam o direito de posse e administração da ilha até 1497, quando a Madeira, em conjunto com as ilhas adjacentes, passou a ser propriedade da coroa, isto é uma parte integral do Estado Português pluricontinental. Em 1566, foi aberto o seminário diocesano e, quatro anos depois, o liceu eclesiástico de São João Evangelista. Graças a um clima agradável, suficiência de água potável e à sua posição nas rotas marítimas, a ilha da Madeira nunca padeceu de falta de colonos, embora os habitantes fossem flagelados, a partir da primeira epidemia em 1480, pela peste, cólera, bexigas, febre amarela e mais pragas. Apesar de todos os descalabros, mais de sessenta mil habitantes viviam, em 1767, na ilha principal da Madeira e na ilha vizinha de Porto Santo.

Uma base para conquistadores e cosmopolitas

Tal como a "Ilha da Madeira", todas as rochas vulcânicas a ressaltar do Atlântico Central e Oriental, ilhas há muito tempo desenhadas nos mapas e, apesar disso, "descobertas" de repente aos magotes, passaram a ser o objectivo de um grande interesse colonial. Durante o mesmo período, enquanto os venezianos, genoveses e aragoneses faziam os seus comércios tradicionalmente no Mediterrâneo Oriental, e os ingleses e franceses se encontravam limitados pela fase mais encarniçada da Guerra de Cem Anos, o Atlântico ficava reservado para os portugueses e espanhóis. A ilha da Madeira passou a ser uma base perfeita para ulteriores viagens de descobrimento e para a expansão cristã dirigida, nestas paragens do mundo, pelos portugueses.

Mais de dez anos após a Madeira, os portugueses começaram a colonizar o arquipélago dos Açores. Em 1462, iniciou-se a colonização das Ilhas de Cabo Verde. O conflito prolongado acerca das Ilhas Canárias, ocupadas, em 1402, pelos capitães franceses Jean de Bethencourt e Gadifer de la Salle a favor de Espanha, foi solucionado, depois da guerra travada na Península Ibérica, através do Tratado de Alcáçovas de 1479 – o primeiro tratado sobre a divisão do mundo não-europeu. De acordo com este convénio, os espanhóis receberam as Ilhas Canárias com o resto dos "guanchos", únicos habitantes nativos das ilhas atlânticas, mas, a maioria do Atlântico passou a tornar-se oceano português (*mare clausum*), como o comprovou a bula papal de 21 de Junho de 1481. O Tratado de Tordesilhas de 7 de Junho de 1494, uma divisão mais complexa do mundo que deu aos espanhóis a América e o Atlântico ocidental, nada mudou quanto à posição da Madeira.

No espaço atlântico, a ilha da Madeira servia como base estratégica mais importante sob ponto de vista populacional e económico. Por aqui passou uma parte do tráfico de escravos de Africa e ilhas de Cabo Verde rumo à América, aqui se desenvolveu a agricultura –inclusive ramos delicados como cultivo e recolha do corante natural de cochenilha–, produção de açúcar (a cana madeirense foi o ponto de partida para a posterior explosão da indústia açucareira nos engenhos no Brasil) ou a vinicultura que se tornaria célebre dentro em breve.[21] Como não havia campos convenientes para a triticultura, a alimentação teve de ser garantida pela pesca marítima incluindo a caça de baleias. O inglês Hans Sloane encontrou na ilha, em 1687, "*cavaleiros mais educados e dotados de todo o civilismo que se pode desejar…*" É que contactos permanentes dos madeirenses com Portugal e com todas as nações a navegar no Atlântico trouxeram com presteza informações, conhecimentos e modas europeias às ilhas. Porém, a partir do século XVI, quando os competidores das potências ibéricas se fizeram aos oceanos, também a ilha da Madeira se sentiu ameaçada pelos perigos bélicos, ataques de corsários e tentativas inglesas ocasionais de ocupar a ilha, tão frutuosa e bem situada.

O desenvolvimento demográfico favorável[22] permitiu ao governo português aproveitar os

[21] A obra acima mencionada *História de Madeira* oferece uma bibliografia completa que diz respeito à economia madeirense.

[22] Sobre o componente básico da população madeirense, veja: Jorge de Freiras BRANCO, *Camponeses da Madeira,* Lisboa: Dom Quixote, 1987.

madeirenses para colonizarem países e terrenos bem afastados mas na posse da coroa portuguesa. Depois da assinatura do Tratado de Madrid (1750) entre Portugal e Espanha sobre fronteiras na América do Sul, foram os madeirenses a salvar o princípio aceite de *uti possidetis* com o povoamento do extremo sul do Brasil, transformando uma zona desabitada numa terra fértil através do seu trabalho de dia-a-dia. Uma emigração espontânea dirigiu-se, também, para as ilhas das Antilhas e para a América do Norte; os madeirenses ajudaram a povoar o sul de Angola, criaram comunidades laboriosas na Venezuela, Suriname, Curaçao, na África do Sul, Austrália, Panamá, Estados Unidos da América e Canadá.

O império português ofereceu aos madeirenses grandes possibilidades de se fazer valer nas profissões e missões mais variáveis. Álvaro Fernandes, sobrinho de Zarco, enquandrou-se no grupo mais relevante dos descobridores ao alcançar, em 1446, o rio do Senegal e, um ano mais tarde, o "Cabo Verde" na África ocidental. As fortalezas portuguesas em Marrocos, Mogador e Safim, foram subordinadas à administração com sede na Madeira e um dos descendentes de Zarco, Simão Gonçalves da Câmara, enviou numerosos destacamentos de infantaria e cavalaria para se baterem na costa marroquina em 1513. Com base nos impostos recolhidos na Madeira, Diogo de Azambuja mandou construir mais uma fortaleza em Marrocos por volta de meados do século XVI. Os madeirenses combateram na Índia e construíram engenhos de açúcar no Brasil. Naquele país tornou-se célebre João Fernandes Vieira, nascido na Madeira, elogiado como o *Castrioto Lusitano* por chefiar a campanha vitoriosa dos brasileiros contra holandeses, que forçou os intrusos calvinistas a abandonarem, em 1654, a longa faixa da costa brasileira. O herói, cuja estátua está colocada no parque municipal na cidade do Funchal, dirigiu, também, a comunidade portuguesa em Angola, entre 1655 e 1661. Cada vez mais madeirenses foram envolvidos nas contendas coloniais, na conquista e na valorização[23] do vasto "mundo que o português criou" (Gilberto Freyre) existente desde a Amazónia americana até ao Macau da China.[24]

A Madeira mantinha o seu papel prioritário de encruzilhada dos destinos humanos, descrito com propriedade por Gaspar Frutuoso, celebrando a ilha "*que Deus pôs no mar oceano ocidental para escala, refúgio, colheita e remédio dos navegantes.*" Cosmopolitas de todo tipo fizeram realmente a sua escala na ilha. A ilha era ameaçada, nomeadamente durante o século XVI, por corsários ingleses como Francis Drake, John Hawkins ou Martin Frobisher,[25] contudo a Madeira – ao contrário das ilhas de Cabo Verde – saiu sempre ilesa por oferecer quantidade ilimitada de água potável, tão precisa, e de alimentos. Sempre com maior frequência, ali aportaram capitães de frotas e chefes de expedições de descobrimento, apareceram biólogos e visitantes atraídos pelo clima agradabilíssimo. James Cook aportou na Madeira em 1768 e 1772, o cientista austríaco Friedrich Welwitsch propôs o estabelecimento de uma estação botânica no Funchal para pesquisas científicas. O investigador eclesiástico alemão Ernst Hans Schmitz fundou, em 1882, o museu de história natural nas colinas em cima da cidade capital madeirense. Naquela altura começaram a chegar os primeiros turistas e visitantes aristocráticos. Um deles, seguindo o exemplo da sua mãe Isabel (Elisabeth – "Sissi") que tinha gozado da estada na Madeira duas vezes, foi o último imperador austro-húngaro Carlos I (1887–1924). A sua busca por refúgio terminou, após curta estada, com o súbito falecimento; o seu sepulcro na igreja do Monte, acima do Funchal, leva uma inscrição que relembra a alta posição do monarca, indicando, entre outros títulos, o de "rei de Boémia".[26]

---

[23] Durante primeiros 150 anos, os madeirenses participaram nas muitas guerras e campanhas na próxima África de Noroeste, combatendo em Tanger (1437), Arzila e Tanger (1471), Arzila (1495), Safim (1510), Azamor (1513), novamente Safim (1520 e 1530), Santa Cruz do Cabo Gué (1533) e Azamor (1537); finalmente, o destacamento auxiliar madeirense assistiu ao desastre de Alcácer-Quibir, em 1578.

[24] Para além de muitos artigos que dizem respeito à história dos madeirenses em Angola, no Brasil e em otras possessões portuguesas e não portuguesas individuais, recomenda-se a seguinte síntese bem sucedida da emigração madeirense: Ana Isabel SPRANGER, *A Diáspora Madeirense,* Funchal: SRE e Caixa Económica do Funchal, 1984.

[25] Ver Eduardo PEREIRA, *Piratas e Corsários nas Ilhas Adjacentes,* Funchal 1975.

[26] Todas as biografias do emperador mencionam Madeira, falando, algumas vezes, sobre as modestas condições de vida na ilha. Ver p.ex. Reinhold LORENZ, *Kaiser Karl und der Untergang der Donaumonarchie,* Graz 1959;

A história da ilha da Madeira elucida-nos bem sobre a importância estratégica das ilhas atlânticas para os inícios da expansão europeia global e para a história do colonialismo europeu. Iniciativas portuguesas no tempo dos descobrimentos marítimos, assim como o ambiente cosmopolita europeu na encruzilhada das vias marítimas e aéreas influenciaram de maneira decisiva o facto de a ilha da Madeira manter até agora um significado extraordinário.[27]

(Escrito em português pelo autor)

Gordon BROOK-SHEPHERD, *Um Krone und Reich,* Viena 1968; Erich FEIGL (red.), *Kaiser Karl,* Viena 1984, etc.

[27] Dentro do mundo lusófono, a importância da Madeira está bem caracterizada na obra de Enzo SILVEIRA, *A Ilha da Madeira nos Destinos do Brasil e Portugal,* Funchal: JGDAF, 1956.

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 169–187

A NOVA ÁFRICA, A NOVA ÍNDIA E O NOVO MUNDO – O BRASIL – NOS ESCRITOS QUINHENTISTAS CHECOS*

por SIMONA BINKOVÁ
(Universidade Carolina de Praga)

Correndo agora meio milénio depois dos descobrimentos portugueses no ultramar, importa fazer um balanço dos nossos conhecimentos sobre a divulgação das informações a este respeito, pelo território dos países checos, particularmente na sua língua vernácula. Nos últimos anos, o tema dos descobrimentos geográficos tornou-se objecto de interesse de vários historiadores checos; sobretudo no campo de americanística, os investigadores esforçaram-se por registar a importância das empresas marítimas no nosso contexto[1] merecendo atenção, também, a expansão portuguesa para o Norte da África[2]. Por outro lado, as navegações dos portugueses ao redor do continente africano, as suas actividades no Oceano Índico, no Mar Vermelho e no Golfo Pérsico, tal como a actuação dos sucessores de Vasco da Gama na Índia, no Extremo Oriente e nas ilhas das especiarias, tal como se reflectiram nos escritos checos do século XVI, têm ocupado muito menos espaço entre os trabalhos dos estudiosos.[3]

A Cosmografia Checa

Tida como uma das fontes mais importantes, tanto pela sua popularidade entre os leitores coetâneos, como pela amplitude geográfica e cronológica dos dados informativos (e, acrescente-se, pela relativa novidade das informações que contém) emerge a versão checa da *Cosmografia* de Sebastião Münster, traduzida por Zikmund de Púchov (Zikmund z Púchova) e publicada no ano 1554. Sublinhe-se que a *Cosmografia Checa* (Kozmografia česká[4]) se baseia em apenas uma das várias versões de Münster, publicadas no mesmo ano (1550): a saber, na latina[5], muito mais ampla que a alemã (cuja visão do mundo e da sua história se encontra mais ligada à geografia e historiografia da Antiguidade do que ao mundo contemporâneo). A diferença entre

* Este artigo tem sido elaborado no marco do projecto científico da Faculdade de Filosofia da Universidade Carolina de Praga e do Ministério da Educação da República Checa MSM 0021620824.

[1] Comp. p.ex. Josef Polišenský, "Centro da Europa, Portugal e a América que leva o nome Brasil", *Ibero-Americana Pragensia*, XII, 1978, pp. 9–18; Oldřich Kašpar, "Les découvertes d'outre mer du Portugal et leur écho dans les pays de Bohême du XV^e^ au XVIII^e^ siècle", em: *La Découverte. Le Portugal et l'Europe* (Actes du Colloque, Paris, 26–28 mai 1988), Paris 1990, pp. 309–318. Ver também Josef Polišenský – Simona Binková, "As fontes para a história dos descobrimentos portugueses na Checoslováquia". In: *A Abertura do Mundo. Estudos de história dos descobrimentos europeus*. Organização de Francisco Contente Domingues e Luís Filipe Barreto, Editorial Presença, Lisboa, vol. II, pp. 183–189. Mais referências ver ao longo deste texto. Não nos referimos à problemática da América espanhola.

[2] A atenção dos checos foi atraída sobre tudo pela morte do rei D. Sebastião na batalha de Alcácer Quibir, comp. Jiří Hrubeš, "Periódico de octavillas checo sobre la derrota de los portugueses en África en el año de 1578", *Ibero-Americana Pragensia*, III, 1969, pp. 213–217; Kateřina Kozická, "O sebastianismo na literatura checa dos séculos XVI–XVII", *Ibero-Americana Pragensia*, XXVI, 1992, pp. 33–45.

[3] Comp. Miloslav Krása, "Počátky známosti Indie v českých zemích" (Os começos do conhecimento da Índia nos países checos), *Sborník historický*, 1971, pp. 149–181.

[4] Zikmund z Púchova, *Kozmografia česká: To jest vypsání o položení krajin neb zemí…*, Praha 1554.

[5] Sebastian Münster, *Cosmographiae universalis libri VI*, Basileae 1550.

ambas é fundamental e a atitude do tradutor, ao escolher a versão que mais correspondia ao estado actual que se tinha dos conhecimentos geográficos na Europa central naquela época, caracteriza a obra checa e demonstra que o público-alvo tinha um real interesse em obter informações actualizadas. Esta tendência vê-se reforçada pelo facto de se terem incluído na *Cosmografia Checa* trechos de textos não procedentes da obra de Münster mas traduzidas de outros autores centro europeus da época, como vamos comprovar mais adiante.

A *Cosmografia checa*, à semelhança do seu modelo latino, está dividida num grande número de capítulos, por sua vez agrupados em secções mais gerais. Os capítulos introdutórios dedicam-se aos temas bíblicos (a criação do mundo e do Homem), às condições naturais da Terra (forma de esfera, seu tamanho e recursos naturais) e as particularidades dos três continentes conhecidos pela seguinte ordem: Ásia, África e Europa. Nas três secções mencionadas, aparece a temática dos descobrimentos portugueses.

Uma referência geral à época das navegações marítimas, registando-se os assuntos mais importantes por ordem cronológica, encontrámo-la na secção dedicada à História da Europa, nomeadamente de Portugal (cap. "Sobre o Reino de Portugal e a ordem dos seus reis")[6]. Nos parágrafos dedicados aos reis da dinastia de Avis (D. João I, seus filhos e descendentes), o leitor checo obtém uma visão panorâmica dos acontecimentos:

"Este João cousas grandes realizou. Arrebatou aos sarracenos a esplendorosa cidade de Ceuta[7]*. Teve vários filhos, dos quais os portugueses consideram santo a Fernando pela castidade da sua vida e pela sua devoção. E este Fernando, ao ser preso em combate pelos sarracenos, levou a sua vida com tal paciência (sendo vigiado entre eles) que sustentou não somente a si mesmo, mas também a um criado, com mover a pedra de moer, por ser submetido pelos bárbaros a sustentar-se por aquele trabalho. O Henrique, por sua parte, descobriu as novas ilhas no mar Atlântico, e por ser bom matemático ficou a viver para a arte de astronomia, sem entrar no estado de casado, passando a sua vida numa saliença terrestre ao mar que se chama o cabo de São Vicente. Escolheu esse sítio para viver pela razão de ser ali o céu raramente encoberto. Morreu no Ano do Senhor de 1460.*

Ao ser proclamado Rei, D. Duarte, filho maior do dito rei D. João, sujeitou pela espada as cidades africanas de Arzila, Tânger e Alcácer-Ceguer[8] *e as uniu com o Reino de Portugal…*

…Depois, o irmão do rei D. Duarte, o infante D. Henrique, senhor de ânimo e valentia, como primeiro neste nosso século intentou a navegar longe e a procurar ilhas novas e desconhecidas. E chegou primeiro à ilha da Madeira[9] *que naquele tempo foi deserta embora o seu solo foi muito favorável para a colheita de diferentes frutas, particularmente para o cultivo da cana-de-açúcar que se plantou ali naquela altura e cresce lá em grande abundância. Para mais, o açúcar é tão bom que pela sua qualidade supera a muitos outros que em Europa se encontram. De Madeira, lançou-se para mais adiante e chegou às ilhas Canárias, ou Afortunadas, e de ali seguiu a navegar ao redor da África e encontrou muitas cousas raras.*

Depois de vários anos, o Rei D. Manuel reuniu um grande número de navios e no Ano do Senhor de 1500 os mandou ao Ocidente, Sul e Oriente. Por meio daquela navegação chegou a saber cousas inauditas. É que encontrou caminho, através do mar, para um novo mundo antes desconhecido e encontrou também outro caminho de Oeste para Este pelo qual se chega de Portugal à Índia donde procedem diferentes especiarias." (f. 168)

Nestes parágrafos resumem-se, pois, os dados mais importantes do período que vai desde 1415 até 1500: a conquista das fortalezas norteafricanas em Marrocos, a colonização das ilhas atlânticas da Madeira e das Canárias, a circum-navegação da África, a chegada pelo mar à Índia e, sem o referir neste lugar explicitamente, também a chegada ao Brasil (quando se fala de navegação transatlântica e do descobrimento do "novo mundo, antes desconhecido").

Também o panorama dos reis de Portugal e de outros membros da Casa Real que tinham desempenhado um papel importante na expansão (D. João I e os seus filhos D. Duarte –futuro

[6] *Kozmografia česká*, ed. cit., ff. 167v–168v.
[7] Em checo: "*město Septenské*". Ibid., f. 168.
[8] Em checo: "*Zelyam, Týgem a Alkazar, města africká*". Ibid. A diferença do que se diz no texto, Alcácer Ceguer foi conquistado em 1458, Arzila e Tânger em 1471, ou seja no reinado de Afonso V, filho do rei D. Duarte.
[9] Em checo: "*do ostrovu Medery*". Ibid.

Rei–, D. Henrique e D. Fernando; e o Rei D. Manuel) é bastante completo, embora não se mencione nem D. Afonso V, nem D. João II como promotores da expansão.

As actividades económicas dos portugueses ligadas ao comércio das especiarias, são avaliadas, segundo a opinião dos autores europeus, antes negativamente acentuando-se o monopólio português como algo nocivo. Critica-se também o suposto esforço de evangelização, que somente encobre interesses de benefício material:

"Acha-se que tal navegação dos portugueses prejudica e faz mal a toda a Europa, particularmente a do Ocidente. Sobre o tema, Paulus Jovius[10]*, homem douto da Itália, escreve que, pela navegação dos portugueses, não somente se cerra o caminho de outras nações à Índia, senão que os portugueses se apoderam também com alto lucro das melhores especiarias vendendo-no-las o mais caro possível, o que é o pior de tudo. Embora digam que pelas suas navegações não procuram outra cousa senão a divulgação geral da fé cristã, tal é somente um engano, já que, na realidade, não pensam em outra cousa senão em benefício próprio, como fazem todos os demais comerciantes e, nomeadamente, os mais eminentes. Mas Damião, nascido em Portugal*[11]*, defende a sua pátria justificando que isto não é culpa dos portugueses senão de aqueles que compram e logo vendem a outros. Assim, os diferentes revendedores que procuram somente o seu próprio proveito, prejudicam tudo antes de chegar a nossas mãos e os mesmos não consideram nenhuma cousa como boa, divina e salvadora se não for relacionada com o lucro. Por essa razão, os supremos deste mundo não deveriam suportar pessoas tão nocivas, antes bem erradicá-las com maior diligência, tal como os judeus, peste local."* (f. 168v)

Nas demais partes da *Cosmografia checa*, a temática dos descobrimentos portugueses apresenta-se sob dois pontos de vista: o sincrónico, ou seja, tomando em conta o estado de conhecimentos que se tinha na Europa (e, nomeadamente, na Europa central) sobre as regiões do Ultramar no momento em que se redigiu a obra, independentemente de serem conhecidas desde a antiguidade ou de serem descobertas recentes; e o diacrónico, expondo a história dos descobrimentos geográficos e apresentando a rivalidade hispano-portuguesa nesta área.

A atitude sincrónica, descritiva, aparece em geral na secção dedicada à Ásia. Ali se apresentam as diferentes regiões e cidades da Arábia, da Índia e da actual Indonésia: cf. por exemplo, os capítulos "Que especiarias crescem na Arábia Feliz" (ff. 56v–57), "Aden, cidade do comércio na Arábia Feliz, e outra cidade que se chama Agaz" (f. 58v), "Da cidade chamada Ormuz e das pérolas que perto dela se colectam" (f. 61), "Da Índia que mais perto da Europa se encontra, diante do rio chamado Ganges" (f. 75). Em todos estes capítulos fazem-se referências às especiarias e outras plantas ou recursos naturais como objecto de comércio, aos animais exóticos, à gente nativa e seus costumes.

No seguinte, escreve-se "Sobre a Índia que se encontra para lá do rio Ganges" (ff. 79v–80) e "Sobre as diferentes artes humanas que se encontram na Índia e noutros lugares" (ff. 80–80v) onde se discorre sobre um tema popular das idades Antiga e Média: malformações de seres humanos. As informações baseiam-se em autores como Plínio, Megasthenes, Santo Agostinho, Isidoro e outros.

No capítulo "Aurea Chersonezus" –dedicada a Malaca, considerada uma ilha– aparece pela primeira vez uma referência explícita ao comércio português de especiarias. Diz-se:

"Esta ilha chama-se assim pela sua preciosidade. Traduz-se o nome como Ilha Dourada por se encontrar nela ouro, pedras preciosas e uma abundante variedade de especiarias.

As árvores verdejam sempre e dão fruta continuamente. Neste tempo chama-se Malaca e há um grande armazém nela. Os portugueses trazem actualmente de lá para estes países grandes quantidades de espécies. Não é que naquela ilha cresça toda a especiaria porque quase não se dá outra senão a pimenta, mas porque levam lá de outras ilhas afastadas outras espécies, como canela, cravos, noz-moscada e maçãs. Levam-nas em barcos que não estão ajustadas com nenhum ferro, senão somente com cabos de palmei-

[10] Paolo Giovio (1483–1552), historiador italiano, autor de várias obras, p. ex. *Historiarum sui temporis libri XLV*, Firenze, 1550–1552, 2 vols., que abrange os anos 1494 a 1547.

[11] Evidentemente, Damião de Góis (1501–1573), historiador português, autor das crónicas do rei D. Manuel (Lisboa, 1566, 4 vols.) e do príncipe João (Lisboa, 1567) e da descrição dos primeiros descobrimentos portugueses *Commentarius rerum gestarum in India citra Gangem a Lusitanis* (1539).

ras e cujas velas são trançadas de ramos de palmeiras e de forma redondeada. Eles chamam tais barcos juncos." (f. 82)

Um outro ponto de vista, de interesse pela história da presença lusa na Índia, aparece no capítulo sintomaticamente intitulado "Como neste tempo foi conhecida a Nova Índia" (ff. 82v–83). Nele, faz-se referência às cidades e reinos de Cambaia, Adem, Diu, Goa, Daquém e às circunstâncias da guerra com os turcos pelo poder nesta região, nos anos trinta do século XVI (ff. 82v–83).

Há também a descrição dos reinos de Narsinga (Bisnaga) e Cananor (ff. 83v–84), e de Calecut (ff. 85–85v). A *Cosmografia* contém igualmente breves capítulos sobre os recursos minerais: "Do diamante, pedra preciosa" (ff. 83–83v), e sobre os animais exóticos: "Como na Índia utilizam os elefantes para o combate" (ff. 84–84v), "De rinoceronte, que em checo pode chamar-se *nosorožec*" (f. 85). A designação para o rinoceronte foi introduzida na língua Checa como decalque através do Latim (originalmente do Grego). O aspecto do animal despertou tanta atenção na Europa ao ser trazido para a corte portuguesa que a sua descrição aparece em quase todas as crónicas contemporâneas, às vezes com a famosa gravura de A. Dürer. Também na *Cosmografia Checa* se escreve:

"No Ano do Senhor de 1513, o dia primeiro de Maio, foi trazido a D. Manuel, Rei de Portugal, um rinoceronte vivo da Índia, malhado de cor amarelenta à maneira de sapo grande, coberto de cascas grandes e poderosas, parecidas a broqueles ou escudos, tão grande como um elefante, só de pernas mais baixas. Tinha um corno forte e agudo nas narinas… No Ano do Senhor de 1515, D. Manuel, Rei de Portugal, fez um espectáculo em Lisboa, soltando juntos um elefante e um rinoceronte, teatro decerto raríssimo, no que o elefante foi vencido." (f. 85)

No seguinte, descreve-se a cidade de Calecut e a religião hindu ("Calecut", f. 85–85v), a estratificação social e os costumes do povo ("Dos hábitos dos hindus em Calecut", f. 86); refere-se à fauna ("De pássaros e animais de Calecut", f. 87) e, com particular detalhe, às especiarias da região, em dois capítulos ("Que especiaria cresce no reino de Calecut", f. 86v, e "Donde chega a especiaria a Calecut", f. 87v). Maior interesse atraem, naturalmente, a pimenta e o gengibre; o aspecto das plantas, dos seus frutos (no caso da pimenta), a sua colheita e a subsequente secagem ou, no caso do gengibre, a reprodução da sua raiz. Menciona-se também a canela, o cravo, a noz-moscada, as maçãs e muitas outras espécies, plantas e produtos pouco ou nada conhecidos na Europa.

Nos outros capítulos referem-se sobretudo as mercadorias, objectos de comércio nas diferentes regiões, não somente da Índia ou Indonésia ("Da ilha chamada Ceilão e da canela", f. 88; "Da cidade de Tarnaseri [sic] e dos costumes do seu povo", f. 88; "Da cidade e do reino chamados Pegu", f. 88v; "Ilha de Sumatra", f. 88v; "Ilha de Bornéu", f. 90; "Giava [sic] Ilha", f. 90; "Ilha de Java", f. 90), mas surpreendentemente também da África ("Ilha de Madagáscar", f. 90v; "Ilha de Zanzibar", f. 90v). Nas ilhas africanas comercializava-se, entre outros, sândalo, marfim, ambra e baleia. A inclusão daqueles territórios neste contexto deve-se evidentemente ao conhecimento e utilização, pelo autor da publicação original, i.e., Sebastião Münster (eventualmente seus predecessores), do texto de Marco Polo que descreve precisamente os mesmos territórios, os mesmos sítios. Na mesma fonte parece ter origem o capítulo "De duas ilhas em que os homens e as mulheres vivem separada e diferenciadamente" (f. 91).[12]

O que se segue é uma informação relativamente ampla sobre "O império de Catai" e de outros países do Oriente (ff. 91–94).

[12] O livro de Marco Polo atraiu muita atenção do público europeu desde a sua redacção. A sua tradução para o checo é de uma data muito temprana, fez-se ao redor do ano 1400 (é uma das primeiras traduções à uma língua nacional, pelo menos no ámbito centroeuropeu, e a primeira para uma língua eslava). Também a tradução para o português deve-se a um habitante dos países checos – o tipógrafo Valentim Fernandes de Morávia. Embora surgiu muito antes da chegada dos portugueses ao Oriente, influiu muito na imagem renascentista e humanística que os europeus tinham dos países asiáticos, segundo pode observar-se inclusivamente na mesma Cosmografia. A versão do Milhão mais divulgada pela imprenta foi a publicada pelo veneciano Giambattista Ramusio na sua colecção "Navigazioni e Viaggi" (t. 2, 1559) que no seu prólogo contêm várias alusões ao historiador português da época dos descobrimentos marítimos João de Barros. Esta edição é, pois, a que une a informação ainda medieval com a experiência da Idade Moderna.

As informações mais recentes sobre as navegações dos povos ibéricos estão apresentadas na subsecção chamada "De novas ilhas, como, quando e por quem foram descobertas" (ff. 94–117 v). Em primeiro lugar, presta-se atenção às primeiras três viagens de Cristóvão Colombo, entre 1492 e 1501. Logo depois, apresenta-se resumidamente a história da repartição da Terra pelo Tratado de Tordesilhas de 1494, a chegada dos portugueses à Índia e às Ilhas Molucas, tudo no capítulo "Os portugueses procuram novas ilhas no Oriente" (ff. 97v–98v):

"E quando os espanhóis de Castela procuraram no Ocidente as novas e desconhecidas ilhas, os portugueses tentaram o mesmo no Oriente. E para que uns não fossem obstáculo para os outros, se dividiram o mundo pelo poder papal, de Alexandre VI, de maneira que das ilhas chamadas Hespérides, ou Capitis Viridis, uns navegassem para o Ocidente, e os outros para o Sul. E todos os países desconhecidos que se encontrassem ao Oriente, que sejam dos portugueses, e os que ficassem no Ocidente, que passassem ao poder dos castelhanos.

E aconteceu que os castelhanos navegaram pelo Sul ao Ocidente onde encontraram uma terra contínua e muito grande e muitas outras ilhas grandes, e em elas ouro, pérolas, pedras preciosas e outras riquezas copiosas em abundância. Os portugueses, pela sua parte, se dirigiram pelo Sul e pelas costas das ilhas que se chamam Hespérides, passando o Equador e o Trópico do Câncer[!][13]*, ao Oriente e chegaram através das baías Árabe e Pérsica, às costas da Índia para lá do Ganges, onde no presente há a feitoria mais esplêndida e o reino de Calecut. Dali navegaram à Taprobana, que actualmente se chama Zâmara e Sumatra*[14]*, dali passaram a Auream Chersonezum onde se encontra Malaca, cidade prestigiosa e maior armazém do Oriente. Dali se dirigiram pela baía grande e chegaram ao povo sinarês*[15]*. Não longe da cidade de Malaca há ilhas que se chamam Molucas nas que cresce diferente especiaria que dali se vende a Malaca. Por isso, inventaram caminho para que também os castelhanos pudessem navegar às ilhas Molucas e dali transportassem mais facilmente e com menores custos e mais barato as espécies a Castela. O caminho de navegação foi pensado tal que deviam atingir o Oriente navegando do Ocidente rumo ao hemisfério sul. O assunto pareceu primeiro muito difícil por ser cousa insegura se ao longo do mar o Oriente ficasse separado do Ocidente por uma terra ou se fosse possível atingir o dito lugar pelo mar. É que ainda se ignorava se a terra grande, que se chama Firme, separava o mar ocidental do oriental. Mas souberam bem que aquela nova terra contínua se dirigia a Sul e dali outra vez ao Ocidente. E ademais, encontraram mais duas outras terras ao Norte, uma chamada Terra dos Bacalhaus e a outra Terra Florida, que caso se unissem com a Terra chamada Firme, não seria possível chegar do Ocidente ao Oriente…"* (ff. 97v–98)

Segue uma minuciosa descrição da viagem de Fernão de Magalhães ao serviço de Carlos V, no capítulo "Magalhães, através do mar estreito, passou ao Oriente a ilhas várias onde também se morreu" (ff. 98v–99v), e da continuação da navegação, no de "Os espanhóis chegaram às Molucas" (ff. 99v–100). Depois, a atenção volta-se para a figura de Colombo. É muito interessante observar que, diferindo de numerosos escritos contemporâneos –que acentuam em tal medida a importância de Américo Vespúcio que até esquecem praticamente o Almirante–, na *Cosmografia Checa* (claro está que tomado da versão latina de Münster) o papel descobridor de Cristóvão Colombo encontra-se devidamente avaliado:

"…muito antes [Colombo] *tinha achado ilhas desconhecidas, e aquela terra inteira, que chamam o Novo Mundo, mas não descobriu o mar pelo qual se atravessa por ela até ao Oriente."* (f. 100)

Na série de capítulos seguintes comentam-se acontecimentos que levaram ao reconhecimento das costas sul-americanas e que, na época moderna, podemos considerar como as primeiras navegações em que se avistou ou tocou o actual território brasileiro, seja ao serviço dos reis de Castela ou dos de Portugal: "Pedro Alonso na procura de novas ilhas" (ff. 100v–101); "Pinzón, companheiro do Almirante, procurando novas ilhas" (ff. 101–101v); e toda uma

[13] O Trópico do Câncer fica, naturalmente, no hemisfério norte, depois se chega às Ilhas de Cabo Verde e ao Equador. O Trópico referido deve ser o do Capricórnio.

[14] Taprobana foi uma denominação antiga que se atribuia ou à ilha de Ceilão ou à ilha de Sumatra.

[15] Provavelmente referência a Sião.

secção "Das quatro navegações de Américo Vespúcio às novas ilhas" (ff. 101v–104). A mesma contém "A primeira navegação de Vespúcio" (ff. 101v–102) realizada supostamente entre 1497 e 1499, ao serviço do rei D. Fernando de Castelha (de Aragão) dirigida à região entre os 16º de latitude sul até ao Trópico do Câncer [!]. O leitor checo pode ler as seguintes informações acerca dos indígenas antropófagos, encontrados no primeiro dos territórios contactados:

"Mantêm luta e guerra com os seus vizinhos, que falam outro idioma que eles. Mas não lutam para ampliar o seu reino, porque não têm nenhuma administração suprema, nem por riqueza alguma, satisfazendo-se com aquilo que têm, mas por vingar a morte dos seus antepassados. À refeição praticam costumes sumamente bestiais. Sentam-se grosseiramente na terra e não tem toalhas de mesa nenhumas. Deitam-se em uma espécie de grande tecido de seda pendurado no ar… Raramente comem outra carne senão a humana. Matam e comem todos seus inimigos que capturam…" (f. 102)

"A segunda navegação de Vespúcio" (f. 102v), iniciada em "Maio do ano seguinte", quer dizer, em 1500, e dirigida baixo do Equador, notifica da chegada à famosa Ilha dos Gigantes e, de volta, às Antilhas achadas nos anos anteriores por Colombo. "A terceira navegação de Vespúcio" (ff. 103–104) descreve a viagem ao serviço do rei D. Manuel de 1501 a 1502, que constituiu o mais importante dos reconhecimentos da costa do subcontinente sul-americano que, por fim, deu o nome às terras antes desconhecidas. Na Europa, o resultado daquela navegação ia sendo divulgado rapidamente em várias línguas, através das traduções da celebérrima impressão da carta de Vespúcio a Lorenzo di Pierfrancesco de Medici, conhecida pelo nome de *Mundus Novus*.[16]

No capítulo "A quarta navegação de Vespúcio" (ff. 103v–104) narra-se a frustrada expedição ao Oriente, na qual a sua armada passou pelas Ilhas de Cabo Verde e pela Serra Leoa, sofrendo na etapa seguinte um naufrágio, que obrigou a tripulação a voltar a Portugal.

O interesse da *Cosmografia checa* centra-se logo nas conquistas portuguesas efectuadas nas Índias Orientais, concretamente em Malaca e Goa, pela actividade de Afonso de Albuquerque em 1510 a 1511, tratada no capítulo "Conquistados e dominados pelo rei de Portugal alguns sítios da Índia" (ff. 104–104v). Para nos dar uma ideia do volume de informações sobre os acontecimentos, obtidas pelo público checo, traduzimos este capítulo na íntegra:

"Quando, nos anos seguintes, os navios navegavam com frequência do Ocidente, pelo Sul, para o Oriente e os lusitanos já tinham encontrado um caminho marítimo seguro, aconteceu que os mesmos lusitanos enviaram às regiões do Oriente algumas tropas, encarregado o comando supremo sobre eles pelo rei D. Manuel a um tal Afonso[17]*, para vingar os prejuízos e injustiças sofridas pelos portugueses.*

Para isso, dirigiram-se a Aurea Cherzonezus, chamada pelos habitantes Malaca, cidade muito grande -administrada por um rei mouro, porque a seita maometana se espalhava até ali e pensavam conquistá-la. Os portugueses, dando batalha aos sarracenos e matando muitos inimigos, apoderaram-se da cidade, ocuparam-na, saquearam-na e queimaram-na.

O próprio Rei, em um elefante, participou no combate e sendo gravemente ferido, fugiu com outros mouros restantes. Naquela batalha pereceu um grande número de inimigos com baixas insignificantes dos portugueses. Muitos dos inimigos foram capturados junto com um butim enorme, no qual foram sete elefantes e cerca de dois mil instrumentos de guerra variados, de latão.

Conquistada a cidade e repelidos os inimigos, Afonso, para benefício dos cristãos, mandou construir um fortíssimo castelo na boca do rio que atravessa a cidade pelo meio.

---

[16] Também no checo se fez uma tradução contemporânea – por volta de 1506 – do dito documento, completada por dados de outras fontes e publicada pelo tipógrafo Mikuláš Bakalář na cidade de Plzeň; desta forma, pode-se ler em terras checas sobre estes descobrimentos geográficos já no primeiro decénio do século XVI. Ver *Spis o nových zemiech a o novém světě, o němžto jsme prve žádné známosti neměli ani kdy co slýchali* (Tratado das novas terras e do novo mundo de que antes não tivemos nenhum conhecimento, nem ouvimos nada dele, Plzeň, s.a.). A mais recente edição fac-simile, transcrição moderna, comentários e traduções para diferentes línguas comp. em Pravoslav Kneidl, *Spis o nových zemích a o novém světě*, Praha, PNP 1981.

[17] Afonso de Albuquerque (1462–1515), representante militar e administrativo português na Índia, Vice-rei entre 1509–1515.

Houve naquela altura, isto é no ano 1512, na cidade de Malaca numerosos comerciantes forasteiros e de nações estrangeiras que, pelos negócios, se dirigiram à cidade a qual encheram em busca de grandes riquezas e diferentes espécies. E aqueles pediram a Afonso bondosamente a paz e foram gentilmente acolhidos por ele. E para que pudessem viver com maior segurança, se lhes permitiu edificarem as suas moradas ao redor do castelo. No presente, o armazém que está aqui é muito maior e excelente que o anterior.

Tendo arranjado de tal maneira as cousas na cidade de Malaca, Afonso deixou naquela fortaleza seiscentos homens valentes de guarda e voltou para a Índia. Ali, encontrou a cidade de Goa, o castelo mais importante que –faz anos e com grande perigo dos nossos e ainda maior perecer dos inimigos– tinha conquistado e entregado ao poder do rei D. Manuel, encontrou-a pois sitiada pelos mouros. Deu-lhes guerra e obrigou-os a dar-se por vencidos.

Logo vieram a ver Afonso também os emissários do Rei de Narsinga, do Rei de Cambaia, do Rei de Grozape [sic] e de outros muitos reis e príncipes, para pedir a paz, entregando cada um deles presentes dos seus reis." (ff. 104–104v)

As mesmas noticias, e outras ainda com maior detalhe, sobre a actuação de D. Afonso de Albuquerque (cujo nome resulta deformado em Alfonsus z Albiecher) em Malaca e na Índia aparecem na tradução para Checo da afamada carta do rei D. Manuel ao Papa Leão dada em Lisboa no dia 6 de Junho de 1513. Este texto não foi publicado na *Cosmografia* de Sebastião Münster. Zikmund de Púchov serviu-se, neste caso, de uma outra fonte de informações –um outro panorama da História muito lido naquele tempo–, o *Weltbuch-spiegel* de Sebastião Frank[18] que, apesar de utilizar ainda –como era característico da época– os conhecimentos e opiniões geográficas de autores da Antiguidade, pôs conscientemente muita ênfase também em autores modernos e, em muitos casos, participantes e testemunhos oculares dos descobrimentos e viajantes que costuma citar ao longo do texto (p.ex. Varthema, Nicolas Veneto, Cadamosto, Colombo, Vespúcio, Cortés). A sua obra divide-se em quatro livros: Ásia, África, Europa e também América (que, diferindo das citadas Cosmografias de Münster bastante posteriores, aparece sob a forma de um capítulo independente). Incorporam-se no seu texto também notícias dos "novos mundos e ilhas".

A iniciativa do tradutor checo da *Cosmografia* do Münster vai para além do mero trabalho de tradutor; nota-se nele um evidente esforço para conseguir e incluir mais novidades sobre assuntos actuais, sem depender de uma única fonte de informações.

Entre o capítulo que se debruça preponderantemente sobre o Oriente (ff. 104–104v) e o que apresenta as cartas de Fernão Cortés de Mexico (f. 105 ss.) vê-se incluído outro não pertencente a esta secção, tirado de Münster: o capítulo "Da Madeira e das Ilhas Canárias" (f. 104v). A mesma temática aparecerá outra vez na secção intitulada "Da segunda parte do mundo, quer dizer, da África" (ff. 118–148). As informações básicas sobre a África do Norte, particularmente sobre a Mauritânia, Túnis ou Egipto, fundam-se nos autores antigos, especialmente Ptolomeu. Segue-se uma subsecção de especial interesse, por apresentar as descobertas e conquistas de todo um século, com o título de "Descrição da Nova África" (ff. 142v–148). No seu início diz-se:

"Nos tempos actuais navega-se ao redor de toda a África, a saber desde a Hispânia até o Egipto e Calecut, mas ainda não conhecemos perfeitamente os países do interior da África, salvo o que se sabe sobre o Preste João e o seu reino que se diz ser na África posterior..." (f. 143)

Volta a fazer-se uma outra menção à ilha da Madeira, referindo-se o facto de os portugueses a terem povoado e de cultivarem lá a cana-de-açúcar e a videira. Depois do capítulo dedicado às Ilhas Canárias, à sua povoação nativa e às plantas e frutos seguem-se os capítulos: "Do Cabo Branco e das ilhas adjacentes" (f. 143v) fazendo-se referencia a Darguim como um grande centro de comércio, visitado também pelos portugueses; "Do povo que chamam Azaneies" (f. 143v) situado entre o Cabo Branco e a "terra dos negros", com referências a Tagaza [sic], Timbouctou e Mella [sic], aos jazigos de sal e ao comércio dos portugueses; "Da baía do rio Senegal e a região circumvizinha" (ff. 145–146) que

[18] Sebastian Franck, *Weltbuch-spiegel und Bildniss des gantzen Erdbodens*, Tübingen 1534. Comp. também Oldřich Kašpar, *Nový svět v české a evropské literatuře 16.–19. století* (O Novo Mundo na literatura checa e européia dos séculos XVI–XIX), Praha 1980, pp. 60–63.

descreve a sua posição geográfica, a povoação, a flora e fauna e, também, o comércio dos negros do reino do Senagal; "Do Cabo Verde e do reino da Gâmbia" (ff. 146–147) e, por fim, "Do Cabo da Boa Esperança e a região adjacente" (f. 147). Aqui diz-se:

"Longe do Cabo Verde e do reino da Gâmbia chega-se ao Cabo da Boa Esperança, que é um escolho até ao mar denominado por Pompónio «a frente da África», isto é onde a África parece terminar, dobrando pouco a pouco para Norte e Oriente. Aqui é o fim da terra africana, desconhecida de Ptolomeo… Porém, mais adiante do cabo situa-se o reino de Melimea [sic]*, a ilha de Sofala, muito abundante em ouro…"* (f. 147)

A seguir dá-se atenção ao Reino de Melinde como império do Preste João. O mesmo problema aparece ainda no capítulo "Do reino de Preste João" (ff. 147v–148) em que se explica o erro de o localizar na Índia, por confundir a Índia dos mouros e a asiática, e faz-se referência à carta do rei D. Manuel. No ano de 1534, o Preste João teria enviado vários homens sábios a Portugal para aprenderem a "língua hispana" e para compreenderem a sua religião. Tomando em conta a data da publicação da *Cosmografia checa* (1554) é uma das referências mais actuais referentes ao Ultramar português nesta obra.

Com isto, acaba-se a secção dedicada a África e a obra continua com a secção "Da Europa, a terceira e última parte do mundo" da qual já nos temos ocupado. Na *Cosmografia checa,* ao contrário do que acontecia com a *Cosmografia* de Sebastião Münster, não foram incluídos os mapas, quer o *mapa-mundi* com o traçado da América ou Ilha do Brasil, do Estreito de Magalhães, da Terra Florida, Cuba, Espanhola, etc., quer os da *Nova tabula Indiae*, *Africae nova descriptio* ou *Novus Orbis,* que apresentam também os territórios recém descobertos. As informações de Münster referentes a Portugal e aos seus descobrimentos, retomadas por Zikmund de Púchov, parecem basear-se principalmente nas obras de Damião de Góis, Luis de Cadamosto ou Américo Vespúcio, citados na introdução e na lista de autores. A obra de Münster conclui-se com a versão em hebreu e em latim da carta do Preste João a Roma.

Até pouco mais de meados do século XVI, a *Cosmografia checa* é, sem dúvida, a fonte mais ampla sobre as actividades portuguesas no ultramar produzida em língua checa. Contém informações sobre ilhas oceânicas, sobre alguns dos pontos mais importantes situados na costa atlântica de África, sobre a circum-navegação do Cabo da Boa Esperança e a presença dos portugueses na Índia e regiões adjacentes, particularmente na época de Afonso de Albuquerque. Para além do geográfico, o maior interesse do livro centra-se no tema do comércio das especiarias. Nesta obra não passam despercebidos alguns pontos estratégicos da costa oriental africana nem o achamento de terra no Atlântico ocidental, mas como é lógico –e corresponde ao lento processo de exploração do Novo Mundo– o Brasil ainda não ocupa lugar de relevo nas informações sobre as terras descobertas por parte dos europeus.

Os portugueses nas Índias Orientais segundo o nobre checo Cristóvão Harant de Polžice e Bezdružice

A segunda fonte mais importante, escrita em checo, que trata da chegada dos portugueses à Índia, sobre as suas actividades comerciais em toda a Ásia, sobre os costumes dos povoados e outros assuntos similares, surge nos finais de quinhentos e é o relato da viagem dum membro da nobreza checa, Cristóvão Harant de Polžice e Bezdružice (Kryštof Harant z Polžic a Bezdružic, 1564–1621) à Terra Santa, efectuada em 1598.[19] Naquela ocasião, Cristóvão visitou não só Jerusalém, mas também o Egipto e passou a interessar-se pela história e pela actualidade dos países remotos da África e Ásia. Completando as suas vivências e experiências próprias com uma ampla leitura de tratados históricos e geográficos, escreveu um livro dado à estampa no ano de 1608 (mais tarde, em 1638, seria traduzido para alemão e impresso, em 1678, em Nuremberga).

Nesta obra, o seu autor apresenta conhecimentos bastante profundos e amplos sobre a pro-

[19] *Cesta do země svaté a do Egypta* (Viagem a Terra Santa e a Egipto), ms., publicado em checo em 1608. Edição moderna Kryštof Harant z Polžic a Bezdružic, *Cesta z království českého do Benátek, odtud do země Svaté, země Judské a dále do Egypta, a potom na horu Oreb, Sinai a sv. Kateřiny v Pusté Arabii* (Viagem do Reino de Boémia a Venécia, de ali a Terra Santa, terra de Judea e mais adiante a Egipto, e depois até o monte de Oreb, Sinai e de Santa Catalina na Arábia Desértica), tomos I e II, Praga 1854. Esta edição serviu-nos da fonte de citações.

blemática, dedicando-lhe todo um extenso capítulo (cap. 16 – "Discurso sobre as Índias Orientais, que países são, como os portugueses chegaram até eles e como até hoje os administram ali", t. II, pp. 124–149). Para fazer este amplo panorama, Cristóvão Harant serviu-se de um notável número de obras que cita ao largo do próprio texto, não só para lhe dar maior credibilidade, mas –como ele próprio adverte em várias ocasiões– para que os interessados pudessem aprofundar o tema noutros escritos especializados. Entre os autores recomendados para o Oriente encontramos portugueses (Damião de Góis, Odoardo Barbosa, João de Barros, Osório), italianos (M. A. Pigafetta, Niccolo di Conti, Ludovico Varthema, Pietro Mafei, Ramusio, Botero) e também holandeses (Hugo de Lindschoten), para a Etiópia cita-se sobretudo Francisco Álvares; sobre o reino do Congo, p. ex. Duarte Lopes. Conhece também descobridores, conquistadores e autores que tinham escrito sobre a América (Colombo, Vespúcio, Cortés, Cieza de León, Benzo), apesar de não ser esse o tema da sua obra.

Logo que Cristóvão Harant dedica a sua atenção, nomeadamente, à situação geográfica da Ásia, desde o Cáucaso até a China, e mais minuciosamente à Índia aquém e além do Ganges, apoiando-se nos autores antigos, passa a descrever as diferentes partes, regiões e reinos asiáticos, como a China, o Sião, Udia [sic], Pegu, Bengala, Aracan [sic], Industão, Orixa [sic], Narsinga ou Bisnagar, Malipur, Coromandel, Cael [sic], Pescaria, Malabar, Canara [sic, Cananor?], Decam [sic, o mesmo que Dachem, Daquen?], Guzurat ou Cambaia. Apresenta também nomes das ilhas de Java, Japão, Moro [sic], Ambão, Molucas, Bornéu, Samatra, Ceilão, Diu e outros.

A seguir, Cristóvão Harant interpreta sumariamente os acontecimentos principais da expedição marítima de Vasco da Gama a Índia, com surpreendente precisão e conhecimento não somente da história mas também no que toca a assuntos quase contemporâneos na Península Ibérica:

"Quando correu o ano de 1497, no mês de Julho, D. Manuel, Rei de Portugal (é país e parte da Hespanha, que antes tinha os seus próprios reis, mas depois passou a pertencer por parentesco ao rei de Castela pertencendo neste tempo ao dono e rei de toda a Hespanha, e se considera junto com outros espanhóis um só povo[20]*), depois de ter a notícia e tendo lido nas cosmografias ser possível chegar pelo mar até as Índias e depois de ter enviado via Egipto por terra a alguns que na Arábia e mais em diante contemplassem e explorassem as proximidades do mar e maneira de navegação*[21]*, expediu para começar quatro navios com homens armados para investigarem a possibilidade de chegar directamente pelo mar até às Índias. O capitão-mor da armada chamou-se Vascus Gama, cavaleiro. Este, mantendo-se sempre ao longo das costas da África, dirigiu-se sempre rumo ao nascer do Sol, até chegar a montanhas muito altas e que se estendiam a 6.000 léguas italianas da terra para o mar. Vindo-se obrigado passar mais em diante deixando-as de lado, foi muito atemorizado por horríveis tempestades, ventos, chuvas, frio, trevas e golpes do mar que em certas temporadas (como por exemplo nos nossos países no Outono) são tão terríveis e tremendos que não permitem passar por ali a nenhum barco e são também pelo resto do ano bastante perigosos por causa dos ventos que, por ambos os lados daquelas montanhas, rumam da terra ao mar, entrechocam, e o movem tão violentamente, que não há quem recordasse que alguém tivesse alguma vez passado de aqui em diante, senão pelo contrário cada qual retornava daqui considerando ser aqui de certo o fim do mundo. Gama, porém, a despeito da vontade de todos os seus marinheiros, pôs-se nos golpes e ondas do mar e navegaram sem saber se era de dia ou de noite, e arriscando as suas vidas, mas mais de tudo se preocupavam de não ser impelidos pelos ventos com vergonha de volta. E ocorreu que depois de muitos perigos passaram com alegria ao mar calmo sabendo ter as montanhas detrás de si. E vieram pelo lado países formosos e férteis, dirigindo-se aos mesmos. E como iam navegando com esperança até aquele momento e até hoje cada quem perpassa os ditos montes com uma esperança receosa, chamou-os primeiro Promontorium bonae spei, em italiano Capo di buona speranza, isto é Promontório (Cabo) de*

[20] Observação correspondente à época da redacção do texto, i.e. à época dos reis Habsburgos no trono português.

[21] Parece referir-se às expedições de Pero de Covilhã e Afonso de Paiva, em 1487 e seguintes.

Boa Esperança. Ali é onde mais navios e, as vezes, armadas inteiras se perdem quando não dão com bom tempo, que por aqui é muito raro.

Deixado atrás o mar perigoso, Gama manteve-se perto da costa fazendo parar em numerosas cidades e regiões nas quais foi aceite com amizade em muitos casos, sendo em geral estranho a todos com os seus navios e gente, por não terem avistado nunca semelhantes naquele mar. Por fim, chegou até as Índias, a Calecut, onde foi recebido por seu rei com solenidade e alegria. Mas isso não teve longa duração, por causa de grande quantidade de árabes e maometanos da Turquia e de outros lugares que naquela cidade mantiveram comércio, conduzindo de ali aos seus países especiarias e pedras preciosas e que temiam de que os portugueses os afastassem e rompessem os seus negócios, os caluniaram ante o rei e até armaram um conflito na cidade contra eles, no qual pereceram cerca de cinquenta portugueses. Por isto, Gama –estando nos seus navios– declarou guerra ao rei e pôs-se a pilhar os barcos que estavam no porto de Calecut, nos quais encontrou e se apoderou de muitas mercadorias; o resto destroçou por peças de artilharia, queimando e disparando tiros na cidade e dando grande prejuízo ao rei com a sua atitude. Logo saiu dali e dirigiu-se a um rei, tributário do de Calecut, induzindo-o a que renegasse o de Calecut para lutar contra ele junto com Gama, do que poderia contar-se muito mais ampla e dilatadamente. Mas, enfim, carregadas as naus com cousas preciosas, Gama dirigiu-se de volta a Portugal e chegou em ordem com três embarcações em 1499, sendo-lhe dadas umas sinceras boas vindas pelo povo local." (pp. 132–133)

Tal é, pois, a descrição dos acontecimentos iniciais da presença dos portugueses na Índia, como a apresenta Cristóvão Harant, desde o primeiro acolhimento amistoso até ao desentendimento acontecido entre os europeus e os asiáticos.

No mesmo livro de viagens de Harant segue-se a narração sobre a frota de Pedro Álvares Cabral que pelo rasto de Vasco da Gama foi enviada a Índia, sem se fazer a mínima alusão ao achamento do Brasil naquela ocasião:

"Depois, no ano de 1500, o Rei D. Manuel enviou outros treze navios e em eles 1.500 homens armados, com a ordem de montar ali praças-fortes e quartéis. O capitão foi Alvarus Capralis. Ele navegou com sucesso e a salvo até às ditas montanhas de Boa Esperança onde, no momento de chegar, ficou cercado por trevas, ventos terríveis e temporais que, antes de passar por eles, viu quatro naus agarrados pela borrasca e afundados com todos e tudo o que houve neles, de maneira que quando passou, encontrou somente seis barcos. Três foram repelidos em outro rumo e chegaram de volta a Portugal.

Com os seis navios mantinham guerra contra o rei de Calecut, até que depois o rei mandou de Portugal a aquelas terras outros dez barcos, depois cinco no ano de 1502, seis no ano de 1503 e naqueles anos sempre a dez, seis, quatro, e mais ou menos barcos dos quais cada ano sempre uma parte maior ia de volta a Hespanha carregados de mercadorias e de considerável lucro para o rei por toda a carga." (pp. 133–134)

Seguidamente, Cristóvão Harant relata sobre as origens do chamado Estado da Índia, sobre a penetração militar (construção das praças fortes em Cochim e outros sítios; a campanha de Ormuz) e sobre os começos do governo e administração nestas regiões:

"…no ano de 1510 conquistaram por força e por ataque a cidade chamada Goa, que é grande, forte, formosa e situada quase a metade daquelas Índias litorais. E nela arranjaram a sede do governador do rei espanhol [sic][22]*. É que durante os poucos anos tanto se fortaleceram naquelas regiões, povoando com a sua gente outras cidades e fortalezas que é preciso terem o seu supremo administrador para que reja outros administradores, chamando-se aquele Vicerex, isto é, vice-rei. Este se substitui a cada três anos e no seu lugar vem enviado outro. Dispõe dum tribunal, duma chancelaria e regimento jurídico, tudo à maneira do rei de Hespanha. Caso se trate de alguma cousa extraordinária, se pode apelar a Hespanha ao conselho real secreto. Tem também suas guardas e soldados, cortesãos, cornetas, mantém uma corte real, tem vários milhares de rendas anuais, além dos presentes que lhe dão e enviam, por sua entrada ao cargo, todos os reis, vassalos e aliados, pelos tratados hereditários e também capitães das praças fortes e cidades ou funcio-*

[22] Noutro lugar –ver a nota 20–, o autor distingue entre os reis de Portugal e da Espanha, mas aqui e em adiante adapta-se à situação da época quando Felipe II passou a ser também o rei de Portugal.

nários e além de outros recebimentos também o que obtêm em ouro, pedras preciosas, etc., de comerciantes e o povo súbdito de boas-vindas ou por renovar os tratados hereditários." (pp. 134–135)

O nobre checo presta atenção também a certas características da sociedade colonial que atraíam o seu interesse pelo facto de serem diferentes da realidade conhecida por ele:

"…Os portugueses por não terem frequentemente esposas da sua região, por ordem dos seus superiores, casavam com mulheres e donzelas nativas em todos aqueles países onde se lhes ocorreu estabelecer e fixar. E os filhos daqueles, isto é do pai espanhol ou português (por corresponder os dois nomes a uma só nação) e da mãe indiana, chamam-se mestiços, e os engendrados do pai e mãe portugueses chamam-se castiços, mas todos são igualmente de cor morena ou moura, segundo a natureza do sitio onde vivem.

Mantêm uma vida sumptuosa, preciosa pelo ouro e prata, possuindo o maior número possível de escravos e escravas cativos para lhes servirem e que pelo seu trabalho e diferentes ofícios devem sustentar seus amos. É que estes se envergonham do seu oficio e todos desejam somente chamar-se e ser amos… E todos, em geral, incluso os diferentes artesãos, se esforçam o máximo para poder usar os famosos títulos tendo comprado do vice-rei mesmo ou por intermédio de alguém na corte de Hespanha o privilégio para poder subscrever-se fidalgo da casa do rei nosso senhor*, ou* cavalheiro fidalgo *apesar de nunca ter tocado armadura, ou* moço de câmara do número e serviço*, e de outra maneira. A outros, que não são da sua classe, falam infamemente, mas segundo o provérbio* «apesar de tudo, um vilão não sabe esconder-se por completo; ainda que se esconda debaixo de um banco, sempre lhe ressaem os sapatos…»*"* (pp. 135–136)

A crítica à avidez dos títulos e do lucro, e da administração colonial portuguesa, vai ainda mais longe:

"A quem o vice-rei quiser distinguir e premiar com insignes títulos e benefícios, o faz capitão confiando-lhe um, dois ou mais barcos em seu poder e contratando cem, duzentos e mais ou menos de aqueles cavalheiros a soldo e lhes entrega e paga além dos títulos e da tença e tudo o que lhes corresponder, inscrevendo os seus nomes em livros ou registos, para três ou seis meses, e os manda a lutar contra os inimigos. E saindo, visitam algumas cidades amigas e ocorre também frequentemente, que não se movem da primeira onde chegaram a nenhum outro lugar. Passados os três meses ou outro tempo que lhes foi determinado, têm o direito de voltar outra vez ali donde saíram. E estando de volta, tanto os capitães como os seus companheiros granjeiam eminente gratidão do vice-rei sobre o seu comportamento valente, a sua luta contra os inimigos na armada real, etc., e conseguem tantas honras e favores quantos ele lhes confere ou quantos conseguem comprar pelos presentes que oferecem. Ao mandar logo –ou eles mesmos trazerem– os ditos testemunhos a Hespanha, não diria ninguém de que respeito e estima eles lá gozam, assim como de cargos, frequentemente, como o de capitão, alcaide e outros mais do que um só, não somente para si, mas também p. ex. para um bom amigo a quem pudesse vendê-lo. E, em geral, são tão ávidos de honra e glória que ao se encontrarem, um cumprimentaria a outro desde longe com o beijo as mãos*, com uma mesura e com tirar o chapéu diante dele até o solo, e se o outro não fizer uma barretada igual ou não tirar o chapéu ou, caso que mande a outro o seu servidor que passa adiante dele com um recado de que pensava visitá-lo, aquele não saia a recebê-lo até a porta da casa com o chapéu nas mãos e não o faça entrar a sua casa e não o assente numa cadeira de baldaquim ou numa almofada, terá uma inimizade eterna com aquele e muitos pensarão de várias maneiras, e com amigos procurarão como fazê-lo desaparecer deste mundo como seu inimigo jurado."* (pp. 136–137)

Para outros temas, como por exemplo os costumes dos indianos por ocasião de boda, de baptismo e da sua vida religiosa, peculiaridades na comida, no vestir, o tema das doenças, do tempo, da moeda ou medidas, e muitos mais, Cristóvão Harant remete para autores como Jan Huygen van Linschoten, Gotthard Arthus, Duarte Lopes e Tomás Lopes.

Nos parágrafos que se seguem, dá-se conta dos portos e cidades dominados pelos portugueses: de Damão até Goa, Baçaim, Chaul, etc. No relativo a Malabar, além de Goa, faz-se referência a Onor, Barsalor, Mangalor, Cananor e Calecut. Continuando, divulgam-se os toponímicos de Cranganor, Cochim e Coulão. Segue-se a região de Coromandel ou Narsinga ou reino de Bisnagar, com as praças-fortes de Negapatan, Musulepatan ou a cidade de São Tomé. Outros

reinos segundo Cristóvão Harant são o de Bengalen [sic], o de Bengala com os Portos Grande (i.e. Chatigam) e Pequeno (i.e. Sategão), os reinos de Aragan [sic], Pegu e Sião. Estas últimas regiões mereceram bastante atenção, dizendo-se acerca delas:

"… naquelas [os portugueses] *têm várias cidades em seu poder e ali negoceiam livremente, apesar de terem aqueles países os seus próprios reis poderosos, alguns deles pagam tributo e outros, de boa vontade, lhes permitem tudo, nomeadamente em Sião, onde têm cidade grande e excelente para todas as ocasiões, e –por certo– cidade de comércio mais primorosa de todas as que há naqueles países, seja para carregar muitos navios de diferentes cousas raras, seja pela proximidade da China, Java, Sumatra, etc. Têm ali praça forte e também Diocese. Conquistaram a cidade com grande derramamento de sangue dos povoadores e encontraram nela naquele tempo 9.000 peças de artilharia e outras cousas segundo Osorius relata com suficiente detalhe."* (p. 138)

As linhas que se seguem falam de Malaca, dos Cabos de Singapura e Sinosura[23] e dos reinos Pan e Patame [sic][24] que chegam até o reino da China:

"…onde os portugueses também realizam o comércio. Mas em Macau e Cantão não têm nenhumas praças-fortes por ser o rei da China demasiado poderoso em comparação com eles e por não lhe faltar qualquer cousa militar; e caso fosse ele tão ávido de países e reinos estrangeiros como os espanhóis[25]*, poderia dominar todos que se encontram debaixo do controlo espanhol, mas contenta-se com os seus quinze reinos que estão situados juntos e limitados por montes, rios e muralha, abrangendo uma só nação, e por causa das fronteiras tão excelentes consideradas por inconquistáveis, por tê-los o rei cercado com castelos e fortalezas à maneira duma cidade, do que não vou tratar aqui."* (p. 139)

Seguem as referências as ilhas e reinos de Java, Sumatra e Japão *"onde os portugueses ou comerciam, ou os dominam por terem-se apoderado deles; demorar-se-ia muito em relatar de todos"*. (p. 139)

Depois, o interesse de Cristóvão Harant volta para a Índia Citerior referindo detalhadamente do reino de Cambaia: da cidade de Diu *"…que antes foi do rei de Cambaia, mas agora é dos portugueses que tem ali uma praça forte inexpugnável"* (p. 139), e de Ormuz. Na relação com estas duas cidades, acentua-se o comércio internacional e as enormes riquezas em pedras preciosas, pérolas, seda, telas bordadas a ouro e prata, tapeçarias, substâncias aromáticas, confeitos e outras delicadezas. Os portugueses recebiam nestas partes consideráveis somas financeiras em forma de tributo, taxas alfandegárias e outros impostos *"…de maneira que, junto com o governo de Goa, mais se esforçam por administrar estes dois sítios, por razão de grandes benefícios e presentes que lhes cabem de parte dos potentados e comerciantes"*. (p. 139)

O tom crítico orientado contra a avidez de riquezas e interesse próprio por parte dos portugueses nas terras asiáticas soa também face à possibilidade de fazer frente aos turcos nos seus pontos fracos entre os quais o autor considera a fronteira turca com a Pérsia e a Síria. É um tema de particular interesse de Harant por ter lutado pessoalmente vários anos (1593 a 1597) contra os turcos na Hungria e por ter conhecido também, por experiência própria, uma parte do Próximo Oriente e Norte de África durante a sua viagem à Terra Santa. Os dois temas, a crítica do egoísmo e uma eventual campanha antiturca, entrelaçam-se nos seus comentários. Diz:

"Naquelas partes, os portugueses tentavam mais amiúde penetrar pelos rios Eufrates e Tigre, águas acima, até à Turquia, mas por razão da impetuosa corrente dos rios e grandes rochedos não puderam passar com os navios enormes e de carga pesada. Por terra poderiam facilmente passar por ali até à Síria e dali em adiante, etc., mas para isso carecem de concórdia para juntar vários milhares de homens e para gastar alguma coisa em instrumentos bélicos. E certamente, naquelas partes o turco é muito mal assegurado e não tem ali nenhumas fortalezas seguras, salvo algumas muito ruino-

[23] Parece um erro do autor tomado da obra de Linschoten.

[24] Aqui não fica muito claro se se pode tratar dos antigos reinos Panauti e Patan no actual território de Nepal ou mais bem do antigo reino Pan Pan e a região Patani na actual Tailândia. O contexto é demasiado sumário e neste caso Cristovão Harant não indica a sua fonte.

[25] O autor, falando de espanhóis considera sempre também os portugueses.

sas, e poucas, somente contra os persas dos que sabe que não se ocupam muito de conquistas e artilharia. O pior dos espanhóis[26] *naquelas partes é agora o facto de se entregarem à avareza e negócios e cada poderoso não cuida de outra cousa que a de cavar dinheiro no breve período do governo que lhe esteja destinado e de voltar à sua pátria com uma bolsa cheia, de maneira que de eles é válida a locução:* se danno bene gl'offici, ma non se danno le discretioni*, o que quer dizer: neste mundo é fácil outorgar ofícios e cargos variados, mas seria preciso dar aos funcionários também lucidez e senso"*, para saberem e darem-se conta de *"por que razão louvável foram enviados pelo seu Rei e senhor àquelas regiões, não para cuidarem somente do seu interesse próprio, mas antes do bem comum e do Rei, e que seria proveitoso para toda a cristandade que o objectivo dos soberanos reais fosse prejudicar naquelas partes o inimigo principal de toda a cristandade, o turco, privá-lo de terras e conquistá-las para o seu Rei como o fizeram louvadamente, faz cem anos, os seus antepassados. Porém, a partir daquela altura não se vai adquirindo nada, pelo contrário, se vai perdendo como comunicarei mais adiante.*

Os turcos tentaram várias vezes obstaculizar aos espanhóis[27] *com a armada da parte de Ormuz, ainda antes de estes terem conquistado Ormuz e Diu, mas foram derrotados por completo e mortos, nomeadamente por Almeida e Albuquerque, governadores superiores dos espanhóis que, depois das derrotas, não sabendo pensar nisso com antecipação, conquistaram e se apoderaram de tais cidades fortes e proveitosas como Ormuz e Diu. Pelo que os turcos naquela parte, queiram ou não queiram, devem manter a paz e entregar aos portugueses grandes taxas alfandegárias e impostos de todas as mercadorias que levam às Índias, ou pelo contrário trazem dali, por não poder nem permitir-se-lhes passar por outro caminho senão ao longo daquelas fortalezas."* (pp. 141–142)

O tema dos turcos e a crítica aos cristãos (os portugueses) aparece ainda nas relações dedicadas à Arábia e ao Mar Vermelho, fazendo-se mencionar p.ex. o Cabo Guardafui, Adem, Tór e Suez como pontos mais importantes (p. 143) e remetendo para os inconvenientes geográficos e para o egoísmo que impedem a reconquista da Terra Santa, entre outros territórios, pela cristandade. Outra consequência da falta de responsabilidade dos portugueses no respeito ao bem comum, vê Harant na presença sempre mais marcada dos holandeses nos territórios conquistados outrora pelos lusitanos:

"*Mas como já tenho referido,* [os portugueses] *pela sua própria avareza e preguiça que tem origem nas grandes luxúrias, deram causa aos povoadores daquelas terras indianas, em medida considerável, que quando faz alguns anos os holandeses, ou Estados, tentaram vir pelo mesmo caminho àquelas partes e sim chegaram ali, foram aceites amavelmente por muitos dos reis, de maneira que não somente seguem vindo cada ano com um número nada desprezável de navios e praticam comércio dirigindo-o ao seu país e dali aos nossos, e à Dinamarca, Suécia, Polónia e às terras moscovitas, etc. pelo que não somente tem diminuído muito consideravelmente a renda do rei espanhol*[28] *e de todos os países que lhe pertencem, mas revoltaram também numerosos reinos das Índias contra os espanhóis, como são os reinos de Candy* [sic]*, Sumatra, Bantam, Ternate, Patani, Achin* [sic], Mertecalo [sic]*, Ior* [sic]*, Calecut e outros que não só vendem de boa vontade muitas mercadorias aos holandeses, mas também alguns deles lhes permitiram construir fortalezas e assentar-se ali. Apenas o futuro mostrará o que saia daquilo."*[29] (p. 143)

Para terminar o tema dos holandeses, Cristóvão Harant refere sobre a navegação de Barents de 1594, cujo objectivo foi alcançar as Índias Orientais pelo Norte, circum-navegando a Escandinávia e dirigindo-se ao Oriente, mas por falta de víveres e por ser o mar gelado, a expedição teve que voltar, atingindo somente a Novaya Zemlya.

Ainda que publicada em 1608, a obra de Cristóvão Harant reflecte os conhecimentos que o seu autor adquiriu, com base no estudo da literatura e por experiência própria, em finais do século XVI. Quanto à presença dos portugueses nas Índias Orientais, é a fonte mais completa

[26] Ver a nota anterior.
[27] Ver a nota 25.
[28] Um dos reis habsburgos, que a partir de 1580 o foram também de Portugal, Filipe II ou Filipe III de Espanha.
[29] É provável que neste lugar o autor se refira as viajens de Cornelis van Houtman (1595 a 1598) a Java e às dos seus sucesores.

e profunda que naquela altura pôde chegar ao leitor checo na sua própria língua: apresenta amplos dados históricos, geográficos e da economia mundial, assim como observações detalhadas acerca da religião e estratificação da sociedade de povos extraeuropeus a dos seus contactos (ora amistosos, ora hostis ou concorrentes), eventualmente da sua miscigenação, com os europeus. Cristóvão Harant não é um simples intérprete de informações alheias, mas demonstra uma capacidade de crítica, expressando juízos próprios, p.ex. quanto à conduta dos colonizadores europeus na Índia ou quanto às relações internacionais na região do Próximo Oriente (ameaça turca) e das Índias orientais (a penetração dos holandeses). O seu panorama geográfico, histórico, político e social das regiões pertencentes temporariamente ou a prazo mais duradouro sob a influência dos portugueses não foi superado no ambiente checo, provavelmente, até aos séculos XVII e XVIII, quando as relações dos missionários jesuítas e franciscanos baseadas na própria presença na Índia (porém, fragmentadas em observações parciais, menos abrangentes), ou até ao século XIX. Mas a situação no Oriente naquela altura era já demasiado diferente da do século XVI, estando a influência portuguesa reduzida ao mínimo.

Em comparação com a *Cosmografia checa*, a obra de Cristóvão Harant destaca-se por uma profundidade e complexidade muito maiores quanto ao tema de nosso interesse, somando-se a eles ainda um marcado sentido crítico, raro em obras dos seus contemporâneos.

As Índias Orientais em outras fontes: cronologias e crónicas

O tema dos portugueses e dos descobrimentos e das conquistas do ultramar no século XVI aparece ainda em mais escritos quinhentistas, em língua checa, mas geralmente a sua importância não é comparável às informações contidas na *Cosmografia checa* de Zikmund de Púchov ou na obra de Cristóvão Harant.

Surpreendente pela sua dependência de autores antigos e das imagens medievais dos monstros humanos que vivem em regiões pouco exploradas pelos europeus, resulta a tradução para o checo da muito difundida obra de Johann Boehme Aubanus[30]. A explicação deve-se ao facto da sua edição original latina datar de 1520. A obra foi alvo de repetidas edições a partir de 1538, de traduções e inclusivamente ampliações no mesmo século XVI o que, porém, não significou praticamente nenhuma reavaliação do seu conteúdo. A obra divide-se em três partes: Ásia, África e Europa, não havendo menção alguma da América, de novas ilhas ou de Novo Mundo, nem da descoberta do caminho marítimo a Índia. O mesmo esquema original é seguido também pela tradução checa publicada em 1579 na cidade de Olomouc e feita por João Mirotický de Kroměříž (Jan Mirotický z Kroměříže)[31], se bem que ele no seu prefácio mencione a *Cosmografia checa*, explicando o seu esforço por completar, no livro recém traduzido, os dados relativos ao Marcgraviato Moravo recorrendo a informações de outras fontes. Parece que as discrepâncias substanciais entre Boehme e a *Cosmografia checa,* no que respeitou ao estado dos conhecimentos geográficos actuais sobre regiões extraeuropeias, não o deixaram nada preocupado.

Diferente é o caso de outra das crónicas quinhentistas muito populares na Europa, a de Johann Carion, publicada originalmente em alemão em 1532. Cedo foi traduzida para Latim, e várias vezes ampliada e publicada em numerosas edições[32]. Somente algumas delas contêm no apêndice umas referências não muito precisas sobre o descobrimento da América e sobre as conquistas portuguesas na Índia (ed. Veneza 1553). A tradução para Checo deve-se a Burian Sobek de Kornice e saiu em 1541[33]. Mais tarde, esta tradução foi revista, corrigida e também ampliada –até à morte do Imperador Maximiliano II, i.e. até 1576–, e publicada por Daniel Adão de Veles-

[30] Johann Boehme (Boemius) Aubanus, escritor da primeira metade do século XVI, nascido na cidade de Aub na Bavária. Escreveu em Latim. A sua crónica *Omnium gentium mores, leges et ritus* em 3 tomos foi publicada em 1520; a sua tradução italiana em 1549 em Veneza; a tradução para Checo em 1579.

[31] Jan Mirotický z Kroměříže, *Obyčeje, práva, řády anebo zvyklosti všech národův* (Costumes, direitos, ordens ou usanças de todas as nações), Olomouc, imprensa de Jan Olivetský, 1579.

[32] Johann Carion (1499–1538), historiador e matemático alemão. A sua crónica vai até ao ano 1532. Depois, foi aumentada e publicada por Melanchton como *Carionis chronicon.*

[33] Jan Karyon [Johann Carion], *Kniha kronik o všelijakých znamenitých věcech od počátku světa zběhlých* (O livro das crónicas sobre várias cousas extraordinárias acontecidas a partir do princípio do mundo), trad. de Burian Sobek z Kornic, Litomyšl, 1541.

lavín (Daniel Adam z Veleslavína) em 1584[34]. Nela encontramos uma descrição bastante ampla sobre os acontecimentos do ano de 1536 no reino de Cambaia:

"*No mesmo ano de 1536, o magnífico Rei de Portugal D. João*[35]*, filho do grande Rei D. Manuel, obteve uma gloriosa vitória contra os infiéis do reino de Cambaia, dito também Guzarate, que se situa na Índia. Sucedeu que D. João, por meio dos seus capitães que comandavam o seu exército na Índia, dominou a região adjacente ao mar e sujeita ao rei de Cambaia. E este mesmo rei, apesar de contar com várias centenas de milhares de homens em campo, não podendo fazer frente a aquele, submeteu-se e fez um acordo com os portugueses, passando-lhes duas cidades primorosas do seu reino, com todas as dependências e domínios. Uma das cidades tem sido Baçaim, a mais forte, e outra, Diu, a mais rica. Ambas contavam com cerca de seiscentas povoações com várias cidades pequenas e com terras férteis de até vinte léguas. Destas duas cidades, o Rei de Portugal obtinha pelo menos cem mil ducados anuais de tributo e pagamentos regulares, além de bosques, nos quais se há-de cortar madeira para as naus e embarcações na Índia, e outras cousas. Naqueles lugares, o Rei de Portugal mandou pregar e inculcar a fé cristã, etc."* (p. 371)

Precisamente a cristianização –junto com as conquistas militares e o comércio– foi uma das metas principais do homem português do século XVI. O feito de se ter atingido o Japão reflectiu-se também na literatura da época: compare-se o escrito de *Nuove lettere delle cose del Giappone, paese del Mondo Novo, 1579–1581*. Em Checo, apareceu provavelmente em 1585 em Olomouc uma notícia sobre a missão do Japão perante o Papa Gregório XII *Správa toho všeho…, když … Papež slyšení dával poslům králuov Japonských*[36] (Noticia acerca do que aconteceu quando o Papa deu audiência aos enviados dos reis de Japão). Contem três cartas de japoneses dirigidas ao Papa com a petição de cristianizar os moços nobres que chegam a Roma. O Japão apresenta-se como "*os confins mais remotos de todo o mundo…*" (f. 6v). Faz-se referência também à missão de São Francisco Xavier (f. 10v) e agrega-se "Uma breve relação da mesma ilha de Japão" (f. 14v), sobre a sua extensão, o número dos reinos e senhorios, sobre o ouro e prata, o clima.

Quer dizer que, neste caso, o público checo obteve informações (apesar de muito breves e de carácter eclesiástico mais que geográfico) relativos a uns quatro decénios após a descoberta do Japão e tres após da chegada do apóstolo das Índias ali, mas só a uns poucos anos do acontecimento descrito na obra (i. e. a vinda dos japoneses a Roma).

O Brasil depois de 1500 como tema da literatura checa

Este tema é o melhor elaborado, se bem que nem sempre foi considerado no contexto português, prevalecendo por vezes o interesse pelas viagens castelhanas. É que o escrito mais velho que em checo trata do território português na América do Sul é o já referido *Tratado das novas terras e do novo mundo do que antes não temos tido nenhum conhecimento, nem temos ouvido nada dele (Spis o nových zemiech a o novém světě, o němžto jsme prve žádné známosti neměli ani kdy co slýchali)* compilado e publicado perto do ano de 1506 por Nicolás Štětina alcunhado Bacharel (Mikuláš Štětina Bakalář).[37] Esta informação é baseada principalmente na carta de Américo Vespúcio, que pela primeira vez introduziu no conhecimento dos europeus o termo "Novo Mundo", e foi complementada por outras fontes relativas às anteriores viagens de Cristóvão Colombo e seus sucessores rumo às ilhas do Caribe. Tanto por esta última razão como pela

[34] Uma nova edição revisada e ampliada por Daniel Adam z Veleslavína sob o título *Kronyka světa. O znamenitějších věcech a proměnách, kteréž se kde a kdy hned od počátku v světě buďto při náboženství a církvi, aneb při královstvích zemských přicházely a zbíhaly* (Crónica do mundo. Sobre cousas notáveis e câmbios, onde e quando estes ocorreram e se passaram no mundo desde o mesmo início, seja referente à religião e Igreja, seja nos reinos terrenos), Praha 1584. Adiante vamos citar esta edição. (A terceira edição fez-se pelos herdeiros deste, em 1602.)

[35] João III (1521–1557).

[36] *Správa toho všeho co se jest dálo v Římě…, když … Řehoř XIII. Papež slyšení dával poslům králuov Japonských*, [Olomouc, 1585], ed. por Stanislav Pavlovský. Existem vários exemplares incompletos da obra traducida que se tinham atribuido a B. Hostounský de Litomyšl (ver *Knihopis…,* No. 3032), mas esta hipótese foi refutada (ver ibid., *Dodatky*, T. II, Parte III, Praha 1996 que o identifica com o No. 17332).

[37] Comp. a nota 16.

errónea observação de Štětina, que põe a expedição de Vespúcio do ano 1501–1502 ao serviço dos Reis Católicos, Isabel de Castela e Fernão de Aragão, causaram que o texto na historiografia americanista checa não tem sido analisado sob ponto de vista português. Não tanto no referente às condições históricas, mas sobre tudo no que toca o factor etnológico: os povoadores descritos por Štětina (i.e. por Vespúcio) são os representantes dos povos tupi moradores no momento da chegada dos europeus da beira-mar do Brasil com as características típicas destas tribos (decoração das caras, lábios e orelhas com pedras consideradas preciosas, ou ossos) e com os seus costumes (a suposta antropofagia descrita também por autores posteriores).

É importante acentuar que precisamente esta imagem do índio tupi viria a formar no futuro próximo a imagem do habitante americano na Europa, como pode verificar-se tanto na literatura, como na iconografia coetâneas.

Menos precisas são as referências às navegações de Américo Vespúcio, no que se refere aos anos de 1492 [!] e 1497 [!], em *Registo histórico* (Rejstřík historický), tradução de 1596 por Benjamin Petřek de Polkovice (z Polkovic) da obra latina de Abraham Buchholzer *Index chronologicus*.[38]

Depois de ter aparecido, entretanto, a problemática brasileira conforme relato vespuciano na *Cosmografia checa*[39], publica-se uma breve observação – mas de conteúdo novo – no *Calendário histórico* (Kalendář historický) de Daniel Adão de Veleslavín (Daniel Adam z Veleslavína) do ano de 1590 no qual, pela primeira vez em checo, se faz uma explícita referência ao descobrimento de Brasil, ao nome do seu descobridor Pedro Álvares Cabral e à matéria prima importada dali, pau-brasil.[40]

No mesmo ano de 1590 foi concluida também a tradução para checo da obra de Jean de Léry *História da navegação à América que também se chama Brasil*, bastante divulgada na Europa da sua época, publicada primeiro no original francês (1578), mais tarde em latim (1586 e 1592) e alemão (1593). Da primeira edição latina fez-se uma tradução muito pronta ao checo (1590).[41] Descreve o intento dos franceses de estabelecer uma colónia no Brasil, na baía de Guanabara, nos anos de 1555–1560. Este tipo de literatura, proveniente de autores protestantes e que reflectia a ideologia da Reforma europeia, agradava aos círculos não católicos, dando lugar à crítica da conduta sangrenta dos espanhóis, dos portugueses e dos católicos franceses, dirigida contra os seus adversários – seja de fé, de nacionalidade ou de etnia.

Digno de atenção resulta, não só o feito da velocidade com que a edição latina foi seguida da tradução checa –só quatro anos–, mas também o conteúdo do prólogo escrito pelos tradutores protestantes Mateo (Matěj) Cyrus e Paulo (Pavel) Slovák que reflectia a atmosfera de intolerância religiosa na Europa e na mesma Boémia nos finais do século XVI, criticando a falta de

---

[38] *Rejstřík historický. To jest: Krátké summovní sečtení a jistý pořádek let od stvoření světa až do narození Pána našeho Ježíše Krista a odtud až do léta Páně 1596* (Registo histórico. É dizer: Breve enumeração e ordem de anos desde a criação do mundo até o nascimento de Nosso Senhor Jesús Cristo e desde ali até ao Ano do Senhor de 1596), Praha 1596. Tradução por Benjamin Petřek z Polkovic de Abraham Buchholzer, *Index chronologicus*, in: *Isagoge Chronologica*, 1580.

[39] Ver a p. 174 deste texto.

[40] Daniel Adam z Veleslavína, *Kalendář historický. Krátké a summovní poznamenání všechněch dnův jednoho každého měsíce, přes celý rok…* (Calendário histórico. Breve e sumária anotação de todos os dias de cada mes ao largo de todo o ano…), Praha, 1ª. ed. 1578, 2ª. ed. 1590. Adiante vamos citar esta segunda edição. Ver também Simona Binková, "Pedro Álvares Cabral, a sua navegação e o seu reflexo na historiografia checa", *Ibero-Americana Pragensia*, XXXIV, 2000, pp. 11–17.

[41] Jean de Léry, *Histoire d'un voyage faict en la terre du Bresil, autrement dite Amérique…*, La Rochelle 1578, 2ª ed. Geneve 1580. A tradução latina *Historia navegationis in Brasiliam, quae et America dicitur,* Geneve 1586. Na colecção de Theodor de Bry apareceu em latim (t. III, Francfort 1593) e na tradução alemã em 1594. A tradução checa *Historie o plavení se do Ameriky, která i Brasilia slove* (ms. da biblioteca da familia Fürstenberg do castelho de Křivoklát, sign. I C 20) efectuouse em 1590. A edição moderna da tradução quinhentista com o mesmo título a cargo de Quido Hodura e Bohuslav Horák, Nakladatelství ČSAV, Praha 1957. Comp. também Oldřich Kašpar, "Une contribution aux débuts du colonialisme français sur le hemisphère occidental", em: *Archiv Orientální* 51, Nº. 4, 1983, pp. 301–309, ou id., "Actividades francesas en Brasil a mediados del siglo XVI y su repercusión en Bohemia", em: *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brésilien* 43, Toulouse 1984, pp. 23–24.

sinceridade, de justiça, de amor e harmonia entre os cristãos. Em contraste com isso apreciam o suposto amor fraterno e filial dos indígenas. Desta maneira, a visão do outro contribuia já no século XVI para a auto-reflexão dos europeus.

Também Venceslau Budovec de Budov (Václav Budovec z Budova), executado em 1621 por ter participado na sublevação dos protestantes checos, inclui em alguns dos seus escritos menções ao Novo Mundo. Por exemplo, em *Tratado breve sobre a idade de ouro futura, já por vir* de 1584,[42] como reflexões de tipo religioso, referentes à divulgação da fé cristã na Idade Antiga e Moderna. Entre outras coisas, também conhecia a história dos franceses no Brasil referida anteriormente (*"E em livros portugueses encontramos que os huguenotes franceses no reinado do seu rei Henrique II fundaram no dito pais, na região que se chama Guanabara, junto ao porto Brasileiro, uma cidade. E que pregando na forma mais limpa o Evangelho de Nosso Senhor, muitos por ordem do Rei de França receberam lá a coroa de mártires."*)[43]

É sintomático que este humanista checo ficasse curioso com as novidades de nível mundial, a que, ao longo de suas viagens pela Europa, prestava especial atenção. Entre as suas observações pessoais, encontra-se um apontamento indicando que em Paris se familiarizou com as actividades colonizadoras dos franceses no Brasil através das narrações de um de seus participantes e cronistas, André Thevet. Não fica muito claro se através de um encontro pessoal[44] ou pela leitura da sua obra *Les singularités de la France antarctique*, publicada em París em 1556[45]. O interesse pelos novos territórios recém-descobertos encontra-se ligado em Budovec à esperança numa "Nova Idade" da cristandade, "Idade de Ouro", idade da divulgação da luz do Evangelho, não só no ultramar, mas também contra o Islão e na mesma Europa.[46] O tema, inclusivamente a referência à América e Peru, volta a aparecer –similarmente tratado– no seu *Horologium solare, isto é relógio solar* (*Horologium solare, to jest slunečný kompast*)[47], um dos seus escritos anexos à publicação da sua famosa obra *Antialkoran* que foi resultado da sua estadia na Turquia e do seu interesse pessoal pelas questões religiosas, o cristianismo e islão.

Os portugueses na África

O tema da expansão portuguesa na África é o menos presente na literatura quinhentista em língua checa, com excepção da *Cosmografia checa* de Zikmund de Púchov (ver supra). Além das descrições geográficas e de interesse comercial contidas nessa obra, o que mais atraiu os checos daquela época foi a batalha perdida pelo rei português Sebastião em Alcácer Quibir no ano de 1578. Curiosamente, em Praga no mesmo ano saíram duas versões da informação sobre o acontecimento, traduções provavelmente dum texto alemão, mas baseado este, sem dúvida, nas notícias espanholas e portuguesas: um pelo

[42] Václav Budovec z Budova, *Krátkej spis o zlatém budoucím a již nastávajícím věku* (*Tratado breve sobre a idade de ouro futura, já por vir*), conservado em uma cópia manuscrita em *Bratrský sborník Viléma Paděry Žiželického* (Miscelánea da Unidade de Irmãos redactada por Vilém Paděra de Žiželice), Biblioteca do Museo Nacional de Praga, sign. VE 24, ff. 194–213, particularmente ff. 198v. Acerca do escrito comp. Julius Glücklich, "Nový neznámý spis Václava Budovce z Budova" (Um escrito novo, antes desconhecido, de Václav Budovec de Budov), em: *Časopis Českého musea*, año XIV, Praha 1908, pp. 324–326. Edição moderna do escrito em: Noemi Rejchrtová, *Václav Budovec z Budova*, Praha 1984, pp. 199–217 e notas nas pp. 218–221. A passajem citada, na p. 203. No contexto americanista advirtiu do escrito Bohuslav Horák (comp. Jean de Léry, *Historie o plavení se do Ameriky, kteráž i Brasilia slove*, Quido Hodura – Bohuslav Horák (eds.), Nakladatelství ČSAV, Praha 1957, p. 371), fazendo porém só uma breve observação sobre o tema do Brasil, mientras que Budovec menciona outros mais.

[43] Václav Budovec z Budova, *Krátkej spis…*, ms. cit., f. 198v.

[44] Asim o apresenta Bohuslav Horák, *Dějiny zeměpisu*, tomo II, Praha 1958; e conforme a ele também Oldřich Kašpar, *Nový svět…*, ed. cit., p. 43.

[45] Václav Budovec, na idade duns 18 anos, foi enviado a uma viagem de estudos a vários sìtios do Império, a Dinamarca, Inglaterra, os Paises Baixos, Francia e Itália, volvendo a Boémia em 1577, depois de uma ausência de doze anos. Thévet volveu do Brasil em 1556 e morreu em 1590.

[46] Václav Budovec z Budova, *Krátkej spis…*, ms. cit.

[47] Comp. Václav Budovec z Budova, "Horologium solare, to jest slunečný kompast", publicado em idem, *Antialkoran…*, Praha 1614, parte III. Edição moderna do fragmento em Noemi Rejchrtová, *obra cit*., p. 247. Edição moderna de *Antialkoran* na editorial Odeon, Praha 1989.

impressor Jiří Dačický e outro por Burian Wajda.[48] Pode ser que tanto interesse no acontecimento tenha sido despertado, não somente pela probabilidade do futuro crescimento do poder dos Habsburgos espanhóis que se ia a propagar até Portugal (tal como aconteceu com os Habsburgos austriacos no Reino da Boémia em 1526), segundo julgam alguns autores,[49] mas seguramente também pela preocupação da Europa cristã ante a ameaça turca tanto desde o Oriente, como eventualmente pelo Norte da África, como consequência da aliança do novo xerife de Marrocos com o sultão turco.

A derrota do exército cristão em Alcácer Quibir lembra-se também no *Calendário histórico*[50] de Daniel Adão de Veleslavín e nas *Memórias* (Paměti[51]) de Nikolás Dačický de Heslov (Mikuláš Dačický z Heslova), um burguês da cidade de Kutná Hora. Foram escritas depois do ano 1571 com o fim de resumir a história familiar, os acontecimentos locais e do país, sem a pretensão de serem publicadas. Conservam também observações da história universal e, ocasionalmente, breves apontamentos acerca da expansão dos europeus no ultramar. Quanto à batalha infeliz do ano de 1578 comenta:

"Sebastião, rei português, saiu com o exército contra os mouros e o seu rei, para apoiar a outro rei mouro, que pendenciavam e levantaram guerra um contra o outro. Foi livrada uma cruel batalha entre eles, na qual pereceram todos aqueles três reis, mortos com muitos dos seus. A dita batalha aconteceu o dia 5 do mês de Agosto."[52]

Desta maneira nos podemos dar conta do tipo de notícias que penetravam nas camadas médias urbanas despertando a atenção do ambiente checo. A diferença dos relatos mencionados mais acima, retomados *a posteriori* pelos círculos doutos e divulgados pela imprensa, os apontamentos de Mikuláš Dačický representam uma testemunha viva e imediata do que se percebia e discutia na sociedade checo falante de finais do século XVI.

Conclusões

Segundo se pode deduzir da existência das notícias em língua checa conhecidas, o público checo do século XVI estava bastante bem informado sobre os acontecimentos fundamentais daquele século, tocantes às actividades marítimas dos portugueses. Podemo-lo observar não só com base em fontes de informação impressas e, portanto, acessíveis a um público amplo (como p. ex. o *Tratado das novas terras* de Nicolás Bakalář, a *Cosmografia checa*, o livro de viagem de Cristóvão Harant de Polžice, tal como diferentes crónicas) que traziam além das notícias sobre o Novo Mundo –umas–, também observações acerca das regiões islâmicas de Arábia, Índia e Norte de África –as outras–. Mas surpreendentemente, tais informações não tiveram origem só em escritos de autores estrangeiros[53] que se traduziam para checo. Também se baseavam em relatos ouvidos dentro do país (como as observações de Nicolás Dačický) ou inclusivamente foram conseguidas por interesse próprio durante as estadias fora do país (Venceslau Budovec de Budov). Um assunto digno de especial atenção é a tradução da obra de Jean de Léry sobre o Brasil que trai os sinais do propósito de publicar o texto, mas por diferentes motivos não ocorreu. Um deles foi, evidentemente, a orientação não-católica do seu autor, do texto propriamente dito e dos seus tradutores, membros da União dos Irmãos Checos, embora o período entre a data da tradução (1590) e os acontecimentos que definitivamente fizeram impossível a sua publicação por razões políticas (1620) seja bastante longo. Entretanto, existiram vários exemplares manuscritos da tra-

[48] Jiří Hrubeš, "Periódico de octavillas checo sobre la derrota de los portugueses en África en el año de 1578", *Ibero-Americana Pragensia* III, 1969, pp. 214–217.

[49] Kozická, op. cit., p. 40.

[50] Daniel Adam z Veleslavína, *Kalendář historický*, ed. cit., p. 36.

[51] *Paměti Mikuláše Dačického z Heslova*, Antonín Rezek (ed.), vol. I, Nákladem Matice české, Praha 1878.

[52] Ibid., p. 153. A tradução é nossa. Existe outra anterior em Kozická, op. cit., p. 40.

[53] Sobre a existência das obras com a temática das navegações portuguesas ao Ultramar nas edições originais em línguas estrangeiras nas bibliotecas checas comp. p.ex. Jaroslava Kašparová, "As fontes para a história das actividades ultramarinas dos portugueses, conservadas na Biblioteca Estatal da RSCh em Praga", em: *Ibero-Americana Pragensia*, XXI, 1987, pp. 161–174; Kateřina Kozická, "Um manual portugués para os navegadores da segunda metade do século XVI da Biblioteca Dobrovský (outrora Nostitz) em Praga", ibid, pp. 175–177; Simona Binková, "Os descobrimentos portugueses na Biblioteca de Strahov em Praga", ibid., pp. 179–197.

dução checa segundo fica comprovado pela investigação.[54]

O interesse dos checos no século XVI, voltado para o ultramar, existiu tanto no âmbito católico, como no protestante. Só se pode especular se estes obedeciam, além da ânsia pela ampliação dos seus conhecimentos geográficos ou etnológicos, também a um desejo secreto de saber mais sobre eventuais sítios da expansão da Europa na que se fazia sempre mais candente a questão religiosa.

(Escrito em português pela autora)

[54] Oldřich Kašpar – Jiří Pešek, "Literatura sobre el Nuevo Mundo en las bibliotecas de la burguesía praguense del periodo previo a la derrota en la Montaña Blanca", *Ibero-Americana Pragensia* XIX, 1985, pp. 211–221, esp. p. 214.

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 189–204

VALENTIN STANSEL – UM OBSERVADOR TCHECO DO CÉU BRASILEIRO

por PAVEL ŠTĚPÁNEK
(Universidade de Olomouc)

Depois dos esboços biográficos e intelectuais do jesuíta tcheco, Valentin Stansel, da autoria do investigador brasileiro, Carlos Ziller Camenietzki, pouco pode agregar-se à biografia do missionário. Por esta razão, praticamente, transcrevo um pequeno resumo do texto de Camenietzki, com o amável beneplácito do autor[1] e agrego umas observações próprias, e a mais, da literatura tcheca, inacessível aos pesquisadores brasileiros.

Mas quem é Valentim Stansel (1621–1705)? Um tcheco, nascido na terra da Moravia, quem entrou na Companhia de Jesus em Praga e, desde cedo, dedicou-se ao estudo das matemáticas e da filosofia natural (o que hoje se chama de física). Temos um testemunho documental de que falava a língua moravia (tcheca), alemão e latim.[2] Sempre quis ser missionário. Em 1656 ele partiu da Boêmia para Roma, depois para Lisboa. Per-

[1] Carlos Ziller Camenietzki permitiu aproveitar os resultados do seu trabalho, no seu e-mail do dia 6. 7. 2006: "Quanto às referências, é com muito prazer que soube de seu interesse e da utilidade de meus escritos para o seu trabalho e (…) dar-me-á imensa satisfação ver o resultado de seus esforços". Aproveito nominalmente o seu artigo Carlos Ziller Camenietzki, "Esboço biográfico de Valentin Stansel, (1621–1705), matemático jesuíta e missionário na Bahia", *Ideação*, Feira de Santana, n. 3, pp. 159–182, jan./jun. 1999, na versão publicada em http://www.uefs.br/nef/ziller3.pdf. Outra versão, "Nos céus do Brasil./ Estudos sobre cometas feitos por jesuíta na Bahia colonial chamaram a atenção de Isaac Newton". – C. Z. Camenietzki, "O Cometa, o Pregador e o Cientista. Antonio Vieira e Valentin Stansel observam o céu da Bahia no século XVII". *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, vol. 14, pp. 37–52, 1995. – C. Z. Camenietzki, "Baroque Science between the Old and the New World: father Kircher and his Colleague Valentin Stansel (1621–1705)". In: Paula Findlen (Org.). *Athanasius Kircher: The Last Man Who Knew Everything*. New York: Routledge, 2004. vol. číslo?, pp. 311–328. – C. Z. Camenietzki, "The celestial pilgrimages of Valentin Stansel (1621–1705), jesuit astronomer and missionary in Brazil". In: Mordechai Feingold (Org.). *Archimedes. The New Science and Jesuit Science: seventeenth century perspectives*. Dordrecht: Kluwer, 2003, vol. 6, pp. 249–270. – C. Z. Camenietzki, "As Peregrinações Celestes de Valentin Stansel". In: *XX Simpósio Nacional de História: História; Fronteiras*, 1999, Florianópolis. Programas e Resumos. Florianópolis, 1999, pp. 274–274. – C. Z. Camenietzki, "Astronomia, Teologia e Ficção no Diálogo Uranophilus Caelestis Peregrinus de Valentin Stansel". In: *V Congresso Latino-Americano de História das Ciências e da Tecnologia*, 1998, Rio de Janeiro. Resumos. Rio de Janeiro, 1998. p. 62. – C. Z. Camenietzki, "Le Savant Etonne: La Pensée de Valentin Stansel SJ (1621–1705), Missionnaire Au Brésil". In: *XXth International Congress of History of Science*, 1997, Liège. Book of Abstracts – Scientific Sections. Liège, 1997, p. 118. – Carlos Ziller-Camenietzki, "L'Extase Interplanétaire d'Athanasius Kircher: Philosophie, Cosmologia et Discipline dans la Compagnie de Jésus au XVII^{e} siècle". *Nuncius*, X, 1995, pp. 3–32.

[2] Josef Koláček, *Olomoučtí indipetae* (Os *indipetae* de Olomouc). Roma 1993, p. 8. O jesuíta tcheco Josef Koláček residente em Roma escreveu uma série de livros sobre os jesuítas tchecos, de forma novelizada, mais sobre documentos estudados nos arquivos jesuítas em Roma e em outros lugares. Valentim Stansel foi um deles, no trabalho que recolhe informações sobre três dos jesuítas que atuaram em Olomouc. Com anterioridade, Zdeněk Kalista, "Los misioneros de los países checos que en los siglos XVII y XVIII actuaban en América Latina". *Ibero-Americana Pragensia*, Año II 1968, pp. 117–160, escreveu sobre ele, e espe-

maneceu em Portugal até 1663, mudando logo para o Brasil onde ficou até a sua morte. Seus numerosos escritos de ciência tratam de temas importantes do seu tempo e, particularmente, aqueles escritos na Bahia tiveram boa repercussão entre os sábios do século XVII. Stansel escreveu um número expressivo de obras de filosofia natural e de astronomia. Apenas sete foram publicados durante sua vida[3]. Os demais acabaram censurados pela própria Companhia ou perdidos depois da expulsão da Companhia de Jesus dos domínios da Coroa de Portugal, em 1759, o que acabou por dispersar os papéis do padre astrônomo – manuscritos, correspondência, etc. Com isso, foi-se também parte significativa da memória de seus estudos, e suas atividades acabaram por cair no esquecimento.

O pensamento do padre Valentin era profundamente marcado pelo ecletismo típico de seu tempo e suas idéias não se afastavam das principais questões discutidas pelos homens de ciência do século XVII, mas as suas observações deram resultados notáveis que aproveitou o grande sábio inglês Newton. Segundo uma opinião generalizada, os únicos experimentos ocorridos no Brasil a serem citados em uma das obras mais importantes da História da Ciência, os *Principia*, são, modernamente, a expedição de Couplet e as observações realizadas pelo padre Valentim Stansel (Stanzel), na Bahia, na segunda metade do século XVII.[4]

Começando pelo próprio país de nascimento de Stansel, há de dizer que o Reino da Boêmia era também uma terra de missão desde, praticamente, a metade do século XVI, concretamente desde 1556, quando chegaram os primeiros jesuítas[5]. Os protestantes lhes fizeram fugir de Praga em 1618, mas voltaram e outra vez se estabeleceram na terra depois do ano 1620, data da vitória dos católicos imperiais, na Batalha da Montanha Branca, perto de Praga. Durante toda a primeira e ainda a segunda metade do século XVII, se dedicaram à educação, prática com tanto êxito já na primeira etapa, até atrair alunos de famílias protestantes. Para Praga convergiram muitos missionários e intelectuais de toda Europa, até ingleses, irlandeses, flamencos, mas de formação romana, italiana, e também de outras ordens – capuchinos, franciscanos, carmelitas, etc., com a explícita incumbência de enquadrar todo o reino nos cânones da igreja católica, apostólica e romana. Os inacianos em primeiro lugar, e com o empenho e os resultados habituais.

Então, quando os jesuítas voltaram ao seu lugar (em Praga ao Clementinum que se transformou numa fortaleza jesuíta durante mais de dois séculos), acabaram por se ocupar da Universidade de Praga, de onde surgiram as lutas contra os protestantes, agora sumidos, mas também contra outras diferentes visões da reforma católica, como a do Cardeal Harrach.[6]

Da mesma maneira como retomaram os seus colégios, confiscados temporariamente pelos protestantes, os reconstruiram e edificaram

---

cialmente do seu livro *Legatus Uranicus*, na p. 134. Finalmente, o estudo mais aprofundado foi o artigo de Simona Binková, "Os países tchecos e a zona lusitana (Contactos e testemunhos dos séculos XV–XVIII)", *Ibero-Americana Pragensia* XXI, 1987, pp. 137–160, que, nas pp. 157–158 traz um fragmento da descrição do Brasil por este jesuíta de Olomouc, em língua latina. Outro trabalho que localiza duas obras de Stansel é de Simona Binková, "El descubrimiento y la conquista de América en la Biblioteca de Strahov", *Ibero-Americana Pragensia* XXVII, 1993, pp. 89–105, p. 104.

[3] O que é muito mais do que afirma Camenietzki (três). A lista completa oferece Koláček, ob. cit., no total dez trabalhos, três não publicados, mas documentados. Um dos primeiros impulsos para mim foi a conferência, no seminário do prof. Polišenský, no dia 5. 4. 1988, de J. Vít, "As observações astronômicas de V. Stansel no Brasil".

[4] "Notas da História da física no Brasil". *Física na escola*, vol. 4, 2003, nr. 2, p. 33. A matemática também interessou. Veja: "História da matemática na Bahia: uma 'curiosidade'?", Valentin Stansel. In: Congresso Latino-Americano… "Esboço biográfico de Valentin Stansel (1621–1705), matemático jesuíta": www.uefs.br/sitientibus/exatas_23/historia_da_matematica_na_bahia.pdf –. Sobre as observações de Coulet na Paraíba em 1698, veja http://www.instituto-camoes.pt/CVC/ciencia Pe56/html.

[5] Na Morávia, dez anos mais tarde, quando os jesuítas fundaram a Universidade de Olomouc – o seu primeiro reitor era um espanhol, Hurtado de Mendoza. Veja o artigo Pavel Štěpánek, "Španělské základy olomoucké univerzity". In: *Historická Olomouc* 11 (1998), pp. 45–64.

[6] O boemista italiano Alessandro Catalano publicou, depois de vários estudos, o seu livro sobre o cardeal e sobre os planos deste – veja Alessandro Catalano, *La Boemia e la riconquista delle coscienze. Ernst Adalbert von Harrach e la Controriforma in Europa centrale (1620–1667),* Roma 2005.

outros, também formaram a linha de frente da retomada da Boêmia à igreja católica na luta pela religião, como era natural no período da Contra-Reforma. Se puseram, de acordo com os seus hábitos, a buscar e a seguir nas instituições de ensino da Ordem a reflexão filosófica do que de mais avançado se poderia ter na época.

Em particular, os jesuítas se esmeravam nas ciências matemáticas; assim surgiu em Praga uma escola matemática de tal fama, que alguns dos professores foram chamados até à Espanha, para ensinar nos colégios de navegantes, concretamente em Cádiz, e também no Ultramar. É natural que a Companhia de Jesus não poderia debater com Kepler ou com os maiores astrônomos europeus usando os cansados argumentos de Ptolomeu; era preciso servir-se de teses e idéias da atualidade que pudessem apresentar alguma eficácia. Assim, a parte da filosofia neoescolástica, que se tinha por muito tempo, praticamente inútil, mas nos últimos tempos vinha a ser cada vez mais apreciada,[7] os jesuítas se puseram a estudar o que de mais avançado havia no seu tempo na ciência. Não houve na Boêmia nenhum que se ocupara ou ensinara matemática de maneira tão sistemática e eficaz.[8]

O héroi da nossa aventura, Valentin Stansel nasceu em 1621 em Olomouc (em tcheco Olomouc, em alemão Olmütz – a antiga capital da terra da Morávia, e sede, até hoje, do arcebispo da Morávia), numa família muito humilde e onde estudou no colégio da Companhia de Jesus. Morreu no dia 18 dezembro de 1705 na Bahia, capital do Brasil. Aos 16 anos, no dia 1º de Outubro de 1637, Stansel ingressou na Ordem e seguiu uma carreira longa e incomum. No colégio de Olomouc e na Universidade de Praga ele estudou Filosofia e Matemática ocupando, poucos anos depois, postos de ascensão pelas suas capacidades intelectuais. A atividade de Stansel neste período é rica, porém a documentação permanece escassa. Por esta razão são surpreendentes os estudos de Carlos Ziller Camenietzki[9].

O estudo das matemáticas nos colégios jesuítas era muito valorizado já desde os finais do século XVI. Além disso, nas primeiras décadas do século XVII, os esforços do padre Christophorus Clavius em constituir grupos de investigação astronômica e matemática nas escolas já havia dado seus primeiros frutos: a geração de matemáticos da Companhia de Jesus que lhe sucedeu imediatamente (Christophorus Scheiner, Athanasius Kircher, Giovanni Battista Riccioli, François Aguillon entre outros) já demonstrara a solidez dos conhecimentos matemáticos dos jesuítas. Entre os tchecos foi o padre Carlos Slavíček[10], ativo na corte de Pekim.

Certamente, quando Valentin estudou em Olomouc e em Praga, mas também quando passou a lecionar nestas cidades, os livros mais usados nos colégios jesuítas deveriam ser os *Comentários* de Clavius, Euclides e de Sacrobosco, o *Progymnasta* de Tycho Brahe, etc. Em 29 de fevereiro de 1651, quer dizer, aos seus 30 anos, já maduro de mente e instruido cientificamente, o padre Valentin escreveu uma carta ao padre Geral da Companhia de Jesus solicitando ser enviado às missões. O documento, um excelente testemunho do fervor e da mentalidade religiosa do tempo, mostra firmeza na disposição em partir. Stansel relatou seu sofrimento e angústia aliviados pela figura de São Francisco Xavier, apóstolo jesuíta das Índias; o missionário-candidato narrou suas mortificações oferecidas ao padre Geral com a finalidade de se fazer enviar ao Oriente, concretamente ao Japão. A sinceridade de seu desejo pode ser bem compreendido pela oferta ao padre Geral de 200 chibatadas que ele aplicou sobre si mesmo: *"200 disciplias dedico pro AR Paternidade voestra"*. Não se tem notícia da resposta, mas houve troca de correspondência entre Stansel e a Cúria Romana da Companhia sobre esta solicitação.[11]

---

[7] Stanislav Sousedík, *Roderigus de Arriaga: Leben und Werk*. (*Roderigus de Arriaga: Life and work*), in: *Rodrigo de Arriaga († 1667): Philosoph und Theologe* (ed. T. Saxlová, S. Sousedík), Praha: Karolinum, 1998, pp. 9–18.

[8] Jaroslava Kašparová – Karel Mačák, *Utilitas matheseos. Jezuitská matematika v Klementinu 1602–1773* (A matemática jesuítica no Klementinum), Národní knihovna ČR, Praha 2002, p. 7. Esta exposição era importantíssima para aclarar os fenômenos da matemática cultivada neste colégio jesuíta.

[9] Veja nota 1.

[10] J. Kolmaš (ed.), Karel Slavíček. *Listy z Číny do vlasti*. Praha 1995.

[11] Este documento, estudado por C. Ziller Camenietzki, encontra-se preservado em Roma no arquivo da Companhia de Jesus: Archivum Romanum Societatis Iesu, Indipetae, Bohemia, 1624–78, Gesuitico 756, fl. 52r. De fato, restam ainda outras três cartas de Stansel ao Geral tratando de seu envio às missões.

Pouco após a assinatura do tratado da paz de Westfalia, em 1648, que significou o fim da Guerra dos Trinta Anos, no início dos anos 1650, Valentin Stansel dispunha de um "museu" – termo corrente na época para designar o espaço físico onde o sábio fazia seus estudos de Filosofia Natural. Este museu foi recentemente reconstruído, em parte virtualmente, em parte materialmente, a base das menções e catálogos, nas celebrações da chegada dos jesuítas a Praga no ano de 2006.[12] De fato, este "museu" era um protolaboratório onde o jesuíta realizava experiências de diversas naturezas. O principal testemunho desta atividade é a obra de Stansel publicada em 1653 ou 1654 pela Universidade de Praga: *Dioptra Geodetica*, ao menos da a conhecer algum detalhe sobre a atividade de Stansel neste período. Este trabalho felizmete se conserva na Biblioteca Nacional de Praga e outro na Biblioteca Científica de Olomouc.[13] Foi caracterizado como trabalho de dissertação defendido por Ch. F. Turek de Sturmfeld, dedicado aos problemas de medição no terreno por meio do instrumento e sistema que provavelmente construiu Stansel. O trabalho contém textos dos opositores Jan Marek Marci, insigne médico e cientista tcheco, e Godefrid Aloysius Kinner de Loewenthurn. As gravuras são da autoria de Jan Kryštof Smíšek.[14] Na obra *Dioptra* se definem as noções geométricas (linha, circunferência), e depois se analiza a trigonometria, situando as ilustrações numa paisagem. Dois anos mais tarde, em 1655, publicou um *Cursus Philosophicus*.[15]

Um contemporâneo seu amigo que trabalhou com o padre Valentin em Praga, Jakub Václav Dobřenský (Iacobo Wenceslao Dobrzenski) de Černý Most (Ponte Negra), comentou suas realizações e publicou uma imagem do que se tinha como um projeto de um *perpetuum mobile*.[16] Camenietzki se refere porém, a diversos aparelhos projetados e fabricados por Stansel visando esclarecer os movimentos dos fluidos, construir um relógio de água, um *motu perpetuo* baseado no fluxo de líquidos, etc. De passagem, Camenietzki destaca que Dobrzenski ressaltava

[12] Catálogo *Jezuité a Klementinum* (Os jesuítas e o Clementinum), Praga, Biblioteca Nacional, 25. 4. 2006 – 15. 6. 2006. Com o tempo chegaram ao museu produtos da natureza ou da habilidade humana do ultramar. Sobre Stansel, o catálogo, p. 46, não traz muita novidade, só remete as suas observações reconhecidas por Newton. Também se celebrou um simpósio.

[13] *Dioptra Geodetica. Auspicii serenissimi principii Leopoldi Ignatii archiducis Austria …In Caesarea Regiaeque Vniversitate Carolo-Ferdinandea à Cristophoro Ferd. Turek a Sturmfeld et Rosenthal… defensa et demonstrata praeside R. P. Valentino Stansel… Doctore, nec non mathematum professore ordinario*. – Pragae: Typis Caesareo-Academicis, (1654), 8º. (8), 76, (3) pág., 1 agregado. Cota 49 F 25. Kašparová – Mačák, op. cit., p. 18. SVK (Biblioteca Científica de Olomouc), cota 10.505. Veja *Václav Pumprla, http://www.sweb.cz/navarikp/ulohy3.html*. Camenietzki, parece, não haver tido a oportunidade de fazer um exame deste trabalho. Segundo Koláček, op. cit, a data é de 1653.

[14] Segundo Prokop Toman, *Nový slovník československých výtvarných umělců*, II, Praha 1950, p. 464, este artista foi ativo em Praga nos anos 1652–1663, e mostras da sua obra estão guardadas na Biblioteca do Mosteiro de Strahov (Real Canongia dos Premonstratenses). Toman não menciona a gravura em *Dioptra*…

[15] Koláček, op. cit., p. 39.

[16] A referência completa da obra é a seguinte: Jacobo Dobrzenski, *Nova, et Amaenior de Admirando Fontium Genio (ex abditis naturae claustris, in orbis lucem emanante) Philosophia…,* Ferrariae: apud Alphonsum, et Io: Baptistam de Marestis (Typographos Episcopales), 1659 (Ziller Camenietzki da a data de 1657). Biblioteca Nacional de Praga, cota 49 A 31. No livro há muitas gravuras; as referentes a Stansel e ao seu *Perpetuum mobile* são ilustrações nas págs. 114, 115 e 118. Veja também Michael John Gorman, "Between the demonic and the miraculous: Athanasius Kircher and the baroque culture of machines", *The Great Art of Knowing: The Baroque Encyclopedia of Athanasius Kircher*, ed. Daniel Stolzenberg, Stanford: Stanford University Libraries, 2001, pp. 59–70, informa que Jakob Johann Wenceslaus Dobrzensky (Dobřenský) de Ponte Negra viu um relógio – fonte hidro-magnética de Stansel, que descreve no livro acima citado de Dobrzenski, p. 46. Sobre Dobrzensky (Dobřenský) de Ponte Negra (1623–1697) veja R. J. W. Evans, *The Making of the Habsburg Monarchy: An Interpretation*. Oxford: Clarendon Press; 1979, pp. 316, 337, 339–40, 356, 369–70, 390. E finalmente, membros da família Dobrzensky (Dobřenský) chegam, dois séculos mais tarde, a emparentar com a família imperial brasileira, e, também a atual Embaixada do Brasil em Praga encontrou a sua sede no palácio que um tempo ocupou a mesma família.

a postura de Stansel contrária à tese do *motu perpetuo* – o jesuíta teria inclusive enviado ao seu amigo um texto – intitulado *Themate* – defendendo seu ponto-de-vista. Um destes aparelhos, um aparato para medir distâncias acessíveis e inacessíveis, alturas, profundidades, para nivelação e contabilidade do rádio da terra, Stansel construiu durante a sua estadia em Praga. Publicou a instrução do uso deste aparato em Praga no ano de 1653.[17]

Mas parece certo que Stansel também é autor de um *Tratado astronômico, astrológico, geométrico e físico*, que se conserva em manuscrito na Biblioteca Nacional de Praga, pois na folha 87v (está encadernado com outros textos) há o seu nome, possivelmente a sua asinatura, pois diz: "*M. Valentini Stansel 1645 Mense Octobris*".[18]

Valentim Stansel é autor de vários livros (não falamos dos seus escritos teológicos, somente científicos), que se guardam tanto nas bibliotecas brasileiras, como portuguesas e tchecas, e possivelmente em outras, mas, segundo parece, não estudados. Também publicou um livro de pouca repercussão em 1657: *Nova et Amaenior de Admirando Fontium Genio*. O trabalho trata do fluxo de líquidos e contém interessantes considerações sobre estas disciplinas.

Não deveríamos esquecer também uma publicação, ainda no seu país natal, de um escrito em que publica, dois anos mais tarde, em 1655, a primeira vez no país tcheco, o mapa da lua.[19] Também se atribui a Stansel um relógio do sol, no Páteo chamado dos Estudantes (um dos 15 relógios deste tipo que há no Colégio Jesuíta Clementinum de Praga, mas não se conhece autor de nenhum deles). As publicações mais sérias não o mencionam.[20]

De qualquer modo, o padre Valentin conseguiu o seu desejo: partiu de Praga para Roma no segundo semestre de 1655; a estadia na capital eclesiástica era uma escala quase obrigatória para os missionários vindos da Europa do leste com destino ao Oriente. Uma vez em Roma, Stansel entrou em contato direto com Athanasius Kircher (1601–1680), tido como o grande orientalista da Companhia naquele período. No ambiente de Kircher, Stansel entrou em contato também com outros sábios ligados a ele – Gioseffo Petrucci, Gaspar Schott etc., – construindo relações que duraram por décadas. Stansel realizou algumas experiências com o padre Kircher e acompanhou o início da montagem do Museu Kircheriano, que tomava corpo a partir da coleção de antigüidades doada aos jesuítas em 1651. Kircher nestes anos era celebrado como cientista de respeito e terminava a edição do seu livro *Itinerarium Exstaticum Caeleste* – obra de ficção em que um personagem passeia pelos céus. Alguns livros dele estavam, e até agora estão, na biblioteca jesuíta de Praga.[21] Mas a estadia em Roma era curta. Provavelmente, entre o final de 1656 e o começo de 1657, o padre Valentin deixou Roma e foi para Lisboa, a porta de saída para o Oriente. Foi enviado, para preparar-se melhor, também a língua que fora o meio de comunição no oriente, em Portugal, concretamente em Lisboa, onde foi lente de matemáticas, em Elvas e Évora, da astronomia. O conhecimento do português era indispensável, sobre tudo no Oriente, não somente o universal latim ou o espanhol, ou o italiano. Há cartas de Stansel a Athanasius Kircher escritas de Lisboa em 1659 e em 1660 que demonstram que o con-

---

[17] Q. Vetter, "Vývoj matematiky v českých zemích od r. 1620 do konce 17. století". *Sborník pro dějiny přírodních věd a techniky*. VI (1961), str. 213–214; id., "Šest století matematického a astronomického učení na univerzitě Karlově v Praze". *Věstník KSČN*, 1952. A. Šimek, "Moravané zasloužilí o rozvoj matematiky a geometrie", manuscrito. O resumo veja Jaroslav Folta, Pavel Šišma, http://www.math.muni.cz/math/biografie/valentin_stanzel.html.

[18] Kašparová – Mačák, op. cit., p. 17. O nome do tratado é: *Tractatus astronomici, astrologici*, *geometrici, physic.* Tem 122 folios, 19,5 x 15 cm, cota XIV G 8.

[19] *Václav Pumprla,* "K vývoji olomouckého knihtisku do roku 1800" (Tese da conferência em LIBRI '95). Ex: http://www.svkol.cz/obzory/951_11.htm.

[20] Se Kašparová – Mačák, p. 46, opinam que não se conhecem razões da atribuição, o especialista nos relógios Bedřich Polák, *Staropražské sluneční hodiny* (Os relógios de sol na velha Praga), Praha: Academia 1986, p. 29, não dá nehum autor.

[21] Os livros de Kircher estão na Biblioteca Nacional de Praga, na coleção de livros antigos do Museu de Artes Decorativas de Praga, mas também no palácio de Duchcov há exemplares da propriedade do bispo de Praga João Frederico de Valdštejn (Wallenstein), ante todo a obra rica em ilustrações *China monumentis qua sacria qua profandia nec non variis naturae et artis spectaculis… illustrata,* publicada em Amsterdan em 1667. Outro exemplar está na Biblioteca do Museu Nacional de Praga.

tato continuou. A confiança de Stansel em chegar ao Oriente pareceu inabalável: ele assinava já "*missionário da China*" em algumas de suas cartas neste período.[22]

Em Portugal, Stansel passou primeiro pelo Colégio de Santo Antão da capital do reino, onde a "aula de esfera" tinha fama, já há bastante tempo, de uma das melhores escolas matemáticas da Europa. Fora no Colégio de Santo Antão que a Companhia de Jesus abrira a primeira aula pública de Matemática em Portugal, em 1590, oferecia um famoso curso de astronomia destinado à formação de pilotos marítimos e de cosmógrafos. O ensino predominante fora de Cosmografia e dos aspectos práticos do uso dos instrumentos náuticos e astronômicos. Ali também fora ensinado Astrologia, Arte de navegar, Geografia e Hidrografia; ela ficara conhecida por "Aula de Esfera". Fora uma aula independente do curso geral que fora ministrado pelo Colégio. Ali lecionaram mestres de matemática de diversas partes do mundo, discutindo a atualidade da disciplina e procurando difundir os novos conhecimentos astronômicos. Como exemplo, podemos mencionar Inácio Stafford (1599–1642), autor de livros didáticos sobre Matemática elementar, que fora de 1630 a 1635, professor de Cosmografia. Depois estivera na Bahia no período de 1640 a 1641.

Stansel trouxe na sua bagagem uma obra dedicada ao rei Afonso VI, *Orbis Alphonsinus sive Horoscopium Sciothericum Universale*, que ele fez traduzir e publicar na Universidade dos jesuítas de Évora, em 1658, por baixo do nome de *Orbe Affonsino, ou Horoscopio Universal*, publicado em 1658 em Évora, do que se guardam mais exemplares.[23] A sua importância é científica, mas observamos também gravuras,

[22] Como diz Camenietzki noutro lugar, no que diz respeito aos trabalhos astronômicos, diversos jesuítas esmeraram-se no estudo dos movimentos planetários e das melhores hipóteses para interpretá-los. Formaram diversas gerações de matemáticos nas suas escolas e contribuíram sensivelmente para a organização da disciplina. No conjunto das atividades da Ordem, os trabalhos em matemática também contribuíram para o esforço de implantação do cristianismo no Oriente. Na passagem do século XVI ao XVII, depois dos trabalhos do jesuíta missionário Matteo Ricci, numerosos matemáticos foram enviados para a China a fim de atuar no Observatório astronômico que os membros da Companhia de Jesus construíram em Pequim. É importante registrar que a astronomia praticada por esses missionários não era a simples repetição de teorias antigas e reavivadas. Os jesuítas matemáticos da China traduziram trechos da obra de Galileu para o chinês e faziam seus cálculos segundo as teorias de Tycho Brahe, quer dizer, também idéias nascidas em Praga. É importante saber que em Praga se defenderam as idéias de Galileu, em primeiro lugar, pelo embaixador de Espanha, Guillermo de San Clemente, e depois pelo reitor da Universidade de Praga, o espanhol Rodrigo de Arriaga. Este é o autor do *Cursus philosphicus auctore R. P. Roderigo de Arriaga*, Antverpiae: ex oficina Plantiniana Balthasaris Moreti, 1632, Biblioteca Nacional de Praga, cota 12 A 8. Também estava naquela época em Praga o grande poliglota e sábio polifacético, polimático Juan Caramuel de Lobkowicz, inimigo declarado da independência portuguesa. A melhor monografia sobre ele é de Julián Velarde, *Juan Caramuel. Vida y obra*, Oviedo 1989. De um modo geral, pode-se dizer que a Companhia de Jesus adotou quase que unanimemente o sistema do mundo proposto por Tycho. Tratava-se de um modelo astronômico confortável para os cálculos e para as observações. Ele mantinha a Terra no centro do mundo e fazia girar ao seu redor apenas a Lua, o Sol e as estrelas fixas. Os demais planetas girariam por si mesmos ao redor do Sol sem a necessidade de esferas cristalinas que os carregassem. Este sistema foi também adotado pela maior parte dos astrônomos do século XVII.

[23] Valentin Stanzel, *Orbe Affonsino, ou Horoscopio Universal*. Évora 1658 (Datos completos: Valentin Stanzel, *Orbe Alfonsino, ou Horoscopio Universal no qual pelo extremo da sombra inversa / se conhece, / Que hora seja em qualquer lugar de todo o Mundo*. O círculo Meridional. O Oriente & Poente do Sol. / A quantidade dos dias. / A altura do Polo, & Equador o linha. / OFERECIDO / Ao Serenissimo Senhor & Amplissimo / Monarcha / D. AFFONSO VI REY DE PORTUGAL &c. / pelo P. M. Valentim Estancel da Com-/panhia de IESV, Iuliomontano, lente que / foi das mathematicas em as Vniversidades / de Praga, Olmuz, & agora o He em Elvas. EVORA. Com todas as licenças necessárias. Na Impressão da Universidade 1658. 162 x 155 x 93 (com a encadernação, 108), 12 + 80 p. + 4 est. 1 f. desdobr. Biblioteca Nacional e Biblioteca da Ajuda, Lisboa 39-II-19. Koláček, p. 39, dá forma latina *Orbis Alphonsinus sive Horoscopium universale, in quo per extremitatem umbrae inversae cognoscitur, quae hora sit in quovis mundi loco*. Eborae, 1658, 12º.

não de muita qualidade, mas sim de certo valor decorativo, e o frontispicio.

Pouco depois, o padre Valentin encontrava-se em Elvas, lecionando matemática no Colégio da Companhia desta cidade. Na época da sua docência em Évora publica, mais tarde, em 1675, ainda outro livro, que foi guardado na Livraria Pública de São Roque, hoje na Biblioteca Nacional de Lisboa: *Zodiacus Diuini Doloris sive Orationes XII, quibus Coeli candidatus Christus Dei Filius, Pontio Pilato praeside, in Aula Crudelitatis in Regem Dolorum inauguratur*.[24]

Mas finalmente Valentin partiu de Portugal em abril de 1663, não para sua desejada missão na China, mas para o Brasil. As circunstâncias precisas desta mudança ainda não estão perfeitamente claras. No tempo de sua partida a missão chinesa vivia conflitos devidos a uma troca da dinástica no Império. Porém, Adam Schall ainda vivia e guardava sua importância no Observatório de Pequim – lembre-se de passagem que esta função cumpria papel de primeiro plano, não se tratava de uma instituição de pesquisa, mas de um tribunal do Império. Talvez a mudança de destino do missionário Stansel se deveu a problemas outros da Companhia de Jesus na China, talvez a restrições específicas feitas ao padre Valentin pessoalmente ou ainda a um projeto específico para a província jesuíta do Brasil. O estado da pesquisa biográfica ainda não permitiu revelar.

E, não em último lugar, há de lembrar que o final dos anos cinqüenta e o início dos sessenta foi uma época em que a Restauração de Portugal estava solidamente implantada no reino e em suas colônias. Vivia-se um período de certa "euforia nacional" – a expulsão dos holandeses do Brasil, em 1654, datava de poucos anos. O reino português, estava em guerra com a poderosa Espanha desde 1640 e a paz dos Pirineus – pondo fim à guerra com a França – já anunciava que o país vizinho poderia dispor de meios aparentemente capazes de recuperar o território rebelde. Elvas, distante da fronteira pouquíssimos quilômetros e ainda o caminho mais curto da Espanha para Lisboa, encontrava-se no centro de uma região que muito sofreu com a guerra. Não se sabe ao certo quanto tempo ele viveu ali e ainda em quais outras cidades o matemático lecionou.

Diversos testemunhos asseguram que, logo após a chegada do missionário à Bahia, sua atividade de matemático e cientista foi intensa. Não estava só, pois junto a ele estiveram na Bahia vinte e três jesuítas germânicos, e entre eles, como João Ginzl, provavelmente tchecos ou alemães da província tcheca. O porto de Salvador, além de centro dinâmico, foi também o espaço privilegiado para a construção de uma idéia de cidade a beira-mar, uma urbe portuária típica da época, forjando entre os viajantes estrangeiros uma imagem de sujeira espalhada pelos cantos e becos da cidade. O interesse dos alemães pela Bahia data da primeira invasão holandesa na Bahia, em 1624, quando o soldado alemão Johann Gregor Aldenburg, integrante da Companhia das Indias Ocidentais, registrou o cotidiano da invasão na capital do Brasil, em obra intitulada *Viagem as Índias Ocidentais* publicada no ano seguinte na Alemanha.[25]

O local onde Stansel realizou as suas observações e as suas medições, foi o Colégio dos Jesuítas (Colégio do Terreiro de Jesus) em Salvador, que não era propriamente um sítio adequado às observações astronômicas, dada à nebulosidade existente em boa parte do ano em função do regime pluviométrico da Baía de Todos os Santos, onde se encontra Salvador.[26]

Clóvis Pereira da Silva lembra que o primeiro curso de Artes (um curso de nível mais avançado) fora criado no Colégio de Salvador, Bahia,

---

[24] *Zodiacus Diuini Doloris sive Orationes XII, quibus Coeli candidatus Christus Dei Filius, Pontio Pilato praeside, in Aula Crudelitatis in Regem Dolorum inauguratur*. Auctore P. O Valentin Stancel, é Societatis Jesu. Eborae, 1675. Typ. Academiae. 120 x 65, XLVI+ 114 p., 100-IV-52. Da Livr. Publica de São Roque. (Minha transcrição.) Koláček oferece a versão breve: *Zodiacus Divini doloris,* Evora 1675.

[25] Maria Renilda Nery Barreto – Lina Maria Brandão de Aras, "Salvador, cidade do mundo: da Alemanha para a Bahia", capítulo Os alemães na Bahia, http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702003000100005. Outra versão http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v10n1/17834.pdf.

[26] Conf. Abertura – O papel das Instituições de Política e de Fomento – Prof. Amilcar Baiardi (UFBA), "Atividades Científicas no Brasil Durante os Séculos XVI, XVII e XVIII, 1ª parte", http://72.14.221.104/search?q=cache:aN_LdVntXZ0J:dtr2001.saude.gov.br/sps/areastecnicas/ctecnologia/docs/conf_abertura.ppt+%22VALENTIN+STANSEL%22&hl=cs&ct=clnk&cd=10&lr=lang_pt. Com referência a Morais (1994).

mantido pelos jesuitas, já em 1572. Naquele curso estudavam-se durante três anos: Matemáticas, Lógica, Física, Metafísica e Ética. O curso conduzia ao grau de bacharel ou licenciado. Trabalharam no Colégio da Bahia, dentre outros, aparte Valentim Stansel, os seguintes jesuítas: Inácio Stafford, Aloisio Conrado Pfeil, Manuel do Amaral, Filipe Bourel, Jacobo Cocleo ou Jacques Cocle, Diogo Soares, Domingos Capassi e João Brewer. Naquele Colégio o ensino das Matemáticas iniciava com Algarismos ou Aritmética e ia até o conteúdo matemático da Faculdade de Matemática (onde se estudava, dentre outros tópicos: Geometria euclidiana, Perspectiva, Trigonometria, alguns tipos de equações algébricas, Razão, Proporção, Juros), que fora fundada em 1757.[27]

Dos dezessete Colégios mantidos pelos jesuítas no Brasil colônia, em apenas oito funcionavam os cursos de Artes ou de Filosofia. Em geral, estes Colégios destinavam-se a formar pessoal para a ordem inaciana. Pois, o ensino dos inacianos, que era de inspiração e intenção religiosa, tinha por objetivo educar os moços para a Igreja. A educação para Deus era o objetivo do ensino dos inacianos; a formação científica era um meio para alcançar o fim. Mas, os bancos dos colégios dos inacianos também foram freqüentados por muitos alunos que não entraram para a Ordem. Dessa forma, o ensino das Matemáticas no Brasil começou com os jesuítas. Em algumas escolas elementares foram ensinadas as quatro operações algébricas e nos cursos de Arte foram ministrados tópicos mais adiantados, como por exemplo, Geometria elementar. No ano de 1605 havia nos Colégios de Salvador da Bahia, de Recife, de Pernambuco e da cidade do Rio de Janeiro aulas de Aritmética. Dentre os tópicos ensinados: Razões e Proporções, bem como Geometria euclidiana elementar. Observa-se, portanto, a gradação positiva e permanente do ensino das Matemáticas elementares por parte dos inacianos até o ano de 1757, no qual fora criada no Colégio de Salvador, a Faculdade de Matemática.[28]

Stansel destacava-se no uso de equipamentos de aferição astronômica sendo a ele atribuído o desenvolvimento de um tipo de astrolábio. Em carta a Kircher de 21 de julho de 1664 ele deu notícia de uma obra que teria acabado de escrever e estaria enviando para publicação na Bélgica, com o tema brasileiro: *Coelis Brasiliensis Oeconomia sive de benigno syderum influxu & temperie*. Ele resumiu seu conteúdo: "*libellum scripsi de hoc Caeli temperie et benigno syderum influxu ubi multa curiosa et digna scitu inspersi*".[29]

Duas semanas após ele escreveu outra carta anexa ao manuscrito e ao material referente ao livro. Resta-nos apenas uma página de rosto, uma dedicatória ao Superior Giovani Paolo Oliva e uma carta ao leitor. Deste último documento depreende-se algo mais do seu conteúdo. Trata-se de uma obra sobre a natureza do Brasil, das combinações dos elementos, dos ventos e das águas, dos viventes locais, animais e humanos, com uma explanação sobre a influência dos astros na sua conformação. Obra de grande interesse que infelizmente está perdida há muito tempo. Há ainda outras referências a este manuscrito na correspondência entre Stansel e Kircher.

Em cartas posteriores o padre Valentin passou a referir-se à obra com o título de *Mercurius*

---

[27] Clóvis Pereira da Silva, "A matemática no Brasil, Uma história do seu desenvolvimento". Em: http://64.233.183.104/search?q=cache:0pdQ89CTvAoJ:www.accefyn.org.co/PubliAcad/Clovis/Clovispdf/2.pdf+%22foram+utilizados+livros+did%C3%A1ticos+de+autores+inacianos%22&hl=cs&ct=clnk&cd=1. Ainda lembra os destinos posteriores: Nela estudara o matemático português José Monteiro da Rocha que chegara ao Brasil em 15 de Outubro de 1752, onde entrou para a Companhia de Jesus. Naquela instituição estudara Filosofia com o brasileiro Jerônimo Moniz e Matemáticas com o jesuíta alemão João Brewer. Com a expulsão dos jesuítas em fins de 1759, ele se desligara da ordem inaciana em 1760, porém continuara a viver na Bahia onde recebera a Ordenação sacerdotal. Ao regressar a Portugal, obtivera o bacharelado em Cânones pela Universidade de Coimbra em 1770. José Monteiro da Rocha fora convocado pelo Marquês de Pombal para compor a comissão que reformara, no século XVIII, a Universidade de Coimbra, criando inclusive a Faculdade de Matemática em 1772.

[28] Veja também André Luis Mattedi Dias, *Engenheiros, mulheres, matemáticos, Interesses e disputas na profissionalização das matemáticas na Bahia*, São Paulo, 2002, pp. 16–17, com referência a Carlos Ziller.

[29] Andres, J. – Kučera, R., "Note on the observation of comets in 1664 and 1665 by the Olomouc scholar P. Valentin Stansel, S. J.", *Acta Universitatis Palackianae Olomucensis, Facultas rerum nat., Phys*. 120, 34 (1995), pp. 207–218.

Brasilius, ou com outras pequenas variâncias irrelevantes (*Mercurius Brasilicus*, *sive de Coeli et soli Brasiliensis oeconomia*, por exemplo).[30] Atualmente tem-se conhecimento de outras referências importantes a esta obra, sempre vindas do ambiente de Kircher. A primeira é uma pequena citação feita ao final do catálogo do Museu Kircheriano, obra assinada por Giorgio de Sepi e publicada em 1678.[31] Numa parte relativa aos livros guardados no Museu, o autor disse possuir o manuscrito de Valentin Stansel, o *Mercurius*.

A segunda referência é um conjunto de pequenos extratos dos manuscritos publicados numa obra de Gioseffo Petrucci, composta para defender seu mestre, Athanasius Kircher, numa controvérsia científica com Francesco Redi. O livro, *Prodromo apologetico alli studi chircheriani*, foi escrito para sustentar a veracidade de diversos depoimentos sobre as "maravilhas" do mundo narradas por viajantes e missionários à América, à China, etc. Estas narrativas de viagens e da extraordinária natureza tropical – seja do Oriente ou do Ocidente – tinham sido postas em questão por Redi que, cético, buscava estabelecer limites entre o fabuloso de alguns relatos e a verdade natural. Athanasius Kircher se pôs em defesa dos depoimentos de seus confrades missionários e as trocas entre os dois constitui um interessantíssimo capítulo do processo de construção da ciência moderna. É claro que, neste contexto, um depoimento de um matemático que escrevia do Novo Mundo acrescentava em muito aos interesses do polemista jesuíta. Nas rápidas citações feitas por Petrucci do manuscrito de Stansel, percebe-se algumas teses e testemunhos importantes defendidos pelo missionário: a geração espontânea de vermes e de insetos – tese que é também objeto de discussão entre Kircher e Redi –, a eficácia da pedra da serpente na cura de envenenamento por mordida de besta peçonhenta e a existência do monstro Ypupiara, de larga trajetória nas narrativas sobre a História do Brasil.

Em particular, o depoimento sobre o Ypupiara vem acompanhado de uma ilustração que Petrucci afirma ter vindo diretamente do Brasil. Na realidade, nesta passagem, Stansel reproduziu – como explica Camenietzki – um lugar-comum dos escritos sobre o Brasil do século XVI e início do XVII. Trata-se de uma história que se repete, com detalhes ligeiramente diferentes desde 1565, relatando o aparecimento, numa praia brasileira, de um monstro que teria sido morto a flechadas indígenas e a estocadas de um colono português. Estas narrativas combinando o fantástico ao verossímil são, antes de mais nada, um retrato da insegurança face ao desconhecido vivida pelos europeus em contato com uma natureza efetivamente diferente daquela habitual. Não se trata aqui de aprofundar esta análise, mas é importante registrar que, nestes anos, a fronteira separando o possível do fabuloso em matéria natural não se apresentava com a mesma clareza que virá a ter posteriormente.

No que respeita particularmente ao depoimento de Stansel reproduzido por Petrucci, a existência de tal monstro é perfeitamente aceitável, uma vez que tanto do ponto de vista do aristotelismo reinante, quanto das principais alternativas teóricas que se apresentavam na época, a geração da besta não constituía obstáculo maior.

O maior impacto dos trabalhos do padre Valentin Stansel ocorreu entre os médicos da colônia. No século XVII, as terapias curativas dificilmente poderiam prescindir da consulta aos astros. Acreditava-se que as doenças estavam diretamente associadas ao equilíbrio interno dos pacientes e tinham relação com os astros. Discutia-se muito se a força dos céus agia diretamente sobre os homens (Marte excitando diretamente o sangue dos pacientes, por exemplo) ou se

---

[30] O texto completo é – segundo Camenietzki – o seguinte: "*Mercurius Brasilius, id est de mirabilibus Brasiliae, quo describuntur primo ritus, & constitutiones naturales regionis, deinde hominum mores, & vita, postea animalia quadrupeda, volatilia, natalia, insecta, quibus subjungit vegetabilia, arbores, herbas, flores, fructus, & tandem de mineralibus, omniumque jam dictorum virtutibus, & proprietatibus eleganti & polito stylo agit. Opus vere curiosum & dignum consideratione, praesertim cum is omnium inspector & observator fuerit. Est opusculum phaenomenorum solis, quo siderum, circa polum australem apparentium nobis incognitorum, uti & de cometarum praeterlapis annis in Brasilia apparentium, motu, duratione, interitu, scite admodum scripsit, quorum omnium ipse primus ex astronomis sub zona torrida observator fuit & plurima singularia continet Europae astronomis ignota*". Koláček, op. cit., p. 39, o indica como manuscrito, do ano 1664.

[31] Giorgio de Sepi, *Musaeum Celeberrimum*. Amsterdam, 1678, p. 66.

sua ação era indireta (Marte excitando o ar e os elementos, e estes alterando o temperamento do paciente). Era comum, portanto, a crença de que as doenças estavam ligadas aos movimentos dos corpos celestes. O parecer de um bom conhecedor dos astros era peça importante no diagnóstico de diversas enfermidades, caso o próprio médico não pudesse fazê-lo. Acreditava-se também que os planetas poderiam afetar os acontecimentos políticos, os casamentos e quase todas as esferas da vida social e, por essa razão, os reis e príncipes sempre mantinham na corte um bom conhecedor dos céus. Boa parte do financiamento e do prestígio que os astrônomos tiveram nos séculos XVI e XVII se devia à crença na astrologia, e era de se esperar que a imensa maioria dos textos escritos por ocasião do aparecimento de um cometa contivesse algum prognóstico astrológico.

Em dezembro de 1664 um luminoso cometa apareceu no céu e foi notado em todo o mundo. Após um breve intervalo de tempo, em janeiro de 1665, outro cometa voltou a ser visto – de fato, trata-se do mesmo objeto celeste que, na sua trajetória fica oculto pela luminosidade do Sol. Diversos astrônomos deixaram registros da observação deste portento. O padre Stansel também observou o fenômeno e escreveu uma pequena obra narrando e analisando os resultados obtidos. No seu escrito, ele procurou resolver os principais problemas referentes aos cometas discutidos na época: matéria do cometa, sua localização no céu, natureza do seu brilho, trajetória, etc. O manuscrito, composto no primeiro semestre de 1665, circulou na Europa entre várias mãos.

Um bom exemplo do interesse suscitado pelos escritos de Stansel é o caminho trilhado pelo tratado que ele escreveu na Bahia logo após a observação do cometa de 1668. O padre o redigiu nos meses subseqüentes às observações e o enviou a diversas personalidades, particularmente aos matemáticos da Companhia de Jesus, em Roma. O texto chamou a atenção pela qualidade e foi publicado num periódico erudito, o *Giornale dei Letterati*, de setembro de 1673. Christiaan Huygens (1629–1695), renomado matemático holandês que trabalhava em Paris, traduziu-o e o encaminhou à Royal Society de Londres, sociedade científica criada sob os auspícios do rei da Inglaterra em 1660. O texto foi republicado no número de julho de 1674 de *Philosophical Transactions*, periódico editado pela sociedade científica inglesa, tornando-se amplamente conhecido por uma brilhante geração de cientistas, como Isaac Newton e Edmond Halley. Newton, por exemplo, citou observações de Stansel na sua obra maior, *Princípios matemáticos da filosofia natural* (*Principia Mathematica*), publicada em 1687.[32] Os resultados da sua investigação na Bahia, das observações e as análises de Stansel dos cometas de 1664/5 e de 1668 foram reunidas pelos seus confrades de Praga num volume, *Legatus Uranicus ex Orbe Novo in Veterem*, publicado em 1683, ainda em vida de Stansel e também, numa outra edição, muito tempo após a sua morte, em Praga, em 1774, por baixo do título *Legatus uranicvs sive cometa… observatus in Brasilia, Bahiae Omnium Sanctorum*, de maneira que mesmo em Praga houve testemunho da sua atividade na Bahia. Os editores dedicaram a obra a Carlos Inácio, conde de Šternberk, cujo brasão, de toda página, está publicado como suplemento. Depois do texto há cinco páginas inteiras com gravuras em cobre que representam observações astronômicas. Esta obra foi resenhada pelo periódico *Acta Eruditorum* de 1683.[33]

[32] Isaac Newton, *Philosophiae Naturalis Principia Mathematica*. Londres, 1687. A passagem encontra-se, segundo Camenietzki, no livro III, Prop. XLI, Probl. XX, pp. 507–508. Por outra parte, pouco antes da expulsão dos jesuítas, o padre José Monteiro da Rocha observou a primeira passagem prevista do cometa de Halley em 1759. Naquela época o astrônomo contava cerca de 25 anos e, ao contrário do anterior, sempre estudara no Colégio dos Jesuítas de Salvador. Na ocasião, José Monteiro escreveu um livro, o *Sistema físico-matemático dos cometas* em que defende as teorias de Isaac Newton sobre os movimentos dos corpos celestes. Trata-se de obra de caráter newtoniano. Veja também http://www.comciencia.br/reportagens/2005/05/11.shtml. e http://www.nossahistoria.net/Default.aspx?PortalId=-1&TabId=-1&MenuId=-1&pagId=IKDHQPWQ.

[33] Valentinus Stansel, S. J., *LEGATUS URANICVS SIVE COMETA Qui sub decursum A. 1664 in Asterismo Corvi, Mundo Illuxit: observatus in Brasilia, Bahiae Omnium Sanctorum*. Praga 1683, 4º, (1), CLXVIII pág., 6 suplem. Na primeira pág. texto: ILLVSTRES, ET CLARISSIMOS EUROPAE ASTRONOMOS. Também o escudo de armas de Inácio Carlos conde de Sternberg. No texto há gravuras das imagens astronômicas com

Voltando ao tema do livro, a análise feita por Stansel é bem cuidadosa. Seus pontos-de-vista fundamentais não se destacaram muito do comum entre os astrônomos da Companhia de Jesus. Há uma reduzida bibliografia recente sobre estas observações e seu significado. Estes estudos possuem uma certa importância para um primeiro contato com o pensamento de Stansel.

Finalmente, o último texto, a observação do cometa de 1689, é um pequeno *Discurso Astronômico*, de autoria não declarada, mas que contém evidências internas suficientes para sustentar a hipótese de que se trata efetivamente de um escrito de Stansel.[34]

Os primeiros anos de sua estadia na Bahia revelaram-se de uma imensa riqueza, como já ficou registrado. Na citada correspondência com o padre Kircher, Stansel deu conta da observação de eclipses lunares e solares em 1664 e 1665. Em 1669, ele comentou ao seu correspondente em Roma ter escrito duas obras. A primeira, *Tiphys Lusitano* ou *Regimento Nautico Novo*, é um texto que nunca foi publicado e, atualmente, o manuscrito encontra-se na Biblioteca Nacional de Lisboa.[35] Trata-se de um manual de navegação escrito a partir de um instrumento de observação inventado por Stansel. Nele encontra-se instruções para a obtenção da altura do pólo, para um melhor uso das cartas náuticas e mapas entre outras coisas. No curso do P. Stansel (Estancel), incluíram-se lições sobre a Arte da Navegação, reunidas neste manuscrito: o texto é inteiramente dedicado à descrição de dois instrumentos que o autor concebera, e com os quais

referência ao texto. O desconhecido editor em Praga completou as suas observações com muitas observações dos jesuítas por toda Europa, de modo que houve comparação de vários pontos/lugares do globo. Veja também o exemplar de Olomouc: Václav Pumprla, *Soupis starých tisků ve fondech Státní vědecké knihovny v Olomouci. IV. Díl. Hispanika a iberoamerikána 1501–1800*. Olomouc 1981 (com Oldřich Kašpar), nr. 645, Biblioteca Científica Estatal de Olomouc, procedente da Biblioteca do Colégio dos Jesuítas da mesma cidade, com a data de 1693 (cota 10.364). A segunda edição ou versão deste livro *Legatus uranicus… Observationes Americanae* estão nas bibliotecas da Real Canongia dos Cistercienses de Praga, cota CD IX 10 e no Museu Nacional de Praga NM 56 D 5. Kašparová – Mlčák, p. 18, descrevem os dados da seguinte maneira: *Legatus Uranicus ex Orbe novo in veterem, hoc est. Observationes Americanae cometarum factae, conscriptae ac in Europam missae a R. P. Valentino Stansel e Societate Jesu,… Mathesi Pragensi in Collegio Societatis Jesu ad S. Clementem cum auctario observationum Evropearum astrophilorum boho majorique lumnini in lucem datae.* – Pragae: Typis Universitatis Carolo-Ferdinand: in Collegio Societatis Jesu ad S. Clementem, 1683, 4º, (5), CLXVIII (167) folhas, 6 suplem. Comp. também S. Binková, "Os países tchecos e a zona lusitana…", op. cit., p. 143. Koláček, op. cit., p. 39, apresenta a seguinte transcrição: *Legatus Uranicus ex orbe novo in veterem, id est observationes americanae Cometae, qui a. 1664 in asterismo Corvi mundo illuxit, observatis Brasilia Bahiae omnium Sanctorum, qui cum auctario observationum Europearum Mathesi Pragensi prodiit.* Praga 1683.

[34] Juan Casanovas – Philipp Keenan, "The Observations of Comets by Valentine Stansel, a seventeenth century missionary in Brasil". *Archivum Historicum Societatis Iesu*. vol. 62, pp. 319–30, 1993; e Carlos Ziller-Camenietzki, "O Cometa, o Pregador e o Cientista: Antônio Vieira e Valentin Stansel observam o céu da Bahia no século XVII". *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*. Nº 14, pp. 37–52, 1995.

[35] O adverte por exemplo, Inocêncio Francisco da Silva, *Dicionário bibliográfico*, Lisboa, 7º vol., 1862, p. 396. Já em outra publicação mencionada, *Propositiones seleno-graphicae, sive de Lunae* (Olomouc, 1655) se recorda que este jesuíta publicou um dos primeiros mapas da lua com topografia (primeiro na Boêmia, mas ainda sem nomes e descrição). Veja Bulletin plus http://www.nkp.cz/bp/bp2003_4/19.htm. Valentim Estancel, *Tiphys Lusitano ou Regimento Náutico Novo o qual ensinava a tomar alturas, descobrir os meridianos e demarcar as variações da agulha a qualquer hora do dia ou da noite com um discurso prático sobre a navegação de leste a oeste / composto pelo padre Valentim Estancel da Companhia de Jesus que foi das matemáticas em várias universidades e ultimamente no real Colégio de Santo Antão em Lisboa*. – [ca 1660]. – [70] f., enc.: 3 desenhos; 31 cm. Cópia, tendo a dedicatória a D. Pedro II, e assinatura do autor (?). – As lições dos mestres de Santo Antão eram transcritas e compiladas, circulando as cópias entre os alunos do Colégio. – Três desenhos à pena, a sépia, de página inteira, representando os instrumentos descritos: f. [14], [41] e [10]. – Bibliogr.: Santos (1814); Sommervogel (1896); Albuquerque (1972). – Encadernado com pastas de cartão revestidas a pele castanha com ferros a seco. Ex http://purl.pt/102/1/especulacao/nautica/especulacao_nautica_thumb_46.html.

supunha poder solucionar os problemas da Náutica Astronômica (determinação das latitudes e longitudes, declinação da agulha, hora diurna e noturna, etc.); na Dedicatória, o autor esclarece que o «Tiphys Lusitano» é um novo instrumento para medir a altura do sol. A segunda obra é de ascética, *Zodiacus Divini Doloris*, publicada finalmente em Évora, 1675.

Desde a sua chegada à Bahia, o padre matemático enfrentou uma realidade certamente inimaginada. Se a natureza lhe deu elementos para a composição do *Mercurius Brasilicus*, a cultura baiana da época não pode ter deixado de lhe impressionar. Deixo a palavra a Camenietzki: "Na segunda metade do século XVII, Salvador viveu um período de grande florescimento cultural; até mesmo surpreendente para uma capital mercantil do Império português. Por ali passaram e viveram Gregório de Matos, Antônio Vieira e Alexandre de Gusmão. A Bahia já havia recebido a visita de Dom Francisco Manuel de Melo. Porém, para um religioso que cresceu e viveu por diversos anos no ambiente jesuíta da reconquista católica de Praga, da exuberância cultural da Contra-Reforma, a capital da mais importante colônia portuguesa não poderia deixar de representar um ambiente humano exótico."

O poeta Gregório de Matos deixou um soneto sobre um astrolábio que o matemático teria dado ao rei de Portugal, D. Pedro II, na ocasião de seu coroamento. Aliás, o poeta mazombo escreveu um soneto ridicularizando o padre Stansel: *A El Rey D. Pedro II com um astrolábio de tomar o Sol, que mandou o padre Valentim Stansel dedicado ao renascido monarca*.[36]

O cometa de 1689 pode ter sido observado pela primeira vez em 1 de dezembro de 1689 pelo jesuíta Valentim Stansel no Brasil. Uma hora antes do Sol nascer em 28 de outubro de 1695 na Bahia, o jesuíta francês Jacob Cocleo descobriu o cometa que leva seu nome – Jacob.[37] As referências aos cometas encontram-se, em geral, em cartas de Vieira, nas quais encontramos também inúmeras referências a eclipses e até mesmo a uma provável estrela nova em 1665. Numa carta Vieira escreveu sobre *"um religioso nosso, alemão, bom matemático"*, que vivia no Brasil. Trata-se, sem dúvida, do padre Stansel que, de fato, descreveu esse cometa em sua obra *Legatus Uranicus,* publicada em Praga, em 1683.[38] Curiosamente não encontramos referência à aparição do cometa Halley em 1682 e do Brilhante Cometa de 1686. Esse último, seguramente, foi observado por Vieira, pois em 15 de agosto já era visível no Pará pelos padres jesuítas. Em sua poesia satírica Gregório de Matos (1623–1696) diz tê-lo observado na Bahia.[39]

A província brasileira da Companhia de Jesus não se apresentava como as demais. Na frota em que veio o missionário matemático, embarcou também o italiano Jacinto de Magistris, visitador enviado à Bahia pela Cúria de Roma para reconduzir os religiosos locais à política da Companhia. Tão logo desembarcou, os jesuítas do Brasil se puseram em revolta contra ele – o visitador era uma espécie de interventor. Este episódio encontra-se resumido de forma um tanto enigmática pelo padre Serafim Leite, o historiador oficial da Companhia. Trata-se, contudo, de um momento

---

[36] Cf. Gregório de Matos, *Obra Poética*. Rio de Janeiro, 1992 (3ª ed.), vol. I, p. 123. Camenietzki considera que se a regência de D. Pedro II terminou em 1683, o soneto não pode ter sido escrito muito longe desta data. Veja também *Apresentação do modelo da proposta da edição crítica da obra poética de Gregório de Matos* em: http://web.letras.up.pt/ftopa/Livros_Pdf/GM-III.pdf.

[37] Ex: *Supernovas – Boletim Brasileiro de Astronomia* – http://www.supernovas.cjb.net.

[38] *Legatus*, op. cit. Nota 33. Encontramos uma série de referências epistolares sobre o cometa Hevelius de 1664, que Vieira observou em Coimbra em dezembro desse ano, procurando compará-lo ao cometa de 1616 que tanto o impressionou na juventude. A mais valiosa informação sobre a aparição desse cometa encontra-se em carta de 23 de fevereiro de 1665 na qual relata que o astro teria sido observado, pela primeira vez, em 12 de novembro no Maranhão. Tal afirmativa altera completamente a história até hoje conhecida, que dá sua descoberta como tendo ocorrido na Espanha em 17 de novembro.

[39] Ronaldo Rogério de Freitas Mourão, "A contribuição do Padre Antônio Vieira à história da astronomia", Separata da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro,* a. 160, n. 403, 1999: http://www.instituto-camoes.pt/cvc/ciencia/e19.html. O cometa Richaud, observado pela primeira vez a bordo de um navio em 1 de dezembro de 1689, foi também visto por Vieira em 6 de dezembro. Tal aparição foi descrita, com muitos detalhes, no *Discurso Astronômico,* existente na Biblioteca Nacional de Lisboa, Coleção Pombalina (códice n. 484, folhas 170 a 177). Esse relato foi reproduzido em 1911 na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco.* Admite o historiador português Serafim Leite (1890–1969) que o autor desse discurso deve ser o jesuíta Valentim Estancel.

importante da vida política dos jesuítas brasileiros, quase que uma marca da singularidade desta província no século XVII. Em breves linhas, pois não tem sentido uma exposição e uma análise detalhada do acontecido neste texto, o visitador vem ao Brasil com a finalidade de reduzir as "inúmeras irregularidades desta província". Já na saída de Lisboa, Jacinto de Magistris leva consigo diversos jesuítas do Brasil que residiam na metrópole na qualidade de procuradores da província para fins específicos – entre eles o padre Simão de Vasconcelos. Em poucos meses o visitador se incompatibiliza completamente com a província e termina sendo deposto de suas funções e embarcado à força de volta para a Europa – coisa inédita na Ordem. A resposta do alto comando da Companhia não se fez esperar: o padre Geral reduziu a rebeldia, espalhou os principais revoltosos por outras cidades e puniu brandamente os demais. A parte do padre Stansel neste processo é nula. O matemático acabara de entrar na província e portanto não acompanhava direito os problemas e debates. Viera de Lisboa e provavelmente não tinha conhecimento aprofundado do ponto-de-vista dos brasileiros. Esta revolta dos brasileiros certamente marcou seu juízo sobre o Brasil nos seus primeiros anos de vida nos trópicos.

É fato que na sua carta a Kircher de junho de 1669 Stansel já pedia para o amigo interceder junto ao padre Geral para seu retorno à Europa. Sua decepção deve ter sido enorme. O fato de ter retomado a grafia "Estansel" para o próprio nome, conforme já ficou registrado neste trabalho, é bastante expressivo. Em todas as cartas do final dos anos sessenta e nas posteriores ele reclamava da falta de livros, da dificuldade em publicar os seus trabalhos, do ensino de teologia moral que ministra no Colégio da Bahia, etc. O matemático estava visivelmente decepcionado com o Brasil e com os brasileiros. Muito embora seu estado de espírito não fosse dos melhores, o missionário não abandonou sua vocação científica. Em carta a Kircher de 20 de abril de 1674 ele anunciou mais um livro: "Tenho nas mãos outra obra muito curiosa. É trabalho erudito e tem por título *Templum Vulcanun Sacrum*. Trata de Física, Matemática, Óptica…"

O escrito mudou de título, mais tarde, para *Vulcanus Mathematicus*. Esta obra também está perdida. Porém, pouquíssimos resíduos indicam tratar-se de trabalho bastante interessante. Resta, em primeiro lugar, a dedicatória do livro feita para Carlos II da Inglaterra e para Catarina de Bragança, filha de Dom João IV de Portugal. O outro documento, bem mais interessante, é a censura feita pelos padres da Companhia. De fato, desde o início do século XVII, os jesuítas constituíram um corpo de censores internos que teria a responsabilidade de zelar pelas obras publicadas por membros da Ordem. Já no tempo de Inácio de Loyola, a Companhia se preocupava muito com sua unidade doutrinal e política. Se diversos "heréticos" conhecidos tinham saído das fileiras de importantes ordens religiosas, isto não poderia acontecer aos religiosos jesuítas. O *Collegio Revisorum* tinha a função de examinar os livros escritos por membros da Companhia e de dar, ou não, a *facultas*, que significava a aprovação do texto pelos rigorosos censores internos. Então não pode surpreender que *para contornar a vigilante censura interna da Companhia de Jesus a propósito de sua adesão ao cartesianismo*, Valentin se serviu do recurso da dissimulação que foi prática corrente nos meios diplomáticos e literários, sempre associada à própria escrita durante a época barroca. *A dissimulação se associa à metáfora e a outras figuras de linguagem tão prestigiadas pelo gosto literário do século XVII. O seu uso também estava disseminado entre os cientistas da época barroca. Este exemplo, e ainda outros, sugere que a dissimulação pode ser entendida como um importante elemento na interpretação da cultura científica deste tempo. Afinal, ao obrigar o leitor a decifrar a mensagem dissimulada, o homem de ciência o transforma, de certa maneira, em cúmplice de suas idéias*.[40]

O *Vulcanus Mathematicus* não foi aprovado por eles. Entre outras condenações, consideraram que o livro defendia idéias cartesianas e atomísticas. Pouco se pode dizer sobre este ponto-de-vista: sem a leitura do manuscrito, resta apenas a especulação. Contudo, não é improvável que os censores tivessem tido um juízo um tanto enviesado do pensamento de Stansel: suas relações eruditas e sua clara filiação ao mesmo ramo de pensamento que o padre Kircher sugerem um equívoco ou uma certa pressa na censura.

[40] Carlos Ziller Camenietzki, *Dissimulações honestas e cultura científica na Idade Barroca, resumo:* http://www.sigila.msh-paris.fr/dissimulation.htm.

Apesar das adversidades, o padre Valentin parecia incansável. Em 1685 veio a público o seu livro *Uranophilus Caelestis Peregrinus*. Todo o título desta obra é: *Uranophilus celestis peregrinus sive Mentis uranicae per mundum sidereum peregrinantis extases Authore Valentino Estancel de Castro Julii Moravo, é Societate Jesu, olim in Universitate Pragense, deinde in Regia Olyssiponensi Matheseos Magistro…*[41] O livro foi escrito em Salvador, editado em 1685 em Gand, na Bélgica. *Uranófilo o peregrino celeste* é um diálogo latino bastante interessante em que combina habilmente a exposição de seus conhecimentos astronômicos e a ficção. O padre Valentin não discute velhas e obsoletas teorias dos céus; ele não defende Ptolomeu e o geocentrismo. Suas proposições (*Propositiones selenograhicae sive de Luna*, Olomouc 1655[42]) acompanham aproximadamente o sistema de Tycho de Brahe e procuram incorporar as mais recentes descobertas da astronomia. Note-se que esse padre veio ao Brasil como missionário e matemático já formado, com mais de quarenta anos de idade. Se considera peregrino dos espaços celestes, cuja constituição explica como sendo em parte líquida e em parte sólida.

Não menos extravagante era a sua concepção sobre os cometas, que admitia serem gerados pela conjunção de dois planetas. Convenceu-se desta origem quando, após ter assistido a uma conjunção de Saturno com o Sol, em 1 de novembro de 1689, descobriu, no mês seguinte, um cometa que julgou ser "movido por algum anjo".[43]

Em 1686, uma doença desconhecida (que as autoridades batizaram de Males) castiga o Recife, vira epidemia que se prolonga por sete anos, matando milhares de pessoas. Entre a população, o prognóstico: dois eclipses, um do sol, ocorrido em agosto do ano anterior, e um da lua, ocorrido em dezembro daquele ano.

O eclipse solar tinha "uma figura de uma feroz e gigantesca aranha" e a lua apareceu "abrasada num eclipse de fogo escuro". Documentos oficiais estabeleceram relação entre os eclipses e a epidemia e o padre Valentim Estancel, da Companhia de Jesus, que era um conceituado astrólogo, aproveitou para profetizar que *"muitas enfermidades e mortes iam cair sobre o Brasil e que haviam de continuar por muito tempo"*.[44]

O frontispício ilustrativo, uma gravura retrata os três personagens da obra, Uranofilo, Urania e Geonisbe, em conversação na quinta dos jesuítas, nos arredores da cidade. Atualmente a edificação abriga o Arquivo Público da Bahia. Pode-se ver a fonte que ocupa o centro do pátio interno do prédio. A cena parece traduzir o espírito do mestrado, com o conhecimento sendo transmitido concomitantemente com um agradável cafuné.[45]

É uma edição de um título tão nobre como orgulhoso, no qual o autor se declara – ou o fazem os seus confrades – não somente professor das universidades de Praga e de Lisboa, mas também moravio e cidadão de Olomouc (na forma latina Castro Julii). Isto explica também um problema do seu nome: Segundo Camenietzki, há uma expressiva curiosidade sobre o nome do missionário que merece um rápido comentário. Em suas cartas escritas de Olmutz e de Roma, o padre Valentin assinou sempre com a grafia Stansel. Chegado a Portugal, ele mudou para Estansel. Na Bahia, ele assinou Valentin de Castro em algumas cartas. Em 21 de julho de

---

[41] *Uranophilus caelestis peregrinus sive mentis uranicae per mundum sidereum peregrinantis extases Authore Valentino Estancel de Castro Julii Moravo, é Societate Jesu, olim in Universitate Pragense, deinde in Regia Olyssiponensi Matheseos Magistro…* 1685, Gandavi: Apud Heredes Maximiliani Graet. Prostat Antverpiae, apud Michaelem Knobbaert, 1685. 4º 205 x 125. – XII + 222 + XIII p. e. 1 est., cota 37-VIII-26 Biblioteca Nacional de Lisboa. Na Biblioteca Nacional de Praga, cota 49 B 1. Kašparová – Mačák, op. cit., p. 19. Binková, "Os países tchecos e a zona lusitana…", op. cit. p. 142 e 157–158. Koláček, op. cit., p. 39 oferece uma pequena variante: *Uranophilus caelestis peregrinus sive mentis Uranicae per mundum siderum peregrinantis extases.* Authore Valentino Estancel de Castro Julii Moravo, e Societate Jesu, olim in universitate Pragensi, deinde in Regia Ullyssiponensi matheseos Magistro, demum theologicae moralis in Urbe S. Salvatoris vulgo BAHIA Omnium Sanctorum in Brasilia professore, Gent, Belgica, 1685, 4º.

[42] Koláček, op. cit., p. 39.

[43] Álvaro de Freitas Armbrust, "História da Astronomia no Brasil – Parte I." (Da descoberta do Brasil ao final do Período Colonial), *Histórias da Astronomia*, Nº 021, 5 de Novembro de 2005, em: http://www.uranometrianova.pro.br/historia/hda/0005/hisbrasil1.htm.

[44] http://www.pe-az.com.br/curiosidades/fim_mundo.htm.

[45] http://www.fis.ufba.br/dfg/pice/ludico/pice-logotipos.htm, ver o frontispicio completo.

1664, numa carta escrita do Colégio da Companhia ao padre Kircher em Roma ele acrescentou um comentário: *"Valentinus de Castro, novuus in cognomine, veteranus in amore & obsequio"*. Neste ponto não estou de acordo com Camenietzki que diz que esta mudança parece acompanhar seu entusiasmo com a rica experiência que vivia, nem que o abandono desta novidade já na carta escrita em 10 de agosto de 1666 ao mesmo destinatário talvez seja expressivo de uma frustração. É que o sobrenome Castro está tomado da forma latina da cidade de Olomouc (Castro Julii), assim que o assinante quer dizer que é de Olomouc, "olomucense".[46]

Uranophilus Caelestis Peregrinus foi dedicado a Bernardo Vieira Ravasco – irmão do padre Antônio Vieira. Trata-se de um diálogo entre três personagens: Uranophilus, Geonisbe e Urania, que passeiam pelo espaço discutindo a conformação dos céus e da Terra. Conforme o costume daquele tempo, o livro vem com um belo frontispício que procura sintetizar o seu conteúdo. É importante registrar que, no século XVII, foi publicada uma quantidade expressiva de obras em que uma viagem para fora da Terra é tema que organiza a narrativa. Kepler, Cyrano de Bergerac, Francis Godwin e Athanasius Kircher são alguns dos escritores deste gênero literário de sucesso em meados do século.

A escrita em forma dialogal constitui um meio importante de expressão das idéias científicas desta época; Galileu, por exemplo, se serviu deste recurso com brilhantismo. A publicação deste livro não passou desapercebida no Velho Mundo. No número de maio de 1685 o periódico *Acta Eruditorum* publicou uma resenha do *Uranophilus.*

Acta comparou o livro de Stansel com aquele do padre Kircher, *Iter Exstaticum Caelestis*, publicado em 1656, que conheceu grande sucesso com duas outras edições. Esta última obra também narra, na forma de diálogo, uma viagem interplanetária. A aproximação entre os dois livros é evidente. Outro periódico daquele tempo registrou a semelhança: o *Jounal des Sçavants* de agosto de 1685. Muito provavelmente Stansel leu o *Iter* kircheriano. Ele esteve certamente em Roma com o padre Athanasius em 1655 e, provavelmente, no início de 1656. De qualquer maneira, se o missionário se inspirou na obra de um seu amigo e confrade, ou se isso não aconteceu, não constitui nada de relevante. É fato que o *Uranophilus* não copia o *Iter* nem defende as mesmas posições em matéria astronômica. O diálogo de Stansel se reveste de um interesse extraordinário para a História da Ciência no Brasil. É obra de um sábio que teve seu trabalho reconhecido em seu tempo – a citação das observações do cometa de 1668 por Isaac Newton é certamente algo notável. Além disto, trabalhando em circunstâncias freqüentemente precárias – falta de livros e de interlocutores – ele insere em sua reflexão no quadro geral das grandes concepções do mundo. Se a sua crença no Ypupiara, nas sereias e se suas obras religiosas e ascéticas o afastam do que acreditamos hoje em dia ser um homem de ciência, é exatamente isto que faz de Stansel um cientista plenamente inserido na cultura do seu tempo. Inútil esperar que o sábio do século XVII pudesse escapar aos problemas que afligiam os intelectuais da sua época.

Camenietzki dá a conhecer que existe ainda uma última referência a trabalhos científicos de Stansel que merece uma breve nota. Em uma carta de 27 de julho de 1697 ao padre Geral, o missionário comunicou o envio a Portugal de um texto, *Novum Phaenomenum Caelestem*, e solicitou sua publicação. Por esta carta e por outras evidências, sabemos que ele esteve em Pernambuco, porém nada há que possa precisar melhor o período e as razões do seu deslocamento. No mesmo documento ele solicitou a autorização para publicar, em Antuérpia, uma outra obra ascética: *Clavis Regia Triplici Paradisi*. Nada mais se sabe sobre este texto. Como já vimos, sua rica produção não se limitava apenas a obras de caráter matemático ou científico, por assim dizer. Certamente, antes de julho de 1683, o padre Valentin escreveu uma obra que ficou esquecida pelos bibliógrafos da Companhia de Jesus: *Philodoxius Peregrinus*.

Seus textos eram copiados e enviados para diversos homens de ciência em Portugal, Itália, Boêmia e outros países. Recebidos com maior

[46] Também outro jesuíta tcheco, Simón de Castro utiliza este nome (em espanhol), mais por pura tradução, pois o seu nome original tcheco é Boruhradský, quer dizer "Do Castro do Pino". Veja o meu estudo "Simón de Castro – Šimon Boruhradský, un arquitecto checo del siglo XVII en México". *Ibero-Americana Pragensia* XX (Praga), 1986, pp. 159–174. Também pode afirmar-se que Stansel utilizou outras formas, que deviam aproximar a pronúncia ao original ou a sua adaptação ao português: Estencol ou Estançol.

ou menor entusiasmo pelos especialistas, os trabalhos eram consultados por astrônomos e seus resultados integravam-se, como diversos outros, na grande controvérsia do século XVII acerca da natureza desses fenômenos.

Nos resta dela um volumoso manuscrito na Biblioteca Nacional de Roma, num fundo que pertencera ao antigo Colégio Romano. O livro, cuja leitura completa está impossibilitada devido aos estragos que o tempo se encarregou de fazer, vem dedicado a João de Sousa, governador de Pernambuco, e contém uma série de poemas ao autor e ao empreendimento. Não se trata aqui de proceder a um estudo de seu conteúdo. Tal trabalho será feito em uma ocasião mais propícia. No momento, é importante registrar a existência desse manuscrito. No domínio de seus escritos religiosos restam ainda duas referências. A primeira registra a existência de um trabalho enviado em meados de 1692 ao padre geral para publicação: *Typhis Spiritualis*. A segunda, mais importante, é um conjunto de documentos relativos à censura da obra: *Lucubrationes in Prophetam Danielem*. O texto teria sido escrito em 1694, conforme a *facultas* do padre Alexandre de Gusmão. Há, contudo, duas censuras de 1696 que mandam alterar detalhes antes da publicação. Segundo Serafim Leite, esta obra teria colidido com o livro *Clavis Prophetarum* – também inédito – de Antônio Vieira.[47] Outro manuscrito que está documentado, desta vez numa carta de seu colega na Bahia, João Gintzel, é *Typus nauticae coelestis.*[48]

Como foi informado na introdução, o padre Valentin Stansel terminou sua vida na Bahia, em 1705, aos 84 anos de idade. Sua produção científica é notável: segundo Camenietzki "*nove obras de Filosofia Natural entre opúsculos e textos de fôlego, cinco livros religiosos e mais não se sabe quantos pequenos textos espalhados pelos sábios da época. Vasta produção, mesmo considerando os padrões do seu tempo. Sem dúvida cabe a pergunta sobre as razões do esquecimento de seu trabalho. Afinal, por que o padre Valentin teria caído no profundo esquecimento em que ficou relegado por tanto tempo? Não é aceitável que um estudo sobre a História da Ciência no Brasil na época colonial deixasse de perceber este sábio, citado nos principais periódicos do seu século, citado ainda na obra que talvez tenha estabelecido os fundamentos da Ciência Moderna*!"

A historiografia contemporânea da ciência tem levado, em escala internacional, a uma revisão do papel usualmente atribuído aos Jesuítas no processo da constituição da ciência moderna. No Brasil tais pesquisas, conduzidas principalmente por Carlos Ziller Camenietzki, têm mostrado que a idéia de que a pesquisa em Física, Astronomia e Matemática no Brasil começou em 1934, com a criação da USP, ou na melhor das hipóteses, no caso da Astronomia, no Império, é um mito histórico que precisa ser submetido ao crivo da investigação. Afinal, ainda há quem se ponha a questão se os jesuítas fizeram ou não ciência. Ainda existe quem considere a inutilidade e mesmo a inviabilidade de fazer ciência no Brasil. E aqueles que crêem não ter havido nada no Império português que se pareça com ciência antes da fundação desta ou daquela instituição. Certamente Isaac Newton teria algo a lhes dizer.

Resumindo, é comum a idéia de que os religiosos que vieram para o Brasil na época colonial dedicaram–se exclusivamente à catequese e ao esforço de encontrar um lugar para os nativos na sociedade cristã. Acredita-se também que eles não tinham nenhuma ligação com a ciência e até que não havia atividade científica sistemática no Brasil, pelo menos até o final do século XVIII. Em maior ou menor grau, tais interpretações refletem, na verdade, o pouco conhecimento que ainda se tem sobre trabalhos científicos na Colônia. Além das missões e do trabalho de assistência espiritual e ensino à população portuguesa ou lusodescendente, os padres que vieram para a América portuguesa desempenharam outras atividades, entre as quais as de natureza científica. Esse esforço foi bastante significativo particularmente entre os jesuítas, que formaram preciosas bibliotecas nos seus colégios, montavam boticas onde preparavam e vendiam medicamentos ou, ainda, observavam os céus, participando de discussões científicas com astrônomos do Velho Mundo. E um destes científicos avançados foi o tcheco da Moravia, Valentin Stansel, *Castro Julii Moravo.*

(Escrito em português pelo autor)

---

[47] O Padre Antônio Vieira, em carta de 3 de julho de 1665 já se referira ao texto de Estansel sobre o cometa daquele mesmo ano. Cf. Lúcio de Azevedo, *Cartas de Antonio Vieira*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, vol. 3, pp. 188–189.

[48] Koláček, op. cit., p. 39.

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 205–214

O MISSIONÁRIO JESUÍTA JOANNES GINTZEL E AS SUAS CARTAS DO BRASIL PARA BOÉMIA NOS ARQUIVOS CHECOS

por PAVEL ZAVADIL
(Universidade Carolina de Praga)

1. Breve factografia

Joannes Gintzel é um dos poucos membros da Província da Boémia da Companhia de Jesus que actuaram no Brasil e que deixaram um testemunho sobre a natureza, a vida, os costumes e os nativos do novo continente.

O apelido deste missionário e administrador jesuíta aparece sob várias formas nas diversas fontes e documentos, por exemplo: Gintzel, Ginzel, Ginsel, Guinsol, Gün(t)zel, Quinsel, Guedes, Guardes, Quedes, Gredes, Quinselius, etc.[1] O próprio missionário assinou a sua primeira carta dirigida do Brasil para a sua província original como "Guinsel" (talvez para facilitar a pronuncia do seu apelido aos portugueses). Sem embargo, o jesuíta também costumava escrever o seu nome, nos anos seguintes, numa forma aportuguesada "Guedes".[2]

Gintzel nasceu no dia 8 de Outubro de 1660 na cidade de Chomutov (Norte de Boémia) com a nacionalidade alemã.[3] Em 14 de Outubro de 1676, quando tinha 16 anos, entrou na Companhia de Jesus.[4] Durante os anos 1677–1678 passou pelo noviciado em Brno, depois estudou filosofia em Olomouc (1679–1681) e durante os anos 1682–1686 ensinava humanidades em Jihlava e Głogów (actualmente na Polónia). Nos anos 1687–1690 estudou teologia em Praga e, após terminar esta formação, atingiu o terciado em Telč. Já naquela época sonhava ser missionário, pois no dia 22 de Janeiro de 1689 pediu ao superior geral da ordem que fosse mandado para alguma missão ultramarina.[5] No dia 9 de Dezembro de 1691, partiu do Colégio Jesuítico em Český Krumlov para Portugal, com o objectivo de desempenhar o papel de missionário ultramarino.[6] No dia 28 de Fevereiro de 1694, fez a profissão solene (já em Lisboa) e nos fins de Abril do mesmo ano embarcou da capital portuguesa para o Brasil. No dia 19 de Maio de 1694, desembarcou na Bahia, naquela época a capital do Brasil.

Uns dias depois da sua chegada, Gintzel tomou parte na Congregação da Província Brasileira, sendo aí o membro mais jovem de todos. Nesta ocasião teve a possibilidade de conhecer pessoalmente Valentinus Stansel,[7] o seu colega proveniente da província da Boémia da Companhia de Jesus. Desta época, conservam-se nos arquivos checos três cartas de Gintzel (apresentadas neste artigo sob No. I, II, III), nas quais Gintzel, além de mencionar a personalidade de Stansel, mostra o seu desacordo com a situação na província brasileira.

Estando na Baía duas semanas, o jovem recém-chegado sofreu de febre amarela, mas, imediatamente depois de recuperar as forças, partiu para a região nas proximidades do Rio de São Francisco onde logo iniciou a carreira de missionário. No arquivo em Brno conservam-se duas cartas que contêm um breve relato do seu começo na missão (No. IV, V).

---

[1] Cf. PELZEL, 130; LEITE *VIII*, 286; RYNEŠ, 197; GICKLHORN, 56; KALISTA, 134; GRULICH, 104.
[2] LEITE, *III,* 100–101.
[3] FRANCO, 393: "*P. Joannes Gintzelius natione Germanus*".
[4] KAŠPAR-FECHTNEROVÁ, 176.
[5] HOFFMANN, 9, 35.
[6] KAŠPAR-FECHTNEROVÁ, 176.
[7] Valentinus Stansel, matemático e astrónomo. Nasceu em Olomouc 1621, fez a profissão solene em 1655. Ensinou matemáticas nas universidades em Praga, Olomouc, Elvas e em Lisboa. Para o Brasil embarcou em 1663, faleceu na Baía em 1705. O autor dos vários livros científicos e didácticos, p.e. *Uranophilus, Orbis Affonsinus*, etc. A melhor lista de obras e de cartas em GRULICH, 106–108.

Joannes Gintzel esteve nas missões do Rio de São Francisco até o dia 27 de Julho de 1696, quando todos os jesuítas daquela região foram expulsos pelos colonos portugueses. Porém, não desistiu da sua convicção apostólica e já em 1699 trabalhava na missão situada na fronteira da região de Ceará e do Rio Grande do Norte.[8] Em 1716 desempenhava o papel de reitor do colégio jesuítico na cidade de Olinda.[9] Sem embargo, o seu maior êxito na catequização dos novos territórios do Reino Português é, sem menor dúvida, a fundação do Real Hospício do Ceará.

Para poder instituir esta nova casa jesuítica ao norte do Brasil, Gintzel empreendeu uma viagem a Lisboa em 1720 com o fim de pedir a permissão do rei D. João V.[10] Em 17 de Março de 1721, alcançou do rei o alvará da fundação de hospício na Serra de Ibiapaba. Sem embargo, a construção não foi efectuada por causa dos jesuítas terem decidido situar o hospício na costa do mar, ponto mais apropriado para a expansão missionária. Não podiam, porém, chegar a acordo: se seria melhor levantar o edifício em Fortaleza ou em Aquirás. Além disso, a construção demorou-se por causa da guerra civil e das calúnias levantadas contra a Companhia.[11] Para desfazer os enredos dos seus adversários, Gintzel saiu outra vez do continente americano com destino a Lisboa, onde chegou em 30 de Novembro de 1725. O seu propósito era informar a Corte Real sobre os obstáculos à construção do hospício e procurar garantias para a sua construção efectiva. O rei confirmou o seu apoio à fundação do hospício e sendo proclamado fundador, ofereceu um aumento da sua ajuda económica. Depois de várias disputas entre os jesuítas com respeito à sede final do hospício em Ceará, foi eleito por motivos económicos e práticos o lugar de Aquirás. Em 1727, finalmente, começou a realização da nova casa religiosa e três anos depois já estava armada, junto com o edifício do seminário. O Real Hospício de Ceará servia então como centro de apoio para todos os missionários da região e também como escola interna para crianças. Era o primeiro lugar no Ceará, segundo menciona Leite, onde se ensinava Latim e humanidades.[12]

Joannes Gintzel, o grande implementador do hospício e o pai da ideia de formar o primeiro seminário no Ceará, foi nomeado o primeiro superior desta casa religiosa. Morreu aí aos 83 anos, em 11 de Fevereiro de 1743.

2. Lista das cartas de Joannes Gintzel nos arquivos checos

A lista seguinte contém as cartas conservadas no *Národní Archiv* em Praga (NA) e no *Moravský Zemský Archiv* em Brno (MZA).

I.

Original: NA Praga, JS III, 419/3, f. 110. Cópias incompletas: MZA Brno, G11, 557/6, f. 13; MZA Brno, G11, 557/6, f. 32. (Na forma censurada em STOECKLEIN, No. 49).

Data: 5 de Junho de 1694 em Bahia, endereçada ao Joannes Waldt, Superior de *Domus Professa* em Praga.

Resumo: A sua primeira carta do Brasil; prepara-se para ir em missão; entretanto faz parte da congregação provincial. Apresenta queixas sobre o comportamento dos jesuítas portugueses aos padres estrangeiros. Descreve a chegada de Valentinus Stansel ao Brasil e menciona livros escritos por ele. Pede presentes e prendas com os objectivos religiosos; mostra desprezo pelos índios e despersuade os indipetas das missões ultramarinas. Informa sobre os novos acontecimentos nas missões da Ásia.

II.

Cópias: MZA Brno, G11, 557/6, f. 82; MZA Brno, G11, 557/1A, f. 21. (Publicado em latim por BINKOVÁ, 158–159).

Data: 5 de Junho de 1694 na Bahia, mandada ao colégio de Český Krumlov na Boémia.

Resumo: Descrição da Bahia, dos seus habitantes e do colégio jesuítico naquela cidade. A comida e o clima no Brasil. Prepara-se para ir em missão.

III.

Cópia: MZA Brno, G11, 557/6, f. 59v.

Data: 6 de Junho de 1694 em Bahia, endereçada ao missionário Albertus Bukovský.

Resumo: Conteúdo semelhante à carta I, traz mais detalhes sobre a congregação provincial e algumas informações sobre a vida no Brasil.

[8] LEITE, *V,* 536–549.
[9] LEITE, *V,* 431; *IX,* 143.
[10] Naquela época escreveu outra carta para província boémica (com a data de 7 de Septembro de 1720), que se conserva em STOECKLEIN, No. 207.
[11] Mais ver LEITE, *III,* 73–83.
[12] LEITE *III*, 83.

IV.

Cópia: MZA Brno, G11, 557/6, f. 12.

Data: 14 de Abril de 1695 em Kurumamba, dirigida a Joannes Waldt (?).

Resumo: Escreve sobre a missão perto do Rio de S. Francisco. As aldeias indígenas na missão e o dia comum de um missionário. Mostra de novo o seu desprezo pelos índios: é um povo brutal e bestial que não é capaz de entender assuntos espirituais nem de aceitar a fé católica. A comida dos índios e a sua arte de nadar. A falta de comida na missão. O carácter do Rio de São Francisco.

V.

Cópia: MZA Brno, G11, 557/6, f. 15.

Sem data, escrita em 1695, ignora-se o destinatário.

Resumo: Acontecimentos após a sua chegada a Bahia. A sua viagem e chegada à missão. Condições para a agricultura e criação de gado naquela região. Colaboração com o vigário que vive no outro lado do rio. A vida quotidiana na missão e o poder judicial dos missionários sobre os índios.

3. As cartas de Joannes Gintzel (edição)

I.

Reverende in Christo Pater praeposite!

Prima haec est, quam ex Brasilia do, epistola. Ad hanc 19. Maii (in pervigilio scilicet Ascensionis) adveni, in ipsi portûs conspectu periculosâ et diuturnâ tempestate jactatus.

Bahyae,[13] ubi provinciae hujus est seminarium, centum et triginta religiosos numerans, conveni R[everendum] P[atrem] viceprovincialem, cui cum meis patentibus etiam Romanas extradidi, quibus supremus totius provinciae moderator nominabatur. Pro praemio retuli ab eo missionem inter Tapuyos, sitam ad flumen S[ancti] Francisci, cujus superior eo fine huc advenerat, ut missioni novum operarium procuraret. Missio remotissima, pauperrima, et laboriosissima est, septem constans pagis Indorum, quorum extremi duo viginti leucis ab invicem distant. Nihil illic crescit, quod humanae vitae subserviat. Ad hanc proximâ hebdomade iter centum et sexaginta leucarum sum ingressurus cum superiore, qui licèt neque philosophiam neque theologiam (ne quidem moralem) audiverit hactenus, missioni tamen et missionariis praefectus est, ut staretur decreto, quod hujates Patres à rege extorserunt, quô exteri ab omnibus superioratibus arcentur. Solatium itineris erit, quòd in termino socium habiturus sim Germanum Patrem Coloniâ[14] oriundum, mihi jam antè notum, Philippum Bourel[15] dictum.

Interim dum discessui me praeparo, numerum augeo Patrum ad celebrandam provincialem congregationem huc convocatorum. Constituimus hanc personae universim 23, duobus post primam sessionem ab hoc numero exclusis, quòd tertio ambire judicati sint, divisis nimirum inter se filiis Lusitaniae et filiis Brasiliae, cùm unius Patris Ignatii et unius Matris Societatis filios se esse meminisse deberent. Senissimo professo ob allatam causam excluso, decanus congregationis praesedit P[ater] Valentinus Estancel, me novissimum locum occupante. Atque ità inter duos Bohemos consedêre congregati reliqui.

Inter postulata Romae proponenda secundum est, ut deinceps non mittantur exteri in hanc provinciam nisi petiti ab ipsa provincia. Utinam hoc pridem et postulatum, et à Patre nostro concessum fuisset, ut ne ego in errorem numquam reparabilem incidissem! R[everentiae] V[estr]ae dijudicandum relinquo, utrum fieri possit, ut qui anno sequente Romam ex provincia mittentur, illud in favorem exterorum in his partibus degentium impetrent, ut quando Patres Lusitani rectè de exteris sentire nolunt, saltèm mitiùs de illis loquantur coram secularibus, neque ùt proditores, collegiorum perturbatores etc. nos calumnientur; id, quod me praesente iteratò factum est coram primae notae viris saecularibus, neque ulli nationi tunc parcebatur, nam expressè nominabantur et Itali et Galli et Germani.

Redeo ad P[atrem] Valentinum, qui extremis suis annis saltèm salutem mittit ad totam provinciam, ad quam à primo suo egressu ne unicam quidem literulam misit. Ejus in Brasiliam adventus mirabilis fuit. Impetraverat ille Romae missionem Chinensem, et cum spe illius venit in Lusitaniam, sed illic pro more detentus et mathema-

[13] *Bahya,* ou *Cidade de São Salvador da Bahia de Todos os Santos,* a capital do Brasil daquela época, fundada no ano de 1549; actual cidade de *Salvador.*

[14] Actual cidade de *Köln* na Alemanha.

[15] *Philippus Bourel* (1659–1709) chegou para o Brasil em 1693; trabalhou como misionário juntamente com Gintzel até a sua morte.

ticae docendae per annos aliquot applicatus fuit. Subinde à provinciale Lusitaniae in Bohemiam redire jussus, exosis tum quàm maximè in Lusitania Germanis, iis praesertim, qui domui Austriacae addicti erant, ob id quod brevissimè referam. Cum Lusitania Philippo IV.[16] Hisp[aniae] regi subjectionem negâsset, acclamatô in regem Joanne duce Brigantino,[17] qui fuit p[ate]r hodie regnantis,[18] frater dicti Joannis in Germania militabat sub Ferdinando III., à quo, auditâ acclamatione, Philippus rex Hisp[aniae] petiit, ut dictus frater ducis Brigantini captivus attineretur in Germania, et subinde etiam impetravit, ut captivus mitteretur Mediolanum,[19] ubi post octennalem captivitatem naturali morte extinctus est. Mortem hanc Lusitani Germaniae imputabant, ex quo initium sumpsit odium illud, quod hodiedum continuat in nationem Germanicam.

Tergiversante autem Patre Valentino in provinciam redire, adfuit ex Italia Pater quidam, constitutus Brasiliae visitator.[20] Hic re intellectâ itineris socium sibi dari petiit P[atrem] Valentinum, promittendo huic, quòd visitatione peractâ secum in Europam eum esset reducturus. At secùs contigit. Illo enim in Brasilia non agnito pro visitatore, atque in Italiam redire coacto, P[ate]r Valentinus in Brasilia remanere coactus est, Chinensem missionem cum Brasilica commutando. Semper tamen in collegiis vixit, occupando se vel maximè scriptione librorum, quorum unum, Uranophilum[21] dictum, anno superiore per P[atrem] Franciscum Wölcker ad R[everentiam] V[estr]am direxi. Alium, Typhum Nauticae Coelestis[22] intitulatum, ipse ego Ulyssipone ad supremum inquisitorem detuli censurandum. Sed nunc audio hunc absumpsisse ignem illum, qui me adhuc existente Ulyssipone absumpsit magnam partem insignis monasterii benedictorum ipsâ die Sancti Benedicti. Datus nimirum fuerat censurandus uni Patrum illorum. Nunc alium absolvit, quem cum nostro procuratore Romam mittere cogitat. Ibi eum videre poterit R[everentia] V[estr]a, quandoquidem suppono vires non defuturas, ut iter illud in bonum totius Societatis iteratò emetiatur.

Et quia haec commodissima occasio futura est, quâ R[everentia] V[estr]a praemiola aliqua missionario pauperi gratiose submittat, licèt ipsa domûs pauperum[23] sit praepositus; hoc ut velit, enixè flagito. Praeter imagines et numismata et reliquiaria Romana gratissimae mihi forent aliquot duodenae statuarum illarum, quas novitii ex reliquiis conficiunt. Per dictum procuratorem nostrum mitto R[everentiae] V[estr]ae duodenam rosariorum ex balsamo Brasiliae confectorum. Pater ille utcunque in exteros propensus est et promittit se omnimode adlaboraturum, ut regium decretum contra exteros prolatum abrogetur, id, quod exterorum hic degentium est votum non quòd ii superioratus appetant, sed ut infamiâ liberentur, quam per hoc decretum incurrêre apud saeculares. Quorum unus, capitaneus videlicet, qui me sua in navi huc adrexit, mihi paucis abhinc diebus dixit, audivisse se me idcirco ad missionem tam citò (vix aliquâ concessâ quiete post duorum mensium navigationem) destinatum, quòd Patres hujates exteros pati non possint in collegiis. Addere potuisset, quòd ex Lusitanis et Brasilis Patribus pauci admodum et vix unus inveniatur, qui missiones praesertim tam remotas et omnibus necessariis destitutas velit acceptare.

Haec omnia eô potissimum motivo scribo, ut qui in provincia adhuc existunt et zelo animarum flagrant sciant, quò vota et labores convertere debeant. Illud pro certo sciant, quòd in Hungaria decuplo majorem fructum sperare possint, siquidem superiores adlaboraverint, ut missiones illic instituantur. Unicus enim hic fructus est ille, qui ex infantibus post baptismum morientibus colli-

---

[16] *Felipe IV*, rei de Espanha e de Portugal (1621–1640).

[17] *João IV (de Bragança)*, rei de Portugal (1640–1656).

[18] *Pedro II*, rei de Portugal (1683–1705).

[19] Actual cidade de *Milano* na Itália.

[20] *Jacinto de Magistris* (1605–1668) era no ano de 1663 nomeado visitador, para investigar as dívidas da província brasileira com a província portuguesa e japonessa; os jesuítas brasileiros ignoraram o seu cargo na base da regla que não permitia aos extrangeiros desempenhar cargos de gerencia. Ver mais LEITE, *História VII,* 33ff.; *VIII,* 335–336.

[21] *Uranophilus caelestis peregrinus sive mentis uranicae per mundum sidereum peregrinantis extases.* Gandavi 1685.

[22] Trata-se ou de obra desconhecida (que foi destruida durante o incêndio mencionado), ou de *Typhus Lusitano ou Regimento Nautico Novo,* obra inédita, cuja parte foi publicada por J. de CARVALHO (*Dos capitulos inéditos de* Typhus Lusitano *de Valentim Estancel acerca de variação de agulha e da arte de leste-oeste*, in: *Galilei e a cultura Portuguesa sua contemporânea*, Biblos (Coimbra) 19 (1949), 49–79).

[23] *Domus Professa* em Praga.

gitur. Indorum autem adultorum vix aliquis est, qui de rebus supernaturalibus conceptum aliquem formare possit. Atque ideo, quàm facilè baptismum suscipiunt, tam facilè ad brutalem suum vivendi modum redeunt, praesertim si missionarius non habeat, unde eos in temporalibus sustentet. Nulli tamen author esse velim, ut Deum vocantem deserat, neque hìc missiones Hispanicas comprehendo, quarum statum prorsus alium et diversum ab hoc nostro esse existimo.

Finio ob temporis plura scribendi defectum, cum salute amantissima ad omnes R[everendissimos] P[atres] et Charissimos F[ratres], enixissimè flagitans, ut mei et omnium pro Christo à patria nostra exulum quàm frequentissimè in sanctissimis suis Sacrificiis et precibus meminisse velint, ut his adjuti constanter ferre possimus jugum, quod ultro cervicibus nostris imposuimus. Deus nos post vitae hujus exitium in caelesti patria conjungat, atque R[everentiae] V[estr]ae pro bono provinciae Bohemicae vitam longaevam concedat, cujus benedictionem humillimè imploro.

Bahyae, 5. Junii 1694.

R[everentiae] V[estr]ae servus in Christo,
Joannes Guinsel

PS. Pene oblitus fuissem sequentia: [1.º] Bahyae deprehendimus duas naves Goanas, quarum una Lusitana captivam adduxit alteram Arabicam. Utraque cum classe Brasilica Ulyssiponem petet mense Augusto. Advenêre in illa gubernator Indiae, qui ab aliquot mensibus collegii est inquilinus, et novus procurator Chinensis, qui adfert laetissima nuncia de data omnimoda libertate (nunquam antehac habita) praedicandi fidem in China. 2.º Adfert descriptionem gloriosissimi martyrii V[enerabilis] P[atris] Joannis de Britto,[24] nuperrimè in provincia Madurè,[25] Goae vicina, capite plexi. 3.º Itinerarium P[at]ris Grimaldi, qui socium suum Germanum Patrem Schuch (qui ex Moscovia cum P[at]re Grimaldi redux, Pragam transivit) in Persidè molestiis itineris ferendis imparem amisit. 4.º Nova dat tristissima de navigatione viceregis et duodecim nostrorum P[atrum], qui tribus abhinc annis Goam solvêre superiore Patre Spinola. Nimirum paucorum dierum itinere Goâ distantes tempestatem passi sunt horridam, quae vela omnia disrupit, malos confregit, gubernaculum abstulit, navim ad altitudinem sedecim palmarum aquâ implevit. Navis almirante periit vel aquis hausta, vel scopulo aliquo confracta, quia nuspiam amplius comparuit. Pretoria ità, ùt descripsi, Goam appulit salvo vice rege, Patre Spinola et sex aliis nostris, ex quibus sunt duo illico mortui Goae. P[ate]r Cuplet, qui missioni Chinensi jam incanuerat, inter duas cistas compressus inventus est. Mortui praeterea sunt frater Christophorus architectus, et medicus Italus jam noster, qui ambo cum P[at]re Grimaldi transivêre nostram provinciam, cùm in Moscoviam tenderent. 5.º Denique idem refert, captivum in Europam adduci ab Hollandis Patrem Taschart (illum, qui nuper legatos Siamenses Romam deduxerat), occupatâ videlicet ab his munitione et portu unico, quam Galli in India orientali habuerant. Omnium istorum fusior notitia dabitur, cùm dictus P[ater] procurator Romam advenerit. Commendavi illi jam Patrem Albertum.[26] Sed quòd absente P[at]re Grimaldi Lusitanus quidam, Antonius Pereira dictus, gratiam apud imperatorem Chinensem invenerit, nihil jam prodesse posse judicantur nationes caeterae.

II.

Pater Guntzel, nunc Guinzel, Bahyâ 5. Junii 1694 Crumlovium[27] *perscripsit sequentia:*

Benedictus DEUS, cujus suavissima Providentia me variis terrâ marique probatum casibus salvum tandem Bahyam, urbem Brasiliae praecipuam, perduxit. Bahya, utì dixi, urbs est praecipua totius Brasiliae, sita ad vastissimum maris sinum, cujus ostium tres leucas patet. Aedificiis constat optimis et si continuâssent commercia, utì coepêre, una de melioribus civitatibus procul dubio evasisset. Spes autem exigua est, ut ad perfectionem aliquam deducatur, quòd sacchari proventus continuò minores sint.

Incolunt eam soli Lusitani, quibus serviunt viginti quinque millia mancipiorum Africanorum, quorum magna copia quotannis adducitur, quolibet capite centum florenos constante. Solum collegium nostrum centum et quinquaginta numerat, quorum alii nudi, alii seminudi

[24] Missionário jesuíta *Joannes de Britto* foi morto ao divulgar a fé católica em 4 de Fevereiro de 1693 na Índia.
[25] Actual *Madras* na Índia.
[26] Missionário *Albertus Bukovský* (1650–1717), o destinatário da IIIª carta desta edição.
[27] Actual vila de *Český Krumlov* no Sul de Boémia, onde, naquela época, havia um colégio jesuíta.

illud perambulant, aliis sutorum, aliis sartorum, aliis tonsorum, aliis sculptorum, aliis arculariorum munus peragentibus. Neque etiam servili aut mechanico labori manum applicat hìc Lusitanus quispiam, ex quo modicam substantiam habet; non facilè pedes incedit, sed à duobus Mauris in reti ad hoc praeparato se deferri sinit. Retia haec curruum locò deserviunt, quibus etiam nostri Patres subinde utuntur.

Provincia Brasilica in hac civitate habet collegium praecipuum centum et triginta religiosos numerans. Templum nostrum trecenta florenorum millia constitit. Sacella domestica habet duo, quorum unum novitiorum pietati destinatum; utrumque autem est elegans. Sacristia et janitoria omnibus, quas ego in Europa vidi, praestant, et suam etiam commendationem meretur structura bibliothecae. Ad collegium pertinet magna pars civitatis, quam sibi nostri aedificârunt suis sumptibus.

Primâ post adventum nostrum die, quae fuit Ascensionis Domini, P[ater] viceprovincialis Romanas patentes legit seque in provincialem promulgari jussit, quam promulgationem soli amplexus secuti fuêre. Neque etiam hìc moris est, ut ejusmodi promulgationes refectorium solennizent, quanquam vix est, quod in Brasilia praeter ordinariam et quotidianam eamque miserrimam bubulam apponi posit; quò fit, ut haec toto anno manè praebeat gentaculum, in meridie antipastum et portionem, in caena similiter antipastum et portionem. Praeter pauculas gallinas hìc nulla ali possunt altilia ob defectum pabuli, nullum absolutè frumentum proferente Brasiliâ totâ, praeter modicum milium, quod nos Turcicum triticum nominamus. Panis defectum supplet radix arboris dictae mandioca, quae primùm decorticatur, tum conteritur, et succus, qui venenosus est, extrahitur. Iterum teritur, tum torretur, et cochlearibus commeditur, neque etiam in massam aliquam redigi potest. Nulli hìc fructus Europaei, pauca legumina, pro quibus tamen quotannis semina ex Europa petere necesse est. Quod nullum absolutè frumentum et pauca legumina crescant, causat formicarum infinita copia, quae scilicet semen terrae commissum illicò absumunt. Examina earum maxima sunt tribus quatuorve leucis in terram defossa, in quarum demolitione multa mancipia occupantur.

Aër Brasiliae humidus et calidus propè in extremo est. A quo die Bahyam intravi, quotidianos et ferè continuos imbres habuimus, quibus non obstantibus quasi continuò sudorem stillo; et nunc quidem hyemem agimus. Quid futurum sit mense Decembri et Januario, qui aestivi sunt, experiar in montanis meis, in quibus et pluvias rariores, et ideò calorem intensiorem esse inaudio.

Illud paene oblitus fuissem, me videlicet post tres dies iter centum et sexaginta leucarum ingressurum ad missionem, sitam ad flumen S[ancti] Xaverii. Quae quidem remotissima, pauperrima et laboriosissima est, non tantùm Europaeis deliciis, sed etiam Brasilicis (si quas tamen habet) destituta est. Plura de Brasilia non scribo, accuratam Brasilicanam rationem daturus, cùm experientiâ magistrâ de iis edoctus fuero.

Ità ille.

III.

Reverende in Christo Pater Alberte!
P[ax] C[hristi].

Primam ex Brasilia ad Reverentiam Vestram do epistolam. Ad hanc in pervigilio Ascensionis appuli, in ipso Bahiae conspectu periculosâ tempestate jactatus.

Verà mundum novum hic deprehendi, adeò nihil habet cum Europaeo simile. In collegio reperi eundem superiorem, qui annô praeteritô Patrem Bourel ad missionem deduxit. Idemque me paucis abhinc diebus ad eum terrâ est deducturus. Superior ille neque philosophiae neque theologiae (nequidem morali) studuit et juvenis admodùm est. Adeò rigidum est decretum exteros à superioratu omni excludens. Societas Patris Bourel magno mihi solatio erit in missione desertissima, atque ideò pauperrima. Utinam iter, quod ad eum centum et sexaginta leucarum est, jam retrò egissem!

Interim dum hìc moram traho, numerum augeo eorum, qui ad provincialem congregationem celebrandam huc convenêre. Procuratorem Romanum jam nominavimus Patrem Dominicum Ramos,[28] ejusque substitutum unà Romam profecturum (serius decretum est, ut maneat in provincia) Patrem Emmanuelem Sarava, utrumque Brasilum. Ille primarius, hic vespertinus theologiae lector extitit. Multum laborem electio haec constitit; et quòd ex senioribus professis duo pro tertio aliquo ambire visi sint, voce acti-

[28] *Domingos Ramos* (1653–1728) realmente saiu para Roma; ver LEITE, *História IX,* 66.

vâ et passivâ à Patre provinciale privati sunt. Ego fortè odium aliquod incurri, quòd suffragiô meô non steterim *vor die Wellischen,*[29] judicando in Domino, quòd id nequaquam expediret. Contra hos magna hìc sunt querimonia, Germani meliùs plerumque audiunt.

Pater Valentinus Stancel decanus fuit congregationis et ego, ut more provinciae nostrae loquar, janitor, quia novissimus. Ille, licèt septuagenariô major, vegetus adhuc est, et novis libris scribendis identidem incumbit. Ejus in Brasiliam adventus mirabilis est, et longâ narratione indigeret.

In collegio hìc deprehendi novum procuratorem Chinensem, qui cum duabus navibus Indicis huc superioribus mensibus advenerat. Adfert ille laetissima nuntia de libertate fidei catholicae concessâ in tota China. Relationem praeterea de gloriosa morte Patris Joannis de Britto, obita pro fide in provincia Madure, item itinerarium Patris Grimaldi, qui socium suum Patrem Schuch in Persia amisit, morte extinctum. Quae omnia fusiùs Reverentiae Vestrae communicabuntur in Lusitania. Venit ille novos operarios secum deducturos promisitque mihi se Reverentiam Vestram omninò in socium admissurum. Si verbo suo steterit, mihi et Reverentiae Vestrae rem gratissimam faciet; de quo Reverentia Vestra sinè dubio ante suum discessum me informabit. Expecto quamprimùm litteras R[everentiae] V[estrae] circa successus Europae.

Idem Pater refert Hollandos eripuisse Gallis unicam, quam habebant in India, munitionem, captivos adduci in quinque navibus, inter quos etiam Pater Taschart, is qui Siamenses legatos Romam deduxit.

Hìc hyemem cùm agimus, aestus tamen experimur, quales in Bohemia aestate summâ. Morbi non amplius regnant, ut annis superioribus. Saccharum annô superiore ob siccitatem non successit, ideoque pro onerandis navibus vix septem millia cistarum suppetunt, cum aliàs quatuordecim, quindecim suppeterent. Sacchari videlicet abundantia divitias, et hae vivendi licentiam induxerunt. Quidni optimè faciat DEUS, tollendo mali originem?

Finio, amantissime Pater Alberte (nec enim temporis defectus longiorem me esse sinit), suas apud DEUM preces et continuam mei in Sanctissimis Sacrificiis memoriam enixè implorans. Faxit DEUS, ut aliquando in coelesti patria conjungamur!

Salutem amantissimam dari peto magistro Friderico, cui libentissimè lineolas aliquot scriberem, sed tempus non invenio.
Bahyae, 6. Junii 1694.

R.V. servus in Christo
Joannes Guinsel mp.

IV.

Reverende in Christo Pater!
Pax Christi.

Annus propediem elabetur, quòd primam ex Brasilia (Bahia nimirùm, quae statûs totius est metropolis) ad Reverentiam Vestram [epistolam] dederim. Alteram nunc ex missione mea do, ad quam festo S. Henrici die anno superiore perveni, multum ab itineris longissimi molestiis fatigatus.

Missio, in qua animarum saluti incumbo, à flumine S[ancti] Francisci nomen habet, quòd omnes illius pagi vel in insulis dicti fluvii vel in ripis illius siti sint. Numerat autem pagos septem, quorum nomina: Waihara, Herenipo, Zorobabe, Kurumamba, Takaruba, Tapariva, Karapes. In omnibus vix bis mille animarum inveniuntur. Pagi hi suam peculiarem linguam habent, intricatissimam et difficillimam, quòd nullum relativum habeat, nullam in verbis temporum et personarum distinctionem, plurimis item verbis careat, quibus scilicet politia aliqua exprimatur, et ut gens est ingratissima, ità neque in lingua sua verbum aliquod habet, quo gratitudinem explicet. Illud missionariis Brasiliae inter alia difficillimum est, quod innumeris linguis scateat Brasilia.

Ex dictis pagis tres humeris meis incumbunt, videlicet Kurumamba, ubi assisto, et Takaruba cum Zorobabe, qui in insulis accesu admodum difficilibus siti sunt. Et ideò plerique horum duorum pagorum adhuc pagani sunt, quòd de iis doctrinandis admodum exigua commoditas se offerat, quanquam nesciam si doctrina nostra fructum aliquem operetur in gente omnino bruta et bestiali, quae si exteriora spectemus, majorem equi aut vaccae aestimationem habet, quam DEI rerumque divinarum, nec nisi verberibus aut minis saltèm ad templum adduci potest (exigua certè missionarii haec sunt solatia).

Convocantur autem quotidie manè sub aurora ad audiendam missam, quâ finitâ recitantur

[29] Quer dizer “que não votei os italianos”.

orationes et Compendium Doctrinae Christianae[30] cum omnibus. Quô factô adultis dimissis, pueri puellaeque attinentur ad uberiorem doctrinam audiendam. Vesperi autem convocantur omnes, et praemissa brevi doctrina dicuntur orationes et Compendium Doctrinae Christianae, et dicto Ave Maria dimituntur. Sabbatii oratur rosarium, et cantantur lytaniae Lauretanae.

Caeterùm tria in hac gente ad unguem verificantur, videlicèt: *quibus cum benefeceris, pejores fiunt.*[31] Experientia id confimavit nimiùm. Et alterum: *reges eos in virga ferrea.*[32] Agere amorosè et suaviter cum hac gente est oleum et operam perdere. Denique nihil magis quam illud: *quorum DEUS venter est*.[33] Nemo illis amicus magìs quàm ille, qui offert quod ventri saginando subservit. Gens edacissima est, et quidquid uno die eduliorum congregat, in crastinum nequaquam asservat. Deliciarum tamen in cibis quaerit nihil, hinc eadem aviditate bovem aut vaccam in sylvis mortuam, quam mactatam in domo inguliunt. Et hoc parum est. Nullam immunditiem terra profert, quam ipsi non comedunt. Tempore, quo arbores erucas *(Raupen)* scatent, turmatim in sylvas properant dictas erucas collectum, quas igni torrent, tostas in farinam redigunt hanque in deliciis habent. Principale tamen sustentum est piscis, quem copiosè hamis et retibus ex dicto flumine S[ancti] Francisci extrahunt. Plures tamen arcu et sagittis trajiciunt, dexterrimi scilicet in horum usu. Et ex hic subinde Patribus aliquid offerunt, sed semper vicissim munus aliquid [sic !] requirunt, vel hamum vel tabaccam vel ubatia [?] (uncus quidam est, quem sagittis alligant et pisces trajiciunt).

Paucos autem pisces sagittis suis trajicerent, nisi natandi perritissimi essent; in quo nihil omnino simile videri potest in Europa, infrà et super aquam natare illis perinde est, nec admodum fatigantur, tametsi fluvium medium milliare in latitudine habentem (qualis est S[ancti] Francisci) natando trajiciant. Ordinariè tamen (ut commodius trajiciant) utuntur ligno quodam admodùm poroso et levi, cui proni incumbunt, remigio manuum utentes. Ars natandi viris faeminisque, pueris puellisque (tametsi vix decimum annum attingant) communis est. Ego aliquando dictum fluvium S[ancti] Francisci traje[c]i, quatuor lignis super descriptis insidens, antrorsum duobus et retrorsum duobus Indis ligna promoventibus, dextrorsum sinistrorsumque totius pagi Takarubensis Indis circumdatus, suam in aqua artem exercentibus. Neptunus tunc mihi videri poteram.

Illud foedissimum in gente hac, quòd nuditatem suam ne in minimum verecundentur; viri enim faeminaeque omnino nudi incedunt.

Caeterum missiones hic pauperrimae sunt, quia ab urbe, ex qua totum venire debet, quo indigent, tantum distant, quantum Praga Genuâ.[34] Verbi gratia farina ex radice confecta (quae panis loco servit) quinquaginta milliaribus longe quaerenda est. Praeter farinam ordinarium et quotidianum edulium est caro bubula, quae in hunc modum usui asservatur: bove aut vacca mactata caro illico in tenuissimas plagulas scinditur, tum salitur et soli exponitur, ut ligni instar exsiccetur. Sic exsiccata in dispensam colligitur. Quem in eo gustum habere possint, Reverentia Vestra dijudicet. Gratias tamen do DEO, dum haec adest. Jam enim vice una quinque hebdomadas transegi, non habens de ea plagulam unicam, et dum prandii tempore jam praesente sollicitatur, quid essem comesturus. Causa hujus deffectûs fuit grandis strages, quam hoc anno in pecore bubulo causavit siccitas et fames. Quadraginta duo enim millia dicti pecoris in vicinia spatio duorum mensium mortua sunt. Sciendum est enim, quod littora fluminis S[ancti] Francisci innumera stabula habeant, ubi dictum pecus servetur, ad unius Bahiopis [?][35] urbis sustentationem. Excurrentque dicta stabula ad ducenta milliaria eorumque aliqua mille et ampliùs pecora numerant. Haec gregatim Bahiam deducuntur. Nobis loci dominus neque unam quidem vaccam servare sinit.

De flumine S[ancti] Francisci illud non omittendum erat. Origo ejus hodiedum incognita est, ad trecentas tamen leucas populationes Lusitanorum ad ripas illius sitas excurrunt. Sex mensibus crescit hac ratione: una hebdomada crescit uno palmo, altera hebdomada decresit, tum rursùs crescit duobus palmis et rursùs decrescit, iterum crescit tribus palmis et iterum decrescit; et hac ratione in fine sui incrementi subinde tribus orgiis altior est quam soleat esse in fine sui decre-

[30] Provavelmente se trata de obra de Petrus Canisius *Institutiones Christianae Pietatis, seu Parvus Catechismus Catholicorum*, cujo texto começa por palavras *"capita doctrinae Christianae compendio tradita, ut sit veluti parvus Catechismus Catholicorum"*.
[31] Jerónimo, *De viris illustribus,* cap. 16.
[32] *Ps* 2, 9.
[33] *Phlp* 3, 19.
[34] Actual *Genova* na Itália.
[35] Provavelmente *Bahia.*

menti, eadem autem ratione decrescit. Causa hujus incrementi et decrementi ignoratur.

Plura scribere charta non sinit. Mi Reverende Pater rector, ab Indis fructum spiritualem exiguum sperare possum, quia bestiae sunt et rerum spiritualium aestimationem non habent. Apud Lusitanos luxuriosissimè hic viventes, nulla exhortatio non [sic !] proficit. Rerum spiritualium etiam necessariarum inopia maxima. Quid solatii? Quid aliud agere possum, quàm supplex in genua procidere et implorare Reverentiae Vestrae et omnium R[everendissimorum] P[atrum] et Chariss[imorum] in Christo Fratrum preces, quibus mihi patientiam et perseverantiam in assumpta cruce Christi Domini apud Misericordissimum exorent.

Ita facio Kurumambae, 14. Aprilis anni 1695.

Reverentiae Vestrae servus in Christo,
Joannes Guinsel

V.

18.ª Maii anno elapso 1694 Bahyam appuli post 56 dierum molestam et taediis plenam navigationem. Vix duas septimanas in collegio transegeram, quando paroxysmus unus faebrilis, qui hìc *bicho*[36] vocatur, me lecto aflixit. Satìs feci huic importuno exactori sex venae sectionibus [qui] aliis quàm plurimis pellem detraxit. Vix ab hac aegritudine me in pedes erexeram, quando à R[everendissimo] Patre provinciali jubeor conversare et ad terrae hujus interiora, in medium Tapuyorum me recipere. Erat haec meta votorum meorum, igitur me ipso robustior iter aggressus sum 100^{orum} propè milliarium, viribus adhuc fractis. Expectabat enim me Bahyae missionis superior.

25. Junii è portu Bahyensi solvi. 28. ejusdem ingressus sum ostia fluminis S[ancti] Francisci. Eo partim adverso, partim itinere terrestri emensus sum 80 milliaria et 29. Julii veni ad terminum Achará dictum. Hìc quinque vel sex diebus substiti, deinde cum P[at]^{re} superiore in Curumambá perrexi inchoaturus missionem inter Indos. Habet enim haec missio nostra septem pagos Indorum, tres celebriores numerantes incolas paene 600.

In hac nova missione cum nihil inveniremus praeter domùs parietes, ante aliquot annos rudi opera à P[at]^{re} Joanne de Barros[37] extructae. Quid novello missionum subeundum fuerit, sufficit novisse illum, cujus solius gloriae laboro. Pejùs vixi quando duobus mensibus post, jam idiomatis paululum gnarus, descendi circiter 18 milliaribus in alium pagum Karurú dictum. Hic ingrediebar domum malè sartam, pluviis, vento, soli perviam, versabar solus inter gentem feram et sylvestrem, qui etsi plurimùm aestimarent adventum meum (honori enim sibi ducunt praesentiam alicujus missionarii), nihilominus servitii nihil praestabant, nisi spe praemii, quod est frustum bubulae. Itaque dentibus subtrahendum erat, quod ipsis daretur. Post trium septimanarum spatium revocabar à P[at]^{re} superiore certis de causis.

Nunc, quid porrò mihi laboris incumbat, scribam breviter. Haec terra nec semini nec messi apta est ob inopiam pluviae, bobus alendis creata videtur ob abundantiam faeni. Unde hìc praeter Indorum nulli sunt Lusitanosum pagi, sed terrae hujus maxima pars pertinet ad D[ominum] collonelum Franciscum Dias de Avila, qui usque ad fontes hujus fluminis (distant illi plus 400 milliaribus ab ostio, et tandem in horum termino nihil scitur adhuc in scaturigine) omnia possidet latitudine ab utraque ripa 100 milliaribus. In his terris juxta fluvium de milliari in milliare (aliquando in duo tria quatuor) bovilia fabricavit, quorum pleraque à mille ad duo millia usque boum recensent et amplius. In his bovilibus Lusitani morantur hac conditione, ut armenta ipsi certo tempore in sylvis et pascuis, per quae vagantur, congregent et mansuefaciant, et ex iis quae pinguia et apta videntur, Bahyam aut Pernambucum mittant ad vendendum, quarta parte labori ipsorum cedente. Hi bubulci in hoc districtu saccelum S[ancti] Antonii fabricaverunt juxta insulam Pambù 10 circiter milliaribus adverso flumine à missionis nostrae termino distante. Hic devotionem instituunt singulis annis verè heteroclitam. Cùm enim per reliquum anni tempus ferme per negotia non liceat, in ipsis Natalitiis hic conveniunt atque in festo S[ancti] Stephani. Sodalitas S[ancti] Antonii suam in S[ancti] Joannis, sodalitas B[eat]^{ae} Virginis suam in S[anct]^{orum} Innocentum, 3. sodalitas defunctorum suam habet solennitatem, cum votiva et sermone de dictis Sanctis. Tres hi sermones mihi incumbebant.

Veni igitur dicto tempore, et jam agitabam animo, qualiter peracta hac festivitate me totum Indis meis impenderem, id quod hactenus tum aliis rebus, tum idiomatis minùs perfecta notitia impeditus praestare ad votum nequibam. Sed

[36] *Bicho* significa talvez *mal da bicha* (febre amarela).

[37] *João de Barros* (1639–1691), missionário dos Quiriris na região de Rio de S. Francisco.

aliam mihi jam destinaverat divina Providentia provinciam. Morabatur in hoc loco (ex adversa [parte] fluminis ipsa diocesis Pernambucensis) quidam vicarius homo doctus et exemplaris vitae (vicarium dixi idem parochum), cujus parochia adverso flumine ad 300 milliaria excurrit. Et quia ob distantiam dictam et dispersionem incolarum impossibile est omnes congregari ad celebrandum Pascha, parochus missionem facit ferme quotannis novem circiter aut decem mensium, ministrando ipsis semel ad minimum Sacramenta. Petiit ille me socium ad majus levamen tum proprium, tum parochianorum.

Magnum jam praevideo laborem et taedia hujus missionis ob aestus excessivos harum regionum. Sed iter ex obedientia cras, aut si diu, feria 2[da] suscipiam, et quamvis fructus ille sperari non possit, qui congregatur in terris nostris, ubi integra oppida et pagi hac ratione Sacramentis excoluntur. Nihilominus hìc malè impensi labores non erunt, cum hac ratione ab infami concubinâtu plerosque aut consilio, aut si opus fuerit, pro potestate simus abstracturi.

Nunc quaedam addo, quae in missione nostra ordinaria sunt. In ea manè ad auroram, omnibus Indis fere accurrentibus, dicitur Sacrum, à Sacro oratur alta voce et interrogantur mysteria principaliora fidei. Tum dimissis adultis parvuli catechizantur per duas horas circiter. À prandio schola habetur lectioni et cantui, sub crepusculum vespertinum congregatis omnibus etiam adultis, hi preces ordinarias recitant, factaque cunctis catechesi dimittintur. Sabbatii cantatur Corona, Salve Regina et Litanyae B[eat][ae] Virginis. Dominica manè exhortatio, vesperi Corona et Salve Regina.

14. Decembris ex Kurumamba veni in Acharà itinere septem milliarium ubi duo pariter ex nostris subsistunt, inveni illic jussu P[atris] nostri captivum virum cum uxore. Nata erat his proles monstrosa sex digitorum in manibus et pedibus. Et quia gens valde verecundatur et acerbissimè sentit, aut talibus defectibus notari, aut filios procreari iis insignitos, maritus jam fossam faciebat quâ puerum occultè sinè baptismo defoderet. Admonitus Pater noster in tempore occurit, maritumque cum muliere aliquoties ad stipitem ante eclessiam in conspectu reliquorum flagellis caesum dimisit. Alia gravida cum infantem educare taediosum duceret; abortum procuravit, quae pariter poenas luit. Nobis enim hìc in Indos et spiritualis et temporalis jurisdictio concessae.

(Escrito em português pelo autor)

FONTES E BIBLIOGRAFIA

BINKOVÁ, Simona, "Os países checos e a zona lusitana (Contactos e testemunhos dos séculos XV–XVIII)". *Ibero-Americana Pragensia* 21, 1987, 137–160.

FRANCO, Antonio, *Synopsis annalium Societatis Jesu in Lusitania ab anno 1540 usqve ad annum 1725*. Augustae Vindelicorum et Graecii 1726.

GICKLHORN, Josef und Renée, *Im Kampf um den Amazonenstrom. Das Forscherschicksal des P. S. Fritz.* Prag-Leipzig-Berlin 1943.

GRULICH, Rudolf, *Der Beitrag der böhmischen Länder zur Weltmission des 17. und 18. Jahrhunderts.* Königstein/Taunus 1981.

HOFFMANN, Hermann, *Schlesische, mährische und böhmische Jesuiten in der Heidenmission*. Breslau 1939. (Zur schlesischen Kirchengeschichte, Nr. 36.)

KALISTA, Zdeněk, "Los misioneros de los países checos que en los siglos XVII y XVIII actuaban en América Latina". *Ibero-Americana Pragensia* 2, 1968, 117–160.

KAŠPAR, Oldřich – FECHTNEROVÁ, Anna, "Checos, moravos y silesios en el Nuevo Mundo en los siglos XVII y XVIII. Registro bio-bibliográfico". *Annals of the Náprstek Museum* 15, 1988, 165–204.

LEITE, Serafim, *História da Companhia de Jesus no Brasil.* Vols. I–X. Lisboa-Rio de Janeiro 1938–1950.

PELZEL, Franz Martin, *Böhmische, mährische und schlesische Gelehrte und Schriftsteller aus dem Orden der Jesuiten von Anfang der Gesellschaft bis auf gegenwärtige Zeit.* Prag 1786.

RYNEŠ, Václav, "Los jesuitas bohémicos trabajando en las misiones de América Latina después de 1620". *Ibero-Americana Pragensia* 5, 1971, 193–202.

STOECKLEIN, Joseph, *Der Neue Welt-Bott mit allerhand Nachrichten dern Missionariorum Soc. Jesu. Allerhand So Lehr- als Geist-reiche Brief-Schrifften und Reis-Beschreibungen, Welche von denen Missionariis der Gesellschaft Jesu Aus Beyden Indien, und andern Über Meer gelegenen Ländern, Seit An. 1642. bis auf das Jahr 1726 in Europa angelangt seynd.* 5 Bde. Augsburg-Grätz 1726–1758.

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 215–220

LITERATURA CHECA TRADUZIDA PARA PORTUGUÊS

por JAROSLAV ŠPIRK
(Universidade Carolina de Praga)

1. Introdução

A pesquisa da lista das traduções literárias encontrada no final deste artigo foi realizada durante os meses de Fevereiro a Setembro de 2007.* Foi efectuada principalmente na Biblioteca Nacional de Lisboa e na Biblioteca da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (F.L.U.L.), sob a coordenação do Centro de Estudos Comparatistas da F.L.U.L.

As fontes mais relevantes para esta pesquisa foram o livro *A tradução em Portugal* de A. A. Gonçalves Rodrigues (1999), o *Index Translationum* (na versão de livro entre 1948 e 1986, como também na versão electrónica entre 1970 e 2006) e a *Porbase*, a base nacional de dados bibliográficos (o catálogo colectivo das bibliotecas portuguesas).

2. Limitações da pesquisa

A lista das traduções literárias de checo para português tem várias limitações:

A primeira é geográfica: esta pesquisa baseia-se apenas em Portugal, não sendo incluídos os outros países lusófonos, como não foram encontrados os dados destes países em Lisboa (Portugal). Contudo, o livro de Gonçalves Rodrigues (1999), que cobre o período entre 1495 e 1930, é uma "tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa excluindo o Brasil". Além disso, o *Index Translationum* (IT) compreende também os dados sobre o Brasil desde 1948, com excepção dos anos 1951 e 1968. De facto, os dados sobre Portugal no IT só começam no ano de 1950 e na versão de livro faltam também os anos 1951, 1969, 1971–1975 e 1978–79. Angola e Moçambique são mencionados separadamente de Portugal na versão de livro do IT só nos anos 1971 e 1979 (Angola) e 1983 (Moçambique). Nem na versão de livro nem na versão electrónica do IT não existem traduções de checo para o português em Angola ou Moçambique.

Por outro lado, existem traduções de checo para português na antiga Checoslováquia. Trata-se de 23 brochuras de propaganda política (comunista) entre os anos 1978 e 1988 da editora Orbis, sedeada em Praga, destinadas não só para Portugal depois da Revolução dos Cravos, mas também para os outros países lusófonos, nomeadamente Angola e Brasil (ver capítulo 6).

Todavia, esta pesquisa concentrou-se na literatura de ficção (no cânone), o que se pode considerar a segunda limitação desta pesquisa. Por esta razão, as brochuras propagandistas acima mencionadas não foram incluídas na lista das traduções literárias (ver capítulo 5).

Outro factor a mencionar é o facto de se tratar exclusivamente de traduções de livros, não sendo incluídos contos ou artigos, nem poemas publicados individualmente (fora dum livro) ou peças de teatro. A única excepção é um conto de Jan (Jean) Neruda intitulado "O Vampiro" e encontrado no livro de Gonçalves Rodrigues (1999, volume 5, p. 267). Este conto, alegadamente traduzido para português em 1926, pode marcar a primeira tradução de sempre feita de checo para português. Infelizmente, Gonçalves Rodrigues não menciona em qual colecção (antologia) de contos encontrou esta informação.

Como já referido acima, foi feita a tentativa de encontrar as traduções de checo para português desde 1495, através do livro de Gonçalves Rodrigues. Contudo, a única menção dum autor

* A realização deste artigo foi só possível graças ao apoio da Fundação Calouste Gulbenkian que patrocina esta pesquisa.

checo neste livro padrão de referência é o conto de "Jean" Neruda. Sendo assim, o primeiro livro traduzido de checo para português e publicado, foi, talvez inesperadamente, o livro *A Vida Doutra* de Karl-Josef Bénès (Karel Josef Beneš) em 1943.

A última e talvez mais significante limitação desta pesquisa tem a ver com a exclusão completa dos autores checos cujas obras não foram escritas em checo. Desta forma foram excluídos sobretudo João Amós Coménio (Comenius), Milan Kundera, Franz Kafka, Rainer Maria Rilke e outros.

Milan Kundera não é só o autor de origem checa mais traduzido no mundo, mas este facto verifica-se também com as traduções dos seus livros para a língua portuguesa. Todos os seus livros foram traduzidos em Portugal e no Brasil em várias edições, reedições e reimpressões (21 entradas no IT para Portugal e 27 entradas para o Brasil, em ambos países desde 1985). A razão principal para a exclusão de Milan Kundera desta pesquisa é o facto de que os textos de partida para as traduções das obras de Milan Kundera serem hoje e sempre foram os textos franceses (Woods 2006).

Franz Kafka é, de facto, o autor de origem checa mais traduzido para português, nomeadamente no Brasil (22 entradas no IT para Portugal desde 1982, 110 para o Brasil desde 1979). Embora Franz Kafka alegadamente também falasse checo, escreveu sempre em alemão. Por esta razão foram também excluídos todos os outros autores da literatura alemã de Praga (Rainer Maria Rilke, Egon Erwin Kisch, Franz Werfel, Max Brod, Gustav Meyrink etc.).

Este critério de língua de origem ser checa foi também aplicada na obra do Jan Ámos Komenský (em latim Comenius, em português por vezes João Amós Coménio) cujas obras *Didáctica Magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos* (a tradução do texto da *Didática Magna* contido no tomo I da *Opera Didáctica Omnia*) e *Pampaedia* foram traduzidas para português do latim pelo professor da Universidade de Coimbra Joaquim Ferreira Gomes em 1966 e 1971, respectivamente.

3. Paradoxos da literatura checa em Portugal

A lista dos livros de ficção escritos em checo e traduzidos para português contém 23 títulos. O primeiro livro é de 1943, o último é de 1992. Isto quer dizer que foram traduzidos dois livros nos anos 40, um livro nos anos 50 (todos os três por Karel Josef Beneš), seis livros nos anos 60, um livro nos anos 70, três livros nos anos 80 e dez livros nos anos 90. O "ano da literatura checa em Portugal" pode ser considerado o ano 1990, directamente depois da Revolução de Veludo de 17 Novembro 1989.

A propósito, o presidente português Mário Soares foi o primeiro chefe de estado que visitou, em Dezembro 1989, Václav Havel, o dramaturgo do teatro do absurdo, o antigo dissidente anticomunista e o novo presidente checoslovaco. Mário Soares escreveu depois o prefácio da tradução portuguesa do livro de Václav Havel *Interrogatório à distância: Entrevista com Karel Hvížďala*.

Se se incluíssem só traduções directas de checo para português, tratar-se-ia de quatro livros: uma colecção de três peças de teatro de Václav Havel *Audiência, Vernissage e Petição* (1990) na tradução de Anna de Almeidová e José Vidal de Almeida, e três livros de Bohumil Hrabal na tradução de Ludmila Dismánová e Mário Gomes: *Eu que servi o rei de Inglaterra* (1989), *A terra onde o tempo parou* (1990) e *Uma solidão demasiado ruidosa* (1992), o último livro de ficção até à data traduzido de checo para português.

Deste modo, as traduções indirectas formam a grande maioria das traduções de checo para português: isto significa três traduções através do francês, duas através do alemão e duas através do inglês. Nas edições portuguesas encontra-se sempre o nome do tradutor ("traduzido por") e por vezes é indicado o "título original". Todavia, o "título original" é na maioria dos casos o verdadeiro título do texto original (checo). No entanto, isto não quer dizer que a tradução foi feita directamente de checo para português. Noutras vezes, o "título original" é simplesmente o título do texto de partida para a tradução portuguesa (francês, alemão ou inglês). Em alguns casos foi, até agora, impossível descobrir através de qual língua foi feita a tradução.

Os autores checos mais traduzidos de checo para português são Václav Havel e Bohumil Hrabal (4 livros cada um). Segue-se Karel Josef Beneš (3 livros), Karel Čapek e Egon Hostovský (2 livros cada). O resto dos autores checos tem apenas um livro traduzido para português. Excepcional é o caso de Jaroslav Hašek cuja obra, *O valente soldado Svejk (Chveik)*, foi traduzida para português duas vezes (em 1961 por

Alexandre Cabral e em 1986 por Maria Alberta Miranda e José Carlos Rodrigues). Duas traduções existem também do livro de Karel Čapek *A Guerra das Salamandras* (em 1965 por Lima de Freitas e em 1979 por Mário de Sousa). O livro *Cartas a Olga* por Václav Havel existe também em duas traduções, ambas publicadas no ano de 1991, uma pela editora "Círculo de leitores" (CL), a outra por "Livros do Brasil" (LB), ambas sedeadas em Lisboa. A primeira tradução (CL) é do alemão por Aires Graça, com a nota: "revisão de matriz por Manuela Bacelar". A outra tradução (LB) é por Manuela Bacelar, mas o "título original" é (também) *Briefe an Olga*. Deste modo, não é evidente se Manuela Bacelar traduziu de alemão ou de checo ou de ambos.

Todas as traduções de livros de ficção foram publicadas em Lisboa, com a excepção dos três livros de Bohumil Hrabal traduzidos por Ludmila Dismánová e Mário Gomes que foram publicados pela editora Afrontamento no Porto.

Dois livros importantes do cânone da literatura checa foram traduzidos no Brasil, mas não em Portugal (de acordo com o IT):

NĚMCOVÁ, Božena. 1958. *A avó*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro. Tradução de Ruth Sylvia de Miranda Salles. Uma reedição em 1969 como *A avó: lembranças de uma vida de menina*, Rio de Janeiro: Edições de Ouro. Título original: *Babienka* (sic!).

MAJEROVÁ, Marie. 1960. *A pequena Robinson*. São Paulo: Ed. Brasilense. Traduzido por Humberto A. Schoenfeldt. Título original: *Robinsonka*.

A primeira tradução do livro *Eu (que) servi o rei de Inglaterra* de Bohumil Hrabal foi feita no Brasil:

HRABAL, Bohumil. 1988. *Eu servi o rei de Inglaterra*. São Paulo: Best Seller. Maria Terezinha M. Cavallari. 2.ª edição em 1989.

O livro *Nos confins do mal* do escritor eslovaco (checoslovaco) Ladislav Mňačko foi traduzido apenas no Brasil:

MŇAČKO, Ladislav. 1964. *Nos confins do mal*. São Paulo: Ed. Brasilense. Traduzido por Eduardo Sucupira Filho. Título original: *Smrť sa volá Engelchen*.

Para além dos livros de ficção foram também traduzidos para português outros livros de autoria checa. Embora traduzidos só uma vez, alguns deles foram reeditados várias vezes e em grandes tiragens. Por esta forma encontram-se mais presentes no mercado português do livro do que o cânone literário da literatura checa. Os mais relevantes são os seguintes (cronologicamente conforme o primeiro livro em cada área):

Política

TIGRID, Pavel. 1969. *A primavera de Praga*. Lisboa: Início. Traduzido de francês por Maria Odília Moreira, Orlando Neves e J. Correia Tavares. Título original: *Le printemps de Prague*.

FUČÍK, Julius. 1985. *Reportagem sob a forca*. Lisboa: Avante. Traduzido por Maria Teresa Cardoso. 3 edições.

Filosofia

KOSÍK, Karel. 1977. *Dialéctica do concreto*. Lisboa: Dinalivro. Tradução brasileira de italiano por Célia Neves e Aldérico Toríbio (Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1.ª edição em 1969, 2.ª edição em 1976). Título original: *Dialettica del concreto*.

Desporto

KOS, Bohumil. 1978. *Ginástica: 1200 exercícios*. Lisboa: Estampa. Traduzido de alemão por Ana Falcão Bastos e Luís Leitão. Título original: *Gymnastik: 1200 Übungen*.

PACHMAN, Luděk. 1978. *Fundamentos do xadrez: aberturas*. Lisboa: Presença. Traduzido de alemão por Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Título original: *Eröffnungspraxis im Schach*. Várias reedições (1981, 2003).

PACHMAN, Luděk. 1979. *Fundamentos do xadrez: o meio jogo*. Lisboa: Presença. Traduzido de alemão por Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Título original: *Mittelspielpraxis im Schach*. Uma reedição (1988).

PACHMAN, Luděk. 1981. *Fundamentos do xadrez: finais*. Lisboa: Presença. Traduzido de alemão por Conceição Jardim e Eduardo Lúcio Nogueira. Título original: *Endspielpraxis im Schach*.

Psicologia

TOMAN, Jiří. 1980. *Como desenvolver todos os aspectos da nossa personalidade*. Porto: Civilização. Traduzido de inglês por Daniel Augusto Gonçalves. Tradução inglesa: *How to develop all aspects of our personality*. Título original: *Jak zdokonalovat sám sebe*. Várias reedições (1986, 1993, 1994, 1995).

Teoria da literatura

MUKAŘOVSKÝ, Jan. 1981. *Escritos sobre estética e semiótica da arte*. Lisboa: Estampa. Traduzido de espanhol por Manuel Ruas. Várias reedições (1990, 1993, 1997).

Biologia/Medicina

VOLÁK, Jan. STODOLA, Jiří. 1990. *Plantas medicinais*. Lisboa: Inquérito. Traduzido por Luís Serrão.

Finalmente, foi feita a tentativa de encontrar também as traduções portuguesas de livros eslovacos. Em todas as fontes disponíveis foram encontrados somente três livros de autores eslovacos traduzidos em Portugal: *O sabor do poder* (1968) e *A sétima noite* (1969) de Ladislav Mňačko, e *Rapsódias e miniaturas* (2004) por Ivan Kadlečík:

MŇAČKO, Ladislav. 1968. *O sabor do poder*. Lisboa: Bertrand. Traduzido de alemão por Margarida Schimmelpfennig. Título original: *Jak chutná moc*.

MŇAČKO, Ladislav. 1969. *A sétima noite*. Amadora: Íbis. Traduzido de francês por Fernando Figueiredo. Título original: *La septième nuit*.

KADLEČÍK, Ivan. 2004. *Rapsódias e miniaturas*. Lisboa: Cavalo de Ferro. Traduzido por Lumir Nahodil.

4. Traduções de português para checo

Para comparar, o leitor interessado pode consultar também as traduções da literatura portuguesa para a língua checa. Para uma primeira impressão, pode ver a página da Internet da Associação dos tradutores checos que tem uma base de dados da tradução literária checa depois 1945. Esta lista também inclui as traduções dos outros países lusófonos. Uma outra fonte de informações sobre as traduções da literatura portuguesa não só para checo, mas também para eslovaco é o sítio da Internet do Instituto Camões na Eslováquia.

Se estas informações não forem suficientes, podem contactar-se os colaboradores do Instituto Camões em Praga, os professores do Departamento de Estudos Portugueses ou do Centro de Estudos Ibero-Americanos da Faculdade de Letras da Universidade Carolina em Praga, ou as Embaixadas dos países lusófonos na República Checa.

A diferença mais significante entre as traduções de checo para português e vice-versa é que as traduções de português para checo são na maioria dos casos feitas directamente de português. Além disso, a lista das traduções de português para checo é mais longa e inclui mais livros do cânone das literaturas lusófonas.

5. Traduções de livros de literatura checa de ficção traduzida para português em Portugal

(ordenadas cronologicamente, 1943–1992, 23 títulos)

1. BENEŠ (Bénès), Karl-Josef. 1943. *A vida doutra*. Lisboa: Minerva. Traduzido por João Evangelista Campos Lima.
2. BENEŠ (Bénès), Karl-Josef. 1947. *A casa encantada*. Lisboa: Minerva. Traduzido por Alexandre Fonseca.
3. BENEŠ (Bénès), Karl-Josef. 1953. *O violino marcado*. Lisboa: Minerva. Traduzido por Maria Franco.
4. HOSTOVSKÝ, Egon. 1960. *A casa sem dono*. Lisboa: Ulisseia. Traduzido por A. Silva Santos.
5. HOSTOVSKÝ, Egon. 196?. *O incendiário*. Lisboa: Portugália. Traduzido por João Cabral do Nascimento.
6. HAŠEK, Jaroslav. 1961. *O valente soldado Chvéïk*. Lisboa: Portugália. Traduzido de alemão por Alexandre Cabral. Reedições em 1971 e 1988.
7. OTČENÁŠEK (Otchenachek), Jan. 1961. *Romeu, Julieta e as trevas*. Lisboa: Arcádia. Traduzido por Alexandre O'Neill. Reedição em 1967.
8. ČAPEK (Capek), Karel. 1962. *A fábrica de absoluto*. Lisboa: Livros do Brasil. Traduzido de francês por M. Gomes dos Santos.

9. ČAPEK (Capek), Karel. 1965. *A guerra das salamandras*. Lisboa: Livros do Brasil. Traduzido por Lima de Freitas.
10. ČAPEK (Capek), Karel. 1979. *A guerra das salamandras*. Lisboa: Caminho. Traduzido de francês por Mário de Sousa. Reedição em 1985.
11. HAŠEK, Jaroslav. 1986. *Aventuras do valente soldado Svejk e outras histórias*. Lisboa: Vega. Traduzido por Maria Alberta Miranda e José Carlos Rodrigues.
12. WEISS, Jan. 1987. *A casa dos mil andares*. Lisboa: Estampa. Traduzido de francês por Ernesto Sampaio.
13. HRABAL, Bohumil. 1989. *Eu que servi o rei de Inglaterra*. Porto: Afrontamento. Traduzido de checo por Ludmila Dismánová e Mário Gomes.
14. HAVEL, Václav. 1990. *Audiência, Vernissage e Petição*. Lisboa: Relógio d'água. Traduzido de checo por Anna de Almeidová e José Vidal de Almeida.
15. HAVEL, Václav. 1990. *Interrogatório à distância: Entrevista com Karel Hvížďala*. Lisboa: Inquérito. Traduzido por Zita Seabra. Prefácio por Mário Soares.
16. HAVEL, Václav. 1990. *Ensaios políticos*. Lisboa: Bertrand. Traduzido por Margarida Gago da Câmara.
17. HRABAL, Bohumil. 1990. *A terra onde o tempo parou*. Porto: Afrontamento. Traduzido de checo por Ludmila Dismánová, Mário Gomes.
18. HRABAL, Bohumil. 1990. *Comboios rigorosamente vigiados*. Lisboa: Caminho. Traduzido por António Sabler.
19. ŠKVORECKÝ, Josef. 1990. *O engenheiro das almas*. Lisboa: Dom Quixote. Traduzido de inglês por Maria Jorge de Freitas.
20. HAVEL, Václav. 1991. *Cartas a Olga: Reflexões da prisão*. Lisboa: Livros do Brasil. Traduzido por Manuela Bacelar. (Título original: *Briefe an Olga*.)
21. HAVEL, Václav. 1991. *Cartas a Olga: Reflexões da prisão*. Lisboa: Círculo de Leitores. Traduzido de alemão por Aires Graça, revisão de matriz por Manuela Bacelar.
22. KLÍMA, Ivan. 1991. *Amor e desencanto*. Lisboa: Bertrand. Traduzido de inglês por Ascensão Santos e Castro.
23. HRABAL, Bohumil. 1992. *Uma solidão demasiado ruidosa*. Porto: Afrontamento. Traduzido de checo por Ludmila Dismánová, Mário Gomes.

6. Traduções de checo para português na Checoslováquia

(ordenadas cronologicamente, 1978–1988, 23 títulos, conforme o IT)

1. *Czechoslovakia. Constitution*: *Bases constitucionais da Federação Checoslovaca*. Praha: Orbis, 1978. 117 pp.
2. *Lições da evolução da crise no partido e na sociedade depois do 13.º Congresso do Partido Comunista da Checoslováquia*. Praha: Orbis, 1979. 80 pp.
3. *Checoslováquia de hoje*. Dagmar Nováková – Eva Manethová. Praha: Orbis, 1979. 54 pp.
4. *A mulher e a criança na Checoslováquia*. Dagmar Nováková – Eva Manethová. Praha: Orbis, 1979. 60 pp.
5. NOVÁK, Miloslav. *Os Checos e os Eslovacos contra o fascismo (1938–1945)*. Eva Máchová. Praha: Orbis, 1982. 103 pp.
6. *Tempos livres da juventude checoslovaca*. Víctor Oliveira. Praha: Orbis, 1982. 60 pp.
7. CIGÁNEK, Ivan. *Lidice*. Traduzido por Marie Adámková. Praha: Orbis, 1982. 59 pp.
8. *Checoslováquia no limiar dos anos oitenta.* Praha: Orbis, 1983. 96 pp.
9. BROŽ, Ivan. *Quem é ameaçado por quem?* Victor de Oliveira. Praha: Orbis, 1984. 92 pp.
10. NÁVRAT, Milan. *A religião na Checoslováquia*. B. Macedo. Praha: Orbis, 1984. 102 pp.
11. WACKER, Vladimír. *Cooperação económica internacional*. Mario Ramos. Praha: Orbis, 1984. 77 pp.
12. REGNER, Václav – DVOŘÁK, Ladislav. *A conspiração contra a soberania dos povos*. Eva Máchová. Praha: Orbis, 1984. 107 pp.
13. BOUČEK, Miroslav – KLIMEŠ, Miloslav. *O Fevereiro de 1948 em Checoslováquia*. B. Macedo. Praha: Orbis, 1984. 106 pp.
14. PETRO, Mikuláš. *A saúde pública na Checoslováquia* Praha: Orbis, 1984. 129 pp.
15. ERNST, Miloslav. *Estratégia do desenvolvimento económico da Checoslováquia Socialista*. Alda Costa Santos. Praha: Orbis, 1985. 123 pp.
16. BÄUMEL, Vladimír. *A Europa Ocidental – refém nuclear dos Estados Unidos?* Armando Pereira da Silva. Praha: Orbis, 1986. 84 pp.
17. RABAN, Přemysl. *A política de habitação na Checoslováquia*. Alda Santos. Praha: Orbis, 1986. 91 pp.

18. *Setenta anos da nova era*. Calado Trindade. Praha: Orbis, 1987. 88 pp.
19. ERNST, Miloslav. *A Checoslováquia e a cooperação económica internacional*. Pedro Monteiro. Praha: Orbis, 1987. 50 pp.
20. NESRSTA, Vlastimil. *A Checoslováquia na África*. Praha: Orbis, 1987. 59 pp.
21. SNÍTL, Zdeněk. *O caminho da Checoslováquia para o socialismo*. Pedro Monteiro. Praha: Orbis, 1988. 92 pp.
22. ZDOBINSKÝ, Stanislav – PRŮŠA, Ivan. *A Checoslováquia: um estado federativo*. Ela Pekárková. Praha: Orbis, 1988. 50 pp.
23. HRUBÝ, Jan. *Munique 1938*. Júlia Almeida. Praha: Orbis, 1988. 70 pp.

BIBLIOGRAFIA CITADA

GONÇALVES RODRIGUES, António Augusto. 1999. *A tradução em Portugal. Tentativa de resenha cronológica das traduções impressas em língua portuguesa excluindo o Brasil*. Lisboa: Ministério da Educação. Instituto de Cultura e Língua Portuguesa. 5 volumes (1495–1930). ISBN 972959032X.

WOODS, Michelle. 2006. *Translating Milan Kundera*. Clevedon, UK: Multilingual Matters. ISBN 1853598828.

Associação dos tradutores checos. A base de dados da tradução literária checa depois 1945. Traduções dos países lusófonos:
http://www.obecprekladatelu.cz/ZZPREKLADY/totalportugalstina.htm (5-10-2007).

Instituto Camões na Eslováquia. A lista das traduções checas e eslovacas das obras dos escritores portugueses:
http://www.portugal.sk/kultura/literatura/lista.html (5-10-2007).

Index Translationum (IT):
http://databases.unesco.org/xtrans/xtra-form.shtml (5-10-2007).

Porbase:
http://opac.porbase.org/#focus (5-10-2007).

Departamento de Estudos Portugueses do Instituto de Estudos Românicos da Faculdade de Letras da Universidade Carolina em Praga:
http://romanistika.ff.cuni.cz/pt/ (5-10-2007).

Centro de Estudos Ibero-Americanos da Faculdade de Letras da Universidade Carolina em Praga:
http://sias.ff.cuni.cz/ (5-10-2007).

(Escrito em português pelo autor)

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 221–228

TRADUÇÃO E LINGUAGEM JURÍDICA: UMA ABORDAGEM INICIÁTICA AOS SEUS PROBLEMAS*

por JOAQUIM COELHO RAMOS
(Centro de Língua Portuguesa –Instituto Camões, Praga)

Os textos jurídicos são conhecidos por possuírem uma elevada complexidade de interpretação, chegando frequentemente a ser superior à dos demais textos técnicos. Na verdade, a simplicidade de que se deveriam revestir para serem acessíveis à generalidade das pessoas –afinal o Direito tem uma teleologia organizatória, de equilíbrio e de regulação social– é comummente desconsiderada, encontrando-se a linguagem jurídica infectada por estruturas sintácticas anormais, léxico demasiado fechado e termos indecifráveis que derivam, não poucas vezes, da própria *imaginação* do jurista redactor.

Por outro lado, dada a necessidade de afastar do âmbito da realização prática do Direito, realidades como a conotação, o duplo sentido, a arbitrariedade ou a insegurança interpretativa de um texto específico, parece líquido que não nos podemos afastar muito de certos tecnicismos que, apesar de demasiado densos para a generalidade dos cidadãos, acabam por traduzir um rigor conceptual a que os fins do Direito não podem renunciar.

Se é verdade que a interpretação de um texto jurídico –da simples *norma* ao *parecer,* passando pela *decisão* ou *sentença*– traz problemas que frequentemente exigem clarificação por parte de terceiros, então não será menos verdade que a tradução jurídica se confronta com problemas ainda maiores. Na verdade, ao tradutor não basta ser intérprete primário do texto que vai trabalhar, mas confronta-se ainda com o desafio de o verter para uma outra língua mantendo o rigor conceptual do texto original ou dele transportando a ambiguidade e obscuridade, sempre que seja ambíguo ou obscuro o conceito ali presente.

Assim, pressupondo como certo que não há uma metodologia infalível para traduzir documentos jurídicos, podemos apontar vias ou caminhos que relevem uma boa parte das complicações com que se depara o tradutor.

Tentaremos, nestes breves considerandos, reunir uma série de ideias que visam justamente auxiliar o agente na produção de um texto fiel no seu contexto de trabalho.

1. Conhecer o *ambiente* do texto: os contextos histórico, social e civilizacional

Muitas vezes –para não dizer a maior parte das vezes– o tradutor não é um jurista-linguista. Assim sendo, é preciso que dedique umas horas do seu tempo ao estudo das instituições, linguagem específica e contexto sócio-axiológico da língua-alvo, pressupondo nós que já conhece bem a língua-fonte e a envolvência específica da matéria sob tratamento no seu contexto linguístico originário. Este estudo permitir-lhe-á contornar problemas sérios que podem degenerar em erros processuais, ou mesmo em anulação de causas no tribunal. Há um vastíssimo rol de situações que se repetem continuamente e que o tradutor já se habituou a evitar; confundir *furto* com *roubo*, *alugar* com *arrendar* ou, a um nível mais elaborado, *Direito* com *Lei* ou *suspeito* com *arguido* são exemplos comuns. No ponto 2., *infra*, concretizaremos alguns destes termos.

Relativamente a estas situações, atentemos ainda às figuras portuguesas do "Provedor de Justiça" e do "Procurador da República", confundidas por diversas vezes sem grande importância (v.g. substituição do significante "Provedor de Justiça" pelo equivalente e amplamente divulgado na generalidade dos estados: "Ombudsman",

* Notas sumárias relativas à comunicação proferida na Faculdade de Direito da Universidade da República em Montevideu, Uruguai, e na Faculdade de Filosofia da Universidade de Carlos IV em Praga, República Checa, respectivamente em Maio e Junho de 2007.

que possui o mesmo significado), mas outras vezes gerando problemas mais graves; verifique-se que a simples troca de conceitos, tomando o "Provedor" pelo "Procurador", pode, no limite, desaguar em processos de incompetência orgânica, caducidade ou prescrição de prazos, ou mesmo pretensos abusos de poder. Se pensarmos que uma tradução jurídica envolve, em substrato, uma relação de poder soberano entre, pelo menos, dois Estados (o da língua-fonte e o da língua-alvo), cada um com a sua própria maneira de perceber o Direito e de conceber a estrutura administrativa que o gere, percebemos ainda mais a importância de não cometer erros a este nível.

Da mesma maneira, especialmente em linguagem institucional, há casos em que o estudo da estrutura política de um país é da maior importância. Como ilustração, avançamos a problemática questão dos regimes de democracia representativa bi-cameral, onde as instituições "Senado", "Câmara", "Congresso", "Assembleia Parlamentar" ou mesmo "Assembleia da República" são traduzidos, partindo da língua de origem, pelo termo de amplo espectro "Parlamento". Mais uma vez, como no exemplo anterior, se há textos em que tal amplitude de significado não produz incómodo, outros há em que ela pode levantar problemas de competência ou mesmo de relação entre órgãos numa perspectiva transnacional. Eis um exemplo:

As realidades político-institucionais presentes numa tradução, pressupõem uma base de conhecimentos históricos, sociais e políticos sobre os países que acolhem as línguas de trabalho dos textos. E, neste caso, a importância do trabalho do tradutor é enorme, subentendendo uma responsabilidade extraordinária; recorrendo ainda ao exemplo da assembleia maior de uma nação, imagine-se –ad absurdum– o caso dum solícito mas inexperiente tradutor que, por lapso, trabalhasse um texto parlamentar em russo datado de, digamos, 1925. Por estar cansado de usar o termo "Parlamento", decide aplicar o termo "Duma". O termo tem acolhimento etimológico e o dicionário comprovou a relação com o conceito em causa. É certo que a Duma é o Parlamento Russo; simplesmente o termo foi introduzido por Nicolau II para designar a Assembleia Nacional da Rússia, tendo a posterior revolução de 1917 eliminado o poder do Czar. A partir daí, a Assembleia Nacional tomaria o nome de Soviete Supremo. Que percalços diplomáticos poderiam emergir do simples facto de, por inexperiência da juventude de um qualquer tradutor, um ortodoxo político estalinista visse a sua Assembleia Nacional inscrita num documento oficial sob o nome de "Duma"?…

2. O léxico jurídico: termos unívocos, equívocos e análogos

Mergulhando um pouco mais nas questões técnicas do léxico/vocabulário[1] jurídico, não podemos deixar de estar alerta para uma série de termos que, na vida diária, têm uma acepção generalizada, não necessariamente ligada ao seu étimo, mas que no texto técnico constituem erros assinaláveis. Repare-se que nem sempre a dificuldade do vocabulário jurídico se liga aos arcaísmos ou latinismos que nele abundam, mas à necessidade de rigor e à extrema delimitação de significado que cada unidade pressupõe. A título de exemplo, sublinhamos algumas das confusões mais comuns:

Alugar e Arrendar: na linguagem comum usam-se quase indiferenciadamente. Todavia, na linguagem jurídica, apenas são susceptíveis de arrendamento os bens imóveis. Os bens móveis, como automóveis, bicicletas ou uma mobília, terão que ser alugados.

Dar e entregar: dar consiste em transmitir a propriedade; entregar consiste em transmitir a posse. Posso, portanto, entregar o meu carro a um amigo para que ele o guarde durante a minha ausência, sem ter a vontade (o *animus*) de abdicar do meu direito de propriedade sobre ele.

Inventar: é comummente tido como um acto criativo, de produção de algo ainda não existente antes; juridicamente, o conceito pode representar o acto de descobrir coisa alheia com a inerente obrigação de a entregar a seu dono.

Nojo: em linguagem comum representa um sentimento de desagrado intenso, de repulsa; em linguagem jurídica representa um período de "x" dias após o falecimento de uma pessoa, durante o qual os seus familiares não podem ser citados para levar a cabo um acto processual.

[1] Temos presente as propostas doutrinais de Eugénio Coseriu.

Confusão: diz-se que existe quando temos algo misturado ou de alguma forma pouco claro ou desordenado; em Direito, há confusão quando numa mesma pessoa se reúnem as qualidades de credor e devedor de uma certa obrigação (extinguindo-se, assim, o crédito e a dívida).

A ideia do Direito como sendo o livre exercício da *retórica* e de uma argumentação dúbia e libertinamente conotativa deve estar afastada da mente do tradutor quando produz o seu trabalho. Na verdade, como retiramos dos exemplos acima apresentados, uma palavra tem sempre um significado próprio, (satisfatoriamente) cristalino, e um significado emotivo, social, que cria problemas a quem trabalha textos em línguas diferentes. Os fenómenos da univocidade, da analogia e do equívoco são conceitos a ter em conta numa tradução em contexto jurídico: é unívoco o significante que detém em si um conceito e exprime uma realidade bem determinada; é análogo o termo que, sendo embora aplicável a duas realidades diversas, detém em si um conceito em boa parte equivalente; é equívoca a palavra que detém em si a possibilidade de significados distintos, podendo originar confusão.

Ao tradutor compete escolher, em princípio, o termo mais preciso, para reduzir à expressão mínima o risco de interpretações que ultrapassem a ideia do redactor original. Todavia, o tradutor não é um criador; se for dedutível, de forma líquida e sem riscos, que o redactor original pretendia utilizar uma palavra trivial, então o tradutor deve ter essa consciência e, apercebendo-se, abster-se de procurar o termo técnico de direito, concreto –porque unívoco–, eventualmente existente na língua-alvo. Esta chamada de atenção é particularmente importante para a tradução de transcrições feitas em juízo, depoimentos ou testemunhos orais reduzidos a escrito, em que a linguagem coloquial ou o afastamento do emissor relativamente ao código específico que é a linguagem jurídica, conduzem à utilização de vocábulos no seu sentido comum. Aqui não estamos perante uma produção textual *jurídica* em sentido estrito, mas tão-somente perante uma produção *em ambiente jurídico*[2].

Outros exemplos que abundam no dia-a-dia das comarcas e repartições públicas são sobejamente conhecidos e alguns quase se arriscariam a entrar na língua como *neologismos*, não fosse a tendência de aumento da literacia da população lusofalante. É o caso do termo "uso campião", corruptela para o instituto jurídico civil pelo qual a posse de uma coisa[3] pode transformar-se em propriedade plena pela sua utilização continuada ao longo de certo tempo, com a consciência de se ser dono (*animus possidendi*) e sem denúncia ou oposição de eventual legítimo proprietário; o termo correcto é "usucapião". Outro exemplo, este ao nível do direito fiscal, acontecia com o antigo imposto vigente na legislação portuguesa sobre transmissão de imóveis, a SISA. As pessoas com menor nível de escolaridade ou de camadas sociais mais baixas apresentavam-se frequentemente nas Repartições de Finanças com a intenção de "pagar as cinzas" ou, erro duplo, pretendendo "apagar as cinzas" de determinado prédio urbano. Cuidado, portanto, com os textos orais ou declarações reduzidas a escrito.

3. Variações estilísticas na linguagem jurídica

a) Exemplos: o *parecer* e a *consulta*

b) Problemas resultantes da utilização errada do estilo ao nível da produção de documentos jurídicos

É certo que o trabalho de textos jurídicos deve considerar a vertente vocabular/lexical –ponto essencial para a caracterização de uma tradução como técnica–, mas sem esquecer a especificidade estilística. Na verdade, a forma como se convocam os diversos elementos para a construção de frases ou orações e, a partir delas, de um texto, pode determinar a forma a adoptar pelo tradutor no seu trabalho, mantendo clara no resultado a diferença entre um texto jurídico em

[2] Itálico do autor, pretendendo chamar a atenção para o facto de haver peças processuais, designadamente em tribunal, em que a linguagem é a de todos os dias. Uma testemunha comum não tem que conhecer as diferenças de conceito entre arrendamento e aluguer ou entre entrega e doação. O tradutor deve ter a flexibilidade suficiente para invocar conceitos jurídicos apenas nos casos em que a linguagem é técnico-jurídica. Para tal releva mais o texto material que tem à sua frente e menos a personagem ou, evidentemente, o espaço formal.

[3] "Coisa", para o Direito Civil, é todo e qualquer bem do mundo externo, sensível ou insensível, com a suficiente economicidade e individualidade para possuir o estatuto permanente de objecto de direitos. Por isto, não são "coisas" o medo, o amor, etc…

sentido estrito e um texto produzido em ambiente jurídico[4]. Exemplos já bastante estudados destas diferenças de estilo são os Pareceres e as Consultas Jurídicas[5] em que é possível apreciar as diferenças formais a que nos referimos.

Na verdade, uma Consulta consiste na emissão de uma opinião ou conselho por parte de um jurista a um terceiro, este, normalmente, sem qualquer formação em Direito ou sem ligação directa com a prática ou com a linguagem jurídica. Ora, perante esta realidade, não há qualquer interesse em elaborar um discurso pleno de brocardos, latinismos, palavras demasiado técnicas e outros obstáculos à natural fluidez da mensagem entre emissor e receptor ditos "normais". Por outro lado, um Parecer é um estudo técnico-jurídico, emitido por um jurista e tendo como receptor preferencial um outro jurista –normalmente um juiz, um tribunal, um órgão colegial juridicamente assessorado, etc…–, pelo que tudo o que seja recorrer a palavras específicas e delimitadoras do sentido objectivo sobre que se pretende discorrer é, não só positivo, como recomendável.

Um tradutor deve, neste sentido e antes de mais, identificar estilisticamente o tipo de documento que tem perante si, utilizando as mesmas premissas formais na produção do texto-alvo, sublinhando numa consulta[6] a simplicidade e clareza normativa da linguagem e, num parecer, a tecnicidade, especificidade e elaboração, dando atenção aos nexos causais, às relações de subordinação (quantas vezes completamente atípicas) e fazendo repercutir na tradução, com a máxima fidelidade, os mecanismos argumentativos e justificações legais apresentadas no texto-fonte. Isto significa não sucumbir ao preconceito de que os arcaísmos ou brocardos latinos devem ser erradicados, sempre e quando a sua aplicação se encontre devidamente justificada pela necessidade técnica de uma linguagem o mais unívoca possível.

Todavia, a estilística impõe que a forma dos textos jurídicos se ligue ao conteúdo, criando-se uma cumplicidade entre os dois, cujo elemento aglutinador é –deve ser– o "factor humano", sob a forma de um competente domínio da matéria por parte do tradutor/autor do texto resultante. Tentar a produção de um texto jurídico em Língua Portuguesa (que pode ou não ser o resultado de uma tradução), sem o consistente domínio desta dicotomia entre o formalismo estilístico e os conteúdos, pode resultar em peças aberrantes[7]. Apenas como exemplo, passemos os olhos por um extracto de "Serões da Província", de Júlio Dinis, conforme lição do Prof. Rodrigues Lapa:

«Eu, Bento Maria do Portal, regidor de esta freguesia atesto im como, maquilina, rosa, martins, solteira, de esta Cidade, não tem, aberes para fazer as despesas do intero do seu irmom cepreano cujo consta ter dinheiro. Mas o qué certo é que por morte se não incontrou i se é berdadeiro o dito do bulgo o debe ter, nalgum iscondrijo, que ainda se não inchergou. E por ser berdade o que Açupra, atesta e mo disserom pessoas diganas para mim de todo o creto, pacei esta que juro.

Dada em esta Cidade a 12 de Janeiro de…

Bento maria do portal»

O texto –produzido pelo taberneiro, cumprindo as funções de regedor, e cheio de vocábulos jurídicos– foi retirado de "O espólio do Senhor Cipriano". Descontando o caos da pontuação e a natural aproximação entre o oral e o escrito que se verifica no texto (já sabemos que o *autor*, Bento Maria do Portal, não era uma pessoa culta nem instruída, e que deixa transparecer na sua grafia forte influência da linguagem falada como a substituição do "v" pelo "b" ou como o facto de desinências em ditongo nasal "ão" passarem a "om", como manda a tradição minhota de onde Bento era natural), a nossa atenção volta-se para as formulações comuns que ainda

[4] Fazendo deste um texto jurídico apenas em sentido amplo, quer dizer, um texto *circunstancialmente* jurídico.

[5] O autor tem encontrado uma designação alternativa para a *Consulta Jurídica*; a variante brasileira da língua apresenta este tipo de textos como *Opiniões Legais*. A Consulta Jurídica vem regulada no Estatuto da Ordem dos Advogados portugueses, no seu artº 3º, com a seguinte redacção: "Considera-se consulta jurídica a actividade de aconselhamento jurídico que consiste na interpretação e aplicação de normas jurídicas mediante solicitação de terceiro".

[6] Consulta escrita, ou consulta oral reduzida a escrito.

[7] Vide, por todos, Rodrigues Lapa, M., *Estilística da Língua Portuguesa*, 11ª edição, Coimbra Editora, Coimbra 1984.

hoje encontramos na linguagem jurídica. O *taberneiro-regedor* demonstra conhecer passagens e *chavões* típicos das certidões e, para conferir solenidade jurídica ao documento, não se inibe de os aplicar como pode, lançando mão das locuções "atesto em como", "por ser verdade o que supra atesto", ou recorrendo a léxico conotado com o Direito: "vulgo", "consta", e outros.

O exemplo apresentado é um extremo que se não prevê possa acontecer nos dias de hoje. Não obstante, termos demasiado técnicos, exclusivos do Direito e tendencialmente limitados ao foro, têm vindo a ser recuperados na linguagem de todos os dias, entrando no vocabulário comum do cidadão, criando verdadeiros ruídos à transmissão da mensagem que é, pela sua natureza intrínseca, uma linguagem técnica, de receptor delimitado.

Casos flagrantes aparecem cada vez com maior frequência em textos publicados na imprensa, muitos deles provenientes de fontes estrangeiras que passam, forçosamente, pela mão de um tradutor. O crescimento do fenómeno do jornalismo-espectáculo, hoje presente em quase todos os meios de comunicação social, tem criado tendências de transformação no sentido próprio de alguns vocábulos, aplicando-os indiscriminadamente desde que dele resulte um efeito apelativo; um paradigma deste fenómeno é o termo "arguido". Passando os olhos por um qualquer jornal português vemos como esta palavra se desmaterializou: se antes era apenas usada no seu sentido próprio, agora é um adjectivo que caracteriza praticamente qualquer cidadão que se encontre a responder perante um tribunal ou até um mero suspeito.[8]

A estilística na prática:

I – No recente caso de dois pilotos portugueses de linha aérea, suspeitos de participarem em tráfico de droga da América Latina para a Europa e detidos naquele continente, o advogado português, para tomar as diligências adequadas à defesa dos seus constituintes –que se verificou estarem inocentes– necessitou de recorrer a traduções jurídicas para saber em que pé se encontrava o processo. As entidades de apelo, os prazos e os procedimentos a levar a cabo numa situação de suspeita de crime não são os mesmos que se exigem após constituição como arguido (condição que, aliás, pode ser pedida por qualquer pessoa no curso de um processo); se quisermos ser técnicos, diremos que um relatório escrito ou termo de declarações de uma denúncia têm efeitos totalmente diferentes de um despacho de acusação ou de pronúncia; a uma diferença de estilo corresponderá uma diferença de atitude por parte do causídico.

II – Um outro caso actual relaciona-se com os prisioneiros detidos na base americana de Guantanamo, provenientes na sua maioria do Iraque e Afeganistão, cujo estatuto jurídico não está definido. A convenção de Genebra considera-os prisioneiros de guerra, embora os seus captores não concordem com tal designação. Na verdade, a imprensa mundial tem apelidado aquelas pessoas de "detidos" ou "arguidos"; as forças captoras acusam-nos informalmente de crimes de guerra, mas até há pouco tempo, apenas 10 foram formalmente acusados. Logo, das cerca de 600 pessoas presas em Guantanamo apenas 10 podem ser descritas como "arguidos"; (atenção à confusão recorrente entre "arguido", "suspeito" e "acusado", este último termo advindo da tradução infeliz do inglês "accused").

4. A utilização correcta de certas classes de palavras e a sua posição na frase

Um caso paradigmático de incompatibilidade teleológica[9] encontra-se na irreflectida utilização de classes de palavras ou da sua posição na frase. Por um lado, parece tendencial a utilização de adjectivos de forma intempestiva, porque –por alguma razão insondável– os juristas começaram a achar que um texto útil, pertinente e consequente deve-

[8] Arguido é a designação de um cidadão sobre quem for deduzida acusação ou requerida instrução num processo penal. No entanto, o termo é já utilizado na imprensa relacionado, v.g., com o processo civil (réu), ou mesmo quando ainda está a decorrer a avaliação ou análise de uma mera denúncia (? suspeito ?). Na verdade, dicionários recentes acolhem como sinónimo de "arguido" termos como "delinquente", ou simplesmente "alguém a quem acusam de algum delito".

[9] Divergência entre o que se quer fazer, o objectivo (*teleos*) e o meio utilizado para o alcançar, no nosso caso, o recurso linguístico disponível.

ria possuir grande número de qualificantes. Não bastando tal fenómeno –que muito pouco tem a ver com as características fundamentais da linguagem técnico-jurídica da clareza, concisão e precisão– muita da produção textual forense ainda utiliza a razoável liberdade estrutural da frase que existe na Língua Portuguesa para complicar a interpretação de factos; esta situação é especialmente notória na adjectivação, como podemos ver pelos exemplos seguintes:

a) "É um pobre cidadão"/ "É um cidadão pobre" – a primeira frase induz pobreza de espírito e sentimentos como pena e compaixão; a segunda frase aponta claramente para uma pobreza material, para falta de dinheiro e de bens económicos.
b) "Os violentos manifestantes foram detidos"/ "Os manifestantes violentos foram detidos" – a primeira frase indicia que todos os manifestantes foram privados da liberdade por serem violentos, enquanto a segunda aponta para um grupo especial de manifestantes –os violentos– que foi detido, enquanto os outros puderam continuar na via pública demonstrando o seu descontentamento.
c) "Na margem mais direita do Tejo"/ "Na margem direita do Tejo" – a primeira frase aponta para uma característica de regularidade do terreno (a margem é direita, não é sinuosa; neste caso, a margem mais direita pode até ser a esquerda); a segunda para a definição concreta da margem em que o facto aconteceu (sabemos com certeza que não sucedeu na margem esquerda).

Acrescendo às características já descritas, temos ainda uma outra a que muitos autores chamam pureza[10] mas a que preferimos chamar fluidez[11]. Respeitando-a, criam-se textos orais ou escritos que permitem ao receptor –que pode ser em primeira instância o tradutor– absorver a mensagem de forma clara e trabalhá-la de acordo com os objectivos inerentes.

A atenção a tal característica é importante em documentos técnicos como são as *sentenças* ou os *acórdãos* de tribunais colectivos, mormente em matéria criminal. Se recordarmos o facto de o Direito Penal Penitenciário actuar de acordo com um *teleos* específico, esta realidade torna-se ainda mais basilar, como procuraremos em seguida demonstrar.

O Direito Penal é uma realidade jurídica que se faz acompanhar por medidas dissuasoras, correctivas, de carácter impositivo e coactivas, com uma finalidade generosa e socialmente digna: as penas; estas não se reduzem, portanto, a um simples "castigo".

A *doutrina dos fins das penas* que se aplica em Portugal (como em muitos países lusófonos) implica o conhecimento de dois conceitos: o de Prevenção Geral e o de Prevenção Especial (ou de Ressocialização). Com o primeiro, pretende-se que a pena aplicada a um criminoso condenado sirva para afirmar/confirmar a validade da norma violada perante a generalidade da comunidade; a ideia que se pretende passar é a de que não é pelo incumprimento pontual de uma norma que ela deixa de fazer sentido no todo da ordem jurídica. Pelo segundo, pretende-se conduzir o criminoso a uma oportunidade de ressocialização, constituindo este ponto a concretização da prevenção secundária; estamos próximos do bíblico "vai e não voltes a pecar".

Ora, para o cumprimento integral da finalidade da doutrina dos fins das penas, o instrumento de comunicação dos factos, da prova e da pena aplicada é a sentença. Por ela o *arguido/condenado* e a sociedade ficam a saber o resultado do julgamento e convencem-se da validade do Direito.

Esta publicidade do processo é essencial para a realização das intenções da pena. Todavia, o objectivo só será alcançado se for inteligível para as partes e há, infelizmente, imensos exemplos sobre como *não escrever* tal documento.

Em 8 de Novembro de 1989, o Diário da Justiça do Piauí publicou uma sentença da 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais de Teresina (PI – Brasil)[12]. Eis um trecho da parte

[10] V.g. nos estudos linguístico-forenses de autores brasileiros o termo é recorrente.

[11] A opção justifica-se, pela ligação inata do termo *pureza* à origem de certa palavra ou expressão, à regularidade do seu aparecimento e evolução no contexto da língua; já o uso do termo *fluidez* facilmente se apega à qualidade de um objecto que corre sem obstáculos, ou com obstáculos mínimos. No nosso caso, o objecto é a língua, e os obstáculos seriam os "ruídos" à interpretação e compreensão da mensagem. A fluidez será então a característica que se atribui a uma produção textual sem recurso a construções estranhas e complexas, privilegiando a linha segura da simplicidade e da maior objectividade possível.

[12] O texto e os comentários –não necessariamente técnicos– a que tem dado origem, pertencem já aos anais do acervo das historietas jurídicas.

decisória da sentença, que absolveu um arguido de estupro:

"O estupro se realiza quando o agente age contra a vontade da vítima, usando coação física capaz de neutralizar qualquer reação da infeliz subjugada. No presente processo, a vítima, alegre e provocante, passou a assediar o acusado, que se encontrava nas areias do rio Poty, a mostrar-lhe o biquíni, que almofadava por trás, o incógnito estimulado. A vítima e o acusado trocaram olhares imantados, convidativos e depois se juntaram numa câmara de ar nas águas do rio, onde se deleitaram de prazer, oriundo do namoro, amassando o entendimento do desejo para findar numa relação sexual, sob o calor do sol. Mergulhando no império dos sentidos até o cansaço físico, disjunciando-se os dois, o acusado para um lado e a vítima para outro, para, depois, esta aparentar um simulado do ato do qual participou e queria que acontecesse, numa boa e real, como aconteceu. Não há configuração do crime de estupro. Há, sim, uma relação sexual, sob promessas de namoro fácil para ser duradouro, que se desfaz na primeira investida de um ato sexual desejado entre o acusado e a dissimulada vítima. Esta, com lágrimas deitadas nos olhos, fez fertilizar a mesma terra onde deixou cair uma partícula de sua virgindade, como uma pequena pele, que dela não vai mais se lembrar, como também não esquecer o seu primeiro homem, que a metamorfoseou mulher."

Não sobram dúvidas sobre a beleza estilística do texto, apreciada, claro está, sob uma perspectiva de elaboração visual e forma rebuscada. A selecção e gestão dos adjectivos e dos substantivos, o apelo à fantasia de certas palavras, a construção e a estrutura das frases e as relações de subordinação exploradas numa linha estética supranormativa (a nosso ver muitas vezes abusiva, mesmo para um texto *pró*-literário, sem atenção à clareza do discurso) sustentam esta ideia. Mas uma sentença judicial tem uma teleologia que, de uma forma simplista, pode ser traduzida pelo trinómio *informar* (as partes e terceiros) / *formar* (os cidadãos) / *credibilizar* (o Direito e a lei), num contexto de cidadania e de equilíbrio social, onde nem sempre há coincidência entre as partes na concepção de valores ou na gestão de prioridades. Eis como, por isto, um texto trabalhado e atraente (em abstracto) se torna perfeitamente inútil e digno de crítica quando inserido no mundo a que efectivamente pertence: o mundo do Direito.

É pacífico que "a justiça não é uma paixão, muito menos um capricho ou um rompante passageiro; é a constante e perpétua intenção de reconhecer a cada um aquilo que lhe é devido"[13]; assim sendo, os seus canais estão obrigados a responder aos legítimos objectivos que lhe vêm associados, razão pela qual a primeira obrigação de um jurista quando assume o seu papel de redactor, ou de um linguista quando trabalha com o Direito, é a tentativa de alcançar a pureza da ideia em causa. Se tradutor, faça-o tendo também em mente a forma escolhida pelo redactor originário, percebendo o funcionamento textual da produção originária, procurando descodificá-la através de um diálogo permanente entre o estilo do documento, o objecto do documento e o objectivo do documento. A fidelidade resumiria, assim, a melhor estratégia para obter um texto jurídico perfeito, se tal produção existisse. Não sendo alcançável, ao jurista-linguista ou ao tradutor jurídico resta a consciência de uma boa preparação de base e do máximo respeito face aos conteúdos sobre os quais vai ter de trabalhar. Conformado, espera que daqui resulte um texto que, não sendo perfeito, seja pelo menos útil e cumpridor da tarefa para que foi inicialmente pensado.

BIBLIOGRAFIA

Dicionário da Língua Portuguesa 2006, Porto Editora, Porto 2005

Dicionário Universal da Língua Portuguesa, Texto Editores, 8ª ed., Lisboa 2003

Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa, Editora Temas e Debates, Lisboa 2003

Dicionário Jurídico (Ana Prata), Almedina, Coimbra 2005

Gramática da Língua Portuguesa (Maria Helena Mira Mateus et al.), Caminho, Lisboa 2003

Nova Gramática do Português Contemporâneo (Celso Cunha e Lindley Cintra), Edições João Sá da Costa, 15ª ed., Lisboa 1999

[13] Ulpiano, Jurista Romano (séc. II/III d.C.).

Fontes em Português

AGUIAR E SILVA, Joana: *A Prática Judiciária entre Direito e Literatura*, Almedina, Coimbra 2001

CASTRO, Ivo et al.: *Curso de História da Língua Portuguesa*, Univ. Aberta, Lisboa 2001

CARRILHO, Manuel Maria: *Verdade, Suspeita e Argumentação,* Presença, Lisboa 1990

DAMIÃO, Regina et al.: *Curso de Português Jurídico*, Atlas, 9ª ed., São Paulo 2006

FERREIRA DA CUNHA, Paulo: *Filosofia do Direito*, Almedina, Coimbra 2006

GASPAR, Alfredo: *Instituições da Retórica Forense*, Minerva, Coimbra 1998

GRÁCIO, Rui Alexandre: *Racionalidade Argumentativa*, Asa, Porto 1993

HENRIQUES, António: Prática da Linguagem Jurídica, Atlas, São Paulo 1999

NASCIMENTO, Edmundo Dantes: *Linguagem Forense*, Editora Saraiva, 11ª ed., São Paulo 2007

OLIVEIRA, Fernando: *Breve Glossário de Latim para Juristas*, Cosmos, 5ª ed., Lisboa 1999

RODRIGUES LAPA, M.: *Estilística da Língua Portuguesa*, Coimbra Editora, 11ª ed., Coimbra 1984

TORRANO, Luiz Antonio Alves: *A Língua Portuguesa em seu uso forense*, Edicamp, 2ª ed., Campinas – SP 2002

VIEIRA, João Alfredo Medeiros: *Português Prático e Forense*, Ledix, 7ª ed., São Paulo 1991.

XAVIER, Ronaldo Caldeira: *Português no Direito*, Edit. Forense, 15ª ed., Rio de Janeiro 2006

Outras fontes

ÁLVAREZ, María Antonia: *Traducción Jurídica Inglés-español,* UNED, Madrid 1994

DECLERCQ, Gilles: *L'art d'Argumenter. Structures Rhétoriques et Littéraires,* Editions Universitaires, Paris 1992

PUY, Francisco: *Topica Juridica*, Paredes, Santiago de Compostela, 1984

TOMASZCZYK, Jerzy (ed.): *Aspects of Legal Language and Legal Translation*, Univ. Lodz, Lodz 1999

WESTON, Martin: "Problems and Principles in Legal Translation", *The Incorporated Linguist*, Vol. 22, No. 4, 1993

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 229–242

BRASILEIROS ILEGAIS EM PORTUGAL: UMA REFLEXÃO SOBRE AS FRONTEIRAS NACIONAIS*

por SERGIO P. OLIVEIRA
(Praga)

O termo "imigrante" refere-se a um conceito contextual e histórico, inerentemente ligado ao próprio desenvolvimento e consolidação dos estados nacionais, e que é hoje central no modo como representamos e tratamos o Outro no interior das nossas sociedades. O tratado de Vestefalia marca todo um conjunto de processos históricos, que levaram a que a realidade passasse a ser vista em termos de nações politicamente distintas, e seus habitantes como possuidores de identidades legais e culturais que se opõem e excluem mutuamente. A emergência desta ordem vestefaliana criou assim novas formas de construção das diferenças e das semelhanças, dos laços e das filiações entre pessoas. Trata-se de um modo específico de conceber e construir a realidade social, de onde deriva também um modo específico de tratar e conceber a presença do Outro no espaço da comunidade, vista como nacional. Num momento em que um "novo" espaço, a Europa, se tenta construir como tal, pensar a questão migratória e o próprio conceito de "imigrante" adquire particular pertinência, quer pela importância que tem assumido nas discussões públicas, quer pelo facto de ser indissociável da própria definição de cidadania e pertença. É no quadro de um campo reflexivo mais vasto, de uma antropologia que se dedique aos modos formais e informais de construção do Outro e da sua diferença, no interior das sociedades européias, que este artigo se pretende situar.

A presente reflexão procurar-se-á construir em torno de um estudo de caso, o de brasileiros não documentados na Costa de Caparica, tendo como base o trabalho de campo realizado entre os anos de 2003 e 2004. Opta-se aqui por uma abordagem "cosmopolita", onde as culturas e seus processos aparecem como configurações processualmente emergentes, e os espaços fronteiriços como locais de conexão, articulação e negociação (Nunes, 1997: 96). Trata-se desde logo de considerar as categorias e experiências do que é ser "cidadão nacional", "estrangeiro" ou "imigrante" como construções sociais, sendo as fronteiras que definem a sua condição o resultado da acção de variados processos e forças sociais, em múltiplas dimensões da sociedade. Desde logo, o exemplo escolhido torna-se particularmente pertinente na análise desta processualidade, uma vez que a condição de "ilegal" revela um caso limite, em que as fronteiras no interior da sociedade são extremadas até a uma total exclusão da "comunidade nacional", e da própria legitimidade do Ser e do Estar do "imigrante".

Outra particularidade se refere ao facto destas fronteiras serem construídas entre "portugueses" e "brasileiros", categorias identitárias historicamente fluídas. Na verdade, a própria relação colonial e pós colonial entre os dois países se desenvolve em simultâneo com a construção das suas identidades nacionais, se influenciando mutuamente de uma forma decisiva. Assim, num primeiro momento, procuraremos tecer algumas considerações sobre o desenvolvimento destas fronteiras sociais e simbólicas, entre Brasil e Portugal, e cujas características irão tomar parte nas experiências de actores concretos. Ao mapear algumas destas relações, pretendemos precisamente realçar o seu carácter processual.

Por fim, propomos uma análise ao exemplo concreto, onde o situamento dos indivíduos na

* Este artigo apresenta algumas reflexões retiradas do primeiro capítulo da tese de doctoramento «Brasileiros na "nova" Europa: inserções, mobilidades e processos identitários», desenvolvida com o apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia, Portugal.

categoria de "imigrante" é feito tanto por mecanismos estatais, como pela interacção em sociedade com outros actores. Aqui, uma multiplicidade de elementos, como a nacionalidade, a actividade laboral ou a "raça", participam na construção da sua experiência migratória. Ao incidir o foco sobre a produção das fronteiras identitárias entre "cidadãos nacionais" e "imigrantes ilegais", pretendemos verificar os efeitos destas categorias na produção da realidade social concreta.

As fronteiras entre Brasil e Portugal

A construção das identidades de portugueses e brasileiros, que emergem dos espaços de encontro entre ambos, reflectem ambivalências inscritas ao longo de vários processos históricos. Tal como refere Machado, as categorias são móveis, dado o contínuo fluxo de pessoas, bens e ideias que marcaram as suas relações (Machado, 2002: 2). Podemos situar a origem da construção desse espaço relacional com os descobrimentos portugueses, que marcam a introdução abrupta e impositiva de novos esquemas representacionais e espaciais (Todorov, 1982: 28). Procura inserir os outros povos, e as suas diferenças, numa narrativa européia que se constitui no interior de um esquema imperial mais vasto. Reduz a alteridade do continente a uma forma familiar e acessível, negando assim a própria historicidade e temporalidade americana (Mason, 1990: 34). No quadro de uma interpretação evolucionista do mundo, os não europeus são submetidos à inferioridade, e sujeitos ao acto civilizatório como única possibilidade de futuro. Assim, tornam-se povos "sem espaço nem tempo", em certa medida estranhos à sua própria terra, (re)constituída no interior de uma narrativa que desqualifica os seus habitantes. Por outro lado, o colonizador aparece legitimado na sua superioridade, e na sua representação como agente de civilização.

As relações entre a metrópole, o continente africano e o americano insere-se num "triângulo transatlântico" adaptado ao contexto português, que se reflecte na transferência de escravos africanos e colonos portugueses para as Américas, prefigurando já o que Castles chamou de um "espaço de fluxos" (Gilroy, 1996). A formação socioeconómica do centro é aqui dominante e exclusiva, acumulando um volume de capital superior, procurando substituir os modos de produção pré-capitalista, e integrando todos os mecanismos de produção capitalista (Amin, 1974). Até cerca de 1820, a emigração portuguesa está associada às demandas mercantis e imperiais da coroa portuguesa (Baganha e Góis, 1999: 232). No caso do Brasil, para além dos cerca de quatro milhões de escravos transferidos ao longo de três séculos de migração forçada, assistimos ao movimento de portugueses visando a apropriação militar e económica da terra (Bassanezi, Maria S. C. B., 1995), e que marca a produção da formação intercultural e transnacional a que Almeida se refere ironicamente como o "Atlântico Pardo" (Almeida, 2002: 29). Temos assim um sistema de movimento de seres humanos, legitimado no interior de representações hegemónicas que progressivamente se impoem a um nível global. Este estrutura-se na intersecção de vectores económicos e políticos, sociais e culturais, de raça e de identidade, a par da produção simbólica e material de formações espácio-temporais específicas.

As representações do europeu sobre o continente americano, simbolicamente estruturadas sobretudo em termos económicos e sexuais, carrega em si própria o pressuposto de uma terra virgem à espera de ser colonizada e explorada, que se oferece sem resistência à penetração do homem branco europeu (Mason, 1990: 34). E, de facto, a colonização do Brasil foi contexto de uniões sexuais entre actores considerados como pertencentes a diferentes "raças", cujos resultados eram já designados no século XVI por Caboclo ou Mameluco, no caso da união entre brancos e índios, Mulato para a "miscigenação" entre brancos e negros, e Cafuzo para o índio e negro. O espaço da colónia, os territórios tropicais, adquirem a aura de uma liberdade sexual, em que homens brancos sozinhos e aventureiros reencontram na índia e na negra o ideal da beleza moura, há muito presente na cultura portuguesa (Thomaz, 2002: 50). Assim, o português deste período acaba por ser hoje representado como o colonizador cujo apetite sexual, na liberdade das colónias, é superior aos códigos que estabeleciam as fronteiras morais e raciais.

Os bloqueios instaurados pela metrópole ao desenvolvimento económico do Brasil, enquanto continuava a usufruir da sua produção económica, leva a um progressivo desejo de autonomia por parte das elites presentes no território, e à construção de uma imagem do "português" como explorador da riqueza brasileira. A crescente importância do Brasil no sistema colonial,

e em particular no período da inversão do "pacto colonial", com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, marca um processo que culmina com a independência em 1822. No entanto, tal como refere Rowland, naquele período o ser "brasileiro" ou "português" se constituiu muito mais como construção discursiva, que procurava justificar a posição de cada um no sistema sociopolítico emergente, do que identidades ligadas ao nascimento ou práticas culturais. As fronteiras seriam nesta época fluídas e mal definidas, pelo próprio facto de as elites se constituirem sobretudo por indvíduos não "miscigenados". Este facto leva a que, já depois da independência, e com a necessidade da construção de um discurso de identidade nacional, as opções das elites "brasileiras" passassem tanto por uma valorização do papel dos portugueses na construção do Brasil (Rowland, 2002: 378–380), como por um realçar do "anti-lusitanismo". A última torna-se prevalescente, fornecendo um Outro comum por oposição ao qual se pudessem construir semelhanças, entre uma população diversa economica, politica e racialmente.

O fim da escravatura no Brasil leva à subalternalização económica e social das populações negras e mestiças, já que a sua mão de obra será progressivamente substituída através da estratégia imigrantista, prática governamental de "branquização" da sociedade brasileira pela importação de trabalhadores europeus, e que se estende desde o último quartel do século XIX até fins dos anos quarenta. Assim, continua a migração portuguesa para o Brasil. Entre 1884 a 1930 entraram quatro vezes mais portugueses no Brasil que entre os anos de 1820 e 1883 (Ribeiro, 1990: 9). Segundo a mesma autora, este movimento leva a um enfatizar do anti-lusitanismo, com destaque para o Rio de Janeiro onde se tornam a população de migrantes mais expressiva. Se alguns destes migrantes controlavam o comércio varejista e do aluguer imobiliário, havia também os que ocupavam o lugar oposto da hierarquia económica, tendo pouca ou nenhuma qualificação profissional e aceitando todo o tipo de trabalhos, competindo assim no mercado de trabalho com os brasileiros de baixa condição. Ambas as situações reforçavam o ressentimento entre os grupos.

Por outro lado, é com os portugueses retornados do Brasil para as suas terras de origem, então designados por "brasileiros de torna-viagens", que se formam em Portugal diversas representações em relação ao "brasileiro" como categoria identitária. Aqui, a presença de um português por um determinado tempo no Brasil, o regresso com um sotaque, vestimentas e costumes daquele "país tropical" opera uma transição identitária, em que passam a ser chamados de "brasileiros". Ao mesmo tempo, este processo inscreve na fronteira variados traços distintivos. A satirização destes "torna-viagens" pela imprensa e literatura da época, em particular dos que regressaram ricos, realçam tanto o seu exotismo e "malandragem" como a falta de educação e refinamento cultural (Machado, 2002: 4). Tal como refere Vieira, podemos encontrar exemplos desse tipo social em autores tão influentes como Camilo Castelo Branco, em que estes "brasileiros" eram "gordos, materialistas e burgueses", e portanto contrários ao ideal romântico, regressados de uma terra de "papagaios e bananas", verdadeiro El Dorado para os migrantes. O mesmo autor chama ainda a atenção para a obra de Eça de Queiroz, cujas "Farpas" causaram todo um conjunto de respostas e contra respostas que revelam muito das imagens recíprocas existentes na época (Vieira, 1991: 85–100).

Um espaço decisivo de contrução identitária mútua emerge com o lusotropicalismo de Gilberto Freyre, nas suas reflexões acerca da "democracia racial" brasileira, da capacidade integradora de raças, culturas e línguas, por parte desta Nação. Trata-se de uma construção discursiva que, considerando a sociedade colonial como matriz original da cultura brasileira, permite simultaneamente realçar o papel do europeu, "branquizar" o negro e a escravatura, ao mesmo tempo que produz uma identidade original e bem diferenciada da portuguesa (Rowland, 2002: 380). Aqui, independentemente do regime político em vigor, a cultura e sociedade brasileiras teriam a capacidade de promover a igualdade entre classes e raças através do seu modelo de miscigenação. Esta representação do Brasil será adoptada pelo estado colonial português em meados dos anos 50, tornando central na representação que este tem de si mesmo. Tal como refere Thomaz, se existia uma oposição à miscigenação colonial até fins dos anos quarenta, as elites metropolitanas tendem progressivamente a reflectir acerca da existência de um "mundo português" nos espaços tropicais, e a obra de Freyre acaba por ser acolhida favoravelmente (Thomaz, 2002: 48–51). Graças ao

exemplo brasileiro, a capacidade portuguesa de adaptação e assimilação do diferente adquire um carácter positivo e de integração, incorporando a promessa de um mundo português harmonioso para todas as colónias.

O período recente da fronteira entre Portugal e Brasil ficará marcado pelo início da "emigração" brasileira, em meados da década de 80, e pela dupla localização de Portugal entre duas estruturas internacionais com componentes específicas e distintas (Baganha, 2001), que as elites estatais portuguesas têm de gerir: a da União Européia, e a das ex-colónias, que partilha com o Brasil. Esta ultima reflecte-se politicamente na construção da CPLP, oficializada em 1996, e que afirma um sentido de pertença a uma comunidade criada a partir de uma história colonial comum, bem como dos fluxos migratórios seculares entre Portugal e os outros países. Trata-se de uma comunidade que é simbolizada sobretudo pela componente linguística.

Analisando as inter-relações entre a questão migratória e esta dupla pertença portuguesa, Baganha recorre da imagem de Portugal como uma "placa giratória", que distribui migrantes entre estes espaços, importando ou exportando mão de obra consoante a estrutura institucional em que opera. Se tivermos em conta o sector da construção civil, verificamos que as estratégias laborais das empresas portuguesas têm levado milhares trabalhadores portugueses para os países europeus mais ricos, onde cresceu a procura de mão de obra, como a Alemanha ou o Reino Unido. Simultaneamente, a entrada de fundos estruturais em Portugal permitiu um crescimento no sector, recorrendo os empregadores ao sector informal para suprir as suas necessidades, criando assim um grande número de oportunidades para os migrantes no país, e em particular para os "ilegais" (Baganha, 2001; ver também Baganha e Góis, 1999). Este fluxo de entrada, que se estabelece e consolida, é sobretudo caracterizado por migrantes provenientes do espação lusófono.

As políticas migratórias européias estão sobretudo marcadas pela construção da "fortaleza européia", que se opera tanto no campo das intervenções estatais como no das identidades culturais (Bade, 2003: 279; Balibar, 1991), e na qual Portugal é de facto representado como porta de entrada, especialmente para os migrantes lusófonos do "terceiro mundo". O processo abrangente de integração européia, iniciado com o Acto Único Europeu de 1986, se constituiu a par de um compromisso de fechamento ao exterior, culminando no tratado de Schengen em 1990, e desenvolvidos em Maastricht em 1992 e Amsterdam em 1997. A adesão de Portugal à Comunidade Européia, e subsequente entrada no espaço Schengen e no Sitema Integrado, levam à nova lei de estrangeiros 59/93 de março de 1993, definindo o novo regime legal da imigração (Baganha, Ferrão e Malheiros 1998; Baganha, 2001), reflectindo a aplicação de diversas cláusulas deste acordo europeu.

No que se refere às relações com o Brasil, em 1973 os dois países haviam assinado o Tratado Bilateral de Igualdade de Direitos, que permitiu ao Estado Português deslocar para o Brasil contingentes de retornados da África. A nova lei de estrangeiros de 1993 irá provocar impasses nas relações bilaterais. Um exemplo emblemático será denominado por Feldman-Bianco como o "drama familiar" iniciado, também em 1993, com a detenção de brasileiros de camadas sociais mais desfavorecidas no aeroporto de Lisboa. Este incidente demonstra como as relações históricas e culturais, politicas e diplomáticas estão profundamente envolvidas na produção de legitimação e legalidade dos movimentos. O racismo a que estes migrantes afirmam terem sido sujeitos remete para estereótipos acerca dos brasileiros, que recentemente tem sido actualizados e ressignificados com a importação de bens culturais brasileiros, como as telenovelas, e com o crescente mercantilismo da "noite brasileira". Com o retorno de Portugal à Europa, estas representações assumem uma componente em que o brasileiro se torna novamente o Outro, o mulato dos trópicos, o não europeu, e portanto o inferior e incivilizado. A autora identifica, na retórica dos diversos discursos proferidos ao longo da crise de relações, estereótipos históricos mútuos que têm fornecido a base para a produção de "diferença" entre brasileiros e portugueses, exacerbadas especialmente em momentos de competição e conflito. Por outro lado, as negociações e reconciliações tendem a ser baseadas em recorrentes produções de semelhanças culturais, enfatizando a "ancestralidade compartilhada" entre os dois países, produzidas a partir de reconstruções da história colonial, em termos de irmandade, cultura e língua similar, contestando a representação do brasileiro como um Outro (Feldman-Bianco, 2002).

Outro exemplo de um impasse diplomático refere-se ao caso dos dentistas brasileiros, que se

tornou mediático na década de 90. A Associação Profissional de Médicos Dentistas de Portugal, órgão que regulamenta a profissão no país, começa a contestar a equivalência concedida a migrantes brasileiros ao abrigo do acordo Cultural Brasil-Portugal, de 7 de setembro de 1966, que permitia a estes exercer livremente e nas mesmas condições que os nacionais. Realce-se o facto de, nas negociações diplomáticas que se seguiram, o Comitê de Ligação da Arte Dentária da União Européia, organismo regulatório a nível europeu, ter ameaçado o governo português com uma queixa ao Tribunal de Justiça Europeu, caso reconhecesse os dentistas brasileiros como médicos dentistas. Apenas em 1999, e devido a diversas pressões do estado português e brasileiro, as respectivas associações de dentistas estabelecem um acordo, que prevê uma categoria especial para estes migrantes. No entanto, a partir desta data, as questões laborais referentes a migrantes qualificados de qualquer profissão passou a ser necessariamente resolvida entre estes e as respectivas associações portuguesas, que procuram defender o seu mercado de trabalho (Machado, 2000).

Portugal oscila assim entre dois projectos nacionais, e entre duas representações do que é e deve ser a Nação Portuguesa, procurando acomodá-los, dando prioridade ora a um ora ao outro: o Europeu e o Atlântico. Diversos sectores da sociedade portuguesa defenderam o tratamento diferencial para países lusófonos, como segmentos do Partido Socialista e da Igreja Católica, bem como variadas instituições e movimentos pelos direitos dos imigrantes, nomeadamente a Casa do Brasil e o "Movimento sem Fronteiras". Do mesmo modo, os crescentes interesses económicos entre Portugal e Brasil, bem como a evidente necessidade de mão de obra barata, levou a que uma parte do sector empresarial defendesse uma atitude conciliadora nos impasses das relações bilaterais. A vitória do PS nas legislativas de 1996 traz a criação do Alto Comissariado das Comunidades Imigrantes e Minorias Étnicas, o direito de voto nas autárquicas, e os processos de regularização de 1996. O novo governo introduziu também mecanismos legais de discriminação positiva em relação aos migrantes de língua portuguesa, e enviou mesmo, segundo Baganha, claros sinais aos migrantes oriundos dos PALOP de que a sua presença seria tolerada, legal ou ilegal. No mesmo período, é finalmente oficializada a criação da CPLP, facto que demonstra a vontade dos sectores no poder reforçarem os laços atlânticos. No entanto, se por um lado as novas políticas visam uma maior inclusão dos que se encontram em território nacional e legalizados, aumenta a fiscalização fronteiriça, procurando evitar a entrada de novos contingentes. De um modo geral, Baganha considera que até à data, e apesar da sua inserção no espaço Schengen, Portugal regulou a imigração de acordo com os seus interesses geo-estratégicos e as necessidades conjunturais da economia, tal como foram sentidas pelas elites políticas (Baganha, 2001: 154; Baganha e Góis, 1999).

Este carácter estratégico da produção de fronteiras entre nacionais e estrangeiros reflecte a própria história da construção dos espaços nacionais. A questão migratória, o monopólio legítimo da circulação de pessoas (Torpey, 2003), o poder de controlar quem pode entrar, permanecer e pertencer à comunidade nacional, são questões que se situam no próprio âmago do Estado-Nação, concebidos como exercício do seu direito de soberania e parte essencial da governação. Noiriel situa na revolução francesa o nascimento do conceito moderno de "estrangeiro". Se antes desse período o conceito se referia sobretudo a diferenças entre localidades e regiões, com a eliminação dos privilégios feudais assiste-se à criação formal de uma comunidade nacional de todos os cidadãos franceses (Noiriel, 1996: 46, cit. in Torpey, 2003: 58). Assim, na constituição progressiva e relacional do Estado Soberano e de uma Comunidade Nacional, emerge a concepção do membro do grupo como "cidadão nacional", tornando-se um conceito central na questão da legitimidade da governação. Ainda hoje, a autoridade do Estado para governar se alicerça em boa parte nesta sua imaginação como encorporação desta soberania, condensada no contrato entre governantes e governados (Hansen e Stepputat, 2001: 2).

Neste processo, uma das principais estruturas legitimadoras dos estados modernos refere-se à representação da Lei como algo que está acima das contingências do cotidiana e de que encarna uma certa justiça colectiva baseia-se no mito da capacidade do Estado de transcender a sociedade (Hansen e Stepputat, 2001: 15). No entanto, e para além destas representações hegemónicas de governação, De Genova considera a história da lei de imigração em qualquer estado como a história de intervenções intrincadas

e calculadas, não numa qualquer estratégia unificada ou lógica estrutural, mas dotadas de uma relativa incoerência de estratégias, tácticas e compromissos. Participam assim numa contínua «luta indeterminada» para formar, disciplinar, e estruturar o caos, procurando objectificar categorias de pensamento na realidade social concreta (Holloway, 1995; De Genova, 2002: 425). Podemos portanto considerar os modos estatais de gestão migratória, onde se incluem tanto as intervenções legislativas como as variadas acções pelos quais se procura aplicá-la, como tácticas sempre conjunturais e nunca certas da sua realização, no contexto de uma "luta indeterminada". Assim, a imposição da lei, a contínua (re)produção de campos de legalidade e ilegalidade, aparece sobretudo como um processo interaccional afectado por diferenciais de poder, obedecendo a disputas e jogos de força, marcados por agendas e interesses divergentes (ver Kidder, 1979: 291; Heyman e Smart, 1999: 6). No caso particular da migração não documentada, não devemos por isso essencializar a sua ilegalidade como desvio ou subversão, mas afirmar a sua construção em relação a interacções e processos complexos ocorrendo em momentos históricos particulares.

Assim, consideramos que as políticas migratórias, bem como as prórias concepções formais e informais do que é um "imigrante", ou um "ilegal", como a resultante de complexos processos e tensões entre forças sociais, no interior das sociedades nacionais. Actuando nos mais variados campos económico, social ou cultural, estes processos procuram continuamente produzir hegemonias, orientar práticas e representações, e assim definir a própria "comunidade imaginada".

Historicamente, tal como nos nossos dias, as fronteiras identitárias e os seus marcadores de diferença, tal como a raça, a cultura ou a nacionalidade, emergem e se constituem no decurso da acção individual e colectiva. Na proxima secção analisaremos algumas características de um exemplo concreto, o da presença de brasileiros não documentados na Costa da Caparica, Portugal. Procuraremos assim verificar como os migrantes se inserem neste jogo de forças e processos sociais, marcados por processos quotidianos que os constroem como "imigrantes ilegais", e que tornam esta condição num caso extremo de exterioridade em relação à comunidade nacional.

Fronteiras na experiência de migração

Foucault faz notar que a emergência de uma sociedade mercantil, representada como associação contractual de sujeitos jurídicos isolados, se verifica no mesmo período histórico em que aparece todo um conjunto de técnicas que constituem os "indivíduos" como elementos correlativos de poder e conhecimento. Ou seja, sendo o "indivíduo" o átomo fictício de uma representação ideológica da sociedade, é também uma realidade fabricada por tecnologias de poder específicas (Foucault, 1977: 194). Do mesmo modo, não podemos dissociar a emergência de representações do Estado Nação e do conjunto de cidadãos, que a ele pertencem e nele delegam a governação, de uma variedade de práticas, tecnologias e relações de poder que permitem produzir indivíduos como "cidadãos nacionais" ou "imigrantes". O situamento dos individuos nestas categorias é feito tanto por agentes e instituições estatais, em contextos concretos de actuação, como por outros actores interagindo com o migrante em sociedade, onde as elaborações legislativas e suas condições são reinterpretadas e manipuladas (Coutin, 2000). Produzem-se assim fronteiras ao longo dos campos económico, social e cultural, que definem as condições da sua inclusão e exclusão nos processos de (re)produção da sociedade nacional.

É num contexto marcado por múltiplas tensões e negociações que a "ilegalidade" destes brasileiros se constrói. Desde logo, devemos incluir na analise a própria agência dos actores, já que as várias formas de subalternalização a que estão sujeitos apenas podem ser compreendidas procurando perceber o engajamento dos sujeitos nas próprias práticas que os produzem como "imigrantes ilegais". O seu projecto migratório é marcado por todo um conjunto de obrigações materiais e simbólicas, como empréstimos e compromissos de envio de dinheiro aos familiares, que são construídas mesmo antes da partida. Estas obrigações participam de forma determinante na produção da sua experiência de migração, numa contínua referencialidade entre os locais de origem e destino. Assim, a produção da "ilegalidade" ao longo de uma experiência de migração emerge nos contextos concretos de actuação, onde os actores procuram realizar o seu projecto migratório (Oliveira, 2006).

No caso dos migrantes "ilegais" presentes na Costa de Caparica, estes encontram como mer-

cado laboral privilegiado a construção civil, devido à relativa facilidade de se encontrar trabalho, e aos salários superiores, quando comparados com os do sector da hotelaria. No entanto, a contradição essencial entre a presença física no território nacional e a sua negação oficial, permite o estabelecimento de todo um conjunto de relações sociais e económicas "ilegais", nomeadamente em relação à sua exclusão dos contratos laborais vigentes, e consequente evasão dos empregadores a qualquer obrigação legal (De Genova, 2002: 427; Coutin, 2000: 43–44). E se, tal como afirma Foucault, a "existência de uma proibição legal cria à sua volta todo um campo de práticas ilegais" (Foucault, 1977: 280), interessa perceber a sua inserção em todo um "campo de ilegalidade" criado, caracterizado por relações de poder, práticas, estratégias e modos de acção, tanto por parte dos empregadores como dos migrantes. É ao longo deste campo que se vai construindo a sua agência e a sua experiência de "ilegalidade", e portanto as suas práticas e a sua própria subjectividade como "imigrantes ilegais".

As condições laborais do mercado informal, especialmente no caso da construção civil em Portugal, parecem caracterizar-se por uma completa sujeição às ordens e à carga de trabalho, na livre regulação por parte dos empregadores dos seus espaços, tempos, salários e empenho produtivo. Estas condições impõem-se à sua experiência corporal e simbólica da migração, traduzindo-se num disciplinamento ao trabalho que se torna parte da identidade do "imigrante", e em particular do "ilegal". Nos seus próprios discursos de auto valorização identificam-se como trabalhadores muito mais eficazes que os portugueses, dispostos e capazes de aguentar a exploração e cargas horárias extremas, e de "fazer o mesmo trabalho que normalmente seria feito por duas ou três pessoas". Por outro lado, a extrema instabilidade em que se encontram não deixa grandes alternativas senão aceitar as condições de trabalho mais precárias, que se tornam preferíveis a um período sem trabalho. Verifica-se portanto que, a partir da condição de ilegalidade imposta pela lei, constitui-se uma mão de obra útil e manejável, perfeitamente adequada às demandas da economia e do lucro, e portanto, altamente vantajosa para diversos sectores da economia nacional.

De um modo geral, verificamos que os migrantes em Portugal estão envolvidos no complexo jogo de forças entre capital e trabalho, agindo ora como instrumento de depreciação de salários, ora como agentes de dinamização de diversos sectores económicos (Machado, 2001). Em relação aos não documentados, as considerações etnográficas acima apresentadas acerca dos seus modos de inserção no mercado de trabalho confirma o seu papel nestes vectores. Refira-se ainda que, se atentarmos às trajectórias laborais apenas dos não documentados presentes na Costa, podemos apontar para a presença de trabalhadores "ilegais" em boa parte das grandes obras dos últimos anos nos mais variados pontos do país. No entanto, o trabalho efectivo do migrante tende a ser invisibilizado, e os resultados deste trabalho são apresentados como símbolos de desenvolvimento, capacidade criativa e prosperidade nacional. Assim, a fronteira que emerge no campo laboral permite uma inclusão subalterna dos migrantes em relação ao seu trabalho, excluindo-os não apenas de quaisquer direitos definidos em contratos regularizados, mas da própria representação da "comunidade" que constrói e produz o espaço nacional (Oliveira, 2006).

As fronteiras que se constroem em torno destes actores no seu quotidiano extra laboral, no encontro com os cidadãos nacionais, são também elas marcadas de forma determinante pela sua condição de "ilegalidade". No campo estudado, as relações entre portugueses e brasileiros são complexas. Sendo uma vila pequena, a presença de um elevado número de migrantes brasileiros tem provocado tensões que emergem no cotidiano a todo momento, em práticas e discursos de discriminação. Estes brasileiros não são os das telenovelas, nem jogam futebol, nem animam bares e discotecas. São trabalhadores das obras, vestem-se mal, não gastam dinheiro e, sobretudo invadiram uma vila pacata, ocupando os seus espaços. De entre as variadas combinações representacionais que se podem encontrar em Portugal acerca do "brasileiro", a que se impõe aqui sobre todas as outras refere-se a uma reelaboração do "brasileiro de torna viagens" (ver Machado, 2001; idem, 2002), em que ele é o "malandro", um potencial ladrão, é o pobre que vem das favelas e que traz consigo a violência e criminalidade tão mediáticas do Brasil. Fitzpatrick realça o carácter mítico da lei, ao reclamar para si uma base empírica e racional, produzindo tal como outros sistemas mitológicos, verdades inquestionáveis e naturalizadas. A lei apenas se pode definir como moderna por oposi-

ção a um Outro pré moderno, selvagem, campo no qual a ilegalidade é situada. Podemos considerar este processo como uma das principais estruturas deslegitimadoras da presença do migrante no território nacional (Fitzpatrick, 1992, in: Coutin, 2000: 167–168), associando ao "imigrante ilegal" todo um conjunto de representações que o caracterizam como elemento disturbador da "ordem social" estabelecida, ligado à marginalidade e criminalidade.

Em termos factuais, estas representações parecem ter tido origem na ocorrência de alguns pequenos furtos por parte de brasileiros no ano de 2001, que foram posteriormente detidos. Dada a tensão latente entre os dois grupos, o facto adquiriu imediata visibilidade, e todo tipo de criminalidade e tráfico de drogas na região passou a ser associado a estes migrantes. Por outro lado, este clima de desconfiança teve um papel central no desenvolvimento de duas intervenções policiais que marcam a história das relações entre a "comunidade nacional" e estes migrantes. A primeira refere-se às comemorações do campeonato do mundo de 2002, subitamente interrompidas pela chegada de um grande contingente policial, que dispersou a multidão "desordeira" através do uso de cacetetes. No início de 2003, ocorreu a designada Operação Galera, que abordarei em mais pormenor de seguida, cujos objectivos oficiais foram o da apreensão de "imigrantes ilegais". A ilegalidade, e a criminalidade a ela associada, tem assim vindo a assumir, cada vez mais, um papel central nas representações que os residentes nacionais da Costa mantém sobre os brasileiros presentes.

Numa entrevista com Léo, um dos migrantes não documentados detidos na referida Operação, este defende o direito dos brasileiros de permanecerem e trabalharem em Portugal nos seguintes termos:

«Os brasileiros aqui da Costa são gente honesta, que só quer trabalhar e voltar pra casa… o cara se mata de trabalhar, e é tratado como criminoso (…) eles é que são ladrões, que roubaram o Brasil durante séculos… os portugueses que foram para lá eram aqueles que eles não queriam aqui, os criminosos e delinquentes… eles se esquecem que o Brasil veio de Portugal.»

Léo

Podemos verificar na experiência dos mais variados migrantes, a produção de discursos e práticas de resistência e subversão, que desafiam estruturas e categorias hegemónicas (ver Malkki, 1995), e que procuram legitimar a sua presença e condição clandestina (Sales, 1998). No discurso de Léo e de outros brasileiros presentes na Costa, a legitimidade do não documentado é antes de mais baseada na marcação de uma distinção radical entre trabalho e criminalidade. Opõe-se assim à "ilegalização" imposta pelo estado, que faz equivaler ambas as práticas para os migrantes não documentados. Para além disso, aponta para um sentido de moralidade histórica, baseado no constante fluxo entre ambos os países que perspassou os últimos séculos. Nos discursos dos migrantes entrevistados na Costa, estão presentes diversos elementos da complexa relação identitária entre Portugal e Brasil, em que tanto a filiação como a marcação de fronteiras remete para o português que explora o brasileiro, mas que é "burro", "ignorante" e "mal educado". O facto dos contactos entre migrantes e nativos resumirem-se em geral à relação entre patrão e empregado apenas amplia estas representações negativas, pelas suas próprias condições laborais. Assim, o sentido de pertença a uma "comunidade brasileira" na Costa, ligada a uma identidade colectiva, se refere sobretudo a esta oposição ao cidadão nacional, bem como às experiências comuns destes migrantes em relação às suas condições de discriminação, exploração e ilegalidade impostas.

No que se refere às acções estatais, uma das convergências que podem ser traçadas entre os estados que hoje se debatem com a questão da "imigração ilegal" prende-se com uma abordagem progressivamente policizada e mesmo militarizada. Se nos Estados Unidos a fronteira com o México se constitui num verdadeiro "teatro de guerra" (ver, por exemplo, Heyman 1994 e 1999), assistimos hoje na Europa à construção de espaços simbólicos similares, como no caso da fronteira espanhola com Marrocos em Ceuta, e o aumento do policiamento das águas mediterrânicas e suas costas (Agrela, 2002). Em ambos os casos, a mediatização destes espaços tanto transmite um sentido de controle e segurança às populações nacionais, por parte dos estados, como amplifica as associações entre "imigração" e "ilegalidade", especialmente em relação às identidades a que se referem ("latina" no primeiro caso e "árabe" no segundo). A ênfase simbólica em determinadas fronteiras e neste tipo de "invasão" dos territórios nacionais prende-se no

entanto com um défice de controle noutras: as entradas através de postos de fronteira e aeroportos, sejam elas por meios ilegais como a falsificação de documentos, ou legais como o uso da categoria de "turista", parecem ser hoje muito mais utilizadas na Europa que as entradas através das fronteiras mais "mediáticas" (Martin, 1995: 194). No que se refere aos migrantes brasileiros em causa, e apesar do aumento do policiamento e vigilância nestes espaços fronteiriços, a categoria de "turista" confere-lhes uma relativa mobilidade.

Esta porosidade é uma característica inerente à própria fronteira, na sua condição de elemento central na relação entre estados e entidades políticas. Dada a impossibilidade de um total controle das fronteiras externas, a presença de migrantes não autorizados no território leva a que as acções de regularização da "ordem interna" se caracterizem sobretudo pela vigilância de fronteiras internas, através de acções regulares de controle do campo de ilegalidade, como a fiscalização a obras e outros locais de trabalho dos migrantes. No entanto, a tendência de tratar a questão da "imigração ilegal" como caso de polícia está bem patente na referida intervenção policial designada como "Operação Galera". Verificamos aqui o papel central das representações produzidas pelos nacionais da vila em relação aos migrantes, já que a operação parece ter sido efectuada como resposta aos seus anseios, marcando a acção das autoridades nesta localidade.

O dia escolhido foi um domingo, 2 de fevereiro 2003, em que migrantes e nacionais se encontram de folga, e partilham as ruas com um grande número de turistas de ocasião, na sua maioria da capital. O local escolhido foi precisamente a praça, localizada no centro da vila, que como anteriormente referido se constituía no principal local de encontro e sociabilidade para muitos dos brasileiros na Costa de Caparica, possuindo simultaneamente um elevado valor simbólico para os naturais da localidade. Léo descreve assim os acontecimentos:

«Eu tava indo com a minha esposa e o meu violão para a igreja… A gente viu movimento, mas como a praça era muito movimentada, a gente não ligou, e foi entrando. Aí a gente viu um monte de policias… Aquilo parecia uma tática de guerra, policiais com fones de ouvido e armas pesadas, não entendi pra quê, acho que eles pensaram que estava lá um povo terrorista, não sei pra quê tanta arma… tinha ônibus, tinha jipe, carro pequeno… De repente, aparece um homem na nossa frente e pede os documentos…»

Léo

A estratégia de acção da operação foi o da criação de um círculo de policiais armados em torno da praça, que se ia então progressivamente fechando, e a alguns dos transeuntes era pedida a identificação. O critério de selecção dos agentes da autoridade foi a abordagem a todos aqueles que aparentassem uma nacionalidade estrangeira, fosse pela cor da pele ou sotaque. A quem provasse nacionalidade portuguesa era permitido que abandonasse o círculo, e no interior deste ficavam todos os "imigrantes", mesmo que apresentassem documentos válidos de residência ou trabalho. Por outro lado, revelando as tensões latentes entre os grupos, muitos dos "cidadãos nacionais" optaram por prestar auxílio aos agentes da autoridade, gritando e apontando diversos indivíduos, identificando-os como brasileiros, que eram assim também detidos. Foi deste modo que, estando o círculo fechado, enocontravam-se cerca de 200 pessoas no seu interior. Não havendo veículos suficientes para o seu transporte, foi criado pelos agentes policiais um cordão humano que ligava a praça à esquadra local, e os migrantes viram-se obrigados a desfilar nesse corredor ao longo da vila. Chegando ao destino, foram mantidos várias horas no pátio, rodeados por metralhadoras, até que se verificasse a autenticidade de todos os documentos. No fim, apenas 42 eram ilegais, e os outros 150 foram libertados. Para os que ficaram, estava reservada uma noite na esquadra. De manhã, foram levados para o tribunal de Almada, e ouvidos por um juíz. Como resultado final da operação, foram no mesmo dia também libertados, ficando apenas com a obrigação de se apresentarem regularmente perante o tribunal, dando conta da sua presença em território nacional.

Podemos traçar algumas consequências da intervenção, tanto a curto como longo prazo. Desde logo, permitiu ao estado adquirir alguma informação acerca dos migrantes brasileiros presentes na Costa, ao mesmo tempo que permite um certo controle dos "ilegais" apanhados através da apresentação periódica. Por outro lado, a não expulsão pode ser entendida pela evidente falta de meios do estado português para o fazer.

Em termos da relação entre estado e "cidadãos nacionais", a Operação Galera parece ter atingido o objectivo de tranquilizar a população local, transmitindo uma imagem de capacidade estatal do controle do espaço nacional e manutenção da ordem pública e social. Através de uma demonstração de força, afirma-se neste evento a força da lei e a intolerância perante qualquer tipo de ilegalidades, sejm elas de ordem criminal ou ligadas à presença não autorizada no território. No entanto, emerge daqui o pressuposto de que ambas se situam no mesmo campo, exterior à lei, postulando-se assim uma equivalência de intencionalidades e moralidade de um e de outro, e portanto também dos modos de lidar com estas ilegalidades.

Na Operação Galera, marca-se a fronteira entre estes migrantes e os cidadãos nacionais, entre a ordem social "legal" e o campo da desordem. As associações representacionais em relação a esta alteridade foram não apenas extremadas pela intervenção, mas estenderam a marca da "ilegalidade" a todos migrantes brasileiros da Costa, "legais" ou "ilegais", num processo público e colectivo que opera a naturalização destas representações: se todos os brasileiros foram presos, por uma polícia fortemente armada, então de certeza que muitos deles seriam criminosos. Esta parece ter sido a posição da maioria dos locais, mesmo durante a própria intervenção, que justifica a colaboração activa de alguns dos "cidadãos nacionais" presentes. Naquele evento sociológico e cultural, colapsaram as divisões entre as categorias de brasileiro e "ilegal", "imigrante" e criminoso, sendo impostas aos sujeitos e inscritas no seu próprio corpo. Se as fronteiras entre "cidadão nacional" e "imigrante" se afirmam absolutas, aquelas entre "imigrante ilegal" e "imigrante legal" tornaram-se aqui difusas.

Em relação às consequências para os migrantes, estas referem-se sobretudo ao medo, tanto para documentados como não documentados. Todas as entrevistas referiam um grande aumento deste sentimento entre eles, medo de se deslocar, medo de falar e sociabilizar sobretudo com portugueses, medo de ser visto, de ser ouvido. Durante muitos meses, a praça deixou de ser o local privilegiado de encontro, e o número de brasileiros que circulavam nas ruas da localidade diminuiu. A operação resultou portanto numa maior invisibilização, afastando-os do espaço e do olhar público, remetendo-os para uma maior reclusão e limitação espácio-temporal e social. Deste modo, as abordagens policiais e criminais da questão "imigração ilegal", tais como as fiscalizações, policiamento e detenções, tem tido como efeito prático na experiência destes migrantes um afastamento forçado da "ordem social" pública e visível. Esta acção estatal apenas vem realçar os modos e processos pelos quais se produzem as fronteiras de "ilegalidade" destes migrantes, nas múltiplas dimensões da sua experiência: não eliminando a sua presença física do território, o excluem social e simbolicamente.

Conclusão

As relações acima abordadas entre portugueses e brasileiros não reflectem qualquer diferença essencial entre eles, mas constituem-se como apenas uma de entre várias configurações identitárias. Tal como refere Machado, não existe em Portugal apenas um "brasileiro", mas toda uma diversidade de identidades que vão desde o "ilegal" acima descrito, até ao trabalhador exótico de bares e restaurantes, ou as prostitutas capazes de ameaçar a ordem familiar e social de uma comunidade, como no mediático caso das "mães de Bragança" (Machado, 2007). Evidentemente, para além destes exemplos onde a diferença "nacional" é predominante, podemos ainda encontrar em Portugal uma miríade de formas de filiações e solidariedades entre portugueses e brasileiros que, ao invés da criação de conflito social, permitem a relativização das fronteiras entre eles.

Para realçar o carácter processual das identidades, e a sua imersão em práticas e relações contextuais, podemos ainda alargar o nosso foco espacial. Ao longo do trabalho de pesquisa em curso, efectuado noutros países da União que não Portugal, verificamos que a condição pós-colonial em geral, e a língua portuguesa em particular, assumem um papel activo na construção das experiências e relações sociais de inúmeros migrantes. O falar português adquire efectiva capacidade de criação de laços entre portugueses, brasileiros, angolanos, e mesmo nativos, num tipo de identidade "lusófona" que, não se substituindo as nacionais, rearranja as relações entre elas e fornece um campo de relacionamento mútuo.

Assim, no exemplo de Berlim na Alemanha, torna-se quotidiano portugueses ou ango-

lanos terem como local de encontro e sociabilidade os bares brasileiros, onde todos compartilham uma exterioridade à sociedade e cultura alemã. Aqui, todos estes actores se constituem como "imigrantes". Os nativos alemães assumem o papel de um Outro, o que permite aos "lusófonos" a construção de similaridades entre si, e partilha de caracteres comuns. Não se estranha por isso que, nas festas de carácter nacional, como um churrasco brasileiro ou uma sardinhada portuguesa, os convidados privilegiados sejam os falantes da língua portuguesa. Este procedimento permite a criação de um espaço de relativa facilidade de comunicação e compreensão cultural, dada a longa história de relações e (re)conhecimentos mútuos entre os seus países.

Também em Praga na República Checa, a presença de todos estes migrantes num espaço que é exterior ao seu, leva à construção deste tipo de filiações e relações sociais. Em particular, a experiência de colaboração com o Centro de Língua Portuguesa, ligado ao Instituto Camões e à Universidade de Praga, leva-nos a reflectir sobre situações em que o ensino da língua, e os nativos que a aprendem, têm o seu papel no estabelecimento de relações entre migrantes. Nas linhas programáticas do Centro para 2006/2007, tornou-se prioritário o desenvolvimento de projectos que tenham em conta a pluralidade das expressões em língua portuguesa, procurando assim uma abertura à participação dos seus variados falantes (Ramos, 2006). Verificamos que o privilegiar de um conceito de "lusofonia", em actividades culturais e sociais, tem levado a que estas se constituam num espaço de sociabilidade, onde são os próprios falantes checos que muitas vezes se tornam o pólo aglomerador de relações e solidariedades entre lusófonos.

A complexidade das relações entre seres humanos, a sua imersão em contextos económicos e sociais particulares, tal como em estruturas de poder e dominação, deveria nos levar a reflectir sobre a linha radical que tende a separar "nacionais" e "imigrantes", tal como as concepções ideológicas e políticas que as baseiam. Na imaginação de um Estado-Nação homogéneo e integrado, o migrante teve de ser territorializado, ou seja construído como "imigrante", através de uma miríade de representações e práticas formais e informais, de modo a evitar uma imaginada dissolução da unidade original. O seu movimento passa a ser representado como uma penetração do estranho no espaço do Nós, e a categoria socio-política do "imigrante" gerada pela lei tende a constituí-lo como excesso, dotado de uma exterioridade essencial. Os efeitos da sua presença apenas podem ser minorados através do pressuposto de equivalência entre tempo de presença e grau de integração. Assim, e se aceitarmos que o poder produz indivíduos, dominios de objectos e rituais de verdade (Machado, 1992: XVI), então as categorias legislativas, participando na experiência dos actores e na constituição de relações de poder, vai efectivamente produzir individuos como "cidadãos nacionais", "imigrantes" e "imigrantes ilegais", que se tornam característicos dos estados–nação modernos.

No caso dos não documentados, a ilegalização da sua presença reflecte-se directamente nas suas relações com o estado e com a sociedade nacional. A necessária invisibilidade pública e simbólica do campo da ilegalidade obriga a que a voz e a acção do migrante "ilegal" estejam ausentes das representações mais vastas que sobre eles se constroem, abrindo espaço para a imposição de imagens naturalizadas e essencializantes. O "brasileiro ilegal" é assim associado ao campo simbólico da marginalidade e mesmo da criminalidade, exterior à ordem legal e social, constituindo-se como ameaça à sociedade. Por outro lado, a produtividade e necessidade do seu trabalho são invisibilizados, postulando-se que ocupa empregos que de direito pertenceriam aos cidadãos nacionais, e até mesmo a outros migrantes com a situação regularizada.

Pelas informações presentes nas suas narrativas de mobilidade e de trabalho, em relação às condições em outros pontos do país e ao contacto com outros não documentados, a instabilidade, reclusão e apagamento social parecem ser características que predominam na experiência dos "imigrantes ilegais". O seu contexto mais vasto caracteriza-se por uma Europa que, tendo se tornado dependente do trabalho estrangeiro para o funcionamento de sectores cruciais da economia e para a manutenção de altos padrões de vida (ver por exemplo Mayer, 1975, cit. in: Sales, 1998: 92), nunca dispôs na sua história recente de narrativas que permitissem a integração do Outro no seu próprio espaço e tempo, de um modo que não fosse desigual, subalterno,

e carregado de uma componente essencial de exterioridade. Agora, em plena "crise identitaria", recoloca as barreiras entre si e os seus Outros, na produção de uma "nova cortina de ferro" (Balibar, 1991: 9). Os não documentados, fisicamente incluídos através do seu trabalho, efectivamente inseridos em relações laborais, sociais e de poder, são socialmente excluídos da comunidade nacional imaginada pela ilegalização da sua presença. A sua "ilegalidade" não se refere por isso meramente à condição de determinados migrantes não autorizados, que idealmente deveriam ser expulsos do espaço tempo nacional. Pelo contrário, parece apontar, em termos práticos, para a produção de um tipo específico de indivíduos, parte constituinte das sociedades actuais: o "*imigrante ilegal*", com condicionamentos, modos de inserção e existência próprios, caracterizados em diferentes locais tanto por similaridades, decorrentes desta ilegalização, como por especificidades contextuais (Oliveira, 2006).

No desenvolvimento de um "novo" espaço, como o da União Europeia, a "imigração ilegal" tem se constituído como um "problema" social de enorme visibilidade, tendo implicações decisivas tanto para a construção das suas fronteiras, como da ordem social no seu interior. Emerge daqui a necessidade de uma reflexão em torno das concepções que orientam as nossas categorias identitárias legais e informais, os nossos sentidos de pertença ou comunidade. Na Europa (como no mundo) pensar as identidades nacionais, a cidadania e o conceito de imigrante torna-se imprescindivel, no sentido da produção tanto de orientações políticas como de significações sociais que valorizem novas e múltiplas formas de pertença, afiliação e solidariedade. Talvez possa ser este um passo para a construção de uma cidadania que, tal como refere Rosaldo, não se caracterize apenas pela possessão de um papel, mas seja concebida em relação a sujeitos agindo e reclamando espaço, de acordo com as suas práticas e relações culturais e, acrescento, aspirações pessoais e colectivas. Trata-se assim de ser visível, ser ouvido, e pertencer (Rosaldo, 1997: 37). Por outro lado, herdar acriticamente um sentido de cidadania e pertença exclusor e exclusivista, construido no contexto de espaços nacionais tidos como unidades essenciais e bem delimitadas, pode levar ao invisibilizar, ao silenciar, e à exclusão dos "Outros" que contém dentro de si.

BIBLIOGRAFIA

AGRELA, Belén, 2002, *Spain as a Recent Country of Immigration: How Immigration Became a Symbolic, Political, and Cultural Problem in the "New Spain"*. The Center for Comparative Immigration Studies, Working Paper No. 57, August, 2002.

ALMEIDA, Miguel V., 2002, "O Atlântico Pardo: Antropologia, Pós-colonialismo e o Caso «Lusófono»", in: Bastos, C., Almeida, M. V., Feldman-Bianco, B., 2002, *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 23–37.

AMIN, Samir, 1974, *Accumulation on a World Scale: A Critique of the Theory of Underdevelopment*, New York: Monthly Review Press.

ANDERSON, Benedict, 1983, *Imaggined Communities: Reflection on the origins and Spread of Nationalism*, New York: Verso.

BADE, K., 2003, *Migration in European History*, Malden: Blackwell Publishing.

BAGANHA, Maria I., FERRÃO, João, MALHEIROS, Jorge, (coord.), 1998, *Os movimentos migratórios externos e a sua incidência no mercado de trabalho em Portugal*, IEFP, Relatório Final, 2 vols., 1998.

BAGANHA, Maria I., GÓIS, Pedro, 1999, "Migrações Internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos?", in: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52/53, Novembro 1998 / Fevereiro 1999.

BAGANHA, Maria I., 2001, "A Cada Sul o seu Norte: Dinâmicas Migratórias em Portugal", in: Santos, Boaventura S. (org.), 2001, *Globalização: Fatalidade ou Utopia?*, Porto: Afrontamento, pp. 135–157.

BALIBAR, Étienne, 1991, "Es gibt keinen Staat in Europa: Racism and Politics in Europe Today", *New Left Review*, nº 186, Março / Abril 1991.

BASSANEZI, Maria S. C. B., 1995, "Imigrações Internacionais no Brasil: um Panorama Histórico", in: Patarra, Neide (coord.), 1995, *Emigração e Imigração internacionais no Brasil contemporâneo*, FNUAP, São Paulo, pp. 1–38.

COUTIN, Susan B., 2000, *Legalizing Movements: Salvadorean Migrant's Struggle for U.S. Residency*, Ann Arbor: University Michigan Press.

DE GENOVA, Nicholas, 2002, "Migrant "Illegality" and Deportability in Everyday Life",

Annual Review of Anthropology, October 2002, Vol. 31, pp. 419–447.

FELDMAN-BIANCO, Bela, 2002, "Entre a Fortaleza da Europa e os Laços Afectivos da "Irmandade" Brasileira", in: Bastos, C., Almeida, M., Feldman-Bianco, B., 2002*, Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

FITZPATRICK, Peter, 1992, *The Mithology of Modern Law*, New York: Routledge.

FOUCAULT, Michel, 1977, *Discipline and Punish: the Birth of the Prison*, London: Penguin Books.

GILROY, Paul, 1996, "Route Work: The Black Atlantic and the Politics of Exile", in: Chambsers, I., Curti, Lidia (eds.), *The Post Colonial Question*, Londres: Routledge, pp. 17–29.

HANSEN, T., STEPPUTAT, F., 2001, "Introduction: States of Imagination", in: Hansen, T., Stepputat, F., 2001, *States of Imagination: Ethnographic Explorations of the Post Colonial State*, Durham and London: Duke University Press, pp. 1–40.

HEYMAN, J. M., 1994, "The Mexico-United States Border in Anthropology: A Critique and Reformulation", *Journal of Political Ecology*, Vol. 1.

HEYMAN, J., SMART, Alan, 1999, "States and Illegal Practices: An Overview", in: Heyman, J. (ed.), 1999, *States and Illegal Practices*, New York: Berg, pp. 1–24.

HEYMAN, J., 1999, "State Escalation of Force: A Vietnam / US – Mexico Border Analogy", in: Heyman, J. (ed.), 1999, *States and Illegal Practices*, New York: Berg.

HOLLOWAY, J., 1995, "From Scream of Refusal to Scream of Power: the Centrality of Work", in: Bonefeld, W., Gunn, R., Holloway, J., Psychopedis, K. (eds.), 1995, *Open Marxism III: Emancipating Marx*, London: Pluto.

KIDDER, Robert, 1979, "Toward an integrated Theory of Imposed Law", in: Burman, S. B., Harrel-Bond, B. (eds.), *The Imposition of Law*, New York: Academic Press, p. 2.

MACHADO, Roberto, 1992, "Introdução: por uma Genealogia do Poder", in: Foucault, Michel, 1992, *Microfísica do Poder*, Machado, Roberto (org.), Rio de Janeiro: Edições Graal.

MACHADO, Igor J. R., 2001, *Estereótipos e representações cruzadas: brasileiros no Porto, Portugal*, Exame de Qualificação para Tese de Doutorado, Campinas: Unicamp.

MACHADO, Igor J. R., 2002, "Cárcere público: os estereótipos como prisão para os imigrantes brasileiros no Porto, Portugal", *Revista Temáticas. Revista dos Pós Graduandos Em Ciências Sociais do IFCH*, Unicamp, Campinas, vol. 10, nº 19/20, pp. 120–152.

MACHADO, Igor J. R., 2007, "Reflexões sobre a imigração brasileira em Portugal", *Nuevo Mundo Mundos Nuevos,* Número 7 – 2007, mis en ligne le 7 juin 2007, referência de 21 de fevereiro de 2008, disponível em: http://nuevomundo.revues.org/document5889.html.

MALKKI, Liisa H., 1995, "Refugees and Exile: From, the "Refugge Studies" to the National Order of Things", *Annual Review of Anthropology*, nº 24, pp. 495–523.

MARTIN, Phillip L., 1995, "Germany: Reluctant Land of Immigration", in: Cornelius, W., Martin, P., Hollifield, J. (eds.), 1995, *Controlling Immigration: A Global Perspective*, Stanford: Stanford University Press.

MASON, P., 1990, *Deconstructing America: Representations of the Other*, London – New York: Routledge.

OLIVEIRA, Sergio P., 2006, "Sem lenço, sem documento: brasileiros não documentados em Portugal", in: Machado, I. (org.), 2006, *Um mar de identidades: A imigração brasileira em Portugal*. São Carlos: Edufscar.

OLIVEIRA, Sergio P., 2007, "Novas Comunidades Lusofonas: migrações e pós-colonialismo", Conferência apresentada no Centro de Língua Portuguesa – Instituto Camões / Universidade Carlos, Praga, República Checa.

RAMOS, Joaquim, 2006, "Apresentação do Programa Anual do Centro de Língua Portuguesa", Centro de Língua Portuguesa – Instituto Camões / Universidade Carlos, Praga, República Checa.

RIBEIRO, Gladys, 1990, *Mata Galegos: os portugueses e os conflitos de trabalho na República Velha*. São Paulo: Brasiliense.

ROSALDO, R., 1997, "Cultural Citizenship, Inequality, Multiculturalism", in: Flores, William, Benmayor, Rina (eds.), 1997, *Latino Cultural Citizenship: Claiming Identity, Space, and Rights*, Boston: Beacon Press, pp. 27–38.

ROWLAND, Robert, 2002, "A Cultura Brasileira e os Portugueses", in: Bastos, Cristina, Almeida, Miguel V., Feldman-Bianco, Bela,

2002, *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

SALES, Teresa, 1998, "A legitimidade da condição clandestina", in: *Travessia – Revista do Migrante*, Jan – Abr 1998, pp. 13–16.

THOMAZ, Omar R., 2002, "Tigres de Papel: Gilberto Freyre, Portugal e os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa", in: Bastos, Cristina, Almeida, Miguel V., Feldman-Bianco, Bela, 2002, *Trânsitos coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

TODOROV, T., 1982, *La Conquête de L'Amerique: La Question de l'Autre*, Paris: du Seil.

TORPEY, J., 2003, *A Invenção do Passaporte: vigilância, cidadania e o Estado*, Lisboa: Temas e Debates.

VIEIRA, Nelson, 1991, *Brasil e Portugal, a imagem recíproca: o mito e a realidade na expressão literária,* Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 243–250

APOYO DE LA COMUNIDAD CHECA RESIDENTE EN ECUADOR AL GOBIERNO DE LONDRES DEL PRESIDENTE BENEŠ*

por KAREL KONEČNÝ
(Universidad Palacký, Olomouc)

En la época de entreguerras, Ecuador se encontraba prácticamente fuera de la esfera de interés de la política exterior checoslovaca. Las relaciones mutuas, tanto comerciales como culturales, eran igualmente insignificantes, lo cual estaba estrechamente relacionado con el pequeño número de checos (y eslovacos) residentes en esta exótica tierra, poco conocida para nuestro país. Es por ello, que el Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Checoslovaca no vio la necesidad de abrir en Quito una embajada independiente, por lo que Ecuador pasó a formar parte de la agenda de la Embajada checoslovaca de Colombia.

En los años treinta aparecen indicios de un mayor interés por el olvidado Ecuador, cuando se establecen a largo plazo representantes de algunas empresas checas, que intentan examinar las condiciones del lugar y crear las condiciones para eventuales exportaciones de sus empresas. Entre ellos estaban, por ejemplo, Vratislav Trčka, representante de la empresa Škoda de Pilsen, algunos checos que querían penetrar en el sector cervecero ecuatoriano (los hermanos Kubeš), o en el campo de la agricultura (la familia Žák), y otros en el área de la industria química. Poco después del estallido de la guerra, se presentó a los representantes de la Junta Checoslovaca Americana (*Československá rada americká*) de Chicago, Jiří Vyskočil, quien dijo llevar 16 años asentado en Ecuador como representante oficial del Instituto de Comercio Checoslovaco. Entre varias decenas de compatriotas de los años treinta, destacaron Federico H. Bloch y Svatopluk Antonín Mrázek. El primero se impuso de manera extraordinaria como virtuoso pianista del grupo de Teatro Nacional de Quito, al mismo tiempo que también actuaba como redactor de radio de una de las principales cadenas del país. A su vez, S. A. Mrázek, gracias a las prácticas médicas realizadas con enorme éxito, se encontraba entre las conocidas personalidades de Guayaquil, la ciudad más grande de Ecuador. S. A. Mrázek, junto con su madre Justine Mrázková, propagaron su país de origen y su cultura en los círculos de la ciudad, con ocasión de los eventos sociales más significativos[1]. En el año 1937 se asentó también de manera permanente en Guyaquil un exoficial del Ejército checoslovaco, el comandante Vladimír Majzl, quien intentó dedicarse al comercio exterior, aunque sin éxito. A su vez, no disimuló su interés por la política y, como más tarde se vio, ni siquiera evitó un trato estrecho con los alemanes del lugar.

En relación con las tiranteces crónicas entre Ecuador y Perú por las disputas fronterizas del extenso territorio alrededor de las fuentes del Amazonas (en verano de 1941 crecieron las tensiones hasta convertirse en un conflicto armado regular)[2], la fábrica de armas Zbrojovka de Brno tuvo un particular presentimiento de que se abrían nuevas posibilidades en el mercado ecua-

* El estudio se realizó con el apoyo financiero del proyecto GAČR 409/06/0515.

[1] Existen menciones particulares sobre estos ciudadanos checoslovacos en 15 legajos de los fondos denominados Archivo Londinense (LA) y Archivo Londinense-reservado (LA-D), guardados en el Archivo del Ministerio de Asuntos Exteriores de Praga (AMZV). Un tercer fondo importante para este tema, en el mismo AMZV, es la Sección territorial (TO-O), legajos 1–2. Igualmente el legajo n. 79 del Fondo *Archives of Czechs and Slovaks Abroad* (ACASA), guardado en la Biblioteca Regenstein de la Universidad de Chicago contiene información complementaria sobre la actuación de checos en Ecuador antes de la II Guerra Mundial.

[2] Comparar con *Ecuador. A Country Study. Washington*, Library of Congress 1992, pp. 29–30.

toriano. Por ello, la empresa, envió a Quito a un representante permanente, Robert Bartuš, quien se orientó muy bien en los círculos más altos de la sociedad y se convirtió en poco tiempo en yerno del presidente del Tribunal Supremo y miembro del Senado. El ingreso en la élite social de la capital le abrió las puertas para negociar con los representantes del Ministerio de Defensa y del Ejército, con los que concertó contratos para el envío de cantidades considerables de armas y munición checas. Su excepcional posición le dio derecho a considerarse portavoz informal de todos los ciudadanos checoslovacos de Ecuador en los años treinta y cuarenta. Como en poco tiempo se demostró, precisamente los contratos de armamento entre Zbrojovka de Brno y el gobierno de Ecuador fueron la clave que facilitó la entrada en Ecuador de cientos de checos y eslovacos de origen judío, después del estallido de la guerra, permitiéndoles salvar la vida. Cuando en otoño de 1938 después del Acuerdo de Munich, comenzaron a extenderse aires antisemitas en la sociedad checa y eslovaca, el ingenioso R. Bartuš consiguió pactar un acuerdo de tres páginas entre el Ministerio de Asuntos Sociales de Checoslovaquia, la fábrica de armas Zbrojovka de Brno y el gobierno de Ecuador, según el cual el gobierno de Ecuador reconocía el impago de la deuda del envío de armas por valor de varios millones de coronas. El gobierno de Quito ofrecía en compensación la acogida de varias decenas de familias de refugiados políticos bajo condiciones especiales. Así, por ejemplo, no tuvieron que pagar el visado de entrada, que era por entonces bastante caro, y se les permitió participar rápidamente en la agricultura e industria locales. Por otra parte, tuvieron que aceptar la prohibición de emprender en el comercio[3].

De este modo, a finales de 1938 aparecieron en Ecuador, según informes incompletos, las primeras 42 familias de refugiados, llegadas en dos grupos. A diferencia de los que habían llegado voluntariamente de Centroeuropa en años anteriores, estos nuevos refugiados se hallaron en un ambiente cultural y climático totalmente desconocido, al que difícilmente se acostumbraban. En su país de origen, los cabezas de familia tenían en su mayoría profesiones prestigiosas como, por ejemplo, abogados, médicos, altos funcionarios, grandes artistas y pertenecían a las capas ricas de la sociedad. Con la huida a América Latina salvaron la vida ellos y los miembros más próximos de sus familias, pero perdieron sus propiedades. En Ecuador, por tanto, se encontraron sin medios, solo disponían de las modestas aportaciones sociales del gobierno anfitrión y de los regalos y colectas de organizaciones internacionales. No se sintieron excesivamente atraídos por su nuevo país, considerándolo solo un lugar provisional, desde el que intentarían llegar lo más rápidamente posible a otros, en especial a los Estados Unidos. Pero semejante posibilidad se concedía en esa época exclusivamente a personas individuales, por lo que tuvieron que adaptarse a su situación y aceptar las difíciles condiciones de vida del desconocido país.

Después de la desaparición de Checoslovaquia del mapa político de Europa a mediados de marzo de 1939, Ecuador se unió a los países, que no tuvieron problema en aceptar la definitiva disolución del Estado checoslovaco. El 17 de mayo de 1939, Ecuador reconoció el Estado independiente de Eslovaquia[4]. La visión de la élite social, y a la postre de la mayor parte de la opinión pública ciudadana de los dramáticos sucesos de la lejana Centroeuropa a finales de los años treinta, se vio fuertemente influenciada en Ecuador, al igual que en el resto de países latinoamericanos, por las numerosas y bien organizadas comunidades de compatriotas alemanes. Sus representantes, dotados generosamente de representaciones diplomáticas alemanas, consiguieron maquillar la agresiva política alemana hacia sus vecinos orientales, presentándola como una reacción justificada y natural a la presunta supresión de los derechos étnicos de las minorías alemanas. Los checos de Ecuador perdieron, además, la posibilidad de dirigirse a Colombia en busca de una eventual protección diplomática, cuando el ministro checo Josef Košek traspasó su función a los representantes con plenos poderes del Tercer Reich.

A pesar de todo, pocos compatriotas de Latinoamérica, incluídos algunos dispersos por Ecuador, tuvieron que sentirse totalmente abandonados después del crítico período de marzo de 1939. El Comité Nacional Checoslovaco de América (en checo Československá národní rada americká, ČSNRA), famosa organización de compatriotas que surgió ya en el año 1918 con

[3] AMZV, LA-D, legajo 154.
[4] AMZV, LA-D, legajo 64.

sede en Chicago[5], asumió la difícil tarea de mantener la continuidad del Estado checoslovaco, tanto en la conciencia internacional como entre los compatriotas repartidos por todo el mundo. De este modo, se abrió una nueva etapa de interés por Ecuador, al encontrarse en ese país todos los compatriotas checoslovacos más importantes, a los que Josef Martínek, eficiente secretario del ČSNRA, se dirigió por escrito urgente. El ČSNRA que, de acuerdo con las circunstancias, participó de manera significativa en la organización y propagación de la visita del expresidente E. Beneš a los Estados Unidos en marzo de 1939, fijó las siguientes tareas para los representantes de las colonias checoslovacas de todos los continentes, incluidos los checoslovacos de Ecuador: 1. Hacer frente de manera activa y con todo tipo de métodos a la propaganda alemana local, que se apoyaba en las fuertes colonias emigratorias alemanas, respaldadas por representaciones diplomáticas alemanas; 2. movilizar la opinión pública local para los asuntos de las democracias aliadas occidentales, con especial acento en el carácter democrático y pacífico de la anterior República Checoslovaca, trayendo expresamente a la memoria el papel del presidente T. G. Masaryk y de su sucesor E. Beneš; 3. dirigirse a todos los compatriotas checoslovacos, para que en nombre de la salvación de la patria y nación amenazadas, contribuyeran financieramente al Fondo Libertador del ČSNRA con cualquier suma (según constó en las memorias de J. Martínek, el ČSNRA contribuyó al gobierno en el exilio de Beneš en Londres con una cantidad de más de dos millones de dólares americanos). Posteriormente, apareció otro encargo espinoso: Procurar la posibilidad de asilo para ciudadanos checoslovacos de nacionalidad judía, que se hallaban en estado de peligro crítico en su patria anterior.

En Ecuador la primera reacción al llamamiento del ČSNRA fue por parte de la señora Justine Mrázková de Guayaquil. En junio de 1939 envió una carta a J. Papánek, en la que brevemente se presentaba como antigua asistente de diplomáticos checoslovacos en la Embajada de París. Al mismo tiempo, mencionaba expresamente su trabajo para el colaborador próximo de Beneš, Jan Opočenský. Según la señora Mrázková, los compatriotas estaban bien situados en Ecuador, sobre todo en Guayaquil, dispuestos a trabajar para E. Beneš. En julio de 1939 J. Papánek le dio las gracias por escrito a la señora Mrázková y le remitió al ČSNRA de Chicago. Tres días más tarde, el eficiente secretario del ČSNRA J. Martínek instruyó a la señora Mrázková para que fundara en primer lugar una asociación o sociedad de ciudadanos checoslovacos[6]. La asociación habría de dirigirse en la sesión constituyente al presidente Beneš, entregar a la central de Chicago informes por escrito para servicios de prensa y, sobre todo, intentar conseguir de los compatriotas aportaciones financieras. De la incompleta correspondencia conservada entre J. Martínek y varias personalidades de la serie de compatriotas checoslovacos era evidente, que los representantes de la Embajada alemana intentaban desbaratar cualquier intento de fundación formal. Esto partía de la colaboración con las mucho más numerosas y bien organizadas colonias alemanas locales de compatriotas, entregados a las ideas nazis, que se esforzaban en difamar por todos los medios a los aliados occidentales, incluídos los representantes checoslovacos de operaciones exteriores.

En mayo de 1940 llegó por fin a Chicago una notificación escrita de que la *Asociación checoslovaca* (en adelante solo *Asociación*) había sido creada de manera oficial. Al frente de la Asociación estaban el presidente Robert Bartuš y el licenciado K. Jajch, secretario de la misma. Se suscribieron doscientos compatriotas[7]. Las noticias de la Asociación llegadas a Chicago a lo largo del año 1940 no fueron en principio nada optimistas. En junio de 1940 la señora Mrázková escribió incluso que la presión alemana en los checos de Ecuador se intensificaba, de modo que a la colonia checa le dominaba el miedo, aumentado por noticias filtradas de un esperado golpe pronazi en el país. Es por ello que preferían no comprometerse a causa de su exilio en el extranjero y se mantenían a la expectativa. La propia señora Mrázková, por miedo a su propia seguridad, pedía a J. Martínek que le gestionara un visado para los Estados Unidos. El abnegado secretario del ČSNRA, siempre dispuesto a ayudar a personas oprimidas, se dirigió directamente a J. Hurban en Washington, quien tuvo en cuenta el anterior trabajo de la señora Mráz-

[5] Comparar con Martínek, Joseph, *The Czechoslovak National Council of America*. Chicago 1962, pp. 4–6.
[6] ACASA, legajo 79.
[7] AMZV, fondo LA 1939–1945, legajo 478.

ková en los servicios diplomáticos checoslovacos, y le pudo obtener un visado preferente e incluso un trabajo en el Consulado checoslovaco de Nueva York a finales de 1941. La suerte posterior de esta señora, no interesaría con toda probabilidad a nadie de las personas de las altas esferas de las operaciones checoslovacas exteriores en Estados Unidos o Gran Bretaña, a no ser por la carta que recibió Jan Papánek al poco de su llegada de un tal comandante Vladimír Majzl de Ecuador, quien advertía a Papánek de que la señora Mrázková era una persona poco fiable, afirmación que incluso comunicó por escrito más tarde al ministro plenipotenciario de Buenos Aires František Kadeřábek[8]. Entre otras cosas, el comandante Vladimír Majzl expresaba, por supuesto, sus dudas sobre toda una serie de checos, difamando, ante todo, a la familia del abogado de origen judío de Brno, Dr. Vichs. La fiabilidad del autor de la carta se apoyaba, entre otras cosas, en el hecho de que en los años veinte había sido asignado al segundo departamento del cuartel general del Ministerio de Defensa Nacional (MDN), donde fueron muy valorados no solo sus conocimientos de idiomas, sino también todos sus resultados profesionales. En 1928 este oficial se fue por propia iniciativa a servir al banco de la Legión (*Legiobanka*) y finalmente representó a empresas extranjeras checoslovacas de América Latina. Lógicamente, el MDN del ministro Ingr contaba con el comandante V. Majzl como organizador potencial de propaganda activa en Ecuador entre los refugiados checoslovacos que quisieran servir al Ejército checoslovaco en el exterior. El MDN, por el contrario, se mostró escéptico respecto a la persona del teniente coronel artillero František Beneš, segundo oficial superior del Ejército de preguerra, que se movía por aquel entonces por Ecuador y que se había ofrecido personalmente para el papel de organizador del reclutamiento de voluntarios. De todos modos, no todas las referencias sobre la persona del comandante V. Majzl eran positivas. En contra suya se expresó el ministro plenipotenciario de Chile, Smetana, en su correspondencia con Londres. También por estos motivos y debido a las frecuentes cartas del comandante V. Majzl con críticas de gran cantidad de compatriotas checoslovacos de Ecuador, la Embajada checoslovaca de Washington ordenó someter a la señora Mrázková a un minucioso interrogatorio, quien, por su parte, se negó desde el principio a hablar de las relaciones entre compatriotas checoslovacos al 1er consejero del consulado de Nueva York, el Dr. K. Červenka y a su colega, el ingeniero Polodna. Tan solo en presencia de su hijo Svatopluk dio un detallado testimonio, en el que manifestó sus fuertes sospechas de que el matrimonio Majzl eran agentes pagados por la Embajada alemana de Ecuador. Basó estas afirmaciones en sus ocasionales pero repetidas observaciones de los habituales encuentros en fiestas sociales. La señora Majzl no solo había confiado a la señora Mrázková bajo el efecto de su embriaguez, su admiración por los éxitos bélicos de la Wehrmacht, sino que, más de una vez, le había insinuado la posibilidad de una recepción amistosa por parte de las autoridades de la Embajada alemana. La señora Mrázková había preferido no reaccionar a semejantes invitaciones e intentar salir de Ecuador para Estados Unidos lo antes posible. Después explicó a los diplomáticos que la investigaban, que estaba disgustada por las circunstancias de Ecuador y no quería hablar de ello, porque se avergonzaba de la confianza, que como representante de la colonia checoslovaca había profesado desde el principio hacia el matrimonio Majzl. Su testimonio se hizo más fidedigno, cuando lo confirmó cierto emigrante, el ingeniero Gratz de Chile. También él confesó, que todavía durante su corta estancia se había dejado engañar por las palabras del comandante V. Majzl sobre su destacada misión como organizador del reclutamiento de soldados para el Ejército checoslovaco en el exterior. Sin embargo, según el ingeniero Gratz, en realidad el comandante V. Majzl solo tenía interés en los regalos financieros que él mismo estafaba. Desde la primavera de 1941 se rompió, por tanto, la confianza de las anteriores personas del movimiento de resistencia checoslovaco en el exterior hacia el comandante V. Majzl[9]. Lógicamente se ofrecía una alternativa en la persona del teniente coronel František Beneš, a quien desde Quito el Dr. Jan Brunclík había recomendado al MDN londinense, como persona adecuada para comenzar el reclutamiento de voluntarios checoslovacos. No obstante, el general S. Ingr contestó al Dr. J. Brunclík que "el te-

[8] AMZV, fondo LA-D, legajo 64.
[9] Los documentos conservados no mencionan nada sobre su suerte posterior.

niente coronel Beneš no tiene de momento tales cualidades como para poderle confiar semejante cometido"[10].

Desde finales de 1940, justo en el momento en que la señora Mrázková dejó el Ecuador, el gobierno ecuatoriano comenzaba a actuar de manera abierta en favor de los aliados y representantes de las naciones subyugadas por los nazis. La mejora de la situación la confirman también las cartas de compatriotas que no participaban directamente en las actividades de la Asociación por diversos motivos, como, por ejemplo, la enorme distancia entre las dos ciudades más grandes. En diciembre de 1940 escribía, por ejemplo, Jiří Vyskočil, dueño de una empresa en la ciudad de Cuenca, que las colonias checoslovacas se extienden rápidamente con la llegada de compatriotas de origen judío. Especialmente gracias a ellos, llegó el número de miembros de la Asociación a 280 en abril de 1940. El crecimiento siguió en aumento hasta alcanzar los 300 en agosto de 1940. Debido al gran número de informaciones fragmentadas de los fondos de archivos conservados (AMZV y ACASA) no estamos exactamente informados de las modificaciones del Comité. Sin embargo, es seguro que en la Asociación que comenzó a llamarse oficialmente "Colonia de ciudadanos checoslovacos de Ecuador", se llegó a un severo conflicto entre los antiguos miembros, representados por el primer presidente R. Bartuš, y los recién llegados refugiados políticos. Éstos tras su incorporación a la Asociación (ahora "Colonia") superaron rápidamente a los primeros miembros y comenzaron a imponer en el Comité a sus propios delegados. R. Bartuš, sin embargo, se negaba a admitir esta realidad y se salió de la Colonia oficialmente, fundando a finales de 1941 su propia asociación minoritaria. Supuestamente R. Bartuš se retiraba en conformidad con el presidente del Gobierno en el exilio, Mons. J. Šrámek y el ministro de finanzas Eduard Outrata. Según uno de los informes posteriores, a R. Bartuš le molestaba en especial el hecho de que en la Colonia la mayoría de los miembros del Comité sabía checo solo muy mediocremente, por lo que la lengua común de los encuentros del Comité era el alemán y eventualmente el húngaro. Junto con el primer presidente se fueron también algunos miembros del Comité, aunque con su número no podían competir en su propia *asociación rebelde* con la mayoría de la Colonia. En febrero de 1942 el Dr. E. Schoenbaum y Pavel Pfeifer informaron a Chicago sobre la escisión del secretario de ČSNRA, J. Martínek. Éste con la expulsión de Bartuš de la Asociación, aprobó y alegó que era necesario combatir las fuerzas centrífugas, porque resultaban peligrosas[11]. La reacción fue totalmente lógica, según parece, dado que en Chicago no estaban y ni siquiera podían estar a disposición todas las informaciones. A continuación, Federico Bloch informó a Chicago acerca de las difíciles relaciones de la colonia de compatriotas checoslovacos, pero su comentario no sonó muy favorable al comité legítimo de la Asociación. Mencionaba que los miembros de la Asociación organizaban con relativa frecuencia actividades culturales y sociales, pero solo para los miembros del Comité y para su círculo de conocidos, por lo que estas actividades no tenían prácticamente ninguna importancia para la propagación del movimiento de resistencia checoslovaco. Además se quejaba de que los miembros del Comité ignoraran completamente las actividades de los destacados antiguos miembros, lo que aumentaba su envidia y aislamiento. Por el contrario, recalcaba el ejemplo de la familia Weil, cuya hija Hana Weil, sin ninguna ayuda por parte de la Asociación, había conseguido afirmar sus dotes de baile y se había convertido en solista del teatro de Quito.

[10] Sobre el mejor modo de asegurar la organización del reclutamiento de voluntarios checoslovacos desde América Latina, existían diversas opiniones entre los representantes de los servicios diplomáticos y el Ministerio de Defensa Nacional: En otoño de 1943, por ejemplo, el agregado militar aéreo de Río de Janeiro, el coronel general del Estado Mayor Čeněk Hutník, procuró enviar a un agregado militar especial a Venezuela, Colombia y Ecuador. El representante diplomático V. Trčka, por el contrario, insistía en que el general O. Španiel de Washington estaba suficientemente capacitado para captar esta zona. No obstante, en el caso de Ecuador ambas partes llegaron por fin al acuerdo de confiar todos los asuntos militares al teniente coronel F. Beneš de Quito (AMZV, LA, papel 506). En términos generales, sobre el papel del Ejército checoslovaco véase, por ejemplo, Španiel, O., *Ejército checoslovaco del segundo movimiento de resistencia*. Chicago, Československá Národní rada americká (Comité Nacional Checoslovaco de América) 1941, p. 188.

[11] ACASA, legajo 79.

Del hecho de que el comité de la Colonia, –con el Dr. E. Schoenbaum al frente–, estuviera realmente celoso de los éxitos de F. Bloch, daba evidencia la queja del Comité enviada en noviembre a Chicago. Los miembros del comité se enteraron de que F. Bloch estaba encargado de entregar al presidente de Ecuador la medalla de oro. "Es asombroso que la colonia checoslovaca representara siempre los intereses de Checoslovaquia". V. Majzl comentó de modo mordaz la situación reinante fuera del ambiente de la primitiva Asociación y de la nueva Colonia, en el sentido de que ahora habían dominado totalmente la situación de la Colonia los propios *israelitas* que, a su vez, estaban organizados simultáneamente en una asociación sionista mundial y que solo perseguían egoístamente sus propios intereses. Sin embargo, el autor de estas ponzoñosas difamaciones pronto pareció extremadamente falso a los ojos de los representantes oficiales de Checoslovaquia en el exilio, como ya se ha indicado en relación con la investigación de las actividades de J. Mrázková. Entre los años 1940–1942 continuaba como presidente de la Colonia el Dr. E. Schoenbaum, antiguo profesor de la Facultad de Ciencias Naturales de la Universidad Carolina[12]. Los secretarios, por el contrario, se reemplazaban con relativa rapidez –por ejemplo, Karel Schoenbaum, después de su partida a Estados Unidos Roman Hoffman, después Dezider Jellinek y otros–. La mayoría absoluta de miembros del comité de la Colonia habían sido favorecidos por algún tipo de educación superior, sobre la cual testificaban las actas, siempre presentando cuidadosamente los títulos académicos. Durante todo el período de existencia de la Colonia su comité declaró su lealtad al Gobierno de Londres y toda su actividad se dirigió al apoyo de la renovación de Checoslovaquia. En el año 1942 se formó una sucursal de la Colonia en Guayaquil con unos 30 miembros activos[13].

El programa de actividades de la Colonia era bastante variado. Hasta la reanudación oficial de las relaciones diplomáticas entre Checoslovaquia y Ecuador en septiembre de 1943, el presidente de la Colonia realizó de hecho la función de representante autorizado del Gobierno de Beneš en el país. Éste es el motivo por el que, por ejemplo, el profesor J. Kopecký de Ginebra o el cónsul de Montreal, J. Pavlásek, se dirigieran al profesor Schoenbaum, queriendo facilitar la llegada a Ecuador de otros grupos no muy numerosos de refugiados de origen judío. Las negociaciones con las autoridades locales sobre la llegada de nuevos grupos de refugiados entre los años 1941–1942 no fue fácil, sin embargo, del creciente número de miembros de la Colonia se deduce, que dichas negociaciones obtuvieron su fruto. Sin duda el programa de actividades más importantes del Comité era la organización de acciones culturales, ya que la mayoría de miembros activos eran artistas, en especial músicos. Supuso un gran éxito que los principales diarios ecuatorianos hicieran eco de los conciertos de gala, con ocasión de la fiesta nacional del 28 de octubre y otros aniversarios relativos, por ejemplo, a personalidades como J. Hus o T. G. Masaryk[14].

Sin que lo supieran, los ciudadanos checoslovacos estaban bajo control indirecto y, al mismo tiempo, protección de la Embajada británica. El embajador británico Bullock ya desde 1941 había sondeado la posibilidad de renovar las relaciones diplomáticas entre Ecuador y el Gobierno de Beneš y, en su momento, había informado al ministro H. Ripka sobre las peripecias en la escena política interior de Ecuador, sacudida fuertemente a consecuencia de la catastrófica derrota en la guerra con Perú. En julio de 1942 el teniente coronel F. Beneš informaba por carta al general O. Španiel en Washington que había sido invitado a una audiencia oficial al palacio presidencial, por parte del edecán del nuevo presidente ecuatoriano. El teniente coronel F. Beneš recibió en la respuesta claras líneas de actuación. Podía proceder solamente al comienzo del reclutamiento de voluntarios checoslovacos, pero en ningún caso en los asuntos del reconocimiento del Gobierno de Beneš. La posición del nuevo gobierno ecuatoriano era bastante complicada en ese momento, dado el brusco viraje del Ejército. Ecuador por medio de diplomáticos y funcionarios subalternos sondeó primeramente si no era posible comenzar negociaciones, en base al reconocimiento único del

[12] Archivo de la UK (Universidad Carolina) Praga, Facultad de Ciencias Naturales, acta calificativa E. Schoenbaum, núm. de inventario 128.
[13] AMZV, LA, legajo 478.
[14] Correspondencia regular del comité de la Colonia a J. Martínek en Chicago (ACASA, legajo 79).

territorio checo, ya que se sentía obligado por el anterior reconocimiento de soberanía del Estado eslovaco. Esto, por supuesto, no había sido en principio aceptable para el lado checoslovaco. El Gobierno de Beneš de Londres juzgó con acierto, que el gobierno de Quito, surgido de un golpe militar, buscaba el reconocimiento internacional de su legitimidad, y, que más bien antes que más tarde, Ecuador desistiría de sus condiciones previas. Esto se confirmó pronto, cuando en enero de 1943 el *chargé d'affair* ecuatoriano de Londres comunicó por carta al ministro J. Masaryk el reconocimiento oficial del gobierno checoslovaco por parte de Ecuador. El gobierno checoslovaco abrió una embajada en Quito en septiembre de 1943 y nombró embajador al Dr. Vratislav Trčka, que había sido hasta entonces ministro plenipotenciario checoslovaco en Caracas.

La reanudación de relaciones diplomáticas y la orientación pro-occidente del nuevo gobierno ecuatoriano repercutió de manera positiva en la posición de los miembros de la colonia de compatriotas checoslovacos. Ésta designó al ministro plenipotenciario checo presidente honorífico y en todas las informaciones sus representantes elogiaban las relaciones por encima de lo normal con el ministro plenipotenciario. Lo principal es que ya no sucedió nada en la reclutación de voluntarios para el Ejército. En octubre de 1944 informó el MND al Ministerio de Asuntos Exteriores checoslovaco en Londres, que el agregado militar británico había concedido el visado a seis voluntarios checoslovacos de Ecuador, y que pronto les sería concedido a otros cinco. De la citada noticia se deduce que el reclutamiento no era cosa de masas[15]. Igual de modesta fue la aportación financiera, lo que, por otra parte, respondía a las posibilidades reales de los refugiados. La principal aportación de la Colonia continuó siendo la actividad propagandística de la existencia del Estado checoslovaco y de su cultura. Por eso, su comité sugirió también en la primavera de 1945 que las actividades de la Colonia no se redujeran ni siquiera después de la guerra.

En la primavera de 1945 alcanzó el número de miembros organizados de la Colonia checoslovaca de Ecuador el record máximo de 400 personas. La mayoría de ellos mostraba interés por la repatriación a principios del año 1945[16]. Pero comenzaron a dudar sobre la vuelta como mejor solución a medida que iban indagando sobre la horrible verdad del holocausto. Otro gran obstáculo administrativo para la pronta vuelta era la pérdida automática de nacionalidad, entre aquellos que en el año 1930 durante el censo de población se habían inscrito oficialmente de nacionalidad alemana. Éste era el caso del 95% de los miembros de la Colonia, por lo que todos hubieron de solicitar una vez más por vía oficial la renovación de su ciudadanía y documentar su solicitud debidamente. Otro punto conflictivo fue la restitución de sus bienes, que casi siempre habían sido confiscados. No es de extrañar que el primer entusiasmo por volver, empezara rápidamente a evaporarse. En la decisión de preferir permanecer en el exótico Ecuador, antes que volver a una tierra insegura de Centroeuropa, pudieron influir también otras circunstancias: Algunos refugiados empezaron a tener por fin suerte con los negocios después de dos o tres años, otros tenían en perspectiva emigrar junto a sus familiares o conocidos a los Estados Unidos o a otro de los países de América Latina. No se puede reconstruir exactamente cuantos de los cerca de 400 miembros de la Colonia llegaron realmente a su patria de origen. Muchas personas solas sin duda sí que llegaron, como, por ejemplo, uno de los anteriores presidentes de la Colonia, el profesor Emil Schoenbaum, a quien no se le restituyó su confiscada villa de Čerčany, aunque pudo ejercer de nuevo como profesor titular de estadística matemática en la Facultad de Ciencias Naturales de la Universidad Carolina[17]. En la primavera de 1945 se le permitió también volver a Praga al agregado militar, teniente coronel František Beneš, a petición del MDN.

Según una información de la legación checoslovaca de Quito del año 1950, permanecían

[15] AMZV, LA-D, legajo 216.
[16] AMZV, LA, legajo 155.
[17] Archivo de la UK, Facultad de Ciencias Naturales, acta calificativa E. Schoenbaum, núm. de inventario 128. En el escrito, entre otras cosas, se indica que el profesor E. Schoenbaum a finales de los años 40 aprovechó el ofrecimiento del gobierno mexicano y aceptó un trabajo temporal en el Ministerio de Asuntos Sociales de aquel país. Transcurridos dos años de vacaciones no pagadas, debidamente aprobadas por el ministro Z. Nejedlý, renunció a volver a pesar de las insistentes intervenciones del gobierno checoslovaco, y con toda probabilidad recibió en México asilo político.

todavía en Ecuador a finales de los años 40 alrededor de 300 antiguos ciudadanos checoslovacos, es decir, aquellos que habían perdido su nacionalidad por culpa de la ciudadanía alemana o húngara. Junto a estos, la representación diplomática checoslovaca calculaba el número de ciudadanos de nacionalidad checa y eslovaca (no judíos, por tanto) en unas 60 personas[18]. La primitiva actitud de compromiso, así como la vasta y dinámica actividad de la Colonia se disolvió rápidamente después del año 1945, lo que permite suponer ciertas frustraciones en las relaciones del desarrollo de postguerra en la patria de origen. Los antes homogéneos miembros de la Colonia seguían con interés los acontecimientos políticos internos de Checoslovaquia y, según dichos acontecimientos, comenzaron a polarizarse políticamente. En el otoño de 1947, el exsocial demócrata alemán de Prostějov Bedřich Bill, por ejemplo, hizo pública en el *Comercio*, el periódico ecuatoriano más leído, una consideración sobre la nocividad de la nacionalización radical y atacó indirectamente al Partido Comunista Checoslovaco. Esto provocó una aguda polémica dentro de la Asociación, pero también una reacción negativa por parte de la representación diplomática checoslovaca. Poco después de febrero de 1948 predominaba en la Colonia inequívocamente un ambiente anticomunista, por lo que el nuevo personal de la representación diplomática checoslovaca de Ecuador y países próximos proclamó una asociación conjunta como reacción y mantuvo contacto solamente con algunas personas que se afiliaron al nuevo régimen. Cuando en el año 1949 entabló la Colonia contacto oficial con el Consejo de la Checoslovaquia libre de Washington, se rompieron las relaciones entre la representación diplomática checoslovaca de Quito y la Colonia. Desde ese momento, los diplomáticos checoslovacos dejaron de seguir los acontecimientos de la Colonia y se limitaron a dejar constancia de que se trataba de una asociación reaccionaria enemiga de nuestro régimen.

El ya anteriormente expulsado Robert Bartuš siguió sorprendentemente mostrando interés en el mantenimiento de relaciones amistosas con el régimen comunista de Praga. A comienzos de marzo de 1948 informó sobre la fundación de la Asociación Nacional Checoslovaca de Ecuador, en la que entraron a formar parte unos 40 miembros. La Asociación Nacional, a diferencia de la Colonia, vio su deber reanudar las relaciones comerciales entre Ecuador y la República checoslovaca. El primer éxito en el mercado ecuatoriano se lo anotó, por ejemplo, la fábrica de armas de Strakonice, que a principios del año 1948 hizo un envío de 1.000 pistolas y munición[19]. Se perfilaron las prometedoras perspectivas relativas a las posibilidades de realización de complejos de inversión mayores como, por ejemplo, azucareras y fábricas de cerveza. Sin embargo, aparecieron dificultades objetivas insuperables, originadas por la confrontación global entre el llamado bloque de oriente y occidente, al posterior desarrollo de las relaciones entre estados y con ello al papel activo de la Asociación Nacional de Bartuš. Checoslovaquia se ancló firmemente en "el campo de la paz y del socialismo", dirigido por Moscú, mientras que Ecuador, después de una serie de golpes de estado, desde principios de los años 50 se orientó inequívocamente hacia los Estados Unidos. Finalmente, el gobierno de Quito rompió relaciones diplomáticas con Praga y cualquier tipo de iniciativas ocasionales para reactivar las relaciones mutuas, ya fuera con la ayuda o por mediación de los antiguos ciudadanos de Checoslovaquia, nunca más encontraron repercusión positiva en ninguna de las dos partes.

(Traducción: María Jesús Sanz)

[18] AMZV, Departamento territorial (TO-O), legajo 1.
[19] AMZV, (TO-O), legajo 2.

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 251–263

RELACIONES ENTRE CHECOSLOVAQUIA Y MÉXICO 1935–1970

por LUCIA MAJLÁTOVÁ
(Universidad Carolina de Praga)

El objetivo de este trabajo es describir las relaciones entre Checoslovaquia y México en el periodo de 1935–1970. A lo mejor la palabra "describir" resulta demasiado ostentosa, ya que dicho periodo de tiempo es demasiado largo para abarcarlo bien en un espacio limitado. Debido a eso, más bien se trata de una mera y cronológica elaboración de los segmentos más importantes de la problemática internacional – política de los dos estados y de sus relaciones. El propósito de este estudio es dar un cuadro general de las relaciones mutuas en dicha época, elaborado –sobre todo– a base de los informes de los diplomáticos checoslovacos en México. El texto viene intercalado con las citas de los diplomáticos para una mejor ilustración del tema.

Para procesar este tema me sirvieron como materiales de apoyo los estudios de Ivo Barteček y Tomáš Jiránek, quienes publicaron un artículo sobre las actividades de Vlastimil Kybal en la América Latina; el estudio de Vladimír Nálevka dedicado a las relaciones entre Checoslovaquia y la América Latina durante la segunda guerra mundial; y a partir del año 1945 parto sobre todo de los materiales del archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Checa en Praga.

El establecimiento de la República Checoslovaca en el año 1918 significó al mismo tiempo el inicio del establecimiento de las relaciones de la nueva república con el resto del mundo. A este hecho también se debe la decisión de Vlastimil Kybal, historiador checo, de pasar al servicio diplomático. Kybal pertenecía a aquellos que, dadas las condiciones de la independencia checoslovaca, se daban cuenta de las futuras posibilidades que ofrecía el ámbito iberoamericano en una situación en la que el mercado europeo comenzaba a saturarse y los estados industrialmente desarrollados removían sus intereses económicos hacia el subcontinente americano.[1]

En México la misión diplomática fue fundada el 11 de noviembre de 1927 (la segunda en Latinoamérica, después de Brasil). En aquel entonces Kybal escribió:

"A finales del noveno año desde nuestra independencia no tenemos hasta ahora ningún programa político económico ni social en cuanto a la América del Sur, la que está demasiado lejos para que la conozcamos mejor, y demasiado exótica para que llame nuestra atención, que se encuentra totalmente cautivada por los asuntos europeos o cuando mucho por los de la América del Norte."[2]

El Dr. Kybal asumió su cargo de embajador en México en agosto de 1935, en tiempos agitados que implicaban varios problemas graves. Una de sus relaciones claramente demuestra qué dificultades tuvo que enfrentar la Embajada en su esfuerzo por el mejoramiento de las relaciones mutuas entre ambos estados:

"Hay que saber que hasta el momento Checoslovaquia en México –valiendo lo mismo también para otros países de América Central– resultaba desconocida o confundida con los países y las naciones orientales hasta tal medida que los checoslovacos que venían a México han sido considerados judíos polacos y como tales tenían prácticamente prohibida la entrada al país. Esto se relacionaba con que después de la

[1] BARTEČEK, Ivo, "Vlastimil Kybal – historik v iberoamerickém světě" (Vlastimil Kybal, historiador en el mundo iberoamericano). In: *Po československých stopách v Latinské Americe* (En pos de las huellas checoslovacas en América Latina), Olomouc 2003, p. 9.

[2] Ibid., p. 11.

guerra y, particularmente, después del establecimiento del régimen hitleriano en Alemania, México resultó inundado de emigrados judíos… incluso de nuestra República, que se dedicaban por lo regular al comercio ambulante. Por eso, a los checoslovacos se los incluyó en la rúbrica de los inmigrados no deseados, lo que ha tenido consecuencias nefastas para nuestra exportación y para nuestro prestigio en general…"[3]

Ya en noviembre de 1935 el Embajador fundó la Agrupación de Amigos de Checoslovaquia con la finalidad de apoyar el enlace y el desarrollo de las relaciones culturales y económicas checoslovaco-mexicanas.[4]

El periodo de servicio diplomático del Dr. Kybal coincidía con el periodo del gobierno del presidente mexicano Lázaro Cárdenas (en el cargo de 1934 a 1940), quien demostraba una política reformista en cuestiones de apertura. El curso reformista de Cárdenas fue, entre otras cosas, promesa para efectuar la colaboración checoslovaco-mexicana.

Gracias a aquellos factores aumentó considerablemente el intercambio cultural entre los dos países. Así, por ejemplo, iba creciendo la sección checoslovaca en la Biblioteca Nacional y en la Biblioteca del Congreso de la Unión; se celebraron diferentes exposiciones de la gráfica checa o de las artes plásticas checoslovacas; el Palacio de Bellas Artes compró una serie de aguafuertes y el Ministerio de Educación pidió que el artista Koloman Sokol desempeñara el cargo de profesor de gráfica en la Escuela de Artes del Estado. Por la radio y en las salas de conciertos se escuchaba con mayor frecuencia la música checa y eslovaca, y la Embajada suministraba materiales de música a los conjuntos musicales. En Praga hubo una exposición de hallazgos arqueológicos mexicanos y la sección etnográfica del Museo Náprstek adquirió objetos de etnografía mexicana y del arte popular; y el Instituto Español e Iberoamericano en Praga comenzó a organizar la sección mexicana. También en el campo de educación se logró el acercamiento, caracterizado por el pedido del Consejo Mexicano de Enseñanza Superior e Investigaciones Científicas de materiales acerca del sistema de enseñanza superior checoslovaca; y en vísperas del 18 aniversario de la independencia checoslovaca se efectuó el cambio de nombre de la Escuela Federal de Enseñanza Media en la Ciudad de México a Escuela Presidente Masaryk.[5]

Gracias al esfuerzo de Kybal se concretó un convenio con la cláusula de nación favorecida entre México y Checoslovaquia, firmado por los representantes de los dos Estados en diciembre de 1937. Este convenio significó la prueba del interés de ambos por mejorar las relaciones económicas.

No obstante, en aquel entonces la seguridad de Checoslovaquia ya se veía en grave peligro debido a los acontecimientos en Europa, donde se gestaba la segunda guerra mundial. El diplomático checoslovaco Dr. Kybal elaboró un informe sobre la repercusión en México de la anexión de Austria donde resumió que la opinión pública rechazó la anexión. El gobierno de Cárdenas protestó contra la agresión y rechazó la anexión.[6] En esta situación Vlastimil Kybal, junto con el Dr. A. Poláček –el secretario de la legación–, publicó el folleto de propaganda "La seguridad de Checoslovaquia", que tuvo una buena acogida en el público mexicano. Una repercusión positiva de su actividad se comprobó en el Congreso Internacional Antibélico, organizado por la central de sindicatos CTM del 10 al 12 de septiembre de 1938, en el que participó activamente también el Dr. Kybal. Los participantes del congreso expresaron unívocamente su apoyo no solamente a la España republicana sino también a Checoslovaquia. Durante el congreso fue adoptada una resolución que obligaba al obrerismo internacional a luchar en contra de la reacción y del fascismo. El 28 de septiembre de 1938 el presidente mexicano mandó un telegrama a Hitler y a Beneš en el cual avisaba sobre el peligro de la guerra. CTM se dirigió a las organizaciones obreras de los estados democráticos con la petición de que éstas ejercieran presión sobre sus gobiernos de manera que no abandonaran a Checoslovaquia en el inminente conflicto. En México se organizó propaganda en contra de los alemanes, y en la capital de Méxi-

[3] JIRÁNEK, Tomáš. "Las actividades del embajador checoslovaco Dr. Vlastimil Kybal en México de 1935 a 1938". *Ibero-Americana Pragensia*, XXVII, 1993, p. 56.
[4] Ibid., pp. 53–54.
[5] Ibid., pp. 54–55.
[6] NÁLEVKA, Vladimír, *Československo a Latinská Amerika v letech druhé světové války* (Checoslovaquia y América Latina en los Años de la Segunda Guerra Mundial), Universita Karlova, Praha 1972.

co hubo una manifestación contra la persecución a los judíos.[7]

El 17 de marzo de 1939 los titulares de las legaciones checoslovacas en América Latina recibieron un telegrama que les encargaba entregar la legación a los alemanes. Exceptuando a México, país en el que la legación checoslovaca quedó cancelada, inclusive a despecho de los deseos del gobierno de Cárdenas, no había en Latinoamérica otra república en la que existiesen condiciones para continuar las actividades legales de los centros diplomáticos de "un Estado que de iure dejó de existir".[8] Por las razones mencionadas arriba, resultó una gran sorpresa el hecho de ser entregada la embajada en manos de los alemanes. La Embajada checoslovaca en la Ciudad de México fue entregada, en ausencia del Dr. Kybal, por el chargé d' affaires Dr. Poláček, rompiendo formalmente de esta manera las relaciones diplomáticas con México, lo que complicó luego la situación al gobierno checoslovaco en el exilio al tratar de reanudar las relaciones diplomáticas con México.

En abril de 1939 fue designado el Consejo Nacional de Checoslovaquia en Chicago, donde actuó el Dr. Beneš. El 14 de noviembre de 1939, con ayuda del Dr. Osuský y el Dr. Hodža, fue creado el Comité Nacional Checoslovaco en Francia. Después de la caída de Francia el Comité fue trasladado a Londres. El 18 de julio de 1940 Beneš recibió de Halifax la noticia del reconocimiento del gobierno checoslovaco en el exilio por el gobierno de la Gran Bretaña.

Durante la segunda guerra mundial, cuando Checoslovaquia luchaba por su existencia formal, México le ayudó directamente y varias veces de manera diplomática concreta, ya que México nunca aceptó el tratado de Munich ni la ocupación violenta de Checoslovaquia. Los intentos del Dr. Kadeřábek de reanudar las relaciones diplomáticas con América Latina no fueron fructuosos. Los gobiernos de países latinoamericanos respondieron que Checoslovaquia, de iure, no existía.

Al final del año 1940 el gobierno checoslovaco recibió una propuesta inesperada: México ofreció la posibilidad de cuidar los intereses checoslovacos en México por medio de la legación polaca. Esto reflejó la actitud positiva hacia Checoslovaquia que mantenía la administración de Cárdenas y, desde el año 1940, también la administración de Camacho. Por lo visto, el Ministerio de Relaciones Exteriores de México consideró la solución ofrecida como la vía más rápida y la más sencilla para reanudar las relaciones diplomáticas mexicano-checoslovacas. Este modo de actuar de México era excepcional ya que América Latina trató estrictamente de acatar la neutralidad, especialmente en 1941 cuando culminaban los éxitos de los Estados del Eje.

El ataque japonés a Pearl Harbour fue tomado por la mayoría de los países latinoamericanos como una amenaza directa a la seguridad del continente. México, junto con Colombia y Venezuela, suspendió las relaciones diplomáticas con los Estados del Eje. En esta situación el Dr. Kadeřábek hizo un sondeo sobre las posibilidades de plantear la cuestión checoslovaca en la Conferencia de Río de Janeiro que se estaba preparando. Una iniciativa independiente e inesperada fue tomada por México, cuando su embajador en los Estados Unidos dio a entender a Vladimír Hurban que su gobierno estaba dispuesto a plantear el reconocimiento diplomático del gabinete de Beneš en la Conferencia de Río de Janeiro. El ministro de Relaciones Exteriores de México, Dr. Ezequiel Padilla, presentó en la conferencia un proyecto de manifestación de solidaridad de los países americanos con los ocupados por el Eje, mencionando en primer lugar a Checoslovaquia. El resultado práctico de la conferencia, para la cuestión checoslovaca, fue la adopción de la resolución nº 38 recomendando que las repúblicas americanas continuasen desarrollando sus contactos establecidos con los representantes de los países ocupados "que luchan por su independencia y no colaboran con el enemigo". Dicho documento sirvió de base para las negociaciones subsiguientes que sostuvo el gobierno checoslovaco con los países de América Latina.[9]

A pesar de las conclusiones de la conferencia panamericana, las noticias del hemisferio occidental movían al escepticismo. Mientras tanto, el 12 de marzo de 1942 el embajador mexicano en los EE UU, Castillo Nájera, dio a entender a Vladimír Hurban que su gobierno iba a reanudar las relaciones diplomáticas con Checoslovaquia. El 26 de marzo del mismo año, el Secretario de los Estados Unidos de México, Dr. Jaime

[7] Ibid.
[8] Ibid., p. 151.
[9] Ibid., p. 158.

Torres Bodet, notificó simultáneamente a Washington y a Londres el reconocimiento diplomático del gobierno checoslovaco. En mayo, entonces, el Dr. Karel Wendl asumió el cargo de chargé d'affaires checoslovaco en México. El 22 de mayo, México declaró la guerra a los Estados del Eje, y el ministro de Asuntos Exteriores, Ezequiel Padilla, informó de este acto a Jan Masaryk en un mensaje personal. Masaryk, a continuación, expresó sus gracias al gobierno mexicano por la actividad desplegada en la cuestión checoslovaca. A finales de mayo y a primeros de junio de 1942 mandó el Ministerio de Exteriores de Checoslovaquia memorandums proponiendo la reanudación de las relaciones diplomáticas normales a todos los gobiernos de América Latina (exceptuando a México), a los cuales los países respondieron uno por uno.[10]

Después de la segunda guerra mundial el gobierno checoslovaco sondeaba el desenvolvimiento del carácter de la política mexicana. En octubre de 1945 la representación diplomática checoslovaca en México elaboró un informe tratando de definir el supuesto desarrollo de la política mexicana que oscilaba entre la izquierda y la derecha. En el informe sobre un candidato presidencial en México escribió: "Al ser elegido Alemán, probablemente seguirá con la política de Camacho".[11]

México hubiera preferido guardar una posición neutral en cuanto a los dos bloques que se estaban formando, lo que le habría permitido contrarrestar la influencia de los EE UU en su política e independizarse de una cierta manera, política y económicamente.

En los inicios del año 1946 empeoraron las relaciones entre los antiguos aliados: en febrero de ese año Stalin pronunció un discurso en Moscú en el cual mencionó que el conflicto entre el capitalismo y el socialismo era inevitable.[12] La respuesta llegó de boca de Winston Churchill quien, acompañado por el presidente Truman, pronunció el famoso discurso sobre la Cortina de Hierro en Foulton, Missouri. La embajada checoslovaca en México en su informe de marzo del año 1946 describe la reacción mexicana al discurso de Foulton y el esfuerzo de los políticos mexicanos para mantener una posición media entre las dos ideologías políticas:

"México desde el fin de la guerra trata de hacer una política más independiente. Sin embargo, hoy no se puede predecir cómo acabará la lucha ideológica por América Latina. Por un lado los Estados Unidos, muy posiblemente, irán aumentando las tendencias anticomunistas y reaccionarias, y, por el otro lado, va a ir creciendo el nacionalismo latinoamericano, antes germanófilo, ahora enriquecido con las ideas marxistas y con simpatías hacia la Unión Soviética, como representante del antiimperialismo. En muchos de los países latinoamericanos los gobiernos llevan una ofensiva contra el comunismo. En México, por ahora, esta ofensiva la llevan sólo los periódicos conservadores, y el gobierno trata de mantener el equilibrio entre las dos tendencias. Podemos considerar, entonces, que las dos tendencias tienen la misma fuerza. Algo está claro, las dos tendencias aumentan en su fuerza de manera que la posición intermedia se hace cada vez más complicada."[13]

Aunque México en la época presidencial de Lázaro Cárdenas daba pasos hacia el socialismo, según el informe de la representación diplomática checoslovaca de abril de 1946, la situación política cambió de rumbo y su desenvolvimiento automáticamente llevaba hacia la derecha, ya que la influencia del presidente Cárdenas fue intencionalmente debilitada por el actual presidente Ávila Camacho, sobre todo por la influencia de su esposa que se sentía muy próxima a la Iglesia.[14]

A finales del año 1946 el antagonismo entre los dos bloques, el socialista y el occidental, se

[10] Ibid., p. 77.

[11] "Prezidentské volby v Mexiku. Druhá zpráva, 28. 7. 1945" (Elecciones presidenciales en México. Segundo informe). Archív Ministerstva zahraničních věcí České republiky (Archivo del Ministerio de Relaciones Exteriores, en adelante AMZV ČR), fondo Zprávy ZÚ (Noticias de las Legaciones), Mexiko, 1945–52.

[12] PLECHANOVOVÁ, Běla – FIDLER, Jiří. *Kapitoly z dějin mezinárodních vztahů 1941–1995* (Capítulos de la historia de las relaciones internacionales). Institut pro středoevropskou kulturu a politiku, Praha, 1997, p. 61.

[13] "Zahraniční politika mexická a reakce Mexika na Churchilův projev ve Foultonu, 22. 3. 1946" (Política exterior de México y la reacción de México al discurso de Churchill en Foulton). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1945–52.

[14] "Politická situace v Mexiku, 5. 4. 1946" (Situación política en México). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1945–52.

manifestó abiertamente. El 12 de marzo de 1947, el presidente de los EE UU, Harry Truman, dirigió al Congreso norteamericano una petición que acompañó con un razonamiento que posteriormente llegó a conocerse bajo el nombre de Doctrina Truman, con la cual el presidente norteamericano confirmó su voluntad de impedir por todos los medios el avance del comunismo en el mundo.[15] Estos hechos tuvieron que reflejarse, lógicamente, en la política mexicana. En noviembre de 1946 hubo señales de cambio en ésta, promovidos en gran parte por la presión de los EE UU.

México contrajo pactos, los cuales le ligaron más a los Estados Unidos e iniciaron el acercamiento de los dos estados. En los inicios del año 1947 se comprobó el giro de la política mexicana a la orientación americana con el anuncio de los preparativos de los viajes –visitas oficiales–, primero del presidente norteamericano, Harry Truman, a la Ciudad de México, y luego del presidente mexicano, Miguel Alemán, a Washington D.C., el 29 de abril – 1º de mayo de 1947.[16]

Otro acontecimiento que resultó de una cabal importancia en la formación de los dos bloques fue el llamado Plan Marshall. Significó, al mismo tiempo, una ruptura definitiva en las de todas maneras limitadas posibilidades de la política internacional de Praga. La ruptura se produjo en el verano de 1947, cuando Moscú obtuvo por la fuerza la revisión de la decisión original del gobierno de Gottwald de participar en las negociaciones preliminares sobre el Plan Marshall.

Estas circunstancias, la incorporación de Checoslovaquia al bloque soviético, lógicamente, afectó a las relaciones checoslovaco-mexicanas, tanto como a las relaciones con otros países, de manera que estos se volvieron hostiles en algunos círculos gubernamentales. La embajada checoslovaca en México informó a su gobierno de la posición frágil y desagradable de las legaciones y las organizaciones locales eslavas:

"En la prensa radical de derecha (Prensa, Excelsior) aparecieron ataques muy fuertes que acusan a las organizaciones locales eslavas de comunismo y además de espionaje para la Unión Soviética, lo que creó una crisis bastante profunda en la organización checoslovaca que hasta ahora no ha sido superada. Aunque los altos funcionarios no consideran ciertas estas acusaciones, últimamente se ve que el otorgamiento del visado a los checoslovacos se hizo muy difícil y el trámite tarda mucho tiempo."[17]

Cuando Chile a finales del año 1947 suspendió repentinamente las relaciones diplomáticas con Checoslovaquia –según el gobierno checoslovaco la suspensión fue sin motivo– como consecuencia de romper las relaciones diplomáticas con la Unión Soviética, el gobierno checoslovaco se preocupó por las posibles repercusiones que podría tener este hecho en los países latinoamericanos y, en concreto, en México. En aquel entonces el Secretario de Relaciones Exteriores de México, Jaime Torres Bodet, dijo que creía en la democracia checoslovaca.[18]

Desde finales del año 1947 Stalin aumentó su presión a los comunistas checoslovacos. La lucha por el poder entre los partidos políticos en Checoslovaquia culminó en febrero de 1948, cuando Klement Gottwald consiguió que el presidente aceptara la dimisión de algunos ministros del gobierno de manera que el 25 de febrero pudo realizarse la toma del poder por los comunistas.[19]

Ante esta situación, el embajador checoslovaco sondeó varias veces al Secretario de Relaciones Exteriores de México, Tello, en cuanto a si éste estaba informado sobre la posibilidad de que en la Conferencia de Bogotá pudiera ser provocada la decisión de suspender de manera colectiva las relaciones diplomáticas de América Latina con la Unión Soviética y sus aliados. Según el informe, Tello admitió que alguno de los países latinoamericanos podría proponer en la Conferencia una exposición del punto de vista colectivo en cuanto a la acción contra el comunismo, pero la posición de México en cuanto a la

[15] PLECHANOVOVÁ, Běla – FIDLER, Jiří, op. cit., p. 62.

[16] "Mexický president do Washingtonu, 27. 1. 1947" (El presidente de México en Washington). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1945–52.

[17] "Politická zpráva periodická. Říjen–prosinec 1947, 20. 1. 1948" (Informe político periódico. Octubre-diciembre 1948). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1945–52.

[18] "Ohlas přerušení diplomatických styků s Chile. 7. 11. 1947" (Reflejo de la suspensión de las relaciones diplomáticas con Chile). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1945–52.

[19] POKORNÝ, Jiří, *České země 1918–1997* (Países checos 1918–1997). Práh, ve spolupráci s odborem kulturních a vědeckých styků MZV ČR, Praha, 1998, p. 30.

suspensión de las relaciones diplomáticas con la Unión Soviética y sus aliados era actualmente negativa.[20]

El cambio radical de funcionarios después del golpe de estado en Checoslovaquia se reflejó también en México, donde el 14 de julio de 1948 se efectuó el cambio de diplomáticos en la legación checoslovaca. Fue designado un nuevo jefe de la misión, Oldřich Kaisr, en lugar del Dr. Láska.[21]

Los cambios de febrero de 1948, cuando Checoslovaquia prácticamente perdió la posibilidad de hacer una política independiente y de decidir por sí misma, y los cambios efectuados en la legación checoslovaca en México, lógicamente, se vieron reflejados en las relaciones checoslovaco-mexicanas de manera que los diplomáticos checoslovacos quedaron limitados a ser simples observadores de la situación, lo que muchas veces colindaba con el espionaje. Sobre todo les interesaban las acciones del Partido Comunista Mexicano y la organización de los comunistas en general en México y en relación con otros países latinoamericanos, como también la respuesta y las acciones de los EE UU en contra del comunismo. Del mismo modo observaban el desarrollo de la muy particular relación Iglesia-Estado, o la postura mexicana en cuanto a la aceptación de la España de Franco, los movimientos por la Paz, etc.

Prácticamente durante todo el periodo del gobierno de Miguel Alemán la representación diplomática checoslovaca tenía problemas en clasificar la situación política mexicana, la cual resultaba ambigua para ellos, lo que dio pie a numerosos informes que se contradecían proclamando unas veces a la política mexicana como progresista situándola a la izquierda, y otras veces imperialista y derechista. Esta confusión se debía al hecho de que las autoridades mexicanas trataban de mantener un sistema de equilibrio, de manera que algunas veces toleraban la organización de actividades de índole izquierdista –sin embargo, oficialmente no las apoyaban– y otras las perseguían, dependiendo de la situación política interna e internacional.

Así, por ejemplo, en el mes de agosto de 1949 fueron enviados a Praga varios reportes que informaban sobre la preparación en México del Congreso Latinoamericano de Partidarios de la Paz, proyecto de índole izquierdista, donde se involucraron personajes como Lázaro Cárdenas y Pablo Neruda. La representación checoslovaca, basándose solamente en la aceptación y tolerancia hacia este congreso por parte del presidente y el gobierno mexicano, concluía que la línea del gobierno mexicano era "progresista y explícitamente antiimperialista".[22]

La embajada checoslovaca en México seguía informando a su gobierno sobre el desenvolvimiento del Congreso Latinoamericano de Partidarios de la Paz, que tuvo por resultado la fundación de un comité en México (en octubre de 1949), que estaba en cooperación con el Partido Comunista Mexicano y con otros actores de la vida cultural del país. El diplomático concluye que el gobierno mexicano está en contra de estas actividades y sigue cooperando con los EE UU.[23]

La actitud del gobierno mexicano en cuanto al Partido Comunista, y en cuanto al comunismo en general, se refleja en lo ocurrido durante la celebración del 1º de Mayo de 1952. El problema, según la representación diplomática checoslovaca, consiste en que el gobierno mexicano crea artificialmente una imagen de los comunistas para que éstos sean vistos como alborotadores y agitadores, de manera que luego resulta fácil para el gobierno inculpar a los comunistas de todos los encuentros armados.

---

[20] "Politická zpráva čís. 2. Konference v Bogotě, 15. 2. 1948" (Informe político nº 2. Conferencia de Bogotá). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1945–52.

[21] "Odevzdání pověrovací listiny (vysl. Oldřich Kaisr). Zdejší telegram čj. 2378/14.VII.48, 19. 7. 1948" (Entrega de las credenciales del embajador Oldřich Kaisr. Telegrama nº 2378/14.VII.48). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1945–52). El Dr. Láska emigró, se quedó a vivir en México y posteriormente desarrolló actividades contra el régimen comunista.

[22] "Kongres obránců míru amerického kontinentu v Mexiku – provolání mexického expresidenta gen. Lázaro Cárdenase, 24. 8. 1949" (Congreso de los Defensores de la Paz del continente americano en México – discurso del ex-presidente de México, general Lázaro Cárdenas). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1945–52.

[23] "Politická zpráva č. 5. Mírové hnutí v Mexiku, Guatemale, Hondurasu, El Salvadoru, Nicaragui, Costa Rice a Panamě, 18. 4. 1950" (Informe político nº 5. Movimiento por la Paz en México, Guatemala, Honduras, El Salvador, Nicaragua, Costa Rica y Panamá). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1945–52.

En enero de 1953 la embajada checoslovaca en México mandó a Checoslovaquia un reporte sobre el programa presidencial del nuevo presidente mexicano, Ruiz Cortines, y las reacciones en cuanto al presidente recientemente electo, tanto en México como en los EE UU. De su reporte resulta que Cortines era considerado un presidente derechista tanto en México como en los EE UU, –y de ahí también en Checoslovaquia– y se esperaban de él pasos concretos en contra del comunismo.[24]

A pesar de que la política exterior mexicana en general fue considerada como derechista, se reflejaban en ella intentos de liberarse de la línea norteamericana unánime. Se trató de esfuerzos pequeños, basados en la existencia de un comercio mutuo pero no a gran escala. De esta manera, por ejemplo, en mayo de 1953 la legación checoslovaca recibió la aprobación del presidente mexicano para la realización de una exposición de productos checoslovacos en México.[25]

Después de la muerte de Stalin, la dirección soviética encabezada por Jruschov trató de agilizar la liberación de la tensión internacional. Esto también se reflejó en la relación mutua entre México y la Unión Soviética con la normalización de las relaciones diplomáticas entre ambos países, de manera que México finalmente designó a su embajador en la Unión Soviética, plaza vacía durante varios años.[26]

Al final del año de 1953,[27] la representación diplomática en México dio buenas noticias al gobierno checoslovaco advirtiendo una gran diferencia entre la política de Alemán y la del nuevo presidente, haciendo notar los rasgos positivos en la política internacional de Cortines. Su observación la basó en el discurso que el presidente mexicano pronunció durante la visita de Eisenhower y la actitud de la delegación mexicana en la ONU. Según la embajada checoslovaca, había interés de los países latinoamericanos en aprovechar mejor las relaciones económicas con los países socialistas.[28]

En los inicios de marzo de 1954, el prestigio de los EE UU se vio afectado sustancialmente en México, como también en otros países de América Latina, debido a la publicación de documentos de la Oficina Presidencial de Guatemala sobre el descubrimiento de un complot estadounidense contra Guatemala, lo que según la embajada checoslovaca hacía más difícil que los países latinoamericanos aceptasen la lucha colectiva contra la penetración del comunismo internacional en Guatemala, cuestión que los EE UU planificaron como un punto en el programa de la subsiguiente Conferencia en Caracas.

En abril de 1954 la representación diplomática checoslovaca resumió la política internacional mexicana y la calificó positivamente, razonando y explicando al gobierno checoslovaco el comportamiento de la delegación mexicana en la Conferencia Panamericana en Caracas.

"La delegación mexicana señaló en la conferencia el carácter peligroso de la propuesta de Dulles para la independencia de los países latinoamericanos. El delegado mexicano, Roberto Cordóva [!], dijo que la propuesta de Dulles es no sólo incompatible con la Constitución mexicana, sino que no es compatible con otras Constituciones de otros países latinoamericanos."[29]

La embajada checoslovaca en México esperaba una mejora en las relaciones mutuas. De sus reportes es evidente que consideraba las relaciones que México mantenía con Checoslovaquia –y con otros países de democracia popular– como "correctas, pero de carácter mediato, que dependían de la situación internacional momentánea."[30]

En abril de 1954, en México se produjo una devaluación monetaria que afectó la vida del

[24] "Politická zpráva běžná č. 1. MEXIKO – nová vláda, 3. 1. 1953" (Informe político común nº 1. MÉXICO – nuevo gobierno). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1953–55.

[25] "MEXIKO – Periodická zpráva č. 7, 13. 5. 1953" (MÉXICO – informe periódico nº 7). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1953–55.

[26] "Periodická zpráva politická č. 15. MEXIKO, 28. 9. 1953" (Informe político periódico nº 15. MÉXICO). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1953–55.

[27] Los presidentes mexicano, Adolfo Ruiz Cortines, y estadounidense, Dwight D. Eisenhower, se reunieron en Tamaulipas (México) el 19 de octubre de 1953. Embajada de los Estados Unidos en México. Reuniones presidenciales México – Estados Unidos. Accesible en http://www.usembassymexico.gov/bbf/bfVisitasPresidenciales.pdf [cit. 2007-13-1].

[28] "Politická zpráva běžná č. 17. Mexiko – zahraničná politika, 4. 11. 1953" (Informe político común nº 17. México – política exterior). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1953–55.

[29] "MEXIKO – politická zpráva za březen 1954, 14. 4. 1954" (MÉXICO – informe político de marzo de 1954). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1953–55.

[30] Ibid.

pueblo mexicano, con el consecuente debilitamiento de la posición del presidente, lo que dio fin a las esperanzas de la representación diplomática checoslovaca de una mejora rápida en las relaciones mutuas. Debido a eso, la embajada tuvo que constatar que la política internacional mexicana, a pesar de algunos actos positivos, era dependiente de la postura de los EE UU al igual que lo era la economía mexicana de la economía estadounidense.

"En cuanto a nuestras relaciones mutuas con México podemos constatar que prácticamente no cambió nada en su política fría, cortés y correcta. De manera parecida se podrían describir también las relaciones entre México y la Unión Soviética y, en general, entre México y todo nuestro bloque."[31]

A la devaluación monetaria siguió una campaña azuzadora de "la lucha contra el comunismo" dirigida por los norteamericanos y el grupo de políticos pro-americanos concentrados alrededor del ex presidente Alemán. El propósito de la provocativa campaña contra las fuerzas progresistas de México y contra algunos dirigentes económicos y políticos era, según la representación diplomática checoslovaca, preparar una atmósfera más apropiada para la posible realización de un golpe de estado. La embajada observó un cambio de rumbo en la política internacional de Cortines a favor de los EE UU, resultado de toda la presión económica y la acción conjunta de los reaccionarios mexicanos y estadounidenses.[32] México, realmente, después de la invasión norteamericana a Guatemala trató de rectificar las relaciones económicas y políticas con los EE UU.[33] El cambio definitivo de rumbo en la política mexicana a favor de los EE UU claramente se comprobó en el informe anual del presidente, en el cual Cortines definió su régimen actual como anticomunista.[34]

La situación política interna de México y la posición del presidente Cortines se estabilizaron después de que éste aseguró al gobierno norteamericano que el rumbo de su política sería proamericano. Este hecho también se reflejó directamente en las relaciones de México hacia las democracias populares a largo plazo. Según el informe del primer cuarto del año de 1955 acerca de las relaciones mutuas, la representación diplomática checoslovaca notó un leve enfriamiento y a los actores políticos mexicanos como más reservados, en comparación con el año anterior.

"Aunque no se puede hablar de una mala voluntad explícita de los actores públicos mexicanos hacia los representantes diplomáticos de la Unión Soviética y los países con democracia popular, en concreto Checoslovaquia y Polonia, tampoco se puede decir que esté expresada la amistad y obsequiosidad en las relaciones mutuas."[35]

Además, en febrero de 1955 la legación checoslovaca quedó sorprendida con la negativa del gobierno mexicano a la exposición industrial oficial checoslovaca.[36]

En el primer cuatrimestre del año 1956, el representante de la embajada checoslovaca en México resumió las relaciones mutuas comentando que éstas no sobrepasaban el marco de lo correcto que, al final, es imprescindible cumplir. También mencionó el proceso bastante moroso de otorgamiento del visado para los ciudadanos checoslovacos, dado que sobre cada caso particular decidían los más altos cargos responsables.[37]

En la política internacional de México se notaba la precaución y reserva, que aumentó después de la reunión de Cortines con Eisenhower. La independencia en la política internacional mexicana cedió paso a la investigación, previa a cada decisión, de las posturas del bloque capitalista, sobre todo de los EE UU. Eso se re-

[31] "MEXIKO – politická zpráva za měsíc duben 1954, 27. 5. 1954" (MÉXICO – informe político de abril de 1954). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1953–55.

[32] "Mexiko – politické zprávy za červen a srpen 1954, 6. 9. 1954" (México – informes políticos de junio y agosto de 1954). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1953–55.

[33] "MEXIKO – řádná politická zpráva za září 1954, 17. 11. 1954" (MÉXICO – informe regular de septiembre de 1954). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1953–55.

[34] "Mexiko – mimořádná politická zpráva č. 10, 9. 10. 1954" (México – informe político extraordinario nº 10). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1953–55.

[35] "Mexiko – řádná politická zpráva za I. čtvr. 1955, 11. 4. 1955" (México – informe político regular del 1er trimestre de 1955). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1953–55.

[36] "Mexiko – politická zpráva za III. čtvrtletí 1955, 6. 2. 1955" (México – informe político del 3er trimestre de 1955). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1953–55.

[37] Ibid.

flejó también en las relaciones de México con los países del bloque socialista, de manera que los trámites administrativos con estos se prolongaron mucho. Además la cooperación entre Checoslovaquia y México no funcionaba bien ni siquiera en los asuntos culturales, menos en los económicos; esta esfera quedó cerrada para Checoslovaquia.

Cautelosa era también la postura del gobierno mexicano en cuanto a todos los países del bloque socialista y sus legaciones en México. A pesar de numerosas intervenciones, la legación no recibió respuesta en varias ocasiones a algunos asuntos (por ejemplo la invitación de México para la participación en la Primavera de Praga y en el festival cinematográfico de Karlovy Vary), y eso, por lo visto, porque la Secretaría de Relaciones Exteriores no consideró conveniente avisar a la legación de la postura negativa de los respectivos actores mexicanos.

Según la opinión de la legación, *"sería posible ampliar y profundizar la relación entre Checoslovaquia y México, sobre todo en lo referente a los lazos en el campo cultural y comercial, sin embargo no por la vía oficial y sus representantes, las instituciones estatales etc., sino más bien por medio de las instituciones culturales privadas aceptadas por el estado y en cooperación con las empresas privadas, ya que del negocio del sector comercial e industrial estatal y de las grandes empresas económicas de capital fuerte está Checoslovaquia por ahora totalmente inhibida."*[38]

En el primer trimestre del año 1957 la embajada checoslovaca reportó el desarrollo de las relaciones culturales con México y el éxito en este área debido a la fundación del Instituto Cultural Checoslovaco-Mexicano. En esta ocasión mencionó el fortalecimiento de las relaciones de la legación con el Instituto Nacional de Bellas Artes (INBA), la institución cultural más importante de México, y propuso por primera vez la creación de consulados checoslovacos.[39]

Sin embargo, en julio de 1957 la representación diplomática anunció un estancamiento de las relaciones mutuas debido en primer lugar a la campaña antisoviética orquestada por parte de la embajada estadounidense después de los asuntos en Polonia y en Hungría, que tuvo como propósito impedir cualquier actividad de las legaciones en México, sobre todo de la legación soviética, y en segundo lugar a la incertidumbre sobre quién sería el próximo presidente.[40]

Otro reporte que abarca el mismo periodo es aún más pesimista acerca del futuro desarrollo de las relaciones culturales vía oficial, dado que las relaciones de México con Checoslovaquia se vieron afectadas de alguna manera porque las autoridades mexicanas requerían por medios indirectos –probablemente por la presión de la embajada norteamericana– reducir el número actual de los empleados de la legación en México, especialmente en la sección comercial. Las legaciones de la Unión Soviética y de Polonia se enfrentaban con problemas parecidos.[41]

En los meses siguientes la situación empeoró y las legaciones del bloque socialista en México enfrentaban cada vez más problemas. Por ejemplo:

"El secretario del INBA, Luis Sánchez Arriola, en una de sus frecuentes visitas dijo a Licek que las autoridades oficiales mexicanas no tienen absolutamente ningún interés en realizar cualquier acción cultural en los países detrás de la Cortina de Hierro, y que junto con el director del INBA, el Lic. Acosta, acordaron que la exposición del arte popular mexicano sería enviada a Checoslovaquia de manera no oficial, más o menos en secreto, pero que se puede contar con que será realizada."

La legación se topó con dificultades insuperables también en la cuestión de las becas. Los estudiantes mexicanos fueron informados de que México no tenía con Checoslovaquia ningún convenio de intercambio cultural, y que por esa razón la parte mexicana no podía conceder ningún dinero para tal propósito. Ya que los estudiantes tenían que cubrir los gastos de viaje por

[38] "Mexiko – politická zpráva za III. čtvrtletí 1956, 8. 10. 1956" (México – informe político del 3er cuarto de año de 1956). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1956–62.

[39] "Mexiko – politická zpráva za I. čtvrtletí 1957, 30. 3. 1957" (México – informe político del 1er cuarto de año de 1957). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1956–62.

[40] "Mexiko – kulturní zpráva za II. čtvrtletí 1957, 8. 7. 1957" (México – informe cultural del 2º cuarto de año de 1957). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1956–62.

[41] "Mexiko – politická zpráva za II. čtvrtletí 1957, 9. 7. 1957" (México – informe político del 2º cuarto de año de 1957). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1956–62.

sí solos, fue prácticamente imposible que realizaran estudios en Checoslovaquia.[42]

Una noticia positiva llegó en noviembre de 1957 con la proclamación del candidato presidencial mexicano. El nombramiento de López Mateos aseguró, según la representación diplomática checoslovaca, que México iba a tener interés en mantener relaciones con el bloque socialista, aunque no sería solícito en trabajar con iniciativa propia en su ampliación, y esto por una razón sencilla: para que no fuera acusado de apoyar al comunismo y no fuera víctima del tipo de intrigas políticas que los EE UU efectuaban en América Central.

En enero de 1958, la embajada checoslovaca en México anunció la estabilización de la situación en la política interna de México y expresó su confianza en el desarrollo de las relaciones culturales mutuas, constatando que después de la designación oficial de López Mateos predominó la opinión de que el curso de la política hacia los países del bloque del Este no sería modificado, lo que renovó la seguridad en los funcionarios.[43]

Durante el año 1958, en cuanto a las posibilidades de desarrollar lazos con los actores comerciales y financieros importantes el lado mexicano seguía con el desinterés de apoyar y desarrollar estas relaciones. Lo mismo se podía decir en el campo cultural por la línea oficial, aunque hay que decir que aquí la causa principal era la carencia de fondos financieros por la parte checoslovaca.[44] Aún así, en este año tuvo un gran significado el otorgamiento de 14 becas a estudiantes mexicanos. Según la representación diplomática checoslovaca, "*el hecho de que estudiantes mexicanos estudien en la República Checoslovaca despierta en México un interés cada vez mayor por nuestro país*."[45]

Una mejora en las relaciones checoslovaco-mexicanas se dio después de la visita de Jruschov a los EE UU a finales del año 1959. La embajada checoslovaca constató que el lado mexicano demostró interés en mejorar y ahondar las relaciones con la legación, por lo que se ofrecía la posibilidad de un contrato cultural.[46]

En los inicios del año de 1960, debido a la disminución de la tensión internacional se dio el comienzo de las visitas mutuas al más alto nivel político. El presidente mexicano, Adolfo López Mateos, aceptó de inmediato la invitación para visitar la Unión Soviética que le fue entregada por el compañero Mikoyán. Igualmente fue aceptada la llegada de la delegación parlamentaria checoslovaca a México, lo que –según la representación diplomática checoslovaca– fue la prueba de que esta visita era la llave para el viaje de la delegación parlamentaria mexicana.[47] El positivo desenvolvimiento de las relaciones checoslovaco-mexicanas se reflejó en la invitación personal de Antonín Novotný al presidente mexicano, y también en el hecho de que el convenio cultural checoslovaco-mexicano entró en negociaciones.[48]

En junio de 1961, la embajada checoslovaca informó a su gobierno sobre la difícil situación política en México, dada la gran presión de los EE UU, y sobre la posibilidad de un repentino desvío político, dada la inestabilidad del gobierno.[49] Durante estos tensos meses, en concreto en septiembre de 1961, se dio un intento de revolución en México, donde fue comprobada una directa participación del espionaje norteamericano.[50]

Durante la culminación del conflicto en el que participaron la Unión Soviética, Cuba y los EE UU, la llamada crisis del Caribe, el 23 de octubre

[42] "Mexiko – kulturní zpráva za III. čtvrtletí 1957, 8. 10. 1957" (México – informe cultural del 3er cuarto de año de 1957). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1956–62.

[43] "Kulturní zpráva za IV. čtvrtletí 1957, 4. 1. 1958" (Informe cultural del 4º cuarto de año de 1957). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1956–62.

[44] "Mexiko – politická zpráva za I. pololetí 1958, 30. 8. 1958" (México – informe político del 1er medio año de 1958). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1956–62.

[45] "Mexiko – řádná kulturní zpráva za II. pololetí 1958, 5. 1. 1959" (México – informe cultural regular del 2º medio año de 1958). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1956–62.

[46] "Vývoj hosp. a polit. situace po nástupu nové vlády, 30. 10. 1959" (Desarrollo de la situación económica y política, después de la formación del nuevo gobierno). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1956–62.

[47] "MEXIKO – polit. zpráva za II. pol. 1959, 19. 2. 1960" (MÉXICO – informe político del 2º medio año de 1959). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1956–62.

[48] Ibid.

[49] "Informace k vnitropolitické situaci v Mexiku, 9. 6. 1961" (Informaciones acerca de la situación política interna de México). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1956–62.

[50] "Politická informace o povstání během oslav mexické revoluce, 6. 10. 1961" (Información política acerca del levantamiento durante la conmemoración de la revolución mexicana). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1956–62.

de 1962 México votó a favor de una convocatoria inmediata del Consejo de la OEA. México votó a favor de la eliminación de misiles en Cuba y a favor de enviar a Cuba observadores de la ONU. Pero no estuvo a favor del bloqueo naval contra Cuba –se abstuvo en la votación (junto con Bolivia y Uruguay)–, y tampoco convalidó el uso de la fuerza militar contra Cuba en el marco de la OEA, absteniéndose otra vez de votar (junto con Brasil, Bolivia y Uruguay). Durante la semana crítica, el día 25 de octubre, los EE UU requerían que México suspendiera las relaciones con Cuba. Sin embargo, el presidente mexicano, A. López Mateos, decidió no suspender las relaciones con Cuba sino seguir con la tradicional política de no intervención y autodeterminación.[51]

En abril de 1963, la legación checoslovaca en México consideró la situación actual de Checoslovaquia en México lo bastante estable para recomendar al gobierno checoslovaco una intervención diplomática a favor de los estados socialistas que aún no habían logrado reanudar las relaciones con México. En concreto, se trató de un apoyo para la llegada de las delegaciones búlgaras y rumanas, de manera que éstas pudieran sondear la posibilidad de reanudar las relaciones diplomáticas o abrir representaciones comerciales.[52]

Desde los tiempos de la crisis del Caribe empezó el acercamiento de la política internacional checoslovaca y la mexicana en varios puntos de la convivencia pacífica, lo que los representantes diplomáticos aprovechaban para conversar con los actores políticos mexicanos. Por ejemplo, coincidían en la postura que ambos países adoptaron ante el acuerdo sobre la detención de pruebas nucleares.[53] La legación checoslovaca juzgaba tan positiva la política de A. L. Mateos, sobre todo en cuanto a la convivencia pacífica, que propuso otorgarle, aun antes de terminar su turno presidencial, la Orden del León Blanco.[54]

Sin embargo, la proclamación como candidato presidencial de Gustavo Díaz Ordaz, a quien la embajada checoslovaca consideró el más reaccionario de todos los posibles candidatos a la presidencia mexicana, originó una preocupación por el futuro de las relaciones mutuas.[55]

"Ordaz es un católico fanático, miembro del Opus Dei. Su orientación es fuertemente anticubana y fue el iniciador de todas las medidas contra la isla. Es partidario de los EE UU y apoya la penetración de su capital en México. Coopera con el FBI y la CIA. Su candidatura está apoyada por el ala derechista del PRI (Alemán) y los EE UU."[56]

Esta preocupación al final resultó injustificada, y las relaciones siguieron desarrollándose sin verse afectadas con el cambio de presidente debido a que G. D. Ordaz decidió seguir con la política trazada por su antecesor A. L. Mateos.

Durante los meses de septiembre y octubre de 1965, las relaciones checoslovaco-mexicanas se fortalecieron en el campo de la educación, cuando en septiembre se dio la estancia de la delegación universitaria checoslovaca durante la cual se logró firmar un acuerdo de cooperación entre la universidad estatal mexicana y la Universidad Carolina[57], y en el mes de octubre se realizó la visita del Ministro de Educación mexicano, Dr. Agustín Yáñez, a Praga.[58]

En marzo de 1966, la embajada checoslovaca caracterizó a la política internacional mexicana como muy positiva, la futura cooperación con este país la describió como muy alentadora y habló de una mejora sustancial en las relaciones mutuas. En cuanto a la política exterior, el

---

[51] "Zpráva o postoji Mexika ke Kubě v posledních událostech, 6. 12. 1962". (Informe sobre la postura de México hacia Cuba durante los últimos acontecimientos). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1956–62.

[52] "Intervence k navázání dipl. styků mezi Mexikem a některými zeměmi TS, 8. 4. 1963". (Intervención por la reanudación de las relaciones entre México y algunos países de democracia popular). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1963–73.

[53] "Vnitřní situace v Mexiku, 7. 8. 1963". (Situación interna en México). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1963–73.

[54] "Návštěva francouzského prezidenta De Gaulla v Mexiku, 7. 4. 1964". (Visita del presidente de Francia, De Gaulle, a México). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1963–73.

[55] "Informace o vnitřním vývoji v Mexiku, 7. 11. 1963". (Informe sobre el desarrollo interno en México). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1963–73.

[56] "Vnitřní vývoj v Mexiku, 8. 5. 1963" (Desarrollo interno en México). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1963–73.

[57] "Bohemika v Mexiku za měsíc září 1965, 27. 9. 1965" (Materiales bohémicos en México en septiembre de 1965). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1963–73.

[58] "Bohemika za měsíc říjen 1965, 27. 10. 1965" (Materiales bohémicos en octubre de 1965). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1963–73.

gobierno del presidente Díaz Ordaz seguía la línea adoptada por México ya en el turno presidencial anterior. Se podía contar con la postura progresista de México en las cuestiones del desarme, la convivencia pacífica y la cooperación internacional.[59]

En julio de 1966 ya fue posible resumir que las relaciones bilaterales entre Checoslovaquia y México habían experimentado en los últimos años un desarrollo muy positivo, y finalmente la representación diplomática checoslovaca las caracterizó como amistosas. Se basaba en el hecho de que las posturas de ambos países frecuentemente eran coincidentes y se daba un apoyo mutuo en las organizaciones internacionales.

Sin embargo, existían algunos problemas en el intercambio comercial, donde teóricamente México estaba de acuerdo con la ampliación del comercio con los países de la comunidad socialista, pero en la práctica no daba ningún paso que permitiera el crecimiento del intercambio económico. Para la embajada checoslovaca era obvio que los intereses de los monopolios extranjeros desempeñaban bien su rol y seguían dominando gran parte de la economía mexicana.[60] Así por ejemplo, en julio de 1966 se dio un ataque contra el departamento comercial de la legación checoslovaca, cuando la legación fue inculpada de acciones subversivas así como de injerencia en los asuntos internos de México por el senador Alfonso Guerra, representante del estado de Nayarit, quien empezó una campaña contra la legación en la prensa e incluso pidió la expulsión de México del embajador checoslovaco y del asesor económico. El Secretario del Interior, después de consultar el asunto con el presidente, declaró que las acciones comerciales de la legación no habían tenido ningún enfoque político, de manera que la representación diplomática checoslovaca calificó toda esta campaña como un éxito a favor de Checoslovaquia, éxito que según él fortalecía la posición de la legación y del comercio exterior checoslovaco en México.[61]

Pero Checoslovaquia ya se encontraba en pleno auge de la llamada Primavera de Praga, y la prensa mexicana, como también otras prensas occidentales (la mexicana en la mayoría de los casos tomaba de la prensa norteamericana las noticias sobre Checoslovaquia), prestaba atención a estos cambios sociales y políticos.

Después de la inesperada ocupación de Checoslovaquia por las tropas del Pacto de Varsovia, llegó una propuesta de iniciativa mexicana en esta cuestión. El 29 de agosto y el 2 de septiembre de 1968, el embajador mexicano en Praga, Castro Valle, visitó el Ministerio de Relaciones Exteriores, y en conversaciones con el viceministro –Ing. Bušniak– y el suplente del jefe del Sexto Departamento Secreto –R. Ježek–, informó sobre la intención del presidente y el gobierno mexicanos de ayudar a Checoslovaquia a solucionar la actual situación originada después de su ocupación por las tropas del Pacto de Varsovia; de manera que México desarrollaría una iniciativa para convocar a la Asamblea General de la ONU, o sometería la cuestión checoslovaca a consulta en una sesión regular de la ONU. La iniciativa mexicana para que la situación checoslovaca fuera negociada en la Asamblea General de la ONU fue impulsada por el presidente mexicano, Díaz Ordaz, y fue dirigida con el esfuerzo de brindar pleno apoyo en el foro de la ONU a las legítimas demandas de Checoslovaquia por la soberanía estatal y la no injerencia en sus asuntos interiores. A Castro Valle le fue comunicado que el presidente de Checoslovaquia, el gobierno y los demás órganos partían de los tratados moscovitas para solucionar la situación originada y, por consiguiente, cualquier ventilación de la situación checoslovaca en los foros internacionales o en la ONU no sería útil, al contrario, sería un obstáculo grave para el esfuerzo del gobierno checoslovaco por normalizar la situación y retirar las tropas ajenas del territorio checoslovaco antes del tiempo. La misión permanente checoslovaca en la ONU explicó de la misma forma la postura checoslovaca. Castro Valle aceptó con comprensión esta explicación y prometió informar a Díaz Ordaz y al gobierno mexicano para que no desarrolla-

[59] "Současná situace Mexika. Rozbor vnitřní a zahraniční politiky, 3. 3. 1966" (Situación actual de México. Análisis de la política interior y exterior). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1963–73.

[60] "Příprava XXI. zasedání VS OSN, 4. 7. 1966" (Preparaciones de la XXI Asamblea General de la ONU). AMZV ČR, f. Mexiko, T, 1965–69.

[61] "Bohemika v červenci 1966, 27. 7. 1966" (Materiales bohémicos en julio de 1966). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1963–73.

ran ninguna iniciativa que pretendiera solucionar la situación checoslovaca.[62]

Sin embargo, el interés por la cuestión checoslovaca fue aflojado por los asuntos internos de México, de donde en agosto de 1968 la representación diplomática checoslovaca reportó sobre los disturbios y manifestaciones estudiantiles que se caracterizaban por una escalada de violencia y que culminaron el 2 de octubre de 1968 con la matanza de Tlatelolco. La embajada checoslovaca resumió la situación actual de México como la más seria en la última década.[63]

La revisión de la postura mexicana hacia el problema de la ocupación de Checoslovaquia se reflejó claramente en la conversación del Secretario de Relaciones Exteriores de México, Carrillo Flores, con el embajador checoslovaco en México, que se dio el día 16 de octubre de 1969.

"No sé cómo fueron interpretadas en su país las palabras de nuestro presidente –pronunciadas en su discurso a la nación mexicana el día primero de septiembre de 1968 en nuestro Congreso- cuando también mencionó a Checoslovaquia en relación con los acontecimientos de agosto. No está en nuestro ámbito –siguió Carrillo Flores– *dar consejos al por nosotros muy estimado pueblo checoslovaco sobre lo que debería hacer para el futuro florecimiento de su bello país. Eso lo sabe mejor el mismo pueblo y su gobierno, cuya decisión, como ya he dicho, plenamente respetamos y estimamos."*[64]

A finales del año 1969, el embajador checoslovaco en México urgió varias veces la ratificación del convenio cultural checoslovaco-mexicano, señalando la languidez de este convenio causada por el Congreso mexicano (la ratificación del convenio por Checoslovaquia se había dado hacía un año).[65] En diciembre, el embajador checoslovaco se quejó de la falta de interés de México por realizar acuerdos culturales con los países del bloque socialista.[66] El acuerdo sobre cooperación cultural entre la República Socialista Checoslovaca y los Estados Unidos Mexicanos fue firmado en México el 9 de agosto de 1968. Entró en vigor el 28 de octubre de 1970,[67] coronando con éxito una iniciativa de la legación checoslovaca que databa de diez años atrás.

(Escrito en español por la autora)

[62] "Rozhovor mexického velvyslance v Praze s nám. ministra s. Ing. J. Bušniakem, informace pro čs. ZÚ Mexiko, 3. 9. 1968". (Conversación del embajador de México en Praga con el viceministro Ing. J. Bušniak, Informaciones para la legación checoslovaca en México). AMZV ČR, f. Mexiko, T 1965–69.

[63] "Mimořádná politická zpráva č. 5 o současných studentských demonstracích, 20. 8. 1968". (Informe político extraordinario nº 5, acerca de las actuales manifestaciones estudiantiles). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1963–73.

[64] "Politická zpráva č. 12/1969. Předání zahraničně politického textu z prohlášení čs. vlády mexickému ministru zahr. věcí, 31. 10. 1969" (Informe político nº 12/1969. Entrega del texto de la declaración del gobierno checoslovaco relativo a los asuntos de la política exterior, al Secretario de Relaciones Exteriores de México). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1963–73.

[65] Ibid.

[66] "Společenské styky vedoucího ZÚ a jeho manželky, 9. 12. 1969" (Relaciones sociales del jefe de la legación checoslovaca y de su esposa). AMZV ČR, f. Zprávy ZÚ, Mexiko, 1963–73.

[67] "Vyhláška ministra zahraničních věcí o Dohodě o kulturní spolupráci mezi Československou socialistickou republikou a Spojenými státy mexickými ze dne 10. 11. 1970". Sbírka zákonů, Československá socialistická republika, Ročník 1970, částka 35, Sbírka zákonů č. 113/1970, str. 509 (Bando del Ministro de Relaciones Exteriores sobre el Acuerdo de cooperación cultural entre la República Socialista de Checoslovaquia y los Estados Unidos de México. Colección de leyes, República Socialista de Checoslovaquia, Año 1970, Cap. 35, Colección de leyes nº 113/1970, p. 509).

NOTAS
E COMENTÁRIOS

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 267–270

CARIBE/CARIBES: CRIOLLIZACIÓN Y PROCESOS DE CAMBIO, 49º Simposio Histórico (Sevilla, julio de 2006)

Dentro del marco del 52º Congreso Internacional Americanista que tuvo lugar en Sevilla, en julio de 2006, se desarrolló el 49º simposio histórico denominado *Caribe/Caribes: criollización y procesos de cambio.* Los participantes se interesaron ante todo en los procesos de la formación de la sociedad criolla en América Latina, particularmente en Cuba y Puerto Rico. Una gran parte de los ponentes dedicó sus presentaciones a la literatura de ambos países, ya que fue en ella donde en los siglos XIX y XX se había ido manifestando considerablemente la tensión cada vez mayor entre los habitantes españoles y criollos de las islas. Fueron precisamente los autores de novelas y los poetas cubanos y portorriqueños quienes no solamente iban dándose cuenta de esta tensión y la iban representando en sus obras, sino que también influían en la toma de conciencia de los lectores por medio de los héroes literarios. Estos fueron temas principales de las contribuciones de Françoise Moulin Civil ("Criollización vs criollidad: unas propuestas para leer al Caribe"), Sandra Hernández ("Escritura del paisaje caribeño en la obra de Alejo Carpentier y Edouard Glissant: criollización y poética del espacio"), Ottmar Ette ("Los caminos del saber: el Caribe y sus literaturas en cuatro fases de globalización acelerada"), Ana Margarita Cervantes-Rodríguez ("Repensando a 'los nuevos latinos' y 'la nueva latinidad' a la luz del concepto del criollismo: apuntes para una discusión"), Inés García Abad ("Espacios de sociabilidad de tipo socio-cultural en La Habana, 1878–1895") y Sylvia Bouffartigue ("Identificación del mambi cubano, figura de la nación de 1852 a nuestros días"). Todos los mencionados especialistas en le literatura caribeña no observan solamente las diferentes formas de la sociedad de Cuba y Puerto Rico en los textos de la época, sino también el modo en que los autores iban representando a dichas comunidades, eventualmente a tipos que en la literatura coetánea debían caracterizar la sociedad correspondiente. En este contexto, la contribución extraordinariamente lograda fue la de Sylvia Bouffartigue en la que la ponente observó la imagen del mambi cubano en la literatura de Cuba de finales del siglo XIX y durante el siglo XX.

Christopher Schmidt-Nowara ("El problema de la prehistoria: historias nacionales en Puerto Rico y Cuba, siglo XIX") y Josef Opatrný ("Historia en la obra de Pedro Santacilla") analizaron un género específico de literatura al que los autores que lo practicaban consideraban trabajos históricos objetivos, lo que, sin embargo, no corresponde a la realidad. Aquellos autores (como ejemplo sirva Pedro Santacilla, cuyos textos sometió a análisis Josef Opatrný) no se servían de métodos adecuados al trabajo de historiadores, y, sin tomar en cuenta hechos históricos, construían mitos que servían para la defensa de sus posiciones políticas en los conflictos de la segunda mitad del siglo XIX.

La contribución de Antonio Santamaría García ("La misma especialización, dos sociedades agrarias distintas. Puerto Rico y Cuba a finales del siglo XIX") demostró el interés de los especialistas jóvenes en la problemática de esta región en la historia económica. Santamaría observó el fondo económico de la formación de las comunidades criollas de Cuba y Puerto Rico a lo largo del siglo XIX, y puso de relieve las diferencias en el desarrollo de ambos países.

En el simposio participó también el historiador cubano Jorge Ibarra ("Castas e integración etnocultural en las Antillas hispánicas: la población negra y mulata y los señores de hacienda criollos en la región centro oriental de Cuba. El caso de Bayamo"). Ibarra fundamentó su texto en documentos de archivos locales, demostrando

las relaciones entre la población de origen europeo y africano en Cuba en la época colonial en una de las ciudades importantes, Bayamo.

En el simposio fueron presentados trabajos interesantísimos de los representantes de diferentes tendencias de la investigación de la problemática caribeña, particularmente en el área de literatura e historia. Al mismo tiempo, significó una valiosa presentación de resultados de las instituciones españolas, estadounidenses, francesas, alemanas y mexicanas. En este sentido, resulta muy honroso el hecho de que los participantes del simposio hayan confiado la edición de las actas a la Editorial Karolinum. Fueron publicadas en 2007 bajo la dirección de Josef Opatrný como *Caribe/Caribes: criollización y procesos de cambio. Ibero-Americana Pragensia,* Supplementum 18/2006, 288 págs., ISBN 80-246-1280-1, ISSN 1210-6690).

por Josef Opatrný (Praga)
(Traducción: Simona Binková)

A EXPOSIÇÃO *NOVOS MUNDOS – NEUE WELTEN* (Berlim, 24 de Outubro de 2007 – 10 de Fevereiro de 2008)

Com o subtítulo de *Portugal und die Zeitalter der Entdeckungen (Portugal e a Época dos Descobrimentos)* decorreu na capital alemã uma fascinante exposição sobre o papel de Portugal nos Descobrimentos europeus, inspirada por acontecimentos de carácter histórico e também actuais: a exposição coincidiu com o 500º aniversário da morte em Lisboa de Martinho da Boémia (Martin Behaim), Alemão oriundo de Nuremberga, autor do globo mais antigo que se conservou e que inclui as rotas marítimas da época imediatamente precedente à navegação de Cristóvão Colombo, correspondendo ainda com o 500º aniversário da primeira apresentação do nome América na literatura geográfica e na cartografia (na edição da *Geographiae Introductio* de Ptolemeu de 1507, acompanhada de dados actualizados relativos aos Descobrimentos ibéricos no Ultramar). Outro facto que contribuiu à ideia de realizar uma exposição em cooperação luso-alemã foi o de Portugal ser encarregado de assumir, a seguir a República Federativa de Alemanha, em meados de 2007, a Presidência da União Europeia, o que significou uma boa oportunidade de apresentar o seu legado histórico no país antecessor.

A exposição realizou-se no *Deutsches Historisches Museum* em colaboração com o *Instituto Camões* e a Embaixada de Portugal na Alemanha, nos dias de 24 de Outubro de 2007 até 10 de Fevereiro de 2008, num espaço de aproximadamente 1.000 metros quadrados, dispondo de uma quantidade considerável de peças, muitas das quais antes nunca apresentadas ao público, provenientes não só de colecções portuguesas e alemãs, mas também belgas, francesas, britânicas, italianas, neerlandesas, austríacas, suíças, espanholas, norteamericanas e vaticanas.

As colecções reunidas estavam divididas em doze secções: I – Prólogo; II – Portugal na Idade Média; III – Condições prévias; IV – Viagens de Descobrimentos; V – Cartografia e Náutica; VI – Novos Mundos – Velhos Impérios; VII – Portugal no Ultramar; VIII – Gabinetes da Arte e Curiosidades; IX – Portugal no Século XVI; X – Conflictos Internacionais; XI – Imagens do Outro; XII – O mundo lusitano hoje.

Não podendo ser mencionados concretamente senão alguns dos objectos expostos, vamos destacar nomeadamente uma quantidade extraordinária de documentos medievais e posteriores, precedentes e contemporâneos das navegações marítimas dos Portugueses e Espanhóis (como as bulas papais, tratados, cartas), instrumentos da medição geográfica e astronómica, mapas e globos, modelos de barcos, objectos de arte (esculturas, gravuras, pinturas, arte aplicada), religiosos e de uso diário (vestuário, jogos…), não só da origem europeia, mas também das culturas africanas, asiáticas e americanas, e ainda armas, moedas e livros.

Citemos, a título de exemplo, inúmeros mapas que ilustram a evolução da cartografia; uma carta de Vasco da Gama de 1502; uma tença de Pedro Álvares Cabral; o original do Tratado de Tordesilhas de 1494, assim como do de Alcáçovas de 1479; e, entre vários livros preciosos dos autores portugueses do século XVI, a primeira edição de 1572 d'Os Lusíadas de Luís de Camões; entre as peças de arte dois painéis (relevos) de madeira (que datam de 1530), vindos dum museu de Rouen, que representam a exploração e o transporte do pau-brasil. Entre as curiosidades, o famoso rinoceronte em relevo no estilo arcimboldino (colagem de vários materiais

naturais como conchas, pérolas e corais), datado de 1600 e proveniente talvez de Praga.

Outro capítulo apresenta o mundo espiritual e religioso das etnias ultramarinas e a penetração do cristianismo pelos esforços dos missionários europeus (na África, na China, no Japão, na Índia e no Brasil), assim como o sincretismo na religião e nas artes, apresentando ainda a flora e fauna exóticas nos escritos de autores europeus, etc. Na parte final, foi lembrada a invasão de outras nações europeias nos territórios dominados pelos Portugueses: para além da concorrência dos Espanhóis tratava-se sobretudo dos Holandeses, Franceses e Ingleses, sendo destacada igualmente a diferente aceitação pelos povos indígenas, mas que na maioria dos casos terminou, por volta de 1600 e nos anos posteriores, com a perda dos territórios que Portugal tinha ganho.

A generosa selecção dos objetos, provenientes de instituições estatais, museus e bibliotecas, mas também de colecções privadas de vários países acima referidos, que se encontraram concentrados em Berlim num só espaço, muitos deles talvez nunca antes expostos publicamente no âmbito português ou alemão, proporcionaram aos especialistas assim como ao público mais amplo não só uma visão muito completa dos Descobrimentos portugueses, mas também a abordagem de várias questões que não deixam de ser actuais, como o intercâmbio e a confrontação culturais. Foi particularmente valioso inclusive o aspecto da exposição que permitiu compreender como os habitantes de África, Ásia ou América iam assumindo e aceitando o conhecimento "do outro", o europeu, incluindo-o, à sua maneira, no seu mundo espiritual e artístico.

Convém também lembrar que – apesar de não ter sido realçado excessiva e explicitamente, mas correspondendo à realidade histórica – houve um grande interesse da parte dos círculos burgueses (nomeadamente comerciais) alemães dos séculos XV e XVI, influenciados também pelo Humanismo, no processo dos Descobrimentos geográficos. Isto refletiu-se na quantidade de escritos que se referiam à época dos Descobrimentos, dos objectos exóticos que hoje se encontram na Alemanha, e na sua missão intermediadora na introdução de novidades em todo o âmbito centroeuropeu. Tudo isso pode ser surpreendente para o público português. Por outro lado, foi mostrado pela exposição que, mesmo os países que não tinham nada que ver com o oceano ou o Ultramar, participaram, pelo menos intelectualmente nos processos de "descobrimento" dos mundos até então desconhecidos para uma grande parte da população europeia.

Para ainda maior satisfacção dos visitantes da exposição (inclusive aqueles que não se puderam deslocar pessoalmente a Berlim), o louvável esforço de todos os organizadores culminou numa volumosa publicação homónima de 640 páginas, que ficou a cargo dos editores Michael Kraus e Hans Ottomeyer (ISBN 978-3-86102-146-9 e ISBN 978-3-940319-11-1), abrangendo metade do volume um exemplar catálogo com comentários introductórios correspondentes a cada uma das doze secções da exposição, uma resumida descrição dos objectos e fotografias de alta qualidade. A outra parte apresenta mais de duas dezenas de ensaios (escritos em alemão, com um resumo em português), da autoria dos mais destacados especialistas de várias nacionalidades em história, cartografia, culturologia e artes.

A título de exemplo, mencionemos o da autoria de Sanjay Subrahmanyam que analiza os primeiros dez anos do encontro de Portugal e da Ásia, diz respeito às falsas imagens que tinham os Portugueses acerca da quantidade e importância dos cristãos na Índia: eles sabiam da existência dos muçulmanos, mas só paulatinamente iam tomando conta da existência dos hindus, sendo essa situação devida às informações erradas, que influenciaram inclusive Veneza – concorrente de Portugal no comércio das especiarias (pp. 25–45). Eduardo Lourenço faz um balanço do papel que Portugal desempenhara na época dos Descobrimentos como um país católico que se distanciara da parte da Europa protestante: o erudito desenvolve o tema da modificação – devido às viagens ultramarinas dos Portugueses – do olhar europeu de ver o mundo no século XVI, confrontando-o ainda com a situação da cultura portuguesa no princípio do século XXI, quando – segundo ele – esta vive talvez uma nova irradiação (pp. 47–51).

Outros especialistas dedicaram-se aos temas da cartografia e economia, que formaram as condições e um amplo contexto das navegações (pp. 53–87). Uma grande atenção é dedicada aos temas de confrontação das culturas, a européia e as americanas, africanas e asiáticas: Michael Kraus conseguiu, no seu estudo sobre os começos da colonização do Brasil, juntar igualmente as reacções dos indígenas (pp. 115–127). Destaquemos ainda a repercussão da presença

portuguesa no Benim, de Stefan Eisenhofer (pp. 107–113); artigos sobre Goa, Sri Lanka, China e Sudeste asiático (pp. 129–189), e outros. Não falta o interesse pelas artes, reflexões que consideram os mais variados pontos de vista, como: as repercussões do desenvolvimento económico de Lisboa no aspecto arquitectónico da cidade nos séculos XVI e XVII, da autoria de Paulo Pereira, co-curador da exposição (pp. 221–239); as colecções de objectos raros e exóticos (os gabinetes de curiosidades) que se formaram nas cortes principescas, dos burgueses e eruditos, de Elke Bujok (pp. 241–255); materiais preciosos utilizados pelos artífices europeus, de Sigrid Sangl (pp. 257–265); temas "indianos" nas ilustrações aos textos informativos sobre os Descobrimentos, de Marília dos Santos Lopes (pp. 267–273), ou ainda o sincretismo luso-asiático na arte Nambam, de Alexandra Curvelo (pp. 275–285).

Duas contribuições, finalmente, tratam da presença da Igreja católica no Ultramar: a da autoria de Johannes Meier, que discorre particularmente sobre a Companhia de Jesus no Brasil, observando as actividades dos jesuítas, nomeadamente no contexto da protecção aos Índios contra a exploração colonial (pp. 287–297); e a de Pedro Lage Reis Correia, sobre os começos da missão no Japão (pp. 299–306).

Os ensaios publicados no catálogo foram bem ilustrados e completos pelas peças expostas, estando com essas numa admirável harmonia. Todos os estudos foram apresentados num simpósio preparativo que teve lugar em Berlim já em Novembro de 2006, facto que contribuiu indubitavelmente para uma bem premeditada e cientificamente fundada concepção da exposição. Merece um reconhecimento especial a editorial Sandstein de Dresden pela realização do valioso catálogo que não deveria faltar em nenhuma biblioteca especializada na época dos Descobrimentos, assim como todos aqueles que participaram na grandiosa apresentação da cultura dos quatro continentes no momento do encontro mútuo.

por Simona Binková e Marie Havlíková (Praga)
(Escrito em português pelas autoras)

RESENHAS
E INFORMES
BIBLIOGRÁFICOS

Jorge A. Eiroa Rodríguez, *Antigüedades Medievales (Real Academia de la Historia, Catálogo del Gabinete de las Antigüedades)*, Madrid, Real Academia de la Historia 2006, 224 págs., ISBN 84-95983-76-1.

La Real Academia de la Historia española continúa presentando al público sus amplísimas y variadas colecciones. La publicación más reciente, objeto de este informe, trae un vistazo profundo a una parte del Gabinete de las Antigüedades de dicha institución, a saber, su colección medieval.

La parte introductoria informa sobre su historia, presenta una lista de aquellos que habían cuidado de ella (su curador es el "anticuario perpetuo"), aparecen diagramas que documentan el origen de la colección, la proporción porcentual de los materiales de los que los artefactos se habían elaborado, la cantidad de adquisiciones por decenios a partir de los años treinta del siglo XIX, los donadores –si es que hubo constancia de ellos– y lugares de donde las donaciones proceden. Sigue una bibliografía minuciosa sobre los artefactos medievales en España. Sin embargo, el contenido básico del libro es el catálogo de objetos que forman la colección, dividido según el material del que están hechos: textil, márfil y hueso, piedra, yeso, metal (el grupo más numeroso), cerámica y madera. Cada objeto viene representado con una foto en negro y blanco y con un texto en el que aparecen: el nombre en el catálogo del Gabinete, el número de inventario, la descripción del objeto, el dato cronológico, la origen, referencias bibliográficas y comentario. Entre todas estas referencias, las más extensas son la descripción y, especialmente, el comentario que incorpora el objeto descrito en un contexto más amplio de los conocimientos y que toma en cuenta también los diferentes puntos de vista y juicios en torno a él. La última parte del libro la forman 24 fotografías a color de primera calidad y nueve índices de gran utilidad. Para los investigadores y los interesados en la cultura material del Medioevo español la publicación reseñada indudablemente pasará a ser una fuente de informaciones bienvista.

por Bohumil Badura (Praga)
(Traducción: Simona Binková)

Jan Klíma, *Dějiny Portugalska* (História de Portugal), Nakladatelství Lidové noviny, 2ª ed. aumentada, Praha 2007, 672 págs., ISBN 978-80-7106-903-4.

Jan Klíma, *Dějiny Portugalska v datech* (História de Portugal em Datas), Nakladatelství Libri, Praha 2007, 655 págs., ISBN 978-80-7277-166-0.

O maior especialista checo na história de Portugal e dos países lusófonos, o historiador Jan Klíma, tem vivido nos últimos anos um apogeu de publicação de suas obras, resultado do seu interesse e experiência profissional de toda a vida (v. as suas Histórias de Portugal, do Brasil, da Angola, de Timor Leste e da Guiné-Bissau, entre outros livros).

Os seus livros mais recentes são: a *História de Portugal em Datas* que se baseia no seu conhecimento profundo da história deste país que o autor tinha provado já na primeira edição da sua *História de Portugal* (Nakladatelství Lidové noviny, Praha 1996, 306 págs.), obra que agora sai numa outra edição aumentada. Dez anos de diferença possibilitaram nomeadamente a ampliação do manual com uma visão da história mais contemporânea – a das duas últimas décadas, a partir da entrada de Portugal na Comunidade Europeia (1986) e durante a sua transformação na União Europeia (1993); é lembrado, em 1996, o nascimento de Afonso de Bragança em Lisboa como testemunha da mudança do ambiente no mesmo Portugal e a fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com a qual começa uma nova etapa de convivência e solidariedade dos países lusófonos. No ano de 1998, Portugal atraiu a atenção do mundo com a Expo 98. Também se descreve em detalhes o desenvolvimento político e económico interiores e a consolidação das relações com os últimos territórios do domínio português no Ultramar (Macau, Timor Leste). Devidamente completos foram também os capítulos sobre o desenvolvimento da cultura depois de 1974 e a história das relações checo-portuguesas. Mas a actualização lógica na nova edição não é o único positivo: Klíma alargou e, em certos casos praticamente reescreveu, vários capítulos. Muito mais amplos são agora os capí-

tulos relacionados com a Pré-História, a formação do Reino de Portugal e os Descobrimentos (a sua extensão quase sempre duplicou). Fundamentalmente ampliada está a época filipina, sendo retocadas igualmente as etapas seguintes – podemos observá-lo sobretudo na parte dedicada a Salazar. Este aprofundamento deve-se ao facto de Klíma ter escrito, entre a primeira e a segunda edições da *História*, uma biografia do dictador (2005). O autor reexaminou consideravelmente inclusive as tábuas cronológicas e ampliou a bibliografia que completa o texto.

Toda esta erudição foi aproveitada, como já foi observado, na segunda das publicações: *História de Portugal em datas* que foi publicada numa série especial, editada na editorial Libri. Trata-se dum manual que proporciona uma orientação fácil e rápida, na qual os acontecimentos históricos são classificados por ordem cronológica. Mas Klíma não se limita a uma mera enumeração destes, apresentando até a Idade Média somente os mais importantes enquanto que, nas épocas posteriores, cita-os quase ano por ano, marcando até os dias comemorativos da história moderna. O autor classifica igualmente as etapas históricas em capítulos, caracterizando-as brevemente em uma, duas ou três páginas. Para além dos acontecimentos políticos, ele sublinha o desenvolvimento das artes e da literatura, incluindo ainda informações sobre os contactos luso-checos. Quase todas as páginas contêm algum tipo de ilustração, mapas, fotografias, reproduções de pinturas, gravuras, moedas e escudos de cidades, representando essas um plausível contrapeso dos "dados secos". Um sumário cronológico dos soberanos, presidentes da República e primeiros ministros, assim como um registo onomástico formam um outro suplemento útil da obra.

Com esta publicação, complementar do manual de história "clássico" acima mencionado e dos outros títulos existentes, o leitor checo tem à sua disposição um conjunto extraordinariamente rico de informações sobre Portugal. Tem contribuído para esse facto laudável – para além do incansável esforço do mesmo autor – um apoio permanente, prestado pela Embaixada de Portugal e pelo Instituto Camões na República Checa, às actividades dos lusitanistas checos, entre os quais o professor Klíma se destaca.

por Simona Binková (Praga)
(Tradução: Marie Havlíková)

Pavel Štěpánek, *Valentim Fernandes de Morávia. Poznámky k životu a dílu významného moravského knihtiskaře v Lisabonu na přelomu 15. a 16. století – představitele manuelského umění*, L. Marek, Brno 2006, 140 págs., ISBN 80-86263-87-8.

O historiador de artes Pavel Štěpánek, especialista nomeadamente em artes plásticas de Espanha nas colecções checas e nas relações dos pintores espanhóis e hispanoamericanos com a Boémia, a Checoslováquia e, finalmente, a República Checa, orienta-se esta vez a uma arte específica – a tipografia. Ficando fiel aos temas de duas regiões distantes – a Península Ibérica e a Europa central, ligadas por um certo laço comum, esta vez não presta atenção ao âmbito hispanófono, mas sim à Lisboa dos finais do século XV e começos do século XVI, como indica o título do seu livro dedicado a *Valentim Fernandes de Morávia*. *Observações acerca da vida e obra do eminente tipógrafo moravo em Lisboa, representante da arte manuelina.* Esse personagem tem ficado até hoje praticamente desconhecido no seu país de origem, fora de círculos especializados lusitanistas ou de biblioteconomia, mas era frequentemente citado e estudado em Portugal, onde participara na introdução da imprensa, inventada havia pouco tempo e difundida pela Europa particularmente por mestres alemães. Como tipógrafo, mas também como editor, traductor e autor, Valentim Fernandes apareceu em todas as obras de A. Anselmo e outros especialistas sobre as origens do prelo (K. Burger, K. Haebler). Outros submetiam à análise o seu interesse pelas viagens ultramarinas portuguesas (J. A. Schmeller, A. Fontoura da Costa, etc.), especialmente em relação com o chamado *Manuscrito Valentim Fernandes*, a famosa colecção de textos e traçados de mapas das ilhas atlânticas que ele notara ou copiara ou eventualmente redigira. Mais que a sua vida (até hoje não se sabe quase nada) tem sido estudada a sua obra, que conta 17 ou 18 livros impressos mais o manuscrito acima citado, encontrado em Munique, para além de mais alguns documentos conservados, escritos por ele ou sobre ele. Convém referir igualmente o seu iminente papel intermediador entre os mercadores de especiarias alemães e a Coroa portuguesa que monopolizava o comércio.

Pavel Štěpánek conseguiu registar minuciosamente talvez toda a literatura existente relacionada com Valentim Fernandes, e, baseando-se

nela, tentou dar a imagem mais completa possível da sua vida e da sua obra, focando particularmente a realização artística dos seus impressos. Dessa maneira, o professor Štěpánek fez uma evaluação adequada da posição do impressor moravo na história da tipografia portuguesa, e determinou também o seu lugar no contexto da arte manuelina da época. Apresentando inúmeras xilografias – ilustrações dos textos editados pelo tipógrafo, motivos decorativos, iniciais, selos de impressor e colófonos, Štěpánek não só oferece ao leitor interessado uma amostra extraordinária e nunca antes reunida dos elementos ornamentais utilizados pelo impressor, mas também os vai comparando, confrontando e pondo em contextos tipográfico, artístico, histórico e ideológico mais amplos. Nesse sentido, convém aplaudir esta publicação que entreabre a porta à evaluação da contribuição de Valentim Fernandes: neste caso, advertindo no âmbito checo sobre um personagem meio-desconhecido que trabalhava em terras distantes. No campo da história da imprensa, o autor tem o mérito de ressaltar os valores artísticos do tipógrafo moravo nas próprias origens deste arte e oficio.

Naturalmente, podemos encontrar no texto formulações um tanto imprecisas que provêm do esforço de ressaltar a importância do reino de Boémia da época (p.ex. falando do prestígio da Coroa de Boémia na Península Ibérica no século XIV – p. 9, enquanto este se devia ao mais importante título do rei romano que naquela época incumbia ao rei da Boémia Wenceslau IV); ou salientando relações – muito prováveis, mas não documentadas (falando de Martinho da Boémia, têm-se como certos os seus contactos com Cristóvão Colombo e com Valentim Fernandes – p. 15 –, embora não existam documentos que o possam comprovar). Também não é correcto afirmar que "Portugal formou um império colonial apesar de … ter perdido a sua independência [em 1580–1640]" (p. 19), porque ele o tinha formado já antes, e, pelo contrário, ia-o perdendo em consequência da união com a Espanha; não é lembrada a façanha de Bartolomeu Dias, sendo "a navegação memorável que dobrou o cabo denominado sintomaticamente Cabo da Boa Esperança" relacionada pelo autor com a de Vasco da Gama – p. 19), tudo isso resultando de uma necessidade de reduzir demasiadamente os acontecimentos históricos. *Este livro é de rotear* de Valentim Fernandes não é um livro de viagens (p. 39), mas uma espécie de manual de navegadores da época. Hans Mayr não foi um marinheiro (p. 99), mas sim um factor alemão na Índia. Algumas traduções de alemão podem ser postas em dúvida (p. 110). Há também erros evidentes: o manuscrito roubado da Biblioteca Nostitz em Praga (p. 21 e a respectiva nota 36) não foi o *Derrotero* (*Roteiro*) português de aproximadamente 1564–1582, estudado por K. Kozická, mas um atlas anónimo (de aproximadamente 1631–1633), atribuído a João Teixeira Albernaz I (publicado em 2004 em Praga numa edição limitada); o terramoto desastroso em Lisboa (que afectou também uma grande parte do Algarve e da Andalusia) não ocorreu em 1752 (p. 25), mas em 1755; à cidade alemã de Augsburgo (p. 29) corresponde a denominação latina de Augusta Vindelicorum, enquanto que Argentina (ou Argentoratum) foi própria de Estrasburgo. Faltam dados bibliográficos relativos às viagens de Valentim Fernandes e à sua correspoondência com Gabler, assim como aos seus apontamentos acerca do descobrimento do Brasil, que não se baseavam exclusivamente no relato de Pero Vaz de Caminha, mas também nos documentos um pouco posteriores.

Por um lado, convém saudar a iniciativa do autor de divulgar o conhecimento sobre Valentim Fernandes no seu meio de origem e contribuir com os pontos de vista ainda não explorados, mas, por outro lado, é lamentável que a excepcional oportunidade de apresentá-lo pela primeira vez no âmbito checo não seja acompanhada de um maior esforço por aprofundar o contexto amplo das suas actividades tão variadas, que já foram investigadas no estrangeiro, e cujos resultados são do conhecimento do autor. Um estudo que possa abranger explicita e detalhadamente todos os aspectos já antes estudados teria por resultado que o personagem e as suas vicissitudes da vida fossem mais accesíveis a um público especializado em diferentes campos e não só na história da arte, com certas abordagens mais gerais.

por Simona Binková (Praga)
(Tradução: Marie Havlíková)

Carlos Martínez Shaw – Celia Parcero Torre (dirs.), *Cristóbal Colón*, Junta de Castilla y León, Consejería de Cultura y Turismo 2006, ISBN 84-9718-397-5, 467 págs., notas.

El libro reseñado despierta la atención ya desde la primera mirada por su tamaño, la calidad grá-

fica y el número de extraordinarias ilustraciones. Sin embargo, el lector que empiece a hojear inmediatamente llegará a la conclusión de que estos rasgos exteriores no son los únicos que hacen de la obra un evento editorial excepcional, significando una ayuda a todo el público, no solamente a los especialistas sino también a los seriamente aficionados a la historia, interesados en la vida e importancia de uno de los personajes que cambiaron la historia humana, el navegante genovés al servicio de la Corona española Cristóbal Colón. No sorprende que el libro haya salido a la luz en 2006, el año del quinto centenario de la muerte de Colón, y tampoco sorprende el editor del voluminoso volumen, la Junta de Castilla y León. Bajo su bandera llegaron los tres buques de la expedición a las costas del Nuevo Mundo, y Castilla está siempre ligada a este evento histórico. Durante la lectura preliminar surge, naturalmente, la pregunta de si se puede escribir algo nuevo sobre Colón, de quien se ha escrito en miles y miles de páginas. Es uno de los editores del libro, el renombrado historiador español Carlos Martínez Shaw, quien la contesta. Resumiendo la problemática colombina, dice: "Y, en este contexto, tal vez tenga sentido adelantar algunas sugerencias sobre los caminos que puede recorrer la investigación colombina para tratar de satisfacer los intereses no ya de los especialistas, sino de la sociedad del siglo XXI. Porque quizás ha llegado el momento de unir al periplo circular en torno a las cuestiones debatidas, al menos durante más de un siglo, una navegación en derechura y de más largo alcance, que permita a la experiencia colombina tanto insertarse en el marco más amplio de la expansión de la Europa renacentista como contribuir a la explicación de una serie de procesos de prolongado impacto que están vinculados con el descubrimiento del Nuevo Mundo." (p. 11) El autor después concluye este texto que introduce el volumen: "En definitiva, la rememoración de la muerte de Cristóbal Colón debe servirnos para analizar las relaciones que existen entre la empresa colombina y la aparición del mundo moderno. Para responder a las exigencias de nuestro tiempo, hay que resaltar sobre todo su contribución a "la mayor mutación del espacio humano de todos los tiempos" (según la afortunada expresión de Pierre Chaunu), a la anulación de unas barreras milenarias entre ámbitos separados, al anudamiento de una serie de vínculos (humanos, económicos, culturales) entre los cinco continentes, a la aparición de un solo mundo, a la invención de la historia universal." (p. 22) Veinte autores ofrecen en las páginas siguientes sus estudios dedicados a diferentes problemas colombinos. Consuelo Varela resume la problemática de la documentación colombina, Alberto Vieira sigue las huellas de Colón en Portugal, Joseph Pérez dedica su atención a la problemática de las relaciones entre Colón y los Reyes Católicos, Horst Pietschmann repiensa las actividades de Colón en el cargo de gobernador, Celia Parcero Torre analiza la historiografía colombina del siglo XIX. Otros participantes del proyecto escribieron textos interpretativos e inspirativos sobre la iconografía de Colón, su muerte, la relación entre Colón y los indios etc. El libro refleja el estado actual de los estudios colombinos y significa, simultáneamente, la conclusión de un período de la investigación y la inspiración para la investigación siguiente. Pronto pertenecerá, sin ninguna duda, a la literatura clásica colombina, y los autores de todos los textos incluidos pueden sentirse satisfechos de haber tenido la oportunidad de participar en un evento de tanta importancia.

por Josef Opatrný (Praga)
(Escrito en español por el autor)

Jan Klíma, *Zámořské objevy. Vasco da Gama a jeho svět*, Nakladatelství Libri, Praha 2006, 271 págs., ISBN 80-7277-326-7.

Este livro é um dos numerosos títulos que o historiador Jan Klíma tem publicado nos últimos anos (ver a outra resenha neste volume, pp. 273–274) e que tratam do mundo lusófono. Neste caso, o autor aprofunda o tema da época dos Descobrimentos e da formação do império ultramarino português que já também tinha abordado anteriormente (comp. p.ex. o seu *Império colonial português. Nascimento e desmoronamento do primeiro e último império*, 1995, ou *A última guerra colonial*, 2001, em checo). Segundo indica o título – *Descobrimentos ultramarinos. Vasco da Gama e o seu mundo* – o autor insere o protagonista, a sua vida e os seus feitos num amplo contexto dos acontecimentos históricos que começam ainda antes da ocupação árabe da Península Ibérica. As condições históricas e geográficas da navegação de Vasco da Gama ocupam uma quarta parte do livro (ver o capítulo "Tomando

forças"). O segundo capítulo ("Navegando para a Índia") ocupa-se da trajectória de da Gama durante a sua primeira navegação, de ida e volta, e do transcurso da sua estadia na Índia. O terceiro capítulo ("A construção do Império") examina as consequências do descobrimento do caminho marítimo ao Oriente tanto para Portugal, como para as nações autóctonas – na forma da penetração europeia no comércio local, dominação militar e uma gradual edificação do assim chamado Estado da Índia desde as costas orientais da África até a Malacca. O quarto e último capítulo (denominado "Como conservar o mundo?") descreve a última década do reinado de D. Manuel, a sucessiva melhoria das relações entre ele e Vasco da Gama, relegado anteriormente ao plano secundário, assim como a sua terceira expedição ao Oriente como vice-rei da Índia no reino de D. João III e o seu óbito em 1524. Neste capítulo, o que atrai provavelmente mais atenção de alguém que já conhece globalmente as vicissitudes da vida do almirante, é o destino póstumo deste, concretamente dos seus restos mortais e da sua memória em Goa e em Portugal. Cada época e cada destes lugares assumiram diferentes pontos de vista, e até os actos apologéticos eram acompanhados de erros fatais. Klíma, apoiado em assídua leitura de uma ampla série da literatura sobre Vasco da Gama e baseando-se em obras de investigação modernas, esforça-se por apresentar uma imagem objectiva, expurgada dos mitos hagiográficos do passado, afirmando ao mesmo tempo que Vasco da Gama "desencadeou processos sumamente actuais que hoje chamamos de multiculturalidade ou globalização" e reconhecendo o seu papel importante no processo "de ascensão europeia que está para terminar na actualidade, i. e. cinco séculos mais tarde" (p. 9). O leitor checo pode agora desfrutar de uma biografia moderna do navegante, enquadrada ainda num panorama muito extenso de feitos e de novas visões.

por Simona Binková (Praga)
(Tradução: Marie Havlíková)

Bohumír Roedl, *Araukánské války 1546–1881. Španělské Flandry v Chile*, Praha, Scriptorium 2007, 356 págs., ISBN 978-80-86197-80-7.

Este libro, cuyo título en español reza *Guerras araucanas 1546–1881. Flandes españoles en Chile,* del renombrado iberoamericanista checo B. Roedl y que se ha publicado poco después de su muy apreciable *Dějiny Peru a Bolívie* (Historia del Perú y Bolivia), es una contribución importante para el conocimiento de la historia colonial de Chile, ante todo de su parte más dramática. En la historiografía checa, hasta la publicación de esta obra de Roedl dicho tema ha sido tratado tan sólo someramente: en la meritoria síntesis de la historia de Chile de Chalupa del año 1999 ocupa este periodo hasta finales del siglo XVIII menos de 30 páginas. Roedl ha concentrado su investigación e interpretación en el esfuerzo centenario de los españoles por conquistar y pacificar el Sur de Chile y, principalmente, su parte más resistente, la Araucanía, poblada por los mapuches, y a la resistencia de éstos contra el esfuerzo por dominarlos. El subtítulo del libro, *Flandes españoles en Chile*, expresa la similitud entre las dos guerras –la araucana y la de los Países Bajos– en cuanto a los objetivos de los españoles y a la dificultad de llevarlos a cabo, semejanza que ya advertían los coetáneos y participantes de las luchas contra los mapuches indomables, por ejemplo el cronista Rosales.

Roedl ha dividido su libro en trece partes y cada una de ellas en una serie de breves capítulos que ya por sus títulos despiertan curiosidad y contribuyen a una fácil orientación. Su exposición comienza con los datos conocidos a partir del descubrimiento del Océano Pacífico por Balboa hasta la caída del Imperio de los Incas, pasando después a la problemática misma del libro, desde la expedición de Almagro y la situación en Chile en el periodo de los intentos de conquista por Valdivia que terminaron con su derrota y muerte. Luego se ocupa de los éxitos conseguidos por los mapuches al mando de su destacado cacique Lautaro, aunque el mismo muriese al final durante un ataque por sorpresa al campamento indígena por los españoles. (Más tarde, el autor muestra cómo este "comandante genial" difería en cuanto a sus capacidades y carácter de otro jefe indio, Caupolicán, glorificado en Chile con falta de adecuación a la realidad histórica). En la parte siguiente, Roedl presenta el desenvolvimiento bélico bajo el nuevo gobernador de Chile, García Hurtado de Mendoza, hijo del Virrey del Perú, con el que vino también Alonso de Ercilla y Zúñiga, autor del famoso poema *La Araucana* en el que describió sus experiencias de las luchas armadas. Roedl presta atención tanto a las vicisitudes de Ercilla en

Chile como a su actividad en la corte de Rodolfo II. Después de pintar el transcurso de la guerra durante el gobierno relativamente exitoso para los españoles de García Hurtado, en la parte llamada "La retaguardia de la guerra" el autor informa sobre la situación social y económica de la sociedad dividida en la "república de los españoles" y la "república de los indios", presta atención a aquellos grupos de la población que no pertenecían ni a una ni a otra, y presenta el papel que en la sociedad colonial le correspondía a la Iglesia. Luego vuelve a los acontecimientos bélicos ocupándose en la parte "Araucanía, los Flandes indios" de la situación tal como se desarrolló después de ser revocado García Hurtado (1559) hasta principios de los años 80 del siglo XVI, cuando en el cargo de gobernador estaban Francisco Villagrán, Pedro Villagrán, Rodrigo de Quiroga y Martín Ruiz de Gamboa. Roedl sigue observando la situación bajo el gobierno de los distintos gobernadores hasta el final de su libro, lo que es lógico dadas las diferencias entre ellos y en vista de las consecuencias que de ello se desprendían. En la parte últimamente mencionada demuestra que los éxitos de los españoles bajo García Hurtado eran un fenómeno transitorio, ya que los indios consiguieron en la lucha siguiente varias victorias, coronadas por la derrota total de los españoles junto al lago Ranco en el año 1583. Mucha suerte bélica no tuvo tampoco durante los nueve años de su gobierno Alonso de Sotomayor (1583–1592) –que sustituyó a Ruiz de Gamboa, y del que Roedl dice que era más verdugo y comerciante que soldado–, a pesar de que emprendió varias expediciones contra los mapuches. Durante el gobierno de su sucesor Martín García Oñez de Loyola (1592–1598) alcanzaron los mapuches su éxito histórico cuando el 23 de diciembre de 1598 penetraron por sorpresa en el campamento de los españoles y sus aliados indios mientras dormían y los degollaron, incluso al gobernador Oñez. Eso ocurrió en el valle Curalaba, a orillas del río Lumaco, bajo el mando del cacique Pelantaro.

La derrota de los españoles en Curalaba fue la señal para un levantamiento general de los mapuches, que examina Roedl con detenimiento en la parte denominada "La reconquista india". Según informa el autor a continuación, ésta trajo un cambio en la opinión de la administración colonial y de la Corte de Madrid sobre cómo conducir la guerra. Fue abandonada la práctica existente de apoyarse tan sólo en las fuerzas locales (los españoles de Chile y refuerzos del Perú, con ayuda de los indios amigos sin los que hubieran sido derrotados en muchas ocasiones) y se optó por formar una frontera bélica en el río Bío-Bío limitándose prácticamente a la defensa y resignando emprender conquistas rumbo al Sur de ese río. En este contexto, el autor examina diferentes planes de los españoles y presenta datos sobre el viaje de Luis de Valdivia a Madrid para propugnar la idea de la guerra defensiva, sobre los resultados de la estancia madrileña de Valdivia y su negociación subsiguiente, tras su vuelta de España, con el cacique de los mapuches, Anganamón. La guerra defensiva no duró mucho, y en la explanación siguiente Roedl se ocupa particularmente de una de las consecuencias de aquella realidad: la gran sublevación de los indios en los años 1627–1631 que acabó con una derrota catastrófica de los mapuches en el sitio llamado Albarrada, cerca del fuerte Arauco. Después presta atención al nuevo estilo de la guerra –la maloca, expediciones de rapiña llevadas por los españoles en el territorio de los mapuches con el fin de conseguir botín, ante todo esclavos– y, del otro lado, los ataques de los indios contra las estancias y pueblos españoles. Para los españoles, la maloca era fuente de enormes ganancias por la venta de los indios esclavizados. Una novedad en el esfuerzo de pacificar a los mapuches y forzarlos a reconocer la soberanía española y a aceptar una convivencia pacífica la representaron, a partir del año 1641, los parlamentos, en los cuales se negociaba con los caciques indígenas. A pesar de ello, la maloca continuó con gran perjuicio de los mapuches, por lo que los indios volvieron a levantarse. Otra vez se constituyó la línea defensiva en el río Bío-Bío, y en el año 1683, después de un largo procedimiento en las Cortes, el rey revocó el decreto del año 1608 que permitía esclavizar a los indios cautivos.

El final del libro de Roedl lo forma la exposición de las razones del aminoramiento de la guerra después del año 1680, de los cambios en la sociedad de los mapuches, de los resultados del parlamento en Yumbel (1692) y en Negrete (1771), de los levantamientos indígenas de los años 1723–1726 y 1769–1770 que tenían diferentes causas, de los temores a la alianza anglo-araucana, de la amenaza de invasión inglesa, de la propuesta de la solución de Araucanía atribuida a Tadeo Haenke, de los cambios que para

los mapuches significó el siglo XIX y de su "lucha hasta el fin amargo" contra el avance del ejército chileno que terminó en diciembre de 1882 con el desistimiento de los mapuches a continuar la resistencia contra la superioridad de las armas. El autor concluye el libro constatando que el 1 de enero la frontera dejó de existir, cesando la lucha heroica de los mapuches que había durado tres siglos.

Las líneas precedentes, que a grandes rasgos comentan el contenido de la obra de Roedl, no abarcan la complejidad y la variedad de la problemática tratada. Roedl ofrece una imagen extraordinariamente colorida, rica en detalles, de la vida en Araucanía, de los conflictos armados, de la fuerza y organización de las tropas españolas y las indias, de las pérdidas que sufrieron ambas partes y de las atrocidades cometidas por las dos a lo largo de una guerra implacable; informa sobre las controversias en la administración colonial española; se ocupa de la importancia de los aliados indígenas de los españoles (los yanaconas, indios amigos); comunica datos acerca de las fortificaciones levantadas por los mapuches como parte de su estrategia; presta una gran atención a la fundación de ciudades y fuertes españoles y a su destino, frecuentemente dependiendo de los mapuches bajo cuya presión tenían que ser abandonados para ser restablecidos en momentos más propicios; no se le olvida informar sobre los cataclismos naturales (terremotos, maremotos) y sus consecuencias, sobre los piratas holandeses e ingleses y su actividad cerca de la costa chilena y en la isla de Chiloé y sobre toda una serie de otros asuntos que hacen de su libro una fuente extraordinariamente rica de conocimientos.

La mayor parte del texto (280 páginas del total de 343) corresponde al siglo XVI, que fue el más rico en acontecimientos bélicos y, desde el punto de vista de la problemática investigada, el más complejo. El valor y la gracia de la obra de Roedl resultan subrayados por el método con que trata el tema principal y los temas subordinados que forman el contenido de los capítulos concretos. Es que el autor se apoya no solamente en la literatura existente, sino también, y en medida abundante, en las fuentes, aprovechando sugestivas citaciones para dar fe y vida a su interpretación. Aparte de documentos de la época utiliza mucho también las crónicas, primero particularmente las de Góngora Marmolejo y Mariño de Lobera que terminan con los años 1575 y 1594, respectivamente; más tarde, para el siglo XVII, ante todo la de Diego de Rosales. De la misma manera se valió apropiadamente también de la obra de Ercilla para matizar el retrato de su autor. Un complemento de las *Guerras araucanas* de Roedl lo forma un resumen cronológico de los principales acontecimientos, lista de fuentes y literatura utilizadas, índice onomástico –lamentablemente sólo selectivo– y una enorme cantidad de ilustraciones y mapas de gran utilidad.

Se podría reprochar algo a este libro, sólo algunos detalles, en realidad sin importancia en comparación con la calidad de la publicación. La primera observación se refiere a la titulación utilizada. Al citar los documentos que se dirigen al rey de España, Roedl usa en checo el título que en castellano corresponde a Vuestra Merced, aunque desde Carlos V el soberano fue tratado de Majestad. Si bien no tengo a disposición los originales, creo poco probable que al rey se le hubiera llamado Vuestra Merced, que es una categoría aún inferior a Alteza, utilizada p.ej. para los infantes. Quedé algo sorprendido al no haber encontrado, ni en el texto ni en la bibliografía, referencia alguna al estudio de Dagmar Šrýtrová "Algunos Problemas de las Investigaciones sobre la Guerra Defensiva en Chile" (Ibero-Americana Pragensia IV, 1970, pp. 245–253) elaborado por iniciativa, y quizás también con ayuda, del Prof. Polišenský, pero con seguridad aprovechando su investigación en las bibliotecas y archivos chilenos. Es el primer trabajo checo sobre el tema del que se ocupa también Roedl, y me parece poco creíble que no lo conozca. En las páginas 326 y 327, tal vez por error de imprenta, se indican mal las fechas de los gobiernos de los virreyes Alba de Liste –que puede ser un personaje interesante también en nuestro país como marido de una nieta de Adán de Dietrichstein– y Pedro Fernández de Castro, conde de Lemos. En el primero de los casos se pone 1655–1666 en vez de 1655–1661; en el otro, 1661–1672 en vez de 1667–1672. Considero inexacta la afirmación del autor de que la política de Olivares llevó a la monarquía hacia la Guerra de los Treinta Años por medio de la intervención en Bohemia, ya que sobre ella se había decidido ya durante Lerma.

La obra de Roedl no tiene par en nuestro país en lo que se refiere al tratamiento de un cierto

periodo de la historia de un país hispanoamericano. Es un hecho pionero que merece respeto y admiración. Considero que sería atractivo y enriquecedor incluso para los lectores extranjeros si les llegara en una traducción, particularmente al español.

por Bohumil Badura (Praga)
(Traducción: Simona Binková)

Renan Freitas Pinto (Org.), *O diário do padre Samuel Fritz*, editora da Universidade Federal do Amazonas – Faculdade Salesiana Dom Bosco, Manaus (Am.), 2006, ISBN 85-7401-135-5, 272 págs.

Esta publicação é uma colectânea de textos, na sua maioria mais antigos, reunida em ocasião da exposição intitulada *Samuel Fritz – O mapa Geográfico do rio Amazonas (1961)* [correctamente deve figurar o ano 1691 !], organizada em várias cidades brasileiras e hispanoamericanas no ano de 2004 por iniciativa do Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Checa. Um dos sítios onde se apresentou – com o apoio da Embaixada da República Checa no Brasil e o do Consulado Honorário em Manaus – foi precisamente esta cidade amazónica. O livro reproduz uma tradução para português do famoso *Diário* dum dos maiores missionários jesuítas que tinha actuado, nos séculos XVII e XVIII na bacia amazónica, autor de vários mapas geográficos, linguista e perito em construção, carpintaria, assim como (segundo algumas fontes) em escultura e pintura. Samuel Fritz, originário da Boémia, interveio também nas disputas sobre as fronteiras hispano-portuguesas na Amazónia, e, apoiando-se no conhecimento do Tratado de Tordesilhas, ele defendia a causa castelhana e a causa dos indígenas contra os esforços da sua escravização pelos colonistas portugueses. Acusado de espião, foi detido durante um ano e meio em Belém e depois da sua libertação conduzido por uma escolta armada de volta ao alto Maranhão. Das suas povoações missionais na selva amazónica viajou a Lima para encontrar-se com o vice-rei de Peru e duas vezes a Quito para consultar a situação com os seus superiores ignacianos. Em total, passou cerca de quarenta anos entre os Índios. Morreu em 1725 em Jéveros. Uma parte dos seus apontamentos conservou-se em cópia feita por um outro jesuíta Pablo Maroni para a sua obra *Noticias auténticas del famoso río Marañon*, outra parte perdeu-se ainda durante a vida de Fritz nas suas viagens.

A presente publicação tem o mérito de oferecer na língua portuguesa o texto de Maroni que Rodolfo Garcia editou já em 1912; a introdução à edição inglesa do *Diário*, de George Edmundson, de 1922; junto com alguns textos relativos a Samuel Fritz de autores brasileiros, como p. ex. Arthur César Ferreira Reis, dos anos trinta até sessenta do século passado, e alguns mais novos, de Priscila Faulhaber, Auxiliomar Silva Ugarte, assim como da autoria do próprio editor do volume. Embora ele mesmo advirta na sua "Apresentação" da sua intenção de respeitar e preservar a integridade dos textos já anteriormente publicados, seria de esperar pelo menos uma correcção dos erros e uma actualização de dados já antiquados. Em nenhum dos textos publicados aparece o lugar certo do nascimento de Samuel Fritz – que é a cidade de Trutnov (antigamente Trautenau – cujo nome se encontra na reprodução da Matrícula Universitária com o No. 5 na guarda do livro); conviria corrigir que a Boémia, país natal de Fritz, não formava parte de Alemanha, mas do Sacro Império Germânico, sendo geografica e historicamente duas unidades diferentes. Falta pelo menos uma breve referência bibliográfica à biografia e à edição de documentos fundamentais sobre Fritz, inclusive a tradução do seu *Diário* para alemão, da autoria de Josef e Renée Gicklhorn (1943), sem cujo conhecimento não pode sair à luz nenhum trabalho sério mais recente sobre este missionário. É compreensível que não se cite a edição parcial checa do diário, de 1989, contudo é irremissível que não sejam citados os autores da exposição parcial apresentada em Manaus – Kamila Šimková Broulová e Vladimír Šimek, que também são autores do livro *Samuel Fritz. České stopy na březích Amazonky* (Vestígios checos nas margens do Amazonas, Praha 2002), e cujas fotografias serviram também para ilustrar a presente edição. No que diz respeito aos documentos relacionados com os confrontos fronteiriços hispano-portugueses na Amazónia na época de Fritz, devem ter-se em consideração materiais conservados no Departamento de Manuscritos da British Library. Há alguns erros evidentes sobretudo nas datas: excepto do já citado acima, o relacionado com a morte de Fritz (põe-se 1752 em vez de 1725, p. 142; e 1724 no texto de Edmunson, p. 181), ou ainda o de 1679 no respeito a um memoran-

do de Fritz ao vice-rei, da época em que ele ainda não saiu da Europa (p. 242, nota 13). Com todo o respeito aos textos originais editados, couberia ao editor comentar e emendá-los, prestando maior atenção ao acabamento final dos textos.

Por outro lado, o leitor europeu fica grato pelo ponto de vista brasileiro e pelos conhecimentos relativos ao ambiente brasileiro, refletidos p. ex. nos amplos comentários e notas de carácter geo- e etnográfico do *Diário* de Fritz, assim como os apontamentos sociológicos ou uma análise dos projectos coloniais e as disputas nas fronteiras.

por Simona Binková (Praga)
(Tradução: Marie Havlíková)

Laird W. Bergad, *The Comparative Histories of Slavery in Brazil, Cuba, and the United States*, Cambridge University Press, New Approaches to the Americas, 2007, ISBN 9780521694100 (encuadernado) US $ 22.99, £ 15.99; ISBN 9780521872355 (tela) US $ 80.00, £ 45.00, 314 págs., notas, bibliografía, índice.

El autor –conocido hasta el momento sobre todo por sus libros bien recibidos por el público especializado internacional dedicados a la problemática de la sociedad cubana y brasileña (sobre todo *Cuban Rural Society in the 19th Century*, 1990 y *Slavery and Demographic and Economic History of Minas Gerais, Brazil, 1720–1888*, 1999)– presenta en su última obra la historia comparada de la esclavitud en los tres países americanos, donde el trabajo forzoso de los africanos jugó un gran papel desde los principios de la colonización europea hasta la segunda mitad del siglo XIX. Es decir Brasil, Cuba y Estados Unidos. A pesar de que para todas las sociedades mencionadas vale esta constatación general, hubo entre las dos primeras y la última una diferencia sustancial: no en todas las colonias inglesas (y después en todas las partes correspondientes de los Estados Unidos) tuvo la esclavitud la misma importancia, y desde el principio de la colonización existieron en las comunidades inglesas influentes grupos políticos, religiosos etc. que rechazaron la eslavitud en razón de principios políticos, morales y religiosos, lo que tuvo sus consecuencias sobre todo durante el proceso de la abolición. Mencionando esta diferencia, debo tocar también las diferentes fuentes sobre las "esclavitudes" –la cubana, la brasileña y la estadounidense– utilizadas por Bergad. En el caso de la primera y la segunda aprovecha su investigación en los archivos cubanos y brasileños, en la última utiliza las conclusiones de los especialistas en la historia estadounidense.

A pesar de que el autor dedica la atención a un abanico amplio de los problemas (p. ej. el desarrollo histórico de las sociedades esclavistas, la imagen de los esclavos por sí mismos, las formas de las poblaciones esclavas), su interés principal está atraído por el problema económico, el de la resistencia de los esclavos contra la institución de la esclavitud, y la problemática de la abolición. Bergad rechaza el viejo concepto de Eric Williams que sigue apareciendo, sin embargo, en los textos de diferentes autores sobre el papel de las tecnologías nuevas en la destrucción de las economías basadas en el trabajo de los esclavos, mencionando el hecho de que la efectividad del trabajo de los esclavos creció sustancialmente con la modernización técnica. Bergad busca, de tal manera, la fuente decisiva del abolicionismo en la sociedad estadounidense en la crítica de la esclavitud desde las posiciones religiosas y humanitarias de Gran Bretaña y de los EE UU, y liga el abolicionismo en Brasil y en Cuba (eventualmente en España) con la situación internacional. En lo que toca a la resistencia de los esclavos ve Bergad también una diferencia entre los EE UU y los otros dos países. El rasgo común en esta esfera de todas las sociedades mencionadas fue la excepcionalidad de la resistencia en forma de sublevaciones (Nat Turner, Aponte, Escalera y unas pocas más), y en forma de huída tuvieron, según Bergad, los esclavos en Cuba y especialmente en Brasil mejores posibilidades que en los Estados Unidos. La argumentación de Bergad para esta conclusión está racional y bien formulada. Por otro lado es verdad –lo que Bergad no omite– que los abolicionistas norteños estadounidenses militantes organizaron una red de voluntarios que ayudaron efectivamente a los fugitivos de las plantaciones sureñas transportándolos, después del Compromiso de 1850, hasta la frontera canadiense.

El nuevo libro de Bergad significa, sin ninguna duda, un aporte en dos esferas. Como especialista renombrado en la problemática de la esclavitud en Cuba y en Brasil ofrece la síntesis de las historias de este fenómeno en estas dos sociedades, presentando las conclusiones de su investigación y su opinión sobre los conceptos

y conclusiones de otros autores interesados en la problemática. Lo más importante es, sin embargo, que Bergad compara las historias de la esclavitud en tres países importantes del continente americano. Esta dimensión comparativa hace del libro de Bergad una de las obras más interesantes en la historia de la parte occidental del mundo Atlántico en los últimos años. Al mismo tiempo el nivel excelente del texto de Bergad representa la confirmación de una verdad bien conocida: la condición indispensable para escribir una buena historia comparativa es la investigación profunda por parte del autor en la mayoría de sus campos de interés. Los resultados excelentes de la investigación en la historia de Cuba y de Brasil abrieron a Bergad el camino al éxito en la historia comparada de la esclavitud en Cuba, Brasil y los Estados Unidos.

por Josef Opatrný (Praga)
(Escrito en español por el autor)

Matt D. Childs, *The 1812 Aponte Rebellion in Cuba and the Struggle against Atlantic Slavery*, The University of North Carolina Press 2006, ISBN 0-8078-3058-5 (tela) $ 55.00; ISBN 0-8078-5772-6 (encuadernado) $ 21.95, 320 págs., notas, bibliografía, índice.

En 1812 despertaron en Cuba gran atención las informaciones sobre sublevaciones de esclavos en diferentes lugares de la isla. Los insurgentes quemaron los cañaverales y las casas en las plantaciones, en algunos casos mataron a los empleados blancos de las plantaciones y a los miembros de sus familias, inspirando el mismo comportamiento a los esclavos de las plantaciones vecinas. La propagación de la sublevación en Puerto Príncipe fue parada, por fin, por las tropas del ejército y de la milicia. Al mismo tiempo un esclavo, en una plantación cerca de Bayamo, informó sobre los preparativos de un levantamiento, y también en la parte occidental de la isla quemaron los esclavos sublevados unas plantaciones matando a los blancos en los ingenios. La población blanca se atemorizó por los rumores anteriores sobre la preparación de una gran sublevación esclava en la isla según el ejemplo de la gente de color en la vecina colonia francesa, que en la guerra a fines del XVIII y principios del XIX aniquiló a la población blanca, liquidándola físicamente u obligándola a huir de la isla. Una parte de los fugitivos se asentó en Cuba, perteneciendo después a la capa que observó los acontecimientos en Puerto Príncipe o en las cercanías de La Habana con los temores más grandes. La oficina del Capitán General, las administraciones locales y los terratenientes individuales abrieron inmediatamente una indagación que terminó con una cadena de procesos. Ante los jueces de La Habana, Holguín, Puerto Príncipe y Bayamo declararon casi cuatrocientas personas acusadas de participación en la rebelión. No solamente las confesiones sino también las pruebas hablaron claramente de una conspiración amplia conocida en la historia de Cuba como la rebelión de Aponte, según el nombre de la cabeza de la conspiración José Antonio Aponte. Más de treinta acusados fueron condenados a la pena capital, otros a largos años de prisión y deportaciones.

A pesar de que la rebelión de Aponte está mencionada frecuentemente en la historiografía cubana, no existió hasta la publicación del libro reseñado ninguna obra analítica dedicada a su problemática. Hay que decir, ya en este lugar, que Matt D. Childs ofrece en su texto una excelente imagen de los acontecimientos del año 1812 en Cuba. Y no solamente esto. Aprovechando las fuentes archivísticas, sobre todo cubanas y españolas, incluye la rebelión de Aponte en el contexto más amplio de la historia de la esclavitud en América en las primeras décadas después de la Guerra por la Independencia estadounidense y la Revolución francesa que tuvieron, junto con el movimiento abolicionista en Gran Bretaña, gran importancia para la discusión sobre la esclavitud en los principios del siglo XIX. En este contexto tengo una única nota crítica a la obra de Childs. A mí me parece injusto y ahistórico usar la palabra "cobarde" para la política de los padres fundadores de los Estados Unidos en la esfera de la esclavitud (p. 28). El problema de la esclavitud en la sociedad estadounidense no tuvo solución en esa época, las diferentes capas no fueron capaces de alcanzar una solución aceptable para todos los interesados, y los padres fundadores decidieron por eso no tocar el tema que pudo haber significado el fin de la federación antes de su formación. Como he dicho, sin embargo, ésta es mi única duda. Sobre las otras partes del texto de Childs quisiera usar solamente palabras laudatorias. El libro es un ejemplo excelente de investigación basada en documentos de archivos hasta

el momento no aprovechados y de una combinación de microhistorias personales con la historia de las capas sociales en el conjunto más grande de la sociedad colonial en toda su complejidad. O, para decirlo con otras palabras, la rebelión de Aponte encontró en Childs su historiador cuyo mérito en la descripción y valoración de la rebelión es indiscutible.

por Josef Opatrný (Praga)
(Escrito en español por el autor)

Dominique Soucy, *Masonería y nación. Redes masónicas y políticas en la construcción identitaria cubana (1811–1902)*, Santa Cruz de Tenerife, Ediciones Idea, 2006, ISBN 84-96640-69-8, 392 págs., bibliografía, notas.

El libro reseñado representa un nuevo intento de ampliar el conocimiento del público especializado en una problemática que atrae en las últimas décadas el interés de los especialistas no solamente en la historia de la sociedad cubana sino en la de toda la región. Es decir, para usar las palabras del título de la obra de Dominique Soucy, la de "la construcción identitaria" de las sociedades latinoamericanas; en el caso concreto de la investigadora francesa, de la sociedad cubana en el siglo XIX. Dominique Soucy busca la relación entre la masonería en la isla y el proceso de construcción de la identidad de la sociedad isleña, aprovechando no solamente los resultados de la investigación reciente de los historiadores que se dedicaron en los últimos años a la problemática de masonería en Cuba –sobre todo de Eduardo Torres-Cuevas y José Manuel Castellano Gil, las obras importantes– sino sobre todo las fuentes, en parte hasta el momento no utilizadas, de las logias, y los textos publicados por los masones cubanos en las últimas décadas del siglo XIX.

Hay que subrayar que el libro de Dominique Soucy no es la historia de la masonería cubana del siglo XIX, a pesar de que la autora menciona los momentos decisivos de la historia de los masones en la isla ya desde el siglo XVIII; es un estudio sobre el pensamiento cubano y sobre la influencia de la masonería en la forma de las ideas e instituciones isleñas. Significa un aporte valioso sobre todo para el estudio de las relaciones entre las masonerías cubana y francesa, basado en el estudio de nuevas fuentes del Gran Oriente de Francia. A pesar de que la autora subraya la importancia de estas relaciones para el ideario de la masonería cubana, no omitiendo mencionar también los contactos de los masones cubanos con las logias de los Estados Unidos, subraya también, repetidamente, el hecho de que fueron las condiciones de la isla las que tuvieron el papel decisivo en el pensamiento y en las actividades de los masones cubanos. Interesándose sobre todo en la corriente liberal del pensamiento masónico llega a la conclusión de que este pensamiento tuvo su fruto práctico en la Constitución cubana de 1901 y, en gran medida, en la formación de la conciencia nacional en la segunda mitad del siglo XIX. No es, en este contexto, casualidad que el autor de las palabras introductorias, la renombrada autoridad en el pensamiento martiano Paul Estrade, cite la opinión del forjador de la conciencia nacional en Cuba sobre la masonería, que consideraba como forma activa del pensamiento liberal, y que Dominique Soucy compare en los últimos párrafos de su estudio la república ideal de José Martí con el Estado cubano de los principios del siglo veinte y su ley suprema: "Sin embargo, a pesar de ello, y aunque la Constitución de 1901 fue considerada por los independentistas como una versión imperfecta de la República por la cual habían luchado, el texto seguía siendo, en el momento de su promulgación, el símbolo de un progreso político y de una victoria nacional. En la línea de los derechos fundamentales establecidos por la Declaración de los Derechos del Hombre y del Ciudadano de 1789, elevaba al rango de derechos constitucionales los principios de igualdad y de libertades individuales, conceptos emblemáticos del pensamiento masónico-liberal. Sólo faltaba su aplicación real y durable." (p. 363sg.)

por Josef Opatrný (Praga)
(Escrito en español por el autor)

Juan Carlos Rosario Molina, *La alimentación. El dominio invisible de las mujeres canarias en Cuba*, Santa Cruz de Tenerife, Ediciones Idea, 2007, ISBN 978-84-8382-11-3, 347 págs., bibliografía, notas.

Con la obra de Juan Carlos Rosario Molina sigue Ediciones Idea presentando el lugar de "lo canario" en la sociedad cubana. Los lectores que esperen, motivados por el título, recetas de las

comidas canarias que llevaron las isleñas a Cuba, ofreciendo después en la nueva patria los platos típicos canarios a sus familias y, eventualmente, influyendo con su comida la cocina local, quedarán desilusionados. El autor no está interesado en las comidas concretas. Su estudio, basado en la investigación en familias de procedencia canaria de las ciudades y el campo cubanos, ofrece la imagen del mundo de los emigrantes en la primera y segunda generación donde se mantiene la tradición de la "patria vieja", en el reino de las mujeres, en la cocina o en el comedor. No sorprende que la palabra cocina aparezca repetidamente en los títulos de los capítulos: Entre caña y café: conucos, patios y cocinas; Hombres públicos y mujeres ocultas; La cocina en la casa campesina: del inmueble a la interacción social; o La cocina como santuario de la madre. Juan Carlos Rosario Molina analiza sobre todo las relaciones sociales ligadas con la comida, partiendo de constatar los profundos cambios económicos en los principios del siglo XX, cuando la producción para el mercado llegó a ser una actividad cada vez más importante para el campesinado de la isla, nativo o inmigrante. Estos cambios se dieron en una sociedad en la que tuvo una importancia clave la plantación de la caña y el café, lo que aumentó el papel de las mujeres en la economía local. "…las mujeres y los hijos menores de 14 años participaban frecuentemente en los trabajos de cultivo, crianza y pastoreo, dada la personalización mayoritariamente masculina en las labores de la zafra, consideradas faneas "duras" y "pesadas", difíciles para las mujeres. En tanto las labores de deshierbe, deshije y cosecha de varios cultivos que se producían en parcelas y conucos eran consideradas como tareas livianas o ligeras que podían realizar las mujeres y los hijos/as menores." (p. 96) Analizando las redes sociales en las condiciones concretas de interacción sociocultural, Juan Carlos Rosario Molina formula el último párrafo de la conclusión: "Llegados a este punto se puede afirmar que la comida no constituyó para los canarios/as solamente un complejo nutritivo, sino también unas normas y estilos de alimentarse. Todo el proceso de elaboración de la comida implicaba una exposición a criterios de aceptación y evitación que transcendió el dominio de la práctica estrictamente culinaria para convertirse en una trama de gran magnitud simbólica, donde los actores confirmaban sus condiciones culturales de jeraquía social, género y origen étnico. A través de la cocina, las mujeres canarias modelaron el orden de comportamiento hacia dentro y hacia fuera del grupo doméstico y étnico, y donde la funcionalidad logística operó dentro de un campo denso de interpretaciones ideológicas." (p. 301sg.) La obra de Juan Carlos Rosario Molina, sin duda, no es solamente un aporte al estudio de la emigración canaria, sino también un aporte valioso al estudio de la sociedad cubana del siglo XX.

por Josef Opatrný (Praga)
(Escrito en español por el autor)

Louis A. Pérez, Jr., *To Die in Cuba. Suicide and Society*, University of North Carolina Press, Chapel Hill, London 2005, ISBN 0-8078-2937-4, 464 págs., bibliografía, notas, índice.

Louis A. Pérez, Jr. pertenece, sin duda, no solamente a los cubanistas que destacan por la cantidad de sus libros (recordemos al menos los más recientes *Cuba and the United States: Ties of Singular Intimacy* y *On Becoming Cuban: Identity, Nacionality and Culture*) sino también por la originalidad del acceso al objeto de su interés. Este rasgo está presente también en su última obra dedicada a una problemática mencionada en el contexto cubano por diferentes autores para diferentes épocas de la historia de Cuba, la del suicidio en las sociedades isleñas. Subrayo el plural porque unos autores escriben sobre los suicidios en la población indígena después de la llegada de los europeos, otros hablan sobre este problema entre los esclavos del siglo XIX. Para la misma época existen estudios dedicados al suicidio entre los chinos, es decir también en este caso atrae la atención de los investigadores el rasgo étnico del fenómeno. Los autores interesados en el siglo XX no atribuyen en su investigación tanta importancia al origen racial y buscan las razones económicas, políticas, culturales, etc. de la gente que decidió abandonar voluntariamente este mundo.

Louis A. Pérez ofrece una imagen más compleja dedicándose, sin embargo, sobre todo a los siglos XIX y XX. En la introducción menciona, naturalmente, la opinión del demógrafo cubano Juan Pérez de la Riva sobre el alto número de indios que rechazaron vivir bajo el yugo de los europeos suicidándose a miles, y destaca que la liquidación rápida de la población indígena no

significó el fin del fenómeno del suicidio en la isla. Ya en esta parte del libro hace constar que en las estadísticas de los suicidios los habitantes de Cuba mantuvieron durante todo el siglo XIX y XX la primera posición en América Latina y una de las primeras en todo el mundo. Partiendo de las estadísticas del siglo XIX analiza el autor la problemática de los suicidios entre los esclavos. No se interesa, sin embargo, solamente en los números de los muertos, que crecieron en los cuarenta del siglo diecinueve hasta un nivel que despertó la inquietud de la administración colonial, sino sobre todo en las razones que llevaron a los esclavos a la decisión de suicidarse, por un lado, y en los intentos de los negreros de aceptar las medidas para disminuir el problema. Louis Pérez une esta política del "buen tratamiento" con los crecientes precios de los esclavos, citando en este contexto no solamente la opinión de Manuel Moreno Fraginals sino también las fuentes de la época. A pesar de que el porcentaje de suicidios en la comunidad de los esclavos africanos fue alto en la Cuba del siglo XIX, en la de los chinos fue más alarmante. Según el censo de 1862, precisamente la mitad de los suicidios en Cuba fueron de asiáticos, los blancos representaron solamente el 14%. Si las desastrosas condiciones económicas y sociales fueron las causas principales de los suicidios de los afrocubanos y chinos, las de los criollos fueron multifacéticas. Louis Pérez dedica mucha atención a los suicidios ejemplares por razones patrióticas durante el periodo de formación de la nación en Cuba, mencionando entre otros el caso de Calixto García cuyo intento frustrado de suicidarse para no caer en manos de los enemigos fue considerado como un hecho heroico y ejemplar. En la primera mitad del siglo XX creció, naturalmente, la cantidad de suicidios causados por razones económicas y sociales, especialmente en el contexto de la crisis en los treinta. El autor no presenta solamente los casos concretos y generales en forma de datos estadísticos. Analiza el eco del suicidio en la sociedad cubana reflejado en el pensamiento de los portavoces de la cultura cubana y la opinión del público, aprovechando para ello sobre todo la prensa de mayor circulación. No sorprende que el autor dedique el último capítulo del libro a la problemática del suicidio no solamente en la Cuba castrista sino también en el exilio cubano en los Estados Unidos, subrayando el alto número de suicidios entre los emigrados y la alta frecuencia del motivo del suicidio en las obras de los autores del exilio. Recogiendo y analizando una cantidad aplastante de material interesantísimo, Louis Pérez toma en cuenta en la conclusión la seriedad del problema y no formula ninguna opinión radical sobre el fenómeno. Dice en este contexto textualmente. "Frecuentemente se necesita la misma valentía para vivir como para morir." (p. 390)

Louis A. Pérez, Jr. confirma en este último libro suyo su fama de cubanista excelente. El estudio de la historia no es para él la formación de las imágenes de la historia política, económica o social. Su ambición es presentar la historia total en su dimensión cultural, en el sentido más amplio de la palabra, aprovechando para esto todas las fuentes asequibles.

por Josef Opatrný (Praga)
(Escrito en español por el autor)

Lillian Guerra, *The Myth of José Martí. Conflicting Nationalism in early Twentieth-Century Cuba*, University of North Carolina Press, Chapel Hill, London 2005, ISBN 0-8078-2925-0, tela $ 59,95; ISBN 0-8078-5590-1, encuadernado $ 22,50, 310 págs., notas, bibliografía, índice.

José Martí representa para la mayor parte del siglo XX un símbolo indiscutible de Cuba. "Maestro, Apóstol, Mártir" por una parte; por la otra, democracia, humanidad, los mismos derechos para todos, la igualdad social incluida. Para el público amplio cubano, para los portavoces de las ciencias sociales cubanas y para muchos especialistas en la historia moderna latinoamericana, las realidades fijas y claras. Las fotografías de los representantes del Estado Cubano junto al famoso retrato de Martí incluyen a personas tan distintas como Fulgencio Batista y Fidel Castro. Desde principios de los veinte del siglo XX cada régimen en Cuba subraya sus raíces martianas y la misma actitud para con Martí la podemos observar también en los críticos de todos los regímenes cubanos en el mismo periodo. Lillian Guerra no añade otra intepretación de los textos de Martí, analiza las interpretaciones de estos textos en diferentes corrientes políticas cubanas en las dos primeras décadas después de la formación del Estado independiente (o semiindependiente) en Cuba. Es mérito de Lillian Guerra que en su último libro dedique la atención a la formación de la

posición excepcional de Martí en la sociedad cubana, subrayando en el subtítulo de la obra el fenómeno del nacionalismo; no es seguramente casualidad de que la autora haya dedicado también otro libro a la problemática del nacionalismo caribeño (véase *Popular Expression and National Identity in Puerto Rico: The Struggle for Self, Community and Nation, 1898–1940*). Martí fue apreciado por el ala política de los admiradores de la civilización estadounidense que rechazaron tomar en cuenta la forma concreta de la política de los EE UU no solamente en Cuba sino en toda la región, en los textos de Martí buscaron la confirmación de su programa los críticos de la política imperial estadounidense, y otros subrayaron las ideas de José Martí presentadas en el texto "Con todos y para el bien de todos" considerado por ellos como un llamamiento a la formación de la sociedad basada en la igualdad social, por un lado, y por otro un manifiesto de la igualdad racial. La autora subraya que en la argumentación de todos estos grupos aparecieron frecuentemente palabras como nación y Estado nacional, sin decir, no obstante, que estas palabras regularmente aparecieron sin la especificación de su contenido. Para los portavoces de los diferentes grupos en la escena pública cubana de los principios del siglo XX fueron el Estado y la Nación cosas idénticas que sirvieron a sus necesidades políticas. No sorprende por eso que Martí, el mártir de la lucha por la formación del Estado soberano, haya tenido tanta atracción para todos los políticos de la época que, a pesar de sus ideas en muchos casos totalmente contradictorias, contribuyeron a la formación del mito martiano que es, en cierta manera, fruto del nacionalismo conflictivo de la sociedad cubana de la primera parte del siglo XX.

El libro, por las razones mencionadas arriba, es un aporte no tanto para los estudios martianos en el estrecho sentido de la palabra sino, sobre todo, para el estudio del aprovechamiento del ideario martiano en el pensamiento y la política práctica cubanos de las primeras décadas del siglo XX, que podemos llamar la fase formativa del mito de Martí compartido en diferentes formas por todas las corrientes ideológicas cubanas hasta hoy día.

por Josef Opatrný (Praga)
(Escrito en español por el autor)

Félix Varela y la prosperidad de la patria criolla. Introducción y selección documental de José Antonio Piqueras, Fundación MAPFRE, Doce Calles, Madrid 2007, ISBN 978-84-9844-072-0, ISBN 978-84-9844-066-0, 270 págs., notas, bibliografía.

No hay ninguna duda de que Félix Varela pertenece a las personalidades más destacadas de la historia de Cuba. Es mencionado como pedagogo, maestro de los portavoces de la sociedad criolla y, sobre todo, autor de uno de los primeros proyectos de la independencia cubana. Por eso sorprende la relativamente escasa biografía sobre él. En ninguno de los textos sobre la historia de Cuba de la primera mitad del siglo XIX faltan párrafos que mencionan la vida y la obra de Varela: los autores le llaman pedagogo, filósofo, parlamentario de las Cortes, partidario del liberalismo, precursor del reformismo y autonomismo cubano y, por fin, exiliado en los Estados Unidos, editor del *Habanero*, tribuna del independentismo cubano. Pero, por otro lado, hay muy pocas obras dedicadas plenamente al análisis del pensamiento de esta figura importante de la historia de Cuba. También este hecho fue una razón de la espera impaciente de los especialistas interesados en la historia de la isla caribeña, informados sobre la investigación de José Antonio Piqueras en la problemática vareliana y la preparación de la antología de los textos de Varela, acompañada por un extenso estudio introductorio, para la serie Prisma histórico, la empresa común de las Casas editoriales Fundación MAPFRE y Doce Calles.

El texto de Piqueras recién publicado cumplió con las expectativas. La antología equilibrada de los textos de Félix Varela de diferente procedencia, de los años veinte, sobre todo sus artículos publicados en el *Habanero* pero también las cartas dirigidas a Joel R. Poinsett, tiene naturalmente valor para la gente interesada en el pensamiento cubano, no solamente de los años veinte del siglo XIX; las ideas de Varela influyeron en la amplia capa de los criollos cultos de ese tiempo. Más importante es, sin embargo, el mencionado estudio introductorio cuyo contenido resumió Piqueras en una abreviación elocuente titulando la introducción "De español americano a patriota cubano: el itinerario político e ideológico de Félix Varela". Divide la trayectoria ideológica y política de Varela en cuatro etapas, la primera la del epígono de la Ilustración, la segunda abarca el período después de 1820 y Piqueras la caracteriza como el período

transitorio desde el reformismo constitucional al independentismo, al que se inclina definitivamente durante su exilio en los Estados Unidos, cuando desarrolla vivas actividades propagandísticas sobre todo en los primeros años de su estancia en Nueva York. Este (tercer) período, que representa la cumbre de las actividades políticas de Varela, se cierra en 1827, cuando el exiliado abandonó el campo político dedicándose al ejercicio del sacerdocio entre la numerosa inmigración irlandesa en Nueva York, para retirarse en el fin de su vida a la región más cercana a la patria isleña, Florida. En cada capítulo de la introducción el autor desvela su capacidad indiscutible de situar el objeto de su interés, en este caso Félix Varela, en el contexto más amplio del mundo español y americano, ofreciendo de tal manera un panorama amplio del cambio del pensamiento de una parte de la sociedad criolla de Cuba, inspirado por el choque del ideario liberal con las realidades de la política práctica de la metrópoli.

El período clave para el pensamiento de Varela lo ve Piqueras en su experiencia española. "En España", dice, "termina de formarse políticamente …" (p. 122) El momento decisivo llegó en 1823 con el fracaso de las esperanzas que el diputado de las Cortes tenía en la Constitución y en el mayor control de los asuntos locales por los miembros de la sociedad. No pudo esperar nada de la España de Fernando VII en la esfera material e intelectual, y la independencia llegó a ser para él la única garantía del porvenir feliz de Cuba. O, para decirlo con las palabras de Piqueras, "El español americano trascendía la condición criolla para reclamarse cubano y aspirar a una patria propia." (p. 123) El texto de Piqueras representa un aporte valioso no solamente para el estudio del pensamiento y actividades de Félix Varela sino para todo el contexto español y cubano de la primera mitad de los veinte.

por Josef Opatrný (Praga)
(Escrito en español por el autor)

Monika Krause-Fuchs, *¿Machismo? No, gracias. Cuba: sexualidad en la revolución*, Santa Cruz de Tenerife, Ediciones Idea 2007, ISBN 978-84-8382-112-1, 297 págs.

Monika Krause-Fuchs compartió después de 1960 el destino de miles de muchachas de Europa central y oriental. Se casaron con cubanos y los acompañaron a la isla, unas cosiderándola como el paraíso tropical, otras buscando la oportunidad de participar en los cambios revolucionarios. En la mayoría de los casos (esta afirmación no está basada en las estadísticas sino en la experiencia de los destinos de muchas jóvenes checas) terminaron estos amores muy rápidamente y las europeas regresaron al Viejo Mundo. Hubo, sin embargo, excepciones, como es el caso de Monika Krause-Fuchs. Estudió en la Universidad de La Habana y en la Universidad de Rostock, República Democrática Alemana (doctorada con la tesis doctoral "Preparación de la joven generación de la República de Cuba para el amor, el matrimonio y la familia"). Vivió en Cuba desde 1962, registrando desde los primeros pasos en el suelo del país revolucionario la división de la sociedad en dos mundos, uno de los hombres, el otro de las mujeres y niños. Un empleo en la Federación de Mujeres Cubanas le abrió la puerta para el trabajo en el campo de la educación sexual de la juventud cubana, especialmente después de 1977 cuando fundó el Grupo Nacional de la Educación Sexual. El libro reseñado es una combinación de esbozo de la historia de la posición de la mujer en la sociedad cubana antes y después de la revolución, de descripción de las experiencias de una persona que tuvo interés en cambiar una situación totalmente inaceptable para una centroeuropea procedente de una sociedad de cultura marcada profundamente por el movimiento feminista, y de historias de mujeres y chicas cubanas que parecen increíbles especialmente en el contexto de la propaganda cubana sobre el hombre nuevo de la revolución. El contraste entre esta imagen del hombre nuevo con los destinos espantosos de las adolescentes embarazadas echadas de las escuelas y rechazadas por sus familias, la presentación de una sociedad donde el aborto no es solución excepcional de los casos trágicos de embarazo sino un medio de anticoncepción, o donde casi la mitad de los médicos jóvenes que participaron en un curso de capacitación para médicos de familia cree que la homosexualidad es el resultado de la mala educación, casi un cuarto la considera como "perversión" y casi el diez por ciento ve en la homosexualidad una enfermedad (véase p. 201), obliga al lector a repensar su opinión sobre la capacidad de la revolución castrista para formar la sociedad moderna.

El libro merece la atención no solamente del público interesado en las realidades de Cuba de Fidel Castro sino también en la posición de la mujer en América Latina. Es un testimonio sumamente importante y muy bien escrito sobre la fuerza enorme de la tradición en una esfera importantísima para todos los miembros de la sociedad latinoamericana, pues la posición de la mujer en cada comunidad tiene un papel quizás decisivo para su equilibrio y forma. Temo, sin embargo, que la imagen real del machismo en Cuba después de la revolución ofrecida por Monika Krause-Fuchs en su testimonio será tomada en cuenta para su pensamiento sobre Cuba castrista solamente por el público que ya conoce la realidad isleña. No servirá para los ciegos partidarios del régimen que no pueden nada más que rechazar el testimonio del nivel desastroso de la posición nueva "revolucionaria" de la mujer cubana como propaganda contrarrevolucionaria. No tendrán, sin embargo, demasiados argumentos para su rechazo. Les puede servir, quizás, un único hecho que sería, sin embargo, totalmente falso como argumento: después de veintiocho años de vida en Cuba Monika Krause-Fuchs abandonó la isla en 1990, participando después en diferentes actividades de los críticos del régimen de Castro fuera de Cuba. La autora pertenece, sin ninguna duda, a la gente que tiene más conocimiento sobre el problema.

por Josef Opatrný (Praga)
(Escrito en español por el autor)

Marifeli Pérez-Stable (coord.), *Cuba en el siglo XXI. Ensayos sobre la transición*, Madrid, Editorial Colibrí 2006, 345 págs.

Marifeli Pérez-Stable, socióloga estadounidense de procedencia cubana, coordinó la publicación de los textos de doce autores (algunos comparten con la coordinadora las raíces cubanas) que, desde diferentes ángulos, intentan esbozar los rasgos principales del desarrollo de la sociedad cubana en los fines de la primera década del siglo veintiuno, es decir, en el tiempo en el que el régimen de Fidel Castro prepara la celebración de los cincuenta años de su existencia. Como historiador que vive ya casi dos décadas en una sociedad en transición, admiro la audacia de especialistas renombrados –Jorge I. Domínguez, Alejandro de la Fuente, Carmelo Mesa-Lago, para nombrar al menos algunos de los que participan en el proyecto y tienen ya años de indiscutible autoridad internacional– de arriesgar su renombre pronosticando el futuro de la sociedad cubana. No hay ninguna duda de que cada uno de los autores sabe lo que se puede saber sobre Cuba actual, su economía, cultura, relaciones raciales etc., no olvidando las raíces históricas de la forma de Cuba en los principios del nuevo milenio, pero a pesar de esto existen para el futuro de la isla tantos interrogantes que cada intento de pronosticar la forma de la economía, cultura política u otras páginas del Estado y sociedad futura cubanas es una actividad con resultado totalmente inseguro. Es verdad, sin embargo, que todos los autores son conscientes de este hecho, condicionando sus conclusiones de diferentes maneras. Mencionan en algunos casos la influencia internacional en los cambios eventuales en la isla, y uno de los capítulos está plenamente dedicado a la problemática de las relaciones internacionales de Cuba en el futuro en forma de la búsqueda de nuevas relaciones con los Estados Unidos. Tomando en cuenta los cambios de las prioridades de la política exterior de los EE UU y las relaciones de América Latina con su vecino norteño, tengo cierta duda de si no sería útil repensar la problemática de la política exterior de La Habana con rasgos más amplios, sobre todo analizar las posibilidades de su política en América Latina y la Unión Europea (por no hablar de la política con China, sobre todo en el caso de la realización del escenario del futuro tomado como una posibilidad del porvenir de la isla relativamente probable por algunos autores del libro reseñado). Es, sin embargo, verdad que precisamente las relaciones de Cuba con los Estados Unidos juegan un gran papel en cada consideración sobre los cambios en la isla (inversiones, la cercanía geográfica y, en menor medida, la tradición de los lazos económicos, culturales y políticos antes de 1959), y por eso se puede comprender por qué la coordinadora tuvo interés en incluir en el volumen sobre todo el texto sobre las relaciones cubano-estadounidenses. William M. Leo Grande subraya en la introducción de su estudio que el derrumbe de la Unión Soviética significó la reestructuración de la política exterior de Cuba, que no tuvo, sin embargo, ninguna influencia en las relaciones cubano-estadounidenses. Buscando después los ejempos de las consecuencias de

los derrumbes de los regímenes enemistosos con los EE UU en el continente (menciona los de Panamá y Nicaragua) hace constar que estos cambios no significaron automáticamente el aumento regular de la ayuda económica de Washington. Describiendo después los problemas en las relaciones cubano-estadounidenses que se acumulan por décadas y esperan su solución, llega a una conclusión que se corresponde en el nivel general con las conclusiones de otros autores cuyos textos están incorporados en el volumen. "En resumen, una transición política en Cuba podría transformar las relaciones cubano-estadounidenses de modo drástico, pero no resolverá de forma automática los viejos problemas ni podrá evitar que surjan nuevos. … Una nueva relación entre ambas podría contener una promesa de reconciliación y de camaradería, pero producirá también nuevos retos y conflictos que podrían sorprender y desilusionar a quienes piensan que lo único que divide a los dos países es Fidel Castro." (p. 334)

A pesar de que los textos del libro reseñado contienen quizás más preguntas que respuestas y en muchos casos acompañan los autores sus respuestas con interrogantes, vale la pena leer y no solamente hojear el libro. Puede servir como confirmación de la vieja verdad: una pregunta bien formulada tiene la misma importancia que una respuesta bien formulada. Y cuando pregunta gente como los arriba mencionados o Jorge F. Pérez-López, Lisandro Pérez, Rafael Rojas etc., para nombrar otros participantes en el proyecto, sirven sus preguntas como información pero también como inspiración para repensar hechos aparentemente claros, y en realidad, sin embargo, regularmente complicadísimos.

por Josef Opatrný (Praga)
(Escrito en español por el autor)

Manuel Hernández González, *Francisco de Miranda y su ruptura con España*, Caracas, Biblioteca de la Academia Nacional de la Historia, 2006, ISBN 980-222-993-8, 205 págs., bibliografía, notas.

No hay ninguna duda que Francisco de Miranda pertenece entre las personas más importantes de los fines del siglo XVIII y principios del siglo XIX latinoamericanos. Su vida y obra fue analizada por muchos historiadores prácticamente desde los años treinta del siglo XIX y solamente en las últimas décadas fueron publicadas diferentes biografías. Por eso puede parecer inverosímil que se den nuevos hechos de su vida. El libro del renombrado especialista en las relaciones entre las Islas Canarias y América Latina Manuel Hernández González es, sin embargo, la comprobación de que tal cosa puede ocurrir. Partiendo de las fuentes del Archivo Histórico Nacional de Madrid analiza los documentos del proceso contra el Capitán General de Cuba Juan Manuel Cagigal y su protegé Francisco de Miranda. Ambos fueron acusados de traición en la causa de la revelación de los secretos militares referentes a la defensa de La Habana a los ingleses (al general Campbell) y de la participación en el comercio ilegal con Jamaica. Hernández González pone al descubierto el contexto personal de esta acusación en la forma de la enemistad del presidente del Consejo de Indias José de Gálvez y su sobrino Bernardo de Gálvez que se sintieron amenazados por la fama militar de Miranda y de su protector. Para Cagigal el proceso significó prácticamente el fin de sus actividades políticas, Miranda escapó a la persecución por la huída a los Estados Unidos y Europa rompiendo finalmente las relaciones con España. La sentencia final del proceso de 1799 fue absolutoria para ambos acusados de culpa y pena, lo que significó, sin embargo, al menos para Miranda solamente la satisfacción moral sin cambiar su opinión sobre el sistema colonial español. Según él, el colonialismo de la potencia pirenaica fue incompatible con la prosperidad de la patria americana.

El libro puede ser valorado desde dos ángulos de ver. En primer lugar naturalmente como un aporte importante a la biografía de uno de los próceres de la independencia latinoamericana. En este sentido revela un asunto poco conocido de la vida de Francisco de Miranda que pudo haber tenido una gran influencia en la opinión del oficial del ejército español sobre el estado de la monarquía. La persecución injusta que duraba casi dos décadas tuvo seguramente sus consecuencias, concientes o inconcientes, en el pensamiento de la persona que tuvo la oportunidad de comparar el procesamiento del pleito en España, EE UU o en la Gran Bretaña. En este sentido el estudio de Manuel Hernández González es pionieresco. Mencionando el nombre del autor llegamos a la segunda conclusión. Este historiador canario confirmó con su reciente libro la fama de

incansable explorador de los archivos coloniales en los que ha descubierto una cantidad de fuentes hasta hoy día no utilizados por los investigadores de la historia colonial latinoamericana. Tomando en cuenta el interés de Manuel Hernández González en la historia canaria no sorprende que la gran parte del aporte de este historiador esté ligada precisamente con la evaluación de la posición de los canarios en América continental y en las islas adyacentes. Esta constatación no quiere en nigún caso decir que los resultados de la investigación de Manuel Hernández González tengan importancia solamente para el estudio de los contactos entre las Islas Canarias y América, al contrario, analizando las aventuras de los isleños en el otro lado del Atlántico, Manuel Hernández González aporta sustancialmente a formar una imagen más diferenciada de América, sobre todo en la época colonial.

por Josef Opatrný (Praga)
(Escrito en español por el autor)

Bernard Lavallé – Consuelo Naranjo – Antonio Santamaría, *La América Española (1763–1898): Economía*, Madrid, Editorial Síntesis, 2002, ISBN 84-9756-017-5, bibliografía, 463 págs.

Los autores presentan en su libro la problemática de la economía colonial en los siglos XVIII y XIX. En la primera parte dedican su atención, sobre todo, a las consecuencias de las reformas borbónicas en el continente; en la segunda, describen la situación en el resto del mundo colonial americano de España, es decir, Cuba y Puerto Rico. Tomando en cuenta la importancia de la minería americana para la hacienda española, no sorprende que es precisamente la problemática de esta rama de la economía la que abre todo el libro. Después de una breve retrospectiva, Bernard Lavallé analiza en tres subcapítulos la política de los Borbones, los cambios tecnológicos de la segunda mitad del siglo XVIII y, finalmente, los cambios geográficos de la producción de los metales, hablando sobre "el florecimiento de la minería mexicana" y sobre "la recuperación" en los Andes. Subrayando la importancia de la extracción de plata (y de azogue, que era su complemento) no olvida mencionar otros recursos mineros (la sal, el platino, el cobre, el azufre, etc.). Sobre el oro dice: "La economía del oro suscitó en esta zona notables movimientos comerciales, así como inversiones de mineros en compras de tierras para el abastecimiento de sus esclavos y de mercaderes en cuadrillas y tajos, pero sin que éstos abandonasen su primera actividad, mucho más lucrativa y segura." (p. 32). En el último subcapítulo de esta parte encontramos una breve descripción de la situación de la minería durante las guerras de independencia, en la cual el autor concluye: "El vendaval de las guerras de independencia había de afectar de manera duradera el sector minero, pero más en los Andes, en la medida en que en Nueva España la producción estaba mejor repartida en varias regiones, que se vieron diversamente impactadas por el largo período de conflicto, o bien porque en épocas anteriores, y sobre todo en las últimas décadas, se había mostrado allí más dinamismo, o porque el respaldo financiero y comercial estaba más y mejor asegurado." (p. 36) Después de esbozar de tal manera la problemática de la minería, analiza Lavallé los problemas de la protoindustria textil, los de la agricultura, las esperanzas y realidades de la liberalización del comercio, las reformas de la Real Hacienda, y por fin también menciona la tématica de la demografía, especialmente la indígena.

Los autores de la segunda parte, dedicada a la historia económica de Cuba y Puerto Rico, abren su análisis con una breve caracterización del sistema colonial español, subrayando que "las diferencias y semejanzas entre las economías cubana y puertoriqueña en el siglo XIX ameritan un estudio que no se ha hecho." (p. 149) Después siguen: "Este nuestro no es tan ambicioso; sólo pretende una pequeña aportación al tema." (p. 149) En dos capítulos ofrecen un esbozo equilibrado de las estructuras económicas de las islas vecinas en su evolución hasta la caída del régimen colonial en los finales del XIX. El primer capítulo abarca el periodo entre la Guerra de Siete Años y el Pacto de Zanjón. En dos subcapítulos generales dedican su atención a la problemática de la geografía colonial y la de la economía de las plantaciones. Sigue un esbozo de la demografía en ambas islas y un análisis de los cambios tecnológicos, el desarrollo de la infraestructura y los capitales. En el segundo capítulo, bajo el título "Una reforma imposible y el fin del dominio español en Cuba y Puerto Rico", analizan en primer lugar el sistema económico internacional, que tuvo tanta importancia sobre todo para la economía de Cuba. Dedican en este contexto gran atención al comercio de ambas islas y a la

renta colonial, presentando mucha información pertinente en los cuadros. Según sus conclusiones, la estructura de las economías isleñas no cambió sustancialmente durante gran parte del siglo, si no contamos la creciente dependencia de la producción de azúcar, lo que significaba, por otro lado, cada vez mayor importación de alimentos y demás artículos de consumo básico. La abolición de la esclavitud llevó, por fin, un cambio sustancial, acompañado al mismo tiempo por otro factor desestabilizador para el dominio metropolitano: la concentración de las exportaciones en el mercado de los EE UU.

El libro, que incluye un apéndice de documentos ilustrativos sobre la vida económica colonial, tiene importancia sobre todo para los estudiantes, que pueden encontrar en él una presentación condensada e inteligente de la historia económica de las colonias españolas en América en la época de los grandes cambios políticos. Lo apreciará el público interesado en la imagen de la historia de América basada en la literatura más reciente.

por Josef Opatrný (Praga)
(Escrito en español por el autor)

CRÓNICA
DOS ESTUDOS
IBERO-AMERICANOS

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA – AÑO XLI – 2007 – PP. 295–301

ACTIVIDADES DEL CENTRO DE ESTUDIOS IBERO-AMERICANOS DE LA UNIVERSIDAD CAROLINA DE PRAGA, 2006

En 2006, el Centro de Estudios Ibero-Americanos de la Universidad Carolina de Praga (sede: Hybernská 3, Praha 1; dirección postal: nám. Jana Palacha 2, 116 38 Praha 1, República Checa; dirección electrónica: ibero@ff.cuni.cz), un lugar de trabajo interdisciplinario dedicado a la investigación y la docencia en el área mencionada, continuó desempeñándose como departamento independiente en el marco de la Facultad de Filosofía, con la finalidad de ofrecer cursos de 2.º ciclo en iberoamericanística a los estudiantes que ya hayan alcanzado el grado de bachiller (Bc.) en sus carreras y quisieran recibirse en estudios iberoamericanos (Mgr.), y cursos de especialización en Historia de América Latina–Iberoamericanística a los estudiantes de la carrera de Historia Universal que se realiza en el Instituto de Historia Universal. Otros estudiantes, –particularmente de Filología Románica, Filología Inglesa-Americanística, Etnología, etc.–, pueden cursar las asignaturas como optativas. El Centro ofrece también estudios de doctorado.

De la dirección del Centro de Estudios Ibero--Americanos está encargado el Prof. Dr. Josef Opatrný. Forma parte del cuerpo docente la Dra. Simona Binková, que desempeña también los cargos de secretaria científica y de jefa de la redacción del anuario *Ibero-Americana Pragensia*, y la Mgr. Markéta Křížová, Ph.D. En el dictado de los cursos participan los profesores de la Facultad de Filosofía Prof. Dr. Vladimír Nálevka, del Instituto de Historia Universal, Dra. Anna Mištinová y Prof. Dra. Anna Housková, ambas del Instituto de Estudios Románicos, y como colaborador externo el Doc. Dr. Bohumír Janský, de la Facultad de Ciencias Naturales de la Universidad Carolina.

En la redacción de *Ibero-Americana Pragensia* está incorporado –con el cargo de revisar las traducciones al español– el Lic. Luis Pérez-Cuesta Romero. De la catalogación de los libros está encargada la Dra. Zdeňka Vorlová. Por falta de fuerzas profesionales en biblioteconomía en procesar cantidades de libros recibidos en el último decenio, se ha aprovechado la participación de los estudiantes de posgrado para avanzar con la catalogación.

Las tareas básicas del Centro

Se siguió la labor docente, llevada a cabo en dos áreas:

1º – Desarrollando el curso de iberoamericanística, que se compone de las siguientes asignaturas: Culturas nativas y Conquista (M. Křížová), Historia Colonial (S. Binková), Historia del siglo XIX (J. Opatrný), Historia del siglo XX (V. Nálevka), Fuentes para el estudio de la Historia de Iberoamérica (S. Binková), Historiografía de América Latina (M. Křížová), Geografía (M. Janský), Literaturas Hispanoamericanas (A. Housková), El Español de América (A. Mištinová). Para los estudiantes no hispanistas se proporcionan cursos de Introducción al estudio de Historia y Cultura de América Latina (J. Opatrný) y de Español para principiantes (S. Binková). Todo este curso está concebido como curso de 2.º ciclo y de especialización en Historia de América Latina-Iberoamericanística; sin embargo, sus clases también están abiertas –como optativas– a estudiantes de otras carreras de la Facultad de Filosofía. Además, se prepararon diferentes cursos optativos: La esclavitud y América Latina (M. Křížová), Lenguas nativas y los procesos de revitalización (V. Hingarová), Arqueología peruana (S. Květinová), La frontera estadounidense-mexicana (J. Stískal), los tres últimos temas basados en disertaciones de doctorado en curso.

2º – Dando clases de Historia y Cultura Españolas e Hispanoamericanas en el Instituto de Estudios Románicos y en el de Traductología – Español (J. Opatrný), y de Historia de Portugal y Brasil en el Instituto de Estudios Románicos (S. Binková). Además, se proporciona también el curso de Historia de los Estados Unidos para

los estudiantes del Instituto de Traductología – Inglés (J. Opatrný). Esas clases forman parte del programa de grado de los respectivos Institutos.

En el Centro, en 2006, 15 estudiantes preparaban sus tesis de diploma; fueron defendidas 7 tesis. Tres estudiantes partieron al extranjero (España, México, EE UU) en marco del programa Erasmus u otro tipo de convenios y becas.

En el Centro se imparte también un curso de postgrado con especialización en estudios iberoamericanos, al cual asistieron 24 estudiantes, 12 de ellos becados por la Facultad y 12 a distancia. Fue defendida una disertación (Petra Binková, "The Zapatista Murals in Chiapas: In-Depth Analysis and Iconographical Assessment Within the Framework of Post-Revolutionary Visual Discourse in Mexico").

En el año 2006 se realizó ya por séptima vez el convenio entre el Centro y el ITESM de Monterrey (México) para la asistencia de estudiantes mexicanos a un curso de verano en el CEIA (concebido como bloque optativo realizado en el extranjero), llamado "La historia y cultura checas en su contexto centroeuropeo y los valores del mundo cambiante". Por suficiente interés de los estudiantes mexicanos, el curso se dividió en dos turnos, desde casi finales de mayo hasta mediados de julio. Los profesores –especialistas en historia, literatura, música, artes plásticas, economía y politología– impartieron clases y dirigieron excursiones y visitas guiadas a sitios y eventos de interés cultural. Los 38 estudiantes inscritos debieron aprobar las diferentes materias con trabajos escritos y exámenes finales.

En ese año se preparó para la imprenta el número XL/2006 de *Ibero-Americana Pragensia* y salieron a la luz dos volúmenes de *Ibero-Americana Pragensia, Supplementum*: el No. 15 titulado *Nación y cultura nacional en el Caribe hispano* (ed. Josef Opatrný, Univerzita Karlova v Praze, Nakladatelství Karolinum, 2006, 371 págs., ISBN 80-246-1114-7; ISSN 1210-6690) y el No. 17, *La emigración centroeuropea a América Latina IV (Emigración en testimonios y novelas)* (ed. Josef Opatrný, Univerzita Karlova v Praze, Nakladatelství Karolinum, 2006, 189 págs., ISBN 80-246--1269-0; ISSN 1210-6690), ambos resultados de simposios celebrados en Praga en el año 2005 y 2006, respectivamente.

Las actividades de la Sección de Historia

Se prosiguió trabajando en los proyectos de investigación incluidos en el programa científico de la Facultad de Filosofía (MSM 0021620824 del Ministerio de Educación de la República Checa). En el marco de este proyecto, el Centro organizó en los días 25 al 26 de julio de 2006 un simposio internacional llamado "La emigración centroeuropea a América Latina IV (Emigración en testimonios y novelas)", en el que participaron investigadores de Argentina, Brasil, Chile, México, Hungría y la República Checa. El simposio tuvo lugar en las salas del palacio Špork (Hybernská 3, Praha 1), sede del Centro. Ha sido ya la cuarta sesión de la misma índole. Los textos presentados se publicaron como Supplementum 17 del anuario *Ibero-Americana Pragensia* (datos bibliográficos más detallados ver más arriba).

En el marco del mismo proyecto de investigación y en colaboración con el grupo de trabajo internacional "Caribe hispano y su historia", adjunto a la Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos (AHILA), J. Opatrný junto con Consuelo Naranjo Orovio del CSIC de Madrid organizaron en los días 17 a 19 de julio en el 52º congreso americanista en Sevilla el simposio "Caribe/Caribes" en el que participaron 26 investigadores de Francia, Italia, Cuba, México, Alemania, EE UU, España y la República Checa. El simposio fue ya el cuarto de semejante índole (antes ya se habían celebrado simposios orientados hacia la problemática de los países hispanohablantes en el Caribe en los años 2001, 2003 y 2005 en Praga y sus resultados fueron publicados en la serie *Ibero-Americana Pragensia, Supplementa*). Los textos presentados esta vez se publicarán en forma del *Supplementum* 18 del anuario *Ibero-Americana Pragensia* probablemente en abril de 2007.

Aparte de ser editor de las publicaciones citadas más arriba, Josef Opatrný participó en los acta del simposio *Nación y cultura nacional en el Caribe hispano*, publicado en *Ibero-Americana Pragensia*, *Supplementum* 15 ya mencionado, con sus contribuciones "Nación y cultura nacional en el Caribe hispano" (pp. 7–15) y "La formación de la imagen de la historia de la patria en la poesía e historiografía. Caso de José Fornaris y Pedro Santacilla" (pp. 45–58). En *Ibero-Americana Pragensia*, *Supplementum* 17 dedicado a la *Emigración centroeuropea a América Latina* IV publicó no sólo la "Introducción" (pp. 7–9), sino también el estudio "Emigración checa a Argentina en los textos de viajeros y novelas en las primeras cuatro déca-

das del siglo XX: el caso de Vladislav Forejt Alan" (pp. 33–53).

Además, fue coeditor (junto con Mercedes Palau y Emilio Soler) de *El paraíso ilustrado. Malaspina y Haenke en el Nuevo Mundo* (Madrid, Lunwerg 2006, ISBN 84-9785-258-3, 232 págs.). En este volumen apareció también su estudio "Las Universidades y el mundo de la ciencia del joven Tadeo Haenke" (pp. 13–29). La problemática haenkeniana apareció incluso en otro estudio suyo "Dionisio Alcalá Galiano y Tadeo Haenke, dos científicos en la expedición de Alejandro Malaspina" (In: *Trafalgar y Alcalá Galiano*. Jornadas Internacionales. Cabra 17 al 23 de Octubre de 2005, ed. Emilio Soler Pascual, Agencia Española de Cooperación Internacional, Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación, Madrid 2006, ISBN 84-8347-001-2, pp. 115–125). Otro tema, el de la emigración, lo tocó en "Argentina como meta de la emigración checa en las primeras décadas del siglo XX" (in: *Anales Americanistas*, I, 1, 2005 (salió en 2006), ISSN 1699–3268, pp. 25–42). También es autor de numerosas reseñas para diferentes revistas especializadas para el público internacional (como *Iberoamericana. América Latina–España–Portugal*, *Revista de Indias*, *Ibero-Americana Pragensia*) y de artículos de divulgación para los lectores checos (*Dějiny a současnost*, *Forum* y *MF Plus*).

Después de haberse terminado el proyecto "La sociedad rural en Cuba: diversificación agrícola y formas de identidad, 1837–1937" (BHA2003-2687) del Ministerio de Ciencia y Cultura de España (2003–2006), Josef Opatrný coparticipa en el proyecto "Memoria del azúcar: prácticas económicas, narrativas nacionales y cultura en Cuba y Puerto Rico, 1791–1940" (HUM 2006-00908) del Ministerio de Ciencia y Cultura de España (2006–2008).

Simona Binková, en el marco del ya mencionado proyecto de investigación MSM 0021620824 del Ministerio de Educación de la República Checa, llevó a cabo un viaje de estudios a Viena, Austria en los días 11 al 18 de noviembre de 2006 (Haus-, Hof- und Staatsarchiv Wien y Österreichische Nationalbibliothek). Además de ser redactora-jefe del anuario *Ibero-Americana Pragensia*, a su cargo fue también la redacción del texto de Bohumil Baďura *Los países checos y España: dos estudios de las relaciones checo-españolas* que se publicará como *Ibero-Americana Pragensia*, *Supplementum* 16.

En el *Supplementum* 17 de *Ibero-Americana Pragensia* (datos bibliográficos ver más arriba) publicó el estudio "El interés por el Brasil en la literatura checa y eslovaca entre las dos guerras mundiales" (pp. 123–141).

Markéta Křížová concluyó en 2006 el proyecto de investigación destinado para investigadores jóvenes otorgado por la Agencia Grant GA AV ČR para los años 2004 a 2006 con tema de "Esclavitud americana, libertad europea" (KJB8101403). En su marco pasó en el mes de septiembre dos semanas en la British Library en Londres. Publicó un libro de divulgación sobre los incas y su imperio (*Inkové: Nejmocnější indiánský stát*, Praha, Nakladatelství Aleš Skřivan ml., 2006, 139 págs.) y un artículo para un público amplio "Mezi střetáváním a setkáváním: Dobytí Ameriky jako proces kulturního obohacování" (Entre la confrontación y el encuentro: La conquista de América como proceso de enriquecimiento cultural, *Dějiny a současnost* 2006, vol. 28, no. 3, pp. 40–43).

El 2 de mayo presentó una charla para el público acerca de "El sueño americano: Misiones jesuitas en el Nuevo Mundo" organizada en ocasión del 300 aniversario de muerte del jesuita Jiří Josef Kamel procedente de Brno en el Museo Moravo en Brno.

En el marco del Seminario Ibero-Americanista se efectuaron 9 sesiones en el semestre de verano del año académico 2005/2006 y 12 en el de invierno de 2006/2007. Entre los que impartieron sus conferencias –aparte de los miembros del CEIA y de los demás colaboradores (Luis Pérez-Cuesta Romero, Bohumil Baďura, M. Zelený, P. Fochler) fueron ante todo los estudiantes de la Facultad que presentaron sus tesis de diploma y de postgrado, u otros, como los estudiantes de Erasmus. Participaron también investigadores y especialistas de otras Universidades e instituciones del extranjero: Jiří Černík (Washington), Antonio Saez Arance (Unversidad de Colonia), Juan Bosco Amores Carredano (Univ. del País Vasco, Vitoria), Viviana Kluger (Univ. de Buenos Aires), Nieves Pérez y Ana Castro Santamaría (Univ. de Salamanca), Rafael Baena (Univ. de Sevilla) y María Casiraghi (Buenos Aires). Todas estas conferencias y acontecimientos merecieron una gran atención e interés por parte del estudiantado y profesorado de la Facultad de las disciplinas correspondientes, significando para el público presente un considerable enriquecimiento.

Las actividades de la sección de filología
Instituto de Estudios Románicos (IER)

En 2006, Su Majestad Juan Carlos I, Rey de España, otorgó a la Prof. Dra. Anna Housková, CSc., Directora del Instituto de Estudios Románicos, y al Prof. Dr. Pavel Štěpánek, profesor externo del IER, la Orden de Isabel la Católica. El acto solemne tuvo lugar el 12 de diciembre, en la Sala de Patriotas de la Universidad Carolina de Praga, bajo el patrocinio del Rector, Prof. RNDr. Václav Hampl, DrSc., y con la participación de los representantes de las misiones de países iberoamericanos, de las autoridades checas, hispanistas y otros invitados. La alta condecoración española fue entregada por el Excmo. Sr. Antonio Pedauyé y González, Embajador de España.

El estudiante del Dpto. de Filología Hispánica, Karel Smékal, ganó el Premio Iberoamericano con el trabajo intitulado "Don Miguel en Fuerteventura", una reflexión sobre la estancia de Don Miguel de Unamuno en Fuerteventura durante su destierro en 1924. Hana Matochová, estudiante del mismo departamento, obtuvo la mención honorífica por su trabajo "Nueva literatura maya". El Premio es convocado anualmente por las Embajadas de los países iberoamericanos en la República Checa y otorgado a los mejores trabajos sobre temas iberoamericanos. La XII edición, cuya Secretaria Pro Témpore la ejerció la República del Perú, se realizó por primera vez bajo los auspicios de la Sra. Livia Klausová, Primera Dama de la República Checa.

Entre las tesis de máster, presentadas en el Dpto. de Filología Hispánica, destacó "La poética narrativa de la novela *La nieve del almirante* de Álvaro Mutis", escrita por Šárka Pichrtová y dirigida por la Prof. Hedvika Vydrová, que ganó el Premio Kateřina Krausová, que se concede anualmente al mejor trabajo de Filología hispánica.

En 2006 se presentaron y aprobaron las siguientes tesis de máster: "Personajes de la novela *Recuerdos del porvenir* de Elena Garro", escrita por Dagmar Novotná-Ouřadová; "*Aires de familia* de Carlos Monsiváis en el contexto del ensayo mexicano", por Petra Večajová; "Punto de vista. Iconografía de la fotografía y la literatura fantástica en Latinoamérica", por Pavla Holcová (iberoamericanística); todas dirigidas por la Prof. Anna Housková; "La poética narrativa de la novela *La nieve del almirante* de Álvaro Mutis", por Šárka Pichrtová; "El aspecto del posmodernismo en la obra de Mario Vargas Llosa", por Magda Juránková; "La irrealidad en los relatos de José Donoso: *Tres novelitas burguesas*", por Helena Pěstová; "Jaime Torres Bodet, poeta", por Silvie Pohlová; "El primer período de la cuentística de Juan Carlos Onetti: 1933–1950", por Monika Zrůstová; las cinco bajo la tutoría de la Prof. Hedvika Vydrová; "El monólogo interior en la obra de Miguel Delibes", escrita por Blanka Mráčková y dirigida por el Dr. Michal Fousek; "Lenguaje de jóvenes mexicanos desde el punto de vista del léxico", por Kateřina Šmídová; "Aspectos específicos del aprendizaje de español en el sistema de enseñanza para adultos", por Darina Janíčková; bajo la tutoría de la Dra. Anna Mištinová; "Acerca de la categoría de caso en español", por Eva Kotrčková; bajo la tutela del Prof. Zavadil; "El español y el caló: lenguas en contacto", por Pavla Čevelová; "La situación lingüística en Cataluña", por Monika Boháčová; dirigidas por el Dr. Petr Čermák.

En los Cursos de Doctorado, Jana Pešková y Lada Hazaiová cerraron con éxito sus estudios con exámenes finales y la defensa de sus disertaciones doctorales "Las perífrasis verbales con infinitivo y gerundio como expresión de la categoría de carácter de la acción verbal en español", dirigida por el Prof. Bohumil Zavadil, la primera, y "Las caras ocultas de lo fantástico. La literatura fantástica rioplatense del siglo XIX y XX", dirigida por la Prof. Hedvika Vydrová, la otra.

En el transcurso del año, los profesores del IER participaron en los siguientes congresos y simposios internacionales: Anna Housková presentó en el 52º Congreso Internacional de Americanistas, celebrado en Sevilla, la ponencia "Concepción de la novela iberoamericana de Fernando Aínsa". Anna Mištinová fue invitada al XXV congreso lingüístico ENDIL XXV *Fronteras de la identidad lingüística, Homenaje al Dr. Godsuno Chela-Flores*, que tuvo lugar en la Universidad de Maracaibo de Venezuela. Su ponencia fue dedicada a las variedades diatópicas del español de América y su enseñanza en la Europa Central. En la Universidad de Barquisimeto impartió una conferencia sobre el tema de "El español de América y el español peninsular". Hedvika Vydrová participó con la ponencia "El ensueño de tierra caliente: *La mansión de Araucaíma*" en el coloquio internacional *Sueño, imaginación y realidad en literatura*, organizado en julio por la Universidad de la Bohemia del Sur de České Budějovice.

Dentro del marco del programa Erasmus, Šárka Grauová dictó en la Universidad de Coimbra la conferencia "O cânone literário e seu papel na formação do aluno". Recíprocamente, Ana Cristina Macário Lopes de Coimbra pronunció en el IER la conferencia "Aspectos linguísticos dos provérbios portugueses".

El aniversario de José Ortega y Gasset fue conmemorado por la revista *El mundo de las letras* (*Svět literatury*, 2006, año XVI, No. 33) con tres artículos: "¿En qué consiste la actualidad de Ortega y Gasset?", escrito por Jiří Pechar; "Ortega y Gasset y el cambio del contexto europeo-checo", por Josef Forbelský, y "Ortega y América", por Anna Housková. Los mismos autores, junto con otros, publicaron sus contribuciones en las Actas del Coloquio *Padesát let od smrti José Ortegy y Gasseta* (50 Aniversario de la muerte de José Ortega y Gasset. Ed. Marek Loužek. Praha: Centrum pro ekonomiku a politiku).

En 2006, salió a luz la Enciclopedia general, *Universum A–Z* (Praga: Euromedia Group), a la que contribuyó Hedvika Vydrová con 190 artículos de literatura española e hispanoamericana.

Šárka Grauová colaboró en la edición de Alexandre Herculano: *Černý biskup a jiné příběhy* (Antologia de Lendas e Narrativas. Traducción por Irena Kurzová, estudio "Alexandre Herculano, liberál s duší rytíře" – Um liberal com alma de cavalheiro, por Silvia Špánková, cronología de vida y obra de A. H., por Š. Grauová e I. Kurzová. Lusobrazilská knihovna, II vol., Praha: Torst).

Por los miembros de los Dptos. de Filología Hispánica y Portuguesa del IER se publicaron otros estudios y artículos: Anna Mištinová es autora de "Acerca de la variabilidad del español, comunicación especializada" y el "Marco de referencia europeo" (en: *Sborník z mezinárodní konference „Jazyková kompetence v Evropské unii"* – Actas del simposio internacional Competencia Lingüística en la Unión Europea. Praha: VŠE, Oeconomica); "Tradición de la iberoamericanística checa y sus posibilidades en la Unión Europea" (en: F. Fischer, G. Kozma, D. Lilón (eds.), *Actas de VI Jornadas Iberoamericanas – II Encuentro de Investigadores del Mundo Iberoamericano: Viejos y nuevos encuentros entre Europa y América Latina.* Universidad de Pécs). Además de contribuir a las actas, mencionadas arriba, Anna Mištinová escribió "El triángulo de globalización lingüística en América Latina: el español, el inglés y lenguas nativas" (*Ibero-Americana Pragensia,* XXXIX). El periódico venezolano *El impulso* (Caracas, Barquisimeto) publicó el 24 de junio de 2006 (CIII, VI, No. 34.024) una entrevista con Anna Mištinová, intitulada "El español es la lengua del futuro".

Anna Housková escribió los artículos "Borges y don Quijote" (*Paralelo 50*, No. 2) y "El topos de la naturaleza: Dos fuentes del imaginario hispanoamericano" (*Ibero-Americana Pragensia*, XXXIX). Hedvika Vydrová es autora del estudio "Vladimír Holan y Clara Janés: el secreto de la palabra poética" (*Opera Romanica* 8*,* Jihočeská univerzita, České Budějovice) y de "La voz de Ofelia: con la poetisa española Clara Janés sobre Vladimír Holan" (*A2 kulturní týdeník* – Semanal cultural, No. 14). Šárka Grauová publicó "Traduzindo a literatura brasileira ao tcheco – entrevista com Pavla Lidmilová" (*Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo) y "Because We Are Alive and Thus All the Grandeur for Us Remains" (*Communio Viatorum*, Prague, XLVIII, 2006, II). El artículo "Alejo Carpentier y su fe", por Michal Fousek, fue publicado en *Svět literatury* (Mundo de la literatura, No. 34).

Cabe mencionar también las reseñas de varias publicaciones con temas hispánicos: "Anna Housková: *Druhý břeh západu. Iberoamerika jako soužití kultur*" (Otra orilla del occidente. Iberoamérica como convivencia de las culturas. Praha: Mladá fronta, 2004. 371 pgs., En: *Écho des études romanes*, Vol. II, Num. 1. České Budějovice: JU, 2006), por Hedvika Vydrová; y del mismo libro por Simona Binková, "Iberoamerika jako soužití kultur" (En: *Svět literatury. Časopis pro novodobé literatury* – Mundo de la literatura. Revista de literaturas modernas, 2006, No. 33, pp. 247–248); Helena Zbudilová: *Antologie gaučovské literatury* (Antología de la literatura gauchesca. České Budějovice: JU, 2005. 146 pgs. En: *Lingua Viva 2*, České Budějovice: JU, 2006), escrita por H. Vydrová; y Olga Macíková, Ludmila Mlýnková *Obchodní španělština – Español comercial* (Brno: CP Books, edice jazyky, 342 pgs. En: *Cizí jazyky,* año 50, No. 2, Praha: Fraus), por A. Mištinová.

Petr Čermák fue co-editor, junto con František Čermák y Claudio Poeta, del 3-er tomo de Obras completas de Vladimír Skalička (*Vladimír Skalička. Souborné dílo. III. díl (1964–1994).* Praha: Karolinum, 2006, 476 pgs.).

Anna Mištinová preparó para la edición el nuevo número (VIII/10) del *Boletín AUŠ-APE* de

la Asociación de Profesores de Español de la República Checa en el que se publicaron también sus textos "Enseñanza del español en la República Checa: Realidad y perspectivas dentro del marco de la integración europea (I Simposio de la AUŠ--APE)" y "K perspektivám interkulturních aspektů ve výuce španělštiny" (Acerca de las perspectivas de aspectos interculturales en la enseñanza de español). Dentro del marco de la Asociación organizó en los meses de febrero, abril y noviembre talleres y jornadas de conferencias para los profesores del español de todo el país.

Bohumil Zavadil fue tutor de la estudiante de doctorado R. Štrbáková, cumpliendo el Convenio bilateral del Doctor Europeo entre la Universidad de Granada y la Universidad Carolina de Praga. Continuó el programa internacional Máster Europeo en la enseñanza del español como lengua extranjera, en el que colaboran las Universidades de Barcelona, Bilbao, Southampton, Berlin, Groningen, Estocolmo y Praga. Dentro de su marco, Anna Mištinová dirigió las prácticas y la memoria de máster del estudiante español Juan José Sanz.

En enero, Anna Mištinová presentó en el Instituto Cervantes el nuevo *Manual del español actual*, en presencia de las autoras Olga Macíková y Ludmila Mlýnková, representantes del Instituto, hispanistas, profesores, estudiantes y otros invitados.

El Lectorado de catalán, dirigido por Andreu Bauça, desarrolló durante el año 2006 numerosas actividades, entre las cuales destacan Jornades Culturals, celebradas en primavera bajo los auspicios del Gobierno de Andorra, con una serie de exposiciones, sesiones de cine, talleres y conferencias.

Instituto de Traductología

Durante el año 2006, las publicaciones y ponencias en actos académicos protagonizadas por los miembros del departamento de español fueron las siguientes:

Prof. PhDr. Jana Králová, CSc., publicó varios estudios sobre diversos aspectos del pensamiento traductológico: "El enfoque contrastivo: el complemento circunstancial en español y desde la óptica del hablante checo" (In: *Análisis del discurso: lengua, cultura, valores*. 1ª ed. 2006, Madrid: Arco Libros, pp. 1961–1974); "La Escuela de Praga y sus implicaciones traductológicas: el papel del receptor" (In: *Estudios de Traducción: Problemas y Perspectivas*. 1ª ed. 2006, Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Servicio de Publicaciones, pp. 111–120); "Tradición vs. modernidad: del período clásico de la Escuela de Praga a la Traductología de las últimas décadas del siglo XX" (In: *Herméneus*. 2006, año 8, nº. 8, pp. 111–124). En cuanto a su participación en eventos académicos, mencionemos su ponencia en calidad de conferenciante invitada en la Universidad de las Palmas: "El concepto del destinatario en la Escuela de Praga y sus implicaciones traductológicas" y su participación en el I Seminario Internacional de Hispanística de la Universidad de Prešov con la ponencia "Traducción como actividad metatextual vs. traducción en la enseñanza de idiomas".

Doc. PhDr. Miloslav Uličný continúa su labor con otro fructífero año en el que las traducciones de literatura española ocupan un puesto preferente: "Héroes del esplendor. Poetas españoles del siglo XVIII". Selección de la obra y retrato de varios autores de la mencionada época que, en su mayoría, son presentados por primera vez al lector checo (*Heroldové jasu*, Praga: Ivo Železný, 2006, 320 págs.). El editor de esta antología la nominó para el premio nacional de traducción. También tradujo *La inteligencia de Dios (El ejercicio del poder)*, obra de teatro en dos actos de Rubén Pizano (Praga: DILIA, 2006). De sus otras publicaciones mencionemos: "O autorovi a překladatelích cukrových sonetů" (Sobre el autor y los traductores de sus dulces sonetos, in: William Shakespeare, *Sonety*. 1ª ed. 2006, Květy poezie. Praga: Mladá fronta, pp. 163–173) y traducción de un poema de Mario Benedetti contenido en su libro *Buzón de tiempo* (In: *Literární noviny*, año XVII, No. 3, p. 11, 16/1/2006). En cuanto a su trabajo en un soporte distinto, destaquemos el subtitulado de dos películas: "Roma", de Federico Fellini, 113 min, que fue emitida el 29/5/2006 en ČT 2 y "Los muertos", ed. Alonso L., Praga, Česká televize 2006. En otro orden de cosas, con fecha 1/6/2006 fue nombrado profesor titular en la rama de Traductología.

PhDr. Slavomíra Ježková, CSc., publicó varios estudios y artículos sobre diversas problemáticas de la traducción y de los vínculos entre el checo y el español: "Acerca de la traducción en la enseñanza y el aprendizaje de idiomas extranjeros" (In: *Evolučné prístupy vo vyučovaní cudzích jazykov z komunikačného aspektu*. 1ª ed. 2006,

Trenčín, pp. 56–61); "Le Cadre Comun Européen de Référence et la communication en langues étrangères" (El marco común europeo de referencia y la comunicación en idiomas extranjeros, In: *Cizí jazyk pro účely studia a profese v podmínkách EU*. 1ª ed. 2006, Ústí nad Labem: UJEP, pp. 104–108); "Ciberperiódicos y ciberrevistas en la enseñanza de los idiomas" (In: *Multimédiá vo výučbe cudzích jazykov* III, 3ª ed. 2006, Nitra: SPU, pp. 80–85); "El impacto de la comunicación intercultural: el checo y el español" (In: *Estudios de Traducción: Problemas y Perspectivas*. 1ª ed. 2006, Las Palmas de Gran Canaria: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, Servicio de publicaciones, pp. 261–267); "La evolución del vocabulario y la terminología" (In: *Odborný jazyk na vysokých školách* II, 2ª ed. 2006, Praga: PEF ČZU, pp. 74–76); "Acerca de la relación sincrónica checo-español", Asociace učitelů češtiny jako cizího jazyka (In: *Sborník Asociace učitelů češtiny jako cizího jazyka*. 1ª ed. 2006, Praga); "Las voces españolas en el idioma checo – testigos de contactos antiguos", editor: Secretaría General Técnica, C. d. E. e. P. (In: *Paralelo* 50. 2ª ed. 2006).

En el marco del programa Erasmus, la alumna Marcela Novotná efectuó una estancia de estudios en la Universidad de Granada.

por Simona Binková, Anna Mištinová
y Miguel Cuenca (Praga)
(Escrito en español por los autores)

IBERO-AMERICANA PRAGENSIA
AÑO XLI – 2007

ANUARIO DEL CENTRO DE ESTUDIOS IBERO-AMERICANOS
DE LA UNIVERSIDAD CAROLINA DE PRAGA
FACULTAD DE FILOSOFÍA

Vicerrector-editor: Prof. PhDr. Mojmír Horyna
Grabadora: Kateřina Řezáčová
Editó: Universidad Carolina de Praga
Nakladatelství Karolinum, Ovocný trh 3, 116 36 Praha 1
Praga 2009
Composición y ajuste: DTP Nakladatelství Karolinum
Impreso por la imprenta de Nakladatelství Karolinum
1ª edición. Tirada: 400 ejemplares
ISBN 978-80-246-1584-4
ISSN 0536-2520
MK ČR E 18595

En asuntos de distribución rogamos dirigirse a:
Filozofická fakulta Univerzity Karlovy v Praze,
nám. J. Palacha 2, 116 38 Praha 1, República Checa
edice@ff.cuni.cz